

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

Arthur Marinho Silva Vargas

**UMA PRINCESA SEM SEU DIADEMA: IDENTIDADE,  
INTERVENÇÕES URBANAS E USOS DOS ESPAÇOS EM  
SÃO JOÃO DEL-REI (1893-1922)**

Belo Horizonte  
2022

Arthur Marinho Silva Vargas

**UMA PRINCESA SEM SEU DIADEMA: IDENTIDADE,  
INTERVENÇÕES URBANAS E USOS DOS ESPAÇOS EM  
SÃO JOÃO DEL-REI (1893-1922)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História  
da Universidade Federal de Minas Gerais  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena  
Alves da Silva.

Belo Horizonte

2022

981.51 V297p 2022	<p>Vargas, Arthur Marinho Silva.</p> <p>Uma princesa sem seu diadema [manuscrito] : identidade, intervenções urbanas e usos dos espaços em São João del-Rei / Arthur Marinho Silva Vargas. - 2022.</p> <p>407 f. : il.</p> <p>Orientadora: Regina Helena Alves da Silva.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.História – Teses. 2. São João del-Rei – História - Teses. 3.Modernidade - Teses. 4.Identidade - Teses. I.Silva, Regina Helena Alves da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

"Uma princesa sem seu diadema: identidade, intervenções urbanas e usos dos espaços em São João del-Rei (1893-1922)"

**Arthur Marinho Silva Vargas**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva - Orientadora  
UFMG

Profa. Dra. Anny Jackeline Torres Silveira  
UFMG

Prof. Dr. James William Goodwin Junior  
CEFET-MG

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **James William Goodwin Junior, Usuário Externo**, em 22/09/2022, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anny Jackeline Torres da Silveira, Usuário Externo**, em 26/09/2022, às 00:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Helena Alves da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 14/10/2022, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1741244** e o código CRC **BA261025**.



## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho, de certa forma, é um esforço coletivo. É bem verdade que meu nome e sobrenome constam na capa deste estudo, como você deve ter visto. Mas o que quero dizer é que nada do que foi feito aqui (e também alhures, nos trabalhos de outrem) seria possível sem uma série de circunstâncias, diálogos, eventualidades, concordâncias, enfim, de todo gênero de relações que envolvem mais de uma pessoa. O que vai desde as leituras que fiz de Fulano et al., passando pelas reclamações com a terapeuta até os papos de amigo numa mesa de bar – cena tão infrequente em tempos pandêmicos. E também a solidão do rapaz que vem do interior e se vê às voltas com dificuldades de socialização na roça grande – também cabe notar as reflexões que tive entre mim e eu mesmo, um jeito assaz produtivo de passar o tempo, ausente alternativas mais lúdicas de matar o tédio.

Mudei minha forma de pensar em certos tópicos, bati o pé em outros e tive insights que, reproduzindo a concepção gráfica frequente de uma ideia, só foram possíveis porque alguém me ajudou a arrumar a fiação que faria a tal lâmpada acender-se.

Platitudes, você dirá, como eu já me prontifico em dizer; é provável que alguém antes de mim tenha pensado em coisa parecida ou nos mesmos termos. Ao autor original, peço desculpas.

Cabe agradecer a quem me ajudou a chegar até aqui.

À minha família, que sempre me apoiou nesse desatino.

A Elimar, Gabi, Marina, Carol, Larissa, Renato, Daniel, Lívia e Bruna, amigos de fé, irmãos camaradas.

À Mafalda, Brutus, Nick e Zack, companheiros peripatéticos.

Ao pessoal do IPHAN, Fernando, Larissa, Gustavo e Josy, sempre tão solícitos.

À Fátima e Marlon, do Museu Regional, que me abriram uma janela para um passado sanjoanense.

A Antônio Gaio Sobrinho, a educação em pessoa.

A Marcus Fróis, Welber Luiz e Fabiana Dias, da Secretaria de Cultura de São João del-Rei, que me deram acesso a fontes valiosas.

Aos meus antigos professores Danilo e Afonso, que nunca se esqueceram

deste perguntador pupilo.

À minha orientadora, paciente ouvinte da minha palavração.

Aos membros da banca, James e Anny, cuja contribuição foi importantíssima para o resultado que agora apresento.

À CAPES, aquela que financiou toda a história.

E àqueles que porventura esqueci, mas deixaram sua marca na trajetória desta dissertação.

Amigas e amigos, este trabalho é meu, mas também é de vocês. Estas parcas e linhas, eu vos dedico.

*Meu relato será fiel à realidade ou, em todo caso, à minha  
lembrança pessoal da realidade, o que é a mesma coisa.*

Jorge Luis Borges, *Ulrica*

## **RESUMO**

O presente trabalho visa analisar as discussões encetadas em torno das intervenções urbanas e dos usos dos espaços em São João del-Rei entre os anos de 1893 e 1922. Utilizando-se primariamente de periódicos, procura-se apreender, em primeiro lugar, os principais problemas identificados em São João pelos homens de imprensa, num contexto de perda de centralidade econômica no âmbito regional e desprestígio político. Nestas circunstâncias, obras urbanísticas a normatização da vida dos habitantes – proscrevendo e prescrevendo o lugar de cada um, de acordo com um ideário burguês de valorização do trabalho, ainda que contando com elementos patriarcais vestigiais –, eram elencados enquanto as respostas mais adequadas para essas questões, numa apropriação seletiva de modelos difundidos em escala global. Tais projetos e ações justificavam-se pela existência de uma “tradição sanjoanense”, em que o passado local e os anseios progressistas não eram necessariamente excludentes. Desse modo, busca-se ver como foi construída essa identidade sanjoanense e quais os mecanismos discursivos e ideológicos mobilizados de maneira a dar consistência a tais projetos, que por sua vez eram clamados como instrumentos necessários para a conservação de imagens já existentes sobre a cidade e seus habitantes.

**Palavras-chave:** São João del-Rei; modernidade; identidade; história urbana; controle social.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the discussions that started around urban interventions and the uses of spaces in São João del-Rei between 1893 and 1922. Using primarily periodicals, it seeks to apprehend, in the first place, the main problems identified in São João by the men of the press, in a context of loss of economic centrality in the regional scope and political lack of prestige. In these circumstances, urbanistic works and the normalization of the lives of the inhabitants – proscribing and prescribing the place of each one, according to a bourgeois ideology of valorization of work, even with vestigial patriarchal elements –, were listed as the most adequate responses to these questions, in a selective appropriation of models disseminated on a global scale. Such projects and actions were justified by the existence of a “Sanjoanense tradition”, in which the local past and progressive anxieties were not necessarily exclusive. In this way, we seek to see how this Sanjoanense identity was built and what discursive and ideological mechanisms were mobilized in order to give consistency to such projects, which in turn were claimed as necessary instruments for the conservation of existing images about the city and its inhabitants.

**Keywords:** São João del-Rei; modernity; identity; urban history; social control.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. SÃO JOÃO DAS LETRAS: AUTO-REPRESENTAÇÕES SOBRE O PERIODISMO E O OFÍCIO DO HOMEM DE IMPRENSA NAS FOLHAS SANJOANENSES.....	26
1.1. Aspectos formais da imprensa sanjoanense na <i>Belle Époque</i> .....	28
1.2. Os homens de imprensa e o papel da imprensa sanjoanense.....	37
1.3.1. A missão da imprensa: defesa dos interesses do Município, independência de atuação.....	41
1.3.2. A missão da imprensa: guia da sociedade.....	49
1.3.3. A missão da imprensa: a porta-voz e a voz do povo.....	53
1.4. São João das Letras.....	58
2. PROGRESSO EM NOME DA TRADIÇÃO: CONSTRUÇÃO E USOS DE UMA IDENTIDADE SANJOANENSE.....	60
2.1. A tradição diante das exigências da modernidade.....	64
2.2. A “tradição sanjoanense”.....	77
2.3. Recolocando a coroa da Princesa do Oeste.....	92
3. AS INTERVENÇÕES NA CIDADE SALUBRE COMO MANEIRA DE RECUPERAÇÃO DE STATUS DE “PRINCESA DO OESTE”.....	107
3.1.1. As contradições entre a celebrada salubridade sanjoanense e a condenada higiene local.....	108
3.1.2. Miasmas, micróbios e a incorporação do vocabulário médico-científico.....	122
3.1.3. O ressurgimento da “Princesa do Oeste” pela higiene.....	128
3.1.4. Água e esgoto: divergências sobre um consenso.....	134
3.1.5. Para longe da cidade: Cemitério e Matadouro.....	162
3.2. Interlúdio: as águas da Praia.....	173
3.3. Ocupação urbana, moradia, vias de transporte e embelezamento.....	192
3.4. Tecnologias da modernidade: telégrafo, luz elétrica, telefone, automóveis e... bondes?.....	222
4. OS USOS DOS ESPAÇOS NA SÃO JOÃO DEL-REI DA <i>BELLE ÉPOQUE</i> .....	255
4.1. A identidade sanjoanense como mecanismo ideológico de controle social.....	257
4.2. O universo doméstico e os papéis familiares.....	267
4.3. Trabalho, lazer e ócio elitista.....	304

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	385
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	389
ANEXO: BREVE PANORAMA DAS FONTES PERIÓDICAS UTILIZADAS.....	399

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar os debates relativos às intervenções urbanas em São João del-Rei e aos usos dos espaços durante o período habitualmente conhecido como *Belle Époque*. O recorte compreende um intervalo que vai de 1893 (ano da inauguração do Teatro Municipal, representando uma nova espacialidade, cultural e econômica, voltada para a ocupação das margens do Lenheiro, o córrego que corta a cidade) a 1922 (quando o mesmo Teatro foi fechado para uma ampla reforma; ano também em que há uma viragem na situação política local, com a queda dos grupos políticos sustentados pelos antigos quadros do Partido Republicano Mineiro).

As fontes utilizadas nesta pesquisa concentram-se, em grande parte, nos textos publicados pelos periódicos locais durante esse recorte, embora tenham sido empregados outros documentos capazes de complementar as lacunas ou acrescentar novas discussões. Desse modo, recorro a impressos anteriores ao período, sanjoanenses e de outros espaços, como a Capital Federal; álbuns de divulgação do Município, publicados na década de 1910; o Código de Posturas de São João del-Rei de 1887; trabalhos de memorialistas e textos com importantes informações sobre São João, compreendendo aspectos geográficos, climáticos, sociais e culturais, publicados originalmente na segunda metade do século XIX. A análise assume aqui um caráter qualitativo.

A escolha dos periódicos como a base principal das fontes empregadas assenta-se, em primeiro lugar, no seu reconhecimento por diversos atores como palco primordial de discussões na esfera pública, bem como – aspecto daí decorrente – na autoimagem que as folhas possuíam, compartilhada por diversos segmentos da população, dos políticos à gente comum. Qual seja, na sua capacidade, calcada numa pretensa imparcialidade e frieza de análise, em debater temas caros àquela sociedade, surgindo então como guias de conduta de comportamento dos habitantes e de políticas dos governantes. Os cuidados que devem-se empregar com esse tipo de fonte são melhores explicados no Capítulo 1. É possível adiantar que a imprensa não é um veículo imparcial, isento de pressões ou influências políticas, ideológicas, econômicas ou sociais, ou ainda que os temas eleitos para figurar num periódico apareçam de forma arbitrária ou neutra. Dito de

outro modo, há uma lógica interna que regula o que seria digno de figurar nas páginas de um impresso. A maioria das fontes primárias encontra-se no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del-Rei. Nominalmente, os periódicos sob a guarda deste acervo utilizados neste texto, indicados de acordo com as datas dos anos dos números consultados, são a *Gazeta Mineira* (1890-1894), *O Resistente* (1895-1903, 1906), *S. João d'El-Rey* (1899-1900), *O Combate* (1900-1902), *O Repórter* (1907-1912), *A Opinião* (1907-1912), *O Dia* (1912-1913), *A Reforma* (1913-1920), *A Evolução* (1913-1915), *A Verdade* (1914), *O Zuavo* (1914-1917), *A Tribuna* (1914-1916, 1918-1922), *O Benemerito 75* (1915), *A Nota* (1917-1918), *Minas-Jornal* (1918-1919), *O S. João d'El-Rey* (1920-1922), além de impressos que foram empregados de forma complementar, como a *Verdade Política* (1888-1889).

Tive a sorte de fotografar e digitalizar a maioria das coleções antes que a pandemia fizesse fechar grande parte dos arquivos. Mais tarde, nos momentos de abertura dos acervos nos anos de 2020 e 2021, pude completar esse trabalho de coleta das fontes. Era também de minha pretensão consultar alguns outros periódicos, como o *Acção Social*, ou então edições que faltassem das coleções do IPHAN, guardadas na Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, também em São João del-Rei. Números do *Dia*, da *Tribuna*, da *Nota*. Infelizmente não me foi autorizado. Aí só consegui fotografar o Código de Posturas de São João del-Rei, publicado em 1887. Dado que tenho até o momento um grosso volume de fontes, é possível minorar os efeitos dessa privação.

Periódicos também foram consultados no site do Arquivo Público Mineiro (edições de *O Resistente*, *A Pátria Mineira* [1889-1894]), na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (edições do *Resistente* e outros periódicos, principalmente do Rio de Janeiro, que aparecerão como fontes complementares) e no site “A Pátria Mineira”, que conserva números da folha de mesmo nome.

Para facilitar ao leitor o entendimento sobre o período de atuação dos periódicos analisados, esta tabela (FIGURA 1) mostra a difusão no tempo dessas fontes. Não usei aqui todos os impressos que circularam no período<sup>1</sup>, apenas os que 1) foram trabalhados 2) estão dentro do recorte de 1893 a 1922. Por exemplo, a

1 Para uma relação completa, cf. VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João del-Rei**. 2ª ed. Belo Horizonte: [s. n.], 1953, p. 63-66.

*Verdade Política* não está indicada por ser anterior ao período. Por essa tabela é possível perceber que a maioria dos periódicos aqui tratados teve duração inferior a dez anos, com exceção do *Resistente*, que circulou entre 1895 e 1906, e a *Tribuna*, que foi rodada de 1914 a 1938. O grosso delas concentra-se entre os anos de 1905 e 1920, embora com um período de publicação muito reduzido, principalmente as dos anos 1910. Alguns periódicos estão indicados por iniciais. São eles: SJDR1 (S. João d'El-Rey/1899-1900); OC (O Combate); OD (O Dia); AE (A Evolução); AV (A Verdade); B75 (Benemerito 75); AN (A Nota); MJ (Minas-Jornal); SJDR2 (S. João d'El-Rey/1920-1922). Para informações mais detalhadas sobre as folhas analisadas, é possível conferir o anexo ao final deste trabalho.

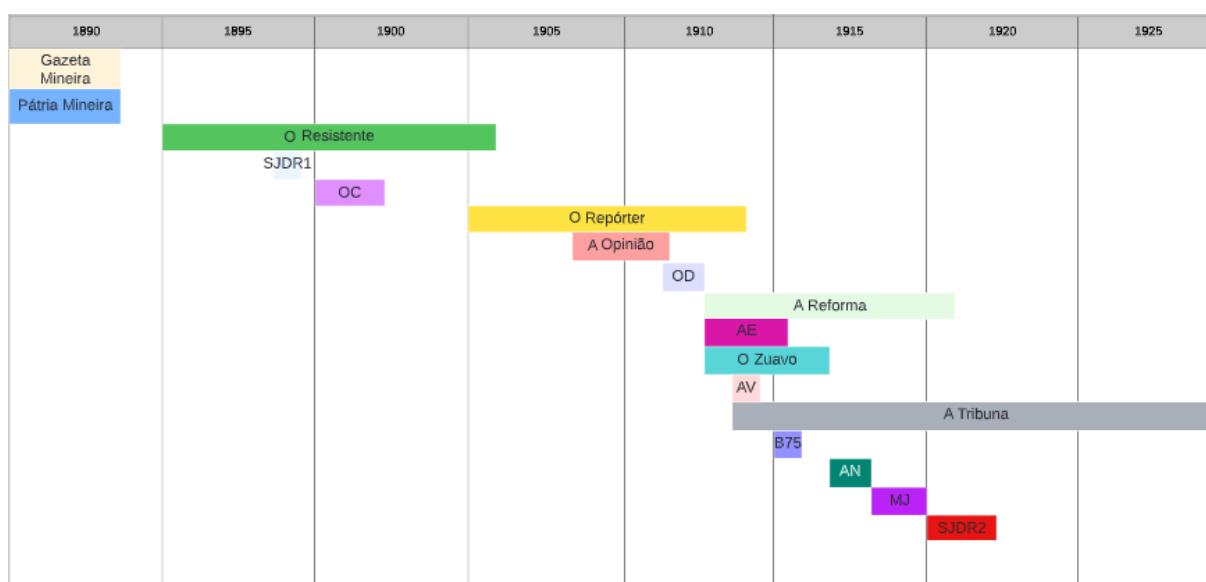


FIGURA 1 – Linha do tempo dos periódicos sanjoanenses que circularam entre 1893 e 1922 analisados.

Livros referentes a São João, datados desde o século XIX, e que se encontram digitalizados no site “A Pátria Mineira” também foram empregados. Destes destacam-se os *Apontamentos* (1859), de José Antônio Rodrigues e a obra *Tradições de S. João del-Rei* (1924), de Francisco Mourão Sênior. E também é dessa página na web a documentação digitalizada referente ao Asilo de Santo Antônio. Voltando ao A.P.M., temos os dados corográficos consultados sobre o Município publicados na *Revista* da instituição em 1905, em texto originalmente escrito por Aureliano Pimentel no ano de 1881.

Constam também como fontes álbuns e fotos, conservados no Museu Regional de São João del-Rei, com destaque para o *Album da Cidade de S. João d'El-Rei* (1913) de Tancredo Braga e o *São João d'El-Rey* (1918), organizado por André Bello. Estes assumirão um caráter mais ilustrativo, dando uma certa intelegibilidade para as informações fornecidas pelas outras fontes. Ao contrário do que se propunha originalmente no projeto de pesquisa, optei por não mais fazer uma análise das imagens desses álbuns. Não só porque já existem trabalhos que se concentraram nisso, mas porque os textos neles serão mais úteis para os fins deste trabalho, por conterem certos temas e representações sobre São João compartilhados pelos periódicos locais.

Além disso, foram consultadas publicações conservadas no Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, como o livro *Minas Gerais em 1925*, de Victor Silveira, com dados sobre São João na década de 1920.

Para melhor entender o traçado urbano da cidade à época, temos o *Mapa topographico de São João d'El-Rey*, de 1915, guardado na Secretaria de Cultura do Município. Em certo trecho da dissertação ele é comparado com a *Planta da cidade de São João del Rei*, de 1949, que só aparece aí. Este último também está conservado na mesma instituição. Deixo aqui, com o fim de fornecer ao leitor um melhor entendimento sobre o espaço sanjoanense a ser analisado, dando a possibilidade de situar alguns dos lugares citados ao longo da dissertação, um recorte desse mapa de 1915, privilegiando o centro da cidade (FIGURA 2). Proveitoso seria se ele aparecesse por inteiro nestas páginas, mas seu tamanho demasiadamente grande (o que dificultou, inclusive, a tarefa de fotografá-lo) impossibilita a realização desse desejo. Assim, ficam de fora locais como a região das Fábricas, o Matosinhos, o Senhor dos Montes. Não deixa de ser irônico que essa escolha resultante de um motivo de ordem prática acabe destacando um trecho do espaço urbano de São João que era, de fato, o que se queria melhor divulgado e conhecido, de acordo com as falas dos homens de imprensa locais, como teremos oportunidade de ver. A escala desse mapa é 1:2000.

Algo que se pode notar neste mapa é o fato de muitas das indicações terem sido feitas a lápis, mostrando uma intervenção posterior à sua confecção. É o caso por exemplo do traçado da “nova avenida Raul Soares”, do Teatro e do jardim ao

lado da Igreja de São Gonçalo Garcia. O desgaste do documento, por sua vez, suprimiu outros pontos, como a localização da Matriz do Pilar. Para melhor situar o leitor, algumas construções estão indicadas por números. São elas: 1 – Edifício da Câmara; 2 – Conjunto da Santa Casa de Misericórdia; 3 – Colégio Nossa Senhora das Dores; 4 – Igreja de São Francisco de Assis; 5 – Teatro Municipal; 6 – oficinas da Oeste de Minas; 7 – Igreja do Carmo; 8 – Igreja das Mercês; 9 – Igreja do Rosário; 10 – Igreja de São Gonçalo Garcia.



FIGURA 2 – O centro da cidade de São João del-Rei em 1915

As memórias analisadas estão divididas em dois tipos: as de caráter mais literário, porque centradas em reminiscências pessoais, como aquelas escritas pelo professor Antônio de Lara Resende, e os trabalhos voltados para uma perspectiva um tanto mais histórica, de catalogação de efemérides, nomes e lugares e imagens. Destas últimas, destacam-se os livros de Augusto Viegas, Antônio Guerra, Sebastião Cintra e Francisco Mourão Sênior, já citado acima.

Quanto à grafia das fontes utilizadas, embora goste dessa sensação de pátina e passagem do tempo que um texto antigo possui, decidi atualizá-la para facilitar a leitura. Mantive, no original, somente as diversas maneiras como era escrito o nome de São João del-Rei, variedade que não posso deixar de achar curiosa.

De forma global, o trabalho baseia-se no conceito de “representação”, conforme formulado pelo historiador Roger Chartier. Para o intelectual francês, a história cultural almeja “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>2</sup>. As representações do mundo social são determinadas pelos interesses do grupo pelo qual foram criadas, concorrendo com outros grupos na supremacia de suas próprias concepções<sup>3</sup>; daí a importância de averiguar-se os discursos e o meio daqueles que o fomentaram. São, em resumo, “as formas e os motivos [...] que, à revelia dos atores sociais, traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse”<sup>4</sup>. Procura-se, no nosso caso, apreender de que forma as elites sanjoanenses, capazes de interferir, por sua própria posição, no processo de transformação urbano local, compreenderam os projetos levantados e as intervenções efetivadas; as relações do novo com o tradicional; as imagens sobre o que seria São João del-Rei, qual o seu papel em Minas e o que significava ser um sanjoanense; o que identificavam enquanto os principais problemas da cidade e as soluções apontadas; a maneira como, nesse espaço, real ou projetado, os habitantes deveriam portar-se: onde ir, onde não ir e os limites do que fazer, de acordo com os conceitos vigentes de civilização, disciplina, trabalho e lazer. Para tal fim, cabe citar novamente Chartier, que afirma que as representações “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e

---

2 CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 16.

3 Idem, p. 17.

4 Ibidem, p. 19.

condutas”<sup>5</sup>. Partindo dessa perspectiva, os usos dos espaços determinados pelas elites letradas sanjoanenses serão analisados enquanto “práticas” de um projeto disciplinarizador, em conformidade com um ideal burguês de família, trabalho e lazer. Os demais conceitos empregados encontram-se diluídos no texto, explicados conforme aparecem.

Essas elites são aqui entendidas, de acordo com a categorização de Jeffrey D. Needell, como um grupo cujas fontes de autoridade e influência provinham “da riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos esses fatores”<sup>6</sup>. Os homens de imprensa de São João del-Rei, de acordo com Alexandre José Gonçalves Costa, “são negociantes [os donos dos periódicos], seus colaboradores, profissionais liberais e/ou funcionários públicos”. Eles são parte de elites que residiam majoritariamente no centro da cidade, formada por “advogados, negociantes, médicos, capitalistas, professores, farmacêuticos, funcionários do escritório da Oeste [de Minas, a Estrada de Ferro] e de outras repartições públicas, proprietários, jornalistas, alguns com quintas no aprazível subúrbio dos Matosinhos”, aos quais se juntavam “o juiz de direito da Comarca, o diretor da estrada de ferro, o promotor público, o comandante do quartel, o juiz municipal, os gerentes das fábricas, o vigário, os maestros – geralmente negros”<sup>7</sup>. Antônio de Lara Resende também forneceu sua própria leitura sobre quem comporia esse grupo. Fala de uma “aristocracia elegante de classe média”, formada pelo “alto funcionalismo” dos escritórios da E. F. Oeste de Minas<sup>8</sup>, até 1920 sediados em São João e depois transferidos para a capital mineira. Vê-se, a partir daí, a primazia que a burocracia da Oeste tinha para essas elites e cuja importância, para este trabalho, é dupla: em primeiro lugar porque muitos homens de imprensa ou figuras políticas do período trabalhavam ou tiveram passagem na Estrada, fosse no funcionalismo, fosse na Diretoria; em segundo, porque muitas das propostas de intervenção na cidade

---

5 Ibidem., p. 17.

6 NEEDELL, Joseph D.. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 275.

7 COSTA, Alexandre José Gonçalves. **Frades na cidade de papel**: a Ação Social Católica em São João del-Rei (1905-1925). Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2000, p. 12, 15.

8 RESENDE, Antônio de Lara. **Memórias 2**: da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., 1972, p. 47.

tinham como pano de fundo o fantasma da saída da Oeste de São João del-Rei ou o temor de não mais prescindir do Município para sua existência.

De forma resumida, este trabalho examina as representações criadas sobre o ser sanjoanense e a cidade de São del-Rei e, a partir daí, como essas imagens foram mobilizadas para justificar intervenções no espaço urbano e na vida e comportamento de seus habitantes. Do que decorre o fato de a dissertação seguir então dois caminhos: em primeiro lugar analisa quais as principais demandas sobre a cidade e que tipo de intervenções tiveram lugar em São João; quais as bases teóricas e ideológicas desses projetos, esforços e medidas e o que se procurava alcançar com eles. A segunda trilha discute as maneiras pelas quais a população desse lugar deveria se portar no espaço urbano a partir de três referenciais: as representações sobre a identidade do sanjoanense, as demandas de disciplina para o trabalho e a norma familiar que se queria impor aos indivíduos que compunham essa sociedade.

Todavia, creio ser importante discutir como minha pesquisa chegou a este ponto. Inicialmente, o estudo concebido na formulação do projeto de mestrado se basearia em outros termos: o reformismo urbano e o lazer da elite sanjoanense nesses espaços reformados (e elite sanjoanense, aliás, no singular; conceito que, graças a salutares puxões de orelha da banca de qualificação, aparece nesta dissertação no plural). Assim, tinha em mente que obras empreendidas no espaço de São João possuíam um caráter muito mais visual, simbólico – de adequação, ao menos estética, aos princípios da modernidade e de uma civilização de bases americanas e europeias –, do que transformações de base estrutural. Do mesmo modo, o lazer das elites sanjoanenses seria entendido enquanto uma forma de consagração de um espírito aristocrático-burguês, no qual o espaço reformado seria o seu cenário, o lugar de exposição de seu prestígio e de seus novos (e velhos) valores. Uma nova forma de distinção social, em meio a um Brasil que emergia da escravidão, em que as diferenças assentavam-se em bases menos sutis.

Embora considerasse a importância de atentar-se para as diferenças econômicas, culturais e sociais de São João del-Rei diante de outros centros bastante estudados na *Belle Époque*, ou seja, para o tipo de apropriação ocorrida

neste lugar de princípios compartilhados pelos grupos dirigentes de todo o país, a leitura das fontes possibilitou caminhos alternativos. Orientação mais profícua do que a ideia original, mostrando as especificidades de uma cidade de interior, que os textos seminais sobre o período, embora fundamentais para sua compreensão, não conseguem captar, assumindo um caráter um tanto generalizador. Um primeiro ponto de divergência com o plano inicial afigurou-se: substituir o termo “reformismo” por “intervenções”. A noção de reformismo implica na ideia de um planejamento e de uma ação sistemáticas e coordenadas, de um projeto que abarcaria as várias esferas do urbano obedecendo a um mesmo princípio. Sendo a cidade comparada com um organismo, recurso muito utilizado então, fazia-se necessária uma reforma que abarcasse todos os pontos desse ser, que, funcionando em conjunto, não poderia favorecer uma das partes desse organismo em detrimento de outras. Quando se fala em reformismo pensamos no Rio de Pereira Passos, na São Paulo do Conselheiro Prado, na Manaus da era da borracha, cidades cujas intervenções urbanas coordenavam-se por um plano abrangente, de modo que os picos das transformações se operassem de forma ampla num período diminuto. No caso sanjoanense as discussões e as obras no seu espaço obedeceram muito mais a contingências momentâneas, a interesses os mais diversos, a conjunturas políticas e a disponibilidade financeira da Câmara Municipal ou de outros grupos e instituições com poderes de ação; dispersava-se recursos e forças por obras que nem sempre, por esse mesmo motivo, eram finalizadas, fazendo com que essas intervenções fossem bastante dispersas no tempo e com resultados aquém do esperado. Com isso, os debates na imprensa de São João del-Rei sobre determinado assunto prosseguiram por anos a fio, recuperando e transformando argumentos, embora houvesse um mesmo referencial teórico, um leque de respostas fornecido pelos exemplos feitos à época, lidos e apropriados de forma singular; um mesmo desejo, uma mesma vontade de colocar o Município nos trilhos da civilização – para usarmos uma imagem tão cara àqueles tempos, a do trem, a da velocidade da locomotiva, que chegou com seu silvo na “Princesa do Oeste” em 1881, com implicações econômicas e culturais para São João. E não só: as intervenções eram parte de uma aspiração maior, de recuperação econômica, política e simbólica de São João del-Rei, cuja influência dentro do mosaico mineiro vinha decrescendo

desde a segunda metade do século XIX. A construção da Oeste de Minas foi um alívio, mas a sua consequente ampliação tornou São João um polo menos central para a ferrovia e para a economia do Estado, de modo geral, com a concorrência de outras zonas mais prósperas. De sorte que se fazia imprescindível pensar em alternativas que fossem capazes de recuperar a dinâmica econômica do Município e acabar com seu estado de relativa vassalagem a forças políticas de maior impacto nas Minas Gerais da Primeira República.

Um segundo ponto: não enfocar somente as práticas e usos das elites no espaço sanjoanense. Aqui a leitura das fontes também possibilitou uma ampliação das perspectivas. Para além das figuras inescapáveis daqueles membros das elites que escreviam nos periódicos, aparece toda essa multidão de homens, mulheres, meninos e meninas, tão ricos de histórias e de rastros tão fugidios, que seriam eclipsados caso colocasse minhas lentes unicamente sobre os grupos dominantes de São João del-Rei. Em se tratando de ajustar o espaço aos valores da modernidade, do progresso e da civilização de bases europeias – sem abandonar relações sociais arcaicas, egressas do período escravocrata –, o foco passou a recair sobre a forma como os espaços da cidade, nos seus lugares públicos, nos seus âmbitos privados, eram (ou ao menos deveriam ser) utilizados pela população em geral, obedecendo aos novos valores do trabalho e de seu complemento, o lazer, ambos de inspiração burguesa. Aos princípios de uma nova família e de um novo ente social. Porque seria difícil falar de cidadão num período em que o exercício de direitos era tão limitado. Assim, não se pode perder de vista outras configurações: o papel social da família e de seus membros, do pai, da mãe, da criança, até mesmo dos agregados, daqueles que trabalhavam para as famílias. Entender, enfim, os usos dos espaços a partir de alguns princípios: família, trabalho e lazer e os papéis sociais aos quais os indivíduos deveriam conformar-se (o macho/pai/trabalhador, a fêmea/mãe/rainha do lar, o filho/futuro cidadão útil e disciplinado), fossem eles das elites ou das camadas subalternas. Mostrar as diferenças de tratamento entre uns e outros, embora todos, teoricamente, devessem responder aos mesmos princípios, num momento de constituição de uma sociedade disciplinar pós-Abolição, exibindo as heranças nas hierarquizações sociais e os novos tipos de tratamento calcados num ideal burguês de trabalho livre.

De forma resumida, a pesquisa, agora com os objetivos reformulados, procura entender as demandas acerca das intervenções urbanas em São João del-Rei, considerando o contexto político-econômico enfrentando pelo Município durante as décadas em apreço, tendo em mente não só o que se imaginava como o mais fundamental nos discursos sobre as intervenções, mas também as limitações para a sua implementação. Desse modo, é preciso destacar as disparidades frequentes entre o *querer* dos periódicos e dos demais agentes, do *fazer* pelos poderes públicos e privados, as muitas variáveis que se cruzaram nesse longo processo, já citadas. Complementarmente, o trabalho almeja compreender de que maneira os debates na imprensa formulavam os modos pelos quais deveriam se portar os habitantes de São João nos diversos espaços da cidade. Explicar como as elites liam o território urbano a partir de uma norma, caracterizando lugares e pessoas de forma positiva ou negativa; interditando a frequência ou valorizando o uso desses mesmos espaços a partir da ótica da promoção do trabalho e do lazer em que os papéis sociais e normativos de homens e mulheres passavam a ser enquadrados pelos preceitos de uma sociedade disciplinar, ainda que marcada pelos inúmeros resquícios deixados pelo tempo do cativo. Gente que deveria corresponder às pretensões de recuperação política, econômica e simbólica de São João, expressas nas intervenções na cidade. Obras que fossem capazes de criar uma estrutura atraente para investimentos e visitantes, o que, conseqüentemente, aumentaria o poderio regional do Município; espaço adequado para a maior saúde e bem-estar de seus moradores, que concorreriam para o progresso local pelo suor de seu trabalho, com corpos e mentes adequados para esses fins.

É óbvio que esta análise deve perpassar algumas variáveis. Porque, embora o chamado fosse coletivo, o papel concebido a cada um era diferente, de acordo com sua raça, com sua classe, com seu gênero, com sua idade. Não se cobrava de um filho ocioso de umas das grandes famílias locais, morador da rua Padre Maria Xavier, o mesmo que um renitente vagabundo do Jogo da Bola. Assim, já que se pretende analisar o que se desejava- para os habitantes da cidade, deve-se ver, nas entrelinhas, nos detalhes dos textos, nas possibilidades de apreensão do cotidiano fornecidas pelos periódicos, como levavam suas vidas diante desse projeto; se os discursos encontravam ou não contrapartida na realidade e de que forma. Ações que

muitas vezes contrariavam as discussões formuladas, nos tratamentos desiguais, favorecendo certos grupos, e na resistência de outros, refratários a essas formas disciplinares.

Por último, é importante frisar outro caminho pelo qual a pesquisa enveredou-se. Tema inescapável, o embate entre o passado colonial – fincado até hoje na fisionomia urbana sanjoanense –, e os anseios progressistas, levaram-me a discutir a questão da construção de uma tradição e de uma identidade locais. Passado paradoxalmente renegado e valorizado, dependendo da ótica assumida: rejeição de seus aspectos materiais (o casario, as vielas) e adoção de elementos simbólicos, afetivos, que foram elaborados de forma a criar uma identidade ligada a São João del-Rei. Representações sobre a cidade e seus habitantes que tornaram-se incontornáveis neste trabalho, pois foram mobilizadas de diversas maneiras, empregados nos discursos sobre o papel assumido por São João no concerto das cidades mineiras. Davam sentido para as intervenções no espaço urbano e para as maneiras de ser e agir dos moradores, tendo em vista que tais imagens legitimavam essas medidas e essas mesmas medidas surgiam como capazes de manter intactas (ou ao menos condizentes com o papel da cidade na sua relação com marcha do mundo) determinados elementos identificados com o *ethos* sanjoanense. Ou seja, possuía um cunho progressista, adequando a cidade aos anseios modernizadores do período; por outro lado, no verso da moeda, tornava tais empreendimentos essenciais para a conservação de São João enquanto desenvolvida “Princesa do Oeste”, de população tradicionalmente ordeira e aberta aos melhoramentos materiais, sem abdicar de seu conservadorismo social, reforçado por essa voga disciplinadora do discurso burguês.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles versa sobre a imprensa sanjoanense no período compreendido pelo presente recorte. Estuda as imagens construídas sobre o papel do periódico na vida da cidade e também do ofício do homem de letras. Discute os elementos materiais, a difusão e recepção da imprensa pelos diversos segmentos da sociedade sanjoanense. O segundo capítulo aborda as questões relativas à modernidade e ao passado na *Belle Époque* brasileira e dentro disso, como esses conceitos eram entendidos pelas publicações

de São João; a maneira como foi construída uma “tradição sanjoanense”, uma identidade local e os usos que delas fizeram os homens da imprensa nas discussões relativas às transformações no espaço urbano, no viver dos habitantes e no papel do Município em Minas Gerais, num contexto de transformações econômicas e políticas no âmbito regional. O terceiro capítulo detém-se nas demandas e intervenções sobre o espaço urbano de São João del-Rei; indaga quais eram os principais problemas identificados na cidade, desde a higiene, considerada a mais premente, passando pela questão da circulação até o embelezamento; as soluções projetadas e adotadas pelos grupos dominantes; os percalços pelos quais passaram essas iniciativas. Já o quarto e último capítulo traça as projeções construídas pelos homens de imprensa para os habitantes da cidade, seus papéis enquanto sujeitos potencialmente produtivos, parte de um organismo que iria da família ao trabalho. Diante das expectativas de disciplinarização e normatização do trabalho e do lazer, discute a maneira como esse projeto previa o uso dos espaços para os diversos tipos de moradores de São João e como, por outro lado, os espaços eram dotados de características espelhadas dos adjetivos atribuídos a cada um dos moradores, a partir de construções que identificam o seu ser normativo com seus lugares de frequência e vivência.

## 1. SÃO JOÃO DAS LETRAS: AUTO-REPRESENTAÇÕES SOBRE O PERIODISMO E O OFÍCIO DO HOMEM DE IMPRENSA NAS FOLHAS SANJOANENSES

Este capítulo tem como proposta analisar os periódicos que circularam em São João del-Rei durante o recorte delimitado a partir das condições de sua publicação e das imagens que formulavam para seu ofício e para seu papel social, vendo, em contrapartida, como estas representações foram assimiladas pelo público da cidade. Tratando-se de imprensa, surgindo ela aqui como fonte e objeto de análise, não é possível furtar-se de estudar determinados aspectos, fundamentais para este trabalho. Assim, as discussões encetadas sobre as intervenções urbanas em São João e em como esse espaço – obedecendo aos ideais vigentes de progresso, civilização, de disciplina e aos modelos fornecidos de conduta normativa –, deveriam ser utilizados, são um tema privilegiado por este tipo de veículo de comunicação. De modo que se faz necessário compreender, em primeiro lugar, alguns pontos essenciais desse mesmo periodismo: as condições técnicas dessa imprensa, as autorrepresentações sobre seu papel na sociedade, no seu diálogo tanto com a população urbana, quanto com os poderes estabelecidos. Dito de outra forma, entender de que maneira as publicações que circularam em São João del-Rei no período analisado concebiam seu próprio trabalho e sua função no campo político e social e qual era influência desses tópicos sobre as discussões em torno das intervenções sobre o espaço urbano e seus habitantes. O que seria decorrência do fato, assim acreditavam, de estar legitimada por uma importante missão: de guia do povo para um ideal de civilização; de contrapeso, ou suporte, dependendo do caso, ao mundo político; de propugnadora dos interesses do Município.

Antes de mais nada, são necessárias algumas precauções. O discurso jornalístico, como destaca Derocina Alves Campos Sosa, “obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e conteúdo apresentado está visceralmente ligado a seu tempo”. Tais discursos estão, portanto, “balizados pelo contexto em que foram criados”<sup>9</sup>. Além disso, deve-se considerar que a imprensa não é, apesar de assim pretender, isenta de parcialidades, mesmo que ciosa de uma atuação

---

9 SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, 2006, p. 109-205. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>>. Acesso em: 04. mar. 2021.

aparentemente neutra. Como mostra Tania Regina de Luca, ela, a imprensa, “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”<sup>10</sup>. São falas, silêncios, recortes, omissões que, num processo de escolhas, procuram formar uma lógica interna naquilo que será divulgado ao público, algo que obedeça aos intentos do periódico ou estejam de acordo com a posição daqueles homens de imprensa que aí formulavam seus textos. O que, em última instância, traz uma obrigação de, na medida do possível, condicionar os intuitos dessa atividade, a de análise do conteúdo dos discursos dos periódicos, à maneira pela qual a lide de imprensa era feita e tomada por seus próprios atores para que não se incorra no terrível pecado do anacronismo, muito embora não se possa deixar de lado o aspecto crítico da análise, indispensável no ofício do historiador. À essa precaução se acresce a de sempre tentar discernir o que motivou os textos a serem apresentados de uma forma e não de outra e o porquê da eleição de um tema e não de outro. Ou seja, se faz necessário explicitar os vieses dos periódicos considerados, seus interesses e relações com os grupos dominantes, as influências de considerações políticas, financeiras, etc<sup>11</sup>.

---

10 LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 139.

11 Idem, p. 140.

### 1.1. Aspectos formais da imprensa sanjoanense na *Belle Époque*

Um primeiro ponto a ser tratado é o dos aspectos técnicos da imprensa sanjoanense do período enfocado, a importância da materialidade e de seus suportes, que nada tem de natural<sup>12</sup>. A virada do século não representou necessariamente uma transformação nos modos de se fazer a imprensa periódica de São João del-Rei. Embora o *Resistente* (1895-1906), o periódico mais longo dessa transição, dirigido e contando com Carlos Sanzio como seu principal redator, tenha oferecido uma mudança no discurso do seu papel enquanto veículo (neutralidade política e análise independente dos problemas da sociedade, ainda que isso não tenha durado muito), as técnicas de produção do impresso seguiam muito do que era o corrente, não obstante certas melhorias nos usos das máquinas de impressão. Na verdade, pouco mudaram e continuaram assim por mais algum tempo. Vez ou outra o monótono deserto de letrinhas miúdas, concentrado em colunas tão compridas quanto estreitas, ocupadas até o limite do possível, era quebrado por uma ou outra gravura, por conta de uma data ou acontecimento especial – o dia de Tiradentes (O RESISTENTE, 21/04/1901); a defesa de membros do partido aliado de Carlos Sanzio, com seus rostos estampados na primeira página da folha, quando do processo movido contra eles por um assassinato em um processo eleitoral (O RESISTENTE, 12/05/1901; 17/05/1901; 23/05/1901; 26/05/1901); o retrato do Marechal Floriano (O RESISTENTE, 05/07/1895). Como a maioria dos jornais da época, não havia uma divisão clara nos temas a serem tratados nas páginas dos periódicos. Todos os assuntos, de maior ou menor importância, eram colocados de maneira pouco ordenada, “um mosaico constituído por fragmentos de natureza vincadamente díspar”<sup>13</sup>.

A maioria das folhas eram publicadas uma, duas ou três vezes por semana. Os primeiros diários, apesar de tentativa anterior do *Resistente*<sup>14</sup>, foram *O Dia* (1912-1913), propriedade de uma empresa e sob a redação de Campos da Cunha, Fausto Mourão e José Lopes Sobrinho, depois assumida por Francisco Pinheiro e Lauro

12 Ibidem, p. 139.

13 GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais** (4ª Expedição). 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 18.

14 Em 1899 o *Resistente* tornava-se publicação bissemanal, a segunda experiência do tipo na história da imprensa sanjoanense, extinguindo, desse modo, o suplemento distribuído nos domingos e vendido de forma avulsa, sem assinaturas – novidade no campo da imprensa local. Ser um “jornal diário” era a “mira” da publicação, realização de um “compromisso” que deveria ocorrer no “início do século XX”, mas que não logrou sucesso (O RESISTENTE, 12/02/1899).

Pinheiro, e *A Nota* (1917), da Tipografia S. José e redigido por Antônio Coelho dos Santos, Alberto de Carvalho, Cristovam Teixeira, Lopes Sobrinho, Licurgo de Almeida, Gonçalo Amarante da Silva, alguns dos quais saíram durante esse meio tempo de existência do impresso, dando lugar a outros. Entretanto, tiveram curta duração, não conseguindo subsistir por mais do que um ano.

As técnicas de impressão era ainda bastante manuais, centradas no paciente trabalho do tipógrafo, colocando letrinha por letrinha na composição do texto a ser impresso, do que às vezes decorriam “pastéis” – erros de impressão –, aos quais os redatores se prontificavam a apontar, dando as devidas desculpas ao leitor (*A NOTA*, 23/05/1917). As grandes transformações gráficas que tinham lugar no Rio de Janeiro desde aquela época, com a introdução de máquinas modernas, mais rápidas, e a colocação de ilustrações e de, posteriormente, clichês no papel, demoraram a aparecer em São João, por conta das próprias limitações materiais das tipografias locais. Novas máquinas paulatinamente eram adquiridas e orgulhosamente ostentadas, como o *Resistente* e sua Alauzet “Empress” (*O RESISTENTE*, 12/05/1898). Até onde o acesso às fontes permite entrever, o primeiro a tentar dialogar com essas inovações focadas no imagético foi o *Repórter* (1905-1914), de propriedade da Tipografia Comercial e, a partir dos números disponíveis para esta pesquisa (1907), rodado na própria Tipografia Comercial. Era liderado por J. B. Assis Viegas e J. Assis Sobrinho, passando para as mãos de Herculano Veloso depois de 1913. Não é possível garantir que isso tenha ocorrido antes, com ele ou com outra publicação, mas na edição de 29 de Maio de 1906, cuja capa é reproduzida na edição comemorativa de 11 de Agosto de 1908, temos um clichê de João Evangelista de Assis, fundador da folha e recentemente falecido naquele momento. Essa mesma edição de 1908, feita circular em comemoração ao primeiro ano de aumento de formato do periódico, representa ela própria um marco. Impressa em bom papel, conta com diversos retratos dos membros do *Repórter*, de fotografias da cidade e de figuras importantes do Município. Embora tenha sido precedida por um volume similar da *Opinião*, alusivo ao seu primeiro aniversário e contendo clichês de panoramas e edifícios da cidade, este não sobreviveu (*O REPÓRTER*, 09/07/1908). A *Opinião* era rodada em tipografia própria, muito provavelmente a antiga oficina do *Resistente*. De propriedade de Euclides Machado & C., depois transferida a J. D.

Leite de Castro e, mais tarde, comprada pela Tipografia Faleiro, este periódico era inicialmente redigido por Odilon de Andrade e Fausto Mourão. Assim, temos que nos contentar com a edição de seu colega, o *Repórter*. Nela há uma preciosa imagem das oficinas do periódico, mostrando as máquinas e os responsáveis pela publicação da folha, homens brancos e de cor (FIGURA 3).



FIGURA 3 – “Pessoal das oficinas d'O REPÓRTER”. (FONTE: O REPÓRTER, 11/08/1908).

Não é possível afirmar se o *Repórter* foi o primeiro a investir na inclusão de charges em suas edições, mas é a folha com ilustrações do gênero com volumes mais antigos que sobreviveram ao furor das traças, ratos e baratas e desse outro animal inimigo da preservação documental, o homem. A verve dos cartunistas voltava-se contra a administração de Antônio Gonçalves Coelho, Agente Executivo em exercício, vice-presidente da Câmara, então sob o domínio de Joaquim Domingues Leite de Castro (O REPÓRTER, 02/06/1912). Em 1898 Leite de Castro tomou posse como Presidente da Câmara. Membro da Diretoria da Oeste de Minas, seu longo governo só foi findar em 1912. De sua inauguração em 1881 até sua

encampação pela União, em 1900, muitos dos membros da Oeste figuraram na política sanjoanense, como Paulo Freitas e Antônio Francisco da Rocha, sujeitos que serão citados com mais vagas a frente<sup>15</sup>. Leite de Castro foi uma figura ativa na vida pública de São João na transição do Oitocentos para o século XX. Além de Agente Executivo, acumulou os cargos de Deputado Estadual, eleito em 1903, e de Deputado Federal, posto que exerceu entre 1906 e 1912<sup>16</sup>. Como ficasse preso em seus negócios na Capital Federal, o major Antônio Gonçalves Coelho, vereador especial pelo distrito de São Sebastião da Vitória, na qualidade de vice-presidente e Agente Executivo em exercício, conduzia governo em São João del-Rei. Neste final da década de 1900, o *Repórter*, antes considerando-se imparcial, havia com os dois rompido, adentrando no campo da oposição explícita, por causa do apoio do chefe do executivo à chapa de Hermes da Fonseca nas eleições de 1910. Este fato culminou, inclusive, na suspensão das tiragens da folha por algum tempo, em decorrência de ameaças de empastelamento<sup>17</sup>.

É sabido, também pelo *Repórter*, que um outro periódico, o *Grypho*, que circulou na segunda metade da década de 1900 e cujas edições foram perdidas ou, nas hipóteses mais otimistas, encontram-se inacessíveis, tinha o costume de publicar charges de algumas personalidades locais. Uma delas, a de Bento Ernesto Júnior, colaborador do *Repórter*, não foi de agrado do retratado (O REPÓRTER, 23/07/1908). Algo que foi incorporado pelas folhas locais: volta e meia deparamo-nos com caricaturas de redatores e colaboradores, ainda que estejam dispersas pelos volumes das coleções.

A grande mudança coube à *Tribuna* (1914-1938), “o primeiro jornal ilustrado que aparece em S. João d’El-Rei”, fundada em 1914 por Tancredo Braga, João Viegas Filho e João Jeunon Júnior, obedecendo aos preceitos da “imprensa moderna” (A TRIBUNA, 26/07/1914). A despeito do orgulho em ser o primeiro periódico a contar com ilustrações na cidade, cuja gravação dava-se no Rio, no ateliê de J. Garcia (A REFORMA, 27/07/1914), muitas delas são simples

15 DANGELO, André Guilherme Dornelles; BRASILEIRO Vanessa Borges; DANGELO, Jota. **Memória arquitetônica da cidade de São João del-Rei: 300 anos**. Belo Horizonte: Editora 43, 2014, p. 26-27.

16 SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. CASTRO, Joaquim Domingues Leite de. **Verbete**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Joaquim%20Domingues%20Leite%20de.pdf>>. Acesso em 13 Maio 2021.

17 COSTA, op. cit., p. 64.

reproduções de outras mais antigas, de retratos de figuras oficiais ou de cidadãos sanjoanenses. Alguns clichês dos panoramas urbanos não eram inéditos, já aparecendo em outras publicações, como o *Álbum da cidade de S. João d'El-Rei*, de Tancredo Braga, lançado no ano anterior como álbum de divulgação do Município por ocasião de seu bicentenário. Braga, inclusive, era um dos redatores da *Tribuna* e figurava na imprensa sanjoanense desde o *Repórter*. O exemplo foi logo seguido pelos periódicos contemporâneos, como a *Reforma* (1913-1920), do Dr. Francisco Mourão Sênior, que vez ou outra inseria entre suas páginas imagens de eventos e figuras importantes e de acontecimentos substanciais da vida cotidiana de São João, como fotografia do Hotel Oeste recentemente incendiado<sup>18</sup>, por exemplo, ou um clichê com os estragos causados pela cheia do córrego da Água Limpa<sup>19</sup>, afora os inúmeros retratos oficiais de figuras públicas do período, aproximando o leitor dos fatos de relevância do momento. Já o *Minas-Jornal* (1918 e 1919), criado por Custódio de Castro e Gil Pereira Coelho, utilizou-se bem do artifício das charges. Em uma de suas edições estampou uma gravura que tentava reproduzir o rosto de um conhecido curandeiro local, Emídio do Bengo (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>20</sup>, ao explorar, à moda dos jornais cariocas, a vida das classes populares, de suas crenças e figuras exóticas, como o alegado charlatão, morador da periferia da cidade, a quem tentavam desmascarar<sup>21</sup>. Não obstante as limitações técnicas, vemos que o periodismo sanjoanense almejava acompanhar as mudanças ocorridas nos impressos dos grandes centros, que se viam e eram vistos como ícones da modernidade, graças a essas novas tecnologias, que também modificavam o modo de produzir o jornal<sup>22</sup>.

As efemérides eram datas propícias para se mostrar essa consonância com o desenvolvimento técnico. Alguns periódicos, em edições de aniversário, se esmeravam em trazer uma publicação mais caprichada, com maior número de folhas, papel de qualidade superior, inserção de charges, fotografias e exuberantes anúncios. Como exemplo, temos a já citada edição comemorativa do *Repórter* por

---

18 Cf. Figura 39.

19 Cf. Figura 12.

20 O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 3 do Ano I.

21 BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 38-39.

22 Idem, p. 21, 24.

ocasião do seu primeiro ano em formato de maiores dimensões ou o 100º número do *Minas-Jornal* (FIGURA 4). Conforme Marialva Barbosa,

a utilização da ilustração como uma espécie de arremedo da imagem técnica – que logo ocupará lugar de destaque na imprensa – constrói paulatinamente o seu caráter aparentemente objetivo, fazendo com que sejam olhadas como espécies de janelas e não como imagens.

Ainda segundo a autora, “a descrição fotográfica – fosse ela do ambiente ou das pessoas – passa a ser gradativamente vista como instrumento eficiente para reproduzir o real e a verdade [...]. A imagem passa a conter em si mesma a ideia de verdade”<sup>23</sup>.

---

23 Ibidem, p. 21, 24.

Manter um periódico em atividade não era tarefa fácil. Eles viviam, majoritariamente, de assinaturas e inserções de anúncios. O *Zuavo* (1913-1917) publicação da Tipografia S. José e dirigida por Alberto Carvalho, comentava em 1916, que era bastante difícil fazer um trabalho independente em São João (esse tema, a imagem de neutralidade e independência dos impressos, discutirei mais à frente). Na revista local de Alberto Thoréau, “Trapos e Farrapos”, inserida na seção do folhetim, a personagem “Tesoura” recorria a um trocadilho com o famoso grito de D. Pedro I em fala à colega “Imprensa”: “Independência é morte”, pois como a última explicava, “quando uma folha publica uma crítica, no dia seguinte [...] todos [os

familiares, afilhados, amigos e amigos de amigos do criticado] devolvem a folha culpada de uma tal ousadia”, ao que a personagem “Engenharia” completa: “sem leitores e sem assinantes”. Fora o fato, destacado pela “Tesoura”, de que os amigos dos periodistas geralmente não pagavam as assinaturas (O ZUAVO, 02/04/1916). Daí a necessidade, por exemplo, de se criar estratégias para se conseguir mais pagantes, como a oferta de prêmios (O REPÓRTER, 19/09/1907). Mostra dessa dificuldade, o *Dia* encerrou suas publicações pelos prejuízos enfrentados por seus proprietários (A NOTA, 04/05/1917). Por sua vez, Francisco Mourão vendeu as oficinas da *Reforma* diante de sua precária situação financeira (A REFORMA, 04/02/1920). Circunstâncias econômicas maiores também poderiam comprometer as publicações. O aparecimento da guerra na Europa causou grandes problemas no mercado de papel, ora fazendo com que as folhas tivessem de recorrer a material de menor qualidade, como foi o caso da *Tribuna* (A TRIBUNA, 23/08/1914), diminuir o formato, exemplo do *Zuavo* (O ZUAVO, 08/11/1914) e da *Nota* (A NOTA, 08/02/1918) ou simplesmente interromper as atividades até que fosse possível ter novamente garantias de continuidade das tiragens, como fizeram a *Reforma*, temporariamente (A REFORMA, 17/10/1914), e a *Nota*, definitivamente (A NOTA, 09/04/1918).

Por sua vez, falar da tiragem, levando em conta tudo o que foi elencado anteriormente, também é um problema. Grande parte dos periódicos não oferecia informações quanto ao número de exemplares vendidos. Aos que trataram da difusão de suas folhas, é necessário munir-se de ressalvas, por não haver outras fontes que possam contrabalancear essas indicações. O *Resistente*, por exemplo, nas palavras do colunista “Tom Zé”, seria, em 1897, o maior de Minas em circulação, onde não chegassem a *Gazeta de Oliveira* e o *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora, considerados os dois mais importantes do Estado no momento, em disputa pelo posto de primeiro colocado (O RESISTENTE, 13/05/1897). Anos depois, em 1917, a *Nota* contava que os exemplares avulsos de uma edição em particular (versava sobre a tentativa de empastelamento do diário por rapazes das elites sanjoanenses, descontentes em terem suas travessuras reveladas), haviam sido todos vendidos e, mesmo colocados novamente no prelo, também esgotaram-se, sem, contudo, contar os números de edições rodadas e consumidas (A NOTA, 12/07/1917). A *Tribuna*, por seu turno, já sob a direção de Basílio de Magalhães, em

sua campanha contra o domínio do Agente Executivo Odilon de Andrade, afirmava, orgulhosa, que as vendas avulsas chegavam a cem exemplares, tendo o agente da *Noite* pedido uma remessa de outras vinte, logo todas consumidas. A *Tribuna*, dizia o próprio periódico, seria naquele ano de 1920 o órgão mais lido da cidade e do Município e um dos mais consumidos na zona da Oeste e no Estado, com destaque para Belo Horizonte (A TRIBUNA, 22/08/1920). Mais factíveis talvez sejam os números fornecidos pelo *Repórter*, que elencou os nomes dos assinantes que estavam em dia com seus pagamentos – quase noventa ou mais, na cidade, nos distritos e mesmo na capital mineira (O REPÓRTER, 19/09/1912; 22/09/1912; 29/09/1912; 17/10/1912; 05/12/1912). Cláudio José Guilarducci, em seu trabalho sobre o teatro de revista em São João, traz alguns dados hipotéticos acerca da tiragem dos periódicos locais. Supõe que cada folha, rodadas em diferentes tipografias, na década de 1910, imprimia cerca de 200 exemplares, sendo que cada edição seria lida por aproximadamente 3 pessoas. Ao final de suas contas, estimava que somente cerca de 10% dos moradores da área urbana sanjoanense seria leitora dos periódicos<sup>24</sup>. O perfil dos leitores, porém, discutiremos mais a frente. No entanto, é importante frisar que não-leitores também eram atingidos pelas discussões dos periódicos, dado o costume corrente de se ler em voz alta.

Todas essas circunstâncias de ordem material, da limitação de tiragem e difusão até as dificuldades enfrentadas na própria sobrevivência dos periódicos, influenciaram na autoimagem que a imprensa sanjoanense tinha de si. Restrita a um universo interiorano, sem as mesmas boas condições de seus colegas dos grandes centros, tentavam, mesmo assim, assimilar o discurso por eles difundidos.

---

24 GUILARDUCI, Cláudio José. **A cidade de São João del-Rei nas entrelinhas dos manuscritos do teatro de revista da Belle Époque**: um testemunho da História Cultural sanjoanense. Tese de Doutorado. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2009, p. 189-190.



FIGURA 5 – Fachada do prédio da *Tribuna* na década de 1920, então situado na rua Moreira César (Municipal). A foto original se encontra espelhada e extraída de um recorte com outras fotografias. (FONTE: SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 771).

## 1.2. Os homens de imprensa e o papel da imprensa sanjoanense

Quem eram os homens de imprensa em São João del-Rei? Os donos dos periódicos “são negociantes, seus colaboradores, profissionais liberais e/ou funcionários públicos”, parte do conjunto das elites, em termos definidos por Alexandre José Gonçalves Costa e já citados em páginas anteriores<sup>25</sup>. Como muitos desses homens também atuavam na imprensa, se faz necessária a ênfase em relacionar as elites sanjoanenses com as folhas que circulavam no período. Deve-se entendê-las como um espaço de debate de propostas e projetos desse grupo. Ao girar em torno desses estratos da sociedade de São João del-Rei, tinha-se como consequência a exclusão de uma ampla camada na esfera pública, que, quando muito, era mediada pela voz daqueles que escreviam, o que será debatido a frente. Obra coletiva, em que circulavam nomes e bolsos. A *Tribuna*, por exemplo, desde que adquirida por Basílio de Magalhães, passou a ser gerida por um grupo de acionistas composto por industriais e negociantes. Paulo Teixeira, personagem de várias publicações, por seu turno, foi advogado, político e promotor público, escrevendo na *Pátria Mineira* (1889-1894), no *Combate* (1900-1902) e no *Repórter*.

<sup>25</sup> COSTA, op. cit., p. 12, 15.

Lauro Pinheiro, filho do também jornalista e homem público Francisco de Paula Pinheiro, atuava como farmacêutico e professor, contribuindo para o *Dia* e para o *S. João d'El-Rey* (1920-1922), na sua segunda fase. Herculano Veloso, advogado, chegou mesmo ao cargo de Agente Executivo de Tiradentes e teve passagem pelo *Repórter*, pelo *Minas-Jornal* e mais tarde pelo *S. João d'El-Rey* (2ª fase). Um último exemplo é o do médico Ribeiro da Silva, que escreveu para o *Repórter*, para a *Opinião* (1907-1912), para a *Evolução* (1913-1915), para o *Minas-Jornal*, e para *Tribuna* (na 1ª e 2ª fases). Sem contar os laços de parentesco: os já citados Francisco e Lauro Pinheiro, Severiano de Resende e Carlos Sanzio, sogro e genro, respectivamente; Herculano Veloso e José Lopes Sobrinho, primos, atuando em periódicos diferentes. Alguns títulos, trabalhando como verdadeiras empresas, contavam com representantes que residiam ou circulavam por diversos pontos de Minas e mesmo do Rio, coletando assinaturas e cobrando devedores. É o caso de João Ignácio Coelho Júnior, “gerente” do *Resistente* e responsável por assinaturas e publicação de anúncios e todo tipo de trabalho, cuja passagem por diversas cidades do interior mineiro em função do ofício é assinalada pelo periódico de Carlos Sanzio<sup>26</sup> ou de Antônio da Costa Melo, agente viajante do *Repórter* e representante da Tipografia Comercial em 1907 (O REPÓRTER, 01/09/1907).

Entender a circularidade desses homens, seus laços, os espaços de convívio e cruzamento, é um aspecto importante para se pensar a constituição das formulações expressas nas folhas. Jean-François Sirinelli adverte-nos para esse fato, apontando o caminho para o estudo das chamadas estruturas elementares de sociabilidade, partindo da concepção fornecida por Maurice Agulhon. Construídas historicamente, essas estruturas são de caráter formal ou informal, de “fermentação intelectual e relação afetiva”<sup>27</sup>. Nelas se foram redes, nas quais seus integrantes pensam e interagem. No caso sanjoanense, poderíamos citar as redações e tipografias, onde esses homens trabalhavam e passavam boa parte do tempo, numa relação não exclusivamente profissional, talvez mesmo íntima. Outros lugares, conforme as fontes, podem prestar-se ao mesmo papel de espaço de sociabilidade e

26 VARGAS, Arthur M. S. **Visões da Vendaia**: a Guerra de Canudos nas páginas do periódico sanjoanense “O Resistente” (1896-1898). Monografia. UFSJ, São João del-Rei, 2019, p. 34-35.

27 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 248-249; AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**: la sociabilidad em Francia (1810-1848). Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009, p. 33.

discussão de ideias. Vemos por exemplo, o Ao Cachimbo Turco, estabelecimento sanjoanense fundado em 1888. Franklin Magalhães, em palestra transcrita pela *Tribuna*, mostra isso claramente. Lá se vendiam artigos de tabacaria e todo tipo de publicação. Frequentada pela *high-life* local, tudo era debatido. De acordo com o palestrante, “toda pessoa que se preza e diz civilizada vai ao Armando [como também era conhecido o Cachimbo Turco, por causa do nome de seu proprietário], pelo menos uma ou duas vezes ao dia”. E emendava: “a Livraria Garnier no Rio de Janeiro é o ponto predileto dos intelectuais da Capital Federal; o Cachimbo Turco é ponto predileto dos intelectuais de S. João. O Cachimbo Turco é a Garnier S. Joanense” (A TRIBUNA, 16/08/1914). Ponto não só de discussão, mas de acesso a todo tipo de publicação, possibilitando alargar as conversações e o arcabouço intelectual de seus frequentadores. Armando Cunha, o proprietário, afirmou ao *Zuavo*, em 1916, que seu estabelecimento recebia diariamente 508 jornais do Rio e 230 revistas ilustradas mensais e semanais. De acordo com o periódico, eram mais de 800 jornais recebidos diariamente em São João, sem contar as folhas semanais e mensais vindas de outros lugares (O ZUAVO, 25/09/1916). Com esse fluxo constante, os letrados sanjoanenses poderiam ter acesso às modas literárias, às discussões da imprensa, ao tipo de escrita que, naquele momento, estava em voga nos periódicos das mais diversas publicações do Brasil e do mundo.

Contava-se, além disso, com os clubes e as associações literárias, congregando parcelas desses grupos letrados. Alguns eram fundados por estudantes, como o Clube Literário Padre Corrêa de Almeida, dirigido por discentes da Escola Normal (O RESISTENTE, 21/04/1898) e o Clube Literário Aureliano Pimentel, frequentado por alunos do Ginásio São Francisco (O REPÓRTER, 10/08/1911). É possível, por esses agrupamentos, perceber a constituição de laços que futuramente desaguiariam na fundação de um periódico. A *Tribuna*, em 1915, noticiava que Custódio de Castro e Gil Pereira planejavam fundar um clube recreativo, principalmente literário (A TRIBUNA, 11/07/1915). Ora, anos depois esses dois homens aparecem como idealizadores e redatores do *Minas-Jornal*.

As palestras e conferências, tão em voga no período, como nota Marcia Camargos, voltadas para um público mais amplo e menos afeito às letras, também

eram ocasiões para se fomentar a sociabilidade intelectual<sup>28</sup>. Assim é que vemos sujeitos que colaboravam na imprensa local frequentando e discursando em palestras, conferências e *soirées*, como o farmacêutico Sebastião Banhos, que falou ao “chic de nossa sociedade” em “matinée literária e dançante”, organizada por senhoritas no Clube Sanjoanense acerca do “delicado assunto ‘Os Olhos’” (O REPÓRTER, 11/08/1910) e Francisco Pinheiro, que versou sobre a efeméride da Proclamação da República antes de uma exibição cinematográfica no Teatro em 1913 (A EVOLUÇÃO, 22/11/1913).

Ao menos para as elites, parte da sociabilidade voltava-se para esses temas, ausentes outros tipos de diversão condizentes com seu nível social, o que será discutido no quarto capítulo. O que torna possível ver uma certa clivagem mesmo entre os homens de letras, um pudor ou modéstia diante de outros sujeitos com cabedal intelectual mais amplo. Armando Sena, escrevendo para o *Dia*, afirmava que São João resumia-se “quase que exclusivamente em matéria de divertimento, à rodas literárias ou artísticas à porta do CACHIMBO TURCO [grifos no original]”. Sena assegurava não ser frequentador do estabelecimento “porque não sou *doutor* nem tão pouco *graúdo*”, preferindo amenas sessões cinematográficas no Teatro [grifos no original] (O DIA, 17/03/1912).

Mas, se unidos em alguns espaços por esse apreço por tudo o que fosse possível de ser discutido e parecesse civilizado, noutros dividiam-se por razões políticas: no turbulento contexto de São João no início da década de 1920 (tratarei disso com mais vagar mais à frente), o Café Rio de Janeiro era frequentado pelos partidários de Basílio de Magalhães, da *Tribuna*, enquanto os seguidores de Odilon de Andrade, do *S. João d’El-Rey*, congregavam-se no Café Java. Espaços de lazer, espaços de política, espaços de ideias.

Podemos enquadrar esses homens na categoria de intelectuais, de acordo com a definição dada por Sirinelli. Franklin Magalhães, na sua palestra, já havia dado a deixa. Visto o caráter polissêmico da noção, o “intelectual” pode ser enquadrado a partir de duas acepções,

uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de

---

28 CAMARGOS, Marcia. **Villa Kyrial**: crônica da *Belle Époque* paulistana. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 75-76.

engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura.

A outra, por sua vez, é “mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos –, testemunha ou consciência”. Porém, de acordo com Sirinelli, uma definição não é autônoma da anterior<sup>29</sup>. Portanto, podemos enxergar esses sujeitos tanto como intelectuais da primeira acepção, como da segunda, já que não negavam, muito pelo contrário, reafirmavam seu papel enquanto agentes capazes de intervir na sociedade por meio da difusão da palavra impressa. Eram inclusive reclamados para cumprir seu papel enquanto intelectuais. “Simón Bolívar”<sup>30</sup>, no *Repórter*, em 1912, atestando a falta de apreço de grande parte do povo ao mundo das letras, colocava uma parcela de culpa num “egoísmo lamentável” dos “intelectuais dessa terra, daqueles que com suas penas muito poderiam contribuir para o levantamento cívico e intelectual do povo”. E enumera as cabeças pensantes locais que se furtariam de dar as caras na imprensa, o que poderia contribuir para aumentar o interesses dos “operários” nas coisas do mundo. “Homens como Ribeiro da Silva, Pinheiro Campos, Odilon de Andrade, Augusto Viegas, José Maria S. Sette, João de Oliveira, Campos da Cunha, Sebastião Banho, Oscar Cunha, Severiano de Resende e tantos outros”, que prefeririam guardar “com sete chaves” o seu talento (O REPÓRTER, 14/03/1912). Um chamado para a ação ao intelectual sanjoanense, vê-se. O que isso significava, ou seja, como representavam a sua missão enquanto jornalistas, no particular, e da imprensa, no geral, é o que falarei agora.

### **1.3.1. A missão da imprensa: defesa dos interesses do Município, independência de atuação**

O programa da *Opinião*, lançado em editorial do número de aparição, resume parte importante de um dos elementos dos discursos das folhas sanjoanenses sobre si próprios: “Surge hoje à luz da publicidade este modesto periódico, cujo escopo é

<sup>29</sup> SIRINELLI, op. cit., p. 242-243.

<sup>30</sup> O uso de pseudônimos entre os homens de imprensa brasileiros era uma prática comum até meados do século XX.

propugnar pelo desenvolvimento material, moral e intelectual de nosso Estado, e especialmente de S. João d'El Rei”(A OPINIÃO, 06/07/1907). A defesa dos interesses de São João del-Rei e a contribuição para o seu progresso por meio da atuação dos homens de imprensa eram falas recorrentes na maioria dos impresos desse tempo, algo compartilhado tanto pelas folhas que diziam-se independentes, quanto por aquelas que abraçavam explicitamente uma causa político-partidária. O *Combate*, órgão oficioso do Agente Executivo Municipal J. D. Leite de Castro, justificava seu surgimento em 1900 “por quanto, esta cidade ressentia-se de um órgão de publicidade, que procure, inspirado pelos princípios de justiça, impulsioná-la pelo caminho de desenvolvimento a que tem incontestável direito”, com a

disposição sincera de trabalharmos pelo bem publico e havemos de fazê-lo para honra desta terra, que tem infelizmente encontrado filhos degenerados, que se opõem a tudo quanto é progresso e adiantamento, desde que não tenham eles a mínima parte ali, como sempre (O COMBATE, 11/07/1900).

Já o *Minas-Jornal*, em 1918, apesar de querer apresentar-se como “órgão moderno”, livre daqueles “aventalhados e pretensiosos chavões, ociosos destituídos de nexos, que eram o regalo dos jornalistas de antanho e suprema delícia dos Acácios de seus tempos”, não deixava de compartilhar anseios parecidos com seus colegas antiquados, agora, porém, sob novo verniz:

o “*Minas-Jornal*” não se julga um mero cartaz de anúncios, ou um frio registro de notícias, mas sim alguém – alguém que pensa e sente, e diz o que sente e pensa, alguém que discute, que aplaude, que combate, mirando sempre, sobranceiros a tudo, os interesses vitais e palpitantes de S. João d'El-Rei (MINAS-JORNAL, 01/05/1918).

Para o *Repórter*, esse projeto de defesa do Município por meio do debate no espaço público só se daria mediante uma condição:

Não temos nenhuma bandeira política: quer isto dizer que encaramos a imprensa com certo desassombro de vista; mais claramente, deve ela independer-se de partidarismo, para ser sincera e justa, nas suas apreciações. Quem não a julgar deste modo, desconhece, certo, não só a sua utilidade, a sua missão, como seu fim (O REPÓRTER, 09/06/1907).

O periódico deveria flutuar acima das contendidas partidárias, de modo que as paixões por elas suscitadas não influenciassem na apreciação dos fatos e problemas relevantes à coletividade. É certo que o *Repórter* não seguiu esse

caminho pelo resto de seus dias. Após sofrer uma tentativa de empastelamento, era-lhe impossível continuar alheio às disputas político-partidárias; logo colocou-se firmemente como oposição a Leite de Castro e sua grei, mas mantendo, mesmo assim, a sua visão enquanto folha independente (O REPÓRTER, 10/08/1911). Todavia, isso não muda o fato de que o discurso de independência e neutralidade logrou muitos adeptos no periodismo sanjoanense. Na imprensa carioca, desde pelo menos a década de 1880 e com maior força na seguinte, emergiu um novo tipo de padrão jornalístico, mudando a feição editorial das publicações: “agora, os textos pretendem sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade. E esses adjetivos se repetem em vários periódicos”<sup>31</sup>.

Levando em consideração as fontes e sua disponibilidade, o primeiro a assumir essa posição em São João del-Rei foi o *Resistente*. Surgido em 1895 como representante dos interesses do Partido Republicano Constitucional, que naquela época almejava o poder municipal pela candidatura de Severiano de Resende, jornalista e político egresso do Império e, além disso, sogro de Carlos Sanzio, mudou suas pretensões algum tempo depois. Assegurou abandonar qualquer disputa no campo político-partidário, assumindo uma posição de completa neutralidade nas contendas locais (O RESISTENTE, 12/11/1896). O periódico chegou a mostrar as vantagens que teria a imprensa neutra sobre aquela partidária. A folha política, expunha, “aprecia os fatos à luz de seus interesses, de suas paixões, de seus ódios”. Já a imprensa independente o faz “à luz dos interesses da comunidade social e da aceitação ou reprovação pública, que os ditos fatos provoca [...], isenta de compromissos de qualquer espécie, desobrigada e livre”, o que lhe daria margem de fazer uma análise desinteressada dos problemas que lhe ocupavam com maior acuro (O RESISTENTE, 28/01/1897). A exemplo do que sucederia ao *Repórter* mais tarde, ainda que por circunstâncias diferentes, a folha de Sanzio, num momento posterior, deixou de lado essa visão de neutralidade, dessa vez adentrando firme nos embates políticos, formando mesmo uma agremiação política em oposição a Leite de Castro, situação que perduraria quase até a extinção da folha, em 1906.

---

31 BARBOSA, op. cit., 2010b, p. 121.

Se a análise independente fomentaria a melhor apreciação dos problemas, isso não queria dizer que independência fosse sinônimo de ausência nos debates políticos. O que explica, por exemplo, a posição do *Repórter*, que assegurava atuação independente ao mesmo tempo em que criticava de forma insistente a gestão de Leite de Castro e Antônio Gonçalves Coelho. Mais do que isso, seria a distância dos elementos partidários, das paixões movidas por essas disputas, que possibilitaria uma maior compreensão dos problemas do Município, do Estado e da União, fosse na crítica, fosse no apoio a medidas julgadas de valor. Mais uma vez, o *Resistente*, quando da ascensão de Leite de Castro ao governo municipal, dizia que caso a nova Câmara fizesse um bom trabalho, teria “os nossos aplausos e o nosso apoio”. Se seguisse pelo caminho oposto, “não poderá contar conosco para bater palmas aos seus atos” (O RESISTENTE, 09/12/1897). A *Opinião*, antes de ser comprada por Leite de Castro, no contexto das eleições de 1910, quando este apoiou a chapa de Hermes da Fonseca, lá no começo de suas publicações destacava sua independência. Mas acrescentava que, “exercendo sem prevenções o direito de crítica”, cooperaria “com as autoridades dirigentes na consecução dos fins que lhes incumbe procurar: o desenvolvimento de nossa terra e o bem-estar do povo” (A OPINIÃO, 06/07/1907). A *Nota* pregava “Independência em toda linha”, visando, “trabalhar para o engrandecimento desta cidade”. Acreditava na boa aceitação do público por conta de “seu programa independente e linguagem áspera para os reincidentes no erro”, apesar da crise pela qual todos passavam. A *Nota* viria para suprir uma falta no meio sanjoanense, de “um jornal que faça justiça a quem merecer e castigue aos cornacas da crápula e aos potentados da fancaria” (A NOTA, 04/05/1917). Chegava mesmo a estampar uma “black list” daqueles que devolviam as assinaturas, acusados de serem contrários ao programa do diário (A NOTA, 06/05/1917). Ao lhes cair ao ouvido que um dos vereadores maldizia o periódico num café, porque “falamos demais’...”, a *Nota* se defendia reafirmando o programa, por tratar “de certas cousas um pouco mais francamente que os nossos colegas”. “Incorremos na antipatia da Municipalidade, mas, que fazer?”, indagava, irônica (A NOTA, 06/06/1917).

A existência de um discurso de independência não queria dizer a superação das folhas com compromissos político-partidários. Na verdade, esse mesmo

discurso não negava sequer o caráter eminentemente político dessas publicações. Contribuindo com seu quinhão para os temas que davam o tom na opinião pública, assumindo um discurso de caráter doutrinário, como veremos, em debate direto ou indireto com os poderes públicos, contava mesmo em seus quadros com gente da burocracia estatal e dos próprios governos. O que influía enormemente para a construção dos enunciados, se não nos editoriais, pelo menos nas falas dos homens de imprensa enquanto colaboradores. O que não muda o fato do poder da sua palavra na arena pública. Como destaca Sosa, a imprensa é um “órgão político, que representa os anseios da sociedade e, ao mesmo tempo, é responsável pela mudança de comportamento dessa sociedade”, pela própria maneira como constroem e transmitem os discursos<sup>32</sup>. Sua proposta era intervir na sociedade, contribuir com a opinião pública, dentro ou não de um quadro político-partidário, a favor ou contra a fração das elites no poder.

O nosso recorte começa com a *Pátria Mineira*, de Sebastião Sette, órgão de propaganda republicana fundado em 1889 e que se encerrou em 1894. O *Resistente*, como já foi falado, surgiu como representante do P.R.C., tornando-se “neutro” em seguida, apesar de no plano federal considerar-se jacobino<sup>33</sup> e defensor de Júlio de Castilhos, para nos idos de 1900-1901, transmudar-se em representante do Partido do Comércio, facção política em oposição a Leite de Castro na esfera municipal<sup>34</sup>. Este também teve suas folhas. Primeiro o *S. João d’El-Rey* (1899-1900), impresso de publicidade dos atos da Câmara escrito por Francisco Pinheiro, que não deixava de espezinhar seus desafetos. Depois o *Combate*, periódico oficioso redigido pelo mesmo Pinheiro, que veio à luz para rebater todos os ataques do grupo de Sanzio, “centro de resistência a todos os desmandos por eles postos em prática”, na defesa do governo de Leite de Castro, “nosso ilustre chefe” (O COMBATE, 14/10/1900). Em 1910 Leite de Castro comprou a *Opinião*, dessa vez para fazer um contraponto ao *Repórter*, chegando a estampar, em 1911, a divisa de

32 Sosa, op. cit., p. 118.

33 Sobre o P.R.C, o jacobinismo e os embates políticos da década de 1890, Cf. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República** – Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

34 Para uma análise mais detalhada acerca dos embates políticos no apagar das luzes do século XIX sanjoanense, Cf. VARGAS, Arthur M. S. Os livros do Xanxas: imprensa, política e circulação de literatura pornográfica em São João del-Rei (1889-1901). *Aedos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2021, p. 395-438. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/112996>>. Acesso em: 07. out. 2021.

“Órgão do Partido Republicano Mineiro” (A OPINIÃO, 15/11/1911). O *Repórter*, mesmo não se filiando a nenhum partido, nesse momento colocava-se como civilista, contra os hermistas da *Opinião*. Saudou a chegada de Odilon de Andrade ao governo municipal, em 1912, e da nova Câmara, isenta de qualquer partidarismo, como assegurava (O REPÓRTER, 29/02/1912). Pinheiro Machado, figurão da Primeira República, teve como representantes do seu Partido Republicano Conservador os periódicos *A Evolução* (1913-1915), de Aníbal Vitral, redigida por José Lopes Sobrinho e *A Verdade* (1914), redigida por Rogério de Matos e gerida por Roque Balbi. *A Reforma* (1913-1920), do veterano Dr. Francisco Mourão, monarquista convicto até os primeiros tempos do novo século, também defendia o gaúcho e punha-se ao lado de seu partido no plano nacional, pelo menos até o assassinato do senador. *A Tribuna*, antes “independente” foi paulatinamente cooptada até finalmente ser comprada por Basílio de Magalhães em 1920, apoiado por Raul Soares e Arthur Bernardes – no contexto em que este tomou o P.R.M. de assalto, expurgando os velhos quadros do partido<sup>35</sup> –, numa campanha contra o predomínio de Odilon de Andrade e de Francisco Sales, sustentáculo deste no plano estadual e inimigo de Bernardes. O *S. João d’El-Rey* (1920-1922), por sua vez, dirigido por Odilon de Andrade e redigido por Fausto Gonzaga, apareceu justamente para enfrentar essa situação, o que, apesar de vitórias pírricas de Andrade em algumas eleições, no final não logrou sucesso, sendo substituído no governo municipal pelos basilistas.

Na esfera do discurso, quando os periódicos encontravam-se em campos opostos e havia uma cisão entre eles e/ou o poder estabelecido, às vezes havia uma tentativa de melhorar os termos empregados ao se referir ao adversário. Se no começo do século as folhas sanjoanenses se esmeraram na arte do insulto e da polêmica, com ataques notavelmente diretos e pessoais (*O Resistente* chamava constantemente Francisco de Paula Pinheiro, redator-chefe do *Combate* de “Chico Rato”, enquanto este apelava para as características físicas de Sanzio, como seu proeminente nariz), com o tempo tentou-se proceder a um ideal de maior cavalheirismo. O *Repórter*, mesmo depois de quase empastelado e já na oposição, não deixava de destacar o desempenho pífio de Leite de Castro a frente da Câmara,

---

35 WIRTH, John D.. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 164-166.

pedindo logo sua saída, ao mesmo tempo em que falava de “suas virtudes privadas, que todos nele reconhecem” (O REPÓRTER, 21/08/1910). Já na década seguinte, as escaramuças entre a *Tribuna* (1914-1938), de Basílio de Magalhães, e o *S. João d’El-Rey* (1920-1922), de Odilon de Andrade, não chegavam às baixezas de seus colegas do início do século, o que não as impedia de fazerem ataques um tanto ferinos. Enquanto o órgão da situação caracterizava Magalhães como sujeito “histérico com mania de grandeza” (O S. JOÃO D’EL-REY, 20/05/1920), o político rival chamava os mandatários e seus aliados para briga, “porque à minha força física votei cuidados não inferiores aos de educação do meu espírito e do meu sentimento” (A TRIBUNA, 28/11/1920). Este trecho em específico está sublinhado no volume que consultei da coleção, o que dá a entrever mesmo as considerações pessoais de Francisco Mourão – então aliado de Andrade e Viegas sujeito do qual se originou o grosso do acervo, por lhe pertencer –, acerca das opiniões emitidas por seus colegas e adversários (FIGURA 6). De qualquer modo, herdeiros da verborragia dos periódicos do começo do século XIX, ácidos no linguajar, pouco escrupulosos no trato com o outro<sup>36</sup>. Assim como as alianças e as amizades eram importantíssimas para a constituição de círculos intelectuais, os desafetos e ódios possuíam um poder de mobilização igualmente forte.

---

36 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 163.

sinuou immedicavelmente no organismo o castigo da própria ingente maldade... Quero assistir-lhes á genuflexão penitencial ante o vencedor... Entre as verdades da sabedoria empírica do povo, está a de que -- "não ha como um dia depois de outro"... Quem viver, verá...

Não foi grande a carga de contumelias com que desta vez me gratificou o organo sallista, que derramou a sua bilis negra, cheia de bacillos de Koch, sobre varios dos meus dignos amigos. Não podendo os analfabetos defender as suas palmares errôneas, qualificaram-me de "eminente philologo do Cangalheiro", isto porque eu lhes ~~meto~~ meto as cangalhas no lombo; e, além de "cynico" e "bulfo herôe", deram-me como "covarde insultador" delles, quando eu assigno tudo quanto escrevo, e elles continuam... atrás do toco... Si os srs. Sadoc, Odilon e Viegas se julgarem offendidos gravemente por mim e quebrem proceder como homens de pundonor, é mandarem-me as suas testemunhas. E podem vir todos juntos, porque a minha força physica votei cuidados não inferiores aos da educação do meu espirito e do meu sentimento.

FIGURA 6 – Trechos de artigo de Basílio de Magalhães dirigido a Odilon de Andrade e Augusto Viegas, com críticas severas à administração dos dois dirigentes municipais. A polêmica levantava acusações de ambas as partes, fomentando sucessivos artigos que, por vezes, tomavam um tom agressivo. O trecho destacado na figura contém grifos manuscritos de Francisco Mourão, sublinhando frases que o médico parece considerar de teor ameaçador (FONTE: A TRIBUNA, 28/11/1920).

Se continua a imprensa político-partidário de boa parte do século XIX, o mesmo pode-se dizer de muitas práticas violentas a ela relacionadas. Por vezes, principalmente nos momentos de maior acirramento eleitoral, o antagonismo deixava as páginas dos periódicos e invadia as ruas. Em 1900 o *Resistente* sofreu uma tentativa de empastelamento por parte de capangas de Leite de Castro na frustrada campanha do Partido do Comércio nas eleições municipais. Em 1909 o *Repórter* foi obrigado a suspender as publicações também pelo mesmo motivo, dessa vez por obra de militares do batalhão do Exército lá existente, chegando mesmo a trocar de redator. Já Severiano de Resende e Francisco Mourão detestavam-se. Em reunião sobre os preparativos da festa do Bicentenário de São João del-Rei a se realizar em 1913, o médico desferiu uma série de insultos sobre o constituinte mineiro por conta

de um texto considerado ofensivo pelo Dr. Mourão em vista da maneira como Resende tratou a memória do falecido sogro do último (O REPÓRTER, 16/05/1912). O caso da *Nota*, em 1917, foi mais curioso. Rompeu o pacto de silêncio das elites sanjoanenses ao explicar o nome de filhos das boas famílias locais, arruaceiros contumazes. A resposta veio por um ataque ao periódico, perpetrado inclusive por um dos ex-redatores do jornal, José Lopes Sobrinho, cujo irmão havia sido exposto, resultando em trocas de tiro e perseguição policial (A NOTA, 15/07/1917). Dependendo de quem, havia limites sobre o que ser dito.

### 1.3.2. A missão da imprensa: guia da sociedade

Para além da defesa dos interesses do Município de São João del-Rei, do Estado e do Brasil, escudado fosse por uma pretensa independência de discurso e atuação, fosse pelo discurso político-partidário, o que mais o periodismo sanjoanense dessa época tinha em mente na elaboração de seus projetos frente à arena pública? James William Goodwin Jr., em seu trabalho sobre a imprensa diamantinense e juiz-forana, mostra que

buscando substituir outros mecanismos de difusão de ideias e transmissão de notícias, tais como a igreja, as redes informais de comunicação e mesmo os anúncios oficiais, a imprensa se colocou como a instituição capaz de apontar o caminho a ser trilhado pela cidade. Assumiu para si o papel de guia, de condutora da sociedade – elemento que até hoje compõe o imaginário em torno da imprensa<sup>37</sup>.

Imaginário compartilhado também pelos homens de imprensa sanjoanenses. Sua atuação, assim viam, era muito mais do que meramente política – era civilizacional. Ramalho Ortegão, jornalista e escritor português, em texto reproduzido pelo *Resistente*, afirmava que

o jornalista tem na sociedade uma influência muito mais profunda do que a do mestre-escola e responsabilidades muito mais graves. É o jornal que refere e que explica ao povo os diferentes fenômenos da sua vida social e da sua vida econômica // É o jornal que faz críticas das instituições e dos costumes. É o jornal que estabelece o critério por que têm de ser julgados os factos da vida civil e da vida moral. É o jornal que fixa para a multidão o ponto de vista nas altas questões da honra, da dignidade e do dever (O RESISTENTE, 10/03/1898).

37 GOODWIN JR., James William. **Cidades de Papel**: Imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz Fora (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 107.

Instituição a ocupar todas as instâncias da vida social, ditando o certo e o errado, evitando que a população, sem todo o cabedal do jornalista – sujeito preparado por sua própria lide para opinar no que for –, agisse de forma irracional e irrefletida. Por conseguinte, os homens de imprensa possuiriam uma posição muito mais elevada que a do resto da sociedade. Essa multidão leiga contaria com uma grande oportunidade de receber todo tipo de conhecimento de uma maneira inteligível e correspondente ao seu grau de recursos e instrução, mastigado e diluído.

Esse papel doutrinário é reforçado pelo colaborador do *Repórter* Pedro Ferraz, para quem ela aparece como guia não só da massa, mas dos próprios governos. “A imprensa faz e desfaz; destrói e cria; derruba e levanta; governa as monarquias, as aristocracias, as repúblicas; é o farol que indica a rota segura, ao passo que indica os perigos [...]” (O REPÓRTER, 11/08/1908). Para a *Tribuna*, “o papel da imprensa justa, a imprensa que não se vende, que vive a batalhar eternamente pelo bem da sociedade, influenciando no seu progredir”, seria guiá-la “no seu caminhar eterno para o fim nunca atingido da evolução completa, da completa felicidade”, apesar das grandes complicações e dessabores no caminho (A TRIBUNA, 09/11/1919). Menos modesto é Cristovam Teixeira que, ao deixar a redação da *Nota*, escreveu uma carta publicada no diário de pequeno formato discorrendo sobre as dificuldades da missão do “jornalista pugnador dos interesses de um povo culto, aquele que milita no sagrado campo de honra da imprensa, tendo em seu amparo unicamente o escudo da razão e da justiça, fanal da verdade”. Para ele, “a imprensa abriu as portas da civilização moderna, no século XV, como a transmissora dos costumes e destinos do Universo”, sendo ainda “o sol da nossa civilização” (A NOTA 25/05/1917). Assim, mais poderosa do que qualquer outro tipo de veículo ou instituição, agindo de forma desinteressada e justa, a imprensa seria capaz de levar a todos, os governos e os povos – pois acima deles em questão de conhecimento e discernimento de juízo –, ao tão almejado caminho do progresso e estado de civilização.

Além disso, mais do que um farol para ele, a imprensa seria ela própria o progresso. A imprensa faria parte desse aparato da modernidade, pois representava a difusão das luzes e a ampliação da esfera pública no meio brasileiro, predominantemente analfabeto. Por isso, o *Dia* colocava-se como resultado do

progresso material de São João na época de seu lançamento (O DIA, 17/03/1912). O colaborador “Polidoro”, no primeiro número da *Opinião*, reforçava “a necessidade da imprensa em S. João d’El-Rei para o progresso da cidade” (A OPINIÃO, 06/07/1907). Gonçalo Amarante, secretário da Câmara e ele próprio jornalista, em carta endereçada ao *Dia*, garante que essa folha atenderia aos “foros de cidade antiga, *legendária* e culta [grifos no original]”, pois que necessitada de um diário (O DIA, 10/04/1912). A *Verdade* afirmava que o jornal seria um documento a atestar a evolução do lugar que o possui (A VERDADE, 17/03/1914).

Os periódicos sanjoanenses reconheciam a importância de seus pares, mesmo diante de divergências. Transcreviam textos dos colegas, ora reforçando, ora criticando o que fora dito. A *Reforma*, em 1917, parabenizava a *Tribuna* por mais um aniversário, pregando a tolerância entre os dois periódicos por lutarem por um ideal comum (A REFORMA, 02/08/1917). Não faltavam boas referências, por exemplo, quando do aniversário de um redator ou do próprio periódico ou quando este alcançava alguns melhoramentos técnicos. O corpo da *Opinião* esteve presente, só para citar um caso, na inauguração das novas oficinas do *Repórter*, assim como pessoas de importância, dentre as quais o Agente Executivo Major Antônio Gonçalves Coelho e a “escol da sociedade sanjoanense” (O REPÓRTER, 15/08/1907). A exemplo da imprensa da cidade de Uberaba, analisada por André Azevedo da Fonseca,

esse circuito de amabilidades foi institucionalizado pelos jornais da região, que se apoiavam sistematicamente um nos outros para a autoconcessão de um prestígio coletivo. Essa economia de trocas simbólicas foi um elemento importante para a capitalização do status pessoal dos diretores dos pequenos jornais do interior<sup>38</sup>.

Os poderes públicos reconheciam a importância da imprensa e a amplitude de seu discurso. Caso do Major Coelho que, visando dar maior publicidade aos atos da Câmara, resolveu contratar tanto a *Opinião*, quanto o *Repórter* para as publicações, o que não deixava de ser um meio de cooptação institucional desses periódicos pela força do dinheiro e do benfazejo oficial (O REPÓRTER, 29/07/1907). O mesmo Coelho escrevia à redação da *Opinião* agradecendo o apoio moral prestado pelo periódico a sua administração, pois, apesar de sua independência e imparcialidade, colaborava com os poderes públicos, orientando-os no caminho da

38 FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Editora UFPR, 2020. p. 93.

boa administração, levando até eles as queixas da população (A OPINIÃO, 01/01/1908). Dependendo da relação do momento com determinado periódico, os mandatários e as elites locais não se furtavam em convidar representantes das folhas para eventos de importância. Na solenidade da inauguração da luz elétrica em São João del-Rei, no ano de 1900, estiveram presentes o *Combate* e colegas de outros Municípios, mas tendo a notória ausência do *Resistente* (O COMBATE, 11/07/1900). Quando da inauguração da Internacional Garage, empresa de aluguel de automóveis, houve um carro expressamente destinado para o passeio dos homens da imprensa: Dr. Francisco Mourão, pela *Reforma*, Alberto Thoureau e Herculano Veloso pelo *Repórter*, José Viegas, pela *Evolução*, Lauro Pinheiro, pelo *Dia*, João Assis, pelo *Zuavo*. Outro veículo se destinava à Câmara e mais um aos donos da empresa (A REFORMA, 05/10/1913).

Entretanto, apesar de compartilharem com muitos outros periódicos do Brasil e do mundo esse mesmo ideal, a imprensa sanjoanense era consciente das limitações advindas de seu caráter interiorano. Para jornais maiores talvez esses colegas provincianos soassem um tanto ridículos, minúsculos em sua posição e incapazes de modificar algo para além da esfera regional. Era a opinião do *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora, que ironizava as folhas de pequeno formato e circulação periódica do interior, que comumente tratavam das grandes questões nacionais. A *Reforma* era uma delas e não gostou nem um pouco desse parecer, apelando para a liberdade de expressão e de consciência, seu único juiz (A REFORMA, 10/08/1913). Curiosamente, anos depois publicava texto do mesmo *Jornal do Commercio*, divagando sobre a importância da imprensa interiorana, mesmo em seu limitado círculo de atuação:

Se seus artigos não são lidos pelos governantes, se suas reclamações não são ouvidas pelos poderes públicos federais ou estaduais, serve ela de orientadora de pequeno núcleo de leitores e é uma divulgadora de coisas e fatos úteis, que interessem à coletividade, portanto ao progresso do país e que não teriam tão ampla divulgação sem seu concurso (A REFORMA, 24/07/1919).

Outros tinham uma visão mais amarga. Para o *Dia*, os periódicos do interior seriam uns pândegos, com o discurso de defesa dos interesses na ponta da língua quando de seu aparecimento, mas, no fundo, só visando um cargo para o proprietário no governo (O DIA, 04/09/1913). Talvez venha ao caso lembrar que o

próprio redator do *Dia*, Francisco Pinheiro, chegara a ser secretário da Câmara Municipal nos tempos em que era o responsável pelo *Combate*. O *Repórter*, por sua vez, com bom humor fala do desagrado causado pela recusa de publicação da massa de textos de má qualidade enviado pelos bandos de escrevinhadores, bem como da necessidade de se manter uma seção em suas colunas só para datas festivas, a fim de preservar um círculo de afeiçoados, sem qualquer retribuição da parte destes. Mas aí se houvesse um esquecimento! “Vêm a baixo os céus; e a devolução da folha imediatamente – é a mais eloquente expressão de desagrado, ultimatum das relações rompidas” (O REPÓRTER, 09/07/1908). Já o *Minas-Jornal* mostra outro aspecto interessante desse periodismo provinciano: a falta de assunto. Na sua 100ª edição, a de comemoração de seu um ano de funcionamento, assegurava que não podia dizer ter sido uma quadra difícil, diferentemente dos discursos pisados e repisados dos outros jornais do interior, que sempre versavam sobre o esforço titânico do ofício, as extremas agruras na condução dos trabalhos. Sabia que sua tarefa era mais simples, humilde. Na maior parte do tempo não havia o que fazer. “Escrever o quê?!”, perguntava um dos redatores ao chefe que lhe chamava ao trabalho. “Se não há nada a escrever...” (MINAS-JORNAL, 01/05/1919).

### 1.3.3. A missão da imprensa: a porta-voz e a voz do povo

Além de falar *para* o povo, cabia à imprensa falar *pelo* povo. Almejando um melhor destino para São João del-Rei e agindo, assim acreditava, no mais das vezes, de forma independente, discorrendo sobre um mundo por vir, traçado por esses homens de letras, parte dessa empresa era escutar as lamúrias dessa massa que queria defender, essa muito pouca conceituada e definida entidade chamada *povo*. O *Combate* colocava-se à disposição das classes conservadoras e dos oprimidos – como conciliar o interesse desses dois grupos, isso ficava por conta do periódico (O COMBATE, 11/07/1900). O *Repórter* afirmava que a missão da folha era lutar pelo melhoramento da cidade, servindo de eco às reclamações da população, ao mesmo tempo que secundando o trabalho do Agente Executivo, apontando tudo o que deveria tocar a sua administração (O REPÓRTER, 16/06/1907). A *Tribuna* vai mais além, ao dizer que a imprensa “outra não é senão o

próprio povo”, ao censurar a falta de resposta da Edilidade sobre reclamações feitas (A TRIBUNA, 13/09/1914). Mais curiosa é a posição da *Reforma*: apesar de também querer ouvir as súplicas, lamentos e pedidos de vítimas da injustiça (A REFORMA, 06/04/1913), não visava defender exclusivamente os interesses do povo, entidade que “afigura-se-nos nem existir mais, além do que, se existe, tem defensores de sobejo”, guardando sua pena para os homens de valor, que muito sofreriam com injúrias de todo o tipo (A REFORMA, 20/04/1913).

Contrariando o que dizia Jesus, tão amado pelo famoso catolicismo sanjoanense, a imprensa local tentava servir sim a dois senhores. Elitista e burguesa, obviamente pendia para o lado mais forte. Apesar de acolher as reclamações do povo, não poderia endossar aquelas que comprometessem a autoridade constituída, com quem, de uma forma ou de outra, se encontrava ligada. Transcrevendo texto do *Minas Geraes* sobre a criação do “Dia da Boa Imprensa”, a *Reforma* endossava que esta deveria tomar a Liberdade sob a Lei, a disciplina contra a desordem e o respeito e a autoridade contra a anarquia (A REFORMA, 05/06/1913). Mesmo nas reclamações dos periódicos, nem todos tinham o mesmo tratamento: enquanto a arraia-miúda era posta ao esculacho público, com nome e sobrenome, a *Reforma* denunciava que havia um acordo tácito entre os periódicos locais para a garantia do silêncio sobre os filhos das famílias tradicionais que perturbavam a ordem pública (A REFORMA, 04/01/1914), rompimento do acordo que foi o motivo para a tentativa de empastelamento da *Nota* anos depois.

De qualquer maneira, esse discurso da imprensa como porta-voz dos anseios do povo foi prontamente admitido pela população de São João del-Rei, que voltava suas denúncias, reclamações e elogios aos periódicos locais. Mas para falar dessa gente que se dirigia aos impressos, é necessário primeiro definir quem eram os seus leitores e, na medida do possível, como os liam. No recenseamento de 1920 verificou-se que o Município de São João contava com 36.480 habitantes, sendo que 15.628 na sua sede. 20.841 pessoas sabiam ler e escrever e outras 15.639 eram analfabetas (O S. JOÃO D’EL-REY, 16/04/1921). Comparar esses dados com os que constam do Censo de 1890 no momento em que se escreve estas linhas é

impossível, dado a inacessibilidade a muitos arquivos, por circunstâncias já demais conhecidas.

Robert Darnton ressalta a importância de se estender a história dos livros, ou da palavra impressa, não só aos autores e editores, mas até mesmo aos leitores<sup>39</sup>. Dentre as várias considerações que influem na ordem de circulação dos impressos, estão a econômica e a social<sup>40</sup>. Um periódico não é um livro e um exemplar avulso de uma folha qualquer podia sair muito mais em conta do que uma brochura, por mais simples que fosse. Pois, como ressalta Roger Chartier não só o tema, mas a própria materialidade que circunda o texto é importante nesse tipo de análise<sup>41</sup>. Assim é, por exemplo, que vemos o *Dia*, a pedido de operários, estabelecer assinaturas trimestrais por 5\$000, pagos adiantados, mostrando a difusão do diário para esse grupo de trabalhadores (O DIA, 03/09/1913). A *Verdade*, também com vistas para esse público, resolveu promover assinaturas trimestrais de 2\$000 para aqueles que na cidade não pudessem pagar pelas anuais (A VERDADE, 13/01/1914). A título de comparação, para se ter uma ideia do que esses valores representavam nas economias de um trabalhador, a diária de um enxadeiro, na época, de acordo com Antônio Lara Resende, era de “dez tostões”<sup>42</sup>.

Saber quem vendia mais ou menos, quem era lido mais ou menos, é um problema difícil de ser resolvido, como já vimos. Um pouco menos complicado é saber quem lia esses textos. As próprias reclamações dirigidas aos periódicos mostram tanto a concepção que parte da população tinha deles, quanto quem era essa gente – o que veremos adiante. Podemos adiantar um primeiro tipo de leitor: os próprios colegas de imprensa. Tratando-se de uma cidade em que poucas folhas circulavam ao mesmo tempo, o diálogo entre elas, amistoso ou não, era constante, assim como a circularidade daqueles que nelas trabalhavam. Temos também as autoridades, muito preocupadas com o que era dito, ouvindo ou ignorando reclamações, por vezes se dignando a rabiscar suas linhas em resposta a determinado questionamento feito. A lista dos assinantes do *Repórter*, já citada,

---

39 DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 150.

40 Idem, p. 126.

41 CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 35.

42 RESENDE, Antônio de Lara. **Memórias 1**: Do Belo Vale ao Caraça. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., 1972, p. 67

também pode oferecer algumas pistas. Temos importantes comerciantes da praça, como a casa inglesa Hopkins, Causer & Hopkins; Armando B. da Cunha, dono do Cachimbo Turco, ponto de sociabilidade das elites sanjoanenses; Francisco Neves, advogado, vereador; Eduardo de Almeida Magalhães Sobrinho, destacado banqueiro e provedor da Santa Casa; Francisco de Assis Fonseca, responsável pela Empresa de Eletricidade; religiosos, como o Monsenhor Silvestre de Castro e até mulheres, como D. Cândida de Lacerda Rodrigues, D. Maria da Silva Torga e as Irmãs Paiva (O REPÓRTER, 19/09/1912; 29/09/1912; 17/10/1912). A “black-list” da *Nota* também fornece algumas informações sobre os (ex) assinantes: Sadoc de Souza, coletor estadual; Francisco Mourão Filho, médico, filho do redator da *Reforma*; Mário Mourão, fabricante de tijolos, outro filho do Mourão Sênior; Padre João Batista da Trindade. Havia até mesmo quem devolvesse a folha por não saber ler. Nesse último caso poderíamos justificar a posse de um jornal por um analfabeto como mecanismo de aquisição de *status* numa sociedade consideravelmente iletrada (A NOTA, 06/05/1917; 10/05/1917; 30/05/1917).

Para além dos assinantes, aqueles que assinavam suas reclamações. Estas dão indício de uma difusão popular da imprensa, bem como do entendimento que esse segmento de leitores ou mesmo de não-leitores tinha do papel dos periódicos. Alijadas do mundo público, não dispendo de outro canal de comunicação, essa gente utilizava das possibilidades fornecidas pelos periódicos para mostrar suas insatisfações e demandas<sup>43</sup>. Diferentemente dos redatores e colaboradores, sujeitos mais autorizados para tal, não necessariamente criticavam o poder, mas o convidavam a agir a seu favor, como quer Eduardo Silva para os leitores do carioca *Jornal do Brasil*<sup>44</sup>.

Geralmente as queixas vinham intermediadas pela voz do redator, fornecendo um argumento a mais nas discussões acerca das intervenções na cidade e nas gentes, querendo com isso demonstrar a existência de um lastro social de sua argumentação. Afinal, eram o farol da civilização e o povo sofrido pensando em conjunto. Germana Teixeira, residente no Matosinhos, contra as agressões sofridas pelo cônjuge, Adriano Teixeira de Vasconcelos, foi à redação do *Resistente*

43 CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Introdução. In: SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. São Paulo: Paz & Terra, 1988, p. 19.

44 SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. São Paulo: Paz & Terra, 1988, p. 38.

para “valer-se do apoio da imprensa para obter das autoridades a repressão do seu desalmado marido”. Segundo o periódico, os constantes abusos não eram desconhecidos do delegado de polícia. Não conseguindo, por sua própria voz, a solução de seus sofrimentos junto aos órgãos competentes, mesmo cientes da gravidade da situação, Germana recorreu ao periódico como alternativa legítima para levar em frente as suas demandas, veículo reconhecido por sua acolhida às queixas do povo e intermédio junto aos poderes públicos (O RESISTENTE, 18/08/1898). Às vezes faltava uma maior identificação para além do lugar de moradia do queixoso. Habitantes do Tijuco, por exemplo, enviaram um abaixo-assinado ao *Repórter* reclamando da falta de limpeza nas ruas General Osório e Santo Antônio, bem como nas muitas travessas do bairro, além de vários outros problemas, como a falta de segurança (O REPÓRTER, 29/10/1908). No mesmo periódico, os moradores das ruas da Lage e do Campo, pontos periféricos do espaço urbano sanjoanense, pediam providências quanto a um cachorro que uivava sem parar, dia e noite (O REPÓRTER, 27/08/1911). É possível vislumbrar a existência de um público pobre desses impressos, como os operários da Câmara que foram reclamar da suspensão das obras junto à olaria de Mário Mourão (A TRIBUNA, 10/04/1921). Os empregados da Oeste de Minas também dirigiram-se ao periódico, reclamando da má vontade do médico da Caixa de Socorros (A TRIBUNA, 01/01/1922). Aqui, porém, não é possível distinguir nesse grupo de reclamantes os funcionários das repartições que haviam sobrado e os operários das oficinas.

Os erros gramaticais ou ortográficos das cartas enviadas aos periódicos também nos dão mostra do indício de instrução do leitor e talvez de inserção social no meio sanjoanense. Na *Nota*, um sujeito que se identificava como “um de seus assinantes”, redigiu uma carta reclamando do estado da rua Padre José Maria Xavier, publicada pelo periódico, “respeitando a ortografia”:

Illmo. Snr. Redactor da “Nota” // “Sendo o vosso Jornal Diario Vespertino É justo que os moradores da Rua Pe. José Maria por seu intermedio fassa um Justo pedido ao Snr. Dr. Presidente da Camara para que o mesmo faça o trageto da sua hida para sua Residencia pela Ponte do Rosario e não pela Rua de S. Francisco afim de pessoalmente verificar a illuminação desta Rua, Cuja reclamação só será attendida pela Imprensa recebendo ordem da Camara. Sendo justo esta reclamação esperamos ser atendida. Já não falamos no

pó, quando não chove, como não falamos na lamaceira quando chove, que fica esta infeliz Rua intransitavel (A NOTA, 09/06/1917).

A reprodução integral, “respeitando a ortografia”, não era inocente. O texto do “assinante”, além de reconhecer o papel da imprensa como porta-voz do povo e intermediária autorizada frente aos poderes públicos, era utilizado, agora implicitamente, pelos responsáveis pelo diário, com certeza conhecedores dos meandros da língua pátria, para reafirmar sua difusão popular e, por conseguinte, legitimar essa própria autoimagem de força junto à população.

Expressiva é a carta de um preso na Cadeia publicada pela *Reforma*, relatando as más condições em que vivia no xadrez, também mantendo os erros ortográficos e gramaticais do original. Encarcerado, muito provavelmente não tinha acesso aos exemplares do periódico. Não sabemos nem como o texto chegou às mãos do Dr. Mourão. Mas, amplificando a sua denúncia, recorrendo a esse canal, o preso reafirmava a ideia do periódico como defensor dos interesses do povo, dando voz àqueles que não tinham condições ou meios de se expressar por si próprios:

São João d’El-Rey 26 de Maio de 1917. // Exm. Senhor Doutor, // Francisco Mourão // saudações // Sr. Dr. é com a maior concideração que vem porta esta, nas mãos de V. Exc. Pedir a Proteção de V. Exc. em favor dos pobres infelis prezos, desta Cadeia Local, coitados destes infelis passam muito mal; a forneçedeira trata a elles muito mal, e uma couve feita com sal só. Feijão crú sem tempero algum, carne detriorada, farinha ardente. // Pedem-se providencia as autoridades superiores, ellas não faz a minima importancia. // Oh! que escandalo medonho, será possivel que os pobres prezos morrem de fome, não, não é possivel, então pesço a V. Exc. para tomar providencia nisto. Pode publicar com a minha assignatura. // Já tem muitos que vivem doente devido a comida que é muito ruim comido de tres quatro dias que não põe fora tornam a mandar de novamente que Barbaridade medonha (A REFORMA, 31/05/1917).

#### 1.4. São João das Letras

Um grupo diversificado, mas, ao mesmo tempo, restrito de homens, discutindo temas comuns, a partir de perspectivas ora convergentes, ora desiguais, ligados todos pela intervenção no debate público através da palavra impressa. E aqui, partindo do nosso interesse, um tema em especial: São João del-Rei, suas representações, seus problemas, suas aspirações. A ideia de “cidade das letras”, formulada por Angel Rama, pode ser um importante ponto de partida. Concentrados num meio majoritariamente urbano, os homens de imprensa, no caso, por terem

acesso a meios de divulgação mais amplos de seus escritos, assumiam uma posição de maior consideração nas hierarquias de poder. Os grupos letrados, segundo Rama, desde o período colonial tinham entre os seus objetivos pensar a cidade, constituí-la a partir de um certo ideal de ordem<sup>45</sup>.

Os nossos personagens, unidos pelo trabalho na imprensa e pelo empenho na difusão da palavra escrita, formulavam suas próprias concepções de como enxergavam e como deveria ser a cidade em que habitavam, colocando em pauta a cidade ideal sobre a cidade real, no sonho de uma ordem<sup>46</sup>. Sob as luzes da racionalidade e do saber desapaixonado, considerado intrínseco ao seu ofício, poderiam levar São João del-Rei ao mundo da civilização, exaustivamente elaborado e discutido pelos periodistas. Cabe a reflexão de Goodwin Jr.:

A imprensa pretendeu, enfim, estabelecer as bases sobre as quais deveria ser construída a modernidade e, espacialmente, definir as políticas urbanas a serem implementadas. Para isso utilizou-se dos meios privilegiados à sua disposição, o prestígio dos periódicos que, na virada do século XIX para o XX, tornaram-se eles mesmos elementos constitutivos da modernidade que pretendiam carregar<sup>47</sup>.

É como disse a maioria das nossas fontes: mesmo que colocados em um âmbito de circulação restrito, não abandonavam o caráter nada modesto de guia da Humanidade. Imbuídos desse ideal, em diálogo tanto com o poder, quanto com o povo, os homens de imprensa poderiam assessorar, a um e a outro, conforme o papel que acreditavam ter, a chegar à cidade que deveria ser, analisando a cidade que era, ouvindo e elaborando queixas, promovendo soluções. Tirando o povo da ignorância para as concepções esperadas de civilização e conformação de comportamentos e condutas dentro dessa cidade; auxiliar, ou, fosse o caso, se colocar em embate com o poder, com o Estado, de modo que este possa não só criar as condições, mas implementar o progresso e, portanto, constituir a *urbs* moderna.

---

45 RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 26-27.

46 Idem, p. 28-30.

47 GOODWIN JR., op. cit., p. 123.

## 2. PROGRESSO EM NOME DA TRADIÇÃO: CONSTRUÇÃO E USOS DE UMA IDENTIDADE SANJOANENSE

Foi a proximidade do bicentenário de São João del-Rei que motivou um “distinto conterrâneo”, leitor do *Dia*, a escrever ao periódico. A carta, reproduzida na edição de 20 de abril de 1912, lembrava que em dezembro do ano seguinte aconteceria o aniversário de duzentos anos da elevação de São João à categoria de vila, de modo que “essa data brilhante da história de nossa cidade não pode de modo algum passar despercebida aos sanjoanenses”. Um pedido justo de sua parte, assim considerava, por representar o “ardente desejo que tenho de ver a minha terra conquistar o lugar que lhe devem assegurar a sua cultura, a sua riqueza e as suas brilhantes tradições”. Tendo em mente uma “festa do trabalho”, sugeria que o evento fosse dignamente comemorado com uma exposição regional, à qual concorreriam todos os municípios que uma vez fizeram parte do território de São João del-Rei. A exposição poderia ser realizada na Várzea do Marçal, “esse vastíssimo e privilegiado trato de terra, destinado a ser de futuro uma grande cidade e que esteve por pouco a ser designado para Capital de Minas”. Até lá esperava que a Câmara já tivesse concluído uma série de melhoramentos na cidade – a rede de esgoto, o aformoseamento das vias principais que margeavam o córrego do Lenheiro, o assoreamento do próprio curso d’água, o recalçamento das ruas –, de modo que São João não tivesse “razões de se envergonhar de abrir suas portas aos visitantes” (O DIA, 20/04/1912).

A ideia foi simpaticamente encapada não só pelo *Dia*, mas pelas elites sanjoanenses num geral, que em reunião no Paço da Câmara Municipal formou uma Comissão Central organizadora dos festejos. Nomes como Odilon de Andrade, o líder dos “jovens turcos”<sup>48</sup> que ascendiam ao comando do poder municipal; negociantes e comerciantes: Eduardo de Almeida Magalhães, capitão Alberto Bastos, Carlos Guedes; homens de imprensa: João B. de Assis Viegas, do *Repórter*, Antônio Augusto Campos da Cunha, do *Dia* (O DIA, 14/05/1912). Política, comércio e imprensa unidos pela comemoração de data tão gloriosa. Como não poderia deixar de ser, tratando-se de tema de tal porte, caberia às elites sanjoanenses a

---

48 O título dos membros da Câmara que assumiram em 1912 fazia referência ao grupo de reformistas turcos que tentaram modernizar o Império Otomano na sua última década de existência.

condução do processo. As comemorações da efeméride, a exemplo da Exposição Industrial de 1886 em Juiz de Fora, representavam um consenso desse grupo em torno de tópicos comuns, neste caso, as noções de progresso e tradição. Entretanto, como terei oportunidade de mostrar, tais temas possuíam nuances específicas de acordo com o interlocutor (também a exemplo de Juiz de Fora)<sup>49</sup>.

Para o *Dia*, o Bicentenário não seria um festejo qualquer. Segundo Ildefonso Silva, comerciante e colaborador da folha, a notabilidade do evento se encontraria, “quase que exclusivamente, além de outras, em sua parte histórica e na parte econômica”. Na parte histórica pelos diversos acontecimentos que tiveram como cenário o solo sanjoanense, atestando, além do “civismo e da sede de liberdade de seus filhos, episódios e fatos, bastantes para nobilitarem e engrandecerem um povo, tornando-o digno do supremo respeito das futuras gerações”. Na parte econômica, pelas vantagens advindas da Exposição, trazendo movimento comercial, pela divulgação do progresso industrial da cidade, para seus habitantes e para os de fora, pelo incremento da rede comercial do Município, cujas teias seriam ampliadas com futuros acordos com potenciais visitantes, além de ser um incentivo para o melhoramento das indústrias já existentes. A cidade se faria conhecida. “Desta data em diante S. João d’El-Rei gozará de outro renome; voltará a ocupar o lugar glorioso de destaque que outrora ocupou entre as mais ricas, desenvolvidas e progressistas cidades de Minas”, pois o Brasil inteiro estaria de olhos fitos nos muitos e inegáveis progressos pelos quais passaria o lugar (O DIA, 15/05/1912). Festa bem recebida por todos os que tivessem amor a São João e que se entusiassem “pelas tradições gloriosas desta terra”, berço do “imortal precursor de nossas liberdades”, Tiradentes. Festa que deveria fazer com que se trabalhasse, por meio de “elementos precisos e indispensáveis” para calar aqueles que diziam haver “*caveira de burro* enterrada [grifo no original]”, pelo muito que se ligaria “ao nosso progresso e desenvolvimento material, intelectual e moral”, dado o desejo público de “ver esta terra no convívio da civilização moderna”, de modo que se tornasse amplamente conhecida (O DIA, 10/01/1913).

Opinião semelhante tinha o *Repórter*, em texto de Severiano de Resende, assinando como “S. R.”. Cerrava fileiras com o *Dia* ao concitar a população

---

49 GOODWIN JR., James William. **A “Princesa de Minas”**: a construção de uma identidade pelas elites juizforas (1850-1888). Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 1996, p. 212.

sanjoanense para a “realização de tão patriótico cometimento”, comemoração que viria a “ratificar o estado de nossa civilização e de nosso progredir”. Além disso, concorreria para fazer despertar os elementos que lhe trariam a pujança local, “justificando o proeminente lugar, que ocupa, entre as principais cidades mineiras”. “As roupagens da Princesa de Minas” – São João del-Rei, de dotes excepcionais –, “não devem invejar as das filhas das mais ricas majestades dos países encantados do oriente”. De maneira que fossem bem recebidos os visitantes, a cidade contaria, em seu auxílio, com suas belezas naturais, sua linda perspectiva, seu bom clima. A comemoração, conforme o ex-líder conservador, deveria prezar as conquistas industriais, comerciais e agrícolas de São João (O REPÓRTER, 02/05/1912). Mas não só mostrar ao mundo seu presente de realizações, de méritos. Seria também “uma recordação grata”, assim nos fala Carlos de Azevedo no mesmo periódico, “que leva o nosso espírito a um passado de glória e é um motivo de júbilo nesse remontan”. Pátria da Liberdade, “terra sublime que tão elevado lugar ocupa nas páginas da história de Minas” (O REPÓRTER, 12/05/1912).

Tradição. Progresso. Memória. Futuro. Valores. Melhoramentos. Vantagens naturais. Importância regional e perda dessa mesma importância. As discussões em torno da comemoração do Bicentenário de São João del-Rei<sup>50</sup> concentram imagens que serão caras para as discussões deste trabalho e, mais especificamente, do presente capítulo. Representações compartilhadas por outros periódicos, em outros momentos, mas que aqui surgem enquanto elemento discursivo de valor único, por se tratar da resolução de problemas já longamente debatidos e que, depois disso, assim continuariam sendo, mas tendo como propulsor um evento ímpar. Ainda que os festejos do Bicentenário não sejam o foco do capítulo, eles surgem como um bom ponto de partida para se pensar a dinâmica entre história e progresso em São João durante os últimos anos do Oitocentos e o início do século XX, as imagens construídas sobre o lugar e sua gente, seu papel no estado, os projetos de futuro. Girando em torno de uma data de forte simbolismo, foi um momento de mobilização de memórias, de recordação de um passado, de análises acerca do presente e de como tudo isso deveria se articular, de modo a possibilitar um caminhar seguro para

---

50 Reviso estas linhas no momento em que é discutido um outro Bicentenário, o brasileiro, que, por motivos e em circunstâncias diferentes, procura fazer uma leitura da data que explora aspectos comuns, como a questão da identidade, o papel de seus heróis, e as tradições de seu passado e sua gente.

os próximos tempos, para a manutenção de todos os foros que orgulhosamente ostentava. Encetava representações acerca da cidade, recorrentes nos periódicos locais, cuja ênfase variava conforme a postura daquele que escrevia e que tomava contornos específicos de acordo com o momento político. Naquela segunda década do novo século, tanto o *Dia* quanto o *Repórter* apontavam para um diagnóstico em comum: São João del-Rei seria uma das primeiras cidades mineiras, com todas as condições de crescimento e o mais belo passado para se espelhar, mas que não ocuparia a posição que seu lugar no estado lhe daria direito. Ou, dizendo de outro modo, dessa vez, mais pessimista, São João não seria mais aquilo que fora. Olhando de forma ampla os discursos formulados pelas elites letradas sanjoanenses, ao menos dentro de nosso recorte, há uma imagem perene sobre a cidade, recorrente, que gira em torno de sua importância no universo mineiro, mas cujo grau de relevo variava conforme as circunstâncias políticas ao longo do período e a posição, o lugar assumido pelos homens de imprensa que escreviam acerca do assunto.

Compreender as representações construídas sobre a cidade de São João del-Rei e as elaborações em torno da identidade de seus habitantes é determinante para entender os projetos formulados pelos grupos que escreviam nos periódicos, na medida que davam justificativas e legitimavam esses mesmos discursos. Empregados para validar determinados projetos, fechavam-se em um círculo, ou melhor, numa espiral: as propostas de intervenção na cidade e disciplinarização da população se amparavam em imagens e valores ideologicamente mobilizados para sustentá-los, ao mesmo tempo que tinham como fim manter intactas essas mesmas imagens e valores, representações positivamente veiculadas em torno de São João. Caso do próprio Bicentenário, por exemplo. Evento que, entre outras coisas, se pautava numa leitura específica do passado sanjoanense, naquilo que era tomado como sua tradição, num apelo sobre a importância de São João del-Rei, empregado para justificar reformas e investimentos, que ao fim e ao cabo, não só conservariam essa mesma imagem de relevância da cidade, mas a levariam adiante, rumo ao progresso.

Dessa forma, este capítulo visa reconstituir as representações formuladas sobre a cidade e seus moradores e aperceber como eram articuladas de maneira a

dar sentido às propostas de intervenção no espaço urbano local e nas práticas e comportamentos dos habitantes e a fazer valer, já numa esfera regional, os interesses dessas mesmas elites. A fim de cumprir esse objetivo, tal análise deve perpassar alguns pontos: como se entendia a cidade e qual era a identidade vinculada aos habitantes de São João del-Rei, os valores que comportariam, e como se ligavam a uma determinada visão de seu passado, ancorada na ideia de “tradições”; por quais caminhos articulavam-se – essa identidade e esse propalado apego à tradição – às demandas do progresso, caras ao Brasil de fins do século XIX e início do XX; de que maneira era entendida a inserção de São João del-Rei no Estado em relação ao crescimento econômico de outras localidades, a fim de assegurar um predomínio da “Princesa de Minas” no contexto regional, confirmando representações (obviamente de caráter positivo) construídas em torno dela. A partir daí, veremos como esses discursos, formulados pelas elites letradas sanjoanenses, foram empregados num sentido de validar suas próprias posições, justificando propostas de intervenções urbanas e normatização da vida dos habitantes em seus modos de utilizar os espaços, públicos e privados, almejando pautar esses elementos a partir do espelho que construíram para si próprias.

## **2.1. A tradição diante das exigências da modernidade**

As tendências gerais, havendo com isso manifestações as mais variadas, são pelo progresso, são pela grandeza. Não constituindo tudo isso um prurido transitório e doentio de reformas, muito em breve, talvez teremos de ver a nossa pátria ocupar no concerto do mundo o lugar que sua grandeza e sua força lhe designaram. Temos então a hegemonia plantada na região brasílica da Sul América.

Assim Ildefonso Silva, colaborador do *Repórter*, responsável pela seção “Jornal dos Viajantes”, identificava a passagem da história, naquele ano de 1907. “Um frêmito nervoso na faina intensa de muito progredir empolga a todos no momento atual”, atestava animado (O REPÓRTER, 13/10/1907). Para o Brasil de fins do século XIX e início do XX, “progresso” não era só uma palavra da moda, mas uma realidade a ser alcançada. Num plano geral, Superados os dissabores dos primeiros tempos que se sucederam à queda do regime monárquico, o país, republicano e livre da mácula da escravidão, queria se ver e ser visto como moderno, civilizado, se inspirando no

continente europeu para se distanciar daquele passado colonial<sup>51</sup>. Passado que subsistia no plano mental, nos hábitos e atitudes da população. No aspecto externo das cidades país afora – orgânicas, sem planejamento, tortas, de casario com feição antiga, rústica, tudo o que se queria negar. Vontade que então significava um esforço das elites em sintonizar o Brasil com as transformações verificadas no contexto europeu, de forma seletiva, compulsória e limitada, vale dizer, ao modelo civilizacional apregoadado pelas elites políticas e intelectuais do período, racista e exclusivo<sup>52</sup>, em consonância com mudanças no campo político, econômico e social<sup>53</sup>.

Progredir seria fazer crescer materialmente, algo inescapável, visto que inscrito nas leis de evolução da humanidade, como quer o mesmo Ildefonso Silva:

o espetáculo maravilhoso de reformas e progressos que se lobrigam agora no horizonte incomparável do Brasil, é consequência natural das leis que têm dado a todas as nações, cada qual por sua vez e por motivos vários, a supremacia da força e o apogeu da grandeza (O REPÓRTER, 17/10/1907).

Essa interpretação da ideia de História não é fruto isolado das reflexões do porta-voz da classe dos viajantes. Está intimamente ligada às transformações do conceito estudadas por Reinhart Koselleck, para quem, a partir das grandes mudanças que tiveram lugar no mundo ocidental desde o século XVIII, esta passou a ser vista de forma universal, compartilhada por todos os seres humanos<sup>54</sup>. Um tipo de concepção que dava margem para que a História fosse entendida como sendo vivenciada de forma diferente por diferentes grupos, alguns na vanguarda do progresso e outros na infância da humanidade, em estágios inferiores, à espera de serem civilizados. Todos, porém, na mesma marcha, o que legitimava, entre muitas práticas, o colonialismo e, dentro de territórios da periferia do capitalismo, o controle sobre as classes subalternas, como bem pontua Dipesh Chakrabarty<sup>55</sup>. Esse desejo de se adequar aos padrões culturais das nações da Europa e dos Estados Unidos da

51 SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 41.

52 VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 60.

53 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paradoxos da *Belle Époque* tropical. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (org.). **A Belle Époque Brasileira**. Lisboa: CLEPUL, 2012, p. 164.

54 KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 17.

55 CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincialing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008, p. 8-9.

América, vistas como a ponta de lança de sociedades organizadas de acordo com uma concepção de História teleológica, progressista, foi um fato importante para a expansão do imperialismo nas regiões periféricas do globo<sup>56</sup>. Uma ideia eurocêntrica, portanto, que não deixava de ser vivamente compartilhada pelas elites brasileiras, de modo geral, e sanjoanenses, em particular. Eurocentrismo que se materializava numa preocupação constante com que conceito tinha o Brasil diante das primeiras potências do mundo.

Para “Passe-Partout”, pseudônimo utilizado pelo Dr. Ribeiro da Silva em suas crônicas no *Repórter*, a República, apesar dos problemas econômicos surgidos em seu bojo, teria colocado nós, brasileiros, em novo e superior patamar diante dos “povos que marcham na vanguarda da civilização”, povo que estaria em má situação por conta de sua ignorância, gente que só consegue ver a Europa e pouco sabe do Brasil, desconhecimento (ou má-fé) que ainda subsistiria (O REPÓRTER, 05/09/1907). O médico vai mais além e ironiza as elites brasileiras que não fariam outra coisa senão imitar os hábitos europeus, notoriamente os franceses, quando na verdade, em contrapartida, eles, a gente da França, “nos tem em conta de selvagens” (O REPÓRTER, 22/09/1907). De qualquer modo, havia a sensação, como afirma o colaborador “Sun”, no mesmo periódico, em 1907, de que o “o Brasil já não é precisamente o país do caboclo nu de carcás ao ombro” (O REPÓRTER, 17/10/1907). Estaríamos no mesmo movimento. E não só: em posição cada vez mais vantajosa.

O país queria ser como as nações que se modernizavam ao ritmo ditado pelas inovações e progressos nos campos da técnica e dos costumes. Todavia, os espaços periféricos, como o Brasil, inseridos numa posição subalterna na economia-mundo, não contavam com o mesmo aparato técnico-científico que possibilitara esse nível de mudanças verificado na Europa. As elites brasileiras, em decorrência desse fato, faziam uma apropriação dos elementos que consideravam pertinentes da cultura europeia ou, simplesmente, de tudo aquilo que fosse possível de algum modo tomar para si, os chamados “sinais visíveis da civilização” adaptando-os de acordo com as realidades locais<sup>57</sup>. Dito de outro modo, mantendo aquela estrutura tradicional característica das relações sociais no Brasil, faziam uma interpretação

---

56 GOODWIN JR., op. cit., p. 47.

57 Idem, p. 48, 62.

seletiva desses modelos civilizacionais europeus, de acordo com seus próprios interesses.

Do que decorriam situações paradoxais, porque integrando arcaísmos e formas diversas de exploração com elementos vinculados a um ideal de modernidade. Pensemos, por exemplo, na São João del-Rei da primeira década do século XX: ao mesmo tempo em que se celebrava a instalação da luz elétrica (O COMBATE, 11/07/1900) – vedete da modernidade, mas ali, naquele espaço e naquele momento, de caráter bastante restrito –, as eleições municipais de 1900 ainda estavam marcadas por tipos de relações políticas e sociais notadamente arcaicas, com capangas a solta nas ruas e acusações mútuas de fraude entre os grupos em disputa (O COMBATE, 07/11/1900; O RESISTENTE, 08/11/1900). Pensemos, dessa vez então, na maneira como a própria Câmara lidava com problemas urbanos, em vista dessa cidade que se queria antenada com os ditames do moderno, se valendo, porém, de relações de trabalho nada modernas, como o emprego de crianças para certos serviços públicos (O REPÓRTER, 29/11/1907).

Todavia, acredito tratar-se de algo além daquilo que Marshal Bermann chama de “modernismo do subdesenvolvimento”, porque mais complexo. Estudando “as áreas fora do Ocidente, onde, apesar das pressões crescentes do mercado mundial em expansão e do desenvolvimento simultâneo de uma cultura mundial moderna”, Bermann afirma que a modernização, ou seja, os avanços técnico-científicos que possibilitaram essa expansão de conhecimentos, economias e comportamentos, não ocorreu<sup>58</sup>. O projeto de modernidade europeu, para sobreviver nessas sociedades periféricas, “assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos”<sup>59</sup>. Sem as condições que possibilitassem o seu desenvolvimento, o desejo de fazer aqui senão uma Paris tropical, ao menos uma cidade adequadamente “europeia”, não passaria disso, mero devaneio. É preciso fazer, entretanto, uma importante ressalva. Resumir as reformas e intervenções urbanas a cópias mais ou menos eficientes, mais ou menos parecidas com aquelas do continente europeu, parece ser uma análise bastante estreita. É como se Paris fosse a modernidade e a modernização por excelência e

---

58 BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 205-206.

59 Idem, p. 271, 275.

tudo o que se fizesse ao redor do mundo não passasse de meros pastiches, fantasmagorias, quase paródias, anulando as particularidades desses mesmos espaços. Embora a Europa nunca deixasse de ser modelo, embora as discussões sobre tradição colonial e modernidade à europeia se fizessem presentes, os elementos para se alcançar esta última, ou, como queriam aqueles que viveram e escreveram naquela época, “civilização” e o “progresso”, devem ser analisados de acordo com as demandas de cada contexto.

Ou seja, ainda que haja uma inspiração nas transformações ocorridas na Europa, essas apropriações devem ser compreendidas a partir dos problemas específicos dos agentes da periferia. Não cópia, meramente. Mas assimilação seletiva, atendendo a questões de um espaço e de um tempo específicos. Se a concepção sobre progresso e civilização dos sanjoanenses desse nosso recorte eram eurocêntricas, não seremos nós também eurocêntricos em fazer uma análise querendo descobrir o quão europeia se tornou ou não São João. Ou afunilando ainda mais, que não incorramos no perigo de acreditar que lá se reproduzia mecanicamente tudo o que era feito no Rio de Janeiro, inegavelmente a referência de civilização para as elites brasileiras no período e espaço privilegiado de pesquisas sobre o tema. Vale aqui ressaltar as palavras do Dr. Francisco Catão, crítico do modo como o Rio de Pereira Passos e a São Paulo do Conselheiro Antônio Prado se tornaram modelos inquestionáveis para as ações sobre as cidades brasileiras, a ponto de “quem não ler da mesma cartilha”, (afinal, ironizava, “o Brasil é o Rio de Janeiro”), quem não seguisse sem questionar o exemplo lançado pelos beneméritos governantes, ser taxado de impatriótico e imprudente. O médico acreditava que, para melhor servir a São João, era preciso apontar “quais são suas faltas e mostrando de que modo exige a civilização sejam elas sanadas” (A OPINIÃO, 05/10/1907). O caminho para alcançar a civilização na cidade de São João del-Rei, mais do que copiar essa cartilha paulista ou carioca acriticamente, seria elaborar as soluções de acordo com os problemas específicos de São João, problemas esses que tratarei no correr do presente trabalho. Dito de outro modo, o arcabouço de respostas se assentava em modelos compartilhados em escala global, mas deveriam ser adaptados conforme questões particulares ao universo sanjoanense. Não se reduzia a uma cópia estética, à apropriação simbólica, aos

limites do discurso. Havia uma vontade real de dotar a cidade de uma estrutura que se pretendia moderna, de modo que o progresso, sonho universal, fosse a chave para a superação de empecilhos internos, ainda que esses projetos se encontrassem dispersos no tempo e no espaço, não obedecendo a um plano geral, coordenado, muito embora as concepções teóricas se mantivessem em todas as discussões.

O futuro, de qualquer forma, construído a partir de determinadas apropriações de modelos de civilização importados das nações da Europa, mais ou menos eficientes, mais ou menos pertinentes, era a meta; e o progresso um elemento inescapável, mesmo com todas as suas limitações, desafios e especificidades. O Brasil (ou São João del-Rei, como queira), já não podia dele se desvencilhar, atrelado que estava a essa marcha. Era segui-lo ou ficar pelo caminho. Assim parecia, conforme texto do mesmo Francisco Catão, publicado na *Opinião*, de 1907, que comparava o progresso com a “correnteza de caudaloso rio; é preciso que nos preparemos para seguir a impetuosidade da corrente, colocando nela a quilha de nossa existência, para não ficarmos nas águas estagnadas das margens, onde se faz a podre calma.”. O caminho que esse fluxo seguia seria, no entanto, um mistério: “onde o caudal da civilização nos levará não sabemos, e nem disso podemos cogitar” (A OPINIÃO, 20/11/1907).

Essa sensação de insegurança frente ao rumo desconhecido, porém certo, do caudal da modernidade era algo compartilhado para além das fronteiras de São João del-Rei. Conforme Nicolau Sevcenko, “nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos”<sup>60</sup>, sensação de “vertigem fantasmagórica” experienciada por todos, nos “centros” e nas “periferias” do sistema capitalista<sup>61</sup>. De acordo com Koselleck, a partir da era moderna “a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente”<sup>62</sup>. Experiência e expectativa, esperança e recordação, são categorias que mostram e produzem “a relação interna

60 SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-8.

61 HARDMAN, Franciscano Foot. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 27.

62 KOSSELECK, op. cit., 2006, p. 314.

entre passado, presente e futuro”<sup>63</sup>. No mundo pré-moderno, que caminhava sob condições vagarosas, no qual as pessoas compartilhavam uma noção cíclica de tempo, as expectativas das gerações futuras eram as mesmas das de seus antepassados<sup>64</sup>. A modernidade, para o pesquisador alemão, produz um novo tipo de interação nessa relação. Há uma outra maneira de se entender o tempo, “em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”<sup>65</sup>. Com um futuro em aberto, em que tudo é novo e tudo é incerto, “não é mais possível projetar nenhuma expectativa a partir da experiência passada”<sup>66</sup>. O mundo que está por vir não pode ser igual àquele que já se foi. Daí a negação do passado colonial brasileiro, visto como entrave à introdução do Brasil na modernidade, no tão sonhado rol das nações ditas civilizadas no “concerto do mundo”.

Sendo o progresso identificado com a apropriação seletiva de modelos europeus e dos EUA, tendo sua expressão mais evidente no desenvolvimento material, a intervenção na cidade significava tanto a adequação a esses mesmos modelos, como a criação de condições de possibilidade desse mesmo desenvolvimento, tendo por fundo a negação dos traços do passado. Para muitos, sinônimo de cidade moderna eram então as cidades da Europa, particularmente a Paris do prefeito Haussmann, governante e reformador sob as ordens de Napoleão III. As intervenções no espaço urbano parisiense se ancoravam em importantes princípios: a valorização da circulação, o combate às epidemias, o embelezamento da cidade e a contenção de centros potenciais de revolta, tudo isso promovido pela derrubada do casario e das vias medievais e pela construção de ruas e avenidas amplas, desenhadas de forma racional<sup>67</sup>. Já na América Latina, a adoção desse modelo, inspirado em Haussmann, se dava pelo apagamento da herança colonial, com a consequente promoção das propostas urbanísticas veiculadas no contexto europeu, respondendo às exigências de uma vida crescentemente agitada e complexa<sup>68</sup>. Esse ponto fica particularmente evidente na vasta reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, o “benemérito”, a quem a Capital

---

63 Idem, p. 308.

64 Ibidem, p. 315.

65 Ibidem, p. 314.

66 Ibidem, p. 319.

67 NEEDELL, op. cit., 51.

68 ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 283.

Federal “tanto deve”, nas palavras do *Repórter* (O REPÓRTER, 02/06/1911); “ilustrado e competente engenheiro”, “que tanto nome deu a Pátria Brasileira”, para o *Dia* (O DIA, 04/03/1913). O Rio, vitrine do Brasil, do novo regime republicano, que foi intensamente transformado pela sanha reformista do prefeito e de seu grupo de engenheiros – a malha colonial derrubada para dar lugar a um espaço higienizado e moderno, as camadas pobres da população expulsas para espaços periféricos –, de forma que essa vitrine se tornasse mais atraente ao mundo dito civilizado e modelo para o resto do país<sup>69</sup>. Exemplo que se fincou no imaginário das elites sanjoanenses. “Seja o nosso Passos”, pedia o *Repórter* em 1907 ao então Agente Executivo Municipal, o major Antônio Gonçalves Coelho (O REPÓRTER, 16/06/1907), ainda que, como vimos anteriormente, houvessem ressalvas sobre até que ponto o modelo carioca caberia em São João. Ressalvas que se tornavam irônicas com as frequentes comparações entre os espaços sanjoanenses e cariocas, nomes do Rio empregados para explicar a paisagem local, como poderemos ver ao longo do texto. Negação do passado colonial, particularmente em seus aspectos materiais, que encontrava eco nas discussões dos periódicos locais, identificado enquanto algo arcaico e, conseqüentemente, antiprogressista, como na fala do redator do *Zuavo*, que em 1916 se insurgia contra o anacronismo representado pelos carros de bois:

Por mais que queiramos sem quebra de linha, dizer como os Cariocas “O Rio Civiliza-se” achamo-nos atacados por um arcaísmo que já se vai tornando crônico, e que mais ainda se tornará se uma medida enérgica do Governo Municipal não vier em socorro dos nossos desejos. // “S. João civiliza-se” é lindo assim de dizer-se, mas qual de nós assim o possa fazer com *pose*, quando chiando ruidosamente aos gritos sugestionadores dos carreiros passa, zombando de nossa civilização, um avantajado e mavioso (!) carro de bois? [grifo no original] (O ZUAVO, 16/01/1916)<sup>70</sup>

Rejeição do passado colonial que se estendia para além dos costumes dos habitantes, para a própria fisionomia da cidade. “É preciso cuidarmos da nossa estética”, advertia a *Tribuna* em 1914. “Já é tempo da cidade perder aquela feição arcaica dos tempos coloniais que tanto a entristece, que tanto a enfeia” (A TRIBUNA, 27/09/1914). Feia e irracional. O casario construído sem nenhum critério, sem

69 SEVCENKO, op. cit., 2014, p. 41-43.

70 Sobre a presença dos carros de boi e os sons do cotidiano de São João del-Rei desse final do século XIX e início do XX, Cf. DUARTE, Regina Horta Duarte. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del-Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 17, Mar. 1997, p. 71-79.

nenhum estudo, correspondendo a modelos antiquados. Daí “o conjunto desgracioso da cidade”, objeto de crítica da *Opinião* em 1907 (A OPINIÃO, 10/08/1907).

É sobre esse terreno, passando por cima, soterrando os aspectos mais anacrônicos, antimodernos, que se deveria edificar o progresso. Mas, ainda que inspirado no que se fazia no outro lado do Atlântico e na América do Norte, querendo ser, se possível, uma Europa nos trópicos (tudo se quer imitar da Europa, até o frio de Agosto!, brinca o colaborador do *Repórter* na Capital Federal [O REPÓRTER, 29/08/1907]), o progresso não precisava necessariamente renegar a tradição, todos os aspectos da história, do passado sanjoanense. Contra a sensação de vertigem da modernidade, contra o futuro nebuloso, indefinido, contra uma concepção de História que avançava a toque de caixa, a tradição poderia servir como elemento de unidade do povo sanjoanense (ou ao menos das elites que escreviam e se preocupavam com o assunto), fornecendo, além do mais, inspiração para que a cidade fosse conduzida de forma segura a esse mesmo futuro, ainda que, para alguns, se encontrasse ameaçada.

A tradição seria antes de mais nada o cimento da “família sanjoanense”. Em edição da *Tribuna* de 1919, há um texto de “T. e X.” em que a “*Tradição S. Joanense* [grifos no original]” surge na figura de uma velha rota e armada, meio Joana D’Arc, meio mendiga, a um homem que se dedicava a contemplações sobre o passado da cidade numa noite no alto do Bonfim. Dizia ela que São João “era uma única família, alegre harmoniosa, homogênea e trabalhadora”, porque “todos me queriam muito, éramos todos como irmãos muito íntimos, lutávamos, trabalhávamos e sorríamos juntos sempre unidos...”. Hoje, velha e esquecida, seria motivo de vergonha, caso fosse vista. Seu tempo de glória havia passado. Os sanjoanenses, dizia a veterana, “ao lançar-me na rua, jogaram também seus pais, seus avós; esqueceram de mim como também dos seus, da sua fé e da sua honra, da sua coletividade e altruísmo; olvidaram a sua Tradição, honrada, severa, alegre e unida”. Ao tentar reanimar a senhora, que chorava ao falar da desunião, rivalidade e hipocrisia entre os filhos da sua amada terra, o sujeito notou que a figura da anciã se desvanecia, sumia diante dos seus olhos. “As velhas e boas tradições vão-se...” (A TRIBUNA, 15/06/1919).

Se por um lado “T. e X.” lamentava a maneira como a tradição estaria vilipendiada e esquecida, conclamando os sanjoanenses para que tornassem a nela

pautar suas vidas enquanto habitantes da cidade, porque somente a partir dessa venerável senhora se congregariam novamente os elementos para felicidade e progresso de São João como outrora, outros davam sua própria concepção acerca ela, de maneira menos patética, mais positiva, mostrando sua presença ainda viva e a ligação que possuiria com o próprio futuro da terra. É o que vemos no texto do padre Francisco Cmezis, sacerdote belo-horizontino em visita a São João, publicado na *Tribuna*, em 1914. São João del-Rei, nas palavras do religioso,

surge ao meu espírito como a trajetória luminosa de “tradição histórica e do elemento do progresso” [...] // Os povos que norteiam seus passos na vida à luz resplandecente de uma “tradição” que é a “estática” do ponto de partida, e empreendem essa jornada da civilização guiados pelo farol dum ideal puro e progressivo, que é a “dinâmica” das nações, esses povos não serão reduzidos jamais a uma simples expressão geográfica.

A tradição apontada por Cmezis é a dos “homens ilustres”, gente destacada nos campos intelectual, artístico, político. Dos grandes eventos a que coube São João não só presenciar, como participar ativamente: a Inconfidência, a Revolução Liberal. Da forte religiosidade, representada nas festas como a Semana Santa. Tudo isso, por fim, sustentava os passos a serem dados pela cidade: “o progresso então deste abençoado torrão que parte duma inspiração semelhante há de ser forçosamente estupendo” (A TRIBUNA, 16/08/1914). Como destaca Rúbia Soraya Lelis Ribeiro, analisando as fotografias de André Bello, havia uma tentativa de conjugar os valores da modernidade com aqueles que a cidade já possuía, de modo que se fizesse um caminhar harmônico rumo ao progresso, embora a autora seja um tanto econômica na discussão sobre o que seria representativo desse passado local<sup>71</sup>.

Assim, não era de todo descabido que as elites letradas pedissem que São João del-Rei apresentasse uma fisionomia moderna, contra o seu exterior antiquado, ao menos tempo que fazia evocações altamente ufanistas à sua história, pois afinal, do passado já possuiria os valores que a fizeram chegar até ali e que poderiam ajudá-la a atravessar esse futuro incerto, descortinado pelos novos tempos. É, dessa forma, uma depuração daquilo que se devia preservar da tradição, originária, é claro, de um passado definido, datado, mas que, a partir daí, parecia se cristalizar-se no

---

<sup>71</sup> RIBEIRO, Rúbia Soraya Lelis Ribeiro. **As fotografias de André Bello (1879-1941)**: imagens da modernidade em São João del-Rei. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2006, p. 101.

tempo, muito mais ligada às características de um “ser sanjoanense”. Essa identidade sanjoanense consistiria de um espírito cultural e intelectual elevado, de uma forte religiosidade, de uma vocação para a política, valores que, enfim, foram mobilizados para justificar intervenções no espaço e conformações nos hábitos e comportamentos dos sanjoanenses, como tratarei adiante. Todos os aspectos que parecem englobar uma pessoa civilizada. E progresso quer dizer também civilização.

Este, o progresso, tudo consumia, tudo dava cabo, voraz. Mas havia, em São João del-Rei, quem se ressentisse da maneira como se apagavam algumas das suas tradições tão características em favor das exigências da modernidade. “O progresso, com aparências de civilizado, é bruto”, constata Bento Ernesto Júnior em texto para o *Repórter*, em 1908. Homem que ama

as permanências de certas usanças de tempos de outrora, nos nossos costumes hodiernos: praz-me ver instalada no meio do presente de progresso que atravessamos, alguma coisa que nos fala do passado, com toda a sua singeleza encantadora.

Uma nostalgia um tanto romântica, é verdade, mas sua reflexão é acertada. “O Progresso é limpo, mas tem maus modos” porque rude na maneira como se porta, visto que “acaba, implacável, com a poesia de certos costumes”. Todavia, seu tradicionalismo “não é incondicional”. Ele entende “que não devemos conservar cousas que não têm direito algum a serem conservadas”. Atesta que “S. João d’El-Rei é um lugar, onde o espírito tradicionalista tem feito perdurar muitas cousas do tempo de antanho, como dizem os jornalistas amaneirados”. Conta com tradições religiosas, por exemplo, que são pura poesia e triste seria se tivessem fim. Mas outras, “despidas como são de toda utilidade, de toda graça poética”, com prejuízos para a coletividade, como o horrível badalar dos sinos para os agonizantes, devem cessar com ligeireza. Há, dessa forma, uma ideia de que se deve manter a tradição (conta não só com utilidade, mas com graça), porém depurada de anacronismos. A identidade mantém sua forma, mas extirpa seus apêndices desnecessários. No caso, se valoriza fortemente o espírito religioso, mas este, diante das mudanças do mundo, já não pode conviver com certas usanças antigas. “Demonstração sincera da religiosidade do povo”, é certo, mas, naquele momento, antiquadas e incômodas (O REPÓRTER, 01/10/1908). A poesia da tradição, característica da identidade

sanjoanense, deve permanecer. Mas só o que julga-se poético e útil.

E quem define isso senão os homens de letras sanjoanenses, intelectuais da terra, conscientes de suas necessidades e demandas? Essa reflexão sobre a marcha inexorável do progresso, sempre sedento em suplantar vestígios do passado, também se encontra em outros centros de origem colonial, a exemplo de Dimantina. Como mostra Goodwin Jr., certas parcelas das elites letradas diamantinenses não negavam os benefícios advindos do progresso. Porém, o preço a ser pago era o romper de hábitos arraigados, alguns tão característicos e cheios de sentido para a comunidade, parte das suas formas de ser e estar no mundo, a subsistirem, a partir daí, somente na memória dos antigos moradores<sup>72</sup>.

Voltando a São João del-Rei, outros, como os redatores do *Minas-Jornal*, aparentam serem menos apegados a essa “tradição sanjoanense” ou à maneira como a gente da terra fazia conta de determinados aspectos dela. Ironizava um certo costume do meio, “de forjicarmos uma tradição em torno da mais insignificante e inútil das velharias”, mesmo que não levassem em consideração a questão estética, o grau de cultura da população de São João e o bom gosto.

Daí, dessa falsa interpretação do tradicionalismo, é que se origina toda a série vultuosa das chatices insuportavelmente ridículas que, sobre serem incômodas, são um formidoloso empeco ao progredir de um meio, como o nosso, apto a caminhar a passos largos... (MINAS-JORNAL, 22/05/1918)

Aqui há, ao menos superficialmente, outra concepção sobre a tradição sanjoanense. Não nega sua existência, nem a sua importância, mas identifica no seu bojo um apego com tudo o que é velho, com tudo o que é ultrapassado, entulho que atravança a marcha do progresso. Caberia, por conseguinte, uma separação entre o inútil e o proveitoso, de tal forma que não a perca, mas também não a faça assumir tons ridículos. Todavia, apesar de partirem de pressupostos diferentes – uma exaltação nostálgica de elementos anedóticos herdados do passado sanjoanense e uma negação prática de seus anacronismos –, as duas visões não negam a modernidade e o progresso, nem a sua relação com a tradição. Têm, inclusive, como conclusão a ideia comum de supressão de tudo aquilo que, não obstante o apego que encontraria entre a população local, seria, na verdade, um empecilho para o caminhar rumo ao futuro, esquisitices que não teriam mais sua razão de ser em face

---

72 GOODWIN JR., op. cit., 2015, p. 96-99.

das exigências dos tempos atuais. As divergências entre essas duas formas de se encarar a “tradição” sanjoanense estariam centradas muito mais no que, o quanto e como deveria dela ser preservado.

O progresso seria um algoz da tradição? Não necessariamente. No caso sanjoanense, esses dois conceitos não eram excludentes e, embora houvesse alguma divergência sobre aquilo que deveria ser mantido, essas cisões eram muito pouco antagônicas, dado que existia a crença comum de necessidade de supressão dos elementos anacrônicos e incômodos dessa tradição. Como vimos, ela, a tradição, seria fundamental para se pensar as propostas de inserção de São João del-Rei na modernidade, fornecendo exemplos e ajudando a enfrentar as transformações desses tempos velozes. Não deveria ser esquecida, mas depurada de suas características já obsoletas, datadas. Dessa forma, cabe a reflexão de Goodwin Jr: “Embora participando de um momento histórico comum, marcado pela adesão ao conceito de modernidade capitalista, nem todos os grupos que dirigiam jornais possuíam a mesma compreensão sobre as características prioritárias da modernidade”<sup>73</sup>. Negação do passado colonial em nome de uma adesão irrestrita a um projeto europeu de civilização? Pelo contrário. O passado sanjoanense surge como terreno de lutas para demandas do presente, por uma leitura específica feita da história local, privilegiando personagens, eventos e características da trajetória dessa terra como locus reivindicatório para que São João voltasse a essa era de glórias e grandezas, a uma posição de direito no mapa de Minas e do Brasil. Como já pude afirmar, não podemos cair na armadilha de acreditar que o processo de inserção das elites e das cidades brasileiras no ideário do período foi homogêneo. Claras são as suas contradições, mas devem vir à luz as suas particularidades, as especificidades de cada contexto. Em São João del-Rei havia um ajuste entre a tradição e esse ideal civilizatório, sendo que o último, muitas vezes, se justificava pela existência pretérita do primeiro, não o negando, mas a ele se conformando e até o reafirmando, num jogo duplo de valorização de certas concepções, de um conjunto de características inerentes ao ser sanjoanense e de um projeto de modernização amparados nesses aspectos.

---

73 Idem, p. 118.

## 2.2. A “tradição sanjoanense”

Muito se falou aqui sobre a proeminência da “tradição” nas discussões em torno da inserção de São João nesse ideal civilizatório da modernidade. Mas até agora não me detive em definir a fundo em que ela consistia e como era empregada nesses discursos. Desse modo, o que pretendo nesta seção é apontar como certos valores identificados com uma “tradição sanjoanense” – abarcando tanto imagens da cidade, quanto hábitos e formas de ser e agir de seus habitantes (ou ao menos de suas elites), expressões relacionadas a essas mesmas representações e que vistas de forma conjunta podem ser interpretados como constituintes de uma identidade local sanjoanense – foram mobilizados de forma a justificar esses projetos de intervenção no espaço urbano e de normatização da vida de seus moradores, bem como a fazer valer, no plano estadual, os interesses das elites locais.

Nesse ponto, a mobilização de imagens sobre a cidade e de valores identificados como um ser sanjoanense tinha em vista garantir um discurso de unidade dessas mesmas elites, de sorte que, por sua ação no campo político, fosse possível assegurar a centralidade econômica de São João del-Rei, em nome de uma importância do Município que seus moradores letrados julgavam ter. Daí nos encontrarmos numa espécie de espiral: as representações sobre a cidade e os valores de seus habitantes eram invocadas para dar sentido a ações de modernização, de modo que as intervenções, nos espaços e nas gentes, tivessem como fim manter um retrato melhorado, espelhado nessas representações, sobre São João del-Rei e os sanjoanenses. Por outro lado, ao recorrer a imagens de São João del-Rei com vistas no plano regional, os resultados dessa mobilização poderiam fornecer o anteparo ideológico e material capaz de pôr em prática esses projetos de intervenção.

Essa ideia de tradição, ou melhor, de manutenção de tradições, é um elemento importante das imagens construídas em torno do ser sanjoanense e da própria cidade. À “tradicional” São João del-Rei, bem como aos seus habitantes, eram atribuídos uma série de valores empregados nesse momento para legitimar medidas de intervenção no espaço e de disciplinarização dos moradores da cidade, como veremos adiante. A ideia de tradicional implica um elo de continuidade no tempo, fomentando atributos que foram se consolidando com o vagar das eras e

que, na percepção dessas elites letradas, se tornaram a própria imagem do ser sanjoanense. Em que, portanto, consistiria esse aspecto tradicional da cidade e quais os valores a ele associados? Essa construção se baseia em determinadas concepções do passado sanjoanense, arranjos de forma seletiva, a valorizar certos aspectos, notadamente sua relevância política, sua cultura ou civilização e seu apego ao Catolicismo. Vejamos o texto de Severiano de Resende, publicado originalmente no *Repórter*, em 1908, em comemoração a nova fase desse periódico. O autor imprime sua concepção da história sanjoanense: “Princesa de Minas”, “formosa odalisca”,

proeminente lugar que ocupa com destaque entre as demais cidades mineiras; visto que desde os tempos coloniais vem ela acumulando esses elementos que a engrandeceram e a tornaram próspera e feliz, salientando-se por seu progredir nas letras, nas [ilegível] artes, no comércio e na indústria.

Mostra suas belezas naturais, a sua boa localização. Recapitula a história de São João, desde as andanças de Tomé Portes. Longa trajetória, história que cobre as lutas entre paulistas e emboabas, nos primórdios da Capitania, gente sedenta das riquezas das quais a terra era prenhe. A Inconfidência, com o seu projeto de transformar a cidade na capital da república idealizada. Ainda que de forma não linear, continua a descrever os principais momentos do lugar. A visita do imperador D. Pedro I, que “pressagiou que em futuro não remoto S. João d’El-Rei, como capital da província”, o que de fato ocorreu, primeiro em 1833, por breve período, ao acolher o governo legalista e depois em 1842, quando abrigou as sessões da Assembleia Provincial convocada pelos revolucionários liberais – fatos que condena, por representarem a supressão da ordem estabelecida, haja vista sua antiga trajetória de político conservador, ferrenho inimigo dos liberais. Fala das discussões em torno da constituição da Capital de Minas, em que a Várzea do Marçal, vasta planície presente no território do Município, fora preterida. Notável ainda entre as principais cidades do Estado de Minas, pelo sentimento moral, que anima seus habitantes, se salientando como “convictamente religiosos e muito dados às cousas da igreja”, característica que assentava origem no fervor dos portugueses antigos, fundadores da vila, “transplantando para aqui suas devoções e cerimônias religiosas do seu querido Portugal”, construindo templos magníficos, proporcionados pelas inúmeras riquezas advindas da era da mineração (O REPÓRTER, 11/08/1908).

Severiano de Resende, dessa forma, ressalta alguns aspectos da história sanjoanense e exclui outros, como a presença negra e indígena. Em última análise, esses elementos identificados com o passado e a essência de São João del-Rei teriam contribuído para que o lugar granjeasse os títulos que lhe atribui (ou acreditava serem genericamente adotados), de cidade culta, religiosa e próspera – prosperidade que lhe valeu, inclusive, ser aventada enquanto uma das alternativas para sediar, ao menos em território próximo, a Cidade de Minas.

Voltemos ao texto do padre Cmezis. Não creio ser necessário repeti-lo, mas talvez seja bom relembrar seu apego em relação ao papel de São João em Minas, particularmente com a Inconfidência e a Revolução Liberal, à cultura de seus filhos, além da religiosidade característica da população sanjoanense. A velha decadente, identificada como a “Tradição S. Joanense” no texto de “T. e X.”, nos tempos em que era jovem e querida, ainda não teria se despedido da armadura dos conflitos coloniais entre paulistas e emboabas (A TRIBUNA, 15/06/1919). A. de Sena Madureira, militar que escrevia do Rio, em breve descrição histórica sobre São João, publicada no *Album* posto no prelo por Tancredo Braga em comemoração ao bicentenário, também faz um apanhado dos principais elementos do passado sanjoanense, com isso pretendendo destacar o empenho local na defesa e progresso da nacionalidade. Assim recorda a chegada dos paulistas e sua luta com os emboabas. O socorro prestado aos cariocas no saque dos corsários franceses ao Rio, em 1711. Seu papel na Revolução Liberal de 1842. A chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881, que afastou o fantasma da decadência. O abraço à causa da Abolição e da República, ideia inicialmente lançada por Tiradentes, e divulgada com fervor por Silva Jardim. Os sanjoanenses, para Sena Madureira, seriam um povo “sempre pronto a abraçar todos os movimentos em prol dos pequenos e oprimidos”<sup>74</sup>. Nesse ponto, a fala chegar a soar um tanto cômica, tal o distanciamento da realidade em prol da construção de uma boa imagem de São João. O Abolicionismo, em São João del-Rei, nunca fora tendência dominante<sup>75</sup> e quanto a Silva Jardim, sua passagem pela cidade mineira se tornou famosa por outros motivos: impedido de fazer a sua

---

74 BRAGA, Tancredo (org.). **Álbum da Cidade de S. João d’El-Rei**, em comemoração à data de 8 de dezembro de 1913. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1913 (paginação irregular).

75 AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e chimangos**: imprensa e política em São João del-Rei (1876-1884), 2008. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora., 2008, p. 227-232.

habitual propaganda republicana, teve o hotel em que se hospedava apedrejado e quase invadido por uma turba monarquista, pronta a lhe dar uns sopapos imperiais<sup>76</sup>.

A Oeste de Minas, por outro lado, era um orgulho para os sanjoanenses e teria sido sua maior ação na segunda metade do século XIX. Surgida num momento difícil para São João del-Rei e região, enfrentando a concorrência econômica de outros lugares, a Estrada de Ferro num primeiro momento “permitiria a manutenção da posição de entreposto comercial dos mais ativos de Minas”, solucionando problemas que “afetavam sua indústria e seu comércio, e também como o necessário melhoramento para dinamizar a futura produção regional”, como assinala Welber Luiz dos Santos. O projeto, iniciado em 1877, foi levado a cabo por meio de ações de habitantes locais, a maioria de membros das elites, sendo a Estrada finalmente inaugurada em 1881<sup>77</sup>. A *Reforma* destacava que o surgimento da Oeste foi um evento extraordinário, numa época em que a viação férrea ainda era embrionária e em que, apesar de todas as subvenções e favores prestados pela Assembleia Provincial no sentido de auxiliar a iniciativa particular, a maioria dos esforços nesse sentido não logravam sucesso. “E a estrada Oeste fez-se por subscrição popular em S. João, à qual concorreram os pobres, sendo grande o número de tomadores para uma só ação de 200\$000” (A REFORMA, 16/11/1913). Seria “questão de vida ou de morte para S. João d’El-Rei” (01/03/1917).

Por conseguinte, a tradição da cidade repousaria numa certa concepção da história local e da vida de seus habitantes, da riqueza que teve no passado, na religiosidade da população (de origem branca e portuguesa), visível desde a Colônia; na forte participação política em eventos de suma importância no cenário mineiro e brasileiro; no seu apreço à liberdade; no seu esforço progressista; na garantia da ordem; na cultura e bons modos que teria orgulho em manter; no seu olhar para frente sem deixar de pensar nos exemplos do passado, o que possibilitaria que fosse chamada de “velha e lendaria cidade”, que não se contentaria em rever as glórias do passado, mas possuiria forças para “caminhar e progredir” (O DIA, 17/03/1912). Tradição que perpassaria o tempo e os homens, com seus valores amparando o proceder das várias gerações. São João,

---

76 VARGAS, op. cit., 2019, p. 31-32.

77 SANTOS, Welber Luiz dos. **A Estrada de Ferro Oeste de Minas**: São João del-Rei. Dissertação de mestrado. UFOP, Mariana, 2009, p. 89-90, 95-97.

esta terra que nos é berço, que igualmente o é dos nossos antepassados; dos nossos filhos e da maioria dos nossos netos; onde estão túmulos de entes que nos eram caros uns, e venerados outros, é uma terra opulenta de tradições gloriosas na história de Minas, designadamente nas pugnas cruentas e nas incruentas pela Liberdade (A REFORMA, 01/01/1916).

Mas, essa tradição, sobrevivendo ao transcorrer das eras, perde a sua historicidade para repousar na eternidade, como se, embora tivesse uma origem, deixasse de ser dotada de uma dinâmica; se torna algo mítico, em que os homens poderiam encontrar o repositório de sua identidade, processo semelhante ao ocorrido com a mineiridade, de acordo com a interpretação dada por Maria A. do Nascimento Arruda<sup>78</sup>. “O próprio mito”, afirma a autora, “expressa um rearranjo de elementos históricos que, ao se combinarem de forma particular traduzem uma elaboração coerente e ordenada da vida social”<sup>79</sup>. Formam-se, então, certas características da cidade, certos valores de seus habitantes, que, vistos em conjunto, com origens nesse passado de mil glórias, de tantos feitos, de gente que se civilizou graças às condições ofertadas nesses momentos, dão origem a uma espécie de ser sanjoanense, a sua identidade.

Afinal, como destaca Walderez Simões Costa Ramalho, a História, ou ao menos certa leitura dela, possui um papel preponderante na formulação das identidades. Favorece a elaboração imaginária de uma identidade comum, ligando passado e futuro, estabelecendo quais seriam as suas características e referências internas e externas. Ao mobilizar argumentos de natureza histórica, os grupos culturais visam legitimar sua unidade imaginada, perante seus membros e os grupos externos<sup>80</sup>. Com algum acuro, dessa forma, poderíamos colocar essa “tradição sanjoanense” na categoria de “tradição inventada”. Obedecendo a um processo de seleção de aspectos da História, da cultura e dos valores (tema que será discutido adiante), há a formulação de um conjunto de características que parecem imemoriais, embora sua formulação enquanto tal se dê, em vários casos, em contextos muito mais recentes. Eric Hobsbawm define esse termo como

78 ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 22-24.

79 Idem, p. 129.

80 RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade**: trajetórias e significados na história republicana no Brasil. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2015, p. 33.

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado<sup>81</sup>.

No caso sanjoanense, poderíamos citar muito bem as festividades religiosas, que ano após ano viriam a confirmar o alegado e tradicional catolicismo local, pois, mais do que uma expressão de religiosidade, seria uma expressão da *religiosidade sanjoanense*. Ou ainda as formulações presentes na imprensa, não coincidentemente nosso objeto, meio privilegiado de elaboração e divulgação de ideias, que, pela relação e repetição dessas características, conjugava, disseminava e solidificava tais concepções que se projetavam como inerentes à São João del-Rei e aos seus habitantes, pois, como recorda Hobsbawm, seu objetivo final é a invariabilidade<sup>82</sup>.

Assim, a cidade e seus moradores, quando referidos, são qualificados com adjetivos que tentam dar conta de características fundadas nessa tradição. De acordo com Kwame Anthony Appiah, as identidades são “*nominais, normativas e subjetivas* [grifos no original]”, “socialmente construídas”, funcionando “mediante rótulos, associados a normas que moldam tanto as atividades dos portadores dos rótulos como as dos que reagem a eles”<sup>83</sup>. Ser sanjoanense seria não só ter nascido nesse glorioso rincão do território mineiro, mas compartilhar de certos valores.

Valores como sua *tradição política*: termo empregado por Cmezis, que denotaria intensa participação sanjoanense na vida pública estadual e brasileira, com o seu Tiradentes, seu Gastão da Cunha, seus Viscondes de Araxá e Ibituruna (A TRIBUNA, 16/08/1914). “Gyp”, colaborador da *Opinião*, se perguntava o motivo pelo qual não estaria incluída na cartilha das escolas públicas de Minas a história da “legendária” São João, onde fatos importantes do período colonial se prendiam às “suas gloriosas tradições”. Terra do conflito entre portugueses e emboabas, de Felisberto Caldeira Brant, “mineiro mártir”, com “notável destaque” na fundação do arraial do Tejuco. De Bárbara Heliodora, esposa do inconfidente Alvarenga Peixoto. Ligadas às revoluções de 1833 e 1842. Louvada por naturalistas e escritores (A

81 HOBBSAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terance (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017, 7-8.

82 Idem, p. 8.

83 APPIAH, Kwame Anthony. Identidade como problema. In: SALLUM JR., Brasília [et al]. **Identities**. São Paulo: EDUSP, p. 19-20, 30-31.

OPINIÃO, 20/07/1907). O *Dia*, discutindo as propostas para a comemoração do Bicentenário, lembrava “civismo” e “sede de liberdade de seus filhos” (O DIA, 15/05/1912) e rememorando com desgosto a destruição do aqueduto dos Arcos, obra dedicada à participação de São João nos eventos de 1842 (FIGURA 7), louvava a “educação cívica” e “patriotismo” dos sanjoanenses daquela quadra (O DIA, 04/06/1912).



FIGURA 7 – Chafariz e Aqueduto dos Arcos, conforme estampado no livro *Tradições de S. João d’El-Rei* (1924), do médico e antigo redator da *Reforma*, Francisco Mourão (Sênior). Adversário político de Severiano de Resende, figura responsável por botar abaixo a construção em 1895, Mourão lamentava a destruição desse “preciosíssimo documento da história desta cidade” (FONTE: MOURÃO SÊNIOR, Francisco. **Tradições de S. João del-Rei**. São João del-Rei: Tipografia Comercial, 1924, p. 11).

Outro valor elencado é a *cultura e civilização do sanjoanense*, o que significava a amplitude intelectual dos habitantes e a fineza de seus costumes. O *Repórter* considerava a cidade a “Capital artística de Minas”, “cultu” a plateia que aplaudia um concerto musical, composta de gente da “melhor sociedade” da terra (O REPÓRTER, 24/02/1907). O padre Cmezis, em texto já citado, coloca a beleza dos templos católicos e das peças do Padre José Maria Xavier como indícios da tradição

sanjoanense (A TRIBUNA, 16/08/1914). A propósito, em referência à inauguração da terma do Padre José Maria Xavier, a *Cidade de Barbacena*, reproduzida pelo *Benemerito* 75, dizia que Minas seria como a Itália, a terra da música, comparando São João del-Rei a Milão (O BENEMERITO 75, 09/05/1915). Mas a cultura e civilização sanjoanenses não se reduziriam a essa arte. Tão famosa era por seus elementos intelectuais que chegava a ser conhecida como a “Atenas Mineira”, título conquistado pelo talento de seus filhos (O REPÓRTER, 27/07/1912). Na edição comemorativa do *Repórter*, B. Aroeira, escrevendo de Juiz de Fora, temia não agradar ao público da “cultura” São João,

berço de letrados notáveis que no jornal, no livro, na tribuna, na representação nacional, em todas as manifestações do pensamento, enfim, têm, de tempos longínquos, atraído as atenções e aplausos de quantos se interessam pela vida intelectual de Minas (O REPÓRTER, 11/08/1908).

Não só berço de intelectuais, mas centro formador de várias gerações pensantes. Como recorda o *Repórter*, abusando de termos generosos no seu pedido ao governo mineiro para a instalação de uma Escola Normal, lembrava que São João, nos tempos da Monarquia, se destacava como “centro intelectual, para onde vinham moços de todos os recantos do país receber instrução nos seus colégios afamados”. E quando chegou a República, o externato de ensino secundário se transformou em Escola Normal, “onde receberam educação moral e literária milhares de moços e moças, os quais, espalhados pelo território mineiro, como educadores da infância, atestam a cultura e proficiência dos mestres são joanenses” (O REPÓRTER, 23/01/1912). Por último, “Paulo Luar”, colaborador do *Zuavo*, criticando o “esnobismo” crescente da juventude local, com fumos de dândis, muito engomados, muito chiques, mas de cabeça vazia, contrapunha essa futilidade, esse apreço ao exterior, com o julgamento que se tinha do povo sanjoanense, “o melhor e mais culto de todo o que habita essa montanhosa Minas” (O ZUAVO, 03/12/1916).

Os sanjoanenses também se caracterizariam por ser um povo *ordeiro*, pouco avesso a distúrbios e a transgressões da lei. Isso não parece se contrapor à índole de intervenção da gente de São João na política, mesmo por meio das armas, pois o patriotismo e o civismo seriam meios para se alcançar esse objetivo final, a ordem. O que se expressaria ora na luta para conquistá-la, contra um elemento considerado invasor e propulsor da miséria e a vexação, que, por último, levaria a esse estado de

anomia (os inconfidentes contra os colonizadores portugueses), ora para mantê-la, visando a garantia da legalidade, elemento necessário para a boa conduta dos povos (a defesa do governo nos eventos de 1833 e 1842). Assim, Tancredo Braga, em seu já referido *Album*, tomava a população local como “ordeira, laboriosa, feliz”<sup>84</sup>. O *Combate*, em uma de suas perorações contra os adversários de Leite de Castro, classificava São João como “terra que sempre gozou de foros de civilizada e pacífica e de fato o povo tem atualmente uma índole ordeira, denotando sentimentos altruístas e generosos” (O COMBATE, 28/05/1902). A *Nota*, por sua vez, dizia que a cidade seria “ordeira por excelência”, mas que não estaria livre de certas perturbações, por isso pedindo o aumento do contingente policial (A NOTA, 16/07/1917).

Outro elemento ligado ao ser sanjoanense e talvez um dos mais característicos e importantes é a sua *religiosidade*. Há uma tentativa de destacar a experiência religiosa católica de São João daquela vivenciada em outros espaços, com enfoque, principalmente numa maior devoção e maior pompa dos ritos e cerimônias, melhores, mais trabalhados e mais respeitados. O *Dia*, sob as palavras de “J. O. B.”, tratando da festa do Senhor dos Montes de 1912, para a qual teriam concorrido mais de duas mil pessoas, chamava São João del-Rei de “legendaria Cidade Católica”, onde “a fé é mais viva, o espírito é mais comovente aos princípios da Santa Religião, mais do que em qualquer outro lugar do mundo, podendo então dizer sem exagero algum: ‘a população de S. João é Católica’” (O DIA, 09/05/1912). Religiosidade que, para quem não conhecesse a cidade, talvez soasse como obscurantismo. É essa a preocupação do *Resistente*, que pedia assinaturas para a volta de uma companhia ao Teatro Municipal, não só pelos méritos do grupo, mas para restabelecer “com seu digno empresário os nossos créditos e foros de povo civilizado”. A gente sanjoanense teria sim o gosto pela arte, porém o insucesso da companhia no ano anterior decorreria do fato de que, “como católicos, que nos orgulhamos de ser”, estava mais concentrada nos festejos das Santas Missões, com aceitação e público na cidade, daí sendo a causa da baixa concorrência nos espetáculos do grupo. A folha de Sanzio temia que o caso desse ensejo para um juízo errado sobre São João (O RESISTENTE, 25/02/1897). A *Reforma* era incisiva.

---

84 BRAGA, op. cit.

A Festa de Passos era considerada o mais importante dos festejos religiosos locais, cujo brilho estaria no respeito e fervor da multidão, absortos nas melodias executadas pela Orquestra Ribeiro Bastos. Não seria uma festa católica qualquer: “ela é uma tradição e uma característica de nossa estremecida cidade. Na verdade é uma festa que deixa robustecida a nossa Fé e que proporciona conforto de espírito” (A REFORMA, 06/04/1916). Tão extremado era o apego do Dr. Francisco Mourão, o redator da folha, à forma da festa, que chegava a considerar a descontinuidade do uso da casaca como um recuo ao culto à tradição (A REFORMA, 26/03/1914). Todavia, não podemos tomar a existência de uma reprodução atemporal e imutável de todo esse cerimonial. Costa relata um certo desconforto quanto ao fato de uma alegada decadência no culto externo nesse mesmo período, havendo também uma série de embates entre os membros das elites letradas quanto à sua adequação aos tempos presentes. A fé se identificava com a festa e pregar contra o indiferentismo aos festejos era pedir uma maior atenção aos valores do catolicismo<sup>85</sup>.

À religiosidade e à civilização aliava-se um outro elemento reconhecido como específico da tradição ou da identidade sanjoanense, a *caridade*. O espírito filantropo, caritativo, seria uma expressão não só das prédicas de Jesus quanto ao amor ao próximo, como significativo de um povo civilizado, que pelo altruísmo, conseguia se identificar com a dor do outro. A propósito da realização do Natal das Crianças Pobres, convocando a boa gente da cidade para o evento, a *Tribuna* chamava São João de “tradicionalmente caridosa” (A TRIBUNA, 24/12/1914). O *Repórter*, por sua vez, ao falar da inauguração do novo hospital da Santa Casa e da fundação do Hospital do Rosário, acreditava que tais realizações confirmariam o espírito de caridade, humanidade e piedade cristã do povo sanjoanense (O REPÓRTER, 15/02/1912; 09/05/1912). O *Resistente* chegava mesmo a colocar São João, mera “aldeia”, à frente de Paris nesse aspecto. Pois que, por ocasião da Exposição Universal na capital francesa, fora colocado um cofre para serem depositadas esmolas destinadas ao pão dos pobres e que teria recebido uma quantia muito abaixo do esperado, ao passo que na provinciana cidade mineira, em comparação com a capital francesa, as pessoas sempre deixariam primeiro sua esmola e teriam suas vistas para o alto, para Deus (O RESISTENTE, 16/12/1900).

---

85 COSTA, op. cit., p. 31-41.

Essa boa vontade para com o outro também se manifestaria na *hospitalidade* do sanjoanense, indispensável, como veremos, para as suas pretensões de uma cidade que queria acolher forasteiros, veranistas e adoentados. Quando da iminência da chegada de uma companhia teatral vinda de Juiz de Fora, o *Resistente* assegurava que ela seria bem acolhida, “de acordo com sua civilização e seus foros de hospitalidade, não menos que da sua estima e favor pela arte” (O RESISTENTE, 15/09/1898). Em texto do *Minas Gerares*, de Belo Horizonte, Azeredo Júnior, tratando do Bicentenário, ao qual concorreriam muitos habitantes da capital, confirmava que a fama de hospitaleiro do povo de São João vinha de longo tempo (O DIA, 17/09/1913). Realmente de longe. *A Reforma*, com bastante orgulho, publicou em 1918 texto de um dos números da coleção do *Recreador Mineiro* que recebera, periódico publicado em Ouro Preto em meados do século XIX. Numa edição de 1847, um visitante narra à folha suas impressões sobre a São João daquele tempo. A população local seria amável, ilustrada e pacífica e bastante religiosa, além de hospitaleira para com qualquer estrangeiro (A REFORMA, 28/03/1918). Ora, são todos os predicados que as elites letradas colocavam como correspondentes à identidade dos sanjoanenses. Muito gosto lhes daria ver seus “foros” serem assim bem quistos pela gente de fora. E o forasteiro deveria corresponder a essa boa recepção. Em 1916, “Calado”, colaborador da *Tribuna*, criticava o comportamento de “um rapazola, mais gaiato do que educado, que, certo, não é s. joanense”, o qual, observando a piedosa procissão do Depósito do Senhor dos Passos, perguntou ao seu companheiro: “Para onde vai este Carnaval?”. Apesar de se calar acerca do nome do “*sabichão das dúzias* [grifo no original]”, não deixava de manifestar sua indignação contra o “espiritoso incréu”, que ofendeu as crenças de um povo hospitaleiro como o sanjoanense e que “tem afagos ainda para aqueles que devia desprezar” (A TRIBUNA, 09/04/1916).

Assim, embora pareça abarcar o conjunto dos habitantes de São João del-Rei, num olhar mais atento, vemos que essa é uma construção das elites, feitas em diálogo com elas próprias. Escamoteiam aspectos consideráveis da sociedade sanjoanense: a escravidão que levou ao fausto das majestosas igrejas; a presença de populações indígenas anterior à ocupação dos colonizadores; o analfabetismo de camadas consideráveis da população; os membros da sociedade rural que

circundava a cidade e que nela tinha seu ponto de convergência; a ausência de participação popular nessa “tradição política”. Isso fica um tanto evidente em texto da *Opinião*, de 1911, quando diz que “quem tem o coração bem-conformado e ama a justiça o high-life São joanense, cujas tradições nos enche de orgulho [...] com foros de sociedade adiantada, civilizada!” (A OPINIÃO, 14/12/1911). Esses “foros” de civilização, adiantamento, bom gosto, são, dessa forma, aspectos da *high-life* local, de suas elites cidadinas e letradas. São seus gostos e ações, dessa forma, que dariam o renome ao que se julgava possuir a cidade, mas que, conforme a situação, como observaremos à frente, tomava proporções e usos mais amplos, na medida em que almejava controlar o espaço e o os habitantes a partir de imagens que necessariamente não faziam parte de seu cotidiano ou do entendimento que essas camadas populares tinham de si próprias.

Era essa a cidade que as elites esperavam que fosse conhecida e era essa a imagem que a cidade deveria ter de si: civilizada, importante, religiosa, ordeira, mas ciosa de seus direitos, sempre vinculada aos destinos de Minas e do Brasil. A cidade e a gente deveriam ser manejadas à imagem e semelhança das características que as elites sanjoanenses viam em si, embora fossem relutantes, caso isso acontecesse, em inserir outros grupos na condução desse projeto. A cada um o seu lugar. Exemplo disso é o comentário de Severiano de Resende sobre as corporações leigas locais. Eram associações importantes não só como espaços de sociabilidade, mas como de projeção, de *status* social. Surpreende a forma natural com que trata a questão. Segundo o antigo político conservador, a “Ordem de S. Francisco, a dos portugueses de sangue sem mistura, só admite como irmãos os brancos”. Tão rigorosa era nessa determinação, que houve tempo não muito distante em que o Definitório da Irmandade fazia rigorosas inspeções para a admissão de membros. Os carmelitas não eram muito diferentes nesse aspecto. Severiano conta um caso ocorrido em 1891 em que os irmãos se irritaram profundamente com um negro sacristão todo paramentado em solenidade na Igreja do Carmo de São João del-Rei, a ponto de riscarem seu nome da lista de confrades. Um outro episódio, novamente envolvendo os franciscanos e que girava em torno da humilhação de um irmão mulato na Procissão de Cinzas, metido em vestes de farricoco, seria ainda, naquele final de século XIX e início do XX, “gostosamente narrado e muito aplaudido

entre os mais distintos membros da aristocracia franciscana s. joanense” (O REPÓRTER, 04/04/1909).

Posta dessa forma, essa identidade sanjoanense assume características essencialistas, a partir das reflexões de Kathryn Woodward, ou seja, fundamentando-se na história, postulando “um conjunto cristalino, autêntico” de valores que devem ser compartilhados por todos do grupo “e que não se altera ao longo do tempo”<sup>86</sup>. Uma identidade fixa, enfim, imutável. Assim parece ser quando os textos falam dos sanjoanenses. Eles são o que são e devem corresponder a essas expectativas. A tradição sanjoanense implica, deste modo, em algo surgido num processo histórico, mas que, mobilizado dentro de uma identidade essencialista, cristalizadora por excelência, parece se tornar eterna, atemporal. Visão de imutabilidade de certas tradições que, provando sua eficácia, às vezes atrai até mesmo historiadores, como o caso de Kleber do Sacramento Adão, que tratando da Festa do Matosinhos, ocorrida em São João del-Rei, acredita que os festejos do século XX seriam ainda os remanescentes daqueles praticados no século XVIII, como se essas heranças barrocas e ibéricas não tivessem sofrido, elas próprias, modificações nas suas formas e significados e mesmo sido objeto de um processo que tentava, de certo modo, dotá-las de uma aura de continuidade que remontaria suas origens ao período colonial<sup>87</sup>.

Resta dizer que muitas dessas características se relacionam sobremaneira com a mineiridade, a identidade regional dos mineiros, cujas reflexões acerca de sua delimitação conceitual tomam contornos mais nítidos pelo avançar do século XX, a partir da literatura e da obra de importantes ensaístas, assumindo, ela também, um cunho essencialista<sup>88</sup>. Temas que cruzam essas duas concepções de ser, do sanjoanense e do mineiro. Afinal, São João del-Rei faz parte das Minas, da região do Estado em que ocorreu a gênese da mineiridade. Poderíamos interpretar então o ser sanjoanense como uma das variáveis dessa identidade mineira, empregada aqui em um momento específico, como trataremos adiante, com sua ênfase na ordem,

---

86 WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Thomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis; Editora Vozes, 2006, p. 11-12, 14.

87 ADÃO, Kleber do Sacramento. **Devoções e diversões em São João del-Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus do Matosinhos – 1884-1924**. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2001, p. 87.

88 Cf. RAMALHO, op. cit.

sua cultura e vocação para a política, bem como no apego ao passado que remonta aos tempos coloniais e que terá seu ponto central no drama da Inconfidência<sup>89</sup>, embora alguns pressupostos que esse termo carregue não contemple inteiramente São João del-Rei, notadamente a sensação de decadência, de ruralização, dado apontado por Maria A. do Nascimento Arruda como fator de constituição dessa identidade regional<sup>90</sup>.

Assim, esses valores, considerados parte de uma essência sanjoanense, valores que não se alteram (e melhor, deveriam se manter tal como estavam, pois garantiriam a unidade dos moradores de São João del-Rei) eram ideológica e discursivamente mobilizados para justificar intervenções no espaço urbano local e no comportamento de seus habitantes. Sendo esse o padrão, as medidas de intervenção urbana e disciplinarização de certos tipos de conduta serviam para que os moradores de São João não fugissem das expectativas criadas sobre o caráter da cidade e dos sanjoanenses, afinal, essencialistas. Diante dos modelos civilizacionais apropriados das nações ditas adiantadas, a tradição sanjoanense e a identidade a ela vinculada serviam como guias para o futuro, porque pautadas nos exemplos dos antepassados; funcionavam também como instrumento de concatenação desses anseios, legitimando projetos modernizadores<sup>91</sup>. Ao empregar essas imagens e representações de São João del-Rei e de seus habitantes, as elites locais, escrevendo nos periódicos, visavam, dessa forma, orientar os grupos políticos e, talvez, também parcelas mais amplas do público local por meio da utilização de valores e representações comuns e caros a esse grupo social. Persuadir, enfim, visando a promoção de determinadas propostas então em voga. Em resumo, os discursos referentes a São João del-Rei e aos seus habitantes foram mobilizados para validar posições apregoadas pelas elites letradas locais, tendo como fim a aplicação de modelos civilizacionais europeus em consonância com essa tradição sanjoanense, ao mesmo tempo que a reforçava.

Obedecendo a essas pretensões, os discursos dos periódicos reforçavam imagens sobre cidade e seus habitantes e apontavam os elementos desviantes, que lhe descaracterizariam. A partir daí, há o apelo para a ação da Edilidade ou da

---

89 ARRUDA, op. cit., p. 66, 71-72, 75.

90 Idem, p. 154, 158.

91 ADÃO, op. cit., p. 155.

própria população, no sentido de extirpar, desfazer componentes não condizentes e manter intactas as representações anteriores. Por exemplo, *O Dia*, tratando da “magna questão” das crianças vadias, denunciava meninos no bairro de Tijuco, “que além de praticar atos reprovados”, estavam viciados no jogo de parada, “com escândalo para aqueles que observam essa anomalia, em uma cidade culta e adiantada” (O DIA, 22/01/1913). O termo “anomalia” é revelador. Denota um comportamento que não corresponde à identidade “culta e adiantada” da sociedade sanjoanense e por isso mesmo deve ser eliminado pelos poderes competentes. O mesmo poderia ser dito quanto ao espectador “sabichão” da procissão do Depósito do Senhor dos Passos. Certamente “Calado” lhe deu o benefício da dúvida quanto à sua procedência, já que seu comportamento destoava do respeito e religiosidade característicos de um verdadeiro sanjoanense. O próprio catolicismo é empregado nesse sentido, de coerção a práticas populares, quando o *Repórter* reclama contra arruaças à noite no Largo da Igreja do Carmo, pedindo maior respeito ao Santíssimo Sacramento, “visto ser a nossa cidade na sua maioria católica” (O REPÓRTER, 01/05/1909). Dessa forma, tais elementos, antes vinculados aos grupos das elites locais, são expandidos para o conjunto da cidade, uma manobra ideológica visando combater práticas que não correspondiam aos tipos de usos do espaço que se queriam estabelecer nesse período. Ao visar adquirir lastro social, procurava aumentar sua eficácia.

A mesma concepção de cidade civilizada é empregada, por esse periódico para justificar o cumprimento do Código de Posturas, de modo que fosse evitado que animais transitassem soltos pelas ruas e praças locais, presença que faria a cidade parecer mais um “grande arraial”, pois se objetivava manter “os foros desta civilizada cidade” (O REPÓRTER, 01/12/1907). Ainda o *Repórter*, em outra edição, reclamava contra o uso de armas, desnecessárias, afinal “numa sociedade pacata e ordeira, como é a nossa” (O REPÓRTER, 20/02/1908). A modernização do aspecto externo da cidade também se ancorava nesse uso ideológico da identidade: em 1916 a *Tribuna* advogava a necessidade de São João perder sua feição colonial arcaica. Para essa folha, tudo muda, tudo evolui, mesmo a arquitetura, sendo justo então que “nós, povos cultos”, acompanhassem essa marcha (A TRIBUNA, 14/05/1916). Todos esses exemplos expõe as mesmas conclusões: a importante

São João del-Rei, de gloriosas tradições, de gente católica, ordeira e civilizada, deveria garantir a manutenção desses “foros”, o que se daria somente pela intervenção dos poderes públicos num sentido de adequá-la a imagem que as elites letradas construíram em torno de si e de seu ambiente circundante. Portanto, o uso ideológico de certos elementos constitutivos de uma determinada identidade sanjoanense fazia-se com objetivos práticos, de conformação daquela sociedade e do ambiente urbano aos padrões civilizacionais em voga no período.

### 2.3. Recolocando a coroa da Princesa do Oeste

Um outro ponto se relaciona com essas imagens criadas sobre a cidade. As representações gestadas em torno de São João del-Rei se configuravam igualmente a partir da relação com outros espaços de Minas Gerais. Os discursos sobre o papel de São João dentro de Minas também foram mobilizados, dessa vez visando um duplo resultado: tanto manter a boa posição que a cidade julgava possuir dentro do cenário mineiro, através da aquisição de recursos e de melhor representação política, quanto garantir as medidas modernizadoras que, em última instância, possibilitassem a manutenção desse mesmo *status*.

Havia uma crença em comum, nos periódicos analisados, da permanência de uma importância regional de São João del-Rei naquele momento. Em 1899, o *Resistente* afirmava que a cidade figurava entre “entre as primeiras do Estado, que não passam de quatro ou cinco apenas” (O RESISTENTE, 31/07/1899). Era invocada pelo *Repórter* em 1912, como

o natural ponto de convergência de toda a atividade comercial, industrial e agrícola da zona da Oeste. // Como que empório, desde remotos passados, de toda essa parte do território de Minas, São João d’El-Rei tem sabido conservar galhardamente essa feição, malgrado das evoluções numerosas por que tem passado o Oeste com o perpassar das eras (O REPÓRTER, 04/07/1912).

Mantendo viva a sua relevância regional, São João se diferiria, na concepção dos que escreviam nos periódicos, de outros núcleos que surgiram igualmente das glórias da mineração no período colonial. Da vizinha Tiradentes, a antiga São José del-Rei, “velha cidade”, “decadente e pobre” (O REPÓRTER, 01/04/1909). De Ouro Preto, deteriorada, moribunda, caminhando para a ruína, que, por suas sucessivas e

desastrosas administrações, “infelizmente não festejará o seu tricentenário” (O REPÓRTER, 16/07/1911). A “Princesa do Oeste” contaria ainda com seus créditos. Cabeça da zona da Oeste, a cidade conservava sua importância como praça comercial, mesmo em fins do século XIX e início do XX, continuação de posto assumido desde, pelo menos, a primeira metade do período, de centro comercial e creditício de grande relevância, abastecendo o mercado interno, principalmente o Rio de Janeiro<sup>92</sup>.

Arruda acredita que a ruralização de Minas, baseada numa noção de decadência após o período minerador, tese atualmente bastante questionada<sup>93</sup>, levou à formação da mineiridade, a partir de uma sociedade que se centrava cada vez mais no mundo rural, em consonância com um tipo de sociabilidade urbana tributária da efervescência do século XVIII. Um tempo que se tornava mais lento e que se alimentava da nostalgia da era da mineração, de suas glórias passadas<sup>94</sup>. Não creio que isso possa ser inteiramente estendido para São João del-Rei. Mantendo sua importância regional, com uma vida urbana e cultural ainda forte, como mostram as efemérides coletadas por Antônio Guerra<sup>95</sup>, com intensa participação política e econômica, os sanjoanenses poderiam ainda lembrar sua terra enquanto a “Atenas de Minas” (O REPÓRTER, 25/03/1909). O próprio fato de as elites letradas recordarem eventos do século XIX, como a Revolta do Ano da Fumaça, a Revolução Liberal e o esforço coletivo para a constituição da Oeste de Minas, como elementos de extrema importância para a elaboração da tradição sanjoanense, demonstram que sua historicidade não girava em torno essencialmente de Tiradentes, da Inconfidência e do tempo do ouro, mas SE estendia em consonância mesmo com um período posterior, em que São João era uma das praças mais importantes de Minas e um centro político relevante.

Houve, de fato, uma retração na economia sanjoanense a partir da segunda metade do século XIX, mas que foi suavizada pela instalação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881, ela própria um símbolo da modernidade, conectando São

92 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste**: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888). Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, p. 84, 94.

93 Cf. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

94 ARRUDA, op. cit., p. 135-137.

95 GUERRA, Antônio. **Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei** (1717-1967). Juiz de Fora: Esdeva, 1967.

João ao Rio, trazendo gentes, produtos e novas ideias<sup>96</sup>, bem como por outras iniciativas, como a vinda de imigrantes e a instalação de fábricas e indústrias, demonstrando que havia ainda grandes capitais acumulados pelas elites locais, capazes de tentar reverter esse quadro de crise. Portanto, uma reorganização da produção<sup>97</sup>. O município, como mostra John Wirth, aparecia sempre, entre 1889 até a década de 1930, no rol das localidades com a maior renda do estado<sup>98</sup>. Contraditoriamente, conforme ainda Afonso de Alencastro Graça Filho, São João del-Rei foi, ao longo do século XX, sofrendo um processo de estagnação. Não conseguiu desenvolver, durante o período republicano, sua indústria embrionária, ainda que contasse com elementos amplos para que isso ocorresse, fato não tão bem explicado pela historiografia do período<sup>99</sup>. Tornou-se, no anedotário popular local em anos posteriores, “a cidade do já teve”<sup>100</sup>.

Apesar dessa noção da relevância ainda presente de São João del-Rei no cenário regional, desde pelo menos meados da primeira década do século XX, já na metade do governo de Leite de Castro/Antônio Gonçalves Coelho, vemos nas fontes analisadas o sentimento de que seu predomínio se abalava, sensação iniciada talvez quando da perda de dinamismo experimentada na segunda metade do Oitocentos. Angústia de ficar para trás, estacionamento. Sensação de que os projetos para o progresso de São João, louvados geralmente na lua de mel com os novos governos municipais, não iriam para frente. Inquietação expressa em algumas imagens: a caveira de burro, a urucubaca. A Comissão do Bicentenário, em conjunto com a Câmara, teria como missão desenvolver os elementos para o progresso da cidade, “para que não se diga que aqui temos *caveira de burro* enterrada, impedindo que as ideias generosas vão por diante [grifos no original]” (O DIA, 10/01/1913). “Silvano”, do *Minas-Jornal*, pseudônimo de Franklin Magalhães, crente em dias melhores, assim rimava:

Porque é que aqui tudo empaca?  
Tudo tem urucubaca? –  
Dizem todos num sussurro.

96 DUARTE, op. cit., p. 76-78.

97 GRAÇA FILHO, op. cit., 1998, 50-52

98 WIRTH, op. cit., p. 65.

99 GRAÇA FILHO, op. cit., 1998, p. 325-326.

100 MALDOS, Roberto. Formação urbana da cidade de São João del-Rei. **Tempos Gerais**, São João del-Rei, n. 3, Maio 2001. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/paginas/temposgeraisantigo/n4/artigos/instituto.html>>. Acesso em 28 Set. 2020.

– É que o azar aqui não cansa,  
E onde brota uma esperança  
Surge a “caveira de burro” (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>101</sup>.

A urucubaca que faria tudo desandar, que não deixaria São João ir para frente. As explicações para essa situação, apresentadas pelas fontes nessa faixa do recorte analisado, de fins da década de 1900 até 1922, passavam por algumas variáveis, que poderiam ser recordadas sozinhas ou em conjunto: a polaridade entre os sanjoanenses, causada por disputas políticas prolongadas, afetando esforços em conjunto pelo progresso da cidade; a má administração municipal, alidada à falta de representação adequada na política mineira e nacional; o descaso do Estado e da União para com o Município e as transformações econômicas em São João, principalmente relacionadas à Oeste.

Recordando o fim das disputas entre o grupo dominante de Leite de Castro e a oposição liderada por Carlos Sanzio, sob o Partido Republicano do Comércio (“a agitação partidária que trabalhava os espíritos nesta cidade”, pois que a *Opinião* não explicita o assunto), São João teria entrado numa fase de progresso (A OPINIÃO, 20/07/1907). Para a folha, não contando o Major Antônio Gonçalves Coelho com inimigos, este teria logrado unir a “família sanjoanense”, coisa de que ele mesmo se vangloriava (A OPINIÃO, 06/06/1908), amortecendo “as paixões, que de longuíssimo tempo”, dividiriam essa família, de modo que naquele momento, com os ânimos sossegados, o foco repousaria em melhoramentos e na boa administração (A OPINIÃO, 01/07/1908). Reflexão semelhante tinha o *Repórter*, na mesma época. O sossego então seria tamanho que o povo parecia viver um indiferentismo quanto às eleições, coisa diametralmente oposta a tempos não muito distantes, em que basicamente ocorreriam disputas centradas nos chefes políticos e seus assecclas, com enorme prejuízo para a população. A trégua deveria então ser revertida em melhoramentos (O REPÓRTER, 13/10/1907). Os tempos de concórdia eram intercalados por anos de disputas prolongadas. Como exemplo, o desgaste sofrido pelo grupo de Leite de Castro e Coelho desde 1909 até 1912 e, mais tarde, com as renovadas discussões entre a nova situação, liderada por Odilon de Andrade e

---

<sup>101</sup>O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 2 do Ano I.

Augusto Viegas, e Basílio de Magalhães, que, escudado por Arthur Bernardes e Raul Soares, visava extirpar o salismo da política sanjoanense<sup>102</sup>.

O *Dia*, em 1912, comentava exatamente isso, as desvantagens para o Município advindas desses conflitos intestinos das elites políticas de São João:

As brigas que no município se sustentavam, porfiadas às vezes, às vezes surdas, mas de sempre de consequências perniciosas, eram, não há dúvidas, justamente apreciadas pelos municípios vizinhos, visto como lhes serviam para lhes dar maior ganho de causa e mais força nas suas pretensões. // E íamos ficando insulados, entre os benefícios que partiam dos poderes públicos e se derramavam por todo o Estado.

Seguiam-se então comparações com outras cidades, mostrando o progresso destas em face do descaso para com São João del-Rei, a marcha lenta em que caminharia ou dando exemplos proveitosos a serem seguidos, dependendo de quem falava. “De fato, ninguém pode negar que, ao passo que nada nos concediam, notáveis melhoramentos eram dispensados a diversas cidades circunvizinhas”, indicava o *Dia* no mesmo texto (O DIA, 29/05/1912). A *Nota*, alguns anos depois, usava para Odilon de Andrade argumentos bastante semelhantes àqueles do *Repórter* e da *Opinião* quanto ao Major Coelho. Para o pequeno diário, Andrade teria feito desaparecer as facções que se digladiavam no Município, absorvidas pelas paixões políticas e a tudo anarquizando, enquanto os interesses materiais eram esquecidos e a importância de São João diminuía frente ao Estado e à União (A NOTA, 31/01/1918). A *Reforma* criticava a maneira como fora apresentado o questionário feito à Câmara pela Associação dos Empregados do Comércio, influente corporação de comerciante e negociantes locais, pedindo contas das ações da Edilidade, gerando uma cisão na cidade. A maneira ruidosa como tudo se fez traria prejuízos para o Município, cujo progresso estaria estorvado exatamente pela falta de união de seus filhos (A REFORMA, 26/12/1918). Já o oficioso *S. João d’El-Rey* atribuía o declínio econômico pelo qual passava o Município à campanha de descrédito promovida por Basílio de Magalhães na *Tribuna*, que atacando Odilon de Andrade, fazia as consequências respingarem na vida de São João (O S. JOÃO D’EL-REY, 28/05/1922).

Quanto à questão das más administrações, muitas vezes as reclamações vinham de periódicos que não deixavam de apoiar ou visar auxiliar o chefe do

---

102 Cf. p. 46.

Executivo, mas reprovavam a inércia da Câmara como grupo pouco afeito a modificar qualquer coisa. Havia também queixas retrospectivas que, condenando governos anteriores, esperavam a nova situação contornar os muitos problemas do Município. Geralmente, as maiores críticas vinham de folhas colocadas frontalmente contra o grupo dominante. A longa hegemonia de Leite de Castro e Gonçalves Coelho (1898-1912) e depois de Odilon de Andrade e Augusto Viegas (1912-1922), com esses grupos gravitando por quase vinte anos na órbita de influência do incontornável líder do P.R.M., Francisco Sales, eram apresentadas como exemplos notórios de governantes ineptos e desinteressados pelos destinos do Município. O *Repórter*, em oposição já há alguns anos ao governo de Leite de Castro e do Major Coelho, fazia a avaliação da administração dos dois: em 1910, nos doze anos que estiveram no poder, a única obra de valor para o Município seria a luz elétrica e isso com grande ônus para a população (O REPÓRTER, 20/03/1910). Mesmo quando estava cindido em facções políticas – os primeiros tempos republicanos<sup>103</sup> ou o início do governo de Leite de Castro –, algumas obras eram feitas, mas, naquele momento em que escrevia, isso nem ocorreria mais (O REPÓRTER, 03/04/1910). Tais empreendimentos, como a construção do Teatro Municipal, a instalação da luz elétrica, o Cemitério Municipal, o Matadouro e as primeiras discussões sobre o abastecimento de água e esgotos serão discutidas no seu devido tempo. Em resumo, a cidade não contaria com “*melhoramentos reais* [grifos no original]”, dada a falta de patriotismo do Executivo Municipal, que a colocassem em par com outras cidades que progrediriam, situação que estaria na consciência dos que visitavam e viviam em São João. E, assim, a compara a com outras cidades melhores governadas, como Palmira e Barbacena (O REPÓRTER, 30/04/1911). Esta última, posta em confronto com São João por Bento Ernesto Júnior, só o fazia pensar com certa tristeza em “sua formosa e poética cidade, a legendária cidade, digna, por certo, de mais formosa sorte” (O REPÓRTER, 15/12/1910). A imagem de São João del-Rei, a tradicional, a legendária, era mobilizada tanto para criticar a administração então vigente, quanto para pedir melhorias na cidade, que correspondessem ao renome que possuiria. São João não poderia ficar atrás de suas irmãs mineiras. Apontar os melhoramentos em outras paragens recordaria à administração local que

---

103Cf. A seção 3.1.4 do Capítulo 3.

São João teria a oportunidade de fazer o mesmo, dadas as condições e o *status* que possuiria.

Certo é que o *Repórter* carregava na pena para tentar mostrar o declínio, ou melhor, estacionamento de São João sob seus adversários. Porém, o sentimento era compartilhado por outros, mesmo por aqueles que viam as sucessivas Câmaras, ou os que as encabeçavam, com boa vontade. É bem verdade que muitos falavam do progresso local. Mas o fato dessa sensação angustiosa estar presente em vários momentos ao longo desse recorte, vindo de várias fontes, mostra que algo estava acontecendo. O *Minas-Jornal*, embora tivesse Odilon de Andrade em boa conta, dizia que o estado em que a cidade se encontrava seria deplorável, colocando como um dos fatores a má administração. Mais que do benfazejo oficial, o progresso local viria da iniciativa particular. Tal era a situação financeira do Município, que fez uma verdadeira campanha pedindo uma moratória como forma de salvar o que restava (MINAS-JORNAL, 23/04/1919). A *Nota*, também prestativa para com o Agente Executivo, ainda que crítica de vários atos da Câmara, temia que a gestão de Andrade não fosse muito diferente daquela de Antônio Gonçalves Coelho, algo notado pelo abandono em que estaria a cidade e o pouco-caso para com as menores questões, fazendo crer que estavam de volta aos “tempos idos”. “A bebida era a mesma, havia somente a mudança de rótulo”, concordava com a fala de certo alguém, dita na posse dos “Jovens Turcos” (A NOTA, 23/05/1918). Basílio de Magalhães, pela *Tribuna*, visando derrubar os “odilonistas”, dizia que Presidente da Câmara seria um “caixeiro político” de Francisco Sales, que transformara Minas em seu próprio feudo. Por isso Lavras ganharia tudo e São João a ver navios, destituída de seu título de “Princesa do Oeste” (A TRIBUNA, 08/02/1920). “‘Burgo podre’ do salismo”, teria perdido suas “nobres tradições de cultura e de civismo”, sua condição de “centro civilizado”, para se tornar espaço selvagem (A TRIBUNA, 12/11/1922). Essa é a síntese da *Tribuna*: São João seria muito infeliz em matéria de administradores. Depois de doze anos de nulidades (Leite de Castro e Antônio Gonçalves Coelho), Odilon de Andrade e Augusto Viegas, que pareciam representar a esperança, elogiados pelos periódicos locais, desde logo mostraram a decepção que seriam na realidade (A TRIBUNA, 28/11/1920).

A *Reforma*, aliada de Andrade (tanto é que suas oficinas foram vendidas em 1920 para o S. João del-Rey, tendo o Dr. Francisco Mourão se tornado colaborador da folha oficiosa da situação), fazendo elogios ao então Agente Executivo, dizia que sua eleição para uma cadeira no Congresso Federal no período de 1918-1922, teria “como consequência a reconquista de tudo quanto temos perdido nestas 3 décadas, e a nossa entrada franca na senda do progresso”, pois que possuiria mais elementos do que as maiores cidades do Estado (A REFORMA, 07/02/1918). Isso nos leva a outra questão, a da representação política de São João. Ainda que Leite de Castro e Odilon de Andrade ocupassem cargos, ora no legislativo estadual, ora no federal, sua atuação era considerada insuficiente, para não dizer nula, prejudicial ou prejudicada por interesses de outras localidades. Conforme Alexandre José Gonçalves Costa, o Município, por essa época, se ressentia de lideranças regionais de prestígio. Aqueles que tinham as rédeas do poder local gravitavam em torno da órbita de Francisco Sales, político de Lavras<sup>104</sup>. Essa carência de uma figura que fizesse valer os interesses de São João – sinal da perda de sua centralidade política no Estado, em consonância com a mudança de forças políticas estaduais, relatada por John Wirth, cada vez mais centradas nas zonas cafeeiras<sup>105</sup> –, era reclamada pelos periódicos, que para tanto se utilizavam, em sua argumentação, dessa já explorada imagem da cidade como local tradicional e de relevo. O *Repórter*, em 1910, pedia maiores recursos estaduais para São João, “uma cidade de primeira ordem, sede de um município importante, que concorre com um bom contingente para a receita estadual”, que, a seu ver, “não mereceu as considerações devidas” na distribuição do orçamento, o que atribuía à falta de representantes eficientes junto ao Estado, lançando sua verve contra Leite de Castro, aliado de Sales, porém de expressividade ínfima (O REPÓRTER, 06/10/1910). O mesmo apontava a *Tribuna*, em 1916, para quem o que estorvaria o progresso do lugar, “linda cidade, cheia de encantos, rica de tradições”, seria a falta de um representante federal, o que a impediria de se tornar, enfim, a primeira de Minas (A TRIBUNA, 09/04/1916). Basílio de Magalhães na *Tribuna*, no processo de transição para a sua nova fase, dizia que Odilon de Andrade não merecia o título de “Benemérito”, por nada ter feito como representante de São João, nem mesmo ter articulado para colocar Augusto Viegas

---

104COSTA, op. cit., p. 214.

105WIRTH, op. cit., p. 159.

no Congresso Mineiro, o que, de certo, traria vantagens para os sanjoanenses (A TRIBUNA, 18/01/1920). E dessa falta de representação condigna surgiriam consequências: seria pela inércia de Andrade, manipulado pelos inescrupulosos interesses de Francisco Sales, que São João teria ficado sem a Escola de Laticínios, sem os escritórios da Oeste de Minas, “baluarte da prosperidade de S. João del Rei”, transferidos para Belo Horizonte em 1920, sem estabelecimentos oficiais, sem nada. “Cidade de tradições veneráveis, celebrada pela cultura e hospitalidade de seus filhos e outrora influente no Estado e no país”, não poderia continuar sem representantes no Congresso Mineiro e com gente que a representaria mal no Parlamento Federal (A TRIBUNA, 08/02/1920).

Pois, carente de representação, de gente não só de sua altura, mas que fosse capaz de dar a dignidade que o governo deixaria de lhe prestar, havia, convergindo com esse problema, a sensação de que São João não seria tratada da forma como deveria pelo Estado e pela administração federal, um dos motivos para o crescimento reduzido do município e de sua perda de centralidade regional. Aí, mais uma vez, sua imagem enquanto cidade importante no cenário mineiro era invocada para congregar as elites locais no sentido de se firmar o apoio a algum homem público que trouxesse benefícios para São João del-Rei. Seria preciso que todos se coligassem, asseverava o *Dia*, em 1912, para que o Município “pese na balança política” e ganhe maiores favores junto ao governo federal, a exemplo de outras cidades mineiras, a fim de manter a “febre de progresso” (O DIA, 24/03/1912). *Status* que, inclusive, lhe daria crédito para fazer reivindicações junto ao Presidente do Estado, para que este e seus auxiliares soubessem que “S. João d’El-Rei não é um arraial habitado por gente desprezível, mas sim, se não a principal, umas das melhores cidades de Minas, digna de amparo dos governantes e digna de ser tratada com consideração” (A TRIBUNA, 01/01/1916). Parecia a eles que o governo, em suas diversas esferas, não tratava São João de forma a corresponder com seus “foros”. Apontando a falta de policiamento, de acordo com “a altura do nosso progredimento e civilização”, o *Repórter*, no texto de “Max Scorpio”, reclamava que o Município contribuía, e contribuía em muito, com os cofres estaduais, sem nada receber em troca, sem os favores que lhe eram prestados em outros tempos: escola normal, bom policiamento, auxílio para estabelecimentos pios e hospitais, etc (O

REPÓRTER, 16/01/1908). Um certo descaso do Estado, por exemplo, conforme colaborador de Pitangui para a *Tribuna*. Pois, “linda e tradicional cidade”, “uma das primeiras de Minas”, se não fosse esse descrédito, seria a capital, o que em muito justificaria o ressentimento dos sanjoanenses para com Bias Fortes (A TRIBUNA, 20/09/1914). A *Reforma* tinha opinião semelhante à do do *Repórter*, para quem o governo só tinha vistas para Belo Horizonte, com prejuízo para as outras cidades e desigualdade de tratamento. “Sabem todos que S. João d’El-Rei é a principal vítima das perseguições de todos os governos de Minas que timbram em prejudicá-la menosprezá-la, e, o que é mais, embaraçá-la no seu desenvolvimento” (A REFORMA, 04/01/1914).

Até que ponto essa alegada má vontade, esse esquecimento do governo para com São João era real ou mero apelo discursivo e, se verdadeiro, intencional ou simples consequência da diminuição da participação do Município no jogo político, não o sabemos. Nem há tempo aqui de fazer uma análise mais acurada da história política sanjoanense dentro do nosso recorte. Fato é que no final do período estudado há, aí sim, uma verdadeira obstinação do Estado em prejudicar São João del-Rei, retaliação decorrente do rompimento de Odilon de Andrade com Arthur Bernardes, pelo fato do primeiro se identificar com a corrente salista dentro do P.R.M.. Antes do rompimento definitivo, o *S. João d’El-Rey* afirmava que a hostilidade de Basílio de Magalhães seria a causa do tratamento injusto que o Município recebia por parte do Estado e esperava que os ressentimentos de Bernardes se dissipassem (O S. JOÃO D’EL-REY, 30/10/1921). Quando a cisão finalmente ocorreu, a folha odilonista denunciava um plano maquiavélico para prejudicar São João, encabeçado pelo então Presidente de Minas, por Raul Soares e por seu lugar-tenente, Basílio de Magalhães, visando, tão somente, resultados eleitorais. A culminância dessa trama seria a transferência da Oeste, a beneficiar unicamente Bernardes e seus amigos de Belo Horizonte (S. JOÃO D’EL-REY, 28/04/1922). A *Tribuna*, por sua vez, dizia que somente por Magalhães é que São João voltaria a estar em perfeita harmonia com o Estado e a União, pois a presente Câmara nenhum melhoramento conseguiria, em desacordo com os poderes oficiais (A TRIBUNA, 23/11/1922).

A Oeste de Minas, ou melhor, seu crescimento para além do controle de São João, era apontado também como causa para o quadro de estagnação do Município, dessa vez sob uma perspectiva mais econômica. A expansão da ferrovia, que trouxera bastante alívio para as elites sanjoanenses, com a abertura de novos ramais, era por vezes entendida como um perigo para a cidade, que perdia sua posição central no escoamento da produção<sup>106</sup>. É o sentimento expresso, por exemplo, pela *Opinião*, em 1908, que, diante de projetos de transformações de trechos da ferrovia, temia a diminuição do número de transações na praça de São João, “que hoje não é o que foi em tempos anteriores” (A OPINIÃO, 22/02/1908). Em outra edição, afirmava que o Município mantinha o posto de praça comercial de primeira ordem, apesar de um provável declínio nos valores envolvidos nas transações. O desenvolvimento da Zona da Mata mineira e do Rio teria feito o comércio com esses locais reduzir-se. Porém, teria ocorrido uma maior conexão com a Zona da Oeste, por onde o comércio sanjoanense cresceu, estendido até Goiás. A viação férrea seria, desse modo, o elemento mais importante para o comércio de São João (A OPINIÃO, 06/05/1908). O *Repórter*, analisando o traçado da Estrada de Ferro Goiana (que mais tarde seria incorporada à Oeste), acreditava que Lavras seria um polo comercial importante na zona da Oeste de Minas e do Sul de Goiás, ao que, por consequência, São João del-Rei perderia importância, sendo obrigatório pensar no futuro da cidade. A solução seria a sua transformação em cidade de veraneio e para tal se mostravam necessárias medidas de intervenção urbana, tornando a “Princesa do Oeste” mais atrativa para os visitantes (O REPÓRTER, 09/02/1908).

Sendo a Oeste ligada aos destinos do Município, os boatos da saída da Estrada eram sempre recebidos com apreensão. A notícia de transferência das oficinas para Lavras seria obra de opositores ao progresso. E se fosse realmente verdade, seria uma medida injusta para São João, uma das localidades mais importantes de Minas, “com direitos adquiridos a não ser menosprezada” (O REPÓRTER, 11/11/1909). A mudança de diretoria igualmente causava receios, pois que “S. João quase em peso pertence à Oeste” (O DIA, 29/09/1913). Quando a transferência dos Escritórios da Estrada para Belo Horizonte de fato se concretizou,

---

106 GRAÇA FILHO, op. cit., 1998, p. 325.

a notícia foi recebida com extremo pesar. Obra construída graças ao esforço de parcelas consideráveis da população sanjoanense, esse ato – a transferência das repartições –, viria a “prejudicar enormemente a urbes, tirando uma parte considerável do seu elemento de vida”, um patrimônio que lhe pertenceria. Tancredo Braga resumia que o temor era que com a saída dos escritórios, viesse a ocorrer também a partida das oficinas. A cidade se encontraria “ameaçada agora no seu mais vital interesse.”//Belo Horizonte continuará a viver muito bem sem os escritórios da Oeste. São João d’El-Rei não pode prescindir deles” (A TRIBUNA, 29/02/1920).

A calamidade obrigava a cidade a pensar em alternativas para a sua sobrevivência econômica. O mesmo jornalista dizia que no fim das contas a transferência da Oeste até seria um bem para o Município, pois que acomodados nos sonhos da burocracia, os moços sanjoanenses deveriam pensar em outros ramos de atividade. O progresso de um lugar não se encontraria numa repartição pública. “A grandeza de um povo está na sua indústria, na sua lavoura, no seu comércio, na sua cultura mental”. Carecendo de melhor administração, São João del-Rei deveria sofrer uma série de intervenções. Com as melhoras do abastecimento de água e do sistema de esgoto, aliados ao seu bom clima, “terá de ser, por força, preferida pelos homens de trabalho” (A TRIBUNA, 09/05/1920).

Em resumo, para as elites locais, intervir na cidade, enquadrar seus habitantes seriam movimentos fundamentais para a manutenção dos tais foros de que tanto gozariam, sem deixar de rumar pelos trilhos da modernidade. É a partir das concepções que esse grupo possuía sobre a São João e os sanjoanenses (ou, talvez melhor dizendo, sobre si próprio) que avançam parte dos discursos dos periódicos no sentido de adequar a cidade ao ideário progressista e modernizador da *Belle Époque*, sem comprometer os elementos vinculados à tradição sanjoanense. Traços identitários úteis que eram, por corresponderem às expectativas civilizatórias do período. Cidade tradicional, cidade civilizada, cidade católica, de gente ordeira e honesta, representações habilmente empregadas àqueles propósitos, servindo para justificar ações, levantar discussões e apresentar demandas. Otavio Soares Dulci comenta que, no processo de instalação do federalismo republicano brasileiro, as elites estaduais passaram a invocar suas peculiaridades, suas identidades, como forma de se reafirmar através desses

aspectos<sup>107</sup>. Talvez o mesmo possa ser dito para o caso de São João. Diante da configuração proposta pelo novo regime, as elites letradas do município empregavam certos valores e imagens que acreditavam poder garantir seus direitos frente a outras localidades mineiras na aquisição de benesses e recursos, tão importantes para a concretização de certos melhoramentos, como os diversos empréstimos juntos ao governo do estado, para a realização das obras da rede de esgotos e de abastecimento de água, por exemplo (O REPÓRTER, 07/07/1908). Dito de outra forma, melhorar para permanecer.

Tomando o desenvolvimento de Lavras como exemplo, “M. A.”, na *Opinião*, pregava o empenho da Municipalidade e a união de todos os sanjoanenses, longe de qualquer querela e rivalidade, para que a cidade criasse novos elementos de vida. Os melhoramentos necessários para que ela “não decaia da posição em que ainda hoje está”. São João, apesar de naquele ano de 1909 ser a “terceira cidade do Estado”, pelo seu comércio, riquezas naturais e fartura do meio, não poderia se estancar diante desse “recorde de prosperidade e, digamos, de civilização”. Dessa forma, “não é bom que S. João d’El-Rei fique relegada unicamente ao seu glorioso passado histórico, divorciada da prosperidade que as suas coirmãs ambicionam e pela qual bravamente se batem” (A OPINIÃO, 20/10/1909).

É, para usarmos um termo caro ao período, o *struggle for life* das Municipalidades mineiras, a luta pela sobrevivência, pela primazia no mosaico mineiro. São João teve seus tempos de glória, manteria ainda sua importância; mas renome, bons adjetivos, se quisessem ainda fazer sentido, dependeriam do progresso. Por isso Basílio de Magalhães se orgulhava do compilado de melhoramentos que teria produzido para a cidade, enquanto homem de confiança de Arthur Bernardes – abastecimento de água, macadamização das ruas, gente competente, higiene, polícia. Encontrou uma São João “mendiga” (A TRIBUNA, 04/07/1922). Mas sob sua tutela, trazendo novos meios de prosperidade, fazendo novas obras, ela retomaria seu “diadema de Princesa-do-Oeste” (A TRIBUNA, 13/08/1922).

---

107DULCI, Otavio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: **Grupo de Trabalho Elites Políticas**. 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Águas de São Pedro, p. 12.

A contradição entre a ode ao progresso de São João e os diagnósticos frequentes sobre sua perda de peso político e econômico no estado (ainda que fossem, principalmente o último, de certa forma progressivo, porém, relativo), refletem os anseios das suas elites locais, expõem sua vontade de dinamizar o Município frente a um quadro de mudanças ocorridas no cenário estadual. O discurso do progresso era comum à maioria dos grupos dominantes do Brasil e em São João del-Rei este era, resumidamente, articulado com determinadas imagens sobre a cidade e seus habitantes, com fins tanto modernizadores, no sentido de adequar São João às demandas do período, quanto conservadores, mantendo estruturas de dominação e visões que privilegiavam e legitimavam a atuação e a posição de suas elites, tanto dentro do cenário local, quanto no plano regional. Ou seja, manter a posição de referência entre as suas irmãs mineiras, por meio das reformas, dos melhoramentos, ao mesmo tempo em que se queria normatizar a sua “ordeira” gente.

Quanto ao Bicentenário, as festividades planejadas não se concretizaram, a Exposição não ocorreu. O Pavilhão do Matosinhos, construído na Praça Chagas Dória como parte das comemorações, foi inaugurado em 1914, mesmo não estando pronto e logo se tornou um “elefante branco”. Seria a expressão máxima do esforço do Bicentenário, monumento às glórias de São João del-Rei, cuja história se confundiria com a história pátria, amálgama da grandeza dos antigos e do trabalho dos recentes (A REFORMA, 03/10/1914). Mas não se sabia o que fazer com ele. Sempre vazio, sem cumprir com os objetivos propostos, de fazer brilhar os feitos dos filhos de São João, seria “um verdadeiro poema em pedra e cimento, levantado à memória da comissão”, a orgulhar as gerações futuras, dizia, irônico, Franklin Magalhães (MINAS-JORNAL, 03/08/1918). O *Benemerito* 75 também fazia troça da situação, diante da vontade da Câmara de arrendar a estrutura, chamada de Pavilhão do “tricentenário” (O BENEMERITO 75, 25/04/1915). Voltando-se àquelas famosas imagens, um “F. Von Gartner”, naqueles tempos da Grande Guerra, em que imperava certa germanofobia, usava, zombeteiro, de uma grafia que forçava um sotaque alemão, para assim resumir “O Pi-zentenarie tesda zitade esdá engregato, non axa?” Rios de dinheiro teriam sido gasto nos festejos, o Pavilhão não estava de todo concluído e a Exposição ficara para as “calendas gregas”. “Ticem os vilhos tá

gantinhe que gue foi o fisconde ti Ganpol gue boz urrugupaga [...]. E tebois ticam gui S. Xon non dem gafeirra ti purro!” (O BENEMERITO 75, 28/03/1915)<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup>“Tradução”: “O Bicentenário desta cidade está encencado, não acha? [...] Dizem os filhos da candinha que foi o Visconde de Ganpol que pôs urucubaca [...] E depois digam que S. João não tem caveira de burro!

### 3. AS INTERVENÇÕES NA CIDADE SALUBRE COMO MANEIRA DE RECUPERAÇÃO DE STATUS DE “PRINCESA DO OESTE”

Conhecidas as representações que os periódicos e outras fontes construíram em torno de São João del-Rei e do ser sanjoanense; identificados os diagnósticos dos problemas enfrentados pelo Município durante o recorte em apreço; analisados os discursos que justificavam as intervenções no espaço e na gente de São João como forma de superar essas mesmas dificuldades, tendo como consequência, assim imaginavam, a colocação da “Princesa do Oeste” em consonância com essas imagens que se acreditavam perenes ou dignas de seu *status*, este capítulo se propõe a caracterizar e a examinar as principais demandas dos homens de imprensa quanto às intervenções no espaço sanjoanense e na estrutura da cidade de um modo geral. Feito isso, trata de realizar uma exposição sobre as medidas de fato implementadas de acordo com os temas considerados os mais importantes, os transtornos, as faltas, sempre tendo em vista as imagens criadas em torno da situação pretérita ou presente e dos projetos de intervenção em andamento. Ou seja, as representações elaboradas pelos periódicos acerca do que acreditavam ser o arcaico e o que tomavam como moderno; o que era imprescindível e o que era deficiência a ser superada e como isso impactava São João del-Rei naquele momento; quais as consequências que adviriam da implementação dessas obras, na sua adequação com aqueles discursos que tratavam do que era a cidade e a identidade dos seus moradores. Tarefa hercúlea, obviamente, por questões de tempo e espaço, é impossível elencar cada obra, cada intervenção feita nesses quase 30 anos abordados pela pesquisa. Por isso optei por um processo de seleção, a privilegiar os elementos mais constitutivos desses empreendimentos.

Pela leitura das fontes é possível concluir que a questão da higiene assumia relevo principal nos debates da imprensa sanjoanense – o grande desafio a perpassar todo o recorte, objeto de sucessivas gestões da administração municipal. Do que resultará um tratamento um tanto extenso sobre o problema da higiene e de outros correlatos: a medicina urbana, a alegada salubridade sanjoanense e sua relação com o precário estado higiênico da cidade, as longuíssimas disputas e projetos em torno da implementação da rede de água e esgotos etc. O capítulo versará, igualmente, sobre outras questões caras às elites sanjoanenses: os

transportes e as vias urbanas; a “dominação” do córrego do Lenheiro e de seus afluentes; o embelezamento; a relação entre a malha colonial e as demandas progressistas; os apetrechos tecnológicos da modernidade e os seus usos sociais.

O que significa sempre se atentar para este fato: os melhoramentos reclamados pelos periódicos e implementado pela Municipalidade, conforme as circunstâncias oferecidas, surgiam como respostas adequadas aos desafios que São João enfrentava e se muitas delas eram assimiladas de um arcabouço de difusão global, deveriam ser relidas, apropriadas e implementadas de acordo com as especificidades locais. E essa especificidade nos encaminha para um outro ponto: havia uma enorme disparidade entre a cidade ideal e a cidade existente. Todos queriam, é certo, incorporar o que de melhor era oferecido pela ideologia do progresso, mas contingências das mais diversas naturezas tornavam a sua real efetivação aquém do esperado. A questão da água e esgotos e o fracasso do projeto de bondes são exemplares nesse sentido. Por isso a minha ênfase em tratar desses esforços em termos de “intervenções” e não de “reformismo”, distinção que almejo tornar mais clara ao longo do capítulo.

### **3.1.1. As contradições entre a celebrada salubridade sanjoanense e a condenada higiene local**

Em 1893, finalmente, se resolvia a questão da transferência da capital mineira. Projeto levado a cabo pela nova ordem republicana no estado, procurava, pela colocação centralizada da nova cidade, superar as desigualdades e discrepâncias entre as diversas regiões de Minas Gerais. Superar a estagnação econômica de Minas e controlar os avanços dos grupos dos polos mais dinâmicos, do Sul e da região da Mata – esses eram os objetivos declarados e implícitos da empresa, além de finalmente articular o poder político e econômico do estado em um único espaço, coisa que não poderia se fazer sob a antiquada Ouro Preto<sup>109</sup>. O responsável pelo estudo da escolha do sítio e posterior elaboração da planta da nova capital, a Cidade de Minas, foi o grupo liderado pelo engenheiro Aarão Reis. Como destaca Heliana Angotti Salgueiro, o plano levantado pela Comissão

---

<sup>109</sup>AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de doutorado. UFMG, Belo Horizonte, 2006, p. 31-37

encarregada tentava conciliar o belo e o útil na escolha do sítio. Para além das condições naturais de salubridade (topografia, qualidade da água e do futuro abastecimento), havia ainda uma preocupação com a disponibilidade local dos materiais de construção, bem como da beleza do próprio sítio em consideração. O relatório, segundo a autora, se inscreve “no apriorismo dos discursos característicos do pré-urbanismo progressista pela descrição que faz das ‘dádivas da natureza’ e dos meios de que dispõe cada lugar, a fim de assegurar aos comandatários a viabilidade da empresa”<sup>110</sup>.

Um dos sítios apontados como alternativa para a colocação da nova capital era a Várzea do Marçal, vasta planície situada no Município de São João del-Rei. Em 1890, com a colocação em pauta da discussão da mudança da Capital Federal, o periódico republicano sanjoanense *A Pátria Mineira*, se inseria no debate, colocando-a não só como uma opção, mas a mais viável. Republicado em 1893, o texto dessa vez servia de argumento a favor da construção da Cidade de Minas na localidade, já no calor dos últimos debates e votações. A folha de Sebastião Sette asseverava que havia em Minas poucos locais comparados à Várzea, “já pela sua nomeada histórica, já pela amenidade do clima, beleza perspectiva, posição favorável para comunicações e vantagens de toda espécie para a edificação de uma grande cidade”. Palco da Guerra dos Emboabas, louvada pelo viajante francês Saint-Hillaire, a Várzea do Marçal teria sido o local escolhido por Filipe dos Santos e depois por Tiradentes e seus amigos inconfidentes para erigir sua sonhada República. Para além de considerações patrióticas e históricas, o periódico fazia um levantamento das suas qualidades naturais. Não só a facilitar a infraestrutura da futura cidade, o sítio da Várzea contaria com elementos vegetais e minerais que poderiam ser utilizados na própria construção, sendo ainda próxima de centros urbanos importantes, como o Rio, facilitando as comunicações com o litoral. Afora a presença de uma colônia de trabalhadores e a vizinhança com São João e Tiradentes, oferecendo desde já um grande contingente populacional. Contra qualquer desconfiança de quem lesse a ladainha de elogios à Várzea, a *Pátria Mineira* se prontificava em afirmar não se tratar “de uma propaganda da mudança da

---

110 SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 143-149.

Capital Federal para a proximidades de S. João del Rei”, mas tão somente um tributo aos planos de Tiradentes e dos outros inconfidentes (A PÁTRIA MINEIRA, 16/02/1893)

Apesar da alegria sobre a escolha, com direito até a foguetório em São João (A PÁTRIA MINEIRA, 14/12/1893), no fim das contas, após manobras de alguns congressistas, atendendo a interesses políticos regionais em detrimento até das escolhas técnicas do relatório, decidiu-se que a capital seria assentada no Curral del-Rei, mais ao centro do estado<sup>111</sup>. Há de se notar que apesar da propaganda de Sebastião Sette e do relatório favorável apresentado por Aarão Reis quanto à Várzea do Marçal, a alternativa desse sítio como futura sede administrativa de Minas não deixou de sofrer críticas. Estas estavam embasadas nos mesmos critérios técnico-científicos que em outro momento favoreciam a localidade sanjoanense, o que também foi determinante para que a Várzea fosse preterida em favor de Belo Horizonte. Parlamentares destacavam a má qualidade do terreno, alagadiço, seus problemas para escoamento de água e matérias, com perigo de enchentes e epidemias<sup>112</sup>, argumentos não coincidentemente descartados pela *Pátria Mineira* em suas perorações. A reviravolta foi lamentada pelo periódico, que preferia não discutir suas causas. Porém, modesta, deixava no ar a possibilidade do terreno da Várzea do Marçal ser utilizada para outros fins, “quem sabe se para a capital provisória da República, conforme havia projetado Tiradentes?...” (A PÁTRIA MINEIRA, 21/12/1893).

Apesar da não concretização da transferência da Capital de Minas (e muito menos da República Brasileira), podemos tirar algumas reflexões das linhas da *Pátria Mineira*. Mesmo que alegasse o contrário, falar da Várzea do Marçal era, para todos os fins, falar de São João del-Rei e do futuro de São João del-Rei. As vantagens do terreno levantadas em 1890 pelo periódico republicano se assemelham em muito com o discurso técnico e científico apresentado anos depois por Aarão Reis e seus colegas, principalmente nas questões de salubridade e aproveitamento das condições naturais do sítio. Mesmo que se recusasse a falar

---

<sup>111</sup> Idem, p. 151.

<sup>112</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A Influença Espanhola e a cidade planeja**: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 107.

nesses termos, a Várzea e São João del-Rei eram a mesma coisa, de modo que as condições de salubridade concernidos a um eram também privilégio de outro.

Michel Foucault define salubridade como “o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos”. É a partir das noções de “salubridade” e “insalubridade” que a higiene pública vai intervir, a partir do século XVIII e XIX, no meio, melhorando as condições possíveis de saúde das populações em determinado local, através de diversas intervenções. A salubridade era tema importante nas discussões sobre as cidades e as intervenções urbanas desde o século XVIII, concentrando-se na circulação de elementos como a água e o ar<sup>113</sup>. A mudança da capital de Minas Gerais “também remete às representações construídas sobre o espaço urbano que dominavam o período em questão, e o problema da salubridade havia se tornado aspecto indissociável do imaginário sobre a cidade, estabelecido a partir da segunda metade do século XIX”<sup>114</sup>. Mais à frente veremos como as concepções fomentadas sobre a salubridade de São João del-Rei, a exemplo de Belo Horizonte, mas também de forma diferente da capital mineira – visto ser esta última uma cidade planejada modelo, projetada sob os modernos princípios da arquitetura, urbanismo e higiene –, influenciaram nas discussões sobre intervenções na estrutura sanitária e higiene local de um modo geral.

São João, em específico, era reconhecida desde há muito, se não por seu clima e topografia excepcionais, por suas qualidades naturais acima da média se comparadas a outros lugares, como o Rio de Janeiro. José Antônio Rodrigues, em 1855, falava que no Município “nenhuma enfermidade endêmica se conhece, sendo as que aparecem as mesmas que em todos os climas afligem ao gênero humano”<sup>115</sup>. Décadas depois, o intelectual local Aureliano Pimentel, em resposta a pedido do Governo Imperial, escreveu uma corografia sobre São João del-Rei, publicada posteriormente pelo Arquivo Público Mineiro. Indagado sobre a salubridade, dizia que “o município em geral é salubre, e nele se tem contado alguns macróbios”,

113FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2019, p. 163.

114SILVEIRA, op. cit., p. 84.

115RODRIGUES, José Antônio. José Antônio **Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do Município da Cidade de São João del-Rei. Provincia de Minas Geraes, oferecidos ao Ilustrissimo Senr. Commendador Antônio Simões de Sousa**. São João del-Rei: Typografia de José Antônio Rodrigues, 1859, p. 24.

destacando que no momento em que a corografia fora composta, 1881, havia um sujeito nascido em 1775 ainda vivo. Pimentel, entretanto, não deixava de destacar no lugar a existência de algumas doenças do aparelho respiratório, a despeito da raridade do reumatismo e de epidemias. Estas, quando apareciam, eram no mais das vezes de coqueluche, sarampo e varíola, contando com poucas vítimas fatais. Do mesmo modo, a topografia também é tratada no texto. Dividia a cidade em dois bairros, o da Matriz, de vias estreitas e tortuosas, e o do São Francisco, onde “o ar é sempre oxigenado e nota-se que neste bairro têm morado muitos que chegam a 70 e mais anos de idade”<sup>116</sup>.

A região de São João del-Rei, com o tempo, se tornou reconhecida pela excelência de sua salubridade, o que motivava a visita de doentes e veranistas, que passavam temporadas na localidade visando recuperar a saúde ou apreciar suas belezas naturais, movimentando, por consequência, a economia local. Em 1894, por exemplo, a *Gazeta Mineira* anunciava a inauguração do “Sanatorium Oeste de Minas”, de propriedade de Eduardo de Oliveira Martins que, buscando atrair sua clientela, apresentava as qualidades de São João, ancoradas em alguns eixos principais: “cheia de tradições e belezas naturais”, de “clima delicioso” e “vida calma” (GAZETA MINEIRA, 17/02/1894). A fama de lugar salubre e ponto de convergência para aqueles que visavam recuperar a saúde ainda mantinha-se quase 15 anos depois, como vemos na *Opinião*. Respondendo a polêmica iniciada pelo Dr. F. Catão sobre os tuberculosos em São João, um missivista anônimo assegurava que, pela baixa taxa de mortalidade de tísicos – algo em torno de 10%, muito pouco se comparados aos 19% da Capital Federal –,

nossa risonha cidade, para onde afluem, atraídos pelo seu delicioso clima, tuberculosos vindos de todos os pontos da União e mesmo do estrangeiro, a maioria deles já infelizmente, em condições gravíssimas, continua a manter firme os seus créditos de *terra paradisíaca*, onde não se contam os indivíduos que têm visto prolongar por dilatados anos uma existência que parecia a termo muito breve [grifos no original] (A OPINIÃO, 13/07/1907).

Em outra edição, a folha dizia que valia a sua fama Brasil afora de possuidora de um “clima ideal”, atraindo anualmente “dos meses de Outubro a Março, grande cópia de veranistas, muitos dos quais abastados, e sempre grande quantidade de indivíduos

---

116PIMENTEL, Aureliano Pereira Côrrea. Chorographia Mineira (Município de S. João d’El-Rei). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, v. 1, 1905, p. 4, 8.

cuja saúde combalida por várias moléstias, máxime a tuberculose, aqui vêm procurar lenitivos aos seus males” (A OPINIÃO, 22/02/1908).

Uma explicação cientificamente embasada para essa situação, ao menos em sua forma, foi proposta pelo *Dia*. O texto, assinado por Ildefonso Silva, elencava, em primeiro lugar, “a pureza da sua atmosfera”, tornada capaz de equilibrar os elementos benéficos à vida humana. A pureza desse ar teria origem na altitude em que se encontra São João e do fato de ser cercada por serras, como “muralhas providenciais”, impossibilitando a circulação de “maus e prejudiciais elementos que se encontram quase sempre difusos nas ondulações atmosféricas”. Esse ar, presente no perímetro urbano e suburbano, seria capaz de trazer novo vigor aos organismos mais fracos – falava de casos de muitas pessoas que, sem qualquer auxílio da farmacologia, teriam se recuperado unicamente respirando os bons ares de São João. Dizia ter ouvido de profissionais abalizados que a cidade seria um “sanatório aeroterápico”, curando “depressões físicas e morais”. Para além disso, São João seria agraciada com temperaturas amenas em qualquer estação, com um frio “nunca desabrido” e um verão, embora quente, muito tolerável à sombra. Quem são os “ilustres e eminentes profissionais” que forneceram informações a Silva não posso afirmar, como também ignoro as fontes nas quais se baseia para tão positivas informações a respeito desse saudável pedaço de Minas. Fato é que temos um discurso convincente, pois que abalizado em argumentos pretensamente científicos. Ildefonso Silva, com seu faro de negociante, talvez visasse fazer uma propaganda de São João, trazendo mais e mais pessoas para essa terra de muitas qualidades (O DIA, 29/03/1912).

Cidade erigida em topografia tão favorável, num dos melhores pontos de Minas, dos ares mais puros do Brasil – daí resultaria a salubridade das terras sanjoanenses. E sendo uma construção humana, apesar de fundada em localização tão boa, não deixaria de contar com problemas iminentemente surgidos da intervenção humana sobre a natureza; problemas enfrentados por todas as cidades, é certo, mas que poderiam comprometer o estado de coisas natural. Porque, contraditoriamente, durante todo o período aqui estudado havia uma crença comum entre os homens de imprensa do lugar e mesmo entre a população em geral da cidade de São João del-Rei; enfrentada na lide cotidiana, tomando a atenção

daqueles que falavam e daqueles que agiam sobre a cidade: sua falta de higiene. Discurso que, tomado junto da salubridade, denotava uma alteração desse bom estado natural pelas deficiências da higiene – contradição que se expõe primeiro a partir dos embates políticos no começo da República em torno da criação da rede de água e esgotos, mas tomando forte impulso no final da década de 1900 e adiante, até o final do nosso recorte.

O problema da higiene pública se origina da constituição da medicina social. Esta se firma como elemento ordenador da cidade, ganhando respeito e alargando seu campo de atuação desde os séculos XVIII e XIX: “a medicina investe sobre a cidade, disputando um lugar entre as instâncias de controle da vida social”, justificando sua presença pela manutenção da higiene pública. A medicina social é um novo tipo de saber, voltada não mais para o combate à doença e sim para a promoção a saúde dos habitantes, de forma profilática<sup>117</sup>. Esse argumento é visível na fala da *Nota* em 1918: “Já o afamado Conselheiro Acácio [personagem de Eça de Queirós] dizia: ‘antes prevenir do que remediar’ ou melhor: ‘é mais fácil evitar que curar’. Estamos todos de acordo?”. E citando o livro do Professor Afrânio Peixoto, assim explicava a sua concepção de higiene:

a higiene não é precisamente uma ciência, porque é uma aplicação prática de quase todas. // É um conjunto de preceitos, buscando em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina e tendentes a cuidar da saúde e da própria vida (A NOTA, 26/01/1918).

Conciliada aos interesses do Estado,

a higiene será um tipo de intervenção característica de uma medicina que coloca em primeiro lugar a questão da função social; que produz conceitos e programas de ação através de que a sociedade aparece como o novo objeto de suas atribuições e a saúde dos indivíduos e das populações deixa de significar unicamente a luta contra a doença para se tornar o correlato de um modelo médico-político de controle contínuo. A higiene é uma face da medicina social<sup>118</sup>.

Consequência lógica das aglomerações humanas – que geram detritos, que por vezes não agem a bem da coletividade e de acordo com o risco da legislação –, a precariedade da higiene, se não bem tratada, poderia comprometer o estado de salubridade legado pela natureza. De sorte que embora o meio natural interferisse

117 MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 18, 83.

118 Idem, p. 53.

positivamente, haveria a necessidade de um controle do espaço e de seus habitantes. Essa medicina urbana é uma medicina das coisas, do controle das condições de vida e dos meios de existência<sup>119</sup>. Luiz Silva, engenheiro contratado pela Câmara para estudar a implementação de esgotos parciais, dava sua noção de salubridade e de cidade higiênica. Em artigos publicados no órgão da Edilidade em 1899, Silva assevera que a higiene seria um problema da moderna civilização, dado o grande ajuntamento de pessoas, gestando uma enorme quantidade de resíduos e por fim, a insalubridade do ambiente, com o acúmulo dessas matérias. Para a conservação da saúde, três coisas seriam necessárias: “o bom alimento, a água impoluta e o ar puro”. Não bastaria “que uma cidade esteja colocada em boa situação, que seja bem lavada pelos ventos, que possua enfim todas as condições climáticas exigidas”. Como vimos, esse seria o estado natural de São João. Mas prossegue o engenheiro: “Se o homem não vem em auxílio da natureza, moléstias graves começam a aparecer depois de certo tempo e em marcha ascendente à proporção que o solo se vai saturando de resíduos pestilenciais” (S. JOÃO D’EL-REY, 09/12/1899; 23/12/1899).

Em resumo, as matérias deveriam estar em movimento, os ares varridos, as águas levadas para longe, a terra limpa de tudo o que representasse um potencial foco de doenças no acúmulo dos elementos e na passagem do tempo. Isso seria a higiene – fazer uma ação positiva contra a tendência do homem aglomerado de produzir resíduos. Mas haveria um desequilíbrio entre isso e a natural salubridade sanjoanense. Tal posição fica bem clara em passagens de nossas fontes. Como no *Repórter*, que clamava por um “Oswaldo Cruz para sanear esta bela terra, que devido à falta absoluta de higiene, vai perdendo a sua reputação de bom clima.//E o que seria de nós se não tivéssemos de fato um clima salubérrimo?” (O REPÓRTER, 19/10/1910). Como na *Gazeta Mineira*, anos antes, em que “Veritas”, pseudônimo do médico Afonso de Azevedo, por conta das discussões sobre os esgotos e o sistema de abastecimento de água, abusava da metáfora organicista para explicar que São João “tem ótimos pulmões, melhor estômago e não tem intestinos”. Ou seja: salubridade, elementos de vida, mas nenhuma higiene (GAZETA MINEIRA, 09/09/1891).

---

119 FOUCAULT, op. cit., p. 162-163.

Ao tratar dessa preocupação, dessa dinâmica contraditória, ainda que assentada em anseios legítimos de melhoria da infraestrutura urbana frente às precárias condições sanitárias da cidade e compartilhados pelas elites brasileiras do período, não podemos deixar de ter em mente que muito do que os periódicos diziam ou deixavam de dizer se encontrava em relação com elementos que não aparecem de pronto no texto. São as lutas políticas, por exemplo: não podemos ler os textos da *Pátria Mineira*, da *Gazeta Mineira*, do *Repórter* ou da *Tribuna* sobre a relação entre salubridade natural de São João del-Rei e as péssimas condições da higiene local sem lembrarmos que essas publicações visavam espezinhar os adversários políticos, recorrendo aí a esse tema como base da argumentação, dada a importância assumida. São as considerações econômicas, como o temor da perda da centralidade econômica e a busca por alternativas, situação a ser dirimida por melhoramentos de ordem material e com influência sobre os corpos.

E são também fruto de experiências históricas mais amplas. Na dimensão regional, suponho, a discussão em torno da transferência da Capital para a Várzea do Marçal na década de 1890 poderia ter sido determinante para consolidar certas concepções sobre a salubridade de São João del-Rei, do mesmo modo que as reformas urbanas do Rio de Janeiro contribuiriam para adicionar uma nova variável na questão da higienização e saneamento da cidade, embora nesse último ponto não tenhamos periódicos contemporâneos das intervenções de Rodrigues Alves e Pereira Passos. Neste caso, a leitura feita do exemplo carioca se daria a partir de uma chave específica. A ação do prefeito Pereira Passos almejava inserir a Capital Federal no contexto do mundo civilizado, fazer dela a vitrine do Brasil, extirpando tudo aquilo que cheirasse ou soasse a arcaico, inseguro e anti-higiênico<sup>120</sup>. A cidade do Rio de Janeiro fora conhecida por muito tempo, inclusive e principalmente pelo saber médico, por sua péssima posição geográfica, topografia e clima, que contribuiriam sobremaneira para a deterioração de salubridade, tendo como consequências seu atraso e as avultadas taxas de mortalidade da população<sup>121</sup>. Em São João del-Rei, haveria salubridade, atestada de forma empírica pela presença constante e anual da visita de enfermos e veranistas e por referências anteriores feitas por gente da terra (Rodrigues, Pimentel) e homens de saber técnico (Aarão

---

<sup>120</sup>SEVCENKO, op. cit., 2014, p. 41.

<sup>121</sup>MACHADO et al., op. cit., p. 265-269.

Reis, Luiz Silva). De modo que as intervenções visando a higiene local poderiam ser entendidas como uma maneira de se manter um quadro anterior contra as tendências inexoráveis de confusão e corrupção dos elementos, dada a maneira irracional de se lidar com o ambiente urbano. Assim, determinados discursos, certas temáticas eram mobilizadas e desmobilizadas pelos periódicos conforme a necessidade, os interesses e as leituras da realidade feitas pelos grupos envolvidos.

Em 1887 a Câmara de São João del-Rei havia promulgado suas Posturas Municipais e nelas estavam contidas várias determinações sobre como deveria ser o espaço urbano sanjoanense e como os seus habitantes nele deveriam se portar, tudo de acordo com os novos preceitos civilizacionais. Havia a preocupação sobre como proceder para a construção de cemitérios e à prática de enterros; cuidado com esgotos e com terrenos; asseio no Matadouro, nos açougues; artigos sobre as moléstias contagiosas “e tudo o quanto pode prejudicar e corromper a atmosfera”, no Título VII de suas disposições, por exemplo, aí incluindo cortumes, fábricas, chiqueiros, fogões à porta de casas e tavernas etc<sup>122</sup>. Todavia, por mais que estabelecessem de forma precisa como organizar a cidade ideal, regida sob preceitos estéticos, urbanos, higiênicos e civilizacionais, as Posturas pareciam assumir muito mais um termo de intenções do que algo a ser cumprido. Pois, desde que fora criada, muitos editais surgiram para reafirmar disposições já preconizadas pelo texto, bem como apareceram diversas reclamações dos periódicos para que fossem de fato cumpridas. O *Repórter*, em 1911, em afirmação feita à Câmara, alegava que as posturas estavam esquecidas, constantemente burladas, quando deveriam ser simples auxiliares, “porquanto, a nossa cidade é naturalmente salubre não se pode contestar” (O REPÓRTER, 23/04/1911). Houve, inclusive em fins da década de 1900, um debate para a criação de um novo Código de Posturas, contando com uma comissão composta por um engenheiro, um médico, um advogado e dois vereadores para emitir parecer e colocar emendas ao projeto, o que, porém, não foi para frente (O REPÓRTER, 02/08/1908). A inclusão de um médico e de um engenheiro é algo significativo, pois visava dar um critério técnico ao Código, já que abalizado pelo conhecimento de profissionais cuja atuação era indissociável da ciência.

---

122S. JOÃO D'EL REY. **Código de Posturas e Regimento interno da Camara Municipal de S. João d'El-Rey**. Ouro Preto: Typografia da “Provincia de Minas”, 1887, p. 11-12.

Mas o que, apesar do rigor da lei para se evitar que tal fato acontecesse, poderia comprometer esse estado de salubridade aparentemente tão firme, porque natural, de São João? O *Repórter*, citado aqui mais uma vez, assim resumia: “somente quem viaja por centro adiantados pode calcular o conceito pouco lisonjeiro que fazem a nossa respeito. É uma cidade suja, sem nenhuma higiene, de hábitos antigos e onde os sinos ensurdecem...” (O REPÓRTER, 22/10/1911). Não podemos esquecer que esse artigo foi escrito numa fase em que o *Repórter* encapava a oposição ao governo de Leite de Castro/Antônio Gonçalves Coelho na esfera municipal, em decorrência do apoio a Hermes da Fonseca emprestado pelos chefes da Edilidade. Com as relações rompidas, mostrar uma cidade atrasada e descuidada era um meio de enfraquecer a posição do grupo no poder. De interesses políticos também estava imbuído o Dr. Afonso de Azevedo, pela *Pátria Mineira*, que em 1890 reclamava do péssimo estado de higiene de São João – ruim a ponto de temer que grassasse na cidade uma epidemia de dimensões daquela que então reinava em Campinas (A PÁTRIA MINEIRA, 10/04/1890). Mas, dessa vez aliado da Intendência Municipal, trazia argumentos, justificados pela sua posição de homem da Medicina, que legitimassem as iniciativas do novo governo republicano. Já o *Dia*, em 1912, reclamava que São João del-Rei deixava de ser um ponto tão querido dos veranistas por conta da falta de higiene, preocupação que se vinculava com aspectos econômicos (O DIA, 12/04/1912).

De acordo com as fontes, São João era na realidade uma cidade suja, fétida, sem fiscalização, mal servida de água potável e de esgotos regulares, de casas erigidas de qualquer jeito; o que a colocava sempre no perigo da irrupção de alguma epidemia, situação unicamente contida, mal-mal, por sua providencial salubridade. A ênfase nesses senões variava conforme a relação do periódico com a administração vigente, tomando um aspecto mais catastrófico quanto mais fossem desgastados os vínculos entre eles. Muitos seriam seus problemas. Como a Praia. Imortalizada nas palavras de Carlos de Laet pela impetuosidade de suas águas nos tempos de chuva<sup>123</sup>, era conhecida dos sanjoanenses por sua sujeidade. O médico Caetano Werneck, comentando o projeto de instalação de um sistema de esgotos na cidade, em 1898, fez suas avaliações sobre o córrego Lenheiro. Impressionava por suas

---

123LAET, Carlos de. **Em Minas**. Rio de Janeiro: Função Darcy Ribeiro, 2013, p. 28.

duas pontes de pedra, mas também, ao visitante, por suas águas sujas, fétidas, escuras e pestilentas, pelo fato de ser o único esgoto de São João del-Rei. Quando baixavam, na estação da seca, acumulavam material nocivo, gestando moléstias à saúde humana (O RESISTENTE, 07/07/1898). O médico chegou mesmo a calcular a quantidade de imundícies geradas diariamente em São João, 510.000 quilos ou litros de excrementos, de urina, de águas domésticas servidas – número tão elevado que na Praia não correria mais água e sim “uma solução concentrada de imundícies, um rio de veneno; já não é mais água, é... xarope, e de que espécie... já terão os leitores adivinhado” (O RESISTENTE, 04/08/1898). A Praia manteve firme sua vocação de depósito de sujeiras ao longo dos anos. O agradável da “volta do cais”, o passeio preferido das famílias sanjoanenses à tarde, era estragado pelo estado do Lenheiro, com seu lixo e catinga, conforme reclamação de moços da melhor sociedade da terra dirigida à *Opinião* em 1908 (A OPINIÃO, 25/01/1908). Chegava a ser comparada à ilha de Sapucaia, no Rio, na crítica da oposicionista *Tribuna* ao trabalho da administração de Odilon de Andrade. “Vê-se ali de tudo, desde excrementos a utensílios domésticos, que não têm mais serventia”, como um urinol largado perto da Travessa D. Pedro II (A TRIBUNA, 03/07/1921).

Por muitos anos a cidade se ressentiu de um sistema de esgotos completo, que só foi ficar pronto no final da década de 1910, como veremos à frente. Reclamações contra águas servidas de casas particulares que corriam rua afora eram constantes, como o esgoto que saía da residência nº 40 da rua Santo Antônio em 1899, demanda de vizinhos ao *Resistente* (O RESISTENTE, 23/02/1899). Os moradores da mesma rua reclamavam, anos depois, que nos tempos de seca esses esgotos ficavam descobertos, deixando à mostra todo tipo de imundície (O REPÓRTER, 14/05/1908). Nas ruas distantes tinham-se somente fossas (O REPÓRTER, 25/11/1909). Os problemas continuavam mesmo quando os esgotos foram construídos. Em 1920, no Quatro Cantos, cruzamento da rua Municipal com a do Comércio, devido à falta de água e “péssima construção dos esgotos”, exalava-se um cheiro horrível, incomodando toda a vizinhança. “Felizmente, Deus protege a cidade, que os urubus higienizam...”, comentava a *Tribuna* (A TRIBUNA, 21/03/1920).

O estado das vias e a limpeza urbana não ficavam muito atrás. *A Opinião*, comparando São João com suas vizinhas Barbacena e Lavras, dizia que a Câmara não fazia tanta conta da higiene local, de modo que se parecia com uma “cidade chinesa, com as suas ruas cobertas de vegetação e de lixo, transitadas promiscuamente por toda sorte de animais, como a arca de Noé” (A OPINIÃO, 13/04/1908). A colocação de um exemplo advindo do Oriente tinha por objetivo projetar São João como parte do mundo ocidental, numa perspectiva eurocêntrica, e, por isso, merecedora das estruturas urbanas modernas. O *Dia*, apesar de louvar as iniciativas da Câmara de Odilon de Andrade, sugeria uma melhora no serviço de limpeza. Corpos de bichos, como frangos e cachorros, se decompunham sob o sol, junto ao lixo, e a demora para serem retirados poderia causar diversas doenças (O DIA, 31/07/1913). O lixo das ruas se acumulava e os moradores reclamavam da ausência da passagem da carroça, como na muito citada e problemática Santo Antônio. Transtorno que se agravava pela própria configuração arcaica das vias. Colonial, estreitinha que era, o responsável pela coleta do lixo dizia não ser possível adentrar com as carroças na rua (A REFORMA, 15/03/1917). Se mesmo nas vias centrais havia problemas quanto à sujeira, o sofrimento maior era dos moradores das periferias. Além da falta de coleta, os espaços onde viviam serviam até mesmo de depósito de lixo, prática comum da Câmara e reclamada pela *Tribuna* em nome dos moradores da rua do Tanque, perto das betas do Carmo, onde as sujeiras coletadas pela Edilidade eram despejadas, “lugar habitado por gente pobre, é verdade, mas que nem por isso é excluída de olfato” (A TRIBUNA, 04/06/1916).

A conta do estado de sujeira e falta de higiene caía, ora na Câmara, ora nos fiscais da Edilidade. Esses eram os bodes expiatórios prediletos da população e dos periódicos. Moradores da Rua das Flores, por exemplo, dirigiram uma carta à redação da *Reforma*, pedindo providências quanto ao estado de desleixo em que se encontrava o beco atrás da Igreja do Rosário. “Não havendo fiscais”, alfinetava, “é justo que o Snr. Presidente da Câmara passe por lá a fim de verificar a justiça desta reclamação” (A REFORMA, 22/03/1917). Mas parte da culpa também incidiria sobre a população de São João, acusada de ignorância na questão dos preceitos higiênicos. Construía edificações sem ar e luz, sem levar em conta as determinações da Câmara ou qualquer consideração sobre higiene (A OPINIÃO,

10/08/1907). Os tuberculosos ficavam em residências particulares, sem isolamento e desinfecção, conforme denúncia de médico militar defendendo a instalação de um Sanatório Militar no antigo Ginásio São Francisco (A TRIBUNA, 07/12/1919). Mas a ação particular também era importante. O *Repórter* afirmava que a população deveria corresponder aos esforços da Câmara na conservação do bom aspecto da cidade, ao mesmo tempo em que a Edilidade não poderia censurar os maus cidadãos, como os que jogavam o lixo em qualquer lugar, se ela própria o fazia (O REPÓRTER, 12/03/1908; 23/05/1909). De fato, a Câmara chegava mesmo a lançar editais reafirmando as posturas referentes a limpeza das ruas, solicitando que os moradores deixassem seus lixos em frente às suas casas para serem recolhidos durante a manhã (O DIA, 22/03/1912). E mesmo assim a prática continuava. Certo leitor da *Tribuna*, em 1919, comparando a cidade com uma fazenda de criar, se voltava, em carta, contra a inércia da Câmara, só interessada em receber impostos e comentava que a sujeira da cidade crescia pelo costume de se fazer o despejo do lixo nas ruas. Como solução sugeria uma postura obrigando os moradores a fazerem a limpeza da frente das suas casas (A TRIBUNA, 15/06/1919). A mesma lançada décadas antes no Código, reafirmada anos depois e que ainda assim parecia não ter surtido grandes efeitos.

A água era deficiente em muitos locais, principalmente na parte alta da cidade e nos pontos periféricos, fosse para beber, fosse para uso doméstico. Segundo o *Repórter*, o abastecimento não chegaria nem a 50% dos habitantes de São João (O REPÓRTER, 14/07/1912). Combinada com a falta de esgotos – deficiente e mal distribuída, servindo aos habitantes somente em algumas horas do dia, principalmente na parte alta da cidade e nas regiões assoladas –, a ausência de uma rede de distribuição de água corrente era atribuída como a causa da epidemia reinante. Estagnada, ia contra os preceitos da medicina urbana, que valorizava a sua circulação. Não ocorrendo, seria potencial fator de disseminação de doenças. Isso quando não aparecia marrom, com um aspecto barrento, na época das chuvas (O REPÓRTER, 23/04/1911).

De qualquer modo, é um erro aferir que a população fosse de toda avessa aos princípios do higienismo. Embora parte fosse refratária às novas práticas, ratificadas pelas leis e constantemente reclamadas pelos jornais, arraigada a velhos

hábitos, uma outra era bastante atenta à necessidade de manutenção de um espaço limpo e saudável, se utilizando do canal oferecido pelos periódicos para reclamar aquilo que julgavam um direito ao povo de São João – o direito à higiene, à limpeza, ao asseio, à saúde, enfim.

### 3.1.2. Miasmas, micróbios e a incorporação do vocabulário médico-científico

Cumpra agora definir o tipo de consequências causadas ao homem por essa falta de higiene na cidade, a partir das concepções que os sanjoanenses tinham sobre saúde, doença, sua origem e transmissão. Como destaca Charles E. Rosenberg, apesar de a doença ser um evento biológico, o entendimento sobre ela perpassa elementos históricos, sociais, culturais e econômicos. Melhor dizendo, a doença é também um fenômeno social<sup>124</sup>. Assim, somos obrigados a analisar a questão a partir das percepções correntes à época, a fazer um enquadro histórico e entender que nem sempre certas formulações médicas eram substituídas por outras devido a aquisições no saber científico. Isso ficará mais claro a partir da leitura das fontes.

Já notamos que os debates em torno da salubridade e higiene de São João del-Rei se assentavam em noções postuladas pela medicina urbana do século XIX, de modo que um estado de saúde se pautaria não só pela salubridade natural do ambiente, mas por intervenções positivas no sentido de dirimir os efeitos causados pela geração de matérias provenientes dos agrupamentos humanos, reduzindo, assim, seus efeitos sobre o ambiente, com consequências para os habitantes. Um estado de saúde que presumia o controle sobre os elementos, sua constante movimentação. Daí a importância assumida pelo ar, tão falada anteriormente.

Normalmente sadio, torna-se nocivo pela influência do meio natural ou social. Por isso ele é tanto um indicador de uma determinada situação do meio, permitindo atestar o estado e as possibilidades de saúde da população, quanto consequência, como causa da doença, das causas que com ele se relacionam. Só sendo destruídos os focos de alteração, o ar pode alcançar um estado de relativa pureza<sup>125</sup>.

124ROSENBERG, Charles E.. **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine**. New York: Crambridge University, 1992, p. 305-306.

125MACHADO et al., op. cit., p. 275.

A corrupção do ar, por influências de ordem ambiental ou da atividade desenfreada e irracional do homem, levaria à formação dos miasmas. Nas palavras de um médico do século XIX, miasmas seriam “todas as *emanações nocivas*, que corrompem o ar, e atacam o corpo humano [grifos no original]”<sup>126</sup>. Elemento de difícil identificação, invisível às inquirições do olho humano, sua existência seria confirmada muito mais por sua ação, pelos efeitos nocivos que produziria, do que pela sua demonstração química, “sendo sempre correlata à atestação de sua dificuldade. O miasma é ‘fugaz’, escapa dos meios eudiométricos”<sup>127</sup>. Elemento central no pensamento da corrente médica que Sidney Chalhoub identifica como infeccionista, sendo a infecção compreendida como a ação dessas partículas invisíveis e nocivas. Difícil o seu esquadrinhamento, colocava em eterna suspeição a cidade e os seus habitantes pobres, pelo perigo invisível que os rondava. A corrente infeccionista, reforça Chalhoub, foi o arcabouço ideológico para muitas das reformas urbanas dos séculos XIX e XX<sup>128</sup>.

Não podendo ser visto, qualificado, identificado, o miasma, ou sua futura ação, eram sentidos. Sentidos pela corrupção do ar, pela água estagnada, pela matéria decomposta, pela poeira proveniente da bosta seca de humanos e animais que impregnava a atmosfera e invadia as ventas dos homens. O olfato aí assume um papel importante na identificação do mal. Alain Corbin mostra como o cheiro ruim, nos últimos séculos, primeiro pelas classes cultas e esclarecidas, depois pelo resto da população, passou a causar uma ansiedade, uma angústia vivaz, por lembrar a doença e a morte, daí concorrendo uma estratégia de desodorização dos espaços, pois o fedor, mesmo que distante, levaria consigo o miasma e a lembrança do fim<sup>129</sup>.

Tais apreensões, que identificam os elementos estagnados e o odor desagradável com a possibilidade de propagação de doenças, são claramente visíveis nas fontes, tanto nas falas dos periodistas, quanto da população que usava a imprensa como canal de suas queixas. Quando trata do Lenheiro e de suas águas de imundície, o Dr. Caetano Werneck o coloca como fator de doenças. Nos seus

126CHERNOVIZ apud CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 169.

127MACHADO et al, op. cit., p. 275.

128CHALHOUB, op. cit., p. 169-170.

129CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 120.

cálculos, a mortalidade em São João del-Rei era de 29 para 1000 habitantes, podendo ser diminuída com a instalação de esgotos racionais, em algo em torno de 20% (O RESISTENTE, 07/07/1898; 11/08/1898). Na época da seca, quando baixava o volume, o Lenheiro passaria a fermentar emanações nocivas (O REPÓRTER, 01/09/1910). Seu leito desigual levava à formação de poças (pior, águas já imundas agora estagnadas!), “verdadeiros focos pestilenciais”, com perigo para saúde pública (O S. JOÃO D’EL-REY, 30/12/1920). A *Tribuna*, em 1920, dizia que com os 100:000\$000 de seus cofres, a Câmara poderia acabar com “os miasmas mefíticos da nossa tão linda, quanto imunda Praia” (A TRIBUNA, 23/05/1920).

Águas imundas e estagnadas também eram preocupação do povo de São João. Moradores da rua Santo Antônio reclamavam de água parada no trecho com o Beco do Ricardo, que poderia causar problemas à saúde dos moradores (O REPÓRTER, 11/08/1907). A gente da rua General Osório escrevia ao *Repórter* pedindo providências quanto à água lamacenta e podre, foco de infecção e perigo (O REPÓRTER, 11/09/1910). Pois a lama também carregava matérias e, quando, parada, emanaria esses miasmas perigosos. O lixo, com o espetáculo da decomposição de detritos, também exalaria miasmas, daí a imediata necessidade de remoção. Em pedido ao Agente Executivo, os moradores da rua Marechal Bittencourt asseguravam ter tanto medo de infecções que chegavam ao ponto de evitar por a cara para fora da janela, tal o estado de imundícies no trecho compreendido entre a rua Nova e a Tiradentes (O REPÓRTER, 07/07/1907). Não se via o miasma, mas somente o fedor que se desprendia das matérias pútridas acendia um sinal de alerta para aquele atento à sua própria saúde.

E o risco existiria não somente nos espaços externos, onde o ar era contaminado por todas essas exalações. Se o perigo da doença pela falta de higiene teria lugar no adensamento dos agrupamentos humanos, as casas – com seu espaço fechado, com seu amontoado de gente, mal feita, escuras, sem ventilação –, seriam um outro foco de infecções. Opinião dada pelo já citado Dr. Werneck, para quem isso seria muito propício em São João, pela disposição das moradias, de traçado colonial e orgânico. Como exemplo dá o trecho compreendido pelos quarteirões que atravessavam a rua Municipal, Tiradentes, do Comércio, Direita e o Largo do Rosário, dispostos sem a menor solução de continuidade e com o

agravante de ainda concentrarem o grosso do comércio local. Situação pior do que a do Rio de Janeiro, já tão afamado pelos seus cortiços, viveiros de gente. Porque na cidade mineira os comerciantes habitavam com suas famílias nos mesmos prédios onde trabalhavam, espaços, em geral, muito antigos e construídos sem qualquer consideração de higiene. Na Capital Federal, pelo contrário, os donos dos estabelecimentos e os principais empregados moravam nos subúrbios, só ficando nos prédios onde funcionam as lojas, os subalternos (O RESISTENTE, 28/07/1898). Asserção implicitamente elitista, pois parece que a Caetano Werneck, a saúde da gente de melhor colocação interessava mais do que a dos pobres amontoados.

O medo do miasma era presente, mesmo quando seu nome não aparecia diretamente. Sua ameaça era indicada pelos sentidos: pela visão do lixo, da imundície, pelos cheiros desagradáveis. A teoria miasmática, propalada com insistência pela medicina dos últimos séculos, sofreu um baque com descobertas, nas décadas de 1870-1880, do bacilo de Koch e depois dos micróbios pelo Dr. Pasteur, na França e com a consequente difusão da microbiologia. Corbin demonstra que a revolução pasteuriana impusera, ao menos na França, uma recolocação da questão epidemiológica, tornando o perigo mais difuso e inquietante, de modo a aumentar a solidariedade biológica entre os habitantes das cidades, onde tudo, da água aos alimentos, era colocado em suspeição como prováveis portadores dos germens da doença. Há uma mudança também na questão dos odores: “o fedor não é mais morbífico, mas pressagia a presença patológica”. E nisso o povo, roto e sujo, sem higiene, continuava sendo uma ameaça ao ideal de saúde<sup>130</sup>. O Dr. Francisco Catão, exaltando as conquistas da civilização, entre as quais o surgimento da Higiene, comentava a descoberta de Louis Pasteur e de seus colegas. A evolução do conhecimento humano teria derrubado a “tirania da terapêutica antiga”. A civilização, batizada pela Ciência, continuou sua saga, levando a novos achados:

inspira-nos estas linhas a litação que vai tendo o campo de investigação das pesquisas microscópicas, pois que os seres microbiológicos, denominados “invisíveis”, já hoje não escapam mais à nossa retina, que os surpreende, determinando mais ou menos exatamente a sua conformação (A OPINIÃO, 20/11/1907).

Mas, como vimos, mesmo décadas depois da descoberta de Pasteur, a teoria miasmática continuava difundida. O cheiro ruim, só para citarmos o objeto de Corbin,

---

<sup>130</sup>Idem, p. 288-289.

continuava aparecendo para os sanjoanenses como sinal de emanções danosas e também como indício de fermentação de germens. A doença, como já se argumentou, precisa ser historicizada. A evolução do saber científico não significa, necessariamente, a supressão e esquecimento daquilo que havia sendo praticado até então. A teoria microbiana e a teoria miasmática conviviam em paz na argumentação dos mais diversos sujeitos apresentados pelas nossas fontes, às vezes de forma complementar. No cumprimento de objetivos comuns, as duas correntes interagiam, com a adaptação dos novos preceitos ao saberes do higienismo<sup>131</sup>. O *Resistente*, por exemplo, que dava voz ao médico que temia as exalações miasmáticas das substâncias expostas pelas águas baixas do Lenheiro, também condenava a prática de se lavar roupa no córrego, por ser nociva à saúde, já que levaria todo tipo de micróbios e doenças no corpo de quem as vestisse, bem como de outras pessoas que fizessem parte do seu convívio (O RESISTENTE, 08/09/1898). O próprio Caetano Werneck, voltando a falar de cidades sem esgotos, dizia que as substâncias tóxicas exaladas pela merda humana, junto de água servida, quando infiltradas no solo já “saturado de imundícies de toda sorte”, “viveiro imenso de micróbios de toda espécie, e, o que é pior, de micróbios patogênicos ou específicos, isto é, causadores de moléstias graves”, poderiam, com a ação do sol e do tempo seco, se converter em poeira; de maneira que esse pó infecto, carregado de micróbios, adentraria, pelo vento, nas casas e no sistema respiratório dos seres humanos (O RESISTENTE, 21/07/1898). O ar, elemento primordial nas discussões da teoria miasmática, agente purificador ou difusor de doenças, conforme seu grau de pureza, aparecia como meio favorável para dispersar os perigosos micróbios, numa dinâmica parecida com a gênese e propagação dos miasmas.

O fato de certos paradigmas permanecerem, do mesmo modo que não demonstra a sua pronta supressão pelas novas descobertas, também não quer dizer uma ignorância quanto às teorias mais em voga. Francisco Mourão, médico que em 1918 exaltava seus mais de quarenta anos dedicados à Ciência, formado antes da descoberta de Pasteur, se mostrava atento aos debates do período. Por isso dava espaço ao colaborador “Nemo”, em texto em torno do tema da tuberculose, cujo

131MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (org.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: FIUCRUZ, 2004, p. 25.

bacilo fora descoberto por Robert Koch, a discorrer sobre a teoria contagionista então vigente. A administração da Santa Casa de Misericórdia havia recentemente criado um pavilhão exclusivo para tísicos, o qual deveria seguir todos os preceitos da “higiene moderna”. Dentre eles, o princípio de se evitar o contato do doente com o são, argumentando que, “consoante a hodierna ciência, a noção do contágio, sob todos os seus aspectos, forma a base sobre a qual se assenta o edifício da profilaxia geral das moléstias consideradas contagiosas”. Assim, defendia o isolamento dos doentes do conjunto da coletividade, sem prejuízos à liberdade individual (A REFORMA, 06/04/1913).

Os princípios das novas descobertas se incorporavam aos antigos anseios de higiene, se inserindo mesmo em discussões mais amplas, como a do saneamento, que dominou o debate médico-político brasileiro das primeiras décadas do século XX. O movimento sanitarista visava uma reforma na saúde pública do país. Contrariando as teses raciais preexistentes, que colocavam no sangue, no pecado da cor, na miscigenação, as causas do atraso brasileiro, os sanitaristas apontavam a doença como o grande problema – debilitando o trabalhador nacional, principalmente do interior, abandonado pelos poderes públicos –, quadro que somente medidas mais centralizadas e focadas no saneamento e educação higiênica poderiam reverter<sup>132</sup>. A *Reforma*, discordando de artigo do *Minas Geraes*, defendia uma centralização das medidas, visando o reerguimento das comunidades e das populações prejudicadas por moléstias e doenças que a ciência moderna poderia combater. Por isso,

o saneamento rural e urbano, para produzir os resultados colimados, carece de ser geral em todo o país e obedecer as normas uniformes. O seu fator principal reside na aplicação e observância da higiene moderna, que transformou esta parte da ciência médica, por exigência, entre outras, das conquistas da bacteriologia (A REFORMA, 08/05/1919).

O próprio emprego do termo “saneamento” é significativo. Apesar de aparecer antes, junto da noção de “higiene”, toma maior relevo a partir da década de 1910; todos os projetos e obras que visavam modificar a infraestrutura da cidade, principalmente na questão de abastecimento de água e criação de uma rede geral

<sup>132</sup>LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996, p.23-40.

de esgotos, se faziam sob a noção de “sanitarização” de São João del-Rei, o que podemos indicar como um diálogo feito nessas esferas maiores. Portanto, a defesa das modificações das condições de higiene – noção da medicina urbana que ainda dava o tom do debate sobre as intervenções em São João –, se revestia agora de um novo aliado, de novos argumentos, centrados na microbiologia, que cada vez mais crescia nas discussões médico-biológicas do século.

### 3.1.3. O ressurgimento da “Princesa do Oeste” pela higiene

Falta um último ponto a ser tratado na questão da relação entre salubridade e higiene em São João del-Rei: as propostas de reversão desse estado higiênico precário na cidade e as vantagens, principalmente econômicas, daí decorrentes. O processo de higienização ou sanitização deveria se assentar, majoritariamente, em dois pontos principais: a criação de uma rede geral de esgotos e de um amplo sistema de abastecimento de água. Tais concepções eram recorrentes nos periódicos na época em que esses melhoramentos ainda não haviam sido feitos, o que só foi ter uma conclusão em fins da década de 1910. Seriam eles necessários mais do que qualquer outra obra. Quando J. D. Leite de Castro ganhou a eleição para Agente Executivo Municipal e Presidente da Câmara, o *Resistente* recomendava à nova Edilidade que assumiria em 1898: “primeiro as necessidades urgentes, os melhoramentos inadiáveis, a higiene, a saúde pública, o bem-estar da população; depois o adorno, o enfeite, o encanto, o luxo”. O que significava “boa água, abundante e limpa, bons esgotos, bom calçamento, asseio das ruas, higiene geral da cidade” (O RESISTENTE, 09/12/1897).

Para a *Opinião*, medida de salubridade de um lugar seria a criação de uma rede de esgotos (A OPINIÃO, 10/07/1907). De fato, a questão dos esgotos seria “porventura a mais melindrosa e a mais momentosa de quantas dizem respeito ao futuro desta bela cidade”, conforme o colaborador “Polidoro”. A mais melindrosa por conta dos desastres para qualquer ramo da atividade humana que uma péssima execução acarretaria; “a mais momentosa porque sobreleva todas as outras” (A OPINIÃO, 24/07/1907). A isso se juntaria a questão do abastecimento de água, para cuja resolução as condições de salubridade “terão que aumentar extraordinariamente depois da conclusão desses melhoramentos iniciados”, de

modo que a falta de higiene local deixaria de ser o mito que acabrunharia os visitantes (A OPINIÃO, 27/07/1907). Este problema – a questão de higiene – é que deveria ter a primazia das discussões da Câmara. É o argumento fornecido pelo *Repórter*, na pena de “Sílvio Célio”, pseudônimo do camarista Paulo Teixeira. Comentando os empréstimos levantados pela administração de Leite de Castro e de Gonçalves Coelho para diversas obras a serem encetadas em São João del-Rei, afirmava que “na atualidade, os melhoramentos materiais de que necessitamos estão resumidos no abastecimento de água e em abundância e no estabelecimento de um sistema de esgotos, regularmente organizados” (O REPÓRTER, 09/07/1908). Para a *Reforma*, depois de contraído o empréstimo com o governo estadual para a realização de melhoramentos, não haveria desculpas quanto a demora no início das obras do sistema de esgotos, julgada necessária desde 1890. E inadiável, acrescentava, desde aquela epidemia de tifo de 1911, no bairro operário das Fábricas. Tão importante que aos médicos locais caberia mostrar sua urgência para a Câmara (A REFORMA, 01/02/1914). Basílio de Magalhães, em seu programa eleitoral para o pleito municipal de 1922, colocava entre as primeiras medidas a serem tomadas por sua futura gestão a remodelação e remate dos serviços de água e esgoto e higienização da cidade e do Município (A TRIBUNA, 13/08/1922).

Centrada no aumento da disponibilidade de água e na implantação de um amplo sistema de esgotos, a sanitização e higienização de São João del-Rei possibilitariam, em primeiro lugar, como vantagem para o Município, a sua inserção no conserto do mundo civilizado, porque, afinal, higiene também seria civilização. Fazia parte das características que configurariam uma cidade progressista, civilizada<sup>133</sup>, de uma cidade “adiantada”, palavra recorrente na fala dos periódicos. Desse modo, a materialidade da implementação de projetos de infraestrutura sanitária teriam entre seus resultados ganhos simbólicos. No concernente à questão da falta de água potável e de maiores garantias em higiene em São João, ao pedir um “sindicato higiênico”, visando trazer melhoramentos para a localidade, o Dr. Francisco Catão garantia que isso cobriria “as nossas faltas perante a civilização” (A

---

133SAMPAIO, op. cit., p. 32; BARROSO, Elaine Aparecido Laier. **Modernização e Higienismo:** controle sanitário e gestão política-científica na Manchester Mineira (1891-1906). Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 28.

OPINIÃO, 16/10/1907). A higiene deveria ser colocada à altura da civilização e progresso que São João contaria possuir (A OPINIÃO, 11/01/1908).

A historiografia acerca do primeiro período republicano brasileiro tem mostrado a relação entre as políticas de saúde pública e o desenvolvimento do capitalismo no país. O sanitarismo ligava-se à reprodução da força de trabalho<sup>134</sup>. Intervir na cidade, melhorar seu quadro sanitário e higiênico, seria, dessa forma, uma medida de interesse econômico; geraria um aumento do influxo de capitais e da massa de trabalhadores disponíveis. Veremos como, no caso sanjoanense, essa política, debatida nos periódicos e implementada, na medida do possível, pelos poderes públicos locais, se desdobrava em discussões específicas a esse cenário. O progresso, identificado com o desenvolvimento material, seria outro ganho, além da aquisição ou manutenção dos “foros de civilização”. Num quadro em que se diagnosticava uma certa decadência política e perda de centralidade econômica de São João, isso seria extremamente importante. Para o *Dia*, medidas como a desinfecção das habitações, a constituição da rede de abastecimento de água e sistema de esgotos e o fim das poças de água nas ruas – celeiros de insetos e micróbios, de todo tipo de epidemias, enfim –, seriam medidas de higiene salutar para São João. Portanto, “uma garantia para a população e já um augúrio para o progresso desta terra” (O DIA, 28/02/1913). Saúde da população e progresso se encontrariam indissociáveis. A higiene traria a preservação de um e as condições para a realização de outro.

A salubridade natural do meio sanjoanense, se evitaria um morticínio causado por qualquer epidemia originária da precaridade das condições higiênicas do ambiente urbano, por si só não seria capaz de oferecer um habitante robusto, de compleição saudável, de um organismo forte. As casas construídas na cidade, sem asseio, sem luz, sem ventilação, feitas de qualquer modo, desobedecendo aos princípios mínimos de higiene, impossibilitariam que os sanjoanenses usufríssem dessa salubridade. O Dr. F. Catão assim se exprimia: “Tanto é verdade que o conjunto da população na sua maioria não tem o aspecto saudável como devia quem vive em um clima de ótimas qualidades, e mais, servido por uma água de qualidade potável ideal”. Com a intervenção da Câmara sobre os proprietários,

---

134MAIO, op. cit., p. 15.

fazendo com que estes seguissem os planos de construção e reconstrução estabelecidos pela lei, seria evitada a disseminação de infecções, “como também levantará o organismo de seus habitantes, dando-lhes toda a pujança fisiológica, desde logo manifestada pela expansão demográfica” (A OPINIÃO 10/08/1907; 17/08/1907).

Consequentemente, a higiene, enquanto auxiliar do progresso, coroava-se como um dos elementos de recuperação do Município. Por exemplo, na questão da Oeste de Minas. Ao mesmo tempo em que deu sobrevida à economia sanjoanense, sua natural expansão começou a manifestar um perigo para o desenvolvimento da cidade, com a concorrência de outros centros. A disposição do governo em ligar Barra Mansa a Ribeirão Vermelho e Itapecerica a Belo Horizonte prejudicaria a vida econômica de São João del-Rei, isolada dessa rica parte do sertão. Com essa nova configuração a se avizinhar, segundo a *Opinião*, restava a zona que ia até A. Mourão, de modo que urgia pensar em alternativas para o crescimento local. Se ocupando da higiene, a Câmara melhoraria as condições de vida da população, atraindo também os que queriam ficar na cidade para tratar de seus males. Assim, deveria cuidar sobremaneira do clima, grande trunfo de São João del-Rei. Cabia o exemplo de Rodrigues Alves, pela maneira como lidou com a questão da higiene no Rio (A OPINIÃO, 06/11/1907). Os veranistas, embora encantados com as belezas naturais e com a hospitalidade dos sanjoanenses, não deixavam, ressaltava o periódico, de reclamar do desleixo para com a higiene (A OPINIÃO, 11/01/1908). Se dela fizesse pouco-caso, descuidando do asseio das habitações locais para a instalação dos veranistas; se porventura surgissem mais alguns dissabores para o Município, tendo em vista esse quadro de crise originada pela expansão da Oeste, dia chegaria em que São João não ficaria atrás de Tiradentes em matéria de decadência (A OPINIÃO, 22/02/1908).

O *Repórter*, indisposto com o governo de Leite de Castro, apontando a sua inércia nos doze anos em que Gonçalves Coelho e ele se revezaram no poder, colocava na administração dos dois a culpa pelo estacionamento de São João del-Rei. Como a *Opinião*, ressaltava o isolamento do Município ocasionado pela expansão das vias férreas, no que também compartilhava preocupações quanto ao futuro da cidade, sugerindo mudanças. Uma delas era atrair visitantes. E o

reerguimento da economia local por conta do veraneio não se daria somente por recomendações quanto à fama de cidade de clima salubre, sendo necessária medidas que a tornassem mais atraente. Para o periódico, o que garantiria a amizade de um estrangeiro pelo lugar em que decidira ficar seria a higiene da localidade. Por isso, o estado higiênico de São João deveria estar no mesmo patamar de sua salubridade, o que atrairia capitais a serem investidos e veranistas a passeio (O REPÓRTER, 30/06/1911; 22/10/1911).

Mas essa opção não era ratificada por todos os membros das elites sanjoanenses. De fato, a administração odilonista era um tanto quanto reticente em transformar São João em “cidade de verão”, por considerar que lugares do tipo contavam com movimento restrito a certas épocas do ano, quase desertas pelo resto do tempo, afirmativa expressa por Augusto Viegas, vice-presidente da Câmara, na *Reforma*, em resposta ao debate levantado pela *Tribuna* (A REFORMA, 08/01/1920). Os governistas, porém, não deixavam de louvar seus esforços no sentido de dotar a cidade de melhoramentos urgentes, aqueles que incidiam principalmente no mau aspecto sanitário de São João. O que teria por resultado evitar o aparecimento de epidemias periódicas de febres, consequência das obras de água e esgoto e desobstrução da parte colonial (O S. JOÃO D'EL-REY, 15/04/1920). Fica implícito, portanto, que no parecer da situação, mais importante que inserir São João del-Rei no mapa das cidades de verão, era preservar a saúde de seus habitantes, melhorando sua capacidade de trabalho.

Percebemos, dessa forma, como os debates sobre desenvolvimento material de São João del-Rei, passavam, inelutavelmente, pela resolução da questão da falta de higiene local. Como já havia mostrado Daniela Flavia Martins Fonseca, parte das elites sanjoanenses absorvera os discursos então veiculados sobre higiene, tomada enquanto indispensável para o alcance da civilização. A autora todavia, não se aprofunda nas implicações econômicas e políticas que o tema suscitava para os grupos dirigentes do Município. Não creio, como ela – pois considero esta opinião um tanto reducionista –, que esse desejo de mudança tenha se restringido ao campo do discurso, formulação esta pautada na demora da implantação de tais propostas<sup>135</sup>. Dialogando com esse vocabulário de um modo ou de outro, projetos e

---

135FONSECA, Daniela Flávia Martins. **Prescrições sobre higiene na Escola Normal**: São João del-Rei, final do século XIX e início do XX. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte,

obras sempre se fizeram presentes ao longo de todo o período em apreço, mas de forma descontínua e limitada por uma série de vicissitudes que retardavam ora o início, ora finalização dos empreendimentos. Um jogo complexo de tentativas e erros, de improvisos, de desvios imprevistos ou não, com consequências sem um cálculo certo; de medos e frustrações diante de uma situação e das sucessivas dificuldades de resolução, que explicam – para este caso, e talvez também para outros –, essa experiência de modo mais satisfatório do que interpretá-las como uma mera expressão discursiva e, por isso, limitada e mimetizada, dessa linguagem comum ao período ou ainda como obedecendo a plano reformista maior.

Assim, diante de um quadro de perda de centralidade econômica, as propostas de melhoramento se assentavam neste edifício teórico principal, o dos preceitos da medicina urbana, da promoção da higiene e, mais tarde, da sanitização do ambiente sanjoanense. Higienizada, sanitizada, a cidade traria novos capitais e visitantes, incrementaria a indústria e o comércio, fosse por investimentos, fosse pela circulação de dinheiro. A questão também se vinculava à saúde da população sanjoanense. Como já foi tratado, o sanitarismo se ligava à reprodução da força de trabalho por meio do controle das doenças, tema também discutido nas fontes. Mas não só. Tanto quanto a possibilidade de aumento populacional pelo combate às enfermidades, a resolução dessa situação problemática perpassava, igualmente, a regeneração dos organismos. Corpos prejudicados pelo meio, propício às enfermidades, hostil a uma boa constituição física. Pauta aqui derivada da medicina urbana, do mau influxo da circulação dos elementos, do ar viciado a desgastar a compleição do indivíduo. O que se propunha, portanto, era uma gestão biopolítica da população: controle do ambiente em que ela vivia, revitalização dos organismos, a plenitude de sua saúde, a multiplicação dos indivíduos, a extensão do seu tempo de vida – controle dos corpos para majorar suas potencialidades políticas e econômicas. O que teria outras implicações, como na gestão disciplinar e normativa do espaço, tema a ser tratado no próximo capítulo. Gestão racional porque pautada em certo tipo de ciência, no conhecimento acumulado sobre o ambiente e das necessidades para a sobrevivência e perpetuação da espécie dentro dele<sup>136</sup>. O veranista, o capitalista, o trabalhador

---

2013, p. 68-69.

136FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro; São Paulo:

regenerado – o reerguimento de São João, pujante e civilizada, por fim. Metas a serem alcançadas pelo estabelecimento de uma relação harmoniosa entre salubridade e higiene, fruto do trabalho e do investimento sobre o espaço.

#### **3.1.4. Água e esgoto: divergências sobre um consenso**

Vimos até agora como as propostas de intervenções no espaço urbano de São João del-Rei feitas pelos homens de imprensa se amparavam num discurso recorrente que apregoava a necessidade de implementação daquilo que chamavam de “melhoramentos”. Ou seja, medidas de ordem material que propunham um controle mais racional e ordenado dos elementos do espaço urbano como forma de recuperação econômica, política e simbólica da “Princesa do Oeste”, dada a sensação, se não de diminuição de importância, de perda de centralidade frente aos outros municípios do mosaico mineiro. Dos apontamentos sobre os problemas enfrentados pela cidade, ganham destaque aqueles relativos à higiene, que estaria em não conformidade com o estado de salubridade natural do espaço sanjoanense e, no fim das contas, que se afiguraria como o maior empecilho para o seu desenvolvimento. A percepção de falta de higiene em São João era maior ou menor nesses diagnósticos de acordo com as relações políticas e interesses econômicos dos periódicos envolvidos, mas nunca deixavam de colocar este tema como uma das questões de maior monta para os projetos de futuro do Município. Trazendo recursos e homens, recuperando o ar viciado e os corpos degenerados, a solução da questão da má higiene levaria um novo alento a São João del-Rei, transformando a cidade suja e infecta em promissor local de veraneio e revigorado polo industrial e comercial. E a principal resposta a ser dada seria a constituição de um sistema amplo de fornecimento de água potável e de uma rede de esgotos, empreendimentos que, mesmo discutidos tanto pela imprensa quanto pela própria Edilidade por cerca de trinta anos, só foram ter sua conclusão quase ao fim da década de 1910, ainda que num estado de certa incompletude.

Sendo essa questão, a necessidade de água e esgotos, considerada a mais alta demanda elencada pelas fontes, creio na importância de se reconstituir o processo de sua implementação, mostrando as bases teóricas em que estavam

assentados os projetos, os desafios, contratempos e dificuldades enfrentados ao longo do tempo, ponto, em parte, já anunciado nas páginas anteriores, pela discussão relativa à medicina urbana. Por isso, não se trata de mera exposição cronológica. Esta parte privilegia as diversas variáveis políticas e financeiras que influenciaram e retardaram as obras por décadas, mostrando que mesmo temas tão sensíveis e urgentes não estiveram de todos inermes à interferências externas, objeto mesmo dos jogos de poder dos grupos que nesse meio tempo se digladiavam no Município.

Desde o final do período imperial o tema já era levantado, embora só fosse ganhar relevo com o advento da República. O Código de Posturas de 1887 não tratava muito do assunto, exceto no que se referia ao pagamento de multa de 30\$000 e reforma do próprio bolso a todo aquele que “estreitar ou por qualquer forma danificar as valas de servidão e esgoto”, em seu artigo 30 do Título V<sup>137</sup>. O sistema de escoamento, por conseguinte, parecia ser ainda arcaico, correndo livre nas ruas. Situação que permaneceria a mesma em vários pontos da cidade pelas décadas posteriores, embora a sensibilidade da população quanto à aparência e ao cheiro desprendido tenha se tornado cada vez menos tolerante.

A água fornecida à população também não era das melhores, embora obras no período tenham melhorado a sua distribuição domiciliar. A *Verdade Política*, órgão de uma das facções do cindido Partido Liberal de São João del-Rei, dirigido por um jovem Carlos Sanzio, reclamava do líquido turvo servido à população, “o que mostra que as obras da canalização estão incompletas” (A VERDADE POLÍTICA, 21/11/1888). O serviço de água encanada em São João havia sido inaugurado em 1888, trabalho executado pelos Drs. Francisco de Paula Bicalho, Antônio Augusto Fernandes Pinheiro e Hermílio Alves. A Câmara sob Paulo Freitas havia aprovado o gasto de 60:477\$741 para as obras, tendo o governo da Província fornecido outros 30:000\$000. Tanto contribuiu a Oeste de Minas com o empenho de seus engenheiros, que Paulo Freitas havia pedido para seus colegas camaristas um voto de gratidão à Diretoria da Estrada e a Antônio Francisco da Rocha. Na inauguração do abastecimento, inclusive, Carlos Sanzio figurou como um dos oradores oficiais<sup>138</sup>.

137SÃO JOÃO D'EL REY. op. cit., 1887, p. 8.

138CINTRA, Sebastião. **Efemérides de São João del-Rei**, v. 2, 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 342-343.

Quanto aos esgotos, *A Verdade Política*, nesse momento, mostrava igualmente à Edilidade a urgência das obras de seu encanamento contra o perigo proveniente de uma provável epidemia causada pelas águas servidas cozidas pelo sol ardente (A VERDADE POLÍTICA, 09/04/1888).

Derrocado o Império, Paulo Freitas se manteve à frente da presidência da Câmara por mais algum tempo, até que esta fosse dissolvida e criada uma Intendência nomeada pelo governo estadual. Freitas, nesse meio tempo, tomou a iniciativa de resolução da questão. Em janeiro de 1890 convocou uma reunião a fim de se discutir a “urgente necessidade de melhoramentos sobre o esgoto das casas e saneamento da cidade”, nas palavras da *Pátria Mineira*. Além das autoridades públicas, nela tomaram parte a imprensa, médicos e engenheiros, de quem o Presidente da Municipalidade queria ouvir a opinião. O industrial Boaventura Clapp apresentou o sistema Lenoire, por ele implementado em Curitiba. Apesar de concordarem na sua qualidade – processo de resultados favoráveis em cidades planas –, a topografia de São João levava à conclusão que a melhor medida seria a canalização. A Câmara, ao fim da sessão, resolveu pela criação de uma comissão de médicos e engenheiros, que fizessem os necessários estudos e dessem, por fim, seu parecer. Para a *Pátria Mineira*, sendo este um melhoramento absolutamente importante, qualquer gasto seria justificável (A PÁTRIA MINEIRA, 02/01/1890).

Quando finalmente foi formada a Intendência, esta ficou a cargo de Elói Reis, médico, ocupação que motivava elogios da folha de Sebastião Sette, porque imaginava estar o intendente disposto a fazer de tudo pela higiene municipal (A PÁTRIA MINEIRA, 20/02/1890). Higiene péssima, como destacava o Dr. Afonso de Azevedo, também médico, que esperava que São João não chegasse ao estado de Campinas, cidade naquela época assolada pela febre amarela. Escrevendo num órgão republicano, afirmava que a Monarquia havia se descuidado do assunto. E de forma elitista, assegurava que a higiene privada, embora prestasse seus serviços à parte ilustrada da população, não tinha a amplitude da higiene pública, porque com seus benefícios “impostos de um modo autoritário”, venceria a ignorância, chegaria onde a higiene privada não era capaz (A PÁTRIA MINEIRA, 10/04/1890).

O governo de Elói Reis pouco durou. Demitido do cargo após divergências políticas com Sebastião Sette, por conta da criação do Partido Republicano de São

João del-Rei, sua cadeira foi ocupada pelo redator da *Pátria Mineira*. Em texto transcrito da *Gazeta Mineira*, periódico que também circulava em São João na época, ficam claras as iniciativas que seriam centrais no mandato de Sette, tão logo este assumiu: em reunião, chamou concorrência para iluminação pública e nomeou uma comissão formada por Francisco Mourão, José Bastos e Cândido Moura, a fim de estudar o estado sanitário da cidade e apresentar um relatório a respeito (A PÁTRIA MINEIRA, 14/08/1890). Logo foi levada à Intendência a proposta, formulada por uma empresa composta por “cavalheiros distintos e experimentados”, de construção de uma rede de esgotos, da colocação de iluminação elétrica e “outros melhoramentos de capital importância para o saneamento e progresso de S. João del-Rei”. No lugar das “imundas cloacas turcas” (buracos no chão), nas palavras de “Veritas”, pseudônimo do Dr. Afonso de Azevedo, uma rede de esgotos aperfeiçoada e consoante com a higiene moderna. A Empresa também se comprometia a construir casas conforme o modelo a ser aceito pela Intendência, “dotando assim a classe pobre de habitações salubres, livrando-a das imundas pocilgas em que vive”. A contraparte: a Empresa pedia o privilégio de exploração de 60 anos (depois reduzido a 50), cessão do abastecimento vigente de água, cessão sem ônus de terrenos devolutos para a construção de habitações e indenização em moeda pela Intendência das despesas feitas. A cessão da água seria fundamental, “pois sem ela não poderá ter uma rede de esgotos que preencham seus fins” (A PÁTRIA MINEIRA, 04/09/1890). Tal era a confiança da *Pátria Mineira* na implementação dos melhoramentos pela Intendência de seu redator, que chegava a crer que São João se tornaria uma “nova *La Plata* [grifos no original]”, tomando o exemplo da cidade planejada argentina (A PÁTRIA MINEIRA, 11/09/1890). Em outubro de 1890 foi aprovada, depois de modificações, a proposta de melhoramentos locais apresentada por Francisco Mourão, Ciríaco do Amaral e Paula Castro para iluminação elétrica, abastecimento de água e rede de esgotos. Ficou estabelecido o prazo de 4 meses para apresentação de plantas, orçamentos e depósito da fiança de 20 contos em dinheiro ou título para que fosse firmado o contrato (A PÁTRIA MINEIRA, 02/10/1890). O sucesso dessas obras, mais uma vez segundo o Dr. Azevedo, restituiria a São João “a importância e primazia que tivera outrora e que foi perdida graças às lutas intestinas que durante o tempo do império ocuparam as forças

militantes dos partidos, estragando os homens e corrompendo os caracteres” (A PÁTRIA MINEIRA, 09/10/1890). Mesmíssima argumentação utilizada pelos periódicos sanjoanenses posteriores para versarem sobre igual assunto, mas aqui utilizada de modo a desqualificar os antigos partidos monárquicos Liberal e Conservador<sup>139</sup>.

Além disso, a Intendência sanjoanense havia recebido do Ministério do Interior 20 contos de réis para o saneamento da cidade. O parecer da comissão de higiene, composta pelos Drs. Francisco Mourão, José Moreira Bastos e pelo engenheiro Capitão Cândido Moura, recomendava a remoção dos cemitérios e da Cadeia pública, o estabelecimento de esgotos e águas nas casas de morar. O auxílio só poderia ser empregado em parte desses projetos e o escolhido foi o problema dos cemitérios (A PÁTRIA MINEIRA, 13/11/1890).

Acontece que nem todos estavam de acordo sobre as vantagens dos melhoramentos a serem implementados pela empresa contratada pela Intendência.

Quando o braço repressor do presidente Floriano Peixoto lhe pareceu perigosamente perto, o jornalista Carlos de Laet, pensando em salvar o pescoço de monarquista convicto, fez as malas, tomou o trem e seguiu da Capital Federal até Minas. Passou alguns meses em São João, naquele ano de 1893. Da experiência resultou um livro, *Em Minas*. Na cidade notou algo curioso, a “existência de partidos excentricamente rotulados”: dois “partidos militantes, ambos corretamente republicanos. Dos *limpos* chama-se um, e o outro dos *sujos* [grifos do autor]”. Laet destacava que a origem das nomenclaturas remontava à “escuridão de uma projetada obra de esgotos. Um grupo a queria, o dos *limpos*; e na bandeira dos *sujos* havia o lema ‘Tudo na praia’”<sup>140</sup>. É em torno da questão do contrato da empresa com a Intendência que surgiu essa divergência.

É muito fácil descobrir quem eram os tais “limpos”: gente como Sebastião Sette, Francisco Mourão, os outros membros da Intendência, por exemplo. E os “sujos”? O que fazia com que se insurgissem contra algo que tantos benefícios traria a São João del-Rei? Estes gravitavam em torno de Severiano de Resende e Carlos Sanzio. O velho conservador e o jovem liberal se uniram no início da República, na

<sup>139</sup>Sobre as disputas entre conservadores e liberais em São João del-Rei, entre os “cascudos” e “chimangos”, como eram apelidados, em São João del-Rei durante o período imperial cf. AMARAL, op. cit.

<sup>140</sup>LAET, op. cit., p. 64.

política e na família: Sanzio se casara com Alice, filha de Resende<sup>141</sup>. O antigo líder “cascudo” fora um dos fundadores do Partido Republicano sanjoanense. Enquanto a presidência da agremiação estava com Sebastião Sette, republicano histórico, o recém-convertido ao novo regime tornara-se um dos conselheiros do Partido (A PÁTRIA MINEIRA, 26/06/1890). Nesse meio tempo, Resende e seu genro Sanzio fundaram o periódico *A Renascença*, sucessora das folhas que dirigiam antes, o *Arauto de Minas* e a *Verdade Política*, respectivamente. Apesar de terem sobrado pouquíssimos exemplares, nulos para esta pesquisa, sabemos pelas fontes que era na *Renascença* que se dava a oposição ao projeto de empresa e da Intendência, o que significa, além disso, que Carlos de Laet estava em contato maior com o outro grupo, o dos “limpos”. Outra conclusão é que o tema servia de arma política para ambos os lados, interessados na Intendência, tudo fazendo para desqualificar os adversários frente aos dirigentes estaduais, aqueles que demitiam e nomeavam os intendentos neste turbulento momento de reorganização da administração municipal.

Já no começo de novembro de 1890, a *Pátria Mineira* reclamava daqueles que queriam ver na empresa que faria os melhoramentos da iluminação elétrica, água e esgotos “um monstro, capaz de esgotar até o sangue e a vida dos habitantes”, isso quando o contrato sequer havia sido firmado, quando não existia plano, orçamento etc. “Campinas, Cataguases, Leopoldina e outras cidades não tiveram cidadãos tão empenhados a favor de suas epidemias”, ironizava (A PÁTRIA MINEIRA, 06/11/1890). O próprio Francisco Mourão, um dos empresários, escreveu para a *Pátria Mineira* defendendo a sua proposta. A Empresa só teria lucro caso São João del-Rei progredisse economicamente. Justificava muitas coisas: o privilégio de 50 anos, a cessão do abastecimento de água – naquele momento sob controle da Intendência e que, porventura, seria indenizada –, provando, além disso, que a rede de esgotos não poderia ser completa e funcional sem abundância de água. Fazia comparações com outras cidades e mostrava o pouco que os sanjoanenses pagariam, dividida a população em três classes, cada uma com uma taxa diferente a ser cobrada. A base da proposta era oferecer 800 penas de água e os esgotos seriam obrigatórios, prática comum em todo o mundo civilizado, assentia Mourão. Em conclusão, dizia que a proposta seria onerosa somente para a empresa e os

---

141 VARGAS, op. cit., 2019, p. 32-33.

lucros surgiriam tão somente pelo desenvolvimento de São João (A PÁTRIA MINEIRA, 27/11/1890).

Todavia, a Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro rejeitou o projeto da empresa de saneamento chefiada por Francisco Mourão por não encontrar nele margem de lucro suficiente que justificasse a aquisição do direito de realização de tais melhoramentos. Apesar disso, não desistiu do plano, que sofreria as necessárias modificações pela Intendência, relativas à classificação dos prédios onerados. Esta não hesitaria em assinar o contrato, depois de melhorado. Porque com iluminação elétrica, água e esgotos, São João restabeleceria “a preponderância que ela outrora exerceu sobre a vida mineira” e, num contexto em que se discutia a mudança da capital de Minas, não deveria “se manifestar refratária ao progresso local e precisa de mostrar-se na altura que lhe compete”. Saneada, a cidade seria o ponto perfeito para aqueles que “procuram as vantagens de seu clima benéfico e restaurador” (A PÁTRIA MINEIRA, 04/12/1890).

Nada disso parecia convencer os opositores. Era procedimento comum que os redatores da *Renascença* ou seus aliados mandassem publicar mensagens nos grandes jornais do Rio, explorando as escaramuças sanjoanenses, debilitando os adversários. A partir deles podemos recuperar a argumentação dos refratários ao projeto de melhoramentos. Em telegrama enviado da estação do Sítio para a *Gazeta de Notícias* no final de 1890, José de Moraes e Cerqueira Lima, representando uma “comissão popular”, condenavam o contrato lavrado entre a Intendência e a empresa, “onerosíssimo para o pouco serviço de esgotos, sem hasta pública, sem estudos, se servindo dos cálculos fornecidos pela favorecida empresa”. Telegramas para a Capital Federal e protestos em São João. Segundo o mesmo texto, houve um ato solene que visava não só celebrar o contrato, com música, marcha e foguetório, mas “sufocar os protestos do povo indignado”, de resultados pífios. Mil pessoas teriam se juntado em frente à redação da *Renascença*, com vivas a Severiano de Resende e foras e morras a Sebastião Sette e à Intendência. Carlos Sanzio e José Severiano, seu cunhado, discursaram à multidão exaltada, “prometendo levar ao governador do Estado as queixas do povo”. A turba, afirmavam, se propunha mesmo a escorraçar Sette da cidade, mas teria sido acalmada por Severiano de Resende e pelo delegado de Polícia (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/12/1890).

Antes disso já havia ocorrido um outro protesto, um *meeting* convocado por comissão formada, dentre outros, pelos cidadãos Francisco Balbino, Emílio Viegas e José Sotero. Nessa manifestação discursou Severiano de Resende, “escolhido para tribuno em razão dos veementes artigos que em sua folha, a *Renascença*, tem escrito contra as propostas de melhoramentos”, ou seja, as obras de água, esgotos e iluminação elétrica. Segundo a *Pátria Mineira*, o povo teria lhe dado as costas. O *meeting* teria sido interrompido por outra manifestação popular, dessa vez favorável à empresa de melhoramentos, à Intendência, “à *gente limpa* [grifos no original]”. Dr. Virgílio e Dr. Francisco Mourão fizeram um pronunciamento mostrando as vantagens dos melhoramentos, destruindo os “falsos argumentos” do redator da *Renascença*. E mais vivas e mais manifestações de apoio aos intendentess, aos empresários, à imprensa favorável às obras (A PÁTRIA MINEIRA, 18/12/1890).

Quando o contrato foi finalmente lavrado, naqueles eventos narrados pelo telegrama publicado na *Gazeta de Notícias*, a folha de Sebastião Sette dava uma outra versão. A manifestação de apoio teria sido um sucesso, sendo “grande a concorrência de assistentes de todas as classes”. Não sonegava, entretanto, que tenha ocorrido um encontro contrário e bastante hostil até (“feitos imundos”, a “revolta da podridão”), dos “caracteres formados nos poços da petulante imundície”, ou seja, o partido dos “sujos”. Moraes e Lima não mentem naquele telegrama sobre a virulência da multidão. A *Pátria Mineira* informava que “se não fosse a intervenção dos bons cidadãos”, haveria empastelamento de suas oficinas e agressão ou coisa pior à pessoa de Sette. O periódico chegava a reproduzir boletim espalhado no *meeting* dos “sujos”, nos fornecendo o teor de seus argumentos. Dizia o texto que, com o contrato de melhoramentos, pautado numa hipoteca de 50 anos, a cidade passaria a ser “propriedade da empresa de esgotos!”, o que, caso acontecesse, roubaria “a liberdade, a paz, o sossego do lar e o pão de nossos filhos”. Pedia a união dos sanjoanenses num apelo ao governador de Minas; conclamava o povo para que este levantasse um protesto contra Sebastião Sette, o responsabilizando por tudo que porventura ocorresse em São João. A *Pátria*, em resposta, colocava na mão de Severiano de Resende todos os ônus futuros (A PÁTRIA MINEIRA, 25/12/1890).

De fato, Resende estava bastante empenhado na questão. No final de janeiro de 1891, o carioca *Diário de Notícias* congratulava a ele e a Carlos Sanzio pelo fato de o governo mineiro não ter aprovado a proposta de melhoramentos, combatida “com muita lógica e muita energia”, pelos argumentos da *Renascença* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/01/1891). A explicação dada pela *Pátria Mineira* era o interesse político de Severiano de Resende na questão. Candidato “inteiramente inviável” ao Congresso Mineiro, o antigo conservador logo se voltaria contra a Intendência. Fazendo parte da chapa aventada por Ouro Preto, não contando com o apoio do governo sanjoanense liderado pelo republicano histórico, só seria eleito por meios fraudulentos. Daí a luta contra a corporação. Assim resume a *Pátria Mineira*: “O plano político do Sr. Severiano de Resende reduziu-se pois ao seguinte://A pretexto de esgotos DERRIBAR a intendência por meio de uma sedição popular”. Além disso, o periódico de Sebastião Sette acusava os jornais de Ouro Preto de se colocarem contra os melhoramentos planejados para São João por temerem a transferência da Capital para a última (A PÁTRIA MINEIRA, 01/01/1891).

Realmente, Sette deixou o cargo de presidente da Intendência. Não morto ou defenestrado, como temia. O motivo alegado pelo redator da *Pátria Mineira* foi sua não concordância em fazer parte da chapa de candidatos a deputados escolhida por Ouro Preto. Se incompatibilizara com alguns nomes; discordara da forma como ela se organizou, acreditando que visava unicamente a preservar Ouro Preto como capital de Minas (A PÁTRIA MINEIRA, 08/01/1891).

Finalmente, já em agosto de 1891, com São João del-Rei sob o governo do intendente Antônio Francisco da Rocha, o Congresso Constituinte Mineiro resolveu que o contrato de esgotos e outros melhoramentos firmado entre Ciríaco do Amaral e Francisco Mourão e a Intendência, fosse submetido à aprovação da primeira Câmara constitucionalmente eleita (A PÁTRIA MINEIRA, 20/08/1891). A Intendência havia resolvido deixar a aprovação do contrato de melhoramentos para o governo de Minas, que por sua vez preferiu se abster, deferindo o conhecimento da questão ao Congresso Constituinte (A PÁTRIA MINEIRA, 11/03/1891). Meses depois Rocha fora sufragado primeiro Presidente da Câmara de São João del-Rei sob a República (A PÁTRIA MINEIRA, 11/02/1892). A proposta de melhoramentos em matéria de água, esgotos e iluminação elétrica não foi para frente com ele. Carlos de Laet, que esteve

na cidade em 1893, ironizava que “a cidade não tem esgotos; mas tem política...”<sup>142</sup>. No ano da estadia do escritor, em sessão da Câmara, o Dr. Francisco Mourão desistiu, em nome do Dr. Pedro Nolasco, da contratação de construção da rede de esgotos, de abastecimento de água potável e de iluminação à luz elétrica na cidade, não sendo expostos os motivos. O redator lamentava o fim da iniciativa, frustrados pela segunda vez os desejos de melhoramentos locais, vendo “apagar-se a esperança de em breve ser esta cidade uma das primeiras de Minas quanto à higiene como é em relação ao clima” (A PÁTRIA MINEIRA, 20/07/1893). Sebastião Sette, mesmo deixando de comentar com mais afinco as notícias locais após a sua queda e a ascensão da primeira Câmara republicana, ainda guardava suas mágoas: falando sobre o fato de o rei Humberto I da Itália ter sido atingido por imundícies jogadas por alguém na rua, brincava que esse era “irrecusável indício de também na Itália estar-se desenvolvendo o partido sujo”, talvez sendo o herói do feito muito congratulado por seus “correligionários de além oceano” (A PÁTRIA MINEIRA, 30/03/1893).

De modo que a cidade ficou sem sua rede de esgotos, sem seu serviço de abastecimento de água, sem sua iluminação elétrica. Continuou com o que Dr. Afonso de Azevedo chamava de “sistema misto, não obedecendo pois a um plano uniforme e determinado” e que deveria ser substituído pelo sistema de canalização. A “quase totalidade da cidade” contava com fossas de um ou dois metros de profundidade, cavadas no fundo das casas. Havia nelas uma cobertura de madeira e no centro uma armação onde se jogavam as porcarias. Não possuindo revestimento interno ou externo, funcionavam como “verdadeiras *esponjas* [grifos no original]”, lançando ao solo os líquidos e gases oriundos do processo de putrefação, nocivos ao homem. Na São João del-Rei daquele tempo se empregavam canais de pouca profundidade, de cimento ou pedra, que desaguavam na Praia, “muito acima do nível d’água corrente”. Essa canalização nada mais seria do que uma “vasta fossa prolongada”, contaminando os terrenos vizinhos, estagnando a merda, dando origens a emanções. Lançados no Lenheiro, acima do nível da correnteza da água, favoreceriam as “manifestações tíficas”. Isso explicaria, segundo Azevedo, o motivo pelo qual numa cidade com o “clima ótimo, os seus habitantes são em geral pálidos,

---

142LAET, op. cit., p. 64.

caquéticos, em grau mais ou menos adiantado de miséria fisiológica”. Ou seja, o precário estado sanitário de São João del-Rei, não obstante sua salubridade natural, favoreceria a degeneração física de seus habitantes (A PÁTRIA MINEIRA, 18/12/1890).

Nesse meio tempo, entre o fracasso do projeto da Intendência e a chegada, em 1898, de Joaquim Domingues Leite de Castro ao poder como Agente Executivo Municipal, colocando novamente em pauta o projeto de água e esgotos, o tema ainda era tratado pelos poderes públicos. Mas faltava um projeto geral, como indicava em 1897 o *Resistente*, crítico das obras de esgotos parciais que estavam sendo conduzidas pelo Conselho Distrital em algumas ruas da cidade. “Não obedecendo ao plano de uma rede geral com grandes coletores, nem estando estabelecido o declive necessário e adotado o sistema de encanamento”, com prejuízos para a saúde pública, as obras mantinham os mesmos problemas elencados anos antes pelo Dr. Azevedo: a infiltração do solo por matérias pútridas e a manutenção do Lenheiro como deságue de imundícies (O RESISTENTE, 29/04/1897).

Ao ganhar o pleito, entre os melhoramentos que o *Resistente* queria ver implementados pela gestão de Leite de Castro, estavam “boa água, abundante e limpa, bons esgotos, bom calçamento, asseio das ruas, higiene geral da cidade” (O RESISTENTE, 09/12/1897). De fato, tão logo assumiu, o novo Agente Executivo Municipal colocou em pauta esse assunto. A Câmara reuniu-se e foi publicado no *Resistente* a Resolução nº 9, de 9 de fevereiro de 1898, que “manda proceder a estudos para estabelecimento de esgotos”, disponibilizando até 2:000\$000 réis para tal (O RESISTENTE, 10/03/1898). Em maio informava que a Edilidade contraíra um empréstimo de 600 contos de réis com juros de 8% ao ano para melhoramentos locais, notadamente para a criação do sistema de esgotos e do serviço de iluminação pública. Empresa de “não pequeno risco nesta atualidade”, denotava o *Resistente*, de qualquer forma crente na energia da decisão do Agente Executivo (O RESISTENTE, 26/05/1898). Nesse meio tempo, a Câmara estudava o melhor sistema, seu custo e eficácia. Experimentou, por exemplo, aquele criado pelo Capitão Deslandes, cuja experiência – falha – ocorreu na Oeste de Minas (O RESISTENTE, 07/07/1898). É nesse contexto que aparecem os artigos do Dr.

Caetano Werneck, tratados ao longo do capítulo, visando contribuir com os debates em torno do projeto de esgotos.

Segundo o *Resistente*, o empréstimo contraído pela Municipalidade não foi adiante (O RESISTENTE, 12/02/1899). Em resposta ao malogro das tratativas, a Edilidade visava criar um imposto adicional, iniciativa criticada pelo periódico, pelo fato de a Câmara não estar endividada e ter rendas suficientes para entrar na praça (O RESISTENTE, 19/02/1899). Mas a Municipalidade não desistiu. As edições do *Resistente* do ano de 1899 são muito exíguas, mas podemos acompanhar o desenrolar do problema pelo *S. João d'El-Rey*, órgão de publicidade dos atos da Câmara, e pelo *Combate*, folha oficiosa, ligada à defesa da gestão de Leite de Castro contra a oposição que se formou em torno do grupo de Carlos Sanzio, cuja expressão na esfera pública continuava sendo o *Resistente*. No *S. João d'El-Rey* podemos ver um movimento crescente de pedidos de instalação de penas d'água em casas particulares, atestando o aumento de seu fornecimento parcial. A folha camarista, além disso, estampou uma nova resolução, a de nº 208 de 22 de março de 1899, autorizando o Agente Executivo “a mandar iniciar o serviço de esgotos, por administração, aproveitando-se, para esse fim, da verba destinada a obras públicas” (S. JOÃO D'EL-REY, 22/04/1899). Outra resolução, a nº 163, de 23 de abril de 1898 permitia a Leite de Castro nomear uma comissão que auxiliasse o cidadão José de Barros de Azevedo a entregar o serviço de abastecimento de água potável o mais breve possível (S. JOÃO D'EL-REY, 03/06/1899). Ainda que algumas obras ocorressem de forma esparsada, a Câmara havia contratado Luiz Silva, engenheiro responsável pelas obras de água e esgotos na construção de Belo Horizonte, para os estudos referentes a São João. Ele publicaria no *S. João d'El-Rey* um relatório sobre suas conclusões. A folha saiu de circulação antes que isso acontecesse e, por algum motivo desconhecido, o *Combate* também não o estampou em suas páginas. Talvez o trabalho tenha sido publicado pelo *Resistente*, mas isso não posso afirmar, dada a ausência de fontes. Sua ausência, porém é compensada pelos comentários feitos em cima dele, anos depois, por esta última folha, como veremos.

Como na contenda entre “sujos” e limpos”, a questão se tornou objeto de acaloradas discussões entre os grupos políticos do Município. Dessa vez, Sanzio e seus aliados partiam de outro ponto, a não concretização das obras. O manifesto do

Partido do Comércio, agremiação que juntava os opositores de Leite de Castro, falava que o povo sanjoanense teria se desagradado da administração do Agente Executivo, cuja expressão maior teria sido o malogro do empréstimo de 600 contos “para saneamento e embelezamento da cidade”. Dizia que a Câmara contava com elementos para tal e chamara para os devidos estudos um engenheiro, Luiz Silva, “aliás dos mais distintos”, mantendo pessoal por muito tempo, fazendo um contrato oneroso de fornecimento de manilhas, no qual a Edilidade se obrigava a pagar o transporte. Não estando os trabalhos iniciados, acreditava que as obras seriam adiadas por longo tempo, porque a Câmara não possuiria mais recursos para tal, impossibilitada sequer de pagar seus operários ou o serviço de remoção do lixo. E afirmava “que ao Partido do Sr. Agente Executivo, que se intitulava enfaticamente *partido dos limpos* [grifos no original]”, patrocinando um projeto oneroso, “é que coube a glória de levar esta cidade ao estado de ‘limpeza’ em que se acha, sem ter ao menos iniciado as obras do melhoramento por que se dizia pugnar” (O RESISTENTE, 04/04/1901). Os embates em torno da questão dos esgotos, que marcaram o início do período republicano sanjoanense, ainda estavam gravados na memória de todos, a ponto de, anos depois, serem mobilizados pelas partes divergentes, mesmo por aquela a quem havia caído a mácula de ser tomada como parte do grupo dos “sujos”.

Assim, aparentemente, apesar dos estudos feitos, as obras não foram adiante. Em maio do mesmo ano o *Resistente* voltava à carga, em texto de Caetano Werneck, dizendo que a renda da Câmara, ao início do governo de Leite de Castro, poderia ao menos servir para o começo das obras de água e esgotos, mas cuja execução teria sido minorada pela politicagem. Segundo o texto, Luiz Silva havia feito um trabalho completo, já impresso, estando as plantas na posse da Edilidade. Previa um gasto de 275 contos de réis para os esgotos e 163 para o abastecimento de água. Estipulava a colocação de dois coletores gerais, nas ruas Hermílio Alves e Paulo Freitas, que depois de um certo percurso dariam num único coletor, que por sua vez desaguaria na confluência do Lenheiro com o córrego da Água Limpa, a ser estendido até o Rio das Mortes, de acordo com as circunstâncias. O abastecimento de água era considerado imperfeito e incompleto pelo engenheiro, que previa seu melhoramento. Com as chuvas as águas ficavam imprestáveis e na seca,

insuficientes. Conforme o parecer de Silva, as obras de fornecimento deveriam preceder às dos serviços de esgotos; os dois trabalhos sendo então realizados em paralelo. Argumento utilizado antes e depois pelos que escreveram na imprensa sanjoanense, como vimos. O Dr. Werneck criticava ainda a falta de operosidade e os gastos com pessoal e a escolha de uma proposta onerosa de manilhas (O RESISTENTE, 09/05/1901). Apesar de caras, a qualidade do material havia sido atestada por Luiz Silva num relatório publicado pelo *Combate*, dando a ressalva da necessidade de certos reparos (O COMBATE, 08/10/1901).

Sobre o resultado disso tudo não temos mais informações nos periódicos contemporâneos. O *Combate* nada nos fala sobre as manilhas e do *Resistente* pouco sobrou para os anos de 1901 e, principalmente, 1902. Mas sabemos que o problema dos esgotos ainda tinha grande força política em São João. A folha da situação, em número de maio desse ano, respondia a artigo de edição hoje perdida do impresso de Sanzio, garantindo não passar de “miseráveis planos dos adversários *sujos* toda essa história de esgotos [grifos no original]”. O periódico redigido por Francisco Pinheiro assegurava que a Câmara não pretendia fazer um contrato de esgotos que fosse oneroso e que pesasse sobre a população com impostos excessivos. E para dar maior veracidade a essas informações, dizia que a maioria situacionista era proprietária de prédios e que, como classe proprietária, seria a primeira a defender seus interesses contra essa medida. Como forma de atingir fundo os adversários, retornava à história da eleição para vereador no distrito do Rio das Mortes, no qual um aliado de Leite de Castro, talvez seu capanga, havia sido morto em situação de confronto, do que resultou uma acusação na justiça por homicídio contra o grupo do Comércio<sup>143</sup>. Em resumo, “essa história de *exgotos* [a grafia aqui está destacada pelo fato de o *Combate* considerar um erro ortográfico a maneira como o pessoal do *Resistente* escrevia a palavra, com “x”] é balela para armar efeito e balão de ensaio para chamar atenção para o partido dos SUJOS” (O COMBATE, 05/04/1902). Vemos que, apesar da urgência para a realização desses melhoramentos, as variáveis eram muito delicadas. Afora as negociações dos empréstimos – em si mesmos já bastante comprometedores para os cofres municipais, criando dívidas que perduravam anos a fio, situação que se repetiria

---

143Sobre esse evento e o contexto político-eleitoral em que está inserido, Cf. VARGAS, op. cit., 2021.

mais de uma vez –, o temor de criação de novos impostos – prerrogativa dada pela Constituição de 1891, mas bastante impopular –, era mobilizada politicamente como forma de desgastar o governo vigente.

Anos depois as conclusões do relatório de Luiz Silva, firmadas nos princípios da medicina urbana, ainda seriam a base para novas tentativas de intervenção no sentido de dotar a cidade de um sistema de água e de uma rede de esgotos, agora na “dobradinha” Leite de Castro/Antônio Gonçalves Coelho. A *Opinião* noticiava que em 1907 tiveram início as obras de construção dos coletores gerais de esgoto projetados por Silva, um partindo da ponte da Gameleira até a Água Limpa (3.303 metros) e outro indo da ponte do Rosário até o Rio das Mortes, na extensão da Estrada de Ferro (1.440 metros), estando o serviço a cargo do engenheiro José Moreira Carneiro Felipe, prometendo ter o serviço pronto em seis meses (A OPINIÃO, 06/07/1907). O periódico elogiava o relatório do engenheiro Luiz Silva e pedia como medida complementar o estabelecimento do serviço de abastecimento de água (A OPINIÃO, 10/07/1907). Quanto a Carneiro Felipe, o encarregado das obras, este era um engenheiro da Oeste de Minas. Além de importante industrial e arrendatário do Hotel Oeste, fora o responsável pela criação da avenida que levaria seu nome, numa das margens do Lenheiro, pela ampliação da rua Paiçandu/Paulo Freitas. Pela falta de informações anteriores nas fontes periódicas e pela inacessibilidade dos arquivos da Câmara, não sou capaz, no momento, de indicar muito bem em que condições esse novo esforço ocorreu.

Acontece que por motivos de economia, a Câmara decidira não empregar o material recomendado por Luiz Silva (segundo o texto da *Opinião* o sistema escolhido era o Waring<sup>144</sup>). Do jeito que as obras se encaminhavam, pela condição do material, colocariam “em jogo a saúde de muitas milhares de pessoas”; representariam uma “ameaça ao público de S. João d’El-Rei”, o que significaria uma mancha na administração do Agente Executivo (A OPINIÃO, 07/08/1907).

Meses depois as obras de água e esgoto foram interrompidas por conta do estado financeiro da Câmara (A OPINIÃO, 29/02/1908). De fato, a situação fiscal da Edilidade não era muito boa – situação cuja dimensão não podia ser medida ao

---

<sup>144</sup>Criado por George Waring e implantado pela primeira vez em Memphis, nos EUA, em 1879, o Sistema Separador Absoluto é caracterizado pela utilização de uma rede coletora exclusiva para águas pluviais e outra para dejetos domésticos. Foi adotado em todo o mundo.

certo pela falta de transparência nos negócios municipais. A *Opinião* lamentava que ela possuísse uma “dívida fundada, cujo serviço de juros e amortização consome cerca de quarenta e cinco contos de réis, anualmente, e com uma dívida flutuante que ninguém soube ao certo quanto orça, mas que todos dizem ser enorme”. De acordo com informações fornecidas pela própria Municipalidade, entre 1905 e 1907 a Câmara já havia pago, “só de exercícios findos”, 172:000\$000 réis. Ainda que a verba de 1908 para o pagamento da dívida flutuante fosse de 40:000\$000 réis, o total da última não era inferior a 60:000\$000 réis (A OPINIÃO, 09/11/1907). E quando o major Antônio Gonçalves Coelho resolveu quitar seus débitos, o fez ignorando o orçamento previsto, obrigando a Edilidade ao pagamento de multas (A OPINIÃO, 20/05/1907). De modo que não era de todo injustificado o colaborador “Pessimista”, escrevendo no mesmo periódico, acreditar na veracidade da história da caveira de burro enterrada em São João, crença generalizada do povo diante do fracasso de qualquer melhoramento, qualquer “ideia progressista”. Dentre elas, os esgotos. “Pessimista” relembra a contenda entre os “sujos” e “limpos”, “há muitos anos”, que dividiu a população em “dois campos opostos”. Para ele, estes eram apenas “*sujos* em política [grifos no original]”. Depois disso o assunto teria ficado por muito tempo esquecido, voltando no último triênio, para ser, mais uma vez, abandonado, sendo que os coletores sequer ficaram prontos (A OPINIÃO, 22/01/1908).

Como as manilhas compradas ficassem largadas no depósito, inutilizadas, o *Repórter* pedia que a Câmara as aproveitasse no conserto dos regos dos esgotos que davam para o córrego “e que tão mal soam mesmo ali no centro da cidade e tão à vista de todos”. Porém, era preciso que a Câmara desse prosseguimento nas obras até a sua conclusão, porque seria seu costume, e mau costume, aliás, chamar os trabalhadores que estavam em um serviço qualquer para a realização de outro, “ficando por concluir e exposto ao tempo o que estava sendo feito” (O REPÓRTER, 15/05/1908). Duas coisas aqui devem ser notadas: em primeiro lugar a dificuldade crônica da Câmara em finalizar alguma obra que começara, algo ainda a ser bastante mencionado; em segundo, a persistência dos escoamentos de águas servidas à maneira dos tempos da Intendência e do Império. “Mil canos de esgoto vão despejar ali na praia, quase seca, a descoberto, os resíduos de uma grande

população” (A OPINIÃO, 01/12/1909). E se era assim no centro da cidade, imaginemos então em seus pontos mais distantes. São bastante comuns as reclamações quanto a isso nos periódicos. No crescente bairro das Fábricas não havia água, luz ou esgotos (O REPÓRTER, 07/09/1909). Lá predominava o “processo antigo das fossas, para certos misteres vitais” (O REPÓRTER, 25/11/1909).

Em se tratando da questão do abastecimento de água, houve realmente certa tentativa de proceder pela sua ampliação. A falta do líquido era uma constante, principalmente na parte alta da cidade. Reclamações de moradores endereçadas aos periódicos não faltaram nesses quase trinta anos de recorte temporal. Em 1908, diante dos insistentes protestos, o pessoal do *Repórter* foi ter com o major Coelho, que prometeu estudos e orçamento para a colocação de uma caixa num ponto elevado, para fazer o abastecimento da parte alta de São João (O REPÓRTER, 30/04/1908). Francisco Catão destacava que a má qualidade da água servida aos sanjoanenses seria a causa da anemia da população, doente de verme – o líquido contaminado pelos ovos dos parasitas, ausente a higiene (A OPINIÃO, 23/10/1907). Em 1910 a Câmara colocou em hasta pública o serviço de abastecimento de água, seguindo o projeto proposto por Luiz Silva (A OPINIÃO, 11/06/1910). Como no final desse ano fora aprovado o empréstimo com o estado de Minas Gerais para os devidos melhoramentos de água e esgoto, é provável que o edital tenha sido suspenso.

Antes desta operação exitosa, a Municipalidade tentara contratar outros empréstimos ao longo da segunda metade da década de 1900, sem sucesso. Como vimos, sua situação financeira era periclitante. Com seu próprio orçamento não conseguiria realizar obras de infraestrutura de maior porte, sem contar o fato de que parte do dinheiro costumeiramente era empregado em outros fins. Em 1909 a *Opinião* destacava que, apesar das rendas da Câmara não só serem pequenas, como quase todas elas eram absorvidas no pagamento de dívidas, se mostrava necessário um controle fiscal severo, ainda que impopular. Segundo o redator, comparada a outras municipalidades, São João estava “ficando, em relação a elas, em lastimável atraso”, sendo mister, portanto “cuidar do nosso futuro”. Como exemplo, dava o “choque” que sofreria com as ligações de Lavras a Barra Mansa e

Henrique Galvão a Belo Horizonte. Somente os melhoramentos poderiam reverter isso, “impulsionando nosso progredimento [sic]”. Caso contrário, “tudo estará acabado”: a renda municipal cairia, até que São João del-Rei ficasse reduzida à “triste situação de outras cidades, que só vivem das recordações de um passado de grandezas” (O REPÓRTER, 30/10/1909).

Quanto aos empréstimos, um primeiro havia sido posto em pauta em 1905. Sendo as obras orçadas em 439:293.256\$000, houve uma tentativa, infrutífera, operação que seria paga com títulos da Câmara e contando com diversas garantias, destacadamente as rendas auferidas por vários impostos no valor de 130:000 (O REPÓRTER, 01/05/1910). Nova proposta em 1908. Aqui, mais uma vez cito o *Repórter*, dessa vez em momento anterior, antes do rompimento com a situação. Quem escreve é o camarista Paulo Teixeira, então aliado do grupo castrista, sob o pseudônimo de “Sílvio Célio”. Leite de Castro, de comum acordo com o major Coelho e sob os auspícios da Câmara, articulava uma operação de crédito que desafogaria as rendas da Municipalidade, de modo que ela pudesse encetar “os melhoramentos materiais de que necessitamos”, obras “inadiáveis”, no parecer de Teixeira. Sugeria o auxílio do governo mineiro, a quem atribuía a queda dos rendimentos de São João (O REPÓRTER, 09/07/1908). Sabemos que meses depois, em sessão da Câmara, fora suspensa pela Municipalidade “o empréstimo e cessão gratuita das manilhas, destinadas a rede de esgotos” (O REPÓRTER, 24/11/1908).

Em 1909 Caetano Werneck, aquele mesmo médico que escrevia pelo *Resistente*, agora publicando no *Repórter* como “Scapin”, criticava as condições obscuras do empréstimo, “de mil e tantos contos”, que o Major Coelho e Leite de Castro queriam levantar em Belo Horizonte. Opositor de longa data, não poderia deixar de ressaltar como a duradoura gestão vigente prestaria de modo péssimo os serviços e negociaria de maneira pior os melhoramentos que realizara (O REPÓRTER, 14/02/1909). Esta tentativa de empréstimo deu pano para manga dentro do *Repórter*, com seus colaboradores em lados opostos na questão, como na polêmica entre Paulo Teixeira e “Max Scorpio”, que temia o surgimento de novos impostos que pagassem a operação (O REPÓRTER, 17/02/1909). Um empréstimo era uma medida impopular, como vimos, porque significava a possibilidade de o

ônus ir todo para o contribuinte sem a garantia segura de um retorno, ainda mais para uma Câmara com uma situação fiscal tão comprometedora. E se formos nos pautar pelas tentativas anteriores, ela só diminuiria ainda mais a possibilidade de aplicação de rendimentos do Município dentro de sua própria esfera, preso ao pagamento das obrigações creditícias. Chegou mesmo a ocorrer uma manifestação liderada pelo major Manoel Anselmo e por Carlos Müller saudando a atuação da imprensa no seu papel de opositora ao empréstimo municipal, com aclamações à *Opinião* e ao *Repórter* (O REPÓRTER, 22/04/1909). Assim mais uma vez, o projeto não teve continuidade. O major Coelho, por motivos não muito bem explicitados, meses depois chegou a renunciar ao cargo, mas voltou atrás (O REPÓRTER, 31/10/1909).

Nesse mesmo ano o *Repórter* partiu para o campo da oposição por conta do apoio oficial à candidatura de Hermes da Fonseca nas eleições de 1910. O periódico, apesar da “desarmonia de vistas em que está esta folha com sua exc. quanto a ideias políticas” ainda cumprimentava a chegada de Leite de Castro, vindo do Rio (O REPÓRTER, 04/01/1910). O que não a impedia de acusar, por exemplo, os castristas de fornecer seu suporte à chapa hermista pela aquisição de canos para o abastecimento de água, em edital aqui já citado, a seguir o projeto do engenheiro Luiz Silva. Esses canos teriam sido fornecidos pelo Presidente do Estado, Wenceslau Brás, vice na chapa de Hermes da Fonseca, em troca do apoio do governo municipal. “*Trinta dinheiros* [grifos no original]” que pagariam o amparo à “odiosa candidatura” (O REPÓRTER, 09/12/1909). Condenava o empréstimo de 1909, garantia que o povo de São João “reclama que se lhe aumente o abastecimento de água potável e que se lhe construa uma rede de esgotos”, mostrava que a administração castrista não seguira as recomendações de Luiz Silva, gastando dinheiro com manilhas sem uso, retardando as obras e sendo obrigada a negociar uma nova operação de crédito (O REPÓRTER, 28/04/1910).

Estamos em 1910. Leite de Castro queria levantar um empréstimo de £100.000 para a liquidação das dívidas ativas do Município e com o resto fazer o sistema de esgotos, aumentar a rede de abastecimento de água, criar a linha de bondes, encampar a luz elétrica e construir um chafariz no Largo do Rosário (O REPÓRTER, 08/05/1910). Mais uma vez outra tentativa a qual o *Repórter* se

colocava contra. Isso porque, segundo o periódico, a situação financeira da Câmara não permitiria mais essa aventura, “atirando o município algemado ao credor estrangeiro” (O REPÓRTER, 22/05/1910). Confrontando a contrariedade do *Repórter*, a agora situacionista *Opinião*, comprada neste ano por Leite de Castro, acreditava que o colega, por ataques pessoais motivados pela polêmica do empréstimo fora do Brasil, levava a um “recrudescimento das paixões individuais a destruírem as incipientes vantagens que uma cidade ia colhendo da trégua, infelizmente pouco duradoura” (A OPINIÃO, 11/06/1910). A lembrança das lutas intestinas dos tempos de Carlos Sanzio, de Severiano de Resende, de Sebastião Sette, ainda se fazia presente no imaginário político local. Recordemos como esse discurso da “trégua” seria importante para o progresso do Município, com as elites sanjoanenses congregadas em torno desse objetivo. Ser adversário ao proceder do Agente Executivo Municipal, nos termos que a *Opinião* julgava o *Repórter* utilizar, seria advogar contra os melhoramentos necessários, atitude, enfim, impatriótica. Lamentavelmente, de 1910, restaram poucas edições da folha oficiosa. Sendo ela a que publicava os atos da Edilidade e não tendo acesso à documentação da Câmara, nos encontramos diante de uma incômoda lacuna.

Seguindo a outra tratativa sem resultados (O REPÓRTER, 13/10/1910), um empréstimo finalmente foi conseguido em 1911, graças a uma lei aprovada pelo governo mineiro, a de nº 546, de 27 de setembro de 1910. Ela dava às Municipalidades a prerrogativa de contraírem empréstimos com o Estado, visando melhoramentos nas localidades, de água, esgotos e eletricidade. Ao ser outorgada, o *Repórter*, dessa vez apoiando esse tipo de contrato, lamentava que essa operação, ainda que Gonçalves Coelho estivesse autorizado para tal, talvez não lograsse sucesso, porque esse dinheiro, “entregue ao pessoal que nos desgoverna, não irá ter essa aplicação” (O REPÓRTER, 29/09/1910). Em 6 de Junho do ano seguinte o contrato entre o Município de São João del-Rei e o Estado de Minas Gerais foi, enfim, firmado. As edições da *Opinião* de 1911 são muito esparsas, de modo que não temos sua versão da feitura da operação. O periódico oposicionista, por seu turno, primeiro insinuava que os beneficiários seriam os parentes e amigos de Antônio Gonçalves Coelho (O REPÓRTER, 04/06/1911). O contrato foi ratificado num momento grave, porém oportuno, quando São João enfrentava uma epidemia

de febre tifoide. Delfim Moreira, Secretário de Interior à época, em resposta a questionamento dos clínicos locais, recordava as medidas reclamadas pelos galenos e hipócrates sanjoanenses. Reconhecimento do saber médico pelos dirigentes de Minas na repetição das demandas dos esculápios: “abastecimento de água potável, construção da rede de esgotos, águas pluviais, remoção e incineração do lixo, regulamentação do matadouro etc.”. Esgotos e água seriam então contemplados pelo empréstimo, que caberia à Câmara cumprir (O REPÓRTER, 15/06/1911). De acordo com circular do governo mineiro, o contrato seria bastante vantajoso às Municipalidades, notadamente aquelas que não podiam, com recursos próprios, levar à frente obras de alto valor e magnitude, “para o impulsionamento de suas forças econômicas, e a consolidar os seus empréstimos atuais” (O REPÓRTER, 30/10/1910).

968:755\$120 réis era o montante da dívida que o Município assumia com o Estado a partir de então, a ser paga em 50 anos, com juros de 6% anuais. É o que está no contrato firmado, publicado pelo *Repórter*. 607:831\$012 a serem aplicados no resgate da dívida passiva da Câmara. O restante, 360:924\$596, usados em melhoramentos. Cláusulas draconianas: para o pagamento das prestações mensais, o Estado abocanhava o rendimento de “todos os impostos e taxas municipais vigentes” cobrados pela Câmara, ou seja, “os de transmissão de propriedade *intervivos*, de industriais e profissões, de águas e esgotos, luz e força elétrica [grifos no original]” e demais taxas e impostos, com exceção das cobranças do mercado e das multas aplicadas por infrações ao Código de Posturas. Eram termos pesados, mas que a Edilidade, visando o progresso de São João del-Rei pela realização de seus urgentes e tão adiados melhoramentos, decidira assumir. As obras seriam executadas pelo governo do Estado, que poderia fazer os estudos e orçamentos necessários, mandando colocá-los em concorrência pública ou administração (O REPÓRTER, 22/06/1911). Fora alguns reparos, o *Repórter* achava o contrato bem formulado, diferentemente dos outros tentados pela Câmara, os quais não deixou de se bater contra. E assim caberia à Edilidade a boa aplicação de suas obrigações e ao Estado de Minas Gerais a boa realização das obras, “segundo os planos mais adaptáveis às exigências do desenvolvimento da nossa cidade” (O REPÓRTER, 25/06/1911).

Todavia, acabou que esse dinheiro havia sido quase todo gasto no pagamento da dívida do Município, pouco sobrando para os serviços, orçados pela comissão de engenheiros em 700:000\$000 (O REPÓRTER, 27/12/1911). O empréstimo, antes de mais de 960 contos de réis, havia sido reduzido para menos de um terço, cerca de 361 contos, o que praticamente inviabilizaria as obras de água e esgotos, caso não houvesse nova transação (O REPÓRTER, 31/12/1911). Desse modo, apesar da execução do empréstimo anterior, outro deveria ser contraído. O *Repórter*, por isso recriminava o *Dia*, pela tentativa do último em jogar panos quentes nos revezes da administração de Antônio Gonçalves Coelho, desconfiando mesmo da independência do diário (O REPÓRTER, 12/05/1912). Como resultado, ao final de 1912, era promulgada a lei municipal nº 230, autorizando novo empréstimo, dessa vez de 600 contos de réis, quantia destinada exclusivamente ao serviço de saneamento da cidade (O REPÓRTER 12/12/1912). De sorte que a Câmara consolidava uma dívida de mais de 1500 contos de réis com o Estado de Minas Gerais.

De acordo com o *Dia*, em janeiro de 1913 os estudos já estavam prontos (O DIA, 15/01/1913). Não foram publicados nos periódicos locais, de modo que pela imprensa sanjoanense não sabemos por quais princípios se baseavam, se, por exemplo, seguiam o projeto anterior do engenheiro Luiz Silva. O que não significava que as obras já tivessem começado. Pelo contrário. Em fevereiro de 1914 a *Reforma* reclamava que há um ano haviam sido abertas as propostas para concorrência dos trabalhos, em número de sete, “no entanto, nem sequer está iniciada a providência premonitória de saúde pública”. O governo do Estado de Minas, pela Comissão de Melhoramentos Municipais, só poderia dar partida às obras depois da realização dos procedimentos de concorrência. Nesse ano São João del-Rei enfrentava um surto de febre tifoide, com casos por toda a cidade, o que tornaria mais do que urgente o começo dos serviços. “Medida julgada necessária desde 1890”, constava a *Reforma*. Lembremos que o Dr. Francisco Mourão, diretor e redator da folha, fora um dos membros da empresa que faria os serviços de água, esgoto e iluminação pública na época da Intendência. Manteve a sua amizade com Sebastião Sette, a propósito, com o republicano histórico publicando periodicamente no impresso do médico. E o doutor julgava se tratar de

melhoramento “reputado urgente, ulteriormente, e há cerca de 2 anos tornada inadiável, sob pena de calamidade pública”. O surto de febre tifoide, que em 1911 grassara o bairro das Fábricas em São João, era sentido como um dos principais motivadores para que os serviços tivessem pronto início, isso na época do primeiro empréstimo com o Estado. Não haveria mais justificativas para atrasos (A REFORMA, 01/02/1914). Bastante ingênuo, sob um olhar retrospectivo, aquele já citado leitor do *Dia*, que em 1912 sugerira uma comemoração do Bicentenário de São João del-Rei, acreditava que os esgotos estariam prontos a tempo dos festejos (O DIA, 25/04/1912).

De acordo com o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em texto transcrito pela *Reforma*, o valor das obras giraria em torno de 2000 contos de réis (A REFORMA, 04/05/1913). Francisco Mourão se mostrava bastante impaciente com essa demora porque, apesar de pagas pontualmente as parcelas e juros dos empréstimos, nada ainda havia sido feito. Isso num quadro em que a cidade era varada por moléstias em toda sua extensão. Disenteria, tifo, febre tifoide. O assunto era de alçada do Estado, para a infelicidade do povo de São João, “sempre hostilizada há alguns lustros e reduzida a terreno do Gonçalo” (A REFORMA, 21/12/1913). Desse serviço “depende o futuro de S. João del-Rei.//Está em jogo a sua salubridade tradicional a qual será destruída inevitavelmente se o serviço se fizer mal feito”. E como respaldo, citava o relatório do engenheiro Luiz Silva (A REFORMA, 15/02/1914).

O projeto previa uma linha adutora de 9883 metros. Os esgotos, por sua vez, seriam despejados no Rio das Mortes (A REFORMA, 10/10/1914). Depois que as obras foram finalmente encetadas, dirigidas pelos engenheiros Domingos Rocha e Fleury Rocha, seu filho, posteriormente único encarregado do serviço, novos tópicos na discussão surgiram. Ao lado do otimismo, cada vez mais distante por conta das reclamações sobre a demora da conclusão dos trabalhos, havia ainda o temor da falta de dinheiro, o que se tornaria problema recorrente ao longo dos trabalhos. Coisa sem explicação para a *Tribuna*, não só pela vultosa operação, como pelo adiantamento das obras de abastecimento de água (A TRIBUNA, 20/12/1914). Apesar de se falar em atrasos nos repasses do governo estadual (O ZUAVO, 24/12/1914), Odilon de Andrade se vira obrigado a contrair um novo empréstimo,

dessa feita de 242 contos de réis. Daí que em 1917 o serviço de abastecimento de água teria sido concluído, mas não o de esgotos (A REFORMA, 11/10/1917). Havia, além disso, uma falta de publicidade sobre o “projeto, traçado das linhas gerais e sistema preferido”, censura dirigida pela *Tribuna* a Fleury da Rocha (A TRIBUNA, 06/02/1916). Ao longo das obras, os engenheiros responsáveis foram substituídos. No lugar de Rocha, primeiro viera o Dr. José Carneiro Felipe, sanjoanense, filho do também engenheiro José Moreira Carneiro Felipe (A REFORMA, 26/10/1916), dando lugar mais tarde a Rosino Baccarini, que finalmente entregaria as obras prontas (O S. JOÃO D'EL-REY, 25/03/1920).

Apesar de a obra teoricamente visar atender a coletividade sanjoanense, é possível perceber na sua condução alguns caminhos aparentemente arbitrários, seguindo uma racionalidade própria, porque atendendo a interesses econômicos particulares. José Carneiro Felipe, o filho, por exemplo, fora muito agraciado por importante industrial e outras pessoas gradas por ter conduzido as obras de esgoto na Avenida Leite de Castro (A REFORMA, 22/03/1917). É razoável indagar o porquê de o serviço ter sido atacado em lugar tão distante do centro, que por sua vez sofria com atrasos. Podemos supor que se tratasse de atender a interesse dos responsáveis pelas diversas fábricas que existiam na região, melhorando, dessa forma, a infraestrutura local e a produtividade dessas indústrias.

No ano de 1918 um novo ator entrou em cena no desenrolar do difícil problema: a Associação dos Empregados do Comércio, depois Associação do Comércio. Grupo patronal, reunindo em sua maioria industriais e comerciais da praça, desde o final da década de 1910 se galgara como uma importante peça no jogo político sanjoanense, querendo lançar seus interesses sobre a Câmara e depois se aliando a Basílio de Magalhães em sua campanha contra a administração de Odilon de Andrade e Augusto Viegas. No final de 1918, a Associação mandou um questionário endereçado aos camaristas que assumiriam, pedindo maiores informações acerca das obras de esgoto, o quanto fora gasto e o porquê da demora da entrega do serviço. Lembrava a grande dívida contraída com as sucessivas operações, a má qualidade dos trabalhos e dos materiais empregados. Solicitava também explicações quanto a outros problemas, como as obras nas vias públicas ou ao uso do dinheiro fornecido pelo Estado de Minas Gerais em socorro das vítimas e

prejuízos causados pela enchente do Lenheiro em janeiro de 1917. Estava certa a *Tribuna* quando dizia que a Associação não era “positivamente um representante do povo”. Mas, além de mero reflexo do desejo da população de “conhecer o estado dos negócios públicos, geridos pela municipalidade”, era uma demonstração de poder da classe econômica mais importante de São João, coligada em seus interesses. Um instrumento de pressão de parte descontente das elites, fiadora dos destinos da Câmara. Com bastante clareza compartilhavam a máxima de que o futuro de São João del-Rei, o seu desenvolvimento, se ligavam à realização dos melhoramentos requeridos (A TRIBUNA, 22/12/1918).

Havia ainda outro grande problema a ser enfrentado pelo Município: a enormidade da dívida dos empréstimos feitos ao longo da década, praticamente destinando todas as suas rendas ao pagamento dos débitos. Do que decorreu novo embate entre os periódicos: como sanar as obrigações financeiras da Edilidade, mantendo, ao mesmo tempo, o poder de atuação da Câmara no sentido de aplicar em São João os recursos para os melhoramentos desejados? O *Minas-Jornal* apresentava a possibilidade de declaração de moratória de alguns anos, de modo que o governo municipal, desonerado, fosse capaz de se concentrar nos melhoramentos, na conclusão de obras de água e esgoto, fornecendo ainda a perspectiva de a Câmara adquirir renda (MINAS-JORNAL, 07/05/1919). Proposta que a *Reforma* rejeitava. Acreditava ser melhor a opção de revisão dos contratos com o Estado, um pedido de auxílio a ele por meio de uma nova instituição, a Prefeitura, em substituição à Câmara Municipal (A REFORMA, 01/05/1919). Já a *Tribuna* concordava com os colegas quanto à dificuldade da Câmara em fazer maiores serviços na cidade por conta de sua situação financeira. Circunstância atribuída à “condescendência do executivo municipal, recebendo das mãos do Estado as obras de água e esgotos, sem um exame, que acautelasse os interesses do município e o bom nome dos atuais administradores” (A TRIBUNA, 04/05/1919).

A decisão da Câmara foi pela moratória. Suspensão do pagamento das mensalidades e amortizações por dois anos. “Péssimo documento para os interesses do município”, lamentava a *Reforma*. Porque só postergaria o problema, de forma que no final desse prazo São João estaria falida (A REFORMA, 12/06/1919). A *Tribuna*, diante do novo estado de coisas, pedia que fossem

concluídos os serviços de água e esgoto, os mais urgentes e necessários. O conselho que dava “é não começarem de uma vez muitas obras e sim acabada uma, encetar outra”. Dessa falta de critério resultaria “o fracasso de quase todos os melhoramentos com que a municipalidade tem procurado dotar S. João d’El-Rei”, sacrificando o bolso do contribuinte, sem que este visse o resultado (A TRIBUNA, 18/05/1919).

Problema crônico esse da não conclusão dos trabalhos feitos pela Câmara, denotando a falta de um plano geral, de um critério nas atividades. Tema constante nos periódicos locais, por todo o período estudado. O *Repórter*, por exemplo, em 1908, falava de um certo “vezo da Câmara em suas obras, distrair seu pessoal de trabalho em serviços diversos”, o que não daria “resultado bom e que apareça”. Os trabalhos da Edilidade estariam sempre desconectados, os trabalhadores sempre espalhados pela cidade, atendendo “a múltiplas reclamações de vereadores ou de amigos”, de sorte que “a consequência é nada fazer-se de útil, proveitoso ou duradouro; – temos obras incompletas, defeituosas e que não dão na vista” (O REPÓRTER, 02/04/1908). Não havia, portanto, um planejamento sistemático, um plano geral sobre as intervenções a serem feitas em São João. Os interesses particulares e momentâneos prevaleciam sobre as demandas da coletividade. Gastos, portanto, que privilegiavam as vontades desses grupos no comando e de seus amigos e o desafogo financeiro da Câmara. Ficava então justificada a atuação dos periódicos e sua visão como porta-voz dos desejos e reclamações da população, que sem esse poder, sem esse prestígio gozado pelas camadas abastadas, encontravam nas folhas seu único meio, se não de ação, pelo menos de desabafo, esperando que os poderes públicos atendessem às solicitações das folhas, julgadas também pela Câmara, assim se acreditava, como uma força influente nos destinos da cidade.

E a Edilidade, dessa forma, momentaneamente desobrigada dos seus encargos com a dívida estadual, não contando, contudo, com recursos para as obras que se propunha fazer, resolveu contratar um novo empréstimo, dessa vez de 200:000\$000, também do Estado de Minas Gerais. Empréstimo ilegal, segundo a *Reforma*, com argumentos amparados pela Constituição Mineira (A REFORMA, 07/08/1919). Mesma apreensão da *Tribuna*, para a qual a operação solaparia a

independência do Município e o prestígio dos seus dirigentes, ficando nas mãos do Estado (A TRIBUNA, 24/08/1919). Apesar disso, Odilon de Andrade e Arthur Bernardes se encontravam em lados opostos, por conta do apoio do primeiro a Francisco Sales, dos velhos quadros do P.R.M., não obstante as tentativas infrutíferas de aproximação com o político de Viçosa. A *Tribuna*, com a influência crescente de Basílio de Magalhães, sugeria a instalação da Prefeitura como forma de controlar os problemas do Município, das obras às dívidas (A TRIBUNA, 21/12/1919), ideia que passou a ser encampada inclusive pelas chamadas “classes conservadoras”, representadas pela Associação do Comércio (A TRIBUNA, 25/01/1920). A urucubaca na qual as administrações locais teriam se metido caberia às alianças feitas com o “matreiro senhor de Capim-Branco”, Francisco Sales, relação de vassalagem que “enfeudou” São João, há 20 anos na órbita do senador de Lavras. Aqui quem fala é Basílio de Magalhães, já diretor da *Tribuna*. Como exemplo de má gestão dava as obras de água e esgoto, de enorme dispêndio e resultados irrisórios, incompletas, mal feitas e que poderiam causar febres e epidemias (A TRIBUNA, 14/03/1920).

Se o *S. João d’El-Rey*, surgido para defender os interesses políticos do grupo de Odilon de Andrade, mostrava os avanços e conquistas (O S. JOÃO D’EL-REY, 25/03/1920), a *Tribuna*, basilista desde o início de 1920, ressaltava a má gestão e a demora na finalização dos trabalhos, se baseando no fato de a administração vigente não ter conseguido resolver o problema fulcral de São João del-Rei, a sua falta de higiene e saneamento (A TRIBUNA, 01/08/1920). Por isso, sendo tema tão antigo quanto poderoso politicamente, não é de se surpreender que nas promessas de Basílio de Magalhães para sua gestão a questão do saneamento figurasse entre os primeiros pontos a remodelação e remate dos serviços de água e esgoto e higienização da cidade e do Município (A TRIBUNA, 13/08/1922). As perdas políticas de Odilon de Andrade com uma obra vultosa e de resultados ainda pouco expressivos foram consideráveis, situação que se tornou ainda mais grave diante do rompimento com Arthur Bernardes e Raul Soares. Já pelo lado de Basílio de Magalhães, seria importante simbolicamente ser reconhecido como o homem que pôde finalmente dar cabo do problema da higiene de São João del-Rei, inaugurando a sua obra mais fundamental. A bem da verdade, a luta pela “paternidade” do

empreendimento tinha o seu valor como arma política, tanto mais que o seu legado ainda era disputado várias décadas depois: Augusto Viegas, ao escrever sua obra memorialística *Notícia de São João del-Rei*, cravava os anos de 1915 e 1916 como os de entrega à população dos serviços de fornecimento de água potável e do sistema de esgotos, convenientemente apagando de seu trabalho o fato de que só anos depois (e não na sua administração) é que tais obras puderam finalmente ser concluídas<sup>145</sup>.

De qualquer modo, os ônus foram muito pesados. Segundo o diretor da *Tribuna*, escrevendo em 1922, a conclusão dos dois serviços ainda demandaria perto de mil contos de réis, devendo a Câmara despender outros 200 contos para o remate de ambas (A TRIBUNA, 12/11/1922). 5000 contos teria gasto a Edilidade de 1913 até 1922. “Utopia” até aquele momento, a higiene em São João teria nova configuração com a chegada ao poder dos baselistas, garantia o periódico (A TRIBUNA, 31/12/1922). Nova era de animação sob o governo de Basílio de Magalhães: um ano depois da ascensão de Magalhães e seu grupo, Tancredo Braga fazia reviver aquelas mesmas falas que sempre surgiam ao despontar de um novo líder. As obras pululavam; e não era por conta de empréstimo algum, porque a Municipalidade teria agora os cofres cheios, o orçamento aumentado. “A cidade era suja. Hoje está limpa.//S. João del-Rei é uma moça bonita, que estava doente e triste.//Há um ano, mudou de médico. Que diferença!” (A TRIBUNA, 06/01/1924).

Em conclusão, ainda que fosse ponto central nas discussões sobre as obras de infraestrutura em São João del-Rei, seus “melhoramentos”, a questão do abastecimento de água e da rede de esgotos se prolongou por anos – décadas, se formos remontar aos primeiros projetos. Ainda que esses serviços fossem considerados essenciais para o desenvolvimento local, tendo bônus econômicos, políticos e simbólicos, sua implementação se deu sob uma série de dificuldades. Adversidades quase sempre ligadas a falta de um planejamento sistemático e de recursos financeiros, sem contar os embates políticos, a despeito da urgência de sua resolução, como queriam as falas antes analisados.

O progresso, a adequação de São João ao anseios modernizadores, apesar de discurso vivo, não se fez de súbito ou de acordo com uma ferocidade e

---

145VIEGAS, op. cit., p. 79-80.

velocidade ímpares, como na Capital Federal ou em São Paulo, cidades, é certo, dotadas de maiores recursos. Se era consenso entre as elites sanjoanenses, elas divergiam nos meios de sua plena realização. Topavam com dificuldades financeiras, burocráticas. Problemas até mesmo nas obras, ora em gestões equivocadas, ora em tentativas de economia nos gastos, que ao largo dos projetos, causavam prejuízo nos próprios serviços. Além disso, as obras não deixavam de servir como elemento discursivo ou instrumento político nas guerras pelo poder, como se verificou nas longas batalhas entre “sujos” e “limpos”, num primeiro momento, e depois em relação à vultosa dívida acumulada pela Câmara para a conclusão do moroso empreendimento.

De forma que, se temos que analisar a retórica e as demandas do progresso e da civilização de acordo com os contextos locais, a modernização, as intervenções urbanas devem também seguir o mesmo princípio. No caso sanjoanense, a questão da água e esgotos é exemplar. A realização do projeto obedeceu a fatores os mais diversos, influenciando na qualidade das obras ou mesmo retardando e impossibilitando a sua conclusão. Na complexidade da implementação de algo que era um consenso que resulta a relevância desta análise. O ideal cartesiano do progresso, tão caro àquela época, encontrava seus limites na intrincada humanidade de seus propugnadores.

### **3.1.5. Para longe da cidade: Cemitério e Matadouro**

De acordo com os preceitos da medicina social, incorporados pelos discursos sobre a cidade que integram as presentes fontes, os aglomerados urbanos produziram, pela sua própria dinâmica inerente, todo tipo de detritos que, se não tratados, causariam prejuízos à mesma população que os gerava. A solução seria o fluxo das matérias, preceito básico dessa higiene. Fluxo e remoção constante. A limpeza pública das ruas, a coleta do lixo para ser despejado longe dos aglomerados também se inscrevem nesses preceitos. Em São João del-Rei, a Praia servia para tal fim, como já assinalado. Ela, o riacho da Misericórdia, o da Água Limpa. As carroças que percorriam as vias catando a sujeira, por sua vez, depositavam as imundícies bem longe do centro, no encontro do Lenheiro com o córrego da Água Limpa. Segundo a *Nota*, “milhares” de corvos as esperavam. O diário então pedia a

Odilon que o lixo fosse despejado em outro ponto, “onde não há ninguém e onde não haja transeuntes” (A NOTA, 15/06/1917). E mesmo as disposições do Código de Posturas referentes ao tema encontravam a oposição dos moradores no dia a dia da cidade: a Câmara, além do ponto de desembocadura da Água Limpa no Lenheiro, deveria despejar os detritos produzidos pela população em lugares como Buraquinho, Segredo “e nas minas antigas, conhecidas por *betas*, da serra atrás do Carmo [grifos no original]”<sup>146</sup>. Perto de habitações humanas, de gente pobre, é certo, mas a sofrer com os dissabores de um lixão nas vizinhanças (A TRIBUNA, 04/06/1916). Assim, conforme cresciam os aglomerados urbanos, os pontos de concentração de seus despejos deveriam ser transferidos para mais longe, onde não pudessem afetar a saúde e a sensibilidade visual e olfativa das pessoas. Esta é a questão que tratarei aqui: como o desenvolvimento da cidade, sua expansão – assuntos que serão apropriadamente discutidos à frente –, levavam a rotineiros debates sobre a necessidade de afastar, e para pontos cada vez mais distantes, os resíduos produzidos pela população.

Mas aqui há certos tipos de espaços criadores de dejetos que estavam intrinsecamente ligados à vida das populações e que não poderiam ser simplesmente suprimidos, porque parte ou da reprodução material da existência nas cidades ou da vida simbólica dos habitantes. É o caso, por exemplo do abatedouro, fonte de alimentos para os sanjoanenses, e dos cemitérios, lugares de vital importância para a religiosidade, para conexão com os antepassados e mesmo para a manutenção do *status* social, nas formas, práticas e gestos do descanso eterno, de diferenciação dentro das próprias elites, com suas confrarias e irmandades. O primeiro, relacionado à vida, o segundo à morte. Os dois com enormes impactos sobre o ambiente e, em última instância, sobre a saúde da população, porque ambos tratavam, ao fim e ao cabo, da produção e gestão das matérias orgânicas em decomposição. E conforme a cidade crescia e ia circundando os pontos em que antes se localizavam, aumentavam os debates sobre a necessidade de remoção desses espaços para outros pontos, onde a influência das matérias, por si só negativas, não se fizesse incidir sobre a população.

---

146SÃO JOÃO D'EL-REY, op. cit., p. 50.

O Código de Posturas de 1887 previa que cada freguesia da cidade tivesse seu próprio cemitério. Do mesmo modo, cada irmandade poderia contar com seu próprio lugar de enterramento, sob a condição de mantê-los sempre limpos<sup>147</sup>. Já a matança de animais, esta deveria ocorrer somente no Matadouro<sup>148</sup>. Acontece que até a década de 1890 não havia cemitério público e o Matadouro estava na parte urbana de São João del-Rei, perto das oficinas da Oeste de Minas. Junto da limpeza pública, a construção de um e da transferência do outro – os dois fora das vistas da população –, eram apontados pelo Dr. Azevedo na *Pátria Mineira* como condições primeiras para a solução do problema de higiene na cidade. Porque o matadouro “acha-se muito perto da cidade, quando deve estar pelo menos 100 metros de toda e qualquer habitação”. Fora as más condições em que era colocado o gado, a lama, o sangue mal lavado (A PÁTRIA MINEIRA, 10/04/1890). Quanto aos cemitérios, quando o Governo Provisório determinou a secularização de todos eles, o periódico republicano se colocou a favor da medida, argumentando que isso seria muito proveitoso, postos nas mãos da Municipalidade. Porque somente ela conseguiria se encarregar do “saneamento da morte”, obedecendo aos seus três fins: proteger os vivos, respeitar os mortos e garantir que não se enterrasse um vivo “sob sinais de morte aparente”. Se os ritos da morte não deixavam de obedecer às manifestações religiosas, somente a ciência médica seria aquela capaz de atestar o óbito, as boas condições de colocação dos cadáveres e a segurança dos que ficavam neste mundo (A PÁTRIA MINEIRA, 30/01/1890).

Desde a primeira metade do século XIX os enterramentos em São João del-Rei não ocorriam mais dentro das igrejas. Como atesta Cíntia Vivian Martins, as autoridades sanjoanenses estavam atentas aos debates higiênicos que ocorriam na Corte no período e não ficaram alheias aos seus desdobramentos. O crescimento da influência dos esculápios junto aos poderes públicos, bem como o desenvolvimento das epidemias, principalmente a de febre amarela no Rio de Janeiro em 1850, foram determinantes para a mudança quanto ao destino final dos defuntos<sup>149</sup>. Temia-se, como mostra Cláudia Rodrigues para o Rio de Janeiro, os miasmas exalados dos

147CÂMARA DE SÃO JOÃO D'EL-REY, op. cit., p. 5.

148Idem, p. 8.

149MARTINS, Cíntia Vivian. **O bem-aventurado morrer**: preparação para morte e ritos fúnebres em São João del-Rei no século XIX. Dissertação de Mestrado. UFSJ, São João del-Rei, 2015, p. 136-138.

cadáveres putrefatos, medo que na Corte se acentuou com o morticínio ocasionado pela epidemia de febre amarela no verão de 1849-1850<sup>150</sup>.

Com o tempo, os sepultamentos deixaram de ser feitos dentro dos templos e se concentraram no extramuros. Em 1830 ficou estabelecida a criação de um Cemitério Geral, junto à Matriz do Pilar, a ser cuidado pelas associações religiosas que lá tinham seus altares. Este depois foi fechado e em 1862 construído um novo, perto do Rosário. Ao longo dos anos, cada irmandade, cada confraria passou a ter seus próprios lugares de enterramento, erigidos em terrenos próximos aos templos. Assim, além do campo santo da Matriz, tinha-se o Cemitério do Carmo, do São Francisco, das Mercês, de São Gonçalo Garcia<sup>151</sup>.

Ora, no final do século XIX, houve um renovado debate em torno dos cemitérios. Antes a questão residia no fim dos enterramentos dentro das igrejas, coisa que segundo Martins se dera em bom termo entre a Câmara de São João e as irmandades, melhor até que em outros espaços do Brasil, onde o fim do sepultamento nos templos fora longamente postergado ou gerara revoltas – caso de Salvador<sup>152</sup>. Agora, na última década do Oitocentos, o problema se concentrava no fato de os cemitérios das associações religiosas se encontrarem dentro do espaço urbano. O mesmo discurso higiênico, que fora assimilado pelas irmandades e pela Câmara, levando à criação dos cemitérios extramuros, com a chegada da República questionava a própria colocação destes. Segundo o redator da *Pátria Mineira*, os cemitérios sanjoanenses eram todos situados no alto, “à moda japonesa”, contaminando as águas e o solo, dando exemplo das doenças provocadas a febre tifoide que grassou no distrito de Cajuru. Surto atribuído à contaminação do poço que abastecia a população pela sua proximidade com o cemitério local, implantado no alto. Recomendava sua colocação fora dos limites da cidade, entre 1000 e 1500 metros, em terreno seco e com ventos que não se dirigissem para a área urbana. Deveria ainda ser separado por uma zona arborizada. Dava mesmo as condições de profundidade das covas e inumação dos corpos (A PÁTRIA MINEIRA, 30/01/1890).

---

150RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 53-59.

151MARTINS, op. cit., p. 139-142.

152Idem, p. 142-144.

Sob a Intendência de Sebastião Sette, o Ministro de Interior havia mandado uma verba de 20 contos para o saneamento da cidade. Sette decidira empregar o dinheiro na remoção dos antigos cemitérios e na construção de um novo, “de harmonia com higiene moderna”. “Veritas”, o Dr. Afonso de Azevedo, pedia um estudo do terreno, dos lençóis d’água que correriam pelo subsolo, dentre outras medidas, separando a “cidade dos mortos” da “dos vivos”. Se no diagnóstico do redator da *Pátria* ficava implícito que as irmandades seriam incapazes de reger um cemitério, Azevedo, em seu texto, buscava uma contemporização, porque, para o médico, a remoção seria feita sem que houvesse necessidade “de ferir crenças, nem escandalizar consciências”. Cada associação teria seu pedaço de terreno, mas estariam sujeitas à fiscalização municipal, “para que haja um plano uniforme e científico” (A PÁTRIA MINEIRA, 11/09/1890).

Quanto ao Matadouro, o Dr. Azevedo sugeria a sua transferência para perto do rio que passava no Quicumbi (A PÁTRIA MINEIRA, 10/04/1890) – era o riacho da Água Limpa. Assim, o lugar de abate finalmente corresponderia aos princípios dessa medicina que prezava pela movimentação dos elementos, porque o sangue, os dejetos da matança das rezes, poderiam fluir água abaixo, cada vez mais distante da população. O colunista “Tik Tak”, na *Opinião*, muitos anos depois, dava voz para Sebastião Sette num diálogo entre este e o colaborador do periódico, versando sobre as obras do primeiro na sua época de intendente. Embora o nome do republicano histórico seja ocultado, sabemos de quem se trata pelo seu aspecto físico e pela relação de sua vida pública. Sette, nesse momento, escamoteava o seu antigo conflito com Elói Reis e discorria acerca do trabalho que os dois fizeram na Intendência. Por ele ficamos sabendo que as águas servidas do Matadouro Público foram encanadas para serem lançadas no Lenheiro. Só que almejava mais, a remoção do espaço de abate para outro ponto, o que não teria sido possível por sua demissão do cargo (A OPINIÃO, 04/12/1907).

De fato, nem o Cemitério fora construído, nem o Matadouro reinstalado nessa primeira metade da década de 1890. Quando Leite de Castro assumiu, os dois problemas estavam novamente em pauta. A Chácara do Quicumbi, situada num terreno para além da Fábrica da Companhia Sanjoanense e no caminho para a Colônia do Marçal, havia sido o ponto escolhido para a colocação de um cemitério

pela Câmara passada, no ano anterior. O Cemitério do Quicumbi, depois conhecido como “da Fábrica”, pela sua proximidade com a região fabril, passou a abrigar os sepultamentos que antes se realizavam no campo da Santa Casa, que fora fechado (O RESISTENTE, 03/02/1898). De acordo com Sebastião Cintra, reproduzindo texto da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei, a instituição decidira transferir seus enterramentos para o Cemitério da Fábrica pelo fato de o campo-santo da Misericórdia ter “âmbito muito diminuto – por demais saturado já não comporta enterramentos”. Além disso, havia o fato de que em Janeiro de 1898 se inauguraria o Colégio de Nossa Senhora das Dores, voltado para meninas, não podendo “continuar vizinho deste estabelecimento o cemitério”<sup>153</sup>. Vemos que o medo dos miasmas determinou, em parte, o pedido para a mudança do local de inumações, haja vista que as exalações seriam prejudiciais às garotas do Colégio, próximo que estava das dependências da Santa Casa. A escolha da localização não agradou ao *Resistente*. Colocado às portas de São João, próximo a uma crescente colônia, teria “os mesmos inconvenientes que no centro da cidade”, pedindo, por isso, estudos para a sua instalação em outro ponto (O RESISTENTE, 28/10/1897). Não se contentava com o parecer da Câmara feito por “dois ou três distintos médicos”, querendo maiores informações sobre o terreno e o regime dos ventos. Fora isso, haveria a má impressão causada aos forasteiros, contrariando “os princípios de civilização e elevada preocupação moderna” (O RESISTENTE, 11/11/1897).

Os protestos do *Resistente* não foram suficientes e os sepultamentos tiveram início. A folha de Sanzio temia que o alto fluxo de inumações no novo cemitério da Santa Casa compromettesse a saúde pública porque considerava seu terreno muito pequeno. Pequeno também era o campo-santo das Mercês, “diminutíssimo em tamanho para satisfazer às necessidades daquela irmandade, uma das maiores senão a maior de S. João d’El-Rei, pelo número de seus confrades”. Não haveria nele espaço para novos sepultamentos, existindo, inclusive, corpos expostos, mal sepultados. À essa situação atribuíam as febres que adoentavam as vizinhanças (O RESISTENTE, 10/02/1898). O Padre João Pimentel, capelão da Confraria, respondeu no mesmo periódico as acusações feitas, tomando todas como

---

153CINTRA, 1982b, p. 499.

infundadas; as febres na região, a propósito, teriam origem nos chiqueiros e fossas e não no cemitério (O RESISTENTE, 24/02/1898). Os miasmas eram os dos outros.

Na mesma edição do *Resistente* que discorria sobre os cemitérios das Fábricas e das Mercês, temos a informação de que o Delegado de Higiene do Município garantia que a Câmara estudava a construção de um Cemitério Público (O RESISTENTE, 10/02/1898). De fato, um dia antes da publicação do número, a Edilidade aprovara lei desapropriando o terreno da Chácara do Quicumbi para a instalação de um lazareto e do Cemitério Municipal (O RESISTENTE: 11/03/1898). O mesmo espaço onde até pouco tempo antes eram enterrados os mortos da Santa Casa. Uma hipótese: a Câmara se aproveitou de um terreno já conhecido e analisado e que já contava com sepultamentos, se poupando dos ônus de novos estudos para a aquisição de um outro pedaço de terra, cabendo somente a sua adequação para um volume maior de enterramentos. A construção, colocada em hasta pública, havia sido iniciada em 1899, sendo o Cemitério Público abençoado em fins do mesmo ano. Ficara dividido em quatro partes iguais, três delas destinadas a católicos, a serem consagradas por uma autoridade eclesiástica, e uma outra aos acatólicos, separada do resto por um muro de pedra (S. JOÃO D'EL-REY, 04/11/1899). O Governo Provisório pode até ter secularizado os cemitérios e promulgado o Estado Laico, com um tratamento de igualdade entre as religiões. Em São João del-Rei, cidade orgulhosamente católica, o privilégio dos seguidores do Papa se manteve no momento da morte, isolando, fisicamente, inclusive, as outras manifestações de fé.

De modo que, com um único cemitério público localizado nos arredores, a iniciativa das Posturas de dotar cada freguesia da cidade com um próprio ficava para trás. É provável que isso se desse por questões financeiras, tema amplamente discutido anteriormente. Olhando pelo aspecto social, o Quicumbi era então um campo de “segunda classe”, a última morada dos que não manifestavam a religião católica e daqueles que não faziam parte das prestigiosas associações religiosas de São João del-Rei, que mantiveram seus próprios cemitérios, intocados, no seio da cidade. Apesar do desejo do pessoal da *Pátria Mineira*, por exemplo, em eliminar todos os sepultamentos dentro do perímetro urbano, com o fechamento dos terrenos das ordens, irmandades e confrarias, é de se crer que a posição social e o poder de

ingerência de seus membros junto aos negócios públicos influíram na questão, impedindo a concretização desse projeto. As considerações higiênicas que pautavam a reprovação da instalação do cemitério da Santa Casa na região das Fábricas não se estenderam, nesse caso, sobre a remoção dos cemitérios das associações e não houve sequer discussão no *Resistente* sobre o assunto, com exceção daquela encetada em torno do cemitério das Mercês. Não sabemos o conteúdo do tal parecer dos médicos em torno da escolha da Chácara do Quicumbi e se o documento versou sobre os campos santos na cidade, para além, talvez daquele da Santa Casa. Fato é que mais tarde a criação do Cemitério Municipal se tornou uma das obras elogiadas pelo *Resistente* na relação dos empreendimentos realizados por Leite de Castro no início de sua gestão (O RESISTENTE, 17/03/1898). Aqui a preocupação com a saúde pública, que antes se dava quando o terreno abrigava os mortos da Santa Casa, não mais aparece.

Com o passar dos anos, não houve mais discussões sobre criação de novos cemitérios e fechamento daqueles já existentes. O Cemitério da Fábrica, inclusive, existe até hoje, agora cercado de casas. O mesmo se diz para muitos dos campos santos das associações religiosas. Quando há alusões nos periódicos, é pedindo maiores cuidados, o respeito aos cadáveres e a questão estética figurando ao lado das preocupações higiênicas. O *Repórter*, por exemplo, em texto sobre a instalação do novo Matadouro, apesar de garantir que o Cemitério do Quicumbi ficasse sobre um lençol d'água, atestando a falta de critério de quem o edificou, não pedia seu fechamento ou transferência (O REPÓRTER, 04/07/1912). Chamava a atenção para o matagal do Cemitério do Rosário e o lixo que se acumulava nos arredores dele e do Cemitério da Fábrica (O REPÓRTER, 14/05/1911). Falta de cuidado, para o *Dia*, que ia em confronto com os foros de cidade religiosa de São João, de povo "sempre generoso e respeitador das tradições de nossos maiores". Em consideração aos mortos, pedia aos membros da Confraria da Boa Morte e das Irmandades das Almas e do Sacramento, que também faziam sepultamentos dos seus no Cemitério da Fábrica, providências contra o descaso em que se achava, coberto de matagal (O DIA, 24/01/1913). Além do mato, os desenterramentos mal feitos, que deixavam expostos os ossos, a ponto de crianças andarem descalças sobre os restos humanos. Desrespeito aos cadáveres e perigo de infecção, no parecer da *Tribuna* (A

TRIBUNA, 25/12/1921). Quanto aos campos santos das poderosas associações, sendo eles uma realidade, cabia somente sua adequação às disposições pedidas pela Câmara. É o caso do Cemitério da Ordem 3ª de São Francisco, que teve da Edilidade em 1907 permissão para algumas reformas e sua ampliação, cabendo, porém o respeito a algumas disposições, dentre as quais a proibição de novos enterramentos na área cedida, servindo somente a mausóleos e jazigos perpétuos de ossos. Caso houvesse o não cumprimento, a administração do cemitério passaria à Câmara (O REPÓRTER, 18/08/1907). Observamos aqui que, apesar da força das associações leigas para manterem intactos os seus espaços para os mortos, isso não significava um controle absoluto sobre eles, pois a Municipalidade ainda poderia ter a possibilidade de intervenção, caso fossem descumpridos os preceitos higiênicos.

Voltemos ao problema do Matadouro e ao ano de 1898. A Câmara projetava a sua transferência, lançando resolução autorizando estudos sobre o orçamento necessário (O RESISTENTE, 10/03/1898). O plano não teve continuidade e os debates sobre a realocação desse espaço só retornaram aos periódicos quase uma década depois; ínterim entremeado de alusões quanto ao seu precário estado higiênico, pequeno, fétido, coberto de bosta e sangue, e à qualidade das rezes abatidas, fracas ou doentes. E sem contar o transporte da carne verde, nada aseado, com graves consequências para a saúde da população sanjoanense (A OPINIÃO, 04/09/1907).

Em 1908 a Câmara volta ao assunto da criação de um novo Matadouro, o “Matadouro Modelo”, abrindo edital para recebimento de propostas de construção e arrendamento (A OPINIÃO, 03/06/1908). A iniciativa foi elogiada pela *Opinião*, embora pedisse que a medida fosse postergada em benefício das obras dos esgotos, de maior urgência e que, naquele momento, se encontravam interrompidas, ainda que o matadouro existente fosse considerado “indigno de uma cidade como a nossa”. Segundo o periódico, as obras do Matadouro Modelo custariam 30:000\$000 (A OPINIÃO, 06/06/1908). Como vimos, os serviços de construção de esgotos estavam parados justamente pela falta de dinheiro da Câmara. E, a bem da verdade, a proposta foi sustada. Porque em 1910, o *Repórter* reproduzia texto do *Democrata*, cujo autor afirmava estar negativamente surpreso pelo fato de encontrar o mal

cuidado Matadouro da “cultua” e “florescente cidade mineira” na entrada do Matosinhos, perto das oficinas da Oeste. O periódico sanjoanense confirmava a situação, recordando as muitas vezes em que reclamara contra a sua existência, “uma das muitas belezas da nossa municipalidade”, e que rebaixaria São João “à última classe”, apresentando “aos visitantes o luxuriante aspecto de uma fazenda de criar” (O REPÓRTER, 26/05/1910). Próximo que estava da cidade, constituiria não somente um flagrante atentado à higiene pública, mas um verdadeiro problema estético. Pois fazendo lembrar o mundo rural, um mundo arcaico, se tornava um empecilho para a manutenção da cidade como um ambiente civilizado e atento ao que havia então de mais urbano e progressista. Afastar o Matadouro era, dessa forma, uma necessidade sanitária e uma demanda simbólica.

Nesse mesmo ano a Câmara confirmara a transferência do Matadouro para as margens do Córrego da Água Limpa, para cima das pontes. O *Repórter*, desconfiado de qualquer medida da administração de Leite de Castro/Gonçalves Coelho, se perguntava com que dinheiro se consumaria a obra, já que aquela tentativa de empréstimo em 1910 não tivera êxito (O REPÓRTER, 09/06/1910). A folha, além disso, elencava outro problema: construído o Matadouro Modelo no lugar estipulado, a população que morava nas vizinhanças do córrego seria prejudicada. Porque as águas que escoariam de lá contaminariam o riacho, muito utilizado por lavadeiras e banhistas e também para o próprio abastecimento dos moradores. Se a decisão era afastar o estabelecimento do aglomerado urbano central, o local indicado era impróprio; a cidade também crescia naquela região, as ruas convergindo, “em seu aumento natural”, para a Praça Pedro Paulo, “destina a transforma-se, em pouco tempo, em centro urbano”. Sugeriu então outros pontos: as “margens da linha que segue para Oliveira, no Quicumbi, na barra do Lenheiro com o Rio das Mortes, ou então, nas margens do ramal das Águas Santas” (O REPÓRTER, 24/07/1910). A Câmara, em solução ao imbróglio, intencionava canalizar, por meio de manilhas, as águas que saíam do Matadouro até o ponto em que o córrego da Água Limpa se encontrava com a Praia, de modo que fosse possível manter a localização escolhida para ele (O REPÓRTER, 18/08/1910).

Enquanto as obras do Matadouro Modelo tinham prosseguimento, a situação do antigo se mantinha a mesma. A ponto de o *Repórter* querer tirar uma fotografia do

espaço, antes que fosse destruído, “a fim de que os vindouros fiquem conhecendo o *chiqueiro* [grifos no original]”. Do mesmo modo, a carne vendida seria um horror e o periódico tecia comparações com outras cidades, como Juiz de Fora e Belo Horizonte, onde o comércio desse alimento seria feito com maior esmero (O REPÓRTER, 07/05/1911).

Em 1912, o tal Matadouro Modelo foi abençoado no “futuroso bairro Chagas Dória” em cerimônia presidida por Odilon de Andrade, com a presença de pessoas gradas e de representantes da imprensa (O REPÓRTER, 02/06/1912). Para fazer jus ao nome de “Modelo”, a Câmara publicara uma série de disposições que regulamentavam o estabelecimento, prezando sempre pela higiene do espaço, a qualidade do gado abatido, cada espécime em um curral separado e que somente lá poderia ser morto. Publicidade da entrada das rezes; limite no número de animais nos currais, submetidos a exames diários por profissional competente; transporte das carnes feito unicamente em carroças da Câmara; regulamentação sobre a localização, o espaço e a disposição das peças de carne nos açougues, tudo isso ficava estipulado em lei (O DIA, 31/03/1912; 02/04/1912; 03/04/1912). Mesmo assim o *Repórter* se mantinha insatisfeito. Comparava a má escolha da localização, junto a Água Limpa, à péssima decisão daqueles que colocaram o Cemitério no Quicumbi, este sobre um curso d’água – ambos em terrenos impróprios. Acusava Antônio Gonçalves Coelho de não ter ouvido nem o clamor da imprensa, nem a opinião dos médicos ou os argumentos dos colegas vereadores, de modo que lançava dúvidas se o estabelecimento causaria prejuízos à saúde dos moradores e à salubridade do Matosinhos. Com a chegada de Odilon de Andrade ao poder, pedia que o novo Administrador Municipal fizesse mais estudos, com médicos e engenheiros (O REPÓRTER, 04/07/1912).

E mesmo que o Matadouro Modelo estivesse pronto, o velho continuava em funcionamento, com as críticas de sempre, sem que se efetivasse a transferência. A sua definitiva inauguração ocorreu somente em 1913, um ano depois do prazo estipulado (O DIA, 29/05/1913). O *Dia* elogiava o seu “completo asseio e limpeza”, elementos que faltariam ao antigo, colocado junto à linha férrea, sem qualquer cuidado, “constituindo uma vergonha para a nossa civilização” (O DIA, 06/06/1913). Nos anos subsequentes, os aplausos foram logo postos de lado. Pelo resto do

recorte desta pesquisa permaneceram as críticas e reclamações costumeiras quanto às condições de abate, à falta de higiene no transporte e à qualidade da carne verde. A *Nota* contava o caso de um cavalheiro do Rio que, de repouso em São João del-Rei, desejava conhecer o Matadouro Municipal, por notar grande diferença na carne que se consumia na cidade. Saiu de lá horrorizado, pasmo com o espetáculo das rezes magérrimas, prontas para serem abatidas. Tão logo chegou em casa, ajustou as contas com o seu fornecedor de carne. E, dessa forma, comentava o enojado carioca: “Meu amigo, o nosso Matadouro de Santa Cruz comparado com este é brinco, é uma joia!” (A NOTA, 15/06/1917).

### 3.2. Interlúdio: as águas da Praia

Entender as representações, os usos cotidianos e as intervenções feitas no córrego do Lenheiro podem servir com um elemento de transição neste trabalho: passagem da questão da higiene, objeto de primazia nos discursos das fontes para a solução de problemas que se ligavam à questão viária e de ocupação do espaço, não menos importantes. A Praia, apelido consagrado do córrego, é um elemento de grande importância na paisagem sanjoanense e na relação que os moradores estabeleciam com a cidade. Porque, como vimos, origem de preocupações higiênicas, servia de depósito e escoadouro para os dejetos produzidos, bem como de divisor espacial, cortando a cidade em duas partes, a baixa e a alta, e determinando ainda os limites da ocupação territorial – questão que, com o tempo, foi resolvida pelo alargamento do perímetro urbano de São João del-Rei, graças, em parte, à superação dessa mesma fronteira espacial. O arraial de Nossa Senhora do Pilar de Tomé Portes del-Rei surgiu das margens do Lenheiro e de suas margens a futura São João se espalhou.

Embora a Praia tenha aparecido, até agora, em vários momentos ao longo deste trabalho, ora como parte do cenário, ora como uma entre muitas adversidades a serem superadas, até o momento não mereceu o devido destaque. Seguindo a argumentação de Donald Woster, não se pode fazer a História, a ciência dos homens no tempo, sem levar em consideração o fato de que a experiência humana é indissociável de restrições naturais as mais diversas<sup>154</sup>. Não é simples cenário do

---

154WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 199.

desenrolar desse drama; é parte integrante do enredo. Influencia o campo de ação dos nossos sujeitos, obrigados a considerar o ambiente nas variáveis de seus cálculos. Onde que a natureza não é um conceito dado, mas algo construído, cujo significado é atribuído de modo diferente nas diversas sociedades. Ao que se faz necessário inquirir as representações construídas em torno desse mundo natural, que está além e engloba o ser humano – atua com ele. Com isso, compreender como essas mesmas imagens contribuíram para as práticas sociais, de acordo com Regina Horta Duarte<sup>155</sup>.

Portanto, entender as representações dadas ao Lenheiro e aos outros cursos d'água que singravam a São João del-Rei daquela época, os usos que a população deles fazia, os problemas enfrentados, a relação, enfim, entre o homem e a Praia, são fundamentais para se compreender os diagnósticos feitos e as soluções propostas. De sorte que o resultado seja esclarecer porque as intervenções sobre esses elementos da paisagem sanjoanense se deram de determinada maneira, porque foram consideradas certas estratégias e soluções e não outras. Não se trata aqui de censurar a gente do antigamente pelo modo como convivia o ambiente, impacto hoje por nós ainda percebido, mas assimilar a lógica que permeava a sua ação – respostas a problemas de uma época com um arcabouço de soluções que aquele contexto tinha a oferecer.

Um primeiro ponto, por conseguinte, é compreender a geografia do Lenheiro e a maneira como o espaço em torno dele foi ocupado e utilizado pela população de São João del-Rei ao longo do tempo. Processo cujas consequências formaram o caldo de preocupações dos nossos sujeitos. A bacia do córrego do Lenheiro se situa na mesoregião do Campos das Vertentes. Nascendo na Serra do Lenheiro, vai desaguar no rio das Mortes<sup>156</sup>. Pelo caminho é alimentado por alguns afluentes: Rio Acima, Água Limpa e Águas Férreas; seu curso se estende por uns seis quilômetros. A serra do Lenheiro faz parte da bacia do Rio das Mortes, geologicamente continuação da Serra de São José. Seu nome tem origem no corte

155DUARTE, Regina Horta. Por um ambiente ambiental histórico: o caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, 41:2, 2005, p. 154-157.

156RESENDE, Thais Ferreira; ALMEIDA, Gustavo Pyra; NEGREIROS, André Batista. Caracterização Geocológica e Análise de Fragmentos da Bacia do Córrego do Lenheiro, São João Del-Rei – MG. **Continentes**, Seropédica, [S.I.], n. 6, p. 68-82, jan. 2015. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/71>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

de madeira dos arbustos da localidade. Pedra e ouro foram também objeto de atividades extrativistas ao longo de sua história<sup>157</sup>.

Desde o final do século XVII, a Serra do Lenheiro, nos entornos do Arraial de Nossa Senhora do Pilar, se tornou palco da exploração aurífera. De acordo com Roberto Maldos, da serra desciam os caminhos em direção à Praia, de onde seguiam duas estradas diferentes, ambas para o Rio das Mortes. As primeiras áreas de povoação do arraial se situavam nas fraldas dos morros, mas, no decorrer do Setecentos, a parte baixa, do outro lado do riacho, foi progressivamente ocupada. Charcos e lagos foram suprimidos. Córregos antes existentes nos morros de São João desapareceram. Novos espaços ao longo do Lenheiro foram abertos durante os séculos XVIII e XIX. Áreas nos arredores tornaram-se habitáveis. Como destaca o autor, a ocupação de São João del-Rei se operou tendo em vista a proximidade com os caminhos secundários e com aquele principal, o do Lenheiro, sempre em busca dos melhores pontos de abastecimento de água<sup>158</sup>. O mapa a seguir mostra como se deu o processo de ocupação da bacia do córrego do Lenheiro ao longo dos séculos (FIGURA 8).

---

157TAVARES, Roberto Rômulo Braga. **Serra do Lenheiro em São João del-Rei como atrativo ecoturístico**: um estudo de caso. Curso de Turismo, IPTAN, São João Del-rei, 2011. Disponível em: [http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes\\_interdisciplinares/pdf/revista07/SERRA\\_DO\\_LENHEIRO\\_EM\\_SAO\\_JOAO\\_DEL\\_REI.pdf](http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista07/SERRA_DO_LENHEIRO_EM_SAO_JOAO_DEL_REI.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

158MALDOS, op. cit.

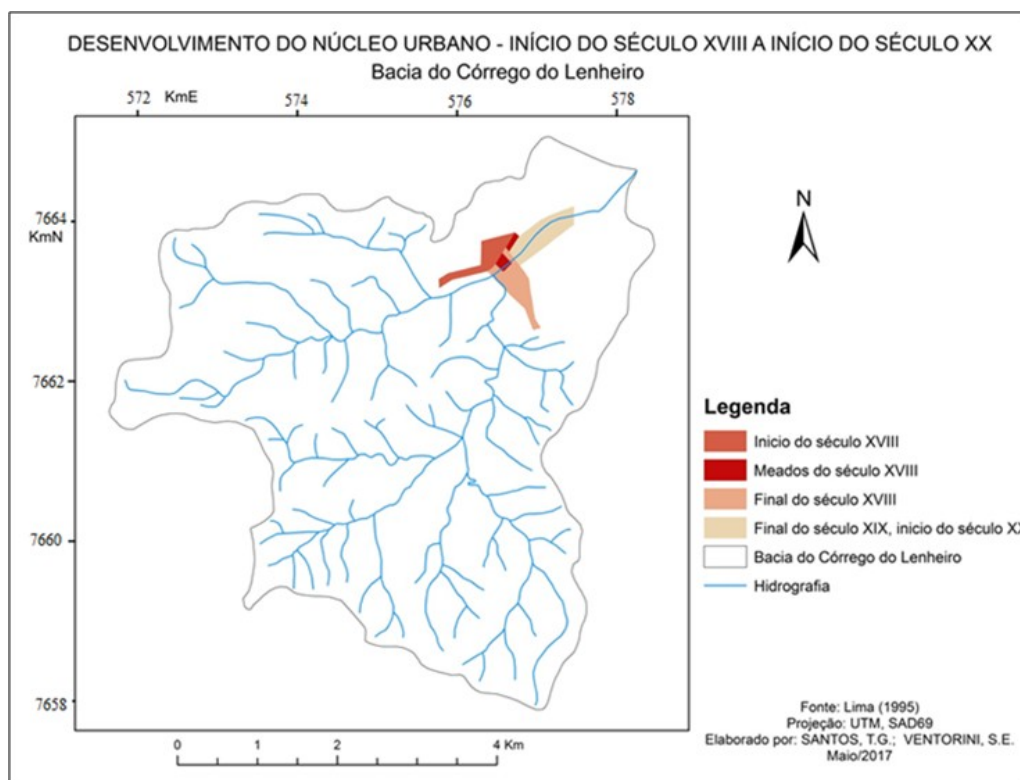


FIGURA 8: Mapa da ocupação urbana da bacia do córrego do Lenheiro entre os séculos XVIII e XX (FONTE: <<https://ufsj.edu.br/porta12-repositorio/File/bdgc/Mapa1.png>>).

Desde pelo menos o século XIX a área urbana sofria com chuvas e inundações. A Praia servia como destino final dos dejetos produzidos pela população<sup>159</sup>. Com as margens progressivamente povoadas, com a vegetação destruída para subsistência e ocupação – para lenha e madeira para construções, para a mineração na serra, para todo tipo de atividade, enfim –, como exercesse o papel de depósito dos detritos gerados pelos sanjoanenses, a situação provavelmente era agravada por esses fatores, como destacam os estudos sobre o tema<sup>160</sup>. Com o fim de atrair veranistas, a crônica de José Orton, publicada no *Repórter*, apesar de procurar ressaltar a beleza do Lenheiro, não esconde a devastação vegetal de seu curso, já que não cita outras espécies vegetais além de gramíneas cobrindo suas bordas: “riozinho” que era “beleza natural” na paisagem sanjoanense, “indizivelmente lindo”, “por entre margens revestidas do verde mais vivo e grato” (O REPÓRTER, 09/02/1908).

<sup>159</sup>Idem.

<sup>160</sup>TUCCI, Carlos E. M. **Inundações Urbanas**. Processos de Urbanização, Porto Alegre, 2007.

Disponível em: <<http://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/drenagem1.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

Fotografias antigas do curso d'água mostram uma área bastante degradada, sem abrigo vegetal – um largo espaço entre as margens do curso d'água coberto unicamente por terra, areia, pedras e grama rasteira. Como exemplo, apresento algumas imagens da região central da cidade. A primeira delas é uma fotografia feita na época da passagem de D. Pedro II por São João del-Rei, por ocasião da inauguração da E. F. Oeste de Minas, em 1881 (FIGURA 9). É uma vista da ponte da Cadeia, tendo por fundo o arco comemorativo do evento, a partir do que hoje é a atual avenida Eduardo Magalhães, trecho da antiga rua Voluntários da Pátria. Um carro de bois atravessa o caminho, ainda de terra. Do outro lado se vê parte do cais. As margens do Lenheiro são cobertas por uma baixa vegetação. O curso, bastante acidentado, é tomado de pedras e parece ter terra barrenta. Vemos que a água, incontida, quase bate na amurada, em pontos à frente. Como a ferrovia foi inaugurada em fins de Agosto de 1881, a foto foi tirada em plena época de estiagem, daí resultando a baixa do nível das águas, do que decorre a presença de alguns poços e a visão do leito pedregoso e barrento.



FIGURA 9 – Vista da Ponte da Cadeia e do Arco comemorativo da passagem do imperador D. Pedro II por São João em 1881 para a inauguração da Oeste de Minas (FONTE: Acervo fotográfico do Museu Regional de São João del-Rei).

A segunda imagem é uma colagem de três fotografias do final do século XIX, mostrando as áreas hoje ocupadas pela Hermílio Alves, de um lado, local onde foi

tirada a fotografia, e a atual Avenida Tancredo Neves, antiga Rui Barbosa, antiga Carneiro Felipe e, no momento em que a imagem foi feita, rua Paiçandu (FIGURA 10). Vemos um terreno plano, de moradias baixas, lotes vagos, fundos de casas dando para o córrego desmatado e sem os muros de proteção, existentes somente em parte da região ocupada pela ponte da Cadeia (o prédio alto da esquerda é a fachada lateral do edifício da Câmara e Cadeia). O que sugere que ainda não havia as condições necessárias para a construção de moradias com segurança diante das cheias.



FIGURA 10 – Colagem de fotografias do trecho das atuais ruas Hermílio Alves e Avenida Tancredo Neves em fins do século XIX (FONTE: Acervo fotográfico do Museu Regional de São João del-Rei).

A outra é um recorte de uma panorâmica feita pelo italiano André Bello, no início da década de 1910. Destaquei o trecho do Lenheiro que é cortado pela ponte do Rosário e segue para o Tijuco, o caminho que sai da Biquinha e se encontra com a rua General Osório. Uma ampla faixa de terra plana sem cobertura vegetal, um caminho seguindo para uma das margens do Lenheiro, que faz uma curva, perto de onde é limitada pelo cais (FIGURA 11). Desse modo, o fluxo da correnteza, nos períodos das chuvas se tornava mais forte e a área de sua abrangência maior, o que é agravado pelo fato de o lugar de confluência do córrego do Rio Acima com a Praia se encontrar perto desse ponto. O que, em última instância, significava problemas para a ocupação de terrenos mais fronteiriços ao Lenheiro.



FIGURA 11 – Trecho do córrego do Lenheiro na rua General Osório no começo do século XX (FONTE: Acervo fotográfico do Museu Regional de São João del-Rei).

As enchentes do Lenheiro eram uma preocupação das autoridades municipais há muito tempo. Medida comum para conter o furor das águas era a construção do cais, os muros de pedra que margeavam o córrego – erguidos, destruídos e refeitos muitas vezes ao longo dos anos. Esse aspecto da Praia, revolta, forte, destruidora, foi determinante para a consolidação das imagens sobre o córrego, junto do perigo representado por sua sujeira, anos de despejo e poluição de suas águas, problema agravado com a construção dos esgotos e escoadouros que lá tinham seu ponto de evacuação. Representações que se constituíam muito mais pelas adversidades na convivência com o Lenheiro do que pela sua beleza.

O pitoresco da Praia vez por outra era recordado pelos grupos letrados, mas acabava abafado pelos seus inúmeros transtornos. Lauro Benício, em edição de 1911 do *Repórter*, se não nega a beleza, não esconde os seus riscos. Porque compara a Praia “a essas hetairas de lupanar: atraente, mas prejudicial”, por conta do seu estado de imundície. O sanjoanense, afirmava, se encantava com o rolar de suas águas, mas fugia de medo das doenças que poderia provocar (O REPÓRTER, 09/11/1911). Outros revelam aspectos mais condizentes com o processo de ocupação territorial de São João del-Rei, as atividades extrativistas que ali tiveram

lugar e os impactos que causaram no riacho que a cortava. Tancredo Braga, em seu *Album*, fala das

águas turvas desse ribeiro, que desce da Serra do Lenheiro, coberta de uma argila negra, revolvida pelos trabalhos de mineração, formam um espelho por demais embaçado, e só servem para enxovalhar de lama negra os mimosos pés da formosa odalisca do Sul de Minas<sup>161</sup>.

Da paisagem sanjoanense, outras “belezas naturais” parecem ganhar em destaque. O mesmo Tancredo Braga, em texto publicado no *Paiz* e transcrito pelo *Dia*, com claro teor de divulgação, buscando trazer veranistas cariocas à cidade, afirmava que os maiores encantos da urbe estariam nos seus arredores: nas Águas Santas, na Casa de Pedra, nas Gameleiras, no Matosinhos, no Carandaí, no Alto do Bonfim, no Senhor dos Montes, no Guarda-Mor, na Serra do Lenheiro (O DIA, 11/07/1913). O álbum de divulgação de André Bello, de 1918, apesar de tratar a Praia como “formosa ribeira”, dedicando um clichê de seu curso no centro da cidade em umas das páginas, que, margeado de mato alto e com as águas pouco movimentadas e um tanto turvas – o que somente com muita boa vontade poderíamos a qualificar de encantadora –, segue essa mesma toada ao destacar outros pontos da paisagem local. O Lenheiro aparece mais quando posto junto das obras dos homens, que o dominam e, por isso, o embelezam<sup>162</sup>. O riacho se torna atraente apenas quando posto em conjunto; separado, é uma lástima que só, mácula que as elites temiam julgada pelos que vinham de fora. A *Tribuna* vaticinava o quadro do riacho sob a desleixa de Odilon de Andrade: “perpétua vergonha” ante os visitantes (A TRIBUNA, 01/08/1920).

O murmurar das águas rolando córrego abaixo fazia parte do cotidiano sanjoanense, barulho de todo dia. Som indissociável do cheiro, sempre fétido, do Lenheiro. O poeta Franklin Magalhães, em trabalho publicano no *Album* de Braga, colocava o córrego entre os pontos a serem evitados em São João:

O nariz quem não tapa desmaia  
À beira da *Praia* [grifos no original]<sup>163</sup>.

Vimos que ela servia de escoadouro de esgotos e águas servidas na área urbana, de rejeitos produzidos na serra pela mineração. No cotidiano sanjoanense o

161BRAGA, op. cit.

162BELLO, op. cit.

163MAGALHÃES, Franklin. **Os encantos de S. João**. In: BRAGA, op. cit.

Lenheiro também era aproveitado como lugar de despejo de todo tipo de lixo, jogado às suas margens ou nas suas águas:

Na água da praia inclemente,  
Boia peixe, boia tâmara... (MINAS-JORNAL, 22/06/1918).

Segundo o *Resistente*, a falta de remoção de lixo obrigava os moradores da rua da Misericórdia a jogarem seus detritos no córrego que por lá passava e ia dar no Lenheiro (O RESISTENTE, 01/09/1898). Isso a despeito das Posturas Municipais, que proibiam, no Título XXVII, Artigo 238, o lançamento de lixo nos trechos do curso d'água acima das pontes, o que evitaria que se poluísse as águas da Praia na parte central da cidade<sup>164</sup>. Apesar da intenção de manter esses córregos mais limpos, a Câmara se mostrava condescendente em várias ocasiões. O *Resistente*, em 1898, recriminava o requerimento favorável da Edilidade para o estabelecimento de um cortume junto ao Rio Acima, “a cavaleiro da cidade e além disso águas acima da *Praia*, para assim tornar este ribeirão ainda mais carregado de imundícies eminentemente ameaçadoras da saúde pública [grifos no original]” (O RESISTENTE, 11/08/1898). Lembremos que diversas obras sob a alçada da Edilidade ou que tomava ela parte lançavam os dejetos produzidos diretamente em diferentes pontos dos córregos, como os esgotos ou as águas servidas do Matadouro.

Pela situação de extrema poluição do ribeiro, se temia, de acordo com os preceitos da medicina urbana então vigentes, que emanações miasmáticas dele originadas pudessem causar todo tipo de doenças. Os funcionários da Oeste, por exemplo, atribuíam as enfermidades que os acometiam às exalações do Lenheiro (O REPÓRTER, 01/09/1910). Outras parcelas da população, em sua relação cotidiana com o riacho, não pareciam ou, talvez, não podiam fazer as mesmas considerações. É o caso das lavadeiras, que usavam das águas sujas da Praia para seu trabalho. O *Resistente* pedia o fechamento do cais, pelos lados da rua Paulo Freitas e do largo do Tamandaré, além da supressão da rampa de acesso ao córrego, evitando, desse modo, a entrada de animais e a lavagem de roupa (O RESISTENTE, 10/02/1898). Acreditava-se que as vestes seriam contaminadas com micróbios, levando doenças para os lares (O RESISTENTE, 08/09/1898). Já a negativa da entrada de bichos nas margens do Lenheiro parecia atender mais a considerações estéticas. Para uma

---

<sup>164</sup>SÃO JOÃO D'EL-REY, op. cit., p. 50.

cidade que se almejava civilizada, não seria de bom tom a existência desse tipo de coisa. Tanto é que a Câmara chegou a aprovar uma lei em 1912 proibindo o trânsito de animais pelas ruas e praças da São João, bem como pela Praia (O REPÓRTER, 13/10/1912). Reafirmação das Posturas, na verdade, que vedavam vários espaços da cidade para pasto ou amarração<sup>165</sup>. E prova de outra faceta da convivência de parcela dos sanjoanenses com o riacho que cortava a cidade, se aproveitando do mato das margens do Lenheiro para a pastagem de animais, em pleno coração da cidade, para horror das elites letradas. Essa gente talvez também não negasse a catinga do curso d'água, mas, servindo como ambiente de sua subsistência, teriam um outro tipo de sensibilidade quanto às suas condições, diferentes das camadas sanjoanenses mais abastadas.

E para os grupos dirigentes e para aqueles que escreviam nos periódicos, havia um outro problema relativo ao Lenheiro no seu longo convívio com a cidade. Problema familiar, mas nem por isso menos temível: as constantes enchentes. Carlos de Laet, no seu exílio, se impressionou com as pontes de pedra, da Cadeia e do Rosário, obras de grandes blocos, monumentais. Assim explicava o motivo de uma grandeza que, para os leigos, soaria despropositada:

Quem olha para o riacho, minguado em águas, mal compreende por que tão elevadas se fizeram essas arcarias; porém mal raciocinaria quem condenasse por inútil a luxuosa cautela dos construtores. O ribeiro, por ocasião das enxurradas, faz-se torrente e mesmo rio. Em sua carreira vertiginosa arrebataria obstáculos que com menos resistência lhe afrontassem o ímpeto...<sup>166</sup>

Não podemos considerar a maneira pela qual Laet adjetiva o córrego como mero artifício literário, hipérbole. O Lenheiro realmente era voraz em suas cheias, fato provado em várias ocasiões. Citemos as grandes enchentes de 1917 e a de 1919, a título de exemplo. Na madrugada de 16 de janeiro de 1917 desabou por duas horas uma forte chuva na cidade. O córrego do Rio Acima, que abastece o Lenheiro, subiu quatro metros acima do nível normal, algo nunca visto, nem entre “os mais velhos habitantes de S. João d’El-Rei”. A rua General Osório foi rapidamente inundada, ficando os moradores ilhados. A Antônio Rocha, no outro lado da cidade, também teve o mesmo destino, com os portões da Oeste abertos para abrigar as vítimas. Uma casa ao lado da Praia ruiu, matando um bebê. Os

<sup>165</sup>SÃO JOÃO D’EL-REY, op. cit., p. 24.

<sup>166</sup>LAET, op. cit., p. 28.

estragos foram enormes: oito pontes destruídas, inclusive a de ferro, montada por Chagas Dória em frente à Estação; a rampa da Praia parcialmente danificada e a Ponte da Cadeia, glória dos antepassados, ameaçada, “por terem ficado descobertas as sapatas do arco central dessa bela obra de arte”; 25 casas na General Osório desabaram ou se encontravam em risco de ruína; na rua Antônio Rocha cederam casas, paredes e muros, em número parecido; grandes prejuízos para estoques de negociantes; estragos na rede elétrica, com postes sendo levados; muitas “famílias reduzidas à mais completa miséria, tendo sido levado pela enchente tudo quanto possuíam” (A REFORMA, 18/01/1919).

Diante dos danos vultosos, o governo do Estado decidiu fornecer auxílio para a recuperação do Município. Porém, em 12 de abril de 1919, uma chuva torrencial fortíssima levou a grandes enchentes no Rio Acima, no Lenheiro e na Água Limpa, produzindo “estragos de vulto”, arrasando várias pontes, incluindo uma ponte de 32 metros de comprimento, construída em 1881 e que servia à Oeste de Minas. Uma rua inteira à margem do córrego da Água Limpa, perto da ponte da Estrada de Ferro foi destruída, não sobrando casa alguma, todas de gente muito pobre. Abaixo da ponte, outras casas foram levadas pelas águas, sofrendo as demais grandes danos. Várias no Matosinhos desabaram. Segundo a *Reforma*, a água subiu cerca de um metro dentro das residências nesse quarteirão. Pomar de fábrica e chalé particular foram destruídos. Ruíram cinco pontes de suporte da rede adutora, interrompendo o abastecimento de água. O periódico dizia causar pasmo “verificar-se como puderam ser feitos tão grandes estragos em menos de 2 horas e porque não foram eles de muito maior vulto” (A REFORMA, 17/04/1919). Um clichê chegou a ser publicado num outro número, mostrando os estragos causados pelo córrego da Água Limpa (FIGURA 12).



FIGURA 12 – Estragos causados pela cheia do córrego da Água Limpa em 1919 (FONTE: A REFORMA, 08/05/1919).

Os prejuízos e transtornos não ocorriam unicamente nas enchentes de maior vulto. As cheias, frequentes durante todos os anos, causavam danos pelo avanço dos cursos d'água sobre os fundos das casas, fazendo ruir muros, tapumes e cercas de quintais, como na Paulo Freitas, alargando, dessa maneira, as margens do córrego. Para a *Nota*, um idoso assegurava que dia chegaria em que o Lenheiro engoliria toda a rua, pois lá, afirmava, seria seu antigo leito (A NOTA, 04/06/1917). Pesquisas mostram que erosão fluvial é causada, dentre outros fatores, pela ação antrópica, caso que poderíamos estender ao Lenheiro, que progressivamente fazia deslizar pedaços de terra das margens, tendo como consequência o aumento de sua largura e a mudança do seu curso<sup>167</sup>.

Diante de tudo isso, é possível asseverar que a relação dos sanjoanenses com os cursos d'água que cortavam a cidade, principalmente o Lenheiro, se tornou cada vez mais conflituosa, conforme crescia a ocupação do espaço e aumentavam as necessidades dos habitantes. Sua convivência, o tipo de sensibilidade que tinham, ao menos para as elites dirigentes, foi afetada pelos novos padrões de

167CASADO, A. P. B.; HOLANDA, F. S. R.; ARAÚJO FILHO, F. A. G.; YAGUIU. P. Evolução do processo erosivo na margem direita do rio São Francisco (perímetro irrigado Cotinguiba/Pindoba-SE). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 26, 2002, p. 232.

higiene, pelas demandas de expansão da malha urbana, pelos prejuízos frequentes causados nas obras públicas, cada vez mais complexas, pelas novas concepções de civilização e de cidade. Ao mesmo tempo em que a área urbana avançava e a degradação dos córregos crescia, sua impetuosidade nas cheias se agigantava, como resposta. Assim, as intervenções sobre o Lenheiro e os córregos afluentes se justificavam por considerações estéticas (o riacho era feio, suas águas turvas, as margens cheias de lixo e imundícies), por considerações higiênicas (suas águas eram poluídas, as emanções que exalava poderiam causar prejuízos à saúde da população) e por demandas de expansão e conformação da estrutura urbana (as cheias impediam a ocupação de áreas maiores e causavam grandes prejuízos).

O montante de dinheiro gasto na Praia sempre foi muito alto. É com razão que a folha de Odilon de Andrade a chama de “grande sorvedouro das rendas da Câmara”, dado que suas cheias costumeiramente “reduzem a nada” o trabalho feito (O S. JOÃO D’EL-REY, 25/03/1920). Em 1891, por exemplo, a Intendência pagava pela desobstrução do Lenheiro e limpeza dos largos a quantia de 300\$000 (A PÁTRIA MINEIRA, 26/03/1891). Retirar os detritos do córrego, mantendo suas margens e seu leito sempre limpos era para o *Repórter* uma medida de saúde pública, diante de um quadro sempre presente de exalações miasmáticas nocivas (O REPÓRTER, 01/09/1910). Pedidos de limpeza do Lenheiro eram recorrentes nos periódicos e sabemos como a medida se tornava praticamente paliativa, dado que a Câmara não conseguia impedir o despejo de lixo e sujeira no riacho. A colocação de mudas especialmente vindas dos Estados Unidos nos dois lados da Praia, nas ruas Hermílio Alves e Paulo Freitas (embora tenham sido mortas por pragas, posteriormente), realizada no início da gestão de Leite de Castro, soava mais como um esforço em esconder a poluição e o lixo do córrego do que uma maneira encontrada para conter a erosão das margens e as cheias (O RESISTENTE, 22/12/1898).

De qualquer modo, as sucessivas gestões municipais sempre se preocuparam com esses e outros problemas. Várias obras foram encetadas no sentido de se conter o furor das águas, domando seu curso, retificando seu leito. De sorte que além de uma melhor aparência, pretendia-se fazer com que o fluxo do Lenheiro seguisse constante, os dejetos levados embora de uma vez, que não se

empoçassem as margens com as águas pútridas a originar exalações e que o paredão barrasse o avanço do riacho.

Conforme Maldos, desde o início do século XIX os sanjoanenses estavam voltados para a colocação das amuradas em volta da Praia, que de forma pertinente se chamavam “cais”<sup>168</sup>. Hermílio Alves, engenheiro da Oeste e Presidente do Conselho Distrital da cidade no começo do regime republicano, foi o responsável por muitos serviços. O *S. João d’El-Rey*, fazendo um balanço retrospectivo dos trabalhos realizados na Praia no começo da década de 1890 destacava as “obras de elevado custo, calçando com grandes lages de pedras tomadas a cimento, o leito do córrego, num trecho fronteiro ao Teatro”. Entretanto, tempos depois, uma grande cheia do Lenheiro acabou por arrancar os blocos, lançados para pontos diversos (O *S. JOÃO D’EL-REY*, 25/03/1920). Alves também construía grande trecho de Cais na margem da rua que levaria o seu nome, esforço que a *Pátria Mineira* atribuída à chegada do regime republicano (A *PÁTRIA MINEIRA*, 09/11/1893). É provável que a colocação da amurada nesse ponto correspondesse a interesses econômicos. Afinal, era onde se situava a Estação da Oeste de Minas, com intenso tráfego de carros e pessoas. Ao evitar que a água invadissem a via, garantia a continuação das atividades, da circulação de mercadorias. Como veremos, as obras do Lenheiro, nessa margem e na que depois corresponderia à Avenida Carneiro Felipe, foram intensas.

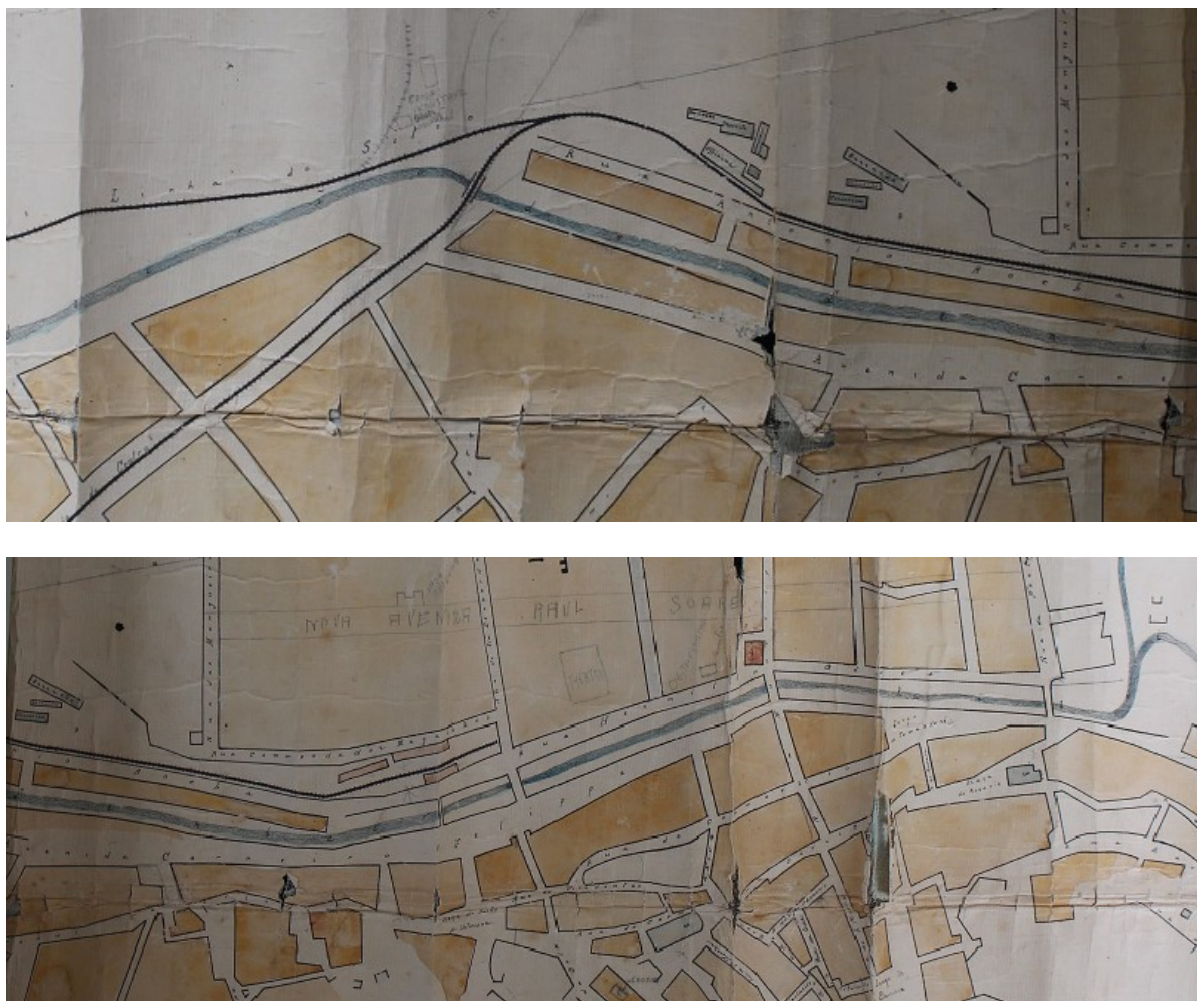
A gestão de Leite de Castro/Gonçalves Coelho prosseguiu com a construção de novos trechos do Cais e conserto de outros que se encontravam em mau estado. Todas as Câmaras eram obrigadas a tal. O *S. João d’El-Rey* assegurava que “o temor de todos era a enchente”. O Lenheiro mudava “constantemente de leito, escavando ora aqui, ora ali”, indício das consequências da degradação do curso e de seu entorno (O *S. JOÃO D’EL-REY*, 25/03/1920). Agentes privados, como o engenheiro coronel Carneiro Felipe, também tomavam parte nas obras, sem que houvesse ônus para a Edilidade (O *REPÓRTER*, 19/12/1907). Com os trabalhos de ampliação da rua Paçandu, dando origem à Avenida que levaria seu nome, talvez tivesse em mente um aumento de seu capital social e político em São João. A fotografia da figura 9 mostra como era estreita a antiga via, comparada com a

---

<sup>168</sup>MALDOS, op. cit.

extensão da margem direita da Praia. O alargamento e colocação do Cais no trecho possibilitaram a ocupação definitiva desse ponto da cidade, expandindo a malha urbana Paulo Freitas afora, até que ela estivesse ligada com a região das Fábricas, pela rua Cristóvão Colombo e com o crescente arrebalde do Matosinhos. Em 1919, a *Tribuna*, advertendo sobre novos estragos causados pelas chuvas, recomendava a expansão da amurada até a rua Cristóvão Colombo, devendo também ter seu Cais o córrego da Água Limpa (A TRIBUNA, 12/04/1919). Essas áreas, portanto, já contavam com grande número de moradias e negócios, que deveriam possuir a mesma segurança prestada ao centro da cidade.

Ao olharmos para o *Mapa topographico de São João d'El-Rey*, de 1915, percebemos que a maior parte do Cais estava restrita à área central da cidade. As linhas que circundam o córrego do Lenheiro mostram que ele, no momento de confecção do mapa, partia, de um lado da cidade, na margem esquerda, da rua Antônio Rocha até pouco depois da ponte do Rosário; na margem direita, do encontro da avenida Carneiro Felipe com a rua Paulo Freitas até também pouco depois da ponte do Rosário, quase na curva que faz depois de se encontrar com o Rio Acima (FIGURAS 13 E 14). Isso mostra que a Câmara priorizava a proteção contra enchentes na parte de maior fluxo comercial da cidade, das propriedades da Oeste de Minas, dos lugares perto do riacho por onde passava seus trilhos, até a entrada da rua da Prata (Padre Maria Xavier), região, que com o tempo, decorrido da maior ocupação, se tornou de grande trânsito, com várias residências e casas comerciais. Em 1908, por exemplo, o *Repórter* pedia o aumento do Cais de modo a proteger o edifício dos irmãos Yunes, situado na Avenida Carneiro Felipe, pois esses negociantes haviam gasto mais de 40 contos de réis na sua construção (O REPÓRTER, 16/11/1908). Lugares populosos, como o Tijuco, não contavam com a mesma proteção, por não terem o mesmo relevo social e econômico.



FIGURAS 13 E 14 – Recortes de mapa de São João del-Rei de 1915. As linhas retas em paralelo correndo em paralelo com o curso do Lenheiro são uma representação gráfica do Cais. (FONTE: **Mapa topographico de São João d’El-Rey**).

Os serviços da Câmara, entretanto, não se restringiam à construção e reconstrução do Cais, a fim de minimizar o impacto das enchentes. Havia medidas que assumiam um caráter estético, higiênico e de preservação material e que modificaram intensamente o aspecto de São João del-Rei. Obras como aquelas de Hermílio Alves. Outras, como as que tiveram lugar sob a administração de Odilon de Andrade e Augusto Viegas. O *Dia*, em 1913, celebrava esse melhoramento dos “Jovens Turcos”, porque de utilidade e beleza, promovendo o fluxo das águas e melhorando o aspecto das margens, sem os detritos costumeiros. Seria canalizado e “o aterro dos lados, amparados por fortes gradis de trilhos de aço, será gramado convenientemente, de sorte que, vindo as chuvas do fim do corrente ano, encontrarão resistência e o ribeiro correrá naturalmente, pelo centro” (O DIA,

21/01/1913). Antes o Lenheiro ou o Rio Acima corriam tortuosos, desnivelados, as margens agindo como escoadouros. Transformando, deixaria de contar com o espetáculo de cachorros mortos boiando em suas águas (05/08/1913). Além da retificação, a gestão Andrade/Viegas, nas palavras de sua folha oficiosa, em balanço dos atos da administração, teria lançado vistas para o aterramento das margens, gramadas e rampadas, evitando o acúmulo de matérias pelo desnível do terreno, a canalização das matérias de despejo até o leito, enquanto não se completava o serviço de esgoto, a construção de rampas que formassem represas, aumentando o asseio da Praia. Assim, a Câmara teria melhorado o aspecto de “um dos mais lindos trechos da cidade”, bem como “inestimável serviço à higiene” (O S. JOÃO D’EL-REY, 30/12/1920) (FIGURAS 15 E 16). Entretanto, havia aqueles que conseguiam pensar que as intervenções sobre o curso do Lenheiro poderiam causar prejuízos que não foram imediatamente calculados. A *Reforma* pedia para a Câmara verificar se a retificação do Lenheiro entre as pontes de pedra contribuiu de algum modo para a elevação das águas na enchente de 1917 e se seria o caso de se reverter o serviço (A REFORMA, 25/01/1917).



FIGURA 15 – Trecho retificado da Praia na altura da Avenida Paulo Freitas (Carneiro Felipe) (FONTE: BRAGA, op. cit.).



FIGURA 16 – Trecho do Lenheiro em frente ao edifício da Distribuidora de Eletricidade, gramado e retificado (FONTE: BELLO, op. cit.).

Ainda assim, o *S. João d'El-Rey* conseguiu resumir bem todo o processo, ocasionado pela “conquista”, mesmo que parcial e sempre com recuos, do Lenheiro. Escrevendo em 1920, o redator Fausto Gonzaga dizia que o aspecto da cidade havia sido modificado nos últimos 25 anos. Antes, seria “uma roceirinha bonita do seu natural”, bela, porém ainda arisca, intocada. Mas a mocinha cresceu, espichou-se:

A parte nova da cidade e que temos visto surgir na sua maior parte, no período de um quarto de século, ocupa a extensão plana das margens do Lenheiro.//Esse terreno era baixo, semi-pantanoso e coberto de mato.//Foi desbravado, aterrado; construíram-se cais ao longo do riacho do Lenheiro, num grande trecho do seu curso urbano, e as avenidas apareceram, convidando os proprietários dos fundos de hortas e dos pastos que ali havia, a construírem prédios elegantes em seus terrenos.

De modo que, como resultado, “incontestavelmente as avenidas e ruas, às margens do riacho Lenheiro, constituem a parte formosa da nova *S. João d'El-Rei*”, junto do bairro do São Francisco (O *S. JOÃO D'EL-REY*, 15/03/1920).

Mas é necessário munir-se de algumas ressalvas. As intervenções em torno do Lenheiro feitas durante todo o período beneficiaram somente uma parcela da área urbana. De maneira semelhante, diversos problemas permaneceram, como a poluição de suas águas e as enchentes. Se, por um lado, possibilitou que determinados espaços fossem mais bem ocupados, que as águas, nesses pontos, não ficassem estancadas ou invadissem as vias, prejudicando o tráfego ou destruindo residências e casas comerciais, inutilizando os produtos estocados; por outro, fez ressaltar as clivagens de classe por trás desses melhoramentos. Lembremos das enchentes de 1917 e 1919. É verdade que causaram inúmeros prejuízos. Porém, as estruturas construídas como forma de conter o ímpeto das cheias fizeram com que os danos fossem bem menores na região central de São João del-Rei, onde residiam e negociavam as suas elites, do que nos pontos mais afastados, como o Tijuco ou o Matosinhos, com edifícios destruídos, moradores mortos e desabrigados. Não havia nesses lugares cais ou leito retificado que tornassem as margens dos córregos mais bonitas ou seguras. Foi gradualmente que essas benfeitorias chegaram até lá e não a tempo de conterem futuros estragos. Os periódicos deixam entrever que partes florescentes da cidade demandavam maior dedicação do poder público exatamente por sua crescente valorização. Falas

contraditórias que apareciam, às vezes numa única folha. É o mesmo *Repórter* que condena o descaso da Edilidade para com as ruas distantes do centro comercial numa edição (O REPÓRTER, 25/11/1909), e que, em outra pede que fosse nivelado e aterrado o terreno do córrego do Segredo, pelo fato de lá estar assentado o novo edifício da Santa Casa, de maneira que “não pareçam esses palácios, que ali se alteiam, com figurões descalços, com os pés metidos nos buracos e na lama” (O REPÓRTER, 05/12/1912). Não só. Se essas obras privilegiavam o melhor escoamento num trecho da Praia, aquele compreendido entre as pontes de pedra e a Estação da Oeste de Minas, em outros terrenos, o fluxo, por isso mesmo, mais forte, acabava por aumentar o caudal das enchentes e o seu potencial destruidor.

Como dizia o *Minas-Jornal* em 1918, o Lenheiro seria ainda uma das cabeças de burro a assombrar São João del-Rei (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>169</sup>. O problema nunca foi de todo resolvido. Um século depois, a cidade ainda se debate com os mesmos transtornos. A Praia fétida e poluída, a falta de infraestrutura, as cheias devastadoras, ameaçando inclusive o seu centro histórico<sup>170</sup>.

### 3.3. Ocupação urbana, moradia, vias de transporte e embelezamento

Ao analisarmos a expansão da malha urbana de São João del-Rei, é possível verificar como ela progressivamente se esparramava para áreas além do antigo núcleo colonial. Seguiu os trilhos da Oeste de Minas. Ocupava as duas margens do Lenheiro, rompendo o limite geográfico que até então caracterizava o córrego, dotando a cidade de uma nova centralidade<sup>171</sup>. Levava ao estabelecimento de novos bairros, como o das Fábricas, criado em torno da Companhia Industrial Sanjoanense, fábrica têxtil localizada fora do centro<sup>172</sup>. Os subúrbios se faziam cada

169O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 2 do Ano I.

170SANTOS, Thiago Gonçalves; VENTORINI, Silvia Elena. Vulnerabilidade social em área urbana suscetível às inundações na bacia do córrego do Lenheiro em São João del-Rei-MG. **Revista Geoaraguaia**, Barra das Garças, v. 10., n. 2, dez. 2020, p. 242-245. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/11336>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

171DANGELO, André Guilherme Dornelles; BRASILEIRO Vanessa Borges; DANGELO, Jota. **Memória arquitetônica da cidade de São João del-Rei: 300 anos**. Belo Horizonte: Editora 43, 2014, p. 26.

172RESENDE, Ana Paula Mendonça de. **A organização social dos trabalhadores fabris em São João del-Rei: o caso da Companhia Industrial São Joanense (1891/1935)**. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 93, 96.

vez menos distantes. Da rua dos Italianos, a Cristóvão Colombo, a meio caminho da parte central, para o arrebalde do Matosinhos já seria “um pulo” (A TRIBUNA, 27/09/1914). Crescia também para trás do bairro do São Francisco, da Santa Casa de Misericórdia, no Matola, na região da futura Avenida Oito de Dezembro; processo que foi se concretizando ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

São João del-Rei não atingiu o paroxismo do bota-abaixo do Rio de Pereira Passos, o furor da demolição do casario colonial e imperial do centro, cortando a Capital Federal de importantes avenidas, levando à ocupação da zona sul. Pode-se assegurar isso de antemão. Havia muito terreno disponível na cidade mineira, mesmo em partes do seu antigo centro, de modo que a supressão da velha malha colonial não era condição imperiosa para a dilatação do tecido urbano, ainda que derrubadas tenham acontecido algumas vezes. Importa dizer que se não seguiu o ritmo febril de centros maiores, como o Rio, ou se se viu limitada em sua expansão por conta da própria topografia local, como o caso de Ouro Preto, um dos fatores alegados para a transferência da capital mineira, nem por isso a cidade que surgiu nas barrancas da serra do Lenheiro deixou de enfrentar seus próprios dilemas. Às demandas quanto à ocupação urbana de novas áreas, às exigências dos transportes frente ao comércio revivescido pela Oeste de Minas, ao embelezamento e reorganização das antigas ruas dos tempos dos homens do ouro, à constituição de edifícios que fossem capazes de expressar o capital econômico, político e cultural das elites sanjoanenses, ao condicionamento de São João, enfim, ao que se esperava de um lugar que pretendia manter seu título de “Princesa”.

Podemos então ultrapassar o caminho trilhado até aqui em torno do tema da higiene, pauta central das discussões sobre as intervenções no espaço sanjoanense e seguir para outras veredas, não menos importantes. É inegável que a cidade cresceu. Em tamanho e em população. Se em 1872, de acordo com Aureliano Pimentel, citando o levantamento feito pelo governo imperial, a cidade tinha cerca 10.911 pessoas<sup>173</sup>, o censo de 1890 mostra que a paróquia de N. S. do Pilar de São João del-Rei contava com cerca de 15.820 habitantes<sup>174</sup>. Já no ano de 1918,

<sup>173</sup>PIMENTEL, op. cit., p. 11.

<sup>174</sup>DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <<https://bit.ly/3z38BYs>>. Acesso em 07 Jun. 2021.

segundo cálculos do recenseamento mandado fazer pelo Agente Executivo Municipal Odilon de Andrade, a cidade teria 14.603 moradores, sendo 6.865 homens e 7.738 mulheres. Uma população bastante jovem: desses 14.603 pessoas, 4.769 teriam menos de 20 anos (A REFORMA, 24/01/1918).

Sobre o número de casas no perímetro da cidade e o tamanho da malha urbana há divergências nas fontes. Edital da Câmara de 1881, transcrito pelo memorialista Sebastião Cintra, dava os limites da cidade da seguinte forma: “pelo norte a Serra do Senhor do Monte, pelo sul a chácara do falecido Luciano Bonaparte, pelo oriente as divisas deste município com o de S. José d’El-Rei e pelo ocidente, as vertentes da Serra do Lenheiro”<sup>175</sup>. *A Pátria Mineira*, em 1891, informava que a área do perímetro urbano, com suas casas, largos, ruas e chácaras, deveria “ser maior de 50 alqueires” de milho (A PÁTRIA MINEIRA, 30/04/1891). Maria Dulce Monteiro de Oliveira, escrevendo em 1893 na *Gazeta Mineira*, estimava algo em torno de mil o número de casas na localidade (GAZETA MINEIRA, 03/06/1893). Francisco de Paula Côrrea, em texto de 1907 endereçado ao *Repórter*, pedindo melhorias no Hospital da Santa Casa, conta que em vinte anos duplicaram tanto a população quanto o número de novas edificações (O REPÓRTER, 15/09/1907). Mais confiáveis talvez sejam os dados fornecidos pela *Reforma* de acordo com o recenseamento realizado pela Câmara em 1918: 2688 casas no perímetro urbano (A REFORMA, 24/01/1918).

Mesmo que existam algumas disparidades, as fontes, de um modo ou de outro, apontam tanto para um crescimento populacional, quanto para um aumento da malha urbana de São João. Vários fatores influenciaram esse processo. Em primeiro lugar, a inauguração da Oeste de Minas, fixando um corpo de funcionários e operários na cidade, junto de suas famílias e, depois com a expansão de seus ramais, conectando diversos pontos do perímetro urbano. O *Dia* assinalava a locomotiva como arauto da “senda do progresso”. Antes da sua chegada não existia a rua Antônio Rocha e o “*boulevard* dos italianos, emendando tudo em uma só cidade [grifos no original]” (O DIA, 23/05/1912). A imigração, principalmente italiana, também inflou a população sanjoanense, tanto na área urbana, instalados principalmente no bairro das Fábricas, com destaque para aquela que ficou sendo

---

<sup>175</sup>CINTRA, Sebastião. **Efemérides de São João del-Rei**, v. 1, 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 129.

conhecida como Rua dos Italianos, quanto nas colônias<sup>176</sup>. A introdução de diversas fábricas nas áreas suburbanas criou um novo mercado de trabalho, atraindo mão de obra de municípios vizinhos, bem como de italianos reticentes ao labor agrícola nas colônias, que passaram a morar nas regiões vizinhas<sup>177</sup>. Esse desenvolvimento foi notado pelo *Repórter*, para quem a presença da Fábrica de Tecidos prometia um crescimento ainda maior da região, por isso cabendo à Câmara que procedesse à fundação do bairro, com luz, esgotos, água e ruas alinhadas, para que não houvesse reclamações futuras (O REPÓRTER, 02/12/1909). Também podemos elencar o desbravamento das áreas adjacentes à Praia, tema já referido na seção anterior e que se relacionava com os fatores aí citados, promovendo a conexão do centro com essas outras áreas, pela construção de edifícios e abertura de novos caminhos.

A Câmara de São João del-Rei não ficou parada diante do crescimento populacional e desde pelo menos meados da década de 1900 encontramos uma série de medidas visando desafogar o centro, promovendo, ao mesmo tempo, a ocupação dos arredores, em consonância com a expansão da malha de transportes. Em 1908, por exemplo, ano da inauguração do ramal do Matosinhos, ligando o centro de São João aos seus subúrbios por meio dos trilhos do trem, a Edilidade promulgou uma lei que determinava a isenção de pagamento de imposto predial por dez anos de todos os prédios que fossem construídos no Matosinhos no prazo de um ano. As casas deveriam ser erigidas de acordo com as Posturas Municipais. Ficariam também isentos de pagamento de impostos por cinco anos as confeitarias, restaurantes e bilhares que fossem estabelecidos no bairro no mesmo prazo, sendo necessário que apresentassem asseio e cuidado (O REPÓRTER, 23/07/1908). Dessa forma, a Municipalidade, se aproveitando das facilidades proporcionadas pela conexão do ramal do centro com o subúrbio, almejava desenvolver esse arredor. Os novos moradores poderiam, de um lado, trabalhar e fazer negócios no centro, enquanto ao pessoal da cidade seria mais fácil desfrutar do lazer no Matosinhos.

---

176 TEIXEIRA, Mariana Eliane. **Ser italiano em São João del-Rei (1888-1914)**. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora., 2011, p. 64-67.

177 RESENDE, op. cit., p. 90-97.

A intervenção da Câmara nesse sentido era crucial. Afinal, como destacava o cronista Lauro Benício, cabia aos poderes públicos “resolver as crises das sociedades que administram” e “promover e fomentar o progresso da terra que os escolheu para seus diretores”. Por isso, diante da “grande falta de casas para morada” que julgava existir em São João, onde era grande a população e pouco o registro de novas construções, pedia que a Câmara desse incentivo para que “capitalistas” investissem na ereção de edificações nos bairros, nos subúrbios. A posterior construção de uma linha de bondes sanaria o constrangimento dos futuros moradores quanto à necessidade de lazer e negócios no centro, dando como exemplo a Light, em São Paulo. Benício lembrava os primeiros tempos da Oeste, quando a chegada de centenas de funcionários fez surgir do “despovoado arrebalde um belo número de boas habitações”. Esse surto inicial não teve prosseguimento e era exatamente tal tipo de coisa que queria evitar (O REPÓRTER, 16/11/1911).

No centro de São João e em suas adjacências muitas pessoas moravam em casas de cômodos, em repúblicas de rapazes, como a situada na rua Vigário Amâncio, denunciada por abrigar jogatinas, em 1917 (MINAS-JORNAL, 11/09/1918), de inferiores do Batalhão, como a “Caverna do X”, na rua do Matola (A NOTA, 12/12/1917) e uma outra na Antônio Rocha, teatro de “algazarras” (MINAS-JORNAL, 21/12/1918). Espaços que, congregando moradores de todo o tipo, volta e meia causavam incômodo para as vizinhanças e queixas dirigidas às autoridades. O *Resistente*, em 1898, pedia providências quanto à casa nº 34 da rua Tiradentes, construção pequena, sem água e esgotos, “onde se amontoam 12 ou 14 pessoas, vivendo sem nenhum conforto para si e com não pequeno incômodo para os vizinhos” (O RESISTENTE, 19/05/1898). De acordo com o *Dia*, a alta dos aluguéis nas ruas centrais obrigava as “famílias pertencentes à classe média e operária a se localizarem nos arrebaldes”. A falta de alternativas alimentava a ganância dos proprietários (O DIA, 09/07/1913). A *Tribuna* denunciava, em 1920, o aumento dos aluguéis por conta da chegada do 54º Batalhão (A TRIBUNA, 15/02/1920). Olhando todas essas datas, percebemos como vinha de longe o problema. E com poucas habitações a serem alugadas, a concorrência era enorme. Além das famílias operárias e da classe média, havia ainda os veranistas, que encontravam dificuldade

para arranjar um lugar na cidade (A OPINIÃO, 22/02/1908), bem como os militares, de baixa e alta patente, sobrecarregando esse ecossistema (FIGURA 17).



FIGURA 17 – Fotografia do álbum de André Bello do arrebalde do Senhor dos Montes. A pessoa que possuía esta publicação anotou na página que havia, em sua época, aumento do número de casas de veranistas na cidade, que procuravam as qualidades do salubre clima sanjoanense, como o próprio Senhor dos Monte, imagem atestada, por exemplo, pela legenda que se segue ao clichê. Por outras anotações no álbum sabemos que o seu proprietário as fizera em torno de 1920 (FONTE: BELLO, op. cit.).

Quando em 1920 chegou um novo batalhão para se juntar ao já existente, formando um regimento, Basílio de Magalhães temia que isso fosse aumentar a crise habitacional reinante. Não era contra a sua vinda, desde que não implicasse a expulsão dos proletários de suas casas ou o aumento dos aluguéis de seus lares, replicando o que ocorreu no Rio de Janeiro em 1808 com o estabelecimento da Corte Portuguesa. Além disso, havia o receio de que a incorporação da E. F. Goiás pela Oeste fosse agravar o quadro, com os novos funcionários rumando para São João (A TRIBUNA, 18/01/1920). Como contraponto oficial aos temores da *Tribuna*, Augusto Viegas, em artigo publicado na *Reforma*, garantia que a leva de população

traria como consequência a construção de novas habitações (A REFORMA, 08/01/1920).

Portanto, a progressiva expansão da malha urbana respondia a vários fatores e vontades, que iam desde a falta de casas de aluguel, passando pela proximidade das residências aos locais de trabalho, como no bairro das Fábricas, até um desejo não declarado pelas elites sanjoanenses de afastar as populações pobres de seu centro, fosse em nome da higiene, fosse pelo discurso da conveniência de se erigirem novas edificações que abrigassem a crescente massa de trabalhadores. Problema crônico, que permeou boa parte de nosso recorte. Não podemos perder de vista que era de interesse da Câmara a ocupação dos arrebaldes. Os proprietários esperavam incentivos dos poderes públicos para facilitar as construções, como atesta a *Reforma*. A Edilidade, por exemplo, havia desapropriado a casa do então recentemente falecido maestro Ribeiro Bastos, na florescente e embelezada rua Padre José Maria Xavier, antiga rua da Prata. Ao leilão dos três lotes originados do terreno, ninguém compareceu. O periódico assegurava que a “febre de construções” não teria “o ardor que se supõe”, de modo que proprietários esperavam a concessão de lotes gratuitos como auxílio para novas construções (A REFORMA, 23/11/1913).

Sob a gestão de Odilon de Andrade e Augusto Viegas foram diversas as leis que incentivaram tais obras. No embate entre a situação e Basílio de Magalhães acerca das consequências da chegada de um novo batalhão, Viegas rebatia o adversário quanto ao fato de que, para o opositor, a lei de incentivo à construção de casas, por via de isenção de pagamento de imposto sobre propriedade em determinado período, não teria logrado êxito. De acordo com o vice-presidente da Câmara, fora a falta de moradias que determinou a promulgação da lei e também a sua prorrogação. Muitas casas teriam sido erigidas no período de 1914 e 1915. Em 1916, por conta disso, não existiria mais a necessidade dessa medida. Entre abril de 1916 e o fim de 1919, segundo seus cálculos, foram erguidas mais de 260 edificações. Além disso, no momento em que escrevia, 1920, uma nova lei de incentivo havia sido aprovada, decorrente da vinda do batalhão. A chegada dos militares e de suas famílias estimularia a construção de casas e, por conseguinte, a

economia local, de maneira que a Câmara se via na necessidade da renovação do incentivo, animando os capitalistas (A REFORMA, 15/01/1920).

Escudando a Câmara, ao lado dela em suas pretensões, a iniciativa privada fazia a sua aparição. Rodolfo Faleiro, aliado e agraciado com vários benefícios da administração Andrade/Viegas, fundara em 1914 uma empresa de construções (A TRIBUNA, 08/11/1914). Tinha como objetivo a edificação de casas “para serem pagas em prestações cômodas, proporcionais ao aluguel”. Para a *Tribuna*, as vantagens dessa empresa seriam “colossais”, contribuindo para o embelezamento e engrandecimento de São João, “como também para o conforto de seus habitantes, que ultimamente, com o intenso progredir da cidade, vêm lutando contra a falta de casas para alugar”. O empreendimento queria, inclusive, abrir uma avenida que fosse da Olaria de Mário Mourão até o Rio Acima. Possuía um capital inicial de 200 contos, não pouca coisa. O periódico, ademais, pedia que as obras fossem corretamente fiscalizadas, as plantas previamente aprovadas, “obedecendo ao moderno estilo, não admitindo as construções antiquadas” (A TRIBUNA, 27/12/1914).

Questão longamente debatida pelas nossas fontes, essa das construções antiquadas. As pretensões civilizatórias do período rejeitavam a fisionomia colonial das cidades brasileiras. Orgânicos, esses espaços não correspondiam a nenhum plano pré-determinado, ocupados mais pelas contingências do momento, originando ruas tortuosas, becos, vielas escuras. Em São João del-Rei, o tipo de habitação que se costumava erigir nas primeiras décadas do século XX ainda seguia as mesmas linhas das edificações, às vezes centenárias, já existentes. Afinal, segundo a *Opinião*, levantavam-se sem nenhum critério, correspondendo a esses modelos arcaicos de habitação, interna e externamente, daí advindo “o conjunto desgracioso da cidade” (A OPINIÃO, 10/08/1907). Álvaro Leitão, colaborador da *Evolução*, publicando como “A. L.”, era enfático em seu parecer sobre o casario sanjoanense: apesar de alguns prédios regulares, a maioria das habitações era baixa, sem ar, sem conforto, sem higiene, “de aspecto sórdido, de arquitetura grosseiríssima”, “pardieiros” sem estética e de gosto arcaico, sem beleza e sem arte “e que há muito deveriam estar condenados por inabitáveis” (A EVOLUÇÃO, 29/11/1913).

Como vimos, com extensos terrenos a serem ocupados nos mais diversos pontos da cidade, inclusive em áreas centrais, como a rua da Prata ou nas margens do Lenheiro, a derrubada do casario colonial não foi uma prática recorrente, ainda que tivesse lugar na cidade, como terei oportunidade de explicar. E nem isso era lá muito viável, com as combalidas finanças da Câmara, presa a mil projetos, alguns muito mais urgentes, como a questão da água e esgotos. Para o *Repórter*, a reconstrução de prédios antigos sob forma moderna e obedecendo a regras de simetria poderia dar aspecto mais agradável à cidade, mas a Municipalidade, entidade que deveria ser a responsável por garantir isso, não cumpriria seu papel. Quando os proprietários faziam alguma reforma para embelezar e modernizar a casa, isso ocorria “sem alterar o antigo plano com todos os seus defeitos e tortuosidades”, economizando um bocado de contos de réis. O periódico denunciava que a Câmara era condescendente, deixava que aberrações inestéticas fossem realizadas, desde que o proprietário pagasse o imposto correspondente (O REPÓRTER, 10/12/1908). Além disso, mais do que meramente uma demanda estética, o rompimento com esse padrão arcaico de construções seria importante para a sobrevivência das próprias estruturas. A *Reforma*, elencando medidas que poderiam ser úteis contra futuros prejuízos causados pelas enchentes do Lenheiro, sugeria a proibição do uso de adobe nas construções (A REFORMA, 25/01/1917). Na realidade, as elites sanjoanenses se contentavam, quando muito, com a reforma ao menos das fachadas, como fez o major João José Lopes em seu prédio na rua Duque de Caxias e que ficaria, “segundo a planta e pela sua forma moderna e elegante, um dos mais importantes daquela rua”, esperando o redator do *Repórter* que outros proprietários fizessem o mesmo, concorrendo para o embelezamento da cidade (O REPÓRTER, 28/04/1910). Por isso eram tão louvadas as construções nas partes de ocupação mais recente, como às margens do Lenheiro, onde “aí as inovações da arte e do engenho humano fizeram o cenário da evolução, que vai progredindo e alastrando-se numa benéfica desorganização do que era antigo, antiestético e monótono”. Quadro em contraste com o casario colonial que se descortinava atrás das duas principais vias da urbe – “um labirinto de ruas, niveladas e alinhadas ao sabor dos acidentes várias dos terrenos, cuja topografia, de forma a mais irregular, penosamente se submeteria ao aplainamento possível” (A

EVOLUÇÃO, 15/11/1914). De fato, as duas avenidas que margeavam a Praia se tornaram bastante valorizadas com o tempo. Na relação do imposto predial para 1908 aparece um número considerável de imóveis na Avenida Carneiro Felipe. O imposto correspondente aos prédios do logradouro são bastante altos, se comparados com outras ruas, poucos chegando a menos de 10\$000. Ao Hotel Brasil correspondia o valor de 120\$000 e o palacete erguido pelos irmãos Yunes, 100\$000 (O REPÓRTER, 18/06/1908). A título de comparação, nenhuma edificação da rua Moreira César, o coração de São João del-Rei, chegava a ultrapassar 120\$000 (O REPÓRTER, 17/05/1908).

Assim, junto do casario, a discussão deveria se estender às diversas vias, avenidas, becos, ruas e largos que cortavam São João. Seu calçamento, seu nivelamento, seus passeios, a posição dos edifícios junto à rua. Muitas foram as que surgiram no período. A rua dos Italianos, depois chamada Cristóvão Colombo, ocupada principalmente por esse grupo de imigrantes, relacionados com outra rua vizinha, a da Fábrica, posteriormente Avenida Leite de Castro, em homenagem ao então Agente Executivo Municipal. Mais ao centro, por iniciativa particular, foi aberta a rua das Mangueiras, nomenclatura derivada das frondosas árvores que possuía, cortadas nas primeiras décadas do Novecentos. A Avenida Hermílio Alves, antiga rua Voluntários da Pátria, alcançou novo padrão por conta da Oeste de Minas. Atrás da Estação fez-se a Antônio Rocha. Mais adiante a Paulo Freitas. A ocupação do Lenheiro possibilitou o alargamento, por obra de Carneiro Felipe, da rua Paiçandu, que se tornaria a avenida que consagraria seu nome. Isso já na primeira década do século XX. Todas assim batizadas em homenagem a engenheiros da Oeste de Minas. De acordo com André Guilherme Donelles Dangelo, Vanessa Borges Brasileiro e Jota Dangelo, essas vias modificaram a centralidade de São João del-Rei, que até então se circunscrevia em torno da rua Direita<sup>178</sup>. Também as avenidas Oito de Dezembro e Tiradentes, a rua São Leonarda, a rua Nova, depois Sebastião Sette. Tempo em que se adensava o povoamento do Matola, do Matosinhos, da região do córrego do Segredo.

Às autoridades pedia-se que fossem dados maiores cuidados às principais vias. A *Tribuna* as identificava como sendo a Duque de Caxias, a Moreira César e a

---

<sup>178</sup>DANGELO et al, op. cit., p. 26-27.

Marechal Bittencourt, “as ruas centrais”, “as três onde palpita o coração da cidade” (A TRIBUNA, 10/10/1920), espaços de ocupação mais antiga, e com as avenidas Hermílio Alves e Carneiro Felipe, recentes, “as principais artérias”, onde se concentrava o grosso do tráfego, graças à Oeste (A TRIBUNA, 15/09/1918). De acordo com Maldos, junto do largo do Tamandaré, depois transformado em praça Severiano de Resende, esses locais eram os pontos principais do comércio sanjoanense. Daí a sua reconhecida importância. Além disso, conforme o mesmo autor, a rua Direita, com o passar do tempo se foi tornando cada vez mais residencial<sup>179</sup>. Residencial era também a rua da Prata, depois nomeada Padre José Maria Xavier com as intervenções que a nivelaram e a embelezaram, possibilitando que fossem construídas soberbas casas em seu lado direito, cujos fundos davam para o Rio Acima. Para o *Repórter*, “uma rua aristocrática” (O REPÓRTER, 03/04/1910).

Havia uma estratificação nos lugares de morar. Enquanto as elites de São João residiam no centro, com chácaras nos arredores, as parcelas pobres da população moravam no Segredo, no Bonfim, no Guarda-Mor, no Tijuco, nos morros ou atrás da Igreja do Rosário<sup>180</sup>. E também nas regiões das fábricas, concentrando inúmeras famílias de trabalhadores. De modo que a atenção que deveria ser dada às ruas, largos e avenidas de São João del-Rei correspondia à sua importância social e econômica. Intervenções que atenderiam tanto a exigências estéticas, quanto de mobilidade, repaginando os antigos logradouros e adequando os novos. Porque era onde os grupos de maiores recursos moravam, comerciavam, gastavam seu tempo de lazer, recebiam e hospedavam os forasteiros, comandavam suas indústrias. Essa disparidade no tratamento era vista como algo natural pelos periódicos. Isso fica evidente, por exemplo, nas recomendações do *Dia* sobre o que deveria ser feito para que a cidade estivesse em condições de abrigar seus visitantes para as comemorações do Bicentenário: com o fim do trabalho dos esgotos, a Câmara poderia tratar do aformoseamento das vias que margeavam o Cais, a Hermílio Alves e a avenida Carneiro Felipe, dotando as ruas principais com passeios, contando com a boa vontade dos proprietários. A cidade não teria, dessa

---

<sup>179</sup>MALDOS, op. cit.

<sup>180</sup>COSTA, op. cit., p. 20.

maneira, “razões de se envergonhar de abrir as suas portas aos visitantes” (O DIA, 25/04/1912).

Ponderações que não eram exclusivas do primeiro diário sanjoanense. O *Resistente*, em 1898, pedia a imposição de instalação de bicares com escoamento por baixo dos passeios e a normalização dos telhados mormente dos prédios baixos, dando termo ao “hediondo” sistema de beira e sobeira na rua Moreira César, em primeiro lugar, em segundo na Duque de Caxias e nas ruas Marechal Bittencourt, Balbino Cunha e da Prata, em terceiro, o que demonstra uma certa ordem de importância das vias, uma gradação, privilegiando o miolo que ia da Igreja de São Francisco até a rua da Matriz, a mesma região apontada por Maldos como o núcleo comercial sanjoanense até as primeiras décadas do século XX (O RESISTENTE, 17/03/1898). O *Repórter* pedia a remoção do mato alto nas ruas centrais, servindo de alimento para o gado que lá transitava, o que deixa implícito que isso seria coisa de pouca monta nas vias distantes, natural até, mas inconcebível para uma parte da cidade que queria soar e ser vista como civilizada (O REPÓRTER, 14/02/1909). Algumas ainda com cheiro de curral. As perigosas cavalhadas de animais de pasto do Asilo na rua do Matola, denunciadas pelo mesmo periódico, expõem o ambiente semi-rural de muitos pontos da área urbana de São João del-Rei (O REPÓRTER, 02/05/1909).

E as reclamações dos periódicos, rogando das autoridades maior atenção aos pontos periféricos de São João eram a exceção que confirmavam a regra. O *Repórter* é bem claro na existência dessa clivagem. A citação é longa, mas vale a pena:

Não são só as ruas centrais da nossa urbe que necessitam das vistas benéficas das municipalidades. É certo que as ruas centrais de uma cidade que se diz civilizada, precisam ser tratadas com mais esmero do que as distantes; não há dúvida alguma que os pontos em que estão concentrados o alto comércio, o comércio elegante – precisam ser mais limpos, mais asseados.//É no centro que o viajante, o visitante, o *touriste*, mais se demora, aí no centro a população é mais condensada e nas ruas comerciais são estabelecidos os rendes-vous das exmas. famílias. Isso, entretanto, não quer dizer que deve a câmara tratar com descaso as ruas afastadas do centro, os bairros retirados [grifos no original].

Porque nesses lugares moravam outros tantos pagadores de impostos, no direito, como qualquer filho de Deus do centro, aos serviços da Edilidade (O REPÓRTER, 25/11/1909).

Ruas periféricas, como do Fogo, do Campo, do Barro, da Laje, do Maquiné, habitadas pela população pobre de São João, pouco apareciam nos pedidos de intervenção sobre as vias por meio dos periódicos, ainda que fossem bastante antigas. A referência, quando surge, denota a desdida da Câmara para com essa gente. Os moradores da rua do Fogo, por exemplo, se queixavam dos buracos na via, das pedras enormes arrancadas pelos empregados da Câmara e não recolocadas, da falta de água, da falta de luz e até da supressão da torneira que abastecia a vizinhança (A REFORMA, 08/03/1917). Pelo contrário, a presença das elites na ocupação de regiões outrora pouco urbanizadas, demandava um tratamento diferenciado. A Avenida Oito de Dezembro, aberta no Matola na segunda metade da década de 1910, embora fosse recente, posta em um dos pontos limítrofes da área urbana, merecia especial cuidado da Municipalidade. Afinal, como pondera a *Tribuna*, seria “o bairro mais pitoresco e salubre da cidade”, devendo a Câmara encetar os serviços necessários antes da chegada das chuvas, interrupção que seria “um grande absurdo, porquanto é uma via que vai se tornando, pelo aspecto chique dos prédios que ali se ostentam, digna dos amparos dos dirigentes” (A TRIBUNA, 31/08/1919).

Geralmente os pedidos de obras nas ruas da cidade incidiam no seu nivelamento, calçamento ou troca de calçamento, abaulamento, alinhamento, colocação de passeios ou regulação das casas junto às vias, capina do mato, tapamento de buracos, irrigação das vias contra o pó ou fim de lamaçais, criando assim, um conjunto ordenado, tanto belo, quanto propício ao tráfego. Robert Moses Pechman destaca que a partir do século XIX, o discurso dos urbanistas e dos reformadores passou a apresentar a rua “como puro espaço de circulação que remete apenas para as esferas do consumo e do trabalho”, valorizando o tráfego e a circulação, em detrimento da presença de seu uso cotidiano pelas camadas populares, numa perspectiva fortemente funcionalista<sup>181</sup>. Esse último ponto, que

---

181PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org). *Imagens da cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero; Anpuh/São Paulo, 1993, p. 32-33.

incidia sobre as maneiras de viver o espaço público e privado de acordo com as novas exigências da modernidade, discutirei no próximo capítulo. Importa, nesse momento, se atentar para como a noção do tráfego e, indissociável dessa primeira questão, o embelezamento das vias, se tornaram importantíssimas para as obras discutidas e realizadas nas vias sanjoanenses. Os pedidos de macadamização, por exemplo, são exemplares. Desde fins do século XIX já se demandava esse serviço na Paulo Freitas e na Hermílio Alves, como podemos ver pelo *Resistente* (O RESISTENTE, 17/03/1898). A Hermílio Alves, para o *Repórter*, deveria ser macadamizada por conta do intenso movimento e do fato de ficar intransitável durante as chuvas, além de não oferecer uma boa impressão aos visitantes. O problema do tráfego também era invocado para justificar a macadamização da avenida Leite de Castro, ao menos numa faixa em que o trânsito fosse maior, visto ser difícil a passagem de veículos nos tempos de chuva, mesmo que esta se encontrasse longe do centro (O REPÓRTER, 02/12/1909). Afinal, ponto de importância econômica, a via deveria ajudar ao escoamento da produção até o centro. A Municipalidade do início da gestão de Leite de Castro havia autorizado a desapropriação de terrenos no fim da rua Paulo Freitas, no trecho cujo alinhamento havia sido modificado (S. JOÃO D'EL-REY, 06/05/1899). Interpreto isso como um esforço das elites sanjoanenses em facilitar as comunicações entre a fábrica, nos arrebalde e a cidade, promovendo o tráfego sem estorvos de um ponto a outro.

Os problemas decorrentes da grande movimentação de homens e veículos proporcionado pela Oeste, também motivavam pedidos de serviços em logradouros das imediações ou obras efetivas da Câmara. Por exemplo, os buracos da rua Comendador Magalhães, que na época das chuvas causavam poças de água e lamaçais, atrapalhando o trânsito, movido pelos armazéns da Oeste e por uma indústria que lá se instalara (O REPÓRTER, 25/08/1907).

A colocação de pontes cortando a Praia e seus afluentes também surgia como medida para facilitar as comunicações. São João ainda hoje é conhecida por elas. Os moradores do Faria, “bairro novo e bastante habitado”, situado “do lado de lá do córrego do Lenheiro”, não tinham acesso à margem oposta, onde se situava o comércio, por falta de uma ponte de ligação, pedindo, por isso, providências (O REPÓRTER, 15/02/1909). A Câmara, nesse sentido, às vezes contava com o auxílio

da Oeste de Minas. A ferrovia, por exemplo, no final da década de 1900, havia providenciado a colocação de uma ponte metálica, batizada de Chagas Dória, vinda expressamente da Europa, em frente à rua Santa Leonarda (O REPÓRTER, 06/09/1908). Inaugurada não oficialmente em 1908<sup>182</sup>, fora destruída na grande enchente de 1917. É provável que os engenheiros da estrada visassem, tal como Carneiro Felipe com a abertura da avenida, tanto angariar capital político entre a gente de São João, quanto facilitar as comunicações com a estação. A mesma Oeste se prestou à colocação de novas pontes e pontilhões, em substituição às destruídas, embora o lugar escolhido, como aquela posta em frente ao Teatro, fosse contestado por muitos justamente pelos prejuízos que causaria ao tráfego (A NOTA, 06/06/1917).

O discurso do embelezamento vinha em paralelo. Para o nivelamento da rua Padre José Maria Xavier, a Câmara, em 1899, procedera pela desapropriação de vários terrenos (S. JOÃO D'EL-REY, 13/05/1899). Alargada, nivelada e arborizada, se tornou, nos anos posteriores, um dos mais importantes logradouros sanjoanenses. Na década de 1910, a Edilidade havia aprovado a sua macadamização. Para a *Reforma*, seria uma experiência para a substituição do calçamento das vias sanjoanenses. Dotando a cidade de “um extraordinário aspecto em contraste com o atual”, facilitaria o transporte de cargas, automóveis e outros veículos (A REFORMA, 01/08/1914). Beleza e funcionalismo aqui seriam elementos imbricados. O utilitarismo da modernidade seria, ele próprio, digno de apreciação estética. Nessa questão, outro exemplo significativo é a substituição do calçamento chamado “pé de moleque”. A rua Municipal ou Moreira César, era para o *Minas-Jornal*, como para muitos periódicos de nosso recorte, a mais “chique” de São João, sendo notável seu movimento noturno e diurno, tanto pelo lado do comércio, quanto pelo lazer, merecendo, por isso, a comparação com a carioca rua do Ouvidor. Mas a macularia o calçamento colonial, “que já estropiou muito casco de emboaba, na era dos bandeirantes e do ouro...”. Conta o periódico que gente abastada dessa rua

---

<sup>182</sup>A ponte foi entregue ao público sem um evento oficial. Nenhum carroceiro queria atravessá-la sem que houvesse um primeiro a tomar a iniciativa. Roque Balbi, importante comerciante e, mais tarde, gerente da *Verdade*, foi a pessoa decidida a tal e os carroceiros obrigaram-no a “pagar a multa”, muito “espirituosamente” aceita por ele, mandando vir cerveja e fazendo soltar girândolas no ar. Cf. O REPÓRTER, 13/12/1908.

decidira ajudar os cofres da Câmara para que fosse providenciado o seu “embelezamento” (MINAS-JORNAL, 15/01/1919).

Seguindo o exemplo do pé de moleque, esse embelezamento decorreria, do mesmo modo, da supressão de outros traços coloniais da cidade – a constituição de um ordenamento movido por uma racionalidade incompatível com o caráter orgânico da ocupação da urbe desde os tempos do ouro. Vimos como o casario era desconsiderado esteticamente, cabendo aos proprietários que ao menos dotassem seus prédios com fachadas ao gosto da época. Medidas que às vezes não encontravam acolhida entre os donos das casas e terrenos, é certo, e que, se por um lado demonstram esse desejo em dotar São João de uma feição condizente com a importância que julgava ter, por outro ressalta a morosidade do poder público e a resistência dos moradores em não fazer cumprir o que determinava a Edilidade. O que era prejudicado ainda, pela falta de critério da Câmara em suas intervenções na cidade. Pela *Opinião*, “Max Scorpio”, lamentava o proceder dos poderes públicos no tocante às obras municipais, “especialmente os reparos de ruas, alterações de calçamento ou concertos, alinhamento de casas e sua edificação, não obedecem a um plano, não tem uma orientação racional e que revele gosto e adiantamento” (A OPINIÃO, 09/02/1908).

Esse problema fica evidente, por exemplo, na questão da abertura da rua Santa Leonarda. O *Repórter* lamentava que o Agente Executivo fosse permissivo com os proprietários do novo logradouro, que construíssem seus prédios diminuindo a largura da via, de modo que se tornaria, em breve, uma viela (O REPÓRTER, 25/09/1909). É certo que tratava-se de imprensa oposicionista e que muita coisa diria para desmoralizar Leite de Castro. Mas outros setores das elites sanjoanenses se incomodavam com esse estado de coisas na fisionomia da cidade, como a Associação dos Empregados do Comércio, que no questionário dirigido à Câmara odilonista, pedia contas sobre a falta de alinhamento das novas casas (A TRIBUNA, 23/12/1918). Percebemos, portanto, que mesmo os novos prédios ainda mantinham o padrão de construção dos tempos coloniais. Os proprietários, querendo se adequar ao gosto vigente, mas ainda presos aos modelos pretéritos, por vezes davam às suas edificações um aspecto, no mínimo, curioso. A *Nota* ironizava o prédio reformado na rua do Comércio, nº 44, “sistema misto do antigo e do

moderno”, risível, no seu entender (A NOTA, 20/06/1917). O que dizer então das ruas já existentes? A sanjoanense rua Direita, também conhecida como Duque de Caxias, seria para Caetano Werneck, escrevendo no *Repórter*, igual a todas as coloniais vias do mesmo nome: “Ver uma é ver todas. E a parecença que começa no nome, acaba na direção e no alinhamento, porque todas têm também por caráter geral o serem tortas”. Torta e cortada por becos: “E o diacho da rua só tem saídas estreitas e apertadas para qualquer dos lados, para o sul, para o norte, para leste ou para oeste” (O REPÓRTER, 06/12/1908).

Mas sejamos justos com as elites sanjoanenses. Compartilhavam o desejo dos grupos dominantes de norte a sul do Brasil em se desfazerem da aparência colonial e, portanto, arcaica das suas cidades. Porém, diferentemente de outros centros, que dispunham de maiores recursos para empreender seus intentos reformistas, São João del-Rei, por um lado, não contava com esse aporte financeiro e, por outro, tinha a possibilidade de criar um ordenamento espacial que não fosse limitado pelo centro colonial, dada a existência de amplos terrenos a serem ocupados. Seguindo as conclusões de Romero sobre os empreendimentos urbanos pela América Latina durante os séculos XIX e XX, podemos enquadrar São João nessa maioria de cidades do continente que, sem recursos ou interesse em empreendimentos de maior magnitude, se contentavam com intervenções em “áreas adjacentes do centro urbano tradicional e os novos bairros”, embora sem nunca deixar de mirar de algum modo o modelo de Haussmann<sup>183</sup>.

O que não quer dizer que o discurso que legitimasse a derrubada do casario colonial não estivesse presente, nem que ações do tipo de fato não fossem executadas, embora de uma maneira limitada. As falas e ações se amparavam aí em concepções estéticas, higiênicas e de valorização do tráfego. A *Reforma* comemorava a desapropriação de um sobrado velho, que servia de depósito e venda de gêneros, situado no início da Avenida Carneiro Felipe, na confluência com a Moreira César, estreitando-a. O trecho, segundo o periódico, ficaria com melhor aspecto (A REFORMA, 20/07/1916). Circulação não só de veículos e pessoas. Obedecendo aos preceitos da medicina urbana, também dos elementos. Em 1912 moradores das ruas Vigário Amâncio, Resende Costa e Paulo Teixeira endereçaram

---

183ROMERO, op. cit., p. 370.

um abaixo-assinado à Câmara pedindo a demolição dos prédios que formavam um pequeno quadro lateral a essas ruas, para dar lugar a uma praça. O pedido teve boa acolhida no *Repórter*, que por sua vez dizia que as desapropriações custariam pouco à Municipalidade, já que as casas seriam de valor irrisório (O REPÓRTER, 10/11/1912). É significativo que moradores de São João del-Rei tenham feito esse pedido à Câmara, mostrando a propagação do ideário modernizador por, pelo menos, alguns círculos da população local. A solicitação foi aprovada pela Edilidade, que votou para que se entrasse em acordo com os proprietários desse trecho condenado, que por sua vez se prontificaram em auxiliar a Câmara no “progresso de nossa terra, visando mais o interesse geral do que particular”. Do mesmo modo, o periódico esperava que tivessem a mesma visão os proprietários do trecho entre a rua Tiradentes e a Marechal Bittencourt, “por necessidade pública e embelezamento da cidade”. Com isso, São João ficaria dotada de duas praças centrais, que muito concorreriam “para seu progresso e ao mesmo tempo para a sua salubridade, visto como, as partes condenadas, são de *casebres*, salvo uma ou outra exceção sem higiene e de construções antiquadas [grifos no original]” (O REPÓRTER, 17/11/1912). As figuras 18 e 19 mostram, em dois mapas feitos em períodos distintos, as modificações acarretadas com a derrubada desse trecho entre a Tiradentes e a Marechal Bittencourt e em que, posteriormente, foi criado o Largo da Cachaça, atualmente conhecido como Praça Dr. Salatiel e Praça Barão do Rio Branco.



FIGURA 18 – Recorte de Mapa de São João del-Rei de 1915 mostrando o quarteirão compreendido entre as ruas Tiradentes (da Cachaça) e do Comércio (Marechal Bittencourt). Apesar de o pedaço a ser demolido ainda figurar no mapa, um risco feito a lápis, intervenção posterior (não posso precisar de quando), destaca o trecho demolido e que deu origem ao Largo da Cachaça (Fonte: **Mapa topográfico de São João d’El-Rey**, 1915).



FIGURA 19 – Recorte de mapa de São João del-Rei de 1949. Nesse momento o trecho do quarteirão entre a rua do Carmo e Tiradentes já havia sido demolido e dado lugar à Praça Dr. Salatiel, referida no mapa como Praça Barão do Rio Branco (FONTE: **Planta da cidade de São João d’El-Rei**, 1949).

Uma olhada na relação de casas a serem cobradas pelo imposto predial de 1912, mostra que várias delas pertenciam a um mesmo proprietário. Só na região dos logradouros que dariam lugar a essas praças, D. Joana Teresa de Jesus Lima possuía uma casa na Resende Costa, nº 34, outra na Vigário Amâncio, nº5 e mais

uma na Travessa Resende Costa, nº 1; José Francisco Lopes Sotero proprietário de duas na rua Resende Costa, nº 4 e 24; Antônio de Assis Pereira era dono de três na Resende Costa, nº 15, 40 e 42, uma outra na Travessa Paulo Teixeira, nº 2, outra na rua do Carmo, nº 2 e mais três na rua Marechal Bittencourt, as de nº 16, 20, 38; Manuel A. Alves de Oliveira possuía duas na mesma rua, nº 60 e 66; D. Zeferina Viegas as de nº 18 e 31; Antônio A. Pereira da Cunha Torga era dono de duas na rua do Carmo, nº 4 e 6 e outra na Resende Costa, nº 37; Carlos Justiniano de Paiva era proprietário de duas na Resende Costa, nº 16 e 33; os herdeiros de Manuel de Souza Guerra as de nº 6 e 21 na mesma rua, sendo que este também aparece como proprietário, na rua Marechal Bittencourt, dos prédios de nº 19, 24 e 35; D. Mariana de Paiva era possuidora das casas de nº 6, na rua Tiradentes e as de nº 8 e 21 na rua do Carmo; João Jacob Sewaybricker era dono da casa nº 3 na Travessa Paulo Freitas e das de nº 1, 3 e 15 na rua do Carmo, fora muitas outras espalhadas pela cidade (O DIA, 08/06/1912; 09/06/1912; 18/06/1912; 19/06/1912; 21/06/1912). Citemos só esses.

Como já foi dito nesta seção, muitas casas de São João eram de aluguel e é provável que as pessoas aqui citadas assim procedessem com suas propriedades. Cedidas para gente pobre, o ganho das desapropriações talvez fosse maior do que a renda auferida pelos aluguéis ou ainda, provavelmente, compensasse a perda. Além disso, com a colocação das praças, os terrenos da vizinhança se valorizariam bastante. Assim, seria fácil para os proprietários se arvorarem amigos do progresso de São João. Já aqueles despejados com as desapropriações, não sabemos sua opinião acerca de sua contribuição forçada com o embelezamento e salubridade locais.

Só que é importante termos em mente que, embora existisse uma rejeição ao padrão arquitetônico do casario de São João del-Rei, as suas elites dirigentes não negavam toda a herança colonial visível em suas ruas. Como destaca Ralf José Castanheira Flôres, embora não despontasse ainda o conceito de “patrimônio”, a ideia de preservação de algum tipo se ligava a obras isoladas, consideradas pelo seu valor artístico e sua relação com uma determinada concepção do passado local, tema explorado no capítulo anterior. Obras como as igrejas barrocas, como as famosas pontes de pedra. O resto da malha colonial e imperial, do traçado urbano

pretérito, era visto como um impedimento para iniciativas modernizadoras<sup>184</sup>. E se muito se manteve da malha colonial sanjoanense não foi, como já exploramos, por apego ao seu casario. Faltava dinheiro, sobravam terrenos a serem ocupados. Assim permaneceu, até que em 1938 a cidade fosse tombada pelo SPHAN. O casario, as ruas estreitas, o ar colonial, antes uma vergonha, um atraso, tomavam uma outra valoração, ao menos para os técnicos e intelectuais do Estado Novo. Daí resulta um outro tipo de dinâmica de conservação patrimonial. Na construção da identidade nacional, o mundo barroco que pairava as Minas Gerais foi tomado como precursor da cultura brasileira. O que entrou em choque com o ainda vigente ideário progressista das elites sanjoanenses, que não possuíam a mesma sensibilidade na sua relação com o grosso de seu passado urbano. Isso, porém, é outra história, que foge ao presente recorte<sup>185</sup>.

Se certas edificações antigas eram representativas de uma glória pretérita que, ao fim e ao cabo, se relacionavam com a própria identidade sanjoanense, outras, de lavra mais recente, deveriam ser modificadas, construídas ou reconstruídas, de forma a expressar o poderio presente das elites locais. Essas pretensões se associavam com aquela discussão, já expressa em linhas anteriores, sobre o papel político e econômico de São João del-Rei dentro de Minas. A invocação de sua alegada importância ou, quando não, a sensação de que a cidade estaria sendo preterida, eram recursos amplamente utilizados para subsidiar propostas e reclamações contra o estado de algumas significativas construções na paisagem sanjoanense. O novo conjunto da Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, que deu lugar ao prédio dos tempos coloniais, além de corresponder aos modernos princípios da higiene e da medicina, seria, de acordo com a *Reforma*, “o acontecimento mais notável aqui realizado nestes 20 anos” (A REFORMA, 22/06/1913).

O Pavilhão do Matosinhos, erigido para as comemorações do bicentenário de São João del-Rei e inaugurado um pouco depois, foi um belo feito de engenharia e uma notável expressão material desse esforço em construir um passado e uma identidade sanjoanenses (FIGURA 20). O evento de colocação da cúpula contou

184FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre passado e progresso**. Dissertação de Mestrado. USP-Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2007, p. 72-74.

185Cf. Idem.

com a presença de grande multidão do povo, autoridades federais e estaduais, a Câmara, a Imprensa, famílias e gente grada da sociedade local. Severiano de Resende, inflado pelo seu ardor por São João, sugeriu mudar o nome da rua Moreira César para Tomé Portes del-Rei e da praça das Mercês para Praça Brás Baltasar, figuras envolvidas nos primeiros tempos do antigo arraial. As vistas de Sebastião Sette também estavam lançadas para aquele período, pois, em discurso, lembrou o episódio do Capão da Traição (A REFORMA, 18/07/1914). Colocado no Matosinhos, lugar em que se julgava ter acontecido esse fato marcante da Guerra dos Emboabas, o Pavilhão ligava as origens de São João del-Rei com o seu presente momento, uma perpetuação da memória de algo que seria constitutivo da história e da identidade dessa gente.



FIGURA 20– O Pavilhão do Matosinhos (FONTE: BELLO, op. cit).

Mas, na realidade, não passou de um “elefante branco” de ferro e cimento. Tornou-se alvo de críticas e piadas constantes nos periódicos, geralmente interessados na função que a Câmara pretendia lhe dar. Na festa de Matosinhos, chegou a ser, inclusive, transformado em verdadeira casa de jogos e para a *Nota*, diante de seu uso pouco dignificante, “provava bem o nosso progresso nesses duzentos anos passados!...” (A NOTA, 28/05/1917). Já na oposição, a *Tribuna* denunciava o fato de terem sido gastos nas obras do Pavilhão 100 contos de réis, ainda que elas não tivessem sido concluídas, ficando sem utilidade (A TRIBUNA, 08/02/1920). O *S. João d’El-Rey*, de Odilon de Andrade argumentava, por sua vez,

que o dinheiro gasto tinha vindo da iniciativa de uma comissão particular, iniciada por Carlos Guedes, negociante local, pouco atuando a Municipalidade, não deixando sem resposta as acusações sobre os altos valores envolvidos. De qualquer modo, ainda que os festejos não tenham ocorrido, a iniciativa fora bem-vinda, o edifício “incorporado ao patrimônio municipal simbolizando a boa vontade e os esforços dos verdadeiros amigos da cidade” (O S. JOÃO D’EL-REY, 09/12/1922). Ora, já que Carlos Guedes era o responsável pelo inútil e dispendioso Pavilhão, a *Tribuna* pedia ao eleitorado sanjoanense que não votasse nele para o cargo de vereador nas eleições municipais de 1922 (A TRIBUNA, 23/11/1922). A sina da construção acabou com a sua demolição em 1938.

Já a Estação da Oeste, erigida lá pelos tempos da inauguração da ferrovia, deveria também corresponder ao crescimento da cidade, tanto no seu fluxo comercial e populacional, quanto de importância em Minas. Opinião que toma corpo já na primeira década do século XX, duas décadas depois da colocação do edifício. Movimento que aparentemente começou dentro da própria Oeste. Chagas Dória, seu então diretor, pretendia empreender a sua reforma, de maneira que ficasse mais espaçosa, bela e “digna do movimento e importância desta cidade”, sendo “medida de alta relevância e propulsora do desenvolvimento” da mesma (O REPÓRTER, 14/05/1908). Não podemos daí estabelecer uma série de encadeações surgidas das pretensões de Chagas Dória, dando origem aos constantes pedidos de intervenção no edifício, empregando quase sempre as mesmas justificativas, progressivamente refinadas e elaboradas. Fato é que tornou-se uma demanda recorrente. O *Repórter*, em vista da inauguração recente da estação Chagas Dória, do ramal do Matosinhos, comparava esta, “uma das mais bonitas da Oeste toda, se não a mais bonita dentre todas”, com a da cidade, “velho e antigo prédio”, construído em 1881 com poucos recursos, daí sendo “um sobrado sem arte, sem gosto e sem estética”, impressionando negativamente o viajante. O fato de a estação suburbana ser “mais *chic* [grifos no original]” que a central seria uma anomalia a ser corrigida, de modo que correspondesse com o desenvolvimento da estrada e “dotando a cidade de um edifício condigno” (O REPÓRTER, 19/05/1910). A própria Câmara passou a fazer parte da campanha, requerendo da Diretoria a reconstrução da Estação e dos Armazéns da Oeste, porque, segundo a Edilidade, as edificações, erigidas de forma

provisória trinta anos antes, seriam, naquele momento, incompatíveis com o nível de progresso e desenvolvimento alcançado pela cidade (O REPÓRTER, 08/08/1912). Vemos, que na concepção das elites sanjoanenses, os edifícios de uma cidade deveriam corresponder ao *status* que ela lograria, sendo a estética fundamental nesse processo, afinal demonstrando exteriormente essas representações.

Essa demanda perpassou as sucessivas administrações da ferrovia, mas demorou muito para que houvesse alguma iniciativa nesse sentido. Pedindo providências a Agostinho Porto, diretor da estrada em 1918, a *Tribuna* mostrava um certo ressentimento, afirmando que localidades menores, como Perdões, Carmo da Mata e Itapecerica teriam estações melhores da que a de São João, inestética e sem conforto, muito embora a cidade fosse próspera e movimentada (A TRIBUNA, 13/08/1918). Afinal, não seria a mesma de 1890, com seu comércio e indústrias, “observando-se em ruas, quase inteiras, numerosos prédios de feição moderna a destoar dos edifícios da cidade colonial” (A TRIBUNA, 08/12/1918). Esse tipo de reclamação induz a um pensamento. É de se crer que a Oeste de Minas, naquele momento, tenha superado a própria São João del-Rei, local de sua fundação. Encampada pela União, desenvolveu-se para além do domínio representado pelo Município, para temor das elites locais, que viam nisso um perigo para seus negócios; a demora na construção da nova estação, como desejavam os sanjoanenses, talvez representasse esse fato, consumado com a transferência dos escritórios para Belo Horizonte, em 1920. No fim das contas, era a própria centralidade de São João del-Rei em Minas que era posta em jogo.

Somente em 1919, após visita do então Ministro da Viação, Afrânio de Melo e Franco irmão do diretor da Oeste por aquela época, Ademar de Melo Franco, é que tomara corpo a iniciativa, com a promessa de ampliação e remodelação do edifício (A REFORMA, 16/06/1919). Mas o que apareceu não foi de agrado das elites letradas locais. Era, no parecer da *Tribuna*, um prédio inestético, ausente a “graça das modernas construções, isto é, agradando a vista pelo conjunto harmonioso que apresentam.”//Um edifício à antiga: pesado e sisudo” (A TRIBUNA, 09/11/1919). O que motivou, já sob a direção de Basílio de Magalhães, críticas à aliança entre Odilon de Andrade e Francisco Sales: como nada teria feito por São João ou pela Oeste, cujos escritórios haviam sido transferidos anos antes, restara à cidade um

edifício indigno de seu renome, uma estação “apenas feiamente remendada” (A TRIBUNA, 08/02/1920).

Na mesma margem do Lenheiro, entre a Estação e o Paço da Câmara fora inaugurado em 1893 o Teatro Municipal. Edificação criada para substituir o Teatro Sanjoanense, levantado em 1839 e que situava-se na rua da Prata, destruído em um desabamento em fins de 1889<sup>186</sup>. A *Pátria Mineira* falava que, diante da tragédia que consumira “o edifício que tantas noites lhe proporcionou de prazer e animação”, “pior é o desânimo que reina sobre o espírito da população”. Cética quanto a uma ajuda de instâncias superiores, pedia que a Câmara Municipal fizesse algo para que São João não ficasse privada de um teatro; que levantasse donativos voluntários, que destinasse parte de suas rendas para a reconstrução. “É preciso que o teatro que tanto nobilitava S. João del-Rei, a ATENAS DE MINAS, se levante das ruas em que se afundou e reabra as portas civilizadoras a esta população ávida de progresso” (A PÁTRIA MINEIRA, 05/12/1889).

A reconstrução do prédio se deu em relativo pouco tempo. A Intendência, em 1891, adquirira um terreno da Santa Casa de Misericórdia, ao lado do Hotel Oeste de Minas, para lá colocar o novo Teatro, pelo favor de 6 contos de réis. As elites sanjoanenses, de engenheiros da Oeste a negociantes da praça, passando por várias senhoras, buscaram ajudar a administração no empréstimo que levantara para a construção da nova casa de espetáculos e uma subscrição fora criada para financiar a operação, entre valores que iam de 100\$000 até 5:000\$000<sup>187</sup>. Ao desembolsar esse dinheiro, esse grupo, por um lado, dava mostrar de seu poderio econômico e social, de *status*, em outras palavras; por outro, fincava as representações que construía em torno de si como parte de uma população generosa, filantrópica, culta e civilizada. Nada era por acaso. Sendo o teatro, como destaca Ana Maria Daou na sua análise sobre a *Belle Époque* manauara, um espaço de autoconsagração e aprendizado dos novos costumes para as elites<sup>188</sup>, a reconstrução da casa de espetáculos em São João del-Rei correspondeu às mesmas pretensões. De feições modernas, ponto de encontro das classes abastadas, os grupos dominantes de São João reforçavam sua vinculação a

---

186GUERRA, op. cit., p. 32.

187Idem, p. 73-74.

188DAOU, op. cit., p. 173, 215-216.

determinados gostos burgueses nos modos de agir e se portar e na estética da edificação, num encontro que não apagava em nada a identidade que gravitava em torno de suas predileções por tudo o que era culto e refinado artisticamente. Encontro da tradição sanjoanense com as demandas da modernidade burguesa.

A casa de espetáculos foi finalmente inaugurada em 9 de Fevereiro de 1893. Rebombou pela plateia o Hino Nacional e depois houve a apresentação do drama *Dalila*, pela companhia Febo, de Furtado Coelho. No pano de boca estavam pintados o recém-aberto edifício e a vista de “um dos mais belos trechos da cidade”. Assim, nas palavras da *Pátria Mineira*, estaria “finalmente satisfeita uma das mais nobres e mais ardentes aspirações dos habitantes de S. João del-Rei”, “depois de mais de três anos de ansiosa expectativa” (A PÁTRIA MINEIRA, 02/02/1893) (FIGURA 21).



FIGURA 21 – O Teatro Municipal antes de sua remodelação (FONTE: BELLO, op. cit.).

No novo século, o Teatro Municipal por quase quinze anos ficou sob a gestão da Empresa Faleiro, que o havia arrendado em 1908. O estado em que o encontrara seria lastimável. Em edição do ano anterior, o *Repórter* destacava a degradação do edifício, enumerando seus diversos problemas a uma Câmara que lhes deveria dar

solução. Sua entrada e seu peristilo estavam em ruínas, oferecendo “a mais desoladora impressão”, sendo pior o aspecto no interior. Na passagem do camarote ao terraço, o soalho estava tão podre, que um menino, passando por lá, caíra em cima da banda que tocava no momento, o chão se abrindo sob os pés. O soalho da plateia no mesmo estado. Vidraças sem vidros, falta de pintura e iluminação precária. Para o *Repórter*, o Teatro precisava de “vigilante conservação, aconselhada mesma pela economia”. O que explica um descuido tão grande com um edifício que deveria ser representativo do amor dos sanjoanenses a tudo o que se relacionava à cultura, correndo o risco ainda de dar uma má impressão a um potencial visitante frente a essa situação? Como vimos, a situação financeira da Câmara era bastante precária e o uso que fazia de suas rendas era um tanto arbitrário, visto a falta de um projeto racional e centralizado de intervenções na cidade. O Teatro, frente a outras iniciativas, como as obras de água e esgoto, a Praia, o Cais, as vias públicas, talvez figurasse em segundo plano. Significativa é a fala do *Repórter* no texto citado: “é vezo antigo, em obras municipais, construí-las e deixá-las em abandono, às intempéries do tempo – julgando-se que são eternas” (O REPÓRTER, 15/09/1907). Substituindo aquele que ruíra décadas antes, o importante seria não ficar sem um. Aparentemente, o lugar escolhido também não fora o dos mais propícios: seria alagadiço e úmido, daí advindo a rápida degradação do prédio, motivando a necessidade de reforma (O REPÓRTER, 25/12/1912). O *Resistente*, a propósito, nos revela que o córrego da Santa Casa passava ao lado do Teatro (O RESISTENTE, 29/04/1897).

O arrendamento à Empresa Faleiro veio aliviar a Câmara nesse sentido e responder às cobranças quanto a conservação de algo que se julgava de importância capital para a cidade. Pelo contrato, a Empresa se comprometia a reformar o Teatro. Vendo a planta apresentada para o projeto, o *Repórter* se animou com a empreitada, crente de que São João del-Rei ficaria “dotada de um estabelecimento na altura de sua civilização” (O REPÓRTER, 12/08/1909). Assim, a existência do edifício, embora correspondendo aos ascendentes ideais burgueses de prestígio e civilização, por si só não bastaria. A edificação deveria caminhar de acordo com as demandas do tempo, respondendo ao desenvolvimento que se acreditava ter chegado à cidade naquela altura. A Empresa Faleiro havia arrendado

o Teatro pelo prazo de três anos. Cabia a ela os reparos necessários, bem como a limpeza do prédio (O REPÓRTER, 04/11/1909). O edifício reformado foi entregue ao público em 14 de Julho de 1910, sendo devidamente abençoado. Conquanto um Teatro significasse, dentre outras coisas, a inserção de mais um elemento de civilização no espaço sanjoanense, a *Opinião* apontava benefícios de ordem higiênica, já que a Empresa Faleiro, graças à reforma, proporcionou à população sanjoanense a possibilidade de “deleitar o espírito sem prejudicar a saúde”, com o aumento da ventilação, de sorte que os frequentadores não inalassem grandes quantidades de gás carbônico, “veneno tão violento que mata instantaneamente a quem o aspira” (A OPINIÃO, 24/12/1911).

Mas nem tudo eram flores no Teatro reformado. Tinha pulgas. Muito quente, seria o “*forno dos confeitadores* [grifos no original]”, brincadeira que colocava em evidência o fato de a família Faleiro ser conhecida pela confeitaria do mesmo nome (O BENEMERITO 75, 14/02/1915). Nessa conta, havia ainda o contrato firmado com os arrendatários. Pelo que hoje chamaríamos de *lobby*, os Faleiros mandavam e desmandavam no mercado teatral e cinematográfico de São João del-Rei, além de manterem duvidosas relações com a Câmara dos “Jovens Turcos”, tendo o *Benemerito 75* sugerido uma troca de favores entre eles (O BENEMERITO 75, 21/03/1915). A renovação do contrato, que vigoraria até 1922, fora especialmente criticada, pois os arrendatários, segundo o *Benemerito 75*, conseguiram se desobrigar da reconstrução do Teatro, empreendendo somente uma remodelação (O BENEMERITO 75, 10/10/1915). Assim, a insatisfação quanto ao tamanho da casa de espetáculos perdurou pelos anos seguintes. Seria, segundo a *Tribuna*, um “Teatrinho” de umas 550 cadeiras, pouco higiênico e em “desarmonia com o crescente progresso da cidade” (A TRIBUNA, 01/09/1918).

Com a colocação da *Tribuna* em franca oposição ao grupo odilonista, os aliados do mandatário sanjoanense não foram poupados, inclusive os Faleiro. Estes teriam enchidos os bolsos com os contratos de arrendamento, com “grave prejuízo, não só da arte dramática, aqui tão cultuada e florescente outrora, como também da estética e até da higiene da cidade” (A TRIBUNA, 26/08/1920). Em 1921 para a felicidade dos baselistas, o Teatro passou à mão de novos arrendatários, a empresa Castanheira & Machado (A TRIBUNA, 01/01/1922). No ano seguinte foi fechado para

reformas que lhe modificaram completamente a feição, ampliado e com nova fachada. Entregue ao público em 1925, o nome de Basílio de Magalhães ainda hoje encima o frontispício do edifício (FIGURA 22).



FIGURA 22 – O Teatro Municipal com a nova fachada, inaugurada em 1925, após três anos fechados para reforma em fotografia de 1995 (FONTE: Acervo de Sérgio Sousa Lima).

Não quero me estender sobre outras obras feitas em São João del-Rei durante o período. Poderia falar do Colégio Nossa Senhora das Dores, do Ginásio de Santo Antônio, da Escola de Farmácia e Odontologia, do Hotel Oeste. As que aqui me referi são demonstrativas dos esforços dos grupos dirigentes locais em sintonizar a cidade com o crescimento do fluxo comercial e populacional; com as demandas culturais; com as exigências estéticas e civilizacionais que regeram o imaginário das elites brasileiras da *Belle Époque*; com a própria problemática que circundava as representadas em torno de São João e de seu papel político e econômico no concerto de cidades mineiras. O resultado desse esforço, porém, nem sempre saía conforme o esperado. Modelos arquitetônicos em desuso, falta de recursos para a realização dos empreendimentos, interesses privados acima da

coletividade e funcionalidade duvidosa eram algumas das variáveis que prejudicavam as expectativas criadas.

Ainda que de forma bastante deficiente e limitada, a colocação dessas obras no espaço urbano sanjoanense são o reflexo de uma recentralização espacial da cidade, vista por parte das elites letradas como uma das soluções apresentadas para o problema de sua fisionomia colonial. Em contraste com sua parte antiga, a região da Praia, com o leito nivelado e retificado, com cais construídos, avenidas feitas, prédios públicos e estabelecimentos importantes, como a Estação, o Teatro, o Hotel Oeste, o Hotel Brasil, a Casa Yunes, as pontes metálicas, o abastecimento de água e a rede de esgotos atendendo às ruas centrais, a eletricidade, tudo isso, enfim, atestava esse esforço de constituição de um aparato quase teatralizado dessas intenções progressistas e civilizatórias, daquilo que Romero chama de “indefinido cenário barroco burguês”<sup>189</sup>. Celebrava-se uma cidade que abraçava o progresso, meio sem o qual não poderia manter o *status* que há muito acreditava possuir.

Mas não podemos reduzir a criação desse aparato como mera macaquice ou mimetismo da modernidade europeia, sem consequências para além do campo das representações ou do discurso. As elites sanjoanenses, ao mesmo tempo em que expressavam sua adesão à ideologia do progresso de bases europeias, por meio de uma linguagem simbólica e de práticas condizentes com demandas materiais – através de uma série de intervenções na cidade, embora de cálculo pouco sistematizado –, reafirmavam seu compromisso com aquilo que considerava ser a tradição sanjoanense e respondiam às suas próprias inseguranças quanto à perda de centralidade do Município. Se não eram reguladas por um plano maior, essas intervenções mostravam a vontade de dotar a cidade de uma estrutura urbana segura para investimentos, propícia para a constituição de um corpo saudável e disposto de trabalhadores e atrativa para veranistas, tendo como fim último a readequação da forma à imagem pretérita de “Princesa do Oeste”.

---

189ROMERO, op. cit., p. 319.

### 3.4. Tecnologias da modernidade: telégrafo, luz elétrica, telefone, automóveis e... bondes?

Antes de se dar um fecho a este capítulo, é interessante dedicar alguns apontamentos acerca dos aparatos tecnológicos da modernidade, objetos e estruturas surgidas da revolução industrial de fins do século XIX e intimamente ligados a esse processo modernizador, elementos visíveis e cotidianos do progresso. A apropriação e aplicação de determinadas tecnologias aparece aqui como um dos muitos meios de expressão desse modelo civilizacional – algo além das intervenções no espaço ou da normatização de condutas, característicos de um grupo que valorizava uma ideologia progressista, de forte exaltação do trabalho livre. Tecnologias, todavia, cuja apropriação e significado atribuído se realizavam de forma diversa pela população, por conta mesmo de clivagens de cunho social, por diferenças no poder aquisitivo e até pela localização espacial dos moradores da cidade.

Dito de outra forma, a tecnologia pode ser percebida então não só como um elemento simbólico da modernidade, mas como instrumento mesmo de sua difusão, a partir da implementação de uma infraestrutura que a suporte. Igualmente, pode ser entendida enquanto objeto de consumo, ligando aqueles que, nas sociedades periféricas, detinham os meios de desfrutar dos apetrechos tecnológicos, autoidentificados enquanto sujeitos progressistas (afinal, trata-se de um elemento simbólico), a uma cultura de escalas planetárias. E, mais do que isso, por conta da possibilidade de aquisição desse instrumental tecnológico, promovia a manutenção de distinções sociais; dotava esses indivíduos de um *status*, porque possuidores de uma maquinaria ligada aos avanços das técnicas e do conhecimento, que a princípio deveriam integrar, mais do que excluir<sup>190</sup>. Uma integração, é certo, feita pelo consumo. Mas o consumo de produtos industrializados numa sociedade capitalista de industrialização incipiente, alimenta, pelo contrário, essas barreiras sociais entre uma classe e outra<sup>191</sup>. Por isso, cabe verificar quais os usos sociais dessas tecnologias. De difusão global, tais apetrechos foram assimilados por localidades que pouco contribuíram com as inovações das técnicas e da indústria, mas, ao

190BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora**: modernização por fios e trilhos (1889-1915). Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 150-151.

191OLIVEIRA, Milena Fernandes de. **O mercado do prestígio**: consumo, capitalismo e modernidade na São Paulo da “Belle Époque” (1890-1914). São Paulo: Alameda, 2014, p. 157-158, 167.

serem empregados em contextos socioculturais diferentes, foram assimilados e ressignificados de maneira particular, respondendo demandas caracteristicamente locais de comunidades cuja composição social e econômica pouco era abalada<sup>192</sup>.

Tendo em mente essas reflexões, discutirei nas próximas linhas como se deu o processo de instalação, assimilação e uso cotidiano de alguns apetrechos tecnológicos da modernidade, com enfoque principal no telégrafo, na eletricidade, no telefone e nos automóveis. Embora o sistema de bondes eletrificados, aspiração de parcelas das elites locais, nunca tenha sido implementado em São João del-Rei, não custa discorrer sobre as representações que foram construídas em torno desse meio de transporte, julgado necessário para complementar a infraestrutura viária de uma cidade que se expandia e que almejava estar a par dos avanços técnicos anunciados pelo “mundo civilizado”. Um último adendo. Pode parecer arbitrário querer excluir dessa seção aquele que seja talvez o maior símbolo da modernidade industrial: o trem. Embora tenha consciência da revolução que proporcionou nos meios de transportes e comunicações, estreitando as fronteiras de forma nunca vista antes do século XIX, o presente recorte, cuja baliza inicial se situa mais de uma década depois da inauguração da E. F. Oeste de Minas, me obriga a essa supressão. Me estenderia, no caso, mais do que me propus, adentrando em outro contexto, ainda que tenha mostrado, ao longo deste capítulo e do anterior, algumas consequências da expansão da Oeste para a cidade de São João del-Rei nos anos compreendidos por este estudo.

Começemos pelo telégrafo. Até 1896 São João não contava com sua própria estação telegráfica. Para se comunicar com o mundo exterior pelos seus fios, os sanjoanenses recorriam à estação que havia no Sítio, atual cidade de Antônio Carlos, pequena localização pela qual passava a Oeste de Minas. Em 1895, de acordo com o *Resistente*, a Diretoria-Geral de Obras Públicas requisitou da Presidência do Estado de Minas Gerais as providências necessárias para que a Estrada cedesse à Repartição Geral dos Telégrafos um condutor paralelo entre aqueles que possuía entre a estação do Sítio e São João, de modo que a cidade ficasse dotada de uma estação telegráfica. Nesse momento, em oposição ao governo de Arthur de Castro, chamado de “maragato”, querendo com isso

---

192GOODWIN JR, James William. O Estado fala mais alto: o telefone em Belo Horizonte, 1894-1912. **História Econômica & História das Empresas**, v. 21, nº 1, 2018, p. 10-11.

desqualificar o Agente Executivo Municipal, comparado aos rebeldes gaúchos da Revolução Federalista<sup>193</sup>, a folha de Sanzio e Severiano de Resende afirmava que esse “grande melhoramento” não fora solicitado pela Câmara, que “só cuida de procurar a chave do baú” (O RESISTENTE, 07/09/1895).

No último dia do ano de 1896 foi inaugurado o telégrafo em São João del-Rei. É o mesmo *Resistente* que narra o evento. Infelizmente, a edição encontra-se bastante danificada, suprimindo parte da descrição da efeméride. O ato contou com “a presença de diversas autoridades, da imprensa e de muitas pessoas gradas”, a convite do engenheiro Francisco Xavier de Matos. Foram ligados os aparelhos de telégrafo e telefone, “falando este para Barbacena com perfeita audição”. Embora o telefone tenha sido aí instalado, demorou bastante para que a rede em São João fosse finalmente constituída, como veremos. Quanto ao telégrafo, na solenidade foram trocadas mensagens com Barbacena e Juiz de Fora e mandadas outras para Ouro Preto e para a Capital Federal. Segundo o periódico, “a satisfação foi geral na cidade, pois estava no ânimo publico o grande melhoramento que esse fato, há muito esperado com ansiedade, importava para nós” (O RESISTENTE, 07/01/1897).

A instalação do aparelho de telégrafo, se por um lado facilitou as comunicações para os habitantes da cidade, que não mais se viam dependentes da estação do Sítio, também representou novas possibilidades para a imprensa local. Com contato direto com o Rio de Janeiro, Ouro Preto, mais tarde Belo Horizonte e outras cidades de Minas e do Brasil, os periódicos sanjoanenses poderiam inserir em suas colunas notícias quase no mesmo instante em que eram disseminadas pelos fios telegráficos. Isso fica patente, por exemplo, na Guerra de Canudos, que se desenrolava no mesmo período em que São João fora dotada do melhoramento. Em outubro de 1897 uma mesma edição comentava a falta de novidades sobre as escaramuças no sertão baiano e veiculava que “já estava composto e paginando-se o que se lê aí acima, quando à última hora recebemos ontem à tarde a esperada notícia da vitória completa do nosso exército contra os jagunços de Canudos” (O RESISTENTE, 07/10/1897).

---

193O *Resistente* se apropriou de vários elementos do vocabulário político nacional da época. Buscando uma identificação com as correntes políticas do período, fazia uma leitura própria do que então debatia, identificando-se enquanto “florianista” e até “jacobinista”. Essa apropriação servia, por conseguinte, como instrumento conceitual para desqualificar os adversários no cenário local, tomados como “maragatos” e, mais comumente, “monarquistas”. Cf. VARGAS, op. cit, 2019.

Já a eletricidade em São João demandou quase uma década entre as primeiras iniciativas para sua instalação e o acendimento da esperada lâmpada. Ao chegar o regime republicano, as ruas da cidade eram ainda iluminadas a querosene. Assumindo a Intendência, era projeto do Dr. Elói Reis substituir o sistema de iluminação então vigente por um outro movido a gás corrente, solicitando ao profissional Getúlio das Neves um parecer a respeito da proposta feita à Câmara passada (A PÁTRIA MINEIRA, 27/02/1890). Meses depois, quando já era Sebastião Sette intendente, apareceu a proposta de iluminação elétrica. Iniciativa daquela mesma empresa de Francisco Mourão, Ciríaco do Amaral e Paula Castro, que visava dotar a cidade de um sistema de abastecimento de água e rede de esgotos. Animada, a *Pátria Mineira* anunciava que “para substituir a atual iluminação, (que é uma vergonha!) teremos a luz elétrica, cujas vantagens higiênicas e econômicas hoje não têm rival” (A PÁTRIA MINEIRA, 04/09/1890). Essas “vantagens” eram parte de um discurso comum sobre a eletricidade, compartilhado pelos grupos dirigentes do período em várias localidades brasileiras, que viam na nova tecnologia uma alternativa limpa, segura e confortável frente aos perigosos lampiões a querosene, que além de causarem muita sujeira e calor, poderiam facilmente levar a um incêndio, como atesta Cleyton Souza Barros para a cidade de Juiz de Fora na mesma época<sup>194</sup>. Francisco Mourão, no já citado texto em que rebatia as acusações sobre os prejuízos que causaria à população sanjoanense caso a proposta de sua empresa de melhoramentos fosse aprovada, indicava que ela ofereceria 100 focos de luz, 84\$ por foco ou 8:400\$000. A iluminação seria facultativa, seguindo uma tabela (A PÁTRIA MINEIRA, 27/11/1890). Como sabemos, a iniciativa naufragou. São João continuou sofrendo com seus lampiões a querosene, a cidade frequentemente às escuras. A *Pátria Mineira*, cujo redator já estava bem longe do governo da cidade, reclamava que quase todas as noites, pouco depois das dez horas, estavam os lampiões de todas as ruas, em sua maioria, apagados – terreno fértil para os gatunos (A PÁTRIA MINEIRA, 22/06/1893). Ainda assim, mesmo antes da instalação da eletricidade em São João del-Rei, lâmpadas elétricas eram vendidas no comércio local, como mostra um anúncio do “Ao Cachimbo Turco”, de 1892 (GAZETA MINEIRA, 10/08/1892). Muito provavelmente destinadas a suprir

---

<sup>194</sup>Barros, op. cit., p. 118.

somente a algumas residências ou comércios, dado que a cidade só contaria com uma usina e uma casa de distribuição anos depois, as lâmpadas parecem atender mais a uma lógica de distinção do que a uma demanda massiva em resposta à difusão desse aparato tecnológico.

Em 1895 apareceu uma nova proposta de iluminação à base de eletricidade. A Câmara havia aprovado a Resolução Nº 67, de 10 de abril, que aceitava a proposta de Carlos Schnityspan, mas por motivos que as fontes não tratam de esclarecer, esta também não teve futuro<sup>195</sup>. O que não quer dizer que não avançassem tentativas para substituição do padrão de iluminação da cidade, como experimentos feitos por um certo Eduardo Proença, sujeito que viajava fazendo a propaganda de um aparelho à base de gás acetileno e que esteve em São João del-Rei em 1898 (O RESISTENTE, 10/03/1898). De acordo com o periódico, as “experiências nesta cidade com o gás acetileno parece que não foram de todo perdidas”, pois algumas casas projetavam utilizar esse tipo de iluminação (O RESISTENTE, 24/03/1898). Aparentemente, a Câmara realmente estava disposta a substituir a querosene, fosse pela eletricidade, fosse pelo gás acetileno, embora, por contingências nem sempre apreensíveis por nós, as tentativas tenham falhado. Nesse meio tempo, a cidade, iluminada com lampiões belgas, ainda sofria com noites de “breu” (O RESISTENTE, 05/05/1898). Às vezes o critério de atendimento desse serviço parecia um tanto arbitrário. Comentando a informação de que seria suprimida a iluminação do Matosinhos, o redator do *Resistente* perguntava se isso se daria em proveito da iluminação da cidade, em péssimo estado (O RESISTENTE, 06/01/1898).

No começo da gestão de Leite de Castro, a eletricidade voltou a entrar em pauta. O *Resistente*, ao aplaudir os feitos do início do novo gestão, colocava entre os méritos da Edilidade o estudo para a iluminação da cidade pela luz elétrica. Em lei de 14 de março de 1898 o privilégio havia sido concedido a Augusto Franco Lima (O RESISTENTE, 17/03/1898), embora, meses antes, quando da eleição para a Câmara, considerasse que “antes das belezas da luz elétrica, das bonitas praças e jardins públicos, das construções custosas”, fossem mais importantes “boa água, abundante e limpa, bons esgotos, bom calçamento, asseio das ruas, higiene geral

---

<sup>195</sup>MALDOS, op. cit.

da cidade” (O RESISTENTE, 09/12/1897). Belo é o clarão da luz, fascinante; mas a iluminação elétrica era aí vista como algo supérfluo, um melhoramento sem maiores proveitos do que proporcionar um bom aspecto para a cidade. Mais necessário se fazia aquilo que impactava na vida quotidiana dos sanjoanenses.

Em 1899, a concessão do privilégio da luz elétrica, bem como da posse de terrenos no Carandaí para construção de usina geradora, isenção de direitos municipais sobre materiais necessários etc., havia sido transferida de Franco Lima para Antônio Gonçalves Coelho, o mesmo que depois se tornaria Agente Executivo em exercício anos depois. De acordo com o *Resistente*, tal medida se justificava pelo interesse da Municipalidade “em ver o mais breve possível realizado esse importante melhoramento” (O RESISTENTE, 12/01/1899). A Câmara, em seu órgão oficial, o *S. João d’El-Rey*, anunciava que a partir de 1º de janeiro do ano seguinte a cidade seria dotada desse “melhoramento da máxima utilidade”, possuindo São João, a partir daí, “uma instalação esplêndida e talvez a primeira no gênero do Brasil”. As negociações para a aquisição do material corriam por conta de Coelho, que tratava no Rio com James Mitchell, representante da estadunidense General Electric Comp.. Havia, inclusive, para a instalação das lâmpadas, um critério de importância dos lugares que seriam iluminados: as ruas principais e o trecho que ia da ponte do Rosário até a Estação da E. F. Oeste de Minas – basicamente a zona de maior prestígio e relevo econômico –, seriam dotadas de lâmpadas de arco voltaico, ao passo que as demais contariam com as incandescentes (S. JOÃO D’EL-REY, 13/05/1899). A percepção quanto à importância da luz elétrica já conquistara certa unanimidade entre as elites locais. Mas é revelador que nem todos os espaços lograriam usufruir do benefício da mesma maneira.

Pela ausência de fontes que cubram parte desse período, não sabemos o que motivou a postergação na inauguração do melhoramento. De acordo com número muito posterior do periódico de Sanzio, parece que por problemas com o fornecimento e instalação do material necessário, insuficientes para cobrir grande parte da cidade (O RESISTENTE, 05/05/1901). É uma lástima que se tenha perdido a edição do *Resistente* sobre a efeméride, o que daria uma visão da oposição ao grupo político dominante acerca do evento que se realizou em 6 de julho de 1900. A descrição fica por conta do *Combate*, logo em seu número inaugural. Solenidade

feita “com grande pompa”, o valor simbólico auferido a esse aparato tecnológico trazido pelos empresários Antônio Gonçalves Coelho e José Rodrigues da Costa pode ser verificado pelo quadro de personalidades presentes: além do Presidente da Câmara, o juiz de direito da Comarca e o Juiz Substituto em exercício; o delegado de Polícia; um representante da oficialidade do 28º Batalhão de Infantaria; os comandantes interinos da Guarda Nacional; representantes da imprensa (exceto o *Resistente*), inclusive de fora da cidade. A ocasião era de tal relevo que contou mesmo com a presença dos presidentes das Câmaras de Tiradentes, Bom Sucesso, Prados e Oliveira (O COMBATE, 11/07/1900).

Para aqueles que lá estavam, a chegada da luz continha um forte significado, a ponto de os próprios governantes dos municípios vizinhos se fazerem representar em pessoa. Goodwin Jr., ancorado nas reflexões propostas por José Luis Romero, assevera que dentro do processo de apropriação dos modelos de cidade “civilizada”, na qual acredito se inserir São João del-Rei, uma de suas características era o empenho das elites locais em afirmar, por meio deles, seu poder e prestígio. Pois “esses sinais visíveis de civilização” eram também “instrumentos dos combates pelo poder, e a relação de um indivíduo ou grupo social com o progresso passou a ser parâmetro de sua competência política e intelectual”<sup>196</sup>. Leite de Castro reforçava seu prestígio; a presença de colegas de outros municípios no evento que dignificavam o melhoramento trazido por sua gestão só fazia confirmar tal percepção. Segundo o *Combate*, seria “a maior conquista obtida pela patriótica Câmara de S. João d’El-Rei” e o povo saberia apreciar todos os responsáveis por “esse importante melhoramento”. E sobrava espaço para alfinetar os adversários: “os *egoístas*, os *perversos* que se mordam de ódio e de inveja [grifos no original]” (O COMBATE, 11/07/1900).

Nesse ponto o *Resistente* não tinha muito o que fazer. Restava criticar os (maus) usos que a Câmara fazia da eletricidade, de modo que o prestígio alcançado por Leite de Castro, se não fosse derrubado, pelo menos sofresse algum dano. Dessa forma, dirigia seus ataques aos constantes problemas com a iluminação, “cujas lâmpadas, em muitas noites, fazem lembrar os piores lampiões de querosene”, arrancados em delírio, sem que houvesse substituição; isso mesmo

---

196GOODWIN JR., op. cit., 2015, p. 62.

sendo ela anunciada como “primeira no Estado”, mas que na verdade parecia ter descido “à condição de uma grande desclassificação para baixo”. Com a fiação incompleta em muitos pontos, inclusive no centro da cidade, privilegiando, por conta disso, alguns moradores em detrimentos de outros, nunca mais teria funcionado a luz como na sua inauguração ou nos dias subsequentes (O RESISTENTE, 14/02/1901). Cabiam chistes ao próprio contrato de concessão da luz elétrica, acusando Leite de Castro de favorecer aos amigos, ineptos em matéria de Eletricidade, em troca de um contrato o qual considerava bastante oneroso para o Município (O RESISTENTE, 05/05/1901). No novo acordo, firmado com Francisco de Assis Fonseca no final de abril de 1901, a oposição votou contra, por considerar não ter sido acompanhado por uma maior discussão sobre o assunto (O RESISTENTE, 02/05/1901).

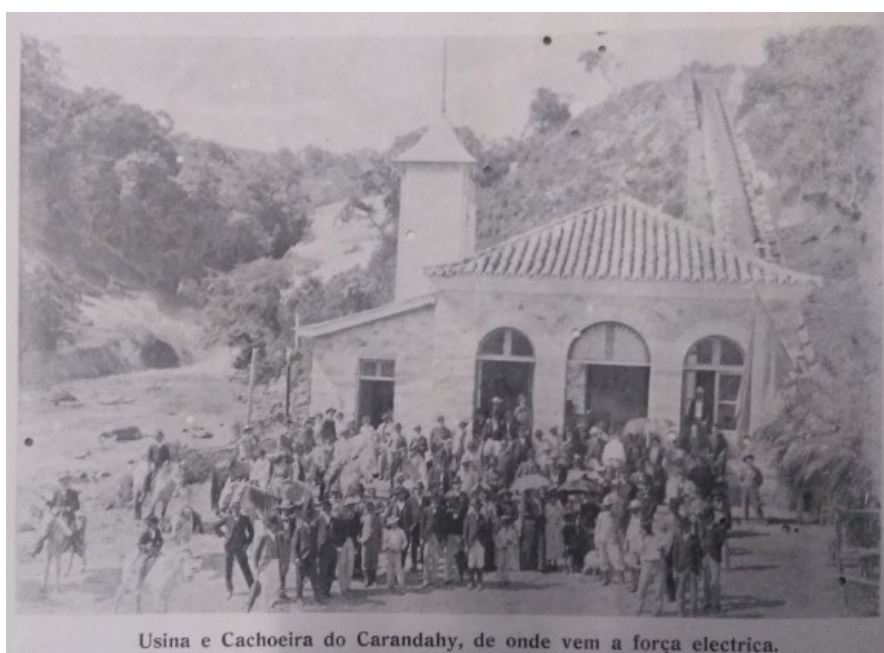


FIGURA 23 – Usina de Eletricidade instalada na Cachoeira do Carandaí, de onde provinha a força necessária para a iluminação pública e particular de São João del-Rei. Sabemos que a foto é anterior a 1907, pois, segundo informações do *Álbum*, Carlos Sanzio figurava entre os presentes na imagem (FONTE: BRAGA, op. cit).

No *Resistente*, em 1903 temos um anúncio da empresa Gustavo & Fonseca, a fornecedora do serviço e habilitada para a instalação, com uma tabela com os respectivos preços. A luz custava, por mês, 250 réis a vela, de 1 a 50 velas; 200 réis

a vela, de 51 a 100 velas e 150 réis de 100 velas em diante. Quanto às lâmpadas, uma de “1ª qualidade”, de 25 velas, valia 2\$500 cada uma, enquanto as de 16, 8 e 5 velas, também de primeira qualidade, custavam 2\$000 cada uma. E, com o “intuito de facilitar aos industriais, a Empresa fornecerá energia elétrica durante o dia gratuitamente, por espaço de 3 meses” (O RESISTENTE, 05/04/1903). Apesar de ser uma informação preciosa sobre um capítulo da história industrial de São João, não cabe nesta pesquisa fazer uma análise quantitativa dos empreendimentos que passaram a utilizar a eletricidade como base ou auxílio para seu funcionamento. Abro o caminho para os colegas. Importa saber que paulatinamente a eletricidade foi adotada por algumas indústrias sanjoanenses. O *Resistente*, por exemplo, estampava um anúncio da fábrica de artefatos de folhas de flandres e latas de Domingos B. Bello, no qual se dizia que “atendendo ao grande desenvolvimento que tem tomado esta fábrica, foi necessário ao seu proprietário fazer aquisição de mais duas máquinas aperfeiçoadas e movidas a eletricidade”, vindas da Inglaterra (O RESISTENTE, 26/07/1906). De acordo com o *Dia*, a Câmara Municipal era a responsável por pagar a luz da Fábrica de Tecidos (O DIA, 23/04/1912).

Correspondendo ao aumento da demanda, muitas lojas passaram a vender produtos relacionados a eletricidade e à se especializar nessa tecnologia. A Hopkins, Causer & Hopkins, situada na rua Moreira César, nº 20 e com duas lojas na Capital Federal, além de “mecanismos e Instalações para Indústria de Laticínios e Lavoura”, enxadas, desnatadeiras, latas para transporte de leite, arados, cultivadores, gramofones e discos, anunciava “artigos para eletricidade” (O REPÓRTER, 12/09/1907). A casa comercial era, além disso, representante da Westinghouse Electric & Manufg Cc., empresa dos Estados Unidos. Fazia qualquer instalação elétrica, “em pequena ou grande escala” (A OPINIÃO, 11/07/1910). Ao fim do ano de 1907 o *Repórter* anunciava a breve fundação de um depósito para materiais de iluminação elétrica da empresa Guinle & C., do Rio (O REPÓRTER, 05/12/1907).

E como os sanjoanenses receberam e fizeram uso da eletricidade em seu cotidiano? Vimos que, desde o início, a iluminação elétrica pública privilegiava as áreas centrais da cidade, particularmente as de grande movimento comercial, como a Hermílio Alves, mas, ainda assim, nesses primeiros tempos, ele era bastante deficiente. Mesmo locais de grande importância para aquela sociedade, como a

Câmara e o Teatro Municipal, não lograram conseguir o fornecimento obrigatório de acordo com a concessão feita (O RESISTENTE, 15/08/1901).

Ao seu aparecimento, vemos que os grupos sanjoanenses que tinham possibilidade de usufruir dessa tecnologia se limitavam a ter nela um emprego ostentatório, prestigioso. Afinal, eram eles os privilegiados com a chegada dessa maravilha do progresso<sup>197</sup>. Daí o aparente orgulho com que eram noticiados eventos sociais de elite que contavam com esse tipo de iluminação, como o baile à fantasia no Clube Filarmônica Sanjoanense, em cujo salão, “profusamente enfeitado e iluminado à luz elétrica, via-se representada a *élite* de nossa sociedade [grifos no original]” (O RESISTENTE, 21/02/1901). Até a Igreja se rendeu aos seus encantos: a festa do Menino Deus fora celebrada numa Igreja do Rosário iluminada com eletricidade (O COMBATE, 22/12/1900), o mesmo se dando na de São Francisco, para as novenas da festa da Conceição (O RESISTENTE, 02/12/1900). Num lugar de ordens, irmandades e confrarias religiosas rivais, a luz elétrica dava uma nota a mais de crédito aos seus eventos, de modo que aquela que pudesse usufruir desse tipo de tecnologia, bem satisfeita poderia ficar quanto à sua posição frente às outras.

Mas, tão logo se difundiu pela cidade, tornou-se artigo importante para a vida dos sanjoanenses, ou, pelo menos, de algumas parcelas de sua população, dilatando as possibilidades de trabalho, diversão, segurança e atrativos para os locais e forasteiros, como fica patente na argumentação do *Repórter*. Cobrindo ruas e praças, a luz daria “um aspecto mais pitoresco à cidade, refletindo-se especialmente nas águas do ribeiro, que a divide, e na casaria, que a guarnece”, impressionando os visitantes, pois, afinal, “todos sabem o que valem as primeiras impressões boas ou más”. Além disso, a iluminação ajudaria no “bom policiamento”. Porque inibiria o crime e os atos indiscretos. “É a iluminação uma forte garantia para a nossa vida e para nossa prosperidade” (O REPÓRTER, 12/09/1907). De acordo com Tancredo Braga, em texto publicado originalmente em 1913 no *Paiz*, a iluminação elétrica em São João teria piorado bastante nos últimos tempos devido ao aumento da demanda particular (O DIA, 11/06/1913).

Além de beleza e segurança, a luz proporcionou um certo tipo de conforto nunca antes visto pelos moradores de São João. Caetano Werneck, escrevendo

---

<sup>197</sup>BARROS, op. cit., p. 56.

como “Scapin” no *Repórter*, sujeito contemporâneo da instalação desse serviço na cidade em 1900, reclamava do “tédio imenso e infinito” causado pela chuva e pela interrupção por duas noites da luz elétrica, preso em casa sem nada a fazer. No escuro, sofreu ainda com “o terror que nos invadiu a mente ao sonharmos com um possível retrocesso da civilização”, caso, por exemplo, uma “greve universal” o privasse de “todas essas cousas boas a que ela nos acostumou”. Segundo Werneck, “já não nos poderíamos afazer à vida rude e simples de nossos avoengos e a maior parte dos modernos sucumbiria à experiência” (O REPÓRTER, 29/11/1908). Nem parece que o Dr. Werneck passou boa parte da vida sem acesso à luz elétrica! O mesmo sentimento de medo da privação de um serviço que mais parecia um divisor de águas na vida de qualquer ser humano foi compartilhado pelos moradores do Senhor dos Montes. Bairro pobre, depois de muito tempo conseguiu em 1918 a iluminação elétrica, de forma provisória, graças a uma benfeitoria da Oeste de Minas, para a realização da festa que lá tinha lugar. Temia-se que o bairro voltasse às escuras, caso a Oeste requeresse os apetrechos de volta (A TRIBUNA, 22/09/1918).

Mas essa tecnologia encontrava seus limites, fosse por questões materiais, fosse pela falta de fiscalização. Basílio de Magalhães, na *Tribuna*, denunciava, como havia feito o *Resistente* duas décadas antes ou o *Repórter* ao fim do mandato de Leite de Castro, as relações entre a Câmara e a Empresa de Eletricidade, comandada por Francisco de Assis Fonseca. “Chega a tal ponto a infelicidade de S. João del Rei que, ainda quando dotada a nossa *urbs* com um melhoramento grandioso, não tarda ela a transformar-se em nova carga sobremodo pesada para esta pobre população e até em fonte de desastres horripilantes [grifos no original]”. Não seriam conhecidos os termos do contrato firmado com a “*Light sanjoanense*”. Criticava as altas taxas pagas pelos consumidores, a pouca força fornecida, a falta de cuidado com os fios e postes (A TRIBUNA, 15/02/1920). De qualquer modo, mesmo com todos os dissabores e percalços, contar com a luz elétrica era algo digno de nota para uma cidade que se pretendia civilizada e progressista. Conforme o *Repórter*, em 1909, nove anos depois de inaugurada em São João del-Rei, somente quinze cidades mineiras dispunham da iluminação elétrica (O REPÓRTER, 15/08/1909).

Dentro do presente recorte, a primeira menção que se encontra ao telefone é a notícia inserida pelo *Resistente* sobre a inauguração da estação telegráfica em São João del-Rei, dotada de um aparelho que, durante a solenidade, fez uma ligação com Barbacena (O RESISTENTE, 07/01/1897). Todavia, ainda que houvesse essa linha, a criação de uma rede plenamente organizada demorou quase quinze anos para acontecer. Diante de melhoramentos considerados de maior importância ou urgência, como a água, os esgotos ou a luz elétrica, a telefonia talvez figurasse em segundo plano. O fato de não ter sido incluída nos ambiciosos planos da Intendência e de, mais tarde, a constituição da rede ter sido bastante retardada provam isso. Como bem lembra Goodwin Jr., essa tecnologia, na época de seu surgimento, era tomada por muitos como mero brinquedo, o que limitava o atrativo à instalação e seus divulgadores se esforçaram bastante em mostrar a utilidade do telefone para questões pragmáticas, como a discussão de negócios<sup>198</sup>.

Em 1902 o Conselho Distrital do Rio das Mortes resolveu assentar um aparelho de telefone da Estação do Rio das Mortes para o distrito de Conceição da Barra, aquisição feita de uma associação particular. O *Combate* considerava a compra como um melhoramento a ser colocado na conta da administração de Leite de Castro (O COMBATE, 05/02/1902). Vemos que não havia ainda um apelo mercadológico constituído em torno dele. O aparelho, proveitoso para o distrito, serviria para subsidiar outros negócios, como as comunicações em torno da Oeste de Minas.

Com o tempo, a invenção de Graham Bell foi ganhando alguma receptividade e a Câmara passou a tratar da sua instalação em São João. Ainda que houvesse um empenho do governo sanjoanense nesse sentido, as iniciativas se mostravam improfícuas, o que é atestado pela sucessão de concessões sem que houvesse de fato o estabelecimento do serviço. Em 1899, o privilégio para criação e uso de uma rede telefônica na cidade, “pelo sistema mais aperfeiçoado”, foi dado a Antônio Gonçalves Coelho (S. JOÃO D’EL-REY, 16/09/1899). Ao final de 1907, foi aceita a proposta de José de Almeida e Francisco de Paula Almeida Júnior, em regime de exclusividade, para criação de uma empresa telefônica (O REPÓRTER, 16/01/1908). O malogro dessa última tentativa fora sentido pelo camarista Paulo Teixeira,

---

198GOODWIN JR, op. cit., 2018, p. 19, 39-40.

escrevendo pelo *Repórter* como “Sílvio Célio”, como um dos muitos empreendimentos fracassados, dando a entender que se encontrava enterrada na cidade a temida caveira de burro (O REPÓRTER, 01/03/1908).

Mas nem todos compartilhavam da ideia de indispensabilidade do telefone para o progresso local, falta de unanimidade que sugere a força da percepção, aqui já referida, dessa tecnologia como algo de utilidade não tão bem delimitada, para além de curiosa ferramenta. “X. Y.”, na *Opinião*, ao comparar o Município com Juiz de Fora, afirmava que enquanto na cidade da Zona da Mata havia atividade e patriotismo, em São João predominaria o pessimismo. Sentimento que derivaria da falta de iniciativa do povo e na falta de tino da Edilidade, apegada a coisas de somenos, como “concessões inúteis”, dentre as quais a da linha de telefone, ligando a cidade ao distrito do Rio das Mortes, e a de constituição de uma empresa de automóveis (A OPINIÃO, 13/04/1908).

Em 1910, novo privilégio concedido pela Câmara, dessa vez a Luiz Valério, também malgrado (O REPÓRTER, 05/05/1910). O *Repórter* informa que esse Valério percorrera a cidade coletando assinaturas para a instalação do serviço, “caso os srs. Comerciantes, farmacêuticos, médicos, etc., não lhe recusem o seu concurso” (O REPÓRTER, 29/05/1910). A escolha dessas categorias como as primeiras opções de futuros assinantes para a rede telefônica mostra um esforço em destacar a funcionalidade dessa tecnologia, de encará-la sob uma perspectiva utilitarista. Atenderia primordialmente a negócios e a serviços urgentes. Por motivos não explicados pelos periódicos, essa proposta também não teve bom termo. Ou era a tal caveira de burro ou então a telefonia ainda mantinha sua falta de apelo entre as demandas das elites locais, dada essa pouca receptividade.

Contraditoriamente, outros viam no serviço uma potencialidade econômica não explorada. O que é sugerido, por exemplo, pelo fato de em 1911 três propostas serem encaminhadas a Câmara, duas apresentadas por agentes privados e uma que colocava a Edilidade como detentora do privilégio (O REPÓRTER, 20/04/1911; 02/11/1911). Esta última acabou sendo a escolhida. O comentário do *Repórter* sobre a opção da Câmara mostra uma sensibilidade que, não obstante pragmática, já anunciava o telefone como apetrecho indispensável para um lugar que se queria moderno e civilizado:

Ninguém ignora as vantagens da linha telefônica e quanto ela concorre para o progresso de um lugar, facilitando as relações comerciais e estreitando mais as comunicações entre os diversos distritos e desses com a cidade.//S. Paulo, em quase toda a extensão de seu estado, onde o povo já sente o calor da civilização, está já completamente cortado de linhas, transportando notícias entre uns e outros.

O periódico estava de acordo com a decisão da Câmara em fazer o serviço por conta própria, pois considerava que a Edilidade não teria como fim o lucro material. Além do mais, as obras poderiam ser realizadas com abatimento de recursos, ao se aproveitar os postes existentes da Oeste e do Telégrafo. Recusando duas propostas vantajosas, seria proceder “criminoso” caso o Município não desse efetividade ao serviço, tolhendo o progresso local e a iniciativa particular (O REPÓRTER, 12/11/1911).

Escolha singular, a da Câmara de São João del-Rei. Porque, no período, seguindo o ideário liberal vigente, era comum que o serviço ficasse a cargo da iniciativa privada em muitas cidades mineiras. Nesse ponto, São João abraçava a alternativa feita pelos construtores de Belo Horizonte, muito embora na época em que a Municipalidade sanjoanense tomava para si a tarefa, a capital mineira se encaminhasse para a concessão da rede telefônica para particulares<sup>199</sup>. A Lei nº 269 de 21 de fevereiro de 1912 formalizava a decisão, autorizando o poder executivo municipal a adquirir todo o material e acessórios necessários para construir, por administração, as linhas. Ficavam destinados 4 contos de réis pela verba de “Obras Públicas”, podendo ser feitas operações de crédito, caso necessário (O DIA, 17/04/1912).

Mas ao final do ano de 1911 houve um recuo na opinião do *Repórter* sobre o assunto. Como demorasse o início dos trabalhos para a instalação das linhas, passou a defender que o serviço fosse de algum particular e não mais da Câmara. Algo mais vantajoso no seu entendimento, porque teria um contrato a cumprir e, visando o lucro, faria um trabalho de melhor qualidade. Impressionava ao periódico “que em nenhuma cidade é ele explorado diretamente pelas Câmaras Municipais”. O telefone teria “hoje um lugar previamente na série de necessidades humanas, mormente quando nos referimos aos centros cultos”, como São Paulo. Cidades de pouca expressão, Prados, por exemplo, “que, ao nosso lado, figura apenas como

---

<sup>199</sup>Idem, 2018, p. 33-35.

elemento pálido”, dava um “exemplo de civilização muito vergonhoso para nós”, possuindo esse melhoramento em quase todo o Município e, como que num desafio, levando as linhas até São João (O REPÓRTER, 27/12/1911). Passou a ressaltar, inclusive, a situação de Belo Horizonte, que havia decidido arrendar ou vender a exploração da eletricidade e do telefone. Enquanto o serviço perdurasse nas mãos da Edilidade, “S. João d’El-Rei não terá o serviço telefônico, tão necessário nos países civilizados, como a água para o banho, a luz para a leitura e o pão para o alimento” (O REPÓRTER, 23/01/1912).

Enquanto isso, alguns negócios da cidade se prontificavam em estabelecer ligações entre eles. O *Dia* noticiava que já se encontrava pronto o serviço telefônico instalado entre o Café Rio de Janeiro e diversas casas de São João: “Centro – n. 1; Dr. Oscar da Cunha – n. 2; tenente Oscar Fonseca (casa comercial) – n. 3; tenente Avelino Guerra (casa comercial) – n. 4; Oscar Ferreira & Comp. (casa comercial) – n. 5”. As primeiras linhas telefônicas particulares de São João del-Rei atendiam, portanto, a negócios comerciais. Segundo a mesma edição, outras casas já se preparavam para “aumentar o círculo de comunicações”, respondendo às exigências do meio (O DIA, 14/04/1912).

No fim das contas, a Câmara teve de ceder, pois, ao fim de 1912, foi firmado um contrato com Oscar de Andrade Botelho e Antônio Alvarenga, sendo que em 1919 a empresa acabou transferida para Ananias de Castro Teixeira<sup>200</sup>. As circunstâncias sugerem que as negociações ocorreram por baixo dos panos, favorecendo, em primeiro lugar, um círculo pequeno de vereadores e comerciantes, aqueles citados no *Dia*, antes mesmo que fosse oficializada. Porque na reunião em que comissão de Obras Públicas deu parecer favorável para a solicitação de Botelho e Alvarenga, quem falou por ela não era ninguém menos do que Oscar da Cunha, detentor da linha de nº 2, previamente instalada (O REPÓRTER, 07/07/1912).

Em agosto de 1913, conforme o *Dia*, toda a cidade já estava cortada por fios, o serviço prestes a se iniciar (O DIA, 27/08/1913). Anos depois, pela *Tribuna*, sabemos que o contrato da Empresa Telefônica estipulava que a mensalidade inicial de 8\$000 seria baixada para 6\$000 quando fosse atingida a marca de cem aparelhos, o que de fato aconteceu – naquele momento, junho de 1916, havia 109

---

<sup>200</sup>VIEGAS, op. cit., 102.

telefones vendidos na cidade. Apesar de o redator não conhecer o contrato, confiava nas palavras do informante, pedindo, por conseguinte, que o Agente Executivo mandasse cumprir essa disposição (A TRIBUNA, 25/06/1916). No começo de 1919 a *Reforma* informava que a empresa telefônica da cidade decidira reduzir a 120\$00 o preço das instalações particulares (A REFORMA, 30/01/1919). Mesmo com a diminuição do valor, é possível aferir, junto com o número de aparelhos instalados, que esse serviço não era acessível a qualquer um, isso sem contar a mensalidade. Cento e poucos aparelhos numa cidade com mais de 2.600 residências no período. Ainda em 1919, o serviço telefônico foi iniciado nos distritos de São João. Desse ano até 1922 a telefonia chegou em Nazareth, Conceição da Barra, Ibituruna e Onça, embora saibamos que a instalação sofrera alguns percalços, sua conclusão em inconformidade com as datas antes previstas (A TRIBUNA, 09/11/1919; 26/06/1921; 23/11/1922). Do que podemos perceber a existência de uma clara disparidade de tratamento entre a cidade e os distritos, com serviços que se davam por quase prontos a se arrastar indefinidamente no tempo, apesar de prognósticos positivos dos responsáveis. Isso não só na questão do telefone.

E como a população de São João del-Rei usava o aparelho em seu cotidiano? Primordialmente, obedecendo aos preceitos ditados sobre essa tecnologia, os negócios tiveram primazia. Vimos como casas comerciais foram as primeiras a adquirirem linhas em São João. Anúncios de lojas as mais diversas passaram a estampar o número telefônico correspondente. Se você quisesse adquirir o “superior café java”, “o melhor desta praça”, só precisava ligar para o telefone de número 78, do Moinho São José, de Guerra & Faleiro (A NOTA, 24/05/1917). Caso sua boca necessitasse de uma dentadura, bastava negociá-la com Pedro E. Ferreira, da Casa Ferreira, ligando para o número 49 (O S. JOÃO D’EL-REY, 08/07/1920).

A imprensa sanjoanense também incorporou o telefone no seu ofício e esse artefato passou a figurar como um aliado na denúncia de mazelas da cidade. Agora o cidadão, ou ao menos aquele dotado de certo poder aquisitivo para possuir um aparelho, não precisava mais se deslocar até a redação do periódico ou escrever uma carta cuja entrega poderia ser postergada pelo trabalho da agência dos correios. A *Nota*, em seu cabeçalho, além de informações sobre o endereço,

estampava o seu número telefônico, o 114. E realmente o pessoal do pequeno diário recebia ligações pedindo providências sobre os assuntos de São João del-Rei. Por exemplo, contava que “constantemente, desde alguns dias, recebemos reclamações pelo telefone contra os cães vadios que infestam a nossa cidade” (A NOTA, 21/07/1917).

Se o aparelho propiciou, ao menos para algumas parcelas da população sanjoanense, uma maneira mais fácil e direta de fazer seus negócios, lidar com urgências ou mesmo pedir reivindicações, isso não queria dizer que os usos da nova tecnologia não sofressem com alguns empecilhos ou dissabores, como as dificuldades causadas pela falta de pessoal no centro telefônico para atender chamados à noite, como leitores denunciavam à *Tribuna*, em 1921. “Um horror, uma luta medonha” (A TRIBUNA, 25/12/1921). Isso quando São João já ultrapassara em muito a marca da centena de aparelhos telefônicos instalados.

Para os golpistas, o telefone também surgiu como um novo nicho de mercado. O *Minas-Jornal* denunciava a prática, “semelhantemente ao que se tem dado no Rio”, de “algumas pessoas sem escrúpulos” se servirem do telefone para praticar “chantagens”. Uma conhecida casa de ferragens sanjoanense fora “vítima de tal embuste”. Ao que o periódico rogava atenção dos negociantes para pedidos feitos ao telefone (MINAS-JORNAL, 10/07/1918). Nessa situação em particular, ser comparada ao Rio de Janeiro talvez não fosse motivo de orgulho para São João del-Rei... Se aqui as elites sanjoanenses se viam às voltas com um crime intrinsecamente moderno em sua prática, havia ainda inconvenientes derivados do cotidiano de uma cidade com uma herança colonial e rural ainda presentes. O *Zuavo*, reclamando dos transtornos originados do trânsito de carros de boi – coisa arcaica, dos tempos do Império, de quando “se amarrava cachorro com linguça” –, enumerava como um dos dissabores causados pela sua passagem nas vias de São João: “quantas vezes, não somos forçados a berros esganiçadores ao telefone pelo simples fato de um qualquer *Damasco* ou de um qualquer *Mimoso* não poderem caminhar sem ter atrás de si a infernal chiadeira [grifos no original]” (O ZUAVO, 16/01/1916). Por outro lado, o emprego que se consagrou e hoje ficou associado ao aparelho – o narrar dos mexericos, as fofocas, as delações, o conhecer das novidades, enfim, o falar por falar –, não transparece nas fontes. Isso não quer dizer

que o telefone não tivesse esse uso, mas não contava com apelo suficiente para a divulgação do apetrecho e, mais provável, não lograsse alguma relevância para figurar nas colunas dos impressos.

O primeiro automóvel a rodar São João é contemporâneo da constituição da rede telefônica: de 1913. Realmente, esse ano é um ponto de inflexão na constituição de melhoramentos para a cidade: início das obras de água e esgoto, telefones, carros... Tudo isso na época dos debates em torno do Bicentenário. A sensação de progresso parecia então plausível para os homens de imprensa sanjoanenses, não obstante a coexistência com diagnósticos mais pessimistas quanto à relevância do Município em Minas. Mas voltemos aos veículos. Ainda que 1913 seja o marco, iniciativas para trazer esse meio de transporte a São João del-Rei são mais antigas. Por conta de lapsos nas fontes, pode ser que tenham surgido projetos anteriores, mas a primeira referência encontrada data de 1907. A família Faleiro, gente interessada em todo tipo de negócios, que iam da exploração do Teatro, passando pela gerência de confeitaria até a constituição de uma tipografia, obtivera da Câmara permissão para a criação de uma linha de automóveis até as Águas Santas. Negócio teoricamente lucrativo: o balneário crescia como opção de lazer dos sanjoanenses, com clamores dos periódicos para divulgá-lo para veranistas além das fronteiras das Serra de São José e do Lenheiro, atraindo cariocas em busca de clima ameno, como vimos anteriormente. Isso num período em que a Oeste de Minas ainda não tinha completado o ramal até esse distrito tiradentino. De modo que se o automóvel não parecia, nesse momento, viável enquanto transporte no centro urbano, possuía um apelo para suprir uma demanda de lazer para além dos subúrbios de São João. Apesar da autorização da Câmara, o projeto não foi para frente, como lamentava Caetano Werneck, o nosso “Scapin”, na *Opinião* (A OPINIÃO, 07/09/1907). “X. Y.”, por outro lado, em 1908 colocava a constituição de uma empresa de automóveis entre as “concessões inúteis” dadas pela Edilidade (A OPINIÃO, 13/04/1908). Segundo “Sílvio Célio”/Paulo Teixeira, a “falta de capitais”, mesmo com as concessões e benefícios oferecidos pela Câmara, seria o motivo do naufrágio da iniciativa (O REPÓRTER, 12/04/1908).

Esta não era parecia ser ainda uma demanda tão urgente. Anos se passaram até que os periódicos lançassem suas vistas novamente aos automóveis. As

máquinas sobre rodas eram matéria de consideração antes mesmo de seu aparecimento nas ruas. Pois cabia à cidade se precaver, montar uma estrutura viária que comportasse esse meio de transporte. Como, em 1912, ocorresse a posse da Câmara comandada por Odilon de Andrade e Augusto Viegas, o *Repórter*, otimista, se colocando como contraponto da castrista *Opinião* acerca dos novos edis, pedia o calçamento das ruas principais, ou seja, da Municipal, São Francisco, da Prata, Direita, Tiradentes, do Comércio etc., obra sem a qual não seria possível o futuro trânsito de automóveis e carros (O REPÓRTER, 18/04/1912).

Em agosto de 1913 finalmente chegou o primeiro automóvel em São João. Pela *Evolução* sabemos tratar-se de iniciativa particular. Em carta de agradecimento pelas referências feitas pelo periódico conservador, José Galdino de Araújo justificava a aquisição do “auto n. 1”. Muito orgulhoso de si, Araújo dizia ser “ousado cometimento sufragado por mim e inspirado a minha mulher pelo amor que dedica a sua terra e pelo desejo de dotá-la de um meio de locomoção que seu adiantamento exigia” (A EVOLUÇÃO, 06/01/1914). Na primeira corrida do automóvel estavam presentes, como representantes da Câmara, o presidente em exercício, Augusto Viegas, e os vereadores major Francisco Carvalho e tenente Francisco Neves. O veículo percorreu a cidade e os arredores sem incidentes, chamando a atenção dos populares. O *Dia* noticiava que chegariam outros automóveis para fazer companhia a esse. E como ruas cortadas por essas máquinas se tornassem uma realidade próxima, pedia o conserto das vias urbanas e estradas, porque esse meio de transporte viria a “concorrer para o nosso progresso e desenvolvimento” (O DIA, 11/08/1913). A *Evolução* foi mais detalhista na recepção do “auto”: “as janelas apinhadas, as portas regurgitando de gente, ansiosas esperavam que por elas passassem o ‘bicho’” (A EVOLUÇÃO, 03/12/1913).

O idílio com o primeiro veículo durou muito pouco. Mal se transcorreram três semanas do passeio inaugural e o carro teve que ser posto fora de circulação por motivos de reparos. A meninada do Tejuco, “desenfreada e mal educada”, atacou a pedradas o “auto” do Sr. Araújo, quando à noite o carro passava pela General Osório, conduzindo passageiros. Além das vidraças quebradas, as crianças ainda colocaram pedras à frente, inutilizando o eixo do carro (O DIA, 02/09/1913). Um bando de “bugres”, na visão do redator da *Evolução*. Em dezembro, o veículo

voltava para novas corridas. Quem quisesse dar uma volta era só ligar para o telefone número 13 ou então ir na Confeitaria Faleiro, de modo que pudesse aproveitar as “milhares de sensações” que proporcionava (A EVOLUÇÃO, 03/12/1913).

Nesse ínterim, mais três carros foram encomendados de Juiz de Fora. Com os veículos aumentava a pressão sobre a Câmara quanto ao calçamento das vias sanjoanenses. De pé de moleque, incompatível com a cidade bicentenária. “Envergonhador, arrebenta quanta botina e automóveis existam”. Tancredo Braga dava os exemplos próximos e econômicos de Juiz de Fora, onde se empregava terra batida misturada com pedrinhas, sistema cômodo e durável (O DIA, 17/09/1913). A *Reforma*, no ano seguinte, pelo contrário, informava que o macadame seria o melhor sistema onde o automóvel fosse utilizado (A REFORMA, 01/08/1914). De qualquer modo, o “auto”, como destacava o *Dia*, permanecia como um transporte “luxuoso”. Melhor, com o calçamento péssimo de São João, uma luxuosa “batedeira de... banhas humanas” (O DIA, 19/09/1913).

Apesar de artigo caro, havia certa demanda para esse objeto de consumo. Ao menos para seu usufruto, já que a compra era interdita para parcelas maiores da população. Prova é a inauguração, em fins de Setembro de 1913, da Internacional Garage, empresa de aluguel de automóveis, de coronel Dias e do major Basílio Leal. No evento que marcou a data, três carros percorreram a cidade e seus arredores: um para integrantes da Câmara, outro para representantes da imprensa e mais um para os donos do empreendimento. Os citados três “autos” mandados vir de Juiz de Fora. Não houve “o menor embaraço” no trajeto, feito comodamente, a despeito do estado das ruas. Na edição da *Reforma* que dá conta da efeméride, temos ainda um anúncio de automóveis Ford, os únicos “perfeitos” e resistentes aos “solavancos nas ruas mal caçadas das cidades do interior”, tal qual aquele objeto do presente estudo. Era “agente exclusivo” da montadora estadunidense em São João del-Rei Francisco A. Fonseca, o mesmo da Empresa de Eletricidade. O preço? “Quase de graça”. O anúncio, porém, não mostra valor algum (A REFORMA, 05/10/1913). Um outro, publicado em momento posterior, elenca os preços dos carros Ford a serem encomendados em Juiz de Fora. Os valores variavam de 3:100\$000 para “chassis pequeno sem partida automática” até 7:830\$000 para um “sedam (limousine)”,

havendo a possibilidade de serem divididos em prestações, sem contar a facilidade do veículo ser transportado para a cidade por meio do trem de ferro. (A TRIBUNA, 31/12/1922) (FIGURA 24).



**Ford**

AUTOMOVEL UNIVERSAL

Barato — Leve — economico — Resistente — Veloz

O unico carro para as estradas do interior

A fabrica Ford fabrica mais de 4.000 carros por dia, uma prova evidente de que é o carro preferido pelo publico. Em toda fazenda deve existir um carro "Ford". Todo o commerciante deve possuir um caminhão "Ford" para entrega de mercadorias — resulta mais barato que os vehiculos de tracção de animal e será muito mais satisfactorio.

**PREÇOS ENTREGUES EM JUIZ-DE-FORÁ**

Double Phaeton, com partida autom. e rodas desm.	5:180\$
" " " " " "	4:830\$
" " " sem " " "	4:580\$
Voiturette sem partida automatica	4:810\$
" " com " " "	6:610\$
Chassis pequeno sem partida automatica	3:100\$
" " com " " "	3:400\$
Chassis Caminhão	4:230\$
Sedan (Limousine)	7:830\$
Coupelet	6:530\$



Coloca-se o carro no vagão da Estrada de Ferro quando pedido vem do interior — Vende-se a prestações — Agente Arthur L. Smith — Praça Dr. João Penido, 56 — Caixa do Correio 50

**JUIZ-DE-FORÁ**

FIGURA 24 – Anúncio de veículos da marca Ford (FONTE: A TRIBUNA, 31/12/1922).

Conforme o tempo, o automóvel se tornava veículo privilegiado para transporte e comunicações em São João, diante do fracasso da instalação dos bondes elétricos, e alternativa para o sistema ferroviário, dispendioso e suscetível a circunstâncias políticas e econômicas. A aquisição de dois novos veículos para o serviço de carros de praça em 1916 foi saudada pelo periódico de Francisco Mourão

por suprir uma “sensível falta”, tendo o trabalho se iniciado no mês seguinte à publicação da notícia (A REFORMA, 27/07/1916). O *Zuavo* contava, no mesmo ano, que fora mandado à Câmara, por dois cidadãos sanjoanenses, Francisco Neves e professor João Feliciano de Souza, junto do coronel Américo Monteiro, do Turvo, atual Andrelândia, um pedido endereçado ao governo estadual de privilégio de 25 anos para a construção e exploração de uma estrada de automóveis até essa localidade, passando por alguns distritos de São João del-Rei: São Francisco do Onça, Madre de Deus e Piedade do Turvo. Essa proposta, para os dois municípios, representaria “um fator inegável e importantíssimo para o comércio e sua consequente consolidação” e deveria ser prontamente acatada, pois que “um projeto de importância nacional”. Nas estradas de rodagem estaria “o futuro de uma nação”. Assim sendo, esperava a aprovação do requerimento. “Turvo ligada a S. João d’El-Rei, mesmo por uma estrada de rodagem” (porque naquela época ainda se discutia o ramal do Turvo da Oeste de Minas), “estará em parte realizada a nossa antiga aspiração que a política jamais amparou ou levou em conta” (O ZUAVO, 26/11/1916). A *Tribuna*, em 1921, com a transferência dos escritórios da Oeste, encampava a ideia de Carlos Müller de colonização do interior das terras de São João e melhoramento das estradas vicinais – projetos que, segundo o periódico, a desastrosa administração odilonista não teria tomado em maior consideração. A folha de Basílio de Magalhães, diante de um quadro de regressão e falta de maior movimento industrial, colocava as colônias agrícolas e as vias de transporte como alternativas de fontes de prosperidade, encarnadas no estabelecimento de famílias europeias saídas da guerra e na construção de estradas de automóveis (A TRIBUNA, 05/06/1921). Assim, a transformação de São João em cidade de veraneio, a ocupação de territórios rurais e o estabelecimento de uma estrutura própria ao escoamento de produtos se afiguravam para o periódico como projetos econômicos viáveis, respostas ao que considerava uma perda de centralidade econômica e política por conta das Câmaras sustentadas por Francisco Sales. Como não fosse criado o ramal do Turvo, a estrada de rodagem para automóveis ainda era considerada, nesse mesmo ano de 1921, pelo Presidente da Câmara dessa localidade, um meio de suprir a falta dessa linha da Oeste (A TRIBUNA, 25/11/1921). Expressão dessas considerações em torno da importância de estradas

para automóveis enquanto complemento ou mesmo opção às linhas férreas, é a construção da autoviação “Arthur Bernardes”, ligando São João a Caxambu. Feita com capital privado, a *Tribuna* acreditava que muito teriam a ganhar São João e Turvo (A TRIBUNA, 17/04/1921).

Mesmo o aproveitamento dos veículos automotores enquanto objeto de lazer trariam em seu bojo vantagens de cunho utilitário. O Moto Clube, fundado em 1916, cuja presidência estava a cargo de Francisco de Assis Fonseca e que tinha como finalidade “fomentar o esporte do motociclo no empreendimento de passeio ao maior número possível de localidades circunjacentes a S. João d-El-Rei” prometia “preparar estradas que não temos”. Essa empreitada, na consideração da *Reforma*, deveria contar com o benfazejo da Câmara, porque lhe seria auxiliar na abertura e conservação de estradas. Circulava a informação que havia uma verba de um conto de réis nesse sentido (A REFORMA, 09/11/1916).

Voltando ao perímetro urbano de São João del-Rei, como a discussão em torno dos bondes ficasse cada vez mais distante, os ônibus tornaram-se uma alternativa atraente no sentido de conectar as várias partes da cidade, facilitando a circulação de pessoas. Ao fim de dezembro de 1922, uma empresa privada, comandada por Severo de Araújo inaugurou uma linha de “auto-ônibus”, “fator de progresso” na avaliação da *Tribuna*. Seu trajeto provisório, a ser corrigido pela Câmara era o seguinte: sairia da Estação da Oeste, passando pelas ruas João Salustiano, da Santa Casa, do São Francisco, largo e rua da Prata, atravessando a ponte do Rosário até o Tejuco (ponto de 200 réis), voltando à mesma ponte e indo ao largo do Tamandaré, seguindo pela ponte da Cadeia, avenida Carneiro Felipe, Hotel Brasil (ponto de 200 réis), Paulo Freitas, Fábricas (ponto de 200 réis), voltando pela Paulo Freitas, avenida, ponte do Teatro, Estação (ponto de 200 réis) e Estação ao Matosinhos (ponto de 200 réis)-Matosinhos a Estação (ponto de 200 réis) (A TRIBUNA, 31/12/1922). O trajeto poderia sofrer alterações conforme o estado das ruas. Assim, o ônibus cobriria um ponto ao outro da área urbana de São João, do Tejuco ao Matosinhos. Entretanto, deixava ao largo áreas periféricas: a parte alta da cidade, por um lado (Mercês, Senhor dos Montes, etc.), e o Bonfim e adjacências, por outro. Isso sem contar as colônias. Não havendo explicações em torno do itinerário, imagino que ele visava abarcar, em primeiro lugar, a extensão entre os

limites mais importantes da cidade, o Matosinhos e o Tejuco, bem como as áreas onde havia maior comércio, o que significava levar os empregados ao seu local de trabalho e não a população até suas residências em áreas mais pobres.

Das sensações experimentadas com os automóveis, motocicletas, as máquinas motorizadas, enfim, a que primeiro se pode ressaltar é a velocidade. E tirando o pessoal do Moto Clube, nem todos a viam com agrado. Se Francisco Mourão apontava que os carros da Internacional Garage não podiam ser aproveitados em toda a sua potência (A REFORMA, 05/10/1913), outros tomavam a velocidade como uma característica perigosa desse gênero de veículo, a romper com um certo tipo de circulação, mais regular, mais previsível, já existente nas ruas da cidade, com seus cavalos, suas charretes e (ai!) seus carros de boi. Uma relação que seria exclusiva desses tempos da modernidade. Afinal, como bem aponta o *Zuavo* em 1916, “Hoje, a criança adorável que usa com elegância o barrete frígio [a República?] nada mais tolera que um soberbo automóvel deslizando em larga avenida” (O ZUAVO, 16/01/1916). A relação estabelecida com as vias públicas se modificava e a alegoria do *Dia* é reveladora nesse sentido:

Fon, fon, fon!//Arreda gente, afasta pessoal, deixa o bruto passar; e o povo, numa azafama de procissão, no meio de uma babel infernal, cruza as nossas ruas, enquanto os pioneiros do progresso, os velozes automóveis cortam e sulcam num fonfonar de ensurdecer as nossas avenidas.//É o progresso, o arauto da civilização que nos bate às portas, anunciando-nos alvissareiramente as suas premissas (O DIA, 29/09/1913).

Tirando a contestável imagem da São João/Babel, a outra esconde algo muito mais significativo. O automóvel, visto como ponta de lança do progresso, abre passagem entre a gente nas ruas. Não era o progresso simplesmente que se fazia anunciar: era a inauguração de uma outra relação com o espaço público. As vias escamoteiam os pedestres para as calçadas, para longe do meio das ruas e avenidas, porque quem mandava daí em diante era o “auto”. E assim é até hoje.

Depois disso são frequentes os textos que denunciam a falta de prudência de motoristas ou visam alertar as pessoas dos perigos de permanecer no meio da pista, com o risco de um atropelamento. É o *Dia*, por exemplo, que nos conta o caso de um encontro que poderia acabar em termos piores. Francisco A. Fonseca e Fidélis Guimarães, voltando de um passeio de motocicleta pelo Matosinhos, quase foram

atropelados pelo automóvel nº 39, que vinha em carreira. O periódico se prontificava em afirmar que o chofer parecia ser vindo do Rio e agindo “sem se *preocupar com a vida de ninguém*, tocou o automóvel de encontro a ambos [grifos no original]”. Com certo sarcasmo, o *Dia* não pedia censura ao motorista ou a intervenção da Câmara no sentido de regulamentar a velocidade dos veículos. “Os automóveis, que se acham aqui há poucos dias e que foram festivamente recebidos, não tardam a fazer o que *têm feito* em outros lugares [grifos no original]” (O DIA, 06/12/1913). O perigo do acidente vinha de bojo da maquinaria progressista; o risco a que estavam todos sujeitos, com a introdução do automóvel, era, a partir de então, cotidiano.

E se temos aqui a percepção dos pedestres, também é possível discernir a opinião dos motoristas, aqueles que se consagravam como os senhores das vias. À *Tribuna*, condutores da Avenida Rui Barbosa e da rua Paulo Freitas pediam que o periódico intermediasse junto aos pais a fim de proibir seus filhos de “saltar, como costumam, à frente dos automóveis em disparada, pois o perigo dessas brincadeiras é evidentíssimo” (A TRIBUNA, 24/12/1922). As perigosas estripulias infantis denotam algo que, se não posso chamar de uma resistência, pelo menos de uma disputa sobre um espaço cujo uso ainda era ambíguo, entre o carro e o pedestre. Luta manifesta inconscientemente no embate contra as rápidas geringonças; a vitória, com o tempo, a pender para o lado dos motoristas. A *Evolução*, além do ataque a pedradas ao auto nº 1, lamentava outro incidente perpetrado pela “molecagem que infesta a nossa cidade”, dessa vez no Matosinhos contra certo motociclista, “pessoa conceituada no nosso meio social”: “É o caso que à tardinha pode o referido motociclista apanhar em flagrante na curva de Matosinhos que atravessavam no caminho um grosso fio de arame amarrado em estacas, nas duas extremidades”. Contava ainda que outras crianças conseguiram agarrar e empurrar a bicicleta de um ciclista que fazia “sossegadamente” seu passeio. Pedia providências da polícia contra esses “fatos que vem depor contra a nossa civilização” (A EVOLUÇÃO, 05/09/1913).

Por sua vez, a história dos bondes em São João del-Rei é a história de uma demanda constante e de fracassos recorrentes; de um melhoramento requerido, mas nunca implementado. A suprir o desejo de interligar a cidade e seus subúrbios, a encurtar as distâncias de uma cidade que expandia seu tecido urbano, mas sem

contar com um meio de transporte que acompanhasse esse crescimento. Os primeiros projetos de implementação datam do final do Império. Em 1893 a *Pátria Mineira* noticiava que o assentamento dos trilhos se daria muito em breve, por conta do privilégio concedido pelo antigo governo da província a um sanjoanense e que naquele momento havia passado, por compra, às mãos de João Alves da Rocha Paranhos. O Sr. Paranhos já teria encomendado todo o material necessário, conforme confidenciou ao periódico de Sebastião Sette (A PÁTRIA MINEIRA, 20/04/1893). Basílio de Magalhães, então morando no estado de São Paulo, atribuía essa e outras conquistas à instalação do sistema republicano, que muito contribuiria para o progresso de Minas, no geral e de São João, em particular (A PÁTRIA MINEIRA, 20/07/1893). Texto originalmente publicado pela *Gazeta Mineira* em abril de 1893 e reproduzido em 1908 pela *Opinião* dava conta de que Paranhos havia adquirido o privilégio de Antônio Homem de Almeida e que a linha cobriria o perímetro da cidade e ainda a ligaria às Águas Santas (A OPINIÃO, 25/04/1908). Não sabemos bem o porquê, mas o projeto, assim como a rede de esgotos, abastecimento de água e iluminação elétrica requeridos na primeira metade da década de 1890, nunca saiu do papel e o assunto ficou esquecido por muito tempo.

Vemos a questão dos bondes voltar aos periódicos somente na segunda metade dos anos 1900, pelo *Repórter*. O periódico estava bastante animado com o interesse de “ilustres capitalistas e industriais do Rio de Janeiro” pelo progresso de São João del-Rei, à frente dos quais estava o Comendador Francisco Casimiro Alberto da Costa. Casimiro estudava a colocação de uma linha de bondes elétricos na cidade, projeto também de um dos sócios da casa Hopkins, Causer & Hopkins, John A. Finley. Para o *Repórter*, “o estabelecimento da viação urbana é uma velha aspiração da terra sanjoanense, onde já tem o progresso, e há muito, firmes seus arraiais”. Pois “a necessidade do desenvolvimento de nossos formosos subúrbios, belos como os mais belos da terra, reclama imperiosamente o emprego da viação regular, que facilitando o acesso à esplêndida região de ao redor, fá-la-á desenvolvida e aproveitada como merece sê-lo”. Assim, ligando o centro de São João aos seus subúrbios, os trilhos do bonde dariam um novo ânimo para a ocupação dos limites da cidade, visto que as distâncias deixariam de ser um empecilho para trabalho, negócios e lazer. Os sanjoanenses deveriam abandonar

seu intrínseco pessimismo e fornecer todo apoio à progressista iniciativa desses industriais (O REPÓRTER, 06/10/1907). Mas o assentamento dos bondes não era consenso entre todos nas elites letradas locais. O Dr. F. Catão, falando de sua posição de médico, reconhecia nesse meio de transporte seu caráter de encurtador de distâncias, “profilático das más consequências das longas caminhadas em ruas pouco asseadas”. Apesar de grande melhoramento, os bondes elétricos não concorreriam para elevar as condições higiênicas da cidade, cuja situação, péssima, aliás, seria o grande problema a ser enfrentado. Apesar de ajudar na cura da tuberculose, dando repouso físico ao doente, nada faria “no sentido da defesa da saúde dos habitantes”, sendo, dessa forma, “melhoramento de luxo, adiável entre nós, uma vez que não dispomos de melhoramentos mais úteis e inadiáveis”. Como vimos em linhas anteriores, o problema da higiene estava na ordem do dia e era reconhecido pela quase totalidade dos que escreveram nos periódicos como aquele a requerer as maiores atenções dos poderes públicos e dos particulares. E uma cidade que gozava de recursos um tanto deficientes para promover seus melhoramentos não poderia gastá-los em algo que não influísse na superação do seu estado pouco higiênico. “Fazer governo patriótico”, para o Dr. Catão, seria cuidar desses assuntos, porque diretamente relacionados com a saúde e bem-estar dos habitantes, numa verdadeira estratégia biopolítica. Qualquer progresso, portanto, deveria passar em primeiro lugar pela gestão positiva da vida dos moradores. “O mais são melhoramentos frívolos, de efeitos espetaculosos e que servem para galvanizar uma população que vive caquetizada pelo meio anti-higiênico onde envolve” (A OPINIÃO, 16/10/1907).

Apesar da visita do Comendador Casimiro a São João, a iniciativa não vingou. E a concessão do privilégio para a construção da linha que iria até as Águas Santas acabou caducando, de acordo com Paulo Teixeira, por faltarem os capitais necessários (O REPÓRTER, 12/04/1908). Os sinistros efeitos da caveira de burro enterrada teriam se adentrado no projeto dos bondes (O REPÓRTER, 22/01/1908). Em 1910, o *Repórter* se ressentia com o fato de a Oeste de Minas projetar doar eletricidade para a instalação de um sistema de tração em Lavras, enquanto em São João mal se tinha luz (O REPÓRTER, 23/01/1910). Não obstante, mesmo com sua birra para com a administração de Leite de Castro, nada tinha a objetar contra o

projeto da Municipalidade de prover a cidade com esse melhoramento, conquanto ela tivesse recursos para tal. O Agente Executivo, em mensagem, afirmara que pretendia fazer a linha passar pelas principais ruas e indo até a Fábrica de Tecidos e o Matosinhos. Ou seja: cobriria o centro comercial da cidade, a parte que concentrava seu setor fabril e um crescente e populoso subúrbio. O *Repórter*, de qualquer modo, não escondia seu ceticismo ao afirmar que, com o pagamento de todas as dívidas da Câmara, pouco sobraria para a realização de qualquer obra (O REPÓRTER, 05/05/1910).

O fracassado empréstimo de £100.000 levantado por Leite de Castro para a liquidação das dívidas ativas do município previa que o resto do montante fosse empregado em diversas obras de melhoramento: água, esgotos, encampação da luz, construção de um chafariz no Largo do Rosário e constituição de uma linha de bondes (O REPÓRTER, 08/05/1910). O *Repórter* via nos bondes a vantagem de estreitar e animar “as relações comerciais e de amizade” dos habitantes, mas não mudava de opinião quanto à provável incapacidade da Câmara em dar início as obras e em reverter o trabalho em lucro posterior (O REPÓRTER, 12/05/1910). O empréstimo não saiu e muito menos os bondes elétricos, dele dependentes. De modo que o caminho estava aberto para novas propostas de particulares, como a feita em 1911 por Sadoc de Souza, coletor em São João. Tancredo Braga, escrevendo para o *Repórter*, via nesse meio de transporte não só uma possibilidade de locomoção a superar as distâncias cada vez maiores de uma cidade que crescia, mas também um instrumento a proporcionar lazer. Porque quebraria a monotonia reinante. De topografia favorável, traria lucro a qualquer um que quisesse explorar esse serviço. “Uma cidade que possui elementos de vida, que tem meia légua de comprimento, doze mil habitantes e sustenta quatro cinemas, pode perfeitamente manter uma viação elétrica, que aqui já se vai tornando indispensável, principalmente nos tempos chuvosos”. Quão belo seria o panorama descortinado num passeio ao Alto do Bonfim, espetáculo a ser proporcionado pelos bondes! (O REPÓRTER, 05/11/1911).

Vemos que a argumentação do Dr. Francisco Catão, que tomava a questão de higiene como senão a única preocupação, aquela a ser resolvida prioritariamente pelas autoridades, não tinha mais tanto fôlego. Não que a higiene perdesse a

primazia nas demandas das elites letradas. Mas o problema da circulação, num contexto em que carros, trens e bondes se faziam cada vez mais presentes, não poderia ser ignorada, ainda mais numa cidade que pretendia manter o título de civilizada e progressista. Lauro Benício, em texto já aqui explorado, citando o exemplo da Light em São Paulo, explicava que, embora à primeira vista parecesse que esse sistema viário fosse dispensável em São João del-Rei, pelo seu acanhado perímetro urbano, à colocação do trilhos e à expansão das linhas para as zonas suburbanas com poucos moradores, se seguiria inevitavelmente a ocupação humana. “E a cidade assim irá ampliar a sua área habitada, ampliando, *ipso facto*, a sua importância de atualidade [grifos no original]” (O REPÓRTER, 16/11/1911). E parece que a discussão em torno da constituição desse meio de transporte tinha grande apelo entre a população. Na mesma edição, um anúncio do estúdio fotográfico de André Bello era encimado com o chamativo título “Os bondes elétricos”, que nada tinha a ver com o conteúdo, mas que, por todo o contexto envolvido, servia para chamar a atenção do eventual leitor (O REPÓRTER, 16/11/1916) (FIGURA 25).



FIGURA 25 – Anúncio do estúdio fotográfico de André Bello publicado no *Repórter* que se aproveita da discussão em torno dos bondes elétricos para atrair a atenção do leitor (O REPÓRTER, 16/11/1911).

Tudo corria bem, o projeto de Sadoc de Souza parecia se encaminhar a bom termo. A Câmara, na Lei nº 266, de 20 de Fevereiro de 1912 concedia o privilégio de 25 anos a Souza para construção e exploração de uma linha de bondes na cidade e nos subúrbios para o transporte de passageiros e de carga, para qualquer via ou

estrada da cidade ou Município. A Edilidade concedia uma série de garantias e elencava as obrigações ao concessionário. As obras deveriam começar em no máximo dois anos. Ficava estipulado que haveria um traçado inicial de pelo menos 4 km de linha ou então uma linha que partiria do Betume até o Cemitério Municipal, com cinco veículos circulando em qualquer uma das opções (O DIA, 04/04/1912). Acontece que por questões de desinteligência entre Sadoc de Souza e Francisco A. Fonseca, da Empresa de Eletricidade, quanto ao uso de força motriz para o serviço, o projeto acabou abortado. O coletor lamentava que não pudesse mais prestar seus serviços no sentido de colocar São João “ao lado de suas irmãs que mais se destacam na vanguarda do progresso”. No texto publicado nos ineditorias do *Dia*, comentava que a companhia seria lançada com 200:000\$000 de capital, dividido em ações de 200\$000, agradecendo a cada dos que subscreveram a empresa com ações, dando ainda o nome daqueles que as compraram, bem como o valor correspondente (O DIA, 02/06/1913). O *Dia*, em outra edição, comentava que há mais de uma década se discutia a implementação de linha de bondes e, diante do último fracasso, sugeria que fosse então estabelecido um serviço de ônibus (O DIA, 09/07/1913). Pior ainda, o insucesso de Sadoc de Souza teria desencorajado outros sanjoanenses a encararem a questão da viação urbana. Com o recente início das obras de esgoto e calçamento das ruas, o problema dos bondes teria ficado em segundo plano (O DIA, 10/10/1913). A *Tribuna*, com humor, tratava do revés do empreendimento do coletor. Em texto expresso num italiano macarrônico, dava conta de uma fictícia inauguração “de los servizios de los bondes inlecttricos desta città”. Por tratar-se de “uno miglioramento de piu necessità”, a inauguração, contando com o Sr. “Sadoco”, “foi uno giorno de smisurata alegria para questro buono poblo de San Giovanne dus Rezis” (A TRIBUNA, 05/11/1914)<sup>201</sup>.

A despeito dos prognósticos pessimistas do *Dia*, uma nova proposta foi enviada à Câmara. Um requerimento de Manoel Nicolau Júnior feito em 1916 pedia o privilégio para a instalação de uma linha de bondes na cidade e, apesar de saudado pela *Reforma*, crente que superaria o problema da falta de lugar extenso e desprovido de meios de transportes “ainda os mais rudimentares” (A REFORMA,

---

201“Tradução”: “dos serviços dos bondes elétricos desta cidade” [...] “um melhoramento de maior necessidade” [...] “foi um dia de de desmensurada alegria para este bom povo de São João del-Rei”.

21/12/1916), como São João, o projeto de Nicolau Júnior se juntou à coleção de negociações infrutíferas. Em 1918, mesmo com o otimismo dos periódicos da terra para com a notícia que corria de outro projeto à vista, projetado por “pessoa de grande e incontestável idoneidade” e a cobrir todos os bairros da cidade – melhoramento que traria uma “nova era de vida e progresso” a São João – (A NOTA, 25/02/1918), este também não vingou.

O *Minas-Jornal*, ao fim do ano, lamentava que assuntos a preocuparem os “super-homens da terra”, como “a ideia de possuímos os celebrados *bonds* elétricos”, caíam sempre “no marasmo enervante, que é – diga-se verdade – o nosso traço característico [grifos no original]”. Pedia que não se desanimasse e que se tentasse de novo a realização da ideia (MINAS-JORNAL, 04/12/1918). O periódico, assim, retomava o discurso que lamentava a falta de iniciativa em São João, o pessimismo de seus filhos, a malograr qualquer bom projeto progressista. Afinal, parecia que havia “qualquer azar, oculto e vago” a malograr tudo o que se procurava fazer pelo bem da cidade (MINAS-JORNAL, 21/12/1918). Curiosamente, a questão dos bondes não foi elencada pela Associação dos Empregados do Comércio como cobrança a ser feita no questionário enviado à Câmara. Até a supressão do jogo foi colocada enquanto demanda, mas não os bondes. Talvez, frente a tantos fracassos, a classe dos poderosos comerciantes e negociantes da praça não se animasse a uma outra tentativa.

Em 1920, o oficioso *S. João d’El-Rey*, provavelmente, como a expressão diz, “jogando verde” para os capitalistas locais, reproduzia um artigo do juiz-forano *Pharol* em resposta a um texto do colaborador “Nemo”, no qual o homem de imprensa sanjoanense atestava a necessidade de transporte urbano para a cidade. Os colegas de Juiz de Fora argumentavam sobre a imperiosidade do melhoramento, a atender os operários da cidade vizinha, que “só podem residir em arrebalde onde os alugueis são mais cômodos”, dado o aumento das casas em toda parte. Sugeriu que “o comércio da adiantada cidade da Oeste” tomasse a frente no projeto, contando com o auxílio da Câmara de São João; de modo que o serviço estivesse pronto até 1922, garantindo, assim, uma comemoração condigna ao centenário da Independência. Além de atender aos trabalhadores, seria de grande utilidade aos estudantes, pois grande era o número de estabelecimentos de ensino no lugar. “Que

venha o bonde e com ele mais vida à cidade da fé viva e das ações nobres, quais as do amparo e proteção da pobreza por meio das suas instituições de caridade e o louvável capricho na conservação de seus templos suntuosos, dos mais belos de Minas” (O S. JOÃO D’EL-REY, 02/09/1920). O *Pharol* foi perspicaz ao usar em seu discurso das características com que os sanjoanenses mais gostavam de adornar sua identidade, mas não houve nenhum resultado.

Como sabemos, em 1922 foi inaugurado o serviço de ônibus em São João del-Rei. Mais barato, poderia atender às demandas de viação urbana sem os transtornos das custosas negociações e das obras para assentamento dos trilhos. No fim das contas, a cidade jamais viu os seus bondes serem constituídos<sup>202</sup>.

Ao longo deste capítulo podemos ver as muitas frentes pelas quais trabalharam as elites de São João del-Rei no intuito de fazer valer as imagens que construía para si de cidade civilizada e a par de quanto houvesse de progresso no mundo por meio da implementação de melhoramentos de ordem material. Água e esgotos, remodelação das vias, conquista dos córregos: foram muitas as alternativas disponibilizadas nesse sentido, muito embora não houvesse – para além do desejo comum de manter os “foros” de que gozaria – a existência de um plano sistemático e organizado de execução desses projetos, ainda que baseados em pressupostos teóricos específicos que justificavam essas medidas e iniciativas.

Tais intervenções, afora seus significados simbólicos, tinham como objetivo criar uma estrutura capaz de dinamizar a economia local, trazendo homens, recuperando indivíduos antes doentes e atraindo recursos, capitais e investimentos para um Município que via estagnar sua participação no movimento regional. Dotada desses melhoramentos e, mais do que isso, com suas elites unidas em torno do objetivo comum de torná-los realidade, São João del-Rei recuperaria um papel que acreditavam ser seu por direito no mosaico das cidades mineiras.

Mas não bastava intervir na cidade. Para que usufrísse dos benefícios advindos dos novos empreendimentos, cabia disciplinar sua população, fazê-la entender as vantagens do mundo do trabalho contra os perigos da vadiagem e agir conforme uma norma, de maneira condizente com as representações que as elites construíram para cada lugar desse ambiente urbano, por meio de tratamentos

---

202Do projeto jamais realizado ficou uma canção carnavalesca a imortalizá-lo: “Aqui em São João ninguém se esconde; São João tem tudo só falta o bonde”. Cf. CINTRA, op. cit., 1982a, p. 246.

específicos de acordo com a origem desses indivíduos. Assim, a representação de uma São João civilizada deveria abarcar não somente o cenário da cidade, mas os próprios moradores. É o que veremos no próximo capítulo.

#### 4. OS USOS DOS ESPAÇOS NA SÃO JOÃO DEL-REI DA *BELLE ÉPOQUE*

Florinha era prostituta. Apelido que escondia um outro nome, revelado pela *Reforma*, dando conta do trabalho da polícia local: Maria Salomé. Florinha foi personagem recorrente nas páginas do periódico durante os primeiros meses de 1914, mostra de vida atribulada dessa mulher, da intolerância das autoridades para certos comportamentos e, paradoxalmente, de sua dificuldade em fazê-los cessar. Em 16 de Abril foi “recolhida ao xadrez” por “embriaguez e vagabundagem” (A REFORMA, 25/04/1914). Presa em 1º de Maio no Pau do Ingá por roubar 245\$000 do oficial de Justiça da vila Resende Costa Tertuliano José de Souza, com quem havia “pernoitado”. Detida a “meretriz”, somente no segundo depoimento ela confessou o ato: subtraíra a quantia referida e mais um lenço do bolso da calça de Tertuliano. O dinheiro entregara a José dos Santos, vulgo “Pau a Pique” (Amante? Cafetão?), que por sua vez confessou ter recebido a chusma de notas de “Glorinha [sic]” (A REFORMA, 09/05/1914). Apesar do crime, Maria Salomé não ficou muito tempo presa. No dia 14 fora novamente recolhida, dessa vez por embriaguez (A REFORMA, 23/05/1914).

Florinha talvez fizesse parte do crescente número de “desocupados, ébrios, vagabundos”, denunciados pelo *Zuavo*, que já não respeitariam o centro da cidade, escolhido mesmo para suas “reuniões” em detrimento da “zona que dizem duvidosa”, lugar próprio para tal tipo de ajuntamento. Homens e mulheres que se acotovelavam nos botequins da Avenida Carneiro Felipe, em tumulto, forçando “os transeuntes a se desviarem receosos”. “Orgia”, “pândega” são assim qualificados esses encontros dos “inimigos do trabalho”, desses “desertores do trabalho”. Se era impossível os redatores do *Zuavo* falarem de aversão ao serviço dessa gente nos encontros que ocorriam aos domingos – afinal dia de descanso –, quando era maior o movimento, partia para outro argumento: “toda essa casta de gente” deporá contra a civilização dos sanjoanenses, a surpreender o eventual visitante, figura tão recorrente, tão evocada, com um “quadro de miséria bem mais próprio do ‘Jogo da Bola’”. A solução seria a intervenção policial (O ZUAVO, 26/11/1914). E nesse ponto o *Repórter*, publicando anedota alguns anos antes, era certo sobre uma das atribuições que as elites do período esperavam da autoridade: num exame de medicina, em resposta a um dos membros da banca, que perguntara qual seria “o

melhor meio para restabelecer a circulação”, o estudante respondera que “fazer intervir a polícia” (O REPÓRTER, 24/10/1907).

O relato dessas situações e personagens apontam para um quadro comum nas relações entre as elites brasileiras e o grosso da população local: em nome da “civilização”, de modelo de hábitos e comportamentos emprestados da Europa Ocidental e da América do Norte, reprimir manifestações populares, formas de ser e estar do povo, enquadrando todos sob uma certa norma, uma determinada disciplina, sob a égide do “trabalho”; constituição de uma mão de obra apta e qualificada para esse universo de relações sociais que emergiu com o mundo do pós-Abolição. Esquadrinhar a cidade, para conhecer seus habitantes, para determinar o lugar de cada um, correspondendo aos papéis que deles se esperavam – e que também se construíram. Assim, este capítulo versa sobre os usos dos espaços propostos pelas elites letradas sanjoanenses levando em consideração as intervenções sugeridas e implementadas, bem como esse ideário civilizacional de bases europeias, que descartava muitos dos costumes e práticas de origem colonial, identificadas enquanto bárbaras, antiquadas e, por isso, dignas de supressão. Do mesmo modo, a análise sobre os usos dos espaços se pauta na apreensão de um binômio caro à ideologia burguesa da época: o trabalho e o lazer, seu complemento fundamental. Assim, o público e o privado em São João devem ser tomados a partir da consciência da existência de uma crescente sociedade disciplinar, valorizada pelos periódicos em estudo e legitimada pelo emprego de discursos que remetiam àquela identidade sanjoanense. Esse projeto valorizava determinados comportamentos e queria enquadrar a população de acordo com valores difundidos e esperados de ordem e passividade, nem sempre expressos por toda essa gente que se queria disciplinada, armada de outras estratégias e vinculada a um caldo cultural, em parte, diverso.

O que me leva a discutir as concepções fornecidas pelas fontes sobre o trabalho e sua exortação enquanto elemento de engrandecimento do homem e da sociedade, os papéis que cada indivíduo deveria assumir nessa nova ordem, mesmo que estas apareçam camufladas nos textos e que o tratamento seja claramente diferenciado: brancos, gente de cor, homens, mulheres, crianças, a boa sociedade e a arraia-miúda do povo. Todo um mecanismo de construção discursiva que, pautado

em princípios éticos e morais dessa ideologia do trabalho e da família burguesa, cria as categorias de norma e transgressão. A ideia de “norma” e “transgressão” é emprestada de Michel Foucault. Apesar de tratar do exame psiquiátrico na constituição da sua aliança com a justiça, as implicações de sua discussão podem ser úteis a esta pesquisa. Foucault toma a transgressão como uma “irregularidade em relação a certo número de regras que podem ser fisiológicas, psicológicas, morais, etc.”, a uma norma, enfim. Irregularidade que, apesar de não se enquadrar em termos jurídicos, leva à condenação dessa “infração” não tanto por ser um delito, mas por configurar uma conduta que confronta configurações éticas e morais de determinada sociedade. A norma emerge como “regularidade funcional, como princípio de funcionamento adaptado e ajustado” em oposição ao “patológico, o mórbido, o desorganizado, a disfunção”, à “irregularidade e à desordem”<sup>203</sup>. No nosso caso, “normalidade” e “transgressão” são definidos a partir de princípios que regiam a família, as relações sociais e de trabalho, em que a moral católica, o senso burguês de valorização de trabalho, por exemplo, engendraram categorias, como a do vadio, do vagabundo e delimitavam um campo de ação permitido: a mulher “de vida fácil” só existe a partir do ponto em que circunscreve as possibilidades da mulher “de família”. E mesmo que isso estivesse dentro do campo da conduta, era somente um passo para ser enquadrado enquanto transgressão.

#### **4.1. A identidade sanjoanense como mecanismo ideológico de controle social**

Além do efeito prático das intervenções de ordem material – tentar extirpar ou reorganizar o que fosse possível daquilo que era tomado como arcaico e avesso ao progresso na fisionomia urbana –, vimos também que estas intervenções surgiam como as respostas consideradas as mais adequadas para os anseios dos grupos dirigentes de São João no sentido de manter as representações construídas de uma “Princesa” progressista e de importância no cenário mineiro. Imagens que ao mesmo tempo legitimavam tais melhoramentos, dirimindo a sensação de estacionamento, trazendo recursos e trabalho, fazendo a cidade corresponder ao seu renome. Contudo, uma cidade não poderia ser progressista tão somente na sua estrutura, na sua fisionomia; a adesão a esse projeto demandava ainda a adoção, por parte das

<sup>203</sup>FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018, p. 15, 138-139.

elites brasileiras, de hábitos, comportamentos, padrões de conduta, de disciplinas, instituições e práticas de consumo; modelos inegavelmente inspirados na Europa. Queria-se por um termo àquela herança arcaica e provinciana da cultura brasileira, cuja espontaneidade era tida por bárbara<sup>204</sup>. De fato, se as elites assumiam uma outra economia de gestos, inauguraram com isso uma nova sensibilidade em relação ao mundo popular, cada vez mais intolerante e restritiva. Porque não era só renegar essa cultura em nome da “civilização”: se fazia necessário, dessa vez em consonância com outro substantivo poderoso, “trabalho”, disciplinar esse corpo de brasileiros pobres para a promoção da utopia progressista das elites liberais-conservadoras.

A partir do século XIX, a cidade passou a se afigurar para os grupos dirigentes enquanto lugar de consumo e de trabalho. E sendo lugar de reprodução social da existência dos grupos pobres, a confusão que seria engendrada por esse fato, assim se acreditava, obrigava as autoridades ao estabelecimento de uma ordem, não só pela reformulação da fisionomia urbana, mas pelo controle dos populares, promovendo um “puro espaço de circulação”, condizente com essa visão da cidade como espaço de consumo e trabalho<sup>205</sup>. As elites brasileiras, amparadas em discursos médico-higienistas, promovendo esse ordenamento urbano, se voltarão para as camadas pobres da população, contra toda gente que era vista como anormal e potencialmente perigosa. Sua ação incindirá na moralização e disciplinarização dessas parcelas de habitantes do espaço urbano<sup>206</sup>. O discurso médico, nesse projeto, terá como aliado o discurso dos juristas, homens que procuravam formar o cidadão completo também sob os moldes científicos, “cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado”, de hábitos saudáveis, em que honestidade, moral e laboriosidade faziam parte da mesma equação<sup>207</sup>. Não coincidentemente, esse processo se deu no rescaldo da Abolição. Era preciso garantir um suprimento contínuo de mão de obra – mão de obra livre, vale dizer –, mas cuja relação com a noção de trabalho deveria ser transformada, assumir um caráter positivo, “uma

204NEEDELL, op. cit., p. 70-71.

205PECHMAN, op. cit., 29-33.

206RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz & Terra, 1987, p. 12.

207ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas populares: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 41.

roupagem dignificadora e civilizadora”, pouco ou nada afeita ao tom de vileza que lograva na Escravidão, coisa de cativo<sup>208</sup>.

De modo que seria vital esquadrinhar a cidade, “definindo lugares e destinos para cada categoria, estabelecendo disciplinas e rotinas, criando regras capazes de transformar a multidão disforme e ameaçadora em um laborioso e pacificado formigueiro humano”<sup>209</sup>. Fazer, enfim, uma regulamentação do território a partir de uma norma<sup>210</sup>; compatibilidade entre certos lugares e certos tipos de gente. Ou traduzindo para o presente caso, voltando à denúncia do *Zuavo*: fazer com que a ralé do Jogo da Bola ficasse no Jogo da Bola, lugar do populacho; deixar a área central de São João del-Rei para o lazer das famílias, para os negócios, para a sociedade direita, para a circulação e o trabalho, aí sim, possibilidade de alguma inserção do povo – mas somente um povo disciplinado. Sidney Chalhoub é certo ao apontar que essa transformação se dava também pela internalização de seus pressupostos, muito além do mero espaço de trabalho, ou seja, de produção. Há uma colonização de todas as esferas da vida do indivíduo: essa nova ética do trabalho se imiscui nas condutas familiares e sociais em geral, “compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação”<sup>211</sup>.

No caso sanjoanense, esse processo global ocorre concomitantemente com uma segunda voga daquilo que Kleber do Sacramento Adão, baseado na noção de “processo civilizador”, de Norbert Elias<sup>212</sup>, classifica como “um esforço civilizador”, ou seja, “na direção do disciplinamento dos costumes, para o comedimento dos gestos, falas e posturas”. Citando Maria Augusta do Amaral Campos, Adão identifica em São João del-Rei duas grandes fases desse mesmo processo: uma primeira, ocorrida entre 1810 e 1844, iniciada com as mudanças decorrentes da chegada da Corte de D. João VI ao Brasil e que coincide com o crescimento do papel de São João enquanto importante centro abastecedor do Rio de Janeiro e cujo fecho se liga à perda de poder político dos liberais moderados locais na Corte, após o fracasso da

208CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2015, p. 48, 65.

209CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986, p. 40.

210FOURQUET, François; MURARD, Lion. **Los equipamientos del poder**: ciudades, territorios y equipamientos colectivos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A., 1978, p. 118.

211CHALHOUB, op. cit., 2015, p. 49.

212ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Revolução de 1842; a segunda se dá em fins do século XIX e início do XX, em que é possível vislumbrar, conforme Adão, a ideia de um Estado nacional e a noção de indivíduo. Este segundo momento, esclarece o autor, é marcado pela Abolição e pela Proclamação da República, com seus ideais de ordem e progresso<sup>213</sup>.

Estabelecimento, enfim, de uma disciplina que, conforme Michel Foucault, implica numa gestão racional do corpo, num controle de comportamentos, numa economia de movimentos, numa determinada relação com o tempo, tendo, por fim último, a docilidade do trabalhador visando sua potencialidade produtiva, em que seja tão mais obediente, quanto útil – um máximo de utilidade pelo mínimo de esforço dos mecanismos disciplinares, seus aparelhos difusos e inscritos na totalidade das relações sociais. Difuso, mas hierárquico, o poder disciplinar age a partir do esquadrinhamento da população, distribuídos os indivíduos no espaço, um lugar para cada um, uma atividade para cada um, em combinações diversas; de uma vigilância permanente e constante dos membros do corpo social. Esquadrinha e vigia porque é necessário enquadrar numa norma: “compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui”. De modo que, conhecendo o desviante e o seu desvio, é possível corrigi-lo, mantendo a disciplina desse corpo, a correção por todos visível e por todos manifesta. Seu poder, enfim, se expressa pela constituição de um saber sempre em construção<sup>214</sup>.

A implementação de técnicas disciplinares era necessária para a boa condução da ordem urbana, como mostra Tancredo Braga no *Dia*, porque

não se deve esperar pela obediência e boa vontade do povo ao cumprimento das determinações necessárias ao bem geral, mas empregar os meios necessários à sua prática, o que é um trabalho de educação para os díscolos.

Seria com “um corretivo” que se faria possível eliminar condutas e costumes arcaicos do povo sanjoanense e implementar o ideal urbano aspirado pelas elites locais, “do que a nossa civilização exige” (O DIA, 04/07/1913).

Em São João del-Rei, esse projeto de ordenamento social e progresso pelo trabalho ganhava contornos particulares, respostas aos problemas que o Município enfrentava e que já tratei ao longo da pesquisa. Certo é que para as elites letradas locais os melhoramentos de ordem material trariam investimentos e, por

<sup>213</sup>ADÃO, op. cit., p. 98-99.

<sup>214</sup>FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 (8ª reimpressão, 2020), p. 134-143, 164, 176-180, 210-213.

consequente, a constituição de contingentes ampliados de trabalhadores, dinamizando a economia sanjoanense. Os discursos dos homens de imprensa em relação à ideia de “trabalho” veremos mais à frente. Cabe aqui destacar como o componente ideológico da identidade sanjoanense, ou seja, as representações em torno de um *ethos* local, serviam para amparar demandas de ordem e disciplina, de transformação de costumes, hábitos etc., muito embora o tom e as implicações fossem diferentes para as elites e o grosso da população. O *Repórter* por exemplo, pedia providências do Delegado de Polícia contra “uns moleques ou vagabundos que perambulavam pela cidade, noite e dia e precisam de correção”. Na conta desses moleques ou vagabundos os redatores colocavam estragos nas venezianas e janelas do prédio do periódico e de outras casas na rua Tiradentes, além da afixação nos postes de “uns imundos e indecentes pasquins com referências injuriosas contra um conceituado comerciante desta praça” e de arruaças e tropelias noite afora. Não era só em nome da disciplina que o *Repórter* pedia providências; era pelo fato desses atos deporem “muito contra os costumes ordeiros da cidade e contra os foros de civilização de que goza”, pois que punham “em sobressalto e despertando a quietude de nossa pacífica população”. Um padrão identitário é tornado hegemônico. Surgido no seio das elites, se alargava para o conjunto da população local com o fim de adequá-la aos ditames sociais dos grupos dominantes. No caso aqui exemplificado, a invocação de certas características tomadas como parte de uma identidade sanjoanense (a civilização e o caráter ordeiro e pacífico) são o verniz para as elites reclamarem das autoridades a garantia da propriedade privada, da honra de membros destacados da comunidade e da ordem das ruas, espaço para as famílias e para os trabalhadores, mas não para as investidas desses “*quidans*, que infestam a cidade [grifos no original]” (O REPÓRTER, 29/08/1907).

Dez anos depois, o *Minas-Jornal* se insurgia contra “um espetáculo que havia de ser deveras hilariante se não afetasse muito de perto o clássico conceito de civilizado que goza o nosso centro”: em plena rua Municipal, perto do Café Rio de Janeiro, “uma crioula, completamente devotada a Baco”, gritava e gesticulava obscenamente. Causava espanto ao *Minas-Jornal* que isso acontecesse na “nossa via principal”, às barbas da polícia (MINAS-JORNAL, 09/10/1918). Em nome da civilização sanjoanense, tão intimamente ligada à identidade local, a ponto de ser

tomada como “clássica”, pedia providências contra uma mulher negra que não era só ociosa, mas ia em sentido contrário ao seu papel de gênero esperado. Deslocamento de fundo racial, social e espacial: porque o centro da cidade não seria para esse tipo de gente. Há algo aqui que o texto deixa subentendido: essa civilização talvez não fosse compartilhada por essa mulher, talvez mesmo nunca fosse civilizada, ainda que se conseguisse enquadrá-la numa disciplina; a civilização de São João significaria a capacidade de suas classes dominantes, estas sim podendo se arvorar cultas e civilizadas, em controlarem a população, dando um mínimo de ordem ao espaço urbano, estabelecendo papéis e locais adequados.

E servia não só para requerer a adequação ao mundo do trabalho ou a conformação a papéis sexuais e familiares. Surgia como ferramenta de deslegitimação de reivindicações. A conservadora *Reforma*, por sua vez, invocava esse mesmo aspecto, a tal verve pacífica dos sanjoanenses, para se colocar em oposição a um orador operário que pregava “contra o capital”, em “linguagem violenta e agressiva”. Para Francisco Mourão, haveria em São João um “viver amistoso e pacífico” entre operários e patrões. Sendo de fora o tal orador, era lógico que desconhecesse essa relação. Ou seja, Mourão recuperava a identidade sanjoanense para escamotear demandas trabalhistas vindas de baixo; legítimas eram somente aquelas que contassem com a aprovação dos grupos dominantes em seu modo de serem feitas. Afinal, como o próprio título do artigo afirma, “nosso rumo é outro” (A REFORMA, 04/05/1913).

O emprego da identidade sanjoanense com o objetivo de moldar hábitos e comportamentos não ocorria exclusivamente sobre as camadas populares. Também incidia em parcelas das elites locais, muito embora os termos empregados, as estratégias e seus efeitos fossem diferentes, clivagens de trato que explorarei com mais vagar ao longo do capítulo. O *Dia* noticiava em 1913 uma briga ocorrida “na ocasião em que se recolhia ao templo dos Franciscanos o depósito de Passos” entre dois indivíduos que “engalinharam-se, provocando grande escândalo”, cessando somente com a intervenção “enérgica” de “diversos cavalheiros conspícuos”, evitando maior celeuma e consequências. Ao redator parecia até mentira o fato de tal cena ter lugar em São João del-Rei, “cidade civilizada, positivamente religiosa” (O DIA, 03/03/1913). Os nomes dos envolvidos não são expostos e chama a atenção

ainda não existirem referências sobre a intervenção da polícia nem no conflito, nem depois, opção justificável se formos pensar que isso faria aumentar o “escândalo” ao colocar no registro das autoridades dois sujeitos provavelmente oriundos das elites locais.

O discurso da civilização sanjoanense, parte da identidade local, incidia tanto sobre ricos quanto pobres, mas com motivos e implicações diferentes. A disciplina para as camadas populares era imposta mais por fora, pela intervenção das autoridades, pelo estabelecimento de um saber ao esquadrinhar a cidade, projeto no qual a imprensa tinha lugar importante, porque também falava da cidade, de seus problemas, catalogava os moradores. Intervenção que disporia dos habitantes, determinaria o lugar de cada um na geografia da ordem, impondo ou os instigando a uma economia de tempo racional e, se não ao apreço, ao menos reconhecimento da necessidade de ocupação laboral. Já para os membros das camadas dominantes, o controle perpassava outros fatores, outras estratégias, dessa vez de ordem interna: o medo da exposição, da mácula à honra pessoal e familiar. O que não quer dizer que passassem em branco os deslizos e ações da gente de grei. A vergonha aqui tinha papel fundamental e talvez causasse grande constrangimento saber que uma cena em que algum filho das elites estivera envolvido fora publicada no periódico, sendo possivelmente comentada por seus pares nas rodas íntimas. Daí motivando um processo de autocontenção, de autocontrole<sup>215</sup>.

Condutas diversas, conforme a posição do sujeito, sua cor, seu nome, seus bens. Um outro texto, também do *Dia*, dá mostras de como a vergonha e o medo do julgamento dos colegas das elites eram operativos importantes nessa construção de uma ordem urbana. O redator recriminava o comportamento de “mocinhos bonitos da plateia e os *anjinhos* do poleiro, no teatro, quando há algum acidente na projeção” de filmes, mormente se tratar de “uma assistência de pessoas bem-

---

215Norbert Elias mostra como, além da coerção externa, o controle se dá por meio do autocontrole, algumas atividades, hábitos e comportamentos excluídos e “investidos de sentimentos de vergonha”. A vergonha é “uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito”, um “medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas”. Essa ansiedade opera no nível da consciência e não por meio de ações físicas. Invisível para os outros, obriga a pessoa, colocada em uma situação de impotência diante da incapacidade de reverter o ato que a fez se sentir inferior, a lidar consigo mesma por conta de um choque com a “opinião social prevalecente”. Cf. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, volume 2: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2019, p. 193-194, 242.

educadas [grifos no original]”. “Mau costume” que deporia contra “o bom conceito que goza a mocidade s. joanense”, a incomodar as “famílias” que se dirigiam ao Teatro (O DIA, 24/06/1913). O periódico esperava com isso constranger os tais “mocinhos bonitos” perante outros membros das elites, fazendo cessar esse comportamento com a reprimenda, mesmo que sem a citação de nomes. A vergonha causada por se ver nas páginas do *Dia*, com o provável reconhecimento de outros leitores, seria suficiente para impedir gritarias e assuadas, movimento completado pelo desagrado causado às “famílias”, gente que muito provavelmente identificaria os citados, ainda mais sabendo que esse termo não designava qualquer um. “Família” era a “sociedade”, a parcela mais bem situada dos habitantes locais, que por sua vez se distinguia do “público”, do povo em geral, como nota Julio Lucchesi Moraes em sua discussão sobre o “compromisso social” das elites paulistas e cariocas ao frequentarem os teatros<sup>216</sup>.

A mobilização dessas imagens sobre São João del-Rei em vista da construção de uma ordem urbana não incidia unicamente no âmbito interno, como tive oportunidade de argumentar no segundo capítulo. O policiamento era fundamental para o estabelecimento da autoridade e era ao governo do Estado que as elites letradas recorriam para conseguir senão um bom número de praças, ao menos um que correspondesse ao nível de importância do Município. O *Repórter*, em edição de 1908, pedia ao Chefe de Polícia de Minas Gerais um aumento de soldados de modo a “satisfazer as necessidades públicas e seja desempenhado na altura do nosso progredimento e civilização”. Demanda que viria a suprir o “abandono” a que estava submetida São João nos últimos tempos, “inqualificável senão odiento”, mais ainda por muito dar – impostos, votos, alianças dos representantes locais nos Congressos Legislativos – e pouco receber (O REPÓRTER, 16/01/1908). Insatisfação a se prolongar no tempo: a *Tribuna*, em 1921, republicando texto de seu diretor Basílio de Magalhães, originalmente no *Estado de Minas*, embora aliada de Arthur Bernardes e Raul Soares e em divergências com a situação odilonista, deixa implícito achar insuficientes os dez praças destacados para atender um Município com mais de 36 mil habitantes e outros 15 mil residentes só na cidade. Porque ironicamente, Magalhães explica aos

---

216MORAES, Julio Lucchesi. **Sociedades culturais, sociedades anônimas**: Distinção e massificação na economia cultural brasileira. São Paulo: Alameda, 2020, p. 321-322.

leitores belo-horizontinos que uma fraude sob coerção da força militar no sentido de garantir a eleição para a chapa bernardista seria impossível – afinal, o contingente em São João mal dava conta de guardar a Cadeia e o Quartel e fazer a vigilância na cidade e distritos ao mesmo tempo (A TRIBUNA, 05/06/1921).

E qual seria a função da polícia para as elites letradas locais? Basicamente a garantia da propriedade privada e o combate ao que infringisse a moral e o trabalho. O *Resistente* não escondia seu desagrado com o que chamava de “prisões ilegais, arbitrárias e sem justificativa e sem nenhuma utilidade prática” por parte da autoridade policial que, ao mesmo tempo em que mandava prender um árabe por questão de jogo com seu parceiro, um outro por dívida a um patrício, “uma pobre *Supina*” por andar de braços dados a seu cavaleiro na Estação, deixava de agir sobre as

casas de tavolagem, as roletas, a vadiagem de homens e mulheres pelas ruas, a todas as horas do dia e da noite, a molecagem da meninada desenfreada, atirando pedradas e palavrões asquerosos em pleno sol meridiano, pelas praças públicas, contra a segurança dos transeuntes e o respeito ao decoro e moralidade.

O periódico não compreendia tal deslocamento de esforços, condenando-o pela justiça, pela razão e pelo direito dos cidadãos sanjoanenses, assim como pela “tranquilidade pública” e pela “boa reputação de nosso adiantamento e civilização” (O RESISTENTE, 17/03/1898). A ação policial teria assim um caráter tanto preventivo – evitando ajuntamentos perigosos, impedindo a existência de antros de vagabundagem, trazendo o decoro para as ruas, combatendo tudo aquilo que poderia resultar em desperdício de tempo e energia por sujeitos aptos ao trabalho ou ao desenvolvimento –, quanto punitivo. E nesse último ponto, o próprio encarceramento deveria ter a sua razão, corrigindo o infrator e usando desse exemplo para a não reprodução de atos de igual natureza. Ao apelar para a ilegalidade das prisões, o *Resistente* não visava desmoralizar a autoridade policial, mas tornar sua ação mais racional e, por conseguinte, eficaz. Quase uma década depois, o *Repórter* voltava a tratar do tema da falta de critério da polícia local. Tendo por pano de fundo a ação de gatunos em ruas centrais, como a Moreira César, a Duque de Caxias e a avenida Carneiro Felipe, afirmava que o “fim da polícia”, não deveria se restringir a “manter a ordem no teatro, reprimir vagabundos e enclausurar, por 24 horas, embriagados ou dar caça aos loucos”. Seu escopo de atividades “vai

além – garantir a propriedade alheia, as casas comerciais”, com o auxílio de uma boa iluminação pública (O REPÓRTER, 05/03/1908). Para o *Repórter*, em resumo, caberia à autoridade cuidar tanto dos elementos desviantes dessa sociedade que se pretendia civilizada e voltada ao trabalho, quanto da propriedade privada. De modo que essas atividades, interdependentes, seriam o sustentáculo da ordem urbana.

Parece paradoxal que se divulgasse dentre as características do *ethos* sanjoanense o caráter ordeiro e pacífico do povo, ao mesmo tempo que se lamentava a incapacidade das autoridades em darem cabo de toda sorte de crimes, infrações e transgressões que tinham lugar na cidade. Se por um lado é possível que essas representações sejam mobilizadas de modo a legitimar o *status quo* local, uma outra chave explicativa pode dar conta da referência a situações que iam de encontro a tais discursos. Somente a ordem urbana e o controle social poderiam manter a população sanjoanense a par das características a ela vinculadas; a falta de autoridade desagregaria esse cenário. Sem ter quem os enquadrasse, sem uma elite a servir de espelho e a garantir a boa condução dos negócios da cidade, o povo fatalmente se afastaria de sua índole propaladamente pacífica e ordeira. Ou então, pelo contrário, talvez valesse uma argumentação parecida como aquela feita pelo redator do *S. João d’El-Rey*. Na defensiva contra o grupo de oposição, o periódico odilonista criticava Basílio de Magalhães e sua gente de exagerar os fatos em proveito próprio, dessa vez por conta de um roubo na casa de calçados do Sr. Costa. Acusando a *Tribuna* de alardear estar a propriedade dos sanjoanenses em perigo com a existência de uma quadrilha de ladrões, “nos moldes da camorra ou da Mão Negra” – dando assim ensejo para prolongar a permanência do delegado especial, aliado bernardista –, o *S. João d’El-Rey* não via outro resultado a não ser o fracasso das investigações contra essa alegada quadrilha, ainda mais numa cidade “tradicionalmente ordeira e pacífica”, como seria São João. “O espírito da ordem e amor à lei é tão arraigado neste povo”, se orgulhava a folha, que em festas que movimentavam milhares de pessoas, tais como a do Matosinhos e o Carnaval, reinaria a mais completa paz e cordialidade (O S. JOÃO D’EL-REY, 16/06/1921). Assim, o temor da ameaça aos refratários à ordem e o apelo ao caráter ordeiro da população não seriam excludentes. Tudo dependia do destinatário desses discursos: se para as elites locais legitimarem o controle social em nome da identidade

sanjoanense; se para requerer maior contingente policial visando garantir a propriedade privada e a ordem urbana; se para desqualificar a ação política de oponentes.

#### **4.2. O universo doméstico e os papéis familiares**

Mostrou-se até agora como operava o emprego de características tidas como integrantes da identidade sanjoanense no sentido de legitimar uma determinada ordem urbana, incidindo entre ricos e pobres, embora com consequências e artimanhas diversas. O que ocorria dentro de um quadro mais amplo de constituição de uma sociedade voltada ao trabalho livre, expurgando práticas populares tomadas como inadequadas ou perigosas. Não obstante se tenha discorrido sobre esse processo de valorização do mundo do trabalho e sobre a elaboração de uma norma a ele vinculada por meio da bibliografia voltada ao período, deixarei os discursos acerca do trabalho, do não-trabalho e do lazer que os homens de imprensa sanjoanenses e outros sujeitos que apareciam nos periódicos fomentaram para uma seção específica. Para chegarmos até lá, para a “rua”, talvez seja melhor começarmos por um outro espaço, a “casa”. A casa aparecerá aqui como alegoria para um tema em muito relacionado com moralização do trabalhador urbano. Trata-se da redefinição da família, “peça mestra” desse projeto, no dizer de Margareth Rago<sup>217</sup>. Porque voltada para a elaboração e difusão de certos papéis sociais consonantes com a ideologia burguesa, em que mulher, homem e criança se confundiam com a mãe/cuidadora do lar, com o pai/provedor e com o filho/ente produtivo em formação; para o estabelecimento de modelos de conduta, uma norma, de um certo tipo de relação dos membros desse núcleo entre si e com os outros, do universo doméstico com o mundo lá fora. Afinal, como ressaltam os autores citados, o projeto de integração da população brasileira ao modelo disciplinar burguês se processava muito além da fábrica – incidia sobre esferas diversas da vida, na totalidade das relações sociais, “buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais”<sup>218</sup>.

---

217RAGO, op. cit., p. 12-13.

218Idem, p. 12.

O que não quer dizer capitulação completa a um outro modo de viver e sentir o mundo. Cabe aqui analisar as resistências, apropriações e maneiras de reprodução desses mecanismos de controle, as clivagens no discurso e nas práticas diante das limitações encontradas nas possibilidades de sua aplicação. Recuperar, quando possível, a experiência desses homens, mulheres e meninos, filtrada não só pelo discurso dos periódicos, como pelo fato do processo de produção e publicação de um texto passar por uma óbvia seleção. Cuidado que se seguirá na seção em que tratarei da “rua”, do trabalho, do não-trabalho e das formas de lazer proporcionadas por essa nova dinâmica.

Como ia dizendo, a formação da nova identidade do trabalhador urbano perpassava o esquadrinhamento da população, não tanto para entender: conhecer para normatizar. Estratégia que se encorava em outro ponto, na difusão de um modelo de família apregoado pela sociedade burguesa. Higienização do espaço, tema explorado em páginas anteriores, e higienização das relações: promoção de um tipo específico de família, nuclear, fechada e de hábitos e comportamentos regrados. Seus membros agindo conforme papéis sociais bem definidos, vivendo numa casa desodorizada e aconchegante, compartilhando dos valores de honestidade, laboriosidade, de vida regrada e dessexualizada, de gosto pela privacidade, eliminando práticas e comportamentos tomados como perigosos à ordem social<sup>219</sup>. Família que, fechada em si mesma, excluiria elementos intermediários, para o cuidado medicalizado do corpo da criança, colocada sob a responsabilidade exclusiva dos pais – porque corpo visado por seu potencial político e econômico. De modo que se prezava tanto o crescimento biológico do menino e da menina, quanto seu desenvolvimento social e psicológico<sup>220</sup>.

Nesse aspecto, a argumentação do *Resistente* em torno da constituição e da importância social da família e do casamento – encetadas por ocasião das discussões em torno do projeto de lei do divórcio –, resume de maneira exemplar o pensamento difundido sobre o tema. A família, assegurava o redator, “é uma instituição, não da liberdade humana, mas do poder criador da natureza”, fruto do desenvolvimento do casamento, que, por sua vez, seria um “contrato natural, pela qual um homem e uma mulher reciprocamente se dão um sobre o outro os direitos,

---

219Ibidem, p. 61-62, p. 27.

220FOUCAULT, op. cit., 2018, p. 222-224.

de que eles têm respectivamente necessidade, para propagar legitimamente sua vida, segundo as leis de sua espécie”, daí resultando uma “sociedade natural”. O autor do artigo ao propor a importância do casamento, coloca sua legitimidade no fato de pertencer à ordem natural das coisas, dos ditames da espécie: o casamento seria a única forma reconhecida para a formação da família, elemento de multiplicação humana. Para que o casamento seja constituído, seria necessário que homem e mulher “sejam por sua natureza capazes de direito, isto é, de poder racional, moral”, porque necessário, primeiramente, “que se possuam pessoalmente cada um na sua verdadeira medida”, como condição para que essa união seja válida e legítima. Ou seja, uma união contraída voluntariamente por indivíduos dotados de capacidade de reflexão e bom comportamento – afinal, como prossegue o texto, não se trata de um simples laço físico, corporal, “exclusivamente material”. Porque seriam esses atributos aqueles que permitiriam a constituição de direitos e deveres entre os membros de tal união e a compreensão desses mesmos direitos e deveres. O casamento seria, antes de tudo, uma ligação de “ordem moral”, construído acima dos “apetites da carne”, na qual marido e esposa contariam com direitos mútuos um sobre o outro (O RESISTENTE, 01/09/1898). Coloca-se assim uma enorme responsabilidade sobre os membros do laço matrimonial: embora de ordem natural, esse casamento só pode se processar com o consentimento mútuo dos cônjuges e a sujeição a certos papéis dentro da família, esses “direitos”. E para que o casamento ocorra, homem e mulher devem ser dessexualizados, constituindo essa relação acima do desejo carnal, porque construída a partir de uma vontade racional. Mas não deixa de ser óbvia a necessidade de perpetuação da espécie, de sorte que a vida sexual se atrelaria unicamente à reprodução.

Um outro ponto é levantado pelo redator do *Resistente*, em artigo posterior: a necessidade de consentimento. “Não pertence aos pais, porque é intrinsecamente anexo à pessoa humana, e o próprio da pessoa é ser independente e livre”. Não pertenceria também ao Estado, porque o Estado “não é senhor de seus direitos naturais, nem *a fortiori*, de suas pessoas”. O casamento, por conseguinte, deveria estar unicamente “em reserva nas mãos do Criador”, sendo, por isso, união indissolúvel (O RESISTENTE, 15/09/1898). Valor intrínseco à ideologia burguesa, já que expressão da liberdade individual, questionava a até então incontestada vontade

do patriarca em ditar os destinos dos membros da família<sup>221</sup>, embora seja patente o reconhecimento da moral católica nessa configuração. Certo é que dá, ao menos no discurso, novas e inegáveis possibilidades de ação para a mulher na sociedade brasileira, embora esta se veja sujeitada a outras formas de dominação: seu papel de esposa, sua função de mãe. “Era mister, para se darem reciprocamente direitos um sobre o outro, que eles renunciem proporcionalmente a uma parte de sua independência em proveito um do outro” (O RESISTENTE, 15/09/1898).

E quais seriam esses papéis, quais as identidades construídas para homens, mulheres e crianças dentro desse tipo específico de família? Ainda de acordo com o *Resistente*, antes do casamento, homens e mulheres seriam “perfeitamente iguais em dignidade e em direitos, sendo de parte a parte absolutamente independentes entre si”. O que significa que teriam livre escolha para a determinar o parceiro da futura união e a possibilidade de desfrute dos direitos adquiridos pelo contrato do casamento, não se permitindo aos cônjuges qualquer interferência sobre as prerrogativas do outro. Aparente igualdade no discurso normativo que não se verificava na delimitação dos papéis sociais dos membros da família, já que a cada um é determinada uma vocação, uma identidade, tida por natural, não só porque da ordem da natureza, mas também inscrita nas leis de Deus. Já que, afinal, não poderiam “respeitar plenamente as leis da ordem natural senão submetendo-se às leis da ordem doméstica”. De sorte que seria preciso, em primeiro lugar, na “sociedade conjugal”, a exemplo de qualquer sociedade humana, um “chefe soberano que, dominando tudo, conduza tudo à unidade”, chefia e sujeição sem as quais não haveria nem ordem, nem paz possível. E essa figura não seria ninguém menos que o pai, que o marido, que o provedor do lar. Daí a “necessidade de se por a mulher, na ordem doméstica, sob o poder de seu marido”, argumentação sustentada, inclusive, pela Bíblia, pelas primeiras palavras proferidas por Deus a Eva, sustentada pelos códigos civis “de todas as nações mais civilizadas”. A mulher teria sido feita para o homem; sua existência, de acordo com esse modelo normativo, seria sempre relacional, sempre ligada a seus papéis domésticos e familiares. Este, o homem, teria “mais razão e vontade”, qualidades exigidas para o governo do lar, deixando implícita maior possibilidade de agenciamento para além

---

221COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 46-47.

do universo da casa e dos papéis a que aí teria que se conformar. A mulher, toda “sensibilidade”, possuiria os requisitos para “receber uma impulsão e obedecer”, o que não quer dizer um uso despótico dos direitos do marido sobre a esposa. Assim, essa igualdade no casamento significaria a possibilidade de atuação dentro das atribuições estabelecidas pelo laço conjugal e pela norma familiar. Por consequência, fica implicitamente justificada a perspectiva de intervenção da autoridade na defesa da ordem social urbana, já que estabelecida uma norma e para além dela, o campo do interdito. Pois, “onde não há casamento, não pode haver sociedade constituída para formar homens”; só haveria, “quando muito, sobre a terra, seres incapazes de viver e atingir seus destinos”. E seria o casamento o sustentáculo da sociedade, não somente por conta de sua função biológica, da reprodução de seres humanos, “mas para fazer destes filhos, pelo ensino e educação, homens acabados, completos, perfeitos” (O RESISTENTE, 03/11/1898).

Conforme Rago, a mulher seria a “peça mestra desse jogo de agenciamento das relações intra-familiares”. O discurso médico-higienista, ao colocá-la no centro desse modelo nuclear de família, promovia um modelo de mulher que se confundia com a dona de casa, com a mãe, em consonância com uma atenção especial à criança, ente indispensável ao progresso da Nação. A essa mulher/mãe/dona de casa cabia o cuidado do ambiente doméstico, dos membros da família, prevenindo a doença e o desvio. Ao prefigurar a importância do casamento e da maternidade, esse discurso não deixava de eleger suas recompensas: uma relação mais sólida entre os membros da família, o amor do marido, a primazia no território doméstico. Mas essa estratégia também elencava os perigos, igualmente determinantes para o convencimento: sentimento de frustração e não realização da mulher que se recusava ao seu papel natural, perigos físicos da não amamentação e da não procriação etc<sup>222</sup>.

A *Reforma*, em 1919, reproduzindo texto originalmente publicado por “C.G.” na *Cidade de Barbacena*, lamentava-se pelo que considerava “o naufrágio irremediável da família brasileira em palpável iminência”. Ao elencar as causas dessa situação, estabelece o tipo de papel social esperado da mulher, ao mesmo tempo em que retrata uma reação conservadora contra a possibilidade de

---

222RAGO, op. cit., p. 61-62, 79.

experiência social feminina fora do ambiente doméstico, num momento de transformações sociais e culturais. A culpa pelo “desmoronamento da vida patriarcal” caberia unicamente “àquelas que, se deveria supor, estivessem aptas para dirigir uma casa”. É no “aconchego do lar” que repousaria a “verdadeira felicidade”; não nos salões, nos jogos, nas altas-rodas. Competiria à mulher, “doce criatura feita para tornar suave a existência do homem” voltar à sua antiga posição, “que é presidir a feitura de sua casa”, fosse como esposa, fosse como mãe, fosse como filha. Posição gratificante, porque aí teria o amor do marido e a satisfação de ver as crianças se formarem como “futuros pais e futuras mães que farão grandes a Pátria comum”. Função biológica na reprodução da espécie, função social na boa educação do menino e da menina, disciplinados para a vida em comum: “a felicidade de uma nação, – não há dúvida nenhuma – depende da mulher” (A REFORMA, 13/11/1919).

Claro está que o texto divaga sobre um tipo de mulher em específico, a mulher das classes abastadas, aquela que deveria ser educada para o casamento, preparada para vida conjugal, realçando seus dotes. Demandas de ordem estética ou de cuidado da casa e dos filhos reclamavam sua presença em outros espaços da cidade, na vida social e no âmbito do consumo. Todavia, este distanciamento do lar não significou um abrandamento das normas morais – era cobrada pela sociedade burguesa por esse afastamento do ambiente doméstico, do marido, dos filhos<sup>223</sup>. Cobranças como as feitas por “C.G” e Francisco Mourão. A rua não era o lugar da mulher de bem; espaço contraditório, ambiente de consumo e ostentação social, mas também área de atuação daquela de conduta sexual desviante por excelência – a puta. De modo que, ao sair de casa, a mulher era julgada tanto por seu trabalho, quanto por seu comportamento sexual; julgamento que incidia com maior força sobre a pobre que, obrigada a trabalhar fora de casa, era colocada em suspeição por ameaçar a estabilidade da família, distante que estava de cumprir efetivamente seu papel de esposa e cuidadora do lar<sup>224</sup>.

A boa mãe só poderia cumprir esse papel pela sua dessexualização, porque a maternidade pressupunha a abnegação dos prazeres mundanos. A mulher que os abraçava seria a pecadora, nociva tanto por esquecer de seus deveres, quanto por corromper maridos e pais de família. Afinal, o pleno exercício da sexualidade só

---

223Idem, p. 63.

224ESTEVEES, op. cit., p. 43-45, p. 79.

poderia se dar pelo homem, dada a sua energia e virilidade inatas, numa espécie de indulgente e perdoável duplo padrão de comportamento<sup>225</sup>. Na recusa ao papel de mãe e esposa, a atividade da prostituta, por fugir a essa norma, era patologizada: por um lado, porque carregando e dando origem a todos tipos de vícios e, por outro, inscrita como problema para a ordem social, dado que levaria a práticas perigosas e desconhecidas<sup>226</sup>. Diz o *Resistente* que “a mulher de muitos maridos se torna estéril” e que “ninguém desconhece a esterilidade das mulheres públicas”. O discurso médico é invocado de modo a condenar o comportamento sexual exacerbado da mulher porque incapaz de contribuir com a reprodução da espécie e com o progresso social, o mesmo não ocorrendo com o homem. Este “pode ter filhos de muitas mulheres e nenhuma incerteza impedi-lo de se dedicar à educação de todos eles”, possibilidade impossível ao elemento feminino da humanidade, porque “inconciliável com o fim essencial do casamento”. Mas se não há um impeditivo da natureza para que isso de fato ocorra, o redator invoca uma questão de ordem moral: “no fundo, não há nada mais contrário à dignidade e aos direitos da mulher” do que a “poligamia” masculina (O RESISTENTE, 20/10/1898).

O controle sobre o comportamento feminino não possuía diferenças qualitativas entre a mulher rica e pobre – as duas devendo ficar atentas aos mesmos perigos que ocasionariam a perda da honra. Todavia, como ressalta Martha de Abreu Esteves, esse “esforço civilizador” não possuía o mesmo sentido, nem teve a mesma aceitação, mais difícil que era para a mulher pobre se amoldar a essas novas exigências. Assim, a mulher rica poderia usufruir dos espaços públicos com seu marido, participando de contatos culturais e profissionais, assumindo funções assistenciais e intelectuais. Cabia se resguardar dos vícios comuns da casa, como a insalubridade, o vestuário inadequado e o contato inapropriado com os inferiores, ao mesmo tempo tomando cuidado com aqueles da rua. Quanto à mulher pobre, seu papel era vigiar marido e filhos de modo que não caíssem nas tentações do universo do não-trabalho, preservá-los, trazê-los para dentro do ambiente doméstico<sup>227</sup>.

Assim, a menina, vista como emotiva, passiva, romântica, almejando o lar e possuindo o instinto de maternidade e sendo educada de modo a introjetar esses

225MUCHEMBLED, Robert. **O Orgasmo e o Ocidente**: Uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 225.

226RAGO, op. cit., p. 82-85.

227ESTEVES, op. cit., p. 75.

valores<sup>228</sup>, quando feita mulher – e mulher de elite, no caso –, ao buscar atividades não necessariamente ligadas ao universo doméstico, acabava, ao fim e ao cabo, a ele voltando, já que qualquer ação feminina deveria ter por resultado sua preparação para o matrimônio e a maternidade. O colaborador esportivo do *Minas-Jornal*, “Mr.”, comentando a realização de uma partida de basquete feminino ocorrida em Juiz de Fora em 1918, esperava que houvesse um estímulo para a disseminação desse esporte em São João del-Rei. Em sua opinião, a deficiência da cultura física seria “a causa geral da deselegância do sexo”, sendo difícil encontrar entre as brasileiras alguma de “corpo com belos traços; ao revés, são vulgares os bustos acachapados e tortos, o andar amolengado, as feições incultas e desalinhadas”. O discurso eugênico procurava concitar as conterrâneas sanjoanenses “a se animarem para o *sport*, aliando aos rostos já razoavelmente encantadores, a graça do corpo, que é afinal, a mais eficaz formosura para a capitulação dos marmanjos [grifos no original]” (MINAS-JORNAL, 19/10/1918).

A mulher que não assumia de forma integral e exclusiva suas funções domésticas, procurado também fazer parte do espaço público, não tanto ao lado do marido, era vista com suspeita, receio, ironia mordaz. Com o avançar do século XX, textos criticando essa situação se tornarão cada vez mais frequente, não poupando mesmo a luta feminista em outros espaços do globo, almejando de antemão evitar a repetição do quadro em terras brasileiras. A *Evolução*, em 1913, zombava da luta das sufragistas inglesas pelos “direitos do feminismo que elas dizem postergados pela tirânica opressão dos homens sobre o ‘outro sexo’”. Brincava que essa

tirania tem chegado a tal ponto, que desde o tempo dos nossos primeiros pais no paraíso, até nossos dias, temos sido nós os governados por essas tentadoras filhas de Eva, que nos trazem sempre... pelo beicinho, embora digamos com toda nossa empáfia imbecil de reis da Criação, que somos nós que impomos nossa vontade.

Diante desse cenários em que os homens, “os bárbaros”, perdiam espaço para o movimento feminista, “dando ganho de causa a essas ‘pobres vítimas’ da nossa opressão”; em que mulheres assumiam cada vez mais profissões, “em uma constante e impertinente invasão”, o redator imaginava como seria o mundo “daqui cem anos”, governado pelo outro sexo, com advogadas, médicas, juízas, políticas,

---

<sup>228</sup>RAGO, op. cit., p. 83

talvez até uma presidente da República “e – o que é mais sério – ‘conquistadoras’...”. Paródia das normas sexuais vigentes, as fictícias propostas das eventuais legisladoras reforça no discurso da *Evolução* a ordem natural da dominação masculina pelo absurdo de sua inversão. Mundo este em que “donzelos” seriam protegidos pelos papais – donos de casa –, contra os avanços de qualquer mocinha. Legislação necessária para resguardar a integridade do lar encabeçado pela mãe, a honra sexual masculina preservada unicamente pelo casamento:

1. Será expressamente proibido às raparigas maiores de vinte e um anos, seduzir um rapaz de qualquer idade, a não ser com o justo fim de se casar – se ele quiser;
2. A rapariga maior de vinte e um anos que entretiver namoro com um rapaz, sem a justificável esperança de casamento que lá se sujeite às consequências de sua leviandade;
3. Ao rapaz que se deixar seduzir por uma rapariga menor de vinte e um anos, será imposta a obrigação de reparar essa clamorosa fraqueza com o casamento ainda mesmo que não queira;
4. As mulheres casadas que seduzirem os homens de qualquer estado, só terão que prestar contas dos seus atos aos respectivos maridos, a quem assistirá o direito de repudiá-las ou aplicar-lhes o castigo que entenderem, se bem que tenham depois que prestar contas à justiça;
5. Os homens casados que por imperdoável fraqueza se deixarem seduzir por mulheres menores de vinte e um anos, serão rigorosamente punidos com a obrigação de dotá-las, se tiverem com que, ou de “achuparem” um tempinho de cadeia, caso não justem contas previamente com a sedutora e seus parentes;
6. Não serão passíveis de penas as mulheres casadas que seduzirem homens ditos, porque, neste especialíssimo caso, lá se avenham com os respectivos consortes ludibriados, ficando sempre a justiça de sobreaviso para o que der e vier (A EVOLUÇÃO, 03/12/1913).

Na construção da noção de mulher/esposa e mulher/mãe, os discursos dos periódicos também se voltavam para a identidade local. Identidade modelada, plasticidade sem perda de um núcleo comum, possível seu emprego nas mais diversas situações, aqui surge de forma a estar em consonância com os papéis sociais do sexo feminino estipulados pela ideologia burguesa. As características inatas da mulher sanjoanense, não coincidentemente seriam as mesmas daquelas difundidas pelo discurso médico-jurídico. Para além da desejada ação das autoridades no sentido de enquadrar as mulheres desviantes tanto dentro dessa norma burguesa, quanto no interior dessas alegadas características partilhadas pelos moradores locais, havia ainda o recurso discursivo e ideológico que almejava

a assimilação da mulher por meio de uma ode aos atributos da natural de São João del-Rei, instigando uma espécie de orgulho, uma espécie de vontade de fazer parte da comunidade sanjoanense e que somente seria expressa pela introjeção dos atributos de uma identidade que se queria hegemônica.

Como exemplo desse ponto, voltemos ao já citado “Polidoro”, que nas páginas da *Opinião* questionava qual seria o motivo de uma pessoa qualquer (do sexo masculino, vale ressaltar) que passasse certo tempo em São João, uns vinte dias apenas, se encontrar de tal modo afeiçoada à cidade, que muito dificilmente conseguiria quebrar seus vínculos. Seria o bom clima, o poético luar, a água do Maquiné, que diz o ditado popular que quem bebe “*daqui não arreda o pé?* [grifos no original]”. Nada disso. O “encanto” de São João del-Rei, a lhe tornar terra “paradisiaca” residiria, “exclusivamente, na graça, na elegância natural, na simpatia irresistível da *signorina* S. joanense”, possuidora de um “predicado tríplice”: “a beleza junta à modéstia; o chic aliado à simplicidade; o espírito de par com a delicadeza [grifos no original]” (A OPINIÃO, 17/07/1907). Aqueles atributos já citados do *ethos* sanjoanense, explorados ao longo de todo o trabalho, se formos seguir a lógica, parecem se encaixar sobremaneira, não em qualquer habitante de São João del-Rei, mas no homem de São João del-Rei: pacífico, ordeiro, morigerado, patriótico, altivo, civilizado, características esperados do sexo voltado para a vida ativa no domínio público, de um ser orientado para a civilização pelo trabalho. Os adjetivos vinculados à mulher sanjoanense, por sua vez, expressam a imagem de uma criatura delicada e submissa, inscrita no universo doméstico. E é pouco provável que “a *signorina* S. joanense” fosse uma qualquer do povo: ser chique não é um adjetivo que imaginamos acompanhar uma mulher pobre.



FIGURA 26 – Clichê publicado na *Tribuna* de moças de algumas das principais famílias locais. Adolescentes, há aqui um esforço visual em codificar a imagem esperada de moças de boa família com todos os requisitos necessários para a vida matrimonial. FONTE: A TRIBUNA, 25/10/1914.

Complemento da mulher, toda sentimento, toda emoção, toda submissão, voltada para a organização do lar e para o cuidado de seus membros, o discurso da família higienizada apresentava a imagem do homem – pura razão, sujeito de vontade, dotado de força, cabeça da casa e, por conseguinte, aquele responsável pela manutenção material do ambiente doméstico. O homem, se, por um lado, contaria com todos os atributos de um sujeito voltado à reflexão, sua natureza viril, por outro, obrigava-o a desafogar suas necessidades mais elementares nos meretrícios, no regaço das prostitutas<sup>229</sup>.

Como assinala o *Resistente*, de fato o homem poderia sim desposar muitas mulheres e talvez conseguisse mesmo dar conta de prover todos os filhos originados dessas múltiplas relações. Mas, de qualquer modo, não seria de nenhuma esposa, afinal escravizada, sua atenção dispersa, fragmentada e em concorrência com outras mulheres e outras crianças. O bom andamento dos negócios da família previam um só marido para uma única casa, configuração indispensável para a harmonia doméstica e a educação dos filhos (O RESISTENTE, 20/10/1898). A monogamia seria um requisito moral e social para a constituição da família, do

<sup>229</sup>Idem, p. 84.

mesmo modo que a supremacia masculina, direito adquirido pelo homem no contrato natural e sagrado do casamento: “a razão essencial da autoridade conjugal é o bem do casamento”, porque cuida não apenas dos seus próprios negócios, mas dos negócios pessoais da companheira, dos negócios integrais dessa “sociedade conjugal” (O RESISTENTE, 03/11/1898). O marido seria o chefe incontestado do lar e o quadro de submissão da mulher, na opinião do redator, a impediria, inclusive, de solicitar o divórcio, porque violaria o direito conjugal do esposo de dominação. Pelo lado masculino, “é ele [o casamento] que completa o homem, colocando-o no estado de se reproduzir e de atingir seu destino” (O RESISTENTE, 27/10/1898). Assim, o casamento paradoxalmente previa uma mulher dessexualizada, ao mesmo tempo em que seria o espaço ideal e higienizado para a expressão da sexualidade masculina, definida para a reprodução e longe dos perigos do adultério.

A *Tribuna* ao fazer seu lamento contra a decadência da “casa paterna”, transformada em verdadeira “casa de orates”, define, pela enumeração dos problemas, o território da norma e a fronteira de atuação das partes do casamento e da família: responsabilidade do homem, “porque se engolfa no vício”; responsabilidade ainda maior da mulher, fosse rica, fosse pobre, porque renegaria a educação dos filhos tendo em vista tão somente os prazeres de curto prazo das emoções e diversões da vida social. Quem sofreria com esse estado de coisas, com essa “grande desgraça”, seriam as crianças (A TRIBUNA, 09/11/1919). Se na *Tribuna* essa associação se apresenta em parte de maneira indireta, o texto publicado no *Minas-Jornal* em 1918 é bem mais explícito e mostra a complexidade do pensamento daqueles que escreviam neste periódico, tão pouco tradicionais em outros temas, como a religião. Voz dissonante nesses discursos machistas, o Dr. Ribeiro da Silva, não só por defender a extensão do direito ao voto à mulher, mas por rejeitar a tese de inaptidão feminina para as atividades intelectuais, aqui recebeu de “A.G.A” (Antônio Gonçalo Amarante) uma reprimenda: isso seria a degradação da instituição familiar. Não se poderia romper desse modo esses papéis normativos, já tão bem definidos, deixar que a mulher trabalhasse fora, a criança entregue aos cuidados de terceiros, sem que de bojo surgissem consequências imprevisíveis. Amarante argumentava que “à mulher pertence o governo da casa, a presidência do lar, a vida afetiva por excelência; ao homem a luta exterior, a direção dos negócios,

enfim a vida ativa”. E mais: “para o homem a vida pública; para a mulher uma existência toda de afeto e sentimento”, configuração somente possível porque ele estaria orientado para a sociedade, demandando egoísmo e vaidade, atributos da ação, e ela para a família, que requer abnegação e renúncia (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>230</sup>. De modo que ficam assim delimitados os papéis de homens e mulheres nessa nova sociedade e os espaços adequados para cada um: para ele, o trabalho, indispensável para a manutenção do lar e, por isso, se faria importante o afastamento de tudo o que configuraria vício e a degeneração dessa sua missão; para ela, a colocação no ambiente doméstico, renúncia, no mais possível, aos prazeres mundanos, já que sua vocação na terra seria a educação dos filhos, a maternidade sendo sinônimo de abnegação. A ambos o casamento como instrumento de consumação do destino inelutável da humanidade: a reprodução e a criação das crianças para sua inserção no mundo. A maneira como a ideia de trabalho e sua função na sociedade são apresentados pelos periódicos serão apresentados mais à frente, quando se discutirem os usos dos espaços urbanos sanjoanenses sob uma outra ótica, a da relação complementar entre labor e lazer.

Cabe então falar do novo dimensionamento assumido pela infância de acordo com os preceitos dessa família higienizada e privativa. Porque a criança seria a razão mesmo de ser dessa instituição, a figura central; reenquadramento que pressupunha a sua separação do mundo adulto e a reflexão sobre as especificidades desse estágio da vida do ser humano, o cumprimento das demandas adequadas ao menino e à menina – horários, alimentação, lazer. A investida sobre o corpo e a mente da criança, escudada pelo pensamento médico vigente, procurava se lançar sobre três frentes, como mostra Rago: conter a mortalidade infantil, cuidar do problema do menor abandonado e desamparado e promover a medicalização das relações familiares. Centro de gravidade, era sobre a criança que deveriam se assentar as bases das famílias pobres, projeto que colocava a questão da moral e da ordem antes mesmo de se afirmar como ente de potencialidades econômicas e sociais para a Nação<sup>231</sup>.

---

230O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 8 do Ano I.

231RAGO, op. cit., p. 118-119.

Podemos ver a difusão desse projeto nos discursos do *Resistente* sobre o casamento e a família, especialmente nos artigos que tratam do cuidado das crianças. Nesse aspecto, o problema do matrimônio, da constituição da família e da conformação dos papéis sociais dos entes familiares são indissociáveis, partes de um todo, um não podendo existir sem o outro. “A família é, portanto, uma sociedade constituída de pais e de filhos, sob o ponto de vista integral destes por aqueles”. Assim como o casamento “é obra de Deus” e as relações entre marido e mulher “são definidas e regidas por leis de ordem natural”; as relações entre pais e filhos não escapariam desse determinismo de características religiosas e biológicas. Porque, se é a “livre vontade” que levaria o homem e a mulher à cópula, são “as energias íntimas e cegas da natureza que elaboram o gérmen, desenvolvem o feto e dão à luz o filho”. De sorte que todas as relações posteriores entre os pais e os filhos estariam reguladas pela “ordem da lei natural” (O RESISTENTE, 10/11/1898). Se é da lei da natureza que “àqueles que começaram o homem no filho, incumbe o encargo de instruí-lo e educá-lo”, essa obrigação é tanto um dever, quanto um direito: dever, pois determinação de Deus, e direito porque somente aos pais e a nenhum outro caberia a criação da criança. Encargo de dupla configuração, seria também de dupla finalidade: além da sobrevivência biológica do resultado da união entre homem e mulher – “eu tenho o direito de não perecer e de não ficar incompleto; a vós compete fornecer-me o que me falta para viver e atingir minha perfeição”, coloca o *Resistente* na boca de um nenenzinho –, a relação entre pais e filhos disporia a necessidade de educação para a vida em sociedade, já que “o filho é o cume, o termo onde se reúnem e se concentram todos os interesses da vida terrestre dos pais, que nessa qualidade também o devem estimar, criar, educar e instruir” (O RESISTENTE, 24/11/1898).

O fechamento das relações familiares nesses três elementos – pai, mãe, filho –, era apresentado pelo discurso médico da época não só como uma pré-condição para a boa saúde da criança, por conta dos perigos do aleitamento mercenário, transmitindo ao sangue do bebê doenças e taras de mulheres estranhas, como para a integridade e segurança da família, contra a colocação de um elemento alienígena concorrendo para a sua desagregação. Assim, se propunha a necessidade, indispensável, do leite materno e do cuidado do ambiente doméstico pela

mãe/esposa<sup>232</sup>. A primeira idade, apontava o redator do *Resistente*, seria o momento em que mais agarrados ao seio familiar deveria estar a criança; período não só de maleabilidade de hábitos, comportamentos e pensamentos, mas igualmente de saúde frágil. Por isso as reticências contra as amas de leite e as recomendações para que o menininho ficasse quase sempre dentro de casa e sob as vistas de seus genitores, a educação feita por eles ou por alguém sob rédeas curtas (O RESISTENTE, 26/01/1899). O periódico assegurava que a criação dos pais deveria se fazer presente na vida da criança pelo tempo necessário, até que o filho atingisse sua plena liberdade e capacidade racional. E sendo este último criatura de potencialidade latente, a sociedade teria o direito mesmo de exigir dos pais que ensinassem e educassem seus filhos para que alcançassem a perfeição, pois, afinal, “um homem bem-educado, bem instruído é um ornamento e uma força para ela”. Seriam “culpados de prevaricação aos olhos de Deus se deixam de cumprir a missão de que estão investidos” (O RESISTENTE, 29/12/1898).

À vigilância redobrada e aos cuidados constantes durante a primeira infância, a pedagogia de Carlos Sanzio recomendava – conselho dirigido particularmente aos pais que não teriam condições de dar uma educação doméstica – a colocação do menino maiorzinho preferencialmente numa escola pública, lugar onde a criança seria preparada para a vida social futura, desde que em contato com outras crianças de igual compleição física, moral e intelectual. Citando Plutarco, os professores escolhidos deveriam ser os mais santos e enérgicos no cumprimento da disciplina. Além disso, seu comportamento e lições sempre esquadrihados, e nem mesmo aí os pais poderiam descuidar de sua autoridade, porque, mesmo que nessa idade as crianças fossem menos maleáveis, ainda seriam capazes de absorver algo de estranho à educação desejada pelos genitores (O RESISTENTE, 02/02/1899). Já para “o menino ou moça, adolescente, enfim”, seguia-se a sua colocação em instituições superiores e nem nesse momento a autoridade e vigilância dos pais deveria ser relaxada. Afinal, se trataria de um período em que o jovem ainda não dominaria de todo as suas paixões, apesar da melhor capacidade racional. Os pais seriam os únicos capazes “de sustentar o mancebo, aos seus vinte anos, contra as ilusões de uma imaginação fogosa e enfebrecida, contra os desvarios de um

---

232Idem, p. 75-78.

coração no fervor do sangue, contra a veemência de paixões indomáveis”, atividade em que tato e paciência seriam as qualidades requeridas, visto as especificidades dessa fase (O RESISTENTE, 09/02/1899).

Casamento e família aparecem, desse modo, como instituições fechadas e de relações indissociáveis nos discursos do *Resistente*, tanto mais que os argumentos que recorriam à filosofia, à religião e à ciência, davam a legitimação da sua indispensabilidade para a realização da aventura humana na Terra. Do mesmo modo, a bibliografia sobre o tema apresenta a difusão lograda por essas falas, fosse no meio médico, fosse na teoria e práticas jurídicas no período. Essa concepção integral e totalitária de família, com papéis bem definidos e bem delimitados para os homens, mulheres e crianças, não pode ser vista sem ressalvas. Mesmo que apresentada de forma intermediada e indireta, o cotidiano da cidade de São João del-Rei, conforme entrevisto pelas falas dos periódicos, mostra uma complexidade que escancara as limitações, rejeições e apropriações de tais discursos. Ao observar os usos dos espaços urbanos sanjoanenses, fossem públicos, fossem privados, tendo em mente o campo de possibilidades fornecido por essa norma que dividia os corpos no território da cidade a partir de categorias construídas e papéis determinados – confundindo homens, mulheres e crianças com maridos/pais, esposas/mães e filhos, com todas as suas proscricções morais, seus interditos sociais, seus dilemas éticos –, nos deparamos com uma série de clivagens no tratamento, de atitudes e estratégias que redimensionam a experiência desses sujeitos frente aos ditames civilizacionais e normativos do período. De modo que se torna possível de algum modo, porque intermediado e fragmentário, tanto recuperar a dimensão assumida por esse discurso, quanto analisar formas outras de vivenciar a cidade.

Começemos pelo ambiente doméstico, o lar – domínio por excelência da mulher, como querem os discursos do período. A configuração proposta talvez fosse mais fácil para as famílias das elites, pois para grupos populares as situações eram bem mais complexas. Nem sempre se podia contar com a figura paterna ou do marido, o que não quer dizer que essas mulheres se encontrassem em desamparo. Seguindo as reflexões de Chalhoub, existiam redes de solidariedade entre os

populares, formadas como meio de facilitar as agruras da vida<sup>233</sup>. A *Reforma*, por exemplo, ao relatar um crime de infanticídio, ocorrido numa rua do Maquiné, periferia de São João del-Rei, informa que a criança era filha de uma mulher, Ambrosina Cândida de Jesus, solteira, que morava com irmã, Ana Cândida de Jesus e o cunhado, Pedro Agabel, além de José Agabel e os “aderentes” Maria Bárbara da Conceição e Francisco José de Souza, vulgo Chico Preto. “Pedro Agabel desonrara sua cunhada Ambrosina”, disse resultando a criança, cujo nascimento fora assistido pela própria Ana. As agruras da vida talvez não permitissem o rompimento da relação entre os três, porque continuaram morando juntos, o que era motivo de horror para Francisco Mourão:

Mas afigura-nos mais grave e que precisam ser apuradas as circunstâncias do adultério permanente na própria residência do adúltero, com ciência perfeita da esposa ultrajada e inexplicada assistência, por esta, ao parto clandestino seguido do desaparecimento do fruto de amores ilegítimos.

Tanto é que, ao morrer o bebê de hemorragia com um corte mal feito no cordão umbilical, o pai mandou que a enterrassem, somente descoberta mais tarde pela pessoa que depois passou a ocupar a casa, graças ao cachorro que cavucava o quintal. Antes disso, a neném havia sido batizada por Chico Preto e Bárbara, dando mostras de solidariedade entre os moradores pobres, sua ingerência na vida do casal, e de noções diferentes sobre a família (A REFORMA, 04/07/1914).

Para os padrões normativos dos grupos letrados das elites, a vida de Virgínia Maria Bastos, moradora da casa de Maria Feliciano Soares Peixoto, vulgo Bichoca, situada na rua Santo Antônio, atrás do Rosário, também era heterodoxa. “Solteira e já de alguma idade”, nas palavras do *Resistente*, que narra o caso a partir da confissão da mulher, dera à luz a um bebê natimorto. Sem saber que podia “sepultar a criança no sagrado”, Virgínia consultou Maria Feliciano, “acordando então ambas em se utilizarem dos serviços de um mentecapto, Laurindo de tal, que mora na mesma casa, para mandá-la lançar ao rio” (O RESISTENTE, 02/12/1897). O espaço doméstico, nesse caso, não era de modo algum higienizado, nos princípios defendidos pelas elites intelectuais do período. Mulheres vivendo sozinhas, sem maridos, na companhia de outros homens, como um deficiente mental. A casa, para Bichoca, era seu ganha pão, pois provavelmente alugava os cômodos para outras

---

<sup>233</sup>CHALHOUN, op. cit., 2015, p. 184-185, 201.

pessoas. A solidariedade em vista da sobrevivência desses indivíduos pesava muito mais do que os preceitos que enxergavam no ambiente doméstico o lugar de cuidado do marido e da criança. A casa, desse modo, assume uma configuração diversa daquela requerida pelos preceitos normativos, um espaço de intimidade familiar e higiene das condutas, especialmente para o sexo feminino. Tanto é que o *Resistente*, na edição seguinte, sugeria que “a miséria, a ignorância, uma simples malvadez ou mesmo a pretensa virtude de duas mulheres fosse o único móvel do fato” (O RESISTENTE, 09/12/1897).

Além disso, dentro desse universo popular, podemos ver tanto a reprodução desses valores burgueses, quanto o seu questionamento. É o caso de Joaquim Balbino Rio Branco, que foi à Delegacia de Polícia reclamar do negociante José do Anjo, sujeito que “consente orgias em sua casa”, como escreve o delegado, sendo “a causa de embriaguez e outros desequilíbrios na mulher dele, Rio Branco, que vive empregado e trabalhando dia e noite para sustentá-la”. Ou seja, como a esposa de Rio Branco questionava seu papel conjugal, fugindo às suas obrigações de se manter dentro do lar, não só bebendo, mas festejando em casa de um outro homem, seu marido argumentava (ou então foi esta a interpretação da autoridade policial) que não tinha contrapartida adequada sua obrigação de trazer o sustento para a família. De sorte que, consciente de sua limitação, dava carta branca para que um elemento externo, a Polícia, agisse de modo a trazer a mulher de volta ao lugar que lhe corresponderia e restaurar a autoridade conjugal de Joaquim (S. JOÃO D’EL-REY, 26/08/1899).

Não que as casas das famílias das elites fossem completamente higiênicas, com todos os seus membros cumprindo rigorosamente seus papéis familiares. Acontece que esses preceitos tinham maior força para esse grupo que se queria civilizado, o que significava responder (a amplitude e qualidade dessa resposta variava, como veremos) aos preceitos normativos dessa nascente sociedade burguesa. Alguns eventos ocorridos nas casas de elite, dão mostra dessa configuração familiar que colocava a mulher como ponto central do ambiente doméstico. Se alguns dos aniversários de homens eram comemorados fora de casa, nos cafés, por exemplo, os das mulheres tinham sua celebração no mais das vezes dentro de casa, no que fica implícita a afirmação da relação que se pretendia

umbilical entre mulher e lar, legitimada pela presença de outras famílias higienizadas. Eventos ocorridos no espaço da casa garantiam ao mesmo tempo a necessária sociabilidade das elites – discussão de negócios entre os homens, conversas entre as mulheres, flertes entre os jovens, mostras dos dotes das senhoritas, e um controle sobre os comportamentos dos presentes, uma contenção de impulsos que talvez não ocorresse na rua. E claro, reafirmação por todos estes dos preceitos civilizatórios estimados. É o caso, por exemplo, da “exma. sra. d.” Noemi Andrade de Araújo, “querida” esposa do Capitão Leopoldo Araújo, que promoveu uma “festa íntima” em que ela, musicista, tocou piano para os convidados. O texto do *Repórter* não deixa de sublinhar o clima de afeto que deveria presidir a família normatizada: Noemi, ao longo do dia, “viu-se cercada das mais significativas provas de atenção e estima por parte de seu digno esposo, de seus venerados pais, irmãos e inúmeros amigos” (O REPÓRTER, 21/04/1907). Já o aniversário da “gentil” Didi, “galante” filha do “estimado cavalheiro” José Ferreira de Souza foi celebrado em concorrida reunião realizada na casa do pai, com muitas pessoas amigas, tocando o piano a “Exma. Sra. d.” Regina Afonso (O COMBATE, 19/09/1900).

A casa, se deveria funcionar como lugar de intimidade e de reserva, aberta somente para quem fosse próximo e isso em ocasiões especiais, também podia despontar como espaço para realização de eventos que tinham como finalidade a pura exposição dos traços distintivos dessas mesmas elites: a *Reforma* relata que era costume os salões da casa de D. Zina Magalhães, esposa do banqueiro Eduardo Magalhães e membro da importante e destacada família local, se abrirem em festas por ocasião de seu aniversário (A REFORMA, 24/02/1916). Assim, a depender da posição do indivíduo dentro dessa sociedade, assumia as funções de um verdadeiro salão. E a conduta dos participantes desses eventos deveria respeitar o ambiente doméstico no qual se inseriam: conta o *Resistente* que um adversário político, apelidado de “João Minhoca”, fora expulso de um “soiré familiar [grifos no original]” por querer nele introduzir o maxixe, dança popular tomada pelas elites brasileiras como provocante e indecorosa (O RESISTENTE, 14/11/1895).

Era a necessidade de intimidade do lar, fechado à família e aos amigos mais próximos, que determinava a recriminação da *Tribuna* contra o “vergonhoso, o deprimente, o abjeto, o ignóbil costume” de populares se colocarem como

espectadores em frente a casas – alguns mais curiosos enfiando a cara na janela, devassando o interior onde se realizavam eventos como batizados ou casamentos, prática a colocar “a gloriosa S. João d’El-Rei em nível inferior à mais rústica aldeia do sertão brasileiro”, que “envergonharia o povo dos sertões da Farinha Podre” (A TRIBUNA, 06/02/1916). A revolta do periódico contra a curiosidade dos populares sanjoanenses sobre a vida alheia em ocasiões especiais talvez tivesse origem, primeiramente, na arquitetura das construções de origem colonial – junto às ruas, de janelas baixas – e também na própria organização cotidiana da comunidade. Muitos viviam em casas de cômodos, compartilhando a vida íntima com os outros moradores, com vizinhos tomando parte nas decisões e ações desses indivíduos. Não custa lembrar as palavras do Dr. Werneck sobre as casas do centro, espaços em que moravam comerciantes e suas famílias junto de empregados, em que viviam em perigosa convivência homens e mulheres, como os casos narrados nos parágrafos anteriores e as reclamações citadas em outras partes do texto ressaltam.

Não obstante haver uma exigência das elites em separar o ambiente doméstico do espaço da rua, no cotidiano do lar, muitas outras figuras entravam em cena, complexificando o quadro. Francisco Mourão, em uma digressão sobre as crianças de São João del-Rei, reforçando a tese sobre a sua singular tendência para a malcriação, fala de uma boa família com seus lindos filhinhos, loirinhos e rosados, reforçando, mais uma vez, um componente racial esperado sobre o sanjoanense que se queria exemplar. A aparência de “anjinhos do céu” logo se quebraria após alguns minutos de convívio: “eles são mais espirituosos e malignos que todos os diabos da terra”, dando provas de suas capetices com pirraças, choramingos e brincadeiras que, ao fim e ao cabo, minariam a autoridade dos pais. Sendo “rara nesta cidade a casa onde não haja pelo menos duas ou três crianças”, elas, todavia, não encerravam o quadro de moradores junto de seus progenitores (A REFORMA, 22/02/1917). A *Reforma*, na sequência do texto, mostrava a ascendência de outras figuras na vida familiar, influenciando fortemente na maneira de ser e agir das crianças e na relação destas com os pais. Na casa dos tais “anjinhos”, por exemplo, havia uma ama de leite, a “preta que amamentou o mais velho”. Sua relação com a família não se encerrara no fim do período de amamentação do menino. Tanto é assim que o filho dessa mulher, um “crioulinho, preto como azeviche, oito para nove

anos de idade” também frequentava a casa, “companheiro inseparável dos três”, gozando dos privilégios de “cria”. Se por um lado divertia os visitantes, esse menino, Ciro, ensinava às crianças brancas a língua coloquial e lhes incutia todo tipo de superstições. Além da ama e de Ciro, Mourão cita a figura da avó, sempre pronta a defender os netinhos frente as reprimendas dos pais (A REFORMA, 29/02/1917). A presença desses elementos externos num texto que visava generalizar os problemas da família sanjoanense indica a intenção do médico, pelo emprego da sátira, de criticar a configuração do lar doméstico da cidade, absorvendo gente que prejudicaria a boa educação moral e intelectual das crianças. Mas é de se crer – principalmente no caso das amas-secas –, que os prejuízos se originassem muito mais de sua cor e de sua baixa posição social do que sua presença em si. Numa edição quase contemporânea do *Zuavo*, por exemplo, temos a publicação de anúncio de uma família local que assim dizia: “Precisa-se de uma ama-seca, de cor branca, para tratar de uma criança. Informações nesta redação” (O ZUAVO, 08/10/1916).

A falta de maiores diversões, de espaços próprios para crianças principalmente dentro de casa, as levava a procurar brincadeiras nas ruas e, o que era pior, junto daquelas de estado e condição diferente. Lugar proscrito para a criança de boa família, temido por ser a escola da malcriação. Como mostra Gilberto Freyre, a casa era o lugar do menino; a rua, a área do moleque. Do mesmo jeito que dentro de casa tinha que ficar a boa moça, posta em suspeita de mulher da vida se sozinha na rua<sup>234</sup>. Discutindo acerca do perigo dos cães raivosos para as crianças sanjoanenses, a *Opinião* indicava que “as casas em regra não têm conforto para o recreio da criança, que o procura nas vias e praças públicas e assim, no descuido próprio da idade, exposta a terrível infecção da ‘raiva’” (A OPINIÃO, 24/12/1911).

Os pequenos sanjoanenses adoravam circos, instalados geralmente em lugares espaçosos, na praça das Mercês, na Avenida Carneiro Felipe, nos fundos do Ginásio de S. Francisco, no Matosinhos, quando aí apresentavam-se por ocasião das festas, com seus palhaços, acrobatas, cinematógrafos, cavalos, desafios a reses bravias e bichos exóticos (O REPÓRTER, 31/03/1910; 15/06/1911; A TRIBUNA, 20/04/1916; A NOTA, 07/06/1917). Frequentavam o Teatro, adorando as

---

<sup>234</sup>FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2004 [2021], p. 269-270.

fitas exibidas. Os modos expansivos da idade causavam repugnância nas elites letradas locais: a *Opinião* se encolerizava com a desordem causada pela garotada, com ditos desrespeitosos, pilhérias e trocas constantes de lugares, assustando as famílias que estavam na assistência. Pedia a atuação da autoridade policial, não só no Teatro, mas contra os meninos que faziam artes nas vias e praças da cidade (A OPINIÃO, 28/09/1909).

Jogavam futebol nas ruas, geralmente no Largo do Rosário, no adro da Matriz, no Jardim Velho do Pilar, na praça das Mercês, o que muito desagradava aos adultos. Porque o divertimento infantil destruía jardins, quebrava vidraças, levantava poeira, acertava pessoas. Era, aliás, a propósito do futebol, substituindo as brincadeiras dos “belos tempos” de antigamente, que se insurgia a *Tribuna*, colocando o contingente local de meninos entre os mais “endiabrados” e “vagabundos” de toda Minas Gerais. Para o periódico, o futebol praticado nas ruas era um duplo perigo: na geografia da ordem, a diversão não cabia nas ruas, lugar de trabalho e movimento, de apreciação e usufruto dos melhoramentos e conquistas civilizacionais, além de incitar as crianças para a vadiagem e poder provocar discórdias entre seus pais. Em resumo, “isto numa cidade adiantada como a nossa, é feio, é degradante” (A TRIBUNA, 05/03/1916). Futebol era coisa dos bons moços, prática higiênica a se realizar com educação em lugares bem delimitados, nos campos do Athletic, do Minas, do Esparta, do Internacional.

Como as vacas, os porcos, os cavalos e os cachorros, as práticas da garotada representavam um empecilho para o ordenamento urbano. Não se coadunavam com a norma familiar, que a queria dentro de casa, debaixo das asas dos pais; destoavam da cidade higiênica e civilizada, com suas brincadeiras que a muitos traziam um gosto de arcaicas, porque vindas de um mundo que se pretendia extirpar. Caso das pipas, muito queridas pelas crianças de São João, mas cujas linhas eram um estorvo para a transmissão de energia elétrica. O *Combate*, representando o grupo político que providenciara a chegada da luz elétrica na cidade, pedia a proibição de “papagaios, estrelas, raias – e outros brinquedos voadores congêneres, no centro da cidade [grifos no original]” pelos perigos e inconvenientes trazidos, como a suspensão da transmissão da energia elétrica em casas no Largo do Rosário. No discurso pragmático do periódico, essas “delícias de

nossa meninice” não podiam subsistir no espaço urbano, porque incompatíveis com as exigências da modernidade (O COMBATE, 22/03/1902). A cidade era lugar dos adultos.

E para horror das elites letradas locais, existiam divertimentos praticados pelas crianças que não eram esperados nem pela gente grande. Se embriagavam-se em público (O DIA, 06/02/1913); brigavam com armas brancas (O REPÓRTER, 29/11/1908); infernizavam a vida dos doidos (A OPINIÃO, 14/03/1908); apostavam em jogos de azar em casas clandestinas (MINAS-JORNAL, 11/09/1918); esmolavam (A TRIBUNA, 14/04/1916); vandalizavam paredes, árvores e gradis, inconscientes do discurso de que a beleza era um dos atributos da cidade civilizada (O REPÓRTER, 29/03/1908); tomavam parte no viciante jogo das paradas e causavam tumulto e incomodavam, sujas, maltrapilhas, as respeitosas famílias na chegada dos trens na Estação e nos cafés e confeitarias (O DIA, 22/01/1913). Enfim, colocavam em xeque a ordem urbana em muitos níveis, questionando os papéis sociais da infância e adentrando espaços em que as normas e os preconceitos de classe e raça lhes vedavam. Como destaca o *Dia*, os “magotes de meninos desenfreados, que a nada respeitam”, esses “pequenos vagabundos” costumavam andar pelos lados da rua Municipal, na Confeitaria Faleiro, a Estação da Oeste e suas imediações (O DIA, 20/02/1913). Ou seja, tinham sua área de atuação num espaço que deveria ser o de maior requinte em São João del-Rei, a área central por excelência, pelos melhoramentos apresentados, pelo comércio dinâmico e pelo tipo de gente que o frequentava.

A liberdade de movimentação das crianças pobres sanjoanenses, o que ocasionava, por parte das elites letradas, a atribuição de todo tipo de adjetivo pouco abonadores, talvez tivesse origem na necessidade de subsistência de seus pais e na configuração heterodoxa de suas famílias, se formos levar em conta os padrões normativos requeridos pela ideologia burguesa. Muitas mulheres eram obrigadas a trabalhar fora de casa, o que provavelmente levava a um descuido sobre a ocupação dos filhos. Havia as lavadeiras nos córregos (O RESISTENTE, 10/02/1898), quitandeiras, como a Selvina, que fazia pastéis e servia café com leite (A NOTA, 16/05/1917), empregadas domésticas, como aquela que trabalhava em “uma casa de família distinta”, gozando “de ótimo conceito” e que viu o filho

desaparecer por uns tempos nas mãos do pai (A REFORMA, 05/10/1913). Outras cuidavam sozinhas do próprio lar, sobrecarregando suas atribuições, diminuindo, desse modo, a atenção aos filhos. É o que sugere, por exemplo, a ida de Esperança à Delegacia de Polícia, que denunciou às autoridades o próprio filho, o menor José Joaquim da Silva, “que vaga pelas ruas da cidade, praticando toda sorte de vícios” (S. JOÃO D’EL-REY, 26/08/1899). É significativo que o responsável a procurar os policiais tenha sido a sua mãe e não o pai, que sequer é mencionado no curto texto das ocorrências publicadas.

Mesmo as crianças tinham que ajudar no orçamento dessas famílias pobres. O *Resistente* noticiou a morte acidental de um bebê nas mãos de uma “mucama” distraída de 9 anos (O RESISTENTE, 13/05/1897). Caetano Werneck fala das crianças contratadas pela Câmara para certos serviços da Edilidade, como a capina, os “*guris* municipais [grifos no original]”, apelido dado pelo povo, e que, apesar de ganharem muito pouco, faziam um escarcéu danado para receberem seu ordenado, não se deixando enganar (O REPÓRTER, 29/11/1908). Crianças trabalhadoras podem ser vistas no *Album* de André Bello, quando estampa clichês das casas comerciais da cidade, como a fotografia da fachada do Ao Cachimbo Turco, em que aparecem meninos, um deles muito pequeno, provavelmente entregadores de jornais (FIGURA 27). Isso sem contar as diversas crianças que trabalhavam nas fábricas da cidade, com destaque para a Companhia Industrial Sanjoanense.



FIGURA 27 – Crianças entregadoras de jornais na entrada do Ao Cachimbo Turco. FONTE: BELLO, op. cit.

Assim, enquanto os filhos das famílias das elites faziam suas festinhas, convidavam os amiguinhos e ganhavam presentes, a exemplo de Conceição, filha de Paulo Teixeira (O REPÓRTER, 21/04/1907), outras tinham uma rotina mais dura. A possibilidade das crianças usufruírem dessa fase da vida, tomada pelo discurso médico e pedagógico como distinta e específica, era limitada, por um lado, pelas necessidades de sobrevivência e, por outro, pelo cerceamento das possibilidades de diversão encontradas, pouco moralizadas e civilizadas, na concepção das elites locais. O discurso normativo sobre a família convergia de uma maneira diversa para os filhos das camadas populares, ressaltando-se as perspectivas que tinham como fim a disciplina para o trabalho e para a ordem social. Na obra de confecção do adulto produtivo, a autoridade pública teria papel fundamental, eliminando as más influências, tudo aquilo que fosse visto como perigoso e potencialmente corruptor no entorno da criança. Do mesmo modo, fica clara a existência de espaços e lugares na cidade que não deveriam ser frequentados por meninos e meninas, com o risco de

se tornarem moleques e, num futuro não tão distante, vadios potencialmente criminosos.

O *Zuavo* chamava a atenção do Delegado de Polícia pedindo providências quanto aos botequins da avenida Carneiro Felipe. Principalmente aos domingos, esses estabelecimentos eram invadidos por “vagabundos de ambos os sexos [que] se mimoseiam com o mais baixo palavreado”, em atitudes “próprias das colônias africanas...”, afastando os transeuntes, escandalizados, comparação que quer fazer ressaltar a inserção de São João num modelo civilizado e branco de cidade. No último domingo, perto dos botequins, brincavam algumas crianças “inocentemente”, sendo então atraídas pelo “vozerio indecente” de seus vizinhos, naturalmente curiosas que seriam por todo tipo de ajuntamento. O periódico alertava que os pequenos com muita facilidade aprendiam esse palavreado, levando-o então para dentro da família, ensinando aos menores o que captavam na rua. De sorte que aí deveria entrar o papel da polícia, “amplo e benéfico”, na “garantia da família e de sua boa educação”, aliada da “polícia paterna”. Contra os “pesados males [que] poderão advir à criança solta na rua”, se faria necessária uma “proteção superior”, a polícia. No caso dos botequins, os soldados poderiam ficar postados em alguns estabelecimentos, “evitando, proibindo que ela [a criança] assista a esses espetáculos menos decentes e tão deprimentes para a nossa cidade civilizada” (O ZUAVO, 19/11/1916). Se soa estranho o fato de ser comum a existência desse tipo de estabelecimento no ponto que se pretendia ser um dos mais centrais e prestigiosos da cidade, a Polícia, talvez pensando em preservar a propriedade, se não determinava seu fechamento, deveria então coibir a presença de gente cuja idade, impressionabilidade e falta de discernimento a tornava imprópria e nefasta. Aliança, em resumo, da polícia e da família, cada uma agindo em sua própria jurisdição – o lar e a rua – para a garantia do bom desenvolvimento das crianças.

Mas quando estas já se encontravam sob a pecha de “moleques”, a ação deveria ser mais direta. Se uma das partes falhasse, a outra autoridade deveria agir de forma mais incisiva. O *Dia*, lamentando em 1913 as estripulias da meninada vagabunda de São João del-Rei, como não acreditasse que os pais fossem capazes de ter qualquer atitude, esperava que a Polícia tomasse alguma medida no sentido de “regularizar a vida dessas crianças, que acreditamos abandonadas e que não

devem ficar entregues a si mesmas, com prejuízo incalculável para a coletividade” (O DIA, 20/02/1913). Em outra edição, os redatores apresentavam o destino mais adequado: escola ou oficina, ao invés da “escola do crime” criada pela vadiagem e que no futuro poderia trancafiá-los numa prisão (O DIA, 06/02/1913). A associação entre vagabundagem e crime, fundamental para a legitimação da ideologia do trabalho, terá neste texto seu lugar mais à frente.

Instituições como o Asilo de São Francisco (FIGURA 28), o Asilo de Santo Antônio e o Asilo Maria Tereza, afora escolas de origem particular, se incumbiam de cuidar e educar meninos e meninas de modo a garantir um futuro para eles. Aos meninos se prezava uma educação voltada para o trabalho, tratando, com as meninas, de preservar o único dote que crianças como estas poderiam ter: sua castidade e virgindade (A REFORMA, 05/05/1916). E mesmo que imbuídos de alguns valores burgueses para a realização de seus objetivos, salta aos olhos a sobrevivência de atitudes de diferenciação e de prestígio pelas benfeitorias, pouco compatíveis com uma sociedade que se desejava moderna e republicana. Antônio de Lara Resende, professor e por longos anos atuando junto ao Asilo de São Francisco, não deixava de reparar que quase todo dinheiro arrecado pela Ordem ia para o esplendor do culto, pouco sobrando para o cuidado dos meninos órfãos. Estes, além disso, desfilavam pela cidade com os cabelos sempre cortados à escovinha porque “*os Asilados deviam ser diferentes dos outros alunos [do Instituto], para que na cidade pudessem constatar que o Asilo continuava existindo [grifos no original]*”<sup>235</sup>.

---

235 RESENDE, op. cit., 1972a, p. 124-127.

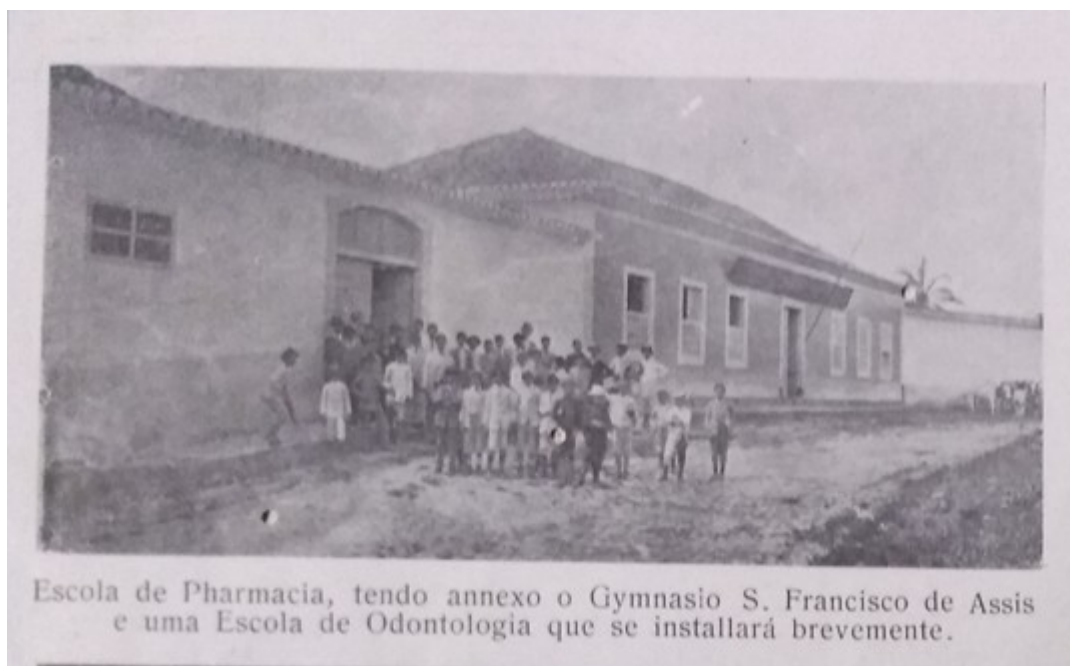


FIGURA 28 – Fotografia do prédio em que se situava o Asilo de São Francisco, com os meninos órfãos em primeiro plano publicada no *Album* de Trancredo Braga. É de se notar que a legenda ignore a situação das crianças, preferindo destacar as instituições de nível superior, abdicando, ao mesmo tempo, de nomear o Ginásio enquanto um asilo. FONTE: BRAGA, op. cit.

Como fosse importante, para o caso das crianças, fazer a distinção entre o menino e o moleque, o mesmo proceder não seria diferente para as mulheres, quando estas se encontrassem na rua. Como vimos, a moral sexual e familiar eram os pontos fundamentais do ideário burguês sobre a mulher e, diante dela – ou ao menos é o que dela se esperava-se –, se apresentava um exercício difícil de adequação desses valores diante das exigências do mundo público, da rua. Seja dentro de casa, seja da porta para fora – e aqui essas obrigações apareciam com maior vigor, por estar em jogo a sua reputação diante da opinião dos outros –, deveria cumprir determinadas obrigações, respeitar certa economia de gestos, prezar por certo vestuário e tratar de frequentar alguns espaços e não outros, de modo a preservar a sua honra.

Não custa dizer que a realização desses objetivos era um tanto difícil e também difícil a sua aplicação sob os mesmos moldes para todas as habitantes de São João del-Rei. Em primeiro lugar porque, se algumas prescrições tinham um caráter genérico, visando moralizar o grosso da população feminina da cidade, outras recomendações, conselhos, advertências, exortações, mostravam uma clara

clivagem de classe – obrigações de uma mulher de boa família talvez se mostrassem incoerentes e até absurdas para aquelas de outros estratos, como veremos à frente. Em segundo lugar, as elites letradas locais, fosse pela ação das autoridades, fosse pela palavra dos homens de imprensa, mostravam uma vontade conjunta de adequar as sanjoanenses à ordem urbana da cidade moderna e civilizada, em ação sobre diversas frentes e que denotam também divergências de procedimento, não tanto por desatenção desses grupos, mas porque era importante manter uma linha de atuação diversa para mulheres de procedência diversas. Se alguns escritos eram destinados para que as leitoras ou ouvintes ajustassem seu próprio comportamento e a maneira como fruía da cidade a esses valores, outras falas possuíam como destino os sujeitos que tinham uma espécie de poder localizado sobre as mulheres, por sua capacidade de ordenamento do espaço e a disciplina dos corpos femininos em seus mais diversos níveis – digamos, por exemplo, o pai para a filha nas ruas centrais, o padre para com suas fiéis dentro dos templos, o soldado de polícia para a mulher do Jogo da Bola.

Objetivos que nem sempre encontravam facilidade de aplicação ou boa recepção. E aqui é importante não cairmos no perigo de nos concentrarmos unicamente nestes discursos ou nestas ações, anulando a agência das mulheres sanjoanenses e sua capacidade, filtrada, é claro, pelas possibilidades apresentadas pelo período, de experienciar a vida na cidade a seu próprio modo, muitas vezes em confronto com as expectativas. Em resumo, constroem-se, ou melhor, formulam-se maneiras corretas de frequentar os espaços da cidade, tendo como referência as normas sexuais e familiares vigentes, uma hierarquia de valores entre esses lugares e uma consciência que classificava essas mulheres de acordo com sua cor, sua posição e procedência.

Como já se discutiu anteriormente, contraponto e referência para a boa mulher, civilizada e higienizada, era a prostituta. Contraponto por ser a sua antítese e referência porque, sendo a antítese, todo o seu comportamento deveria se proceder-se no sentido de se opor aos hábitos e gestos dessa classe de mulheres. Se na organização familiar, se no ambiente doméstico, isso poderia se processar pela incorporação das características da mãe atenciosa e de esposa prestativa, uma série de precauções deveriam segui-las de maneira que tais valores nunca as

deixassem ou, ao menos, não parecessem afrouxados aos olhos dos outros, passíveis de julgamento alheio. De acordo com os redatores da *Tribuna*, em texto de 1920 reverberando as conclusões do *Diário de Minas*, isso deveria começar na própria aparência feminina. Contra a moda contemporânea, de decotes cheios e pernas a mostra, contra essa “libertinagem” do trajar, essas “liberdades excessivas”, asseguravam que estaria no “recato o precioso encanto da mulher”. Concluía que

É preciso haver uma separação completa entre o lar e o bordel. Torna-se mister que se distinga, nitidamente, de maneira inconfundível, pelo seu trajo, pela sua linguagem na sociedade, a moça de família e estas outras desditosas que andam por aí, de interpretação equívoca e rebarbativa... (A TRIBUNA, 18/01/1920).

Assim, uma diferenciação visual seria um primeiro elemento de distinção entre essas duas classes de mulheres; toda luxúria, toda imodéstia de vestuário não caberiam àquelas que se aspiravam respeitadas e respeitadas. Mas isso não bastava. Existiam espaços próprios para as prostitutas que, se por um lado não deveria ser frequentado por quem se desejava identificado à boa moral familiar, por outro representavam uma fronteira, um campo de atuação restrito das meretrizes, do qual elas não poderiam ultrapassar. Em São João del-Rei esse lugar era “a célebre”, para recuperar o adjetivo usado pela *Nota*, em 1917, rua da Cachaça (Tiradentes), indo até a parte em que esta se cruzava com a rua do Comércio (Marechal Bittencourt). “Evitada pelas famílias e por toda a pessoa séria que não queria presenciar espetáculos indecorosos”, o diário de pequeno formato lamentava a expansão da zona de prostituição desse “ângulo terrível” para a região da Avenida Carneiro Felipe, onde as “mulheres perdidas” traziam apreensão às famílias, com suas “orgias”, suas “libertinagens” (A NOTA, 09/05/1917). Oculto pelo pseudônimo de “Um vizinho vítima”, um morador das redondezas escrevia à *Nota* pedindo providências das autoridades quanto às putas; assegurava que “em todo o mundo onde a civilização predomina, as cidades em geral têm uma sua própria designada pela autoridade local para residência de mulheres da vida fácil”, diferentemente, em seu parecer, do que ocorria em São João, onde “essa gente mora em qualquer rua”, escandalizando as vizinhanças. Na sua analogia organicista, mostrando a incorporação do saber médico pós-pasteuriano, comparava a prostituição a uma doença, pois que a única via que faltava ser “microbiada”, era a “principal Rua de S. João”, a Avenida, não deixando de apontar as casas habitadas pelas prostitutas e os

proprietários que aí permitiam a presença dessas mulheres (A NOTA, 11/05/1917). Ora, como mostra Rago, a prostituição não deixava de ser considerada um mal necessário e de difícil extinção, porque representava a possibilidade de expressão do instinto sexual do homem, viril por natureza; de modo que se tornava objeto de alguma regulamentação por parte das autoridades – tema polêmico, aliás –, trazendo essa atividade para dentro do campo da ordem pública<sup>236</sup>. De maneira semelhante, os redatores da *Nota* e o vizinho escandalizado compartilhavam dessa opinião, porque fica implícito que se não é possível extirpar o meretrício de São João del-Rei, as prostitutas deveriam ficar encerradas em espaços próprios, tradicionalmente habitados por elas, como a Rua da Cachaça, sempre sob as vistas das autoridades. Precaução que não tinha unicamente um fim moralizador, evitando o escândalo para as famílias e a cizânia do ambiente doméstico, tentação para pais e filhos, mal exemplo a mães e meninas; havia também um fundo que, eu diria, estético: as prostitutas não poderiam macular um espaço que era visto como ponto principal da cidade, referência de sua nova centralidade espacial, a Avenida Carneiro Felipe. Inscrevendo o lugar das prostitutas à rua da Cachaça, criava-se uma geografia que hierarquiza as vias de São João, de sorte que boas mulheres e boas famílias não deveriam frequentar determinados espaços e vice-versa.

Ao fazer tal operação, determinados lugares da cidade passavam a ser vinculados a uma moralidade capenga, afetada; o que, por consequência, tornava seus moradores objetos certos de um estigma, uma identificação preconceituosa. O *Dia*, por exemplo, descrevia o Jogo da Bola, como a “Saúde sanjoanense”, ao narrar num tom humorístico e não menos elitista a prisão da “vagabunda Maria Vitória, que acode pelo nome de *guerra* Lica”, “uma sujeitinha levada das *carepas*” [grifos no original], ou seja, da escória do povinho. Colocar essa rua periférica de São João no mesmo patamar que o bairro carioca, famoso por sua população pobre e considerada vadia, cenário da Revolta da Vacina, tinha como consequência última rebaixar todos os moradores do lugar; ao mesmo tempo, valorizava-se a ação das autoridades, como o “*Sherlock* Virgílio” [grifos no original], como únicos sujeitos capazes de enquadrar essa gente na ordem urbana, mantendo a paz das ruas e delas afastando seus elementos corruptores (O DIA, 02/04/1912). Porque, afinal,

---

236RAGO, op. cit., p. 84-94.

como dizia o periódico em outra edição, o intento do Delegado de Polícia não seria outro além de “moralizar esta cidade e limpá-la completamente, fazendo-lhe o saneamento geral” (O DIA, 13/04/1912). Destaque para os termos empregados, cuja força era ampliada pelo calor dos debates sobre a questão da água e dos esgotos que ocorriam no momento.

A rua das Flores, por seu turno, era vista pela *Reforma* como o “ninho adorado pelos Otelos de S. João [...], o ponto escolhido para as conquistas baratas, por causa da crise”. Na mesma edição contava de uma briga entre mulheres frequentadoras da “*zona estragada* do Barro [grifos no original]” (A REFORMA, 13/04/1916). Nem a própria Avenida Rui Barbosa (Carneiro Felipe) escapava, nem o Cais ficava livre, ponto de encontro de “vagabundos de ambos os sexos, em constante afronta à moral” (MINAS-JORNAL, 28/05/1919) – cena mais lastimável em se tratando de um “ponto central, por onde constantemente passam famílias” (MINAS-JORNAL, 08/02/1919). A eleição de determinadas ruas de São João para sofrerem batidas policiais, as “canoas”, mostra que a autoridade já tinha em mente a identificação de alguns espaços com o universo da desordem e da imoralidade. Em maio de 1914, por exemplo, o Delegado Álvaro Bastos procedeu por uma canoa no Tijuco, Barro, Jogo da Bola e Pau do Ingá, todos pontos periféricos da cidade, prendendo vagabundas e desordeiros (A REFORMA, 23/05/1914). De outro modo, as intervenções das autoridades policiais nos pontos centrais de São João podem ser interpretadas como um meio de se manter o seu *status* de espaços civilizados, garantia de segurança dos frequentadores, protegendo a propriedade, sem diminuir o consumo. Ao mesmo tempo, o sentido da repressão sobre homens e mulheres assumiam um caráter diverso: enquanto para os primeiros buscava-se enquadrá-los no mundo do trabalho, as últimas eram presas e punidas por sua não adequação às normas familiares e sexuais vigentes – ora se prostituindo, ora bebendo na rua, sozinhas ou acompanhadas de sujeitos não menos recalcitrantes a essa moral. A permanência de desordens, da vadiagem, da vagabundagem, das bebedeiras – os temas que mais aparecem nas ocorrências policiais divulgadas pelos periódicos do presente recorte –, denotam, por um lado, um esforço constante das elites locais em aplicar os valores burgueses e, por outro, uma resistência daqueles que seriam

objeto de disciplinarização. O próprio caso da citada Florinha, personagem recorrente nessa seção das folhas.

Nessa hierarquização do espaço urbano sanjoanense, alguns lugares surgiam como os mais apropriados para a frequência das mulheres que se esperavam identificadas com essa moral. Mas este era só um ponto e talvez somente sua consequência. Não deixava de existir uma sociabilidade de classe que confundia civilização e prestígio pelo usufruto desses mesmos espaços, consagrados, como vimos ao longo do capítulo anterior, por sua centralidade cultural, espacial e econômica. Locais que sofreram intervenções por parte dos agentes públicos e particulares, objeto de embelezamento e melhoria da infraestrutura. Essas variáveis eram então aproveitadas por algumas mulheres – digamos, as mulheres das elites locais –, para terem maior liberdade de movimento frente às restrições normativas. O que não significava que fosse apropriado saírem sozinhas, algo proscrito pelas regras morais e sociais do período<sup>237</sup>. Essa movimentação com fins de lazer, de diferenciação, de consumo, possuía então um teor diverso daquela vivida pelas mulheres pobres, que saíam de casa vistas a prover seu próprio sustento e de suas famílias.

Assim, a *Opinião*, explicando sua oposição ao desejo dos empregados do comércio pelo fim do expediente às oito horas, dizia que muitas senhoritas justificavam suas saídas de casa com as compras na rua Moreira César (A OPINIÃO, 11/02/1912). O próprio emprego do termo – “senhoritas” – denota que não era toda sanjoanense que poderia dispensar seu tempo e dinheiro nos estabelecimentos situados nesta via que já fora comparada à carioca do Ouvidor. Senhoras e senhoritas iam nas retretas das bandas locais e do 28º, depois 51º Batalhão, geralmente na Praça de S. Francisco (O REPÓRTER, 02/02/1908), no Jardim do Quartel (A TRIBUNA, 20/02/1916), no Largo do Rosário (A TRIBUNA, 18/10/1914), na Praça das Mercês, na rua Hermílio Alves (A TRIBUNA, 29/11/1914), no coreto da Avenida inaugurado ao final de nosso recorte (O S. JOÃO D’EL-REY, 05/11/1922). Atraíam “a fina-flor da juventude são-joanense”, como recorda Lara Resende, “sem faltarem *melindrosas* e *almofadinhas*, só não comparecendo meninas de famílias em extremo recatadas, que vivendo na estufa dos lares, só

---

237ESTEVES, op. cit., p. 43.

saíam com os pais ou com quem suas vezes fizesse [grifos no original]”, mostrando a permanência de certos costumes antigos, o lar patriarcal vedando o contato de suas meninas com o ambiente externo<sup>238</sup>. Senhoras e senhoritas frequentavam clubes e salões, geralmente literários e dançantes, com partidas mensais, a exemplo do Clube Sanjoanense (O RESISTENTE, 25/03/1897), do Clube Filarmônica Sanjoanense (O RESISTENTE, 25/02/1897) e do Grêmio Sanjoanense (O COMBATE, 15/05/1901), espaços que tratarei na próxima seção. Senhoras e senhoritas frequentavam o Teatro. Os cinemas. As igrejas. As Águas Santas de Tiradentes (FIGURA 29). O civilizado carnaval em substituição ao arcaico entrudo. Espaços não só de encontro, possibilitando, inclusive, olhares fortuitos de jovens interessados, de namoros em formação, o tal do *flerte*, mas de oportunidades de distinção, fosse pelas famílias, fosse pelos lugares escolhidos, fosse pelas roupas usadas. Caso do próprio culto, em que a cronista Vera Silva notava a conversação, os namoricos e a demonstração de elegância no trajar por parte dos frequentadores – não em razão de ser esse o ponto predileto, mas porque era o costume na ausência de outras diversões (A OPINIÃO, 13/10/1909). Mas nunca sozinhas, é claro. Vemos muitos homens confraternizando nas confeitarias e cafés, entre si. Mas lá, elas não se encontravam desacompanhadas, o que se expressa, por exemplo, no uso do termo “famílias”, para se referir aos seus frequentadores. No torneio de bilhar promovido pela Confeitaria Faleiro em 1907, para citarmos um caso, foi anunciado que estariam presentes “muitas famílias e cavalheiros” (O REPÓRTER, 26/05/1907). Famílias e cavalheiros. Nunca senhoras, senhoritas e cavalheiros, individualmente.

---

238RESENDE, op. cit., p. 47.



FIGURA 29 – Senhoritas sanjoanenses em passeio nas Águas Santas de Tiradentes. De acordo com a legenda do clichê, as moças são filhas de importantes famílias locais, como os Mourão, os Amaral e os Cirne. FONTE: A TRIBUNA, 27/09/1914.

Com o correr das décadas e a expansão dos locais e instituições de lazer e sociabilidade, tomando um influxo maior a partir dos anos 1910, as mulheres sanjoanenses passaram a possuir mais alternativas para sair de casa e usufruir da cidade, embora o caráter elitista ainda se mantivesse. Houve, então, a exemplo do que Sueann Caulfield propõe para o Rio de Janeiro dos anos 1920-1940, uma ampliação, um alargamento dos limites desse campo normativo, a partir de uma maior autonomia pessoal delas<sup>239</sup>. Se antes essa sociabilidade feminina muito se vinculava às questões da Igreja, como as festividades organizadas pelas Damas de Caridade (O REPÓRTER, 17/01/1909) e por ocasião do Mês de Maria (A TRIBUNA, 11/05/1919), alternativas laicas e de gosto mais marcadamente burguês se apresentaram, embora as primeiras não deixassem de existir. Eram os clubes teatrais locais, em que as amadoras faziam as graças do público, como a senhorita Margarida Pimentel, “um dos mais belos ornamentos da sociedade sãojoanense” (A TRIBUNA, 08/12/1918). Em 1912 a Empresa Faleiro inaugurou um ringue de patinação atrás do Teatro, novo divertimento apontado pelo *Dia* como o preferido

<sup>239</sup>CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000 [2005], p. 41.

pelas “nossas gentilíssimas patricias”. Mas não era para qualquer um. Exemplo de diferenciação social do espaço, marcando o lugar de cada um, as arquibancadas eram destinadas unicamente para as “exmas. famílias, reservando-se a empresa o direito de vedar a entrada a quem julgar conveniente” (O DIA, 14/04/1913).

O futebol, por seu turno, proscrito para as crianças e prescrito para longe das ruas, possibilitou a inserção da moça das elites dentro de uma nova sociabilidade, espacialmente marcada pelos *grounds*. Diz a *Nota*, que a exemplo das paulistas e das cariocas, o esporte bretão caiu no gosto das sanjoanenses, tomando partido entre os times e gritando alto com os gols feitos (A NOTA, 30/05/1917). Anos antes, algumas senhoritas da “fina elite” local chegaram a fundar um clube destinado a promover “festar esportivas”, o Club Gracia y Fuerza, que tinha entre suas atividades o “gracia baal [sic]” (A TRIBUNA, 18/10/1914). Como os esportes tomassem o interesse das mulheres, algumas senhoritas sócias do Athletic decidiram formar uma equipe de voleibol (A TRIBUNA, 13/07/1919). Marca do desejo de controle masculino pelas atividades do outro sexo, se a primeira diretoria do Brasil-Volley-Ball-Club era composta quase inteiramente por mulheres, a associação foi logo fagocitada pelos homens: a diretoria eleita pouco mais de um mês depois era toda masculina (A TRIBUNA, 10/08/1919).

Não custa ressaltar que a presença feminina no espaço público deveria ser regulada por uma demarcação dos espaços, por uma contenção dos gestos, impedindo qualquer atitude interpretada como imoral ou potencialmente imoral; algo que contribuísse para macular a honra da mulher e, em última instância, a honra das famílias. Além disso, como vimos em muitos exemplos, temia-se que esses casos, como verdadeira doença contagiosa, corrompessem de alto a baixo o respeito aos preceitos dessa sociedade, igualando os atos da gente civilizada àqueles próprios do povo, um elegante café a um botequim. O *Resistente* fizera ao longo dos meses de 1898 uma campanha para a moralização e civilização dos costumes nas igrejas, “a bem da maior ordem, do absoluto respeito e da rigorosa decência que aí se devem observar”, esperando a intervenção dos religiosos nesse sentido. Dava como exemplo o hábito de mulheres se sentarem com homens nos bancos a eles destinados, em “promiscuidade dos dois sexos por todos os lados e cantos do templo”, ou de fiéis assistirem aos ofícios sentados ou de cócoras no chão, embora

aqui destacasse novamente as mulheres, prática essa repetida também pelos colonos italianos (O RESISTENTE, 31/03/1898).

As normas morais também influenciavam a maneira como os homens deveriam se portar nas ruas da cidade. No caso do comportamento sexual masculino, ele também era objeto de certa disciplinarização, embora saibamos que este se expressava com menores obstáculos – caso da necessidade de existência dos prostíbulos, justificada pela naturalidade com que era enxergado o impulso viril do homem. Mas em espaços próprios. Em horários que não ofendessem a sensibilidade da vizinhança. Que não tocassem a honra das mulheres (e não de qualquer mulher) e das famílias. Por isso, por exemplo, a insistência, como a do cronista “Siers”, do *Resistente*, contra os “bolinas”, homens que assediavam mulheres em espaços públicos, refugo da inexorável civilização, se lamentando o quão “bem longe vão os tempos descuidosos do patriarcado em que a candidez da inocência, acercada pela pureza dos costumes, jamais era açoutada pelo cáldo sopro do bolina” (O RESISTENTE, 23/11/1899). Nostalgia por um passado que então justificava a necessidade de implementação de uma ordem urbana, dadas as circunstâncias do presente.

Contudo, as prescrições e proscricções sobre os lugares a serem frequentados, as maneiras de se portar, as pessoas com quem andar, a disciplinarização dos homens no espaço urbano, enfim, tinham maior relação com sua disponibilidade enquanto mão de obra. A moral masculina era sinônimo de trabalho, enquanto o que era julgado para as mulheres era o seu comportamento sexual, como bem pontua Martha de Abreu Esteves<sup>240</sup>. De sorte que o bem portar no espaço urbano, com as regras específicas para homens e mulheres, garantias da ordem social e do desenvolvimento dessa mesma sociedade, eram indício de civilização e progresso de uma cidade, tanto quanto as intervenções feitas sobre ela, melhoramento sua aparência estética ou sua estrutura funcional. Os discursos sobre o trabalho e seu complemento natural, o lazer, a maneira como influenciavam nas estratégias de controle social do espaço e a prática cotidiana da população sanjoanense tendo em vista estas variáveis serão o tema abordado na próxima seção.

---

240ESTEVEES, op. cit., p. 45.

### 4.3. Trabalho, lazer e ócio elitista

Ao longo deste capítulo e de parte do anterior, podemos perceber como as propostas de intervenção no espaço e na conduta dos habitantes, não só em São João del-Rei, como em todo o Brasil do período, seguiram uma lógica que privilegiava, dentre outras coisas, o trabalho. Mais especificamente, a maximização da capacidade de trabalho. Intervenção do espaço, porque a cidade, sob a lógica capitalista, deveria primar pela circulação – circulação de produtos, da força produtiva. Melhorar a estrutura das ruas, calçá-las, alargá-las, nivelá-las, fechar buracos, fazer passeios, criar condições de higiene mínimas capazes de melhorar a saúde da população, sujeitos potencialmente aproveitáveis em suas condições físicas e mentais. De sorte que cargas e homens pudessem transitar sem maiores percalços, livres de obstáculos e elementos nocivos ao seu bem-estar físico. Disciplinarização dos moradores, porque era de interesse das classes dirigentes incutir nas massas populares do pós-1888, livres por definição, uma valoração positiva do esforço laboral. Conquista das mentes e sujeição dos corpos, separando o trabalhador do vadio, combatendo a vagabundagem, determinando lugares a se frequentar e outros a serem proscritos, estabelecendo papéis para os membros do corpo social que iam muito além dos lugares de trabalho, pois incidindo na vida em todas suas esferas, na casa, na rua, para homens, mulheres e crianças. Como resume Pechman, no mundo burguês, “ordem urbana e ordem social são articuladas”; o espaço público perde seu lugar enquanto forjador de cultura. Torna-se, para o autor, “puro espaço de circulação”<sup>241</sup>. Mas este último ponto deve ser um tanto relativizado. A rua, apesar de agora cada vez mais voltada ao trabalho e à circulação de pessoas, mantinha certo pendor para cenário de exteriorização das clivagens sociais, elemento herdeiro de um passado colonial e imperial, palco, portanto, de expressão das diferenças. Numa sociedade recentemente egressa da Escravidão, se fazia necessário, para os membros das elites locais, construir outras marcas que fossem capazes de reforçar essas fronteiras sociais. O que poderia acontecer pela posse e exibição de determinados objetos de valor pecuniário e simbólico, pela postura, por certos gestos que em gente de menor condição pareceriam um tanto descabidos, porque uma paródia de quem os deteria por

---

<sup>241</sup>PECHMAN, op. cit., 31-33.

direito. Temos como exemplo Carlos Guedes, rico comerciante local, que “a certa hora do dia”, recorda Antônio Lara Resende, “percorria as principais ruas da cidade cavalcando imponente cavalo queimado, roliço e peitudo, ricamente mantido em cocheira”<sup>242</sup>.

Não podemos tomar isso como um movimento de todo vitorioso, supor que as coisas em São João del-Rei seguiram inelutavelmente esse caminho, o que se afastaria da proposta de ver as contradições no estabelecimento dessa ordem urbana na localidade. Tais reflexões servirão mais como uma baliza para indicar as bases dos programas de controle social da população sanjoanense, tendo como efeito a apropriação de sua força de trabalho, tanto pelas tecnologias disciplinares, quanto pela legitimação, no nível simbólico, mental, dessa mesma ideologia. E aqui, coincidindo com o plano da presente seção, compreender de que maneira esse projeto influenciava no entendimento que as elites letradas da cidade tinham das partes do espaço urbano de São João; como a cidade, sendo espaço almejado de trabalho e circulação, deveria ser usufruída pelos seus moradores. Ou seja, quais os lugares a se frequentar e a serem evitados, onde e como se divertir de maneira sadia e sem prejuízos para a capacidade produtiva. E, por último, averiguar não só as nuances desse esforço, as contradições da aplicação desse projeto para as populações pobres e as parcelas privilegiadas da sociedade local, mas a recepção que logrou e as reações encetadas pelos moradores da cidade e os efeitos sobre as formas de viver a cidade.

Neste processo de internalização da ideologia do trabalho, os periódicos tiveram papel fundamental. A leitura dos textos que tratavam do assunto tinham um duplo direcionamento: dar para os grupos dirigentes sanjoanenses as bases ideológicas para seu exercício cotidiano de poder, a legitimidade necessária para sua própria ação, apontando, por outro lado, os limites desse mesmo exercício; enquanto isso, para a população pobre, leitora ou ouvinte, visava mostrar as vantagens do trabalho e delimitar as fronteiras de uma conduta disciplinada e normatizada, o valorizado e o proscrito, o que se podia ou não reivindicar.

Destaca Chalhoub que, para as elites brasileiras do pós-Abolição, estabeleceu-se uma relação umbilical entre trabalho e moralidade, equação que

---

242RESENDE, op. cit., 1972a, p. 47.

tomava os atributos morais como resultado proporcional ao esforço e abnegação do indivíduo. A moralização das condutas aconteceria, desse modo, pela promoção do trabalho. E como promover a ordem dessa população livre, eliminar sua ociosidade e reticência ao esforço laboral? Pela sua educação. E por educação entende-se a criação do “hábito de trabalho através da repressão, da obrigatoriedade”, a transmissão da ideia de que seria ele o valor supremo da vida em sociedade, da vida civilizada<sup>243</sup>.

O que é particularmente visível nas fontes. Dado que o trabalho seria a variável a acompanhar a existências dos sujeitos em toda a sua vida, porque fundamental para sua realização enquanto parte de uma coletividade, não é de se admirar que mesmo as condutas dentro de casa, no ambiente doméstico, familiar, também fossem valorizadas tendo em mente este ponto. Como já vimos em páginas anteriores, os papéis familiares masculinos deveriam se pautar, nas reflexões do *Resistente*, na necessidade de sustento do lar – já que chefe do núcleo da família –, algo indispensável para a harmonia doméstica e a educação dos filhos para a sociedade, eles mesmos força física e intelectual a futuro serviço do bem comum. E é também o *Resistente*, que, anos depois, em 1903, reafirma essa indissociabilidade entre esforço laboral, virtude e progresso, por ocasião do 1º de Maio, data de grande significação para “nós, civilizados” e que nada exprimiria aos “brutos e degenerados” (O RESISTENTE, 03/05/1903). A *Verdade*, posteriormente, definiria o trabalho, fosse ele intelectual ou físico, como “a honra do homem e a salvação social que se origina da necessidade que temos para nossa manutenção”. Seria, em resumo, “a base fundamental do progresso em geral” (A VERDADE, 19/03/1914). Assim, mais do que meramente questão de sobrevivência material, o trabalho, ainda que de forma inconsciente para muitos – aqueles que não podem mensurar o impacto que tem para a perpetuação da vida em sociedade –, seria uma das pedras angulares da civilização moderna.

Mas haveria os reticentes, esses “brutos e degenerados” de que fala o *Resistente*. Não os povos incivilizados de plagas esquecidas do globo, mas gente encontrada no dia a dia, que caminha nas mesmas ruas e respira o mesmo ar dos bons trabalhadores. É a figura do vadio, do vagabundo. Parte importante desse

---

243CHALHOUB, op. cit., 2015, p. 68-71.

processo de formação ideológica do trabalho é a construção da categoria do “vadio”, aquele que nega o esforço laboral enquanto valor; e sendo o trabalho elemento fundamental para a vida em sociedade, a vadiagem emergiria como ameaça à ordem. Ameaça à ordem e perigo para a moral e os bons costumes, já que o indivíduo vadio não possuiria a compreensão de seus deveres para com a sociedade e consciência de sua parcela para o bem comum. O Código de Posturas de São João, por exemplo, é explícito nessa associação entre moral e trabalho. Considerava “ofensa aos bons costumes”, dentre outras coisas: §1º. Negar-se absolutamente ao trabalho; §2º. Vagar pelas ruas e estradas; §3º. Viver vida desenvolta [...]”<sup>244</sup>. Estado de depravação dos costumes, colocando em xeque a propriedade privada e a segurança individual, a vadiagem seria a porta de entrada para todo tipo de crime. Daí decorre necessidade de repressão. A ociosidade, continua Chalhoub, se tornaria especialmente perigosa quando associada à indigência. Um indivíduo não era considerado tão nocivo se ocioso, mas contando com meios de subsistência. Configurava atentado moral quando a este estado de ociosidade se aliava a pobreza, engendrando o crime. Do que resulta que a ociosidade das classes ricas não era objeto de repressão como a vadiagem dos pobres, clivagem de tratamento que será, para o presente caso, melhor analisada a frente<sup>245</sup>.

De sorte que, para o autor, havia uma divisão maniqueísta entre mundo do trabalho e mundo da ociosidade, o primeiro pintado com cores positivas, como algo bom, e o segundo colocado à margem da sociedade, terreno do imoral, do crime. Divisão que reproduzia as estratificações sociais do período: acima de todos os proprietários, homens bons, abnegados, amantes do trabalho e, portanto, de alto valor moral. Vinham depois os trabalhadores pobres. Seguiam-se os ociosos, classificados como vadios, depravados, com tendências à desordem, já que renegariam o bem supremo da vida em sociedade: o trabalho. Por último se encontrava o mundo dos criminosos, gente má, cheia de vícios e refratária a qualquer ordem. “Em outras palavras, o sistema se caracteriza por uma linha contínua que une o mais moral ao menos moral no universo ideológico, e o mais rico ao mais pobre na estrutura social”, donde existe uma integração, uma coerência na

---

244S. JOÃO D’EL-REY, op. cit., 26.

245CHALHOUB, op. cit., 2015, p. 73-75.

dimensão ideológica. Não se pode pensar o ocioso ou o vadio como indivíduos à parte, distantes do universo da ordem, porque a existência dos conceitos de ociosidade e a vadiagem eram fundamentais para a reprodução dos mecanismos de controle social nesse sistema. Essa chave de leitura que confundia classes pobres, preguiça e promiscuidade era uma construção das elites e não um dado da realidade; servia muito mais para justificar a dominação e sujeição desses grupos<sup>246</sup>.

Tal lógica é reproduzida pelo discurso dos periódicos sanjoanenses. Um exemplo é o *Dia* que, tratando da questão da vagabundagem em São João del-Rei, reafirma o aspecto contratual dessa concepção de trabalho. “Todos na sociedade”, explicam os redatores, “são obrigados a se ocupar em profissão certa, a fim de se prover de meios honestos, para sua manutenção e dos seus”. O vadio negaria isso, descumpriria seu papel para a reprodução material da comunidade. O que justificaria, por conseguinte, a atuação da autoridade policial, coagindo o ocioso, o vagabundo a trabalhar. Porque “a ociosidade, como sabem todos, é a mãe de todos os vícios e assim, uma vez batida energicamente, fará isto cessar o motivo de nosso atraso” (O DIA, 06/01/1913).

Esse entendimento da vida em sociedade acabava por influenciar nas maneiras como as elites locais queriam que se procedesse o viver a cidade. Local de consumo e de trabalho, a rua não era lugar do vadio, reticente à ordem urbana e social. Por isso as incursões contra os bêbados, desordeiros e aqueles enquadrados na ampla categoria de vagabundos, como vemos na seção policial dos periódicos. Um princípio, contraditoriamente, de assimilação não tão fácil para muitos populares, repetidamente caídos nas mãos da polícia ou descontentes com a forma de tratamento dispensado pelas autoridades. João da Lenha, como era conhecido João Batista da Costa, por exemplo, aparece repetidamente nas ocorrências reproduzidas pela *Reforma*, detido várias vezes por vadiagem e embriaguez (A REFORMA, 18/04/1914; 15/08/1914; 05/09/1914), assim como Antônio Mariquinhas, “desordeiro e ébrio”, preso pela segunda vez (A REFORMA, 11/04/1914), e Antônio Augusto Bento, bêbado contumaz (A REFORMA, 18/04/1914; 25/04/1914).

E se digo que “vagabundo” é um termo guarda-chuva, amplo, genérico, é porque não apenas designa a gente que se recusava ao trabalho, que tinha

---

<sup>246</sup>Idem, p. 78-80.

comportamentos tomados como desviantes e afrontosos à norma vigente, mas também aqueles que possuíam uma outra lógica de aquisição de meios de subsistência, uma outra relação com o tempo gasto no dia, incompatível com o ideário burguês<sup>247</sup>. Eram aqueles vistos pela *Nota* como vagabundos de um “tipo especial que difere dos outros”, porque o vadio sanjoanense se colocaria nos lugares de maior movimento para ser notado, esperando servir de entregador de uma mensagem qualquer ou carregador de malas, pedindo uma quantia que não ganharia em um dia inteiro de trabalho. Viveria, por conseguinte, desses pequenos bicos, de serviços não formais, insubmisso a uma disciplina que disporia de forma integral de seu tempo disponível (A *NOTA*, 20/06/1917). Eram os mendigos e pedintes, que, subsistindo da caridade, esconderiam entre os verdadeiramente inábeis para qualquer esforço, a “califa de vagabundos, disfarçados de mendigos” (A *TRIBUNA*, 26/03/1916) e que, para José Orton, colaborador protestante do *Repórter*, nem a falta de um membro justificaria tal proceder, dando o exemplo de um morador do Carmo, “pobre chefe de família, completamente entrevado das pernas”, que sustentava a prole com a produção de peneiras (O *REPÓRTER*, 27/09/1908). Eram os loucos, que embora inconscientes e geralmente inofensivos, como os chamados “tipos de rua”, incapazes, por conta de sua enfermidade, para o trabalho e para a vida na cidade (A *OPINIÃO*, 14/03/1908). Ora, todo um contingente de pessoas vinculadas ao universo do não-trabalho, na fronteira entre o legal e o ilegal, e que, por sua inadequação à ordem capitalista, ao modelo de disciplina de tempo e trabalho, se tornavam objeto de enquadramento por parte das elites letradas.

E assim, a normatização do espaço, dispondo dos corpos no território urbano, não só afasta das ruas, não só repreende, não só reproduz preconceitos, identificando, como já vimos, certos espaços com certas formas de conduta alegadamente próprias de seus moradores e coibindo esses mesmos comportamentos; ao estabelecer onde cada um deve ficar, cria instituições destinadas a essa gente, forma um aparato legal que trate de realocá-los, chegando ao ponto mesmo de expulsar alguns da cidade. Esta, portanto, não poderia comportar quem não trabalha, quem não consome, quem não possui um potencial produtivo. De modo que se fazia necessário o enquadramento disciplinar ou a

---

<sup>247</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular e tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 274.

medida radical de remoção de parcelas da população para a manutenção da ordem social, em que cada indivíduo contribui com sua parte para o todo.

Nesse sentido, o tratamento que deveria ser dispensado aos loucos e mendigos é exemplar, embora seus resultados sejam dúbios. Há aqui um conflito fundamental entre formas tradicionais de cuidado dos pobres, a caridade católica, e a disciplinarização desses sujeitos de acordo com os valores capitalistas, cuja racionalidade econômica não via interesse em formas de sobrevivências não diretamente ligadas ao sistema produtivo – o que é também um problema enfrentado pelas elites de outras cidades mineiras, como Diamantina e Juiz de Fora<sup>248</sup>. Em São João del-Rei, a exemplo também de Diamantina, esse conflito ganha uma outra variável, pelo fato de a caridade de cunho católico se ligar à própria identidade construída por parcelas de seus habitantes<sup>249</sup>. Essa questão, no nível ideológico, foi resolvida em parte com a criação de um estabelecimento próprio para abrigar os mendigos, respondendo tanto aos apelos da caridade católica, quanto ao interesse em inculcar o ideário ligado ao trabalho numa população até então pouco afeita a essas novas formas de produção.

O Albergue de Santo Antônio (FIGURA 28), fundado em 1912 pelo franciscano holandês Cândido Wroomans<sup>250</sup> e contando com o apoio das elites locais, foi erguido nos arredores da cidade; em troca da subvenção da Câmara, deveria recolher todos os mendigos remetidos pela Edilidade<sup>251</sup>. Ainda que esta tivesse o direito de “mandar internar ali os mendigos que vagarem pelas ruas da cidade”, como anotou próprio Frei Cândido, a Diretoria da União Popular, responsável pelo estabelecimento, tinha a prerrogativa de “não aceitar mendigos que sejam pessoas inconvenientes, desordeiras e incorrigíveis” e expulsar dali quem considerasse faltoso<sup>252</sup>. Tancredo Braga, pelo *Repórter*, saudou a fundação do Albergue, dando mostras da maneira como os grupos letrados locais entendiam a resposta que deveria ser dada às expectativas da caridade católica e da ideologia capitalista. O cronista fala da boa recepção que a iniciativa teve, porque “outra coisa

248GOODWIN JR., op. cit., 2015, p. 346.

249Cf. Capítulo 2.

250A obra do frei Cândido Wroomans ligava-se à sua atuação na União Popular e aos preceitos da doutrina social católica, corrente de pensamento e ação na Igreja entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX. Cf. COSTA, op. cit.

251Idem, p. 207.

252**Caderno arquivo da União Popular de São João del-Rei pelo frei Cândido Wroomans** [manuscrito], f. 56.

não se podia esperar de um povo tradicionalmente católico como o nosso” (O REPÓRTER, 04/01/1912). Seria a resposta adequada ao crescente número de pobres na cidade, ainda segundo o *Repórter*, “atraídos pelos sentimentos de caridade e liberalismo, que constituem uma das divisas dos s. joanenses” (O REPÓRTER, 05/09/1912). O Albergue possuía uma oficina para conserto de máquinas de costura, se encarregando também de empalhamento de cadeiras, fabrico de cigarros e sabão virgem. Toda a renda era destinada para a sua manutenção (O REPÓRTER, 24/10/1912). Assim, o estabelecimento atendia uma dupla função: tirava do espaço urbano uma população economicamente inútil e disciplinarizava para o trabalho aqueles a quem fosse isso possível. Não coincidentemente o Albergue de Santo Antônio se situava bem longe do centro.

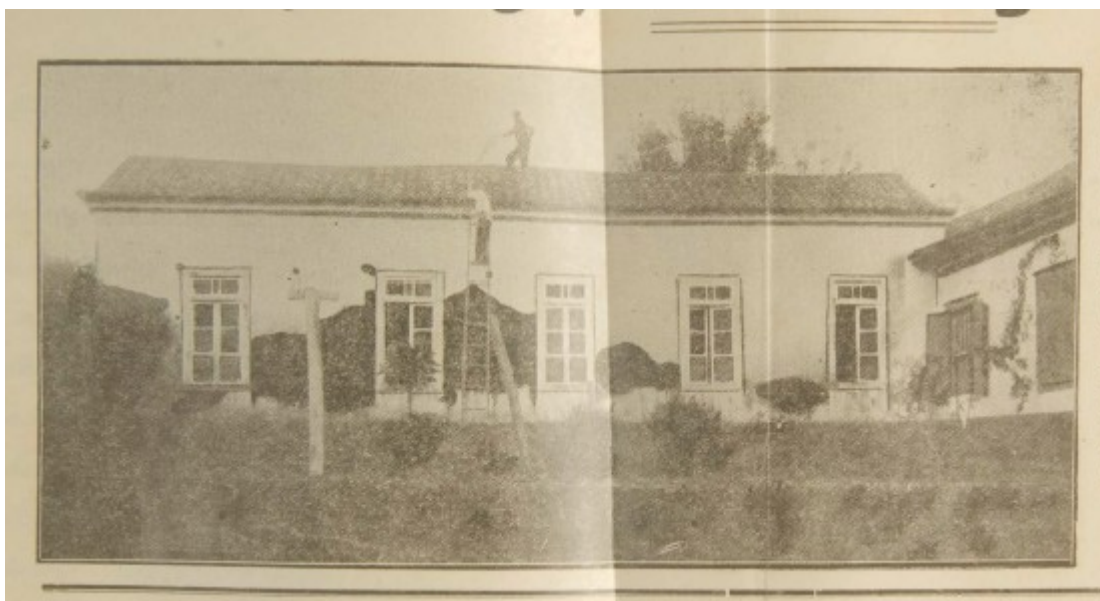


FIGURA 30 – Albergue de Santo Antônio, erigido na antiga Chácara de Santa Teresa, em reprodução de fotografia da década de 1910. Baseado nos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica, tinha como função principal acolher todos aqueles que não eram capazes de se sustentar pelo próprio trabalho. FONTE: CADERNO ARQUIVO DA UNIÃO POPULAR DE SÃO JOÃO DEL-REI PELO FREI CÂNDIDO WROOMANS, f. 79 (COLADO)

Já os loucos eram parte de um problema mais complicado. Instáveis por sua própria condição, não se podia contar, necessariamente, com o sucesso de uma educação para o esforço laboral. Embora São João del-Rei fosse dotada de um Hospício, ligado à Santa Casa de Misericórdia, de acordo com os periódicos ele vivia com alta lotação; de modo que muitos doentes eram simplesmente remetidos para a

Cadeia, já que não existiam outros estabelecimentos próprios para contê-los e ainda pelo fato de ser difícil mandá-los para Barbacena, por exemplo (O DIA, 20/01/1913; O REPÓRTER, 22/02/1912). Assim, uma prática comum – e parece que difundida entre as cidades da região –, era a “exportação” de loucos, remetidos em trens e simplesmente jogados nas localidades vizinhas, deixando a resolução do problema para outros lugares (A OPINIÃO, 14/03/1908). Não sendo fácil enquadrar e disciplinar essa população, economicamente improdutiva e refratária à ordem social, sua eliminação pura e simples do espaço e até dos equipamentos urbanos, era a maneira entrevista pelas elites locais para dar cabo da questão.

Apesar do esforço das elites locais em introjetar as virtudes ligadas ao trabalho na população sanjoanense, traduzidos, dentre outras propostas, em exortações na imprensa, desqualificação de determinadas formas de vida pela difusão de imagens negativas, controle policial sobre o espaço e educação laboral, existia ainda um fosso a ser superado que separava as intenções da prática real e as visões conflitantes entre esses grupos, porque imbuídos de culturas e valores distintos. O que se refletia na própria maneira de se encarar o usufruto do tempo e o viver nas ruas da cidade. Por exemplo, as incursões da autoridade policial sobre a vida das camadas populares nem sempre eram bem-vistas, ao que se somava a não recepção do projeto de negatização de sujeitos vinculados ao mundo do não-trabalho. Presos, loucos, desordeiros, não eram necessariamente vistos como pessoas perigosas e de cujo convívio o resto da população deveria se apartar. Faziam parte do cotidiano, do viver na cidade, integrantes das maneiras de ser e estar no espaço sanjoanense. O processo de reconstrução e requalificação da figura comum ao dia a dia do louco, se por um lado pode servir para explicar a nova dimensão (negativa) assumida por certos personagens urbanos, por outro, encontra seus limites de apropriação dentro do universo dos moradores da cidade.

Assim, por exemplo, os gritos de “não pode” contra policiais que prendiam desordeiros na plateia do redondel instalado na rua Comendador Magalhães e em frente à Confeitaria Faleiro, casos narrados pela *Nota* (A NOTA, 17/07/1917; 20/11/1917), deixam expressos a contrariedade com a interferência de um elemento disciplinarizador, exógeno, dentro de práticas sociais das camadas populares. Algumas categorias de loucos, os “tipos de rua”, do mesmo modo, como parte

integrante da paisagem urbana, também seriam sujeitos a quem o direito à cidade deveria estar garantido pela apreciação de muitos moradores de São João, que inclusive fizeram questão de impedir o embarque de alguns deles para fora, pelo processo de “exportação” (A OPINIÃO, 14/03/1908). O perigo, característica que deveria fazer parte da construção de outra figura ligada à desordem urbana, o criminoso, sujeito a ser isolado de certa forma da vida na cidade, também não fora assimilado de todo pelos habitantes de São João. A *Evolução*, ao comentar a falta de público nos cinemas locais, ironizava o quadro dizendo que o povo preferira apreciar o “*Manduca Cabeleira*, que, vivendo embora preso na cadeia, diverte o pessoal com os seus *choros* no violão [grifos no original]” (A EVOLUÇÃO, 17/08/1913).

De sorte que a difusão dos valores ligados ao trabalho, bem como a negatização daqueles que não se submetiam aos processos disciplinadores – a conquista das mentes e sujeição dos corpos, enfim –, deveria ser um exercício contínuo, cotidiano, para que lograsse sucesso. E sendo essa estratégia algo de amplitude totalitária, porque abarcando a existência do indivíduo nas suas mais diversas situações, era ela traduzida também na prescrição das maneiras como as pessoas disporiam de seu tempo livre, onde frequentar e o que fazer, atos, que a partir de então, se tornavam carregados de significações específicas.

Parte desse processo de transformação da relação do indivíduo com o tempo se dava com a construção da categoria de lazer. Como mostra Renato Ortiz, o lazer surge da redefinição do conceito de ócio, dotado anteriormente de conotações negativas, pintadas pela burguesia europeia emergente, aí identificado enquanto parte do “ideal da vida cortesã”, aristocrático, um valor em si mesmo. O lazer, pelo contrário, “só pode ser compreendido em relação ao mundo do trabalho. Enquanto ‘tempo livre’, ele é uma crítica do ascetismo dos primeiros burgueses, mas enquanto tempo ‘liberado’ do trabalho, ele é seu complemento”<sup>253</sup>.

Pautada num referencial marxista, Milena Fernandes de Oliveira, citando Gorz, traz novas reflexões sobre a noção de “lazer”: pontua que, sendo compensação do trabalho, ele não liberta o trabalhador; pelo contrário, aprisiona-o dentro da lógica de apropriação capitalista da força de trabalho, já que o lazer seria fruído dentro da

---

<sup>253</sup>ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 154-155.

esfera do consumo. Invenção da burguesia, por conseguinte o lazer é desfrutado de maneira distinta, por essa classe e pelos grupos trabalhadores, crentes na existência de um espaço igualitário de não-trabalho, mas que na verdade serve, para estes últimos, unicamente para revigorarem “a si mesmos enquanto força de trabalho capitalista”<sup>254</sup>. Além disso, há de se considerar que

para além das áreas restritas diretamente afetadas pelos processos de urbanização e industrialização da II Revolução Industrial, a cultura, na quase totalidade do globo, seguia atrelada ao universo da sociabilidade tradicional, religiosa e, no mais das vezes, geograficamente circunscrita. O surgimento de atividades de lazer vinculados a uma novíssima *ratio* moderna, global e massificada, muitas vezes se chocou com elementos locais e tradicionais [...].

De modo que se faziam presentes tensões entre essas novas formas de atividades, sociabilidades e uso do tempo e aquelas vinculadas a uma cultura popular, tradicional e local<sup>255</sup>. Sem levar em conta ainda que, embora tendo como referencial o trabalho, na sociedade brasileira o lazer reproduz discriminações e distinções de ordem estrutural. Resulta-se, portanto, que, para as elites locais, os espaços de sociabilidade burguesa legitimavam “o total distanciamento das classes abastadas em relação do trabalho manual”, de certa forma ainda visto como degradante, herança do período escravista<sup>256</sup>. Em última instância, isso significava a possibilidade de existência de uma “boa ociosidade”, porque reproduzida pelos grupos dominantes que, contando com meios amplos de sobrevivência, não eram enquadrados pelos discursos de manutenção de ordem social enquanto vadios, como o seriam para as camadas populares – aquelas a quem cabia a disciplinarização e a educação para o trabalho e que a quem se identificava o crime e a imoralidade com o não-trabalho, ou seja, com uma fruição do tempo não produtiva<sup>257</sup>.

Assim, havia nessa ideia de lazer uma tensão latente: se por um lado representava um espaço de restituição da força de trabalho, como garantir que esse tempo livre não se transformasse em vadiagem e se tornasse um perigo em potencial para a ordem social? De certo modo, mesmo algum nível de desregramento se afiguraria indispensável para o revigoramento do indivíduo – um

---

254OLIVEIRA, op. cit., p. 296-297.

255MORAES, op. cit., p. 255-257.

256OLIVEIRA, op. cit., p. 297.

257CHALHOUN, op. cit., 2015, p. 75.

abuso momentâneo e circunscrito do corpo faria bem para a mente na possibilidade de gozo de atividades não-cotidianas. Isso é particularmente visível nos festejos públicos que faziam parte do calendário sanjoanense. Dentro do nosso recorte, no universo cultural de São João del-Rei, com exceção da Semana Santa, os mais importantes eram o Carnaval, em fevereiro ou março, e a festa do Bom Jesus do Matosinhos, geralmente ocorrida em fins de maio ou início de junho. Momentos carregados de espontaneidade, de diversões de todo o gênero, algumas na fronteira do lícito e do bem quisto, as atividades que aí se desenrolavam foram apropriadas pelo discurso de valorização do lazer, e, por conseguinte, de valorização do mundo do trabalho, colocadas dentro dessas categorias de fruição do tempo. De sorte que, mais do que festejos expressivos de uma cultura popular, aquilo que era visto pelas elites locais como excesso passava a entendido enquanto concessões dentro da organização social, restritos no decurso do ano, delimitados num espaço próprio de execução. Um tipo de sensibilidade que não deixava de ter suas fragilidades enquanto discurso, porque o que era visto como limitado poderia facilmente desaguar em elemento desagregador da ordem social. Essa contradição essencial motivou algumas mudanças no entendimento sobre esses festejos com o correr do período, tanto por uma delimitação desse discurso, tornando mais claros os correspondentes ideais do mundo do trabalho, quanto por fatores de ordem religiosa, por exemplo, como o avanço das correntes ultramontanas do catolicismo<sup>258</sup>, no caso da festa do Matosinhos, por exemplo.

Era o Carnaval, ou melhor dizendo, o “reinado do Deus Momo”, que “nos faz esquecer as dores íntimas e voltar as costas aos terríveis efeitos da crise que ora nos assoberba.//Divertir-se, é uma necessidade imprescindível a todo o mortal”, sendo o Carnaval a mais popular e genuína das diversões brasileiras (A TRIBUNA, 05/03/1916). Escrevendo em 1916, em plena crise decorrente da conflagração da Primeira Guerra Mundial, a *Tribuna* apresenta o lazer como uma compensação necessária para as agruras da vida, sem a qual não seria possível suportar as atividades do resto do ano. Assim, apesar de colocar em suspensão uma gama de comportamentos normativos, acabava por legitimar os padrões sociais vigentes, na

---

258Sobre o ultramontanismo, Cf. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

medida em que deveriam ser obedecidos pelo resto do ano até que se chegasse o próximo carnaval e a próxima compensação pelo esforço despendido.

O mesmo pode-se dizer das festas do Bom Jesus do Matosinhos (FIGURA 31), de “antiquíssima tradição”, de acordo com o *Repórter*, e “com muitíssima razão, um acontecimento de alta monta na nossa vida” (O REPÓRTER, 04/06/1909). Realizadas anualmente no bairro do mesmo nome, tratavam-se de festejos de origem colonial<sup>259</sup>. Os redatores do *Repórter* olhavam de forma um tanto condescendente o evento, em texto publicado em 1907. Lamentando o encerramento das festividades naquele ano, todos se voltando para a “calma dos dias vulgares”, procuravam dar uma explicação para a sua popularidade entre os sanjoanenses. Afinal, por dias consecutivos a população rumava para este recanto da cidade, “em busca das diversões tradicionais que ali, naqueles três dias, se encontram”. Era a parte profana da festa que dava o tom encantatório, espécie de “dia de S. Martinho para o s. joanense”, em que “a ordem é sair da linha costumada. Uma vez na vida tomar a gente uma carraspanazinha e abeirar-se do pano verde da roleta ou do oleado do ‘jaburu’ e arriscar sua fichazinha, não é que produzirá a desorganização social”. Por se tratar de um evento limitado, atividades que no comum do ano seriam vistas como um perigo para a ordem social, como a cachaça e a jogatina, eram toleradas dentro das diversões vivenciadas pelos festeiros do Matosinhos, uma breve concessão em compensação à mediocridade do resto do ano. Uma apropriação laica do evento, em resumo, colocando-o dentro do calendário do trabalho, mas cujas diversões, ainda que pontuadas de gestos que no cotidiano não eram bem-vindos, não representavam perigo capaz de ameaçá-lo. Mais do que uma devoção, o lado religioso posto em segundo plano dentro do conjunto de elementos que caracterizariam a festividade, se trataria de um momento de desprendimento e espontaneidade dos sanjoanenses. O festeiro, entre goles de cervejas, refeições em restaurantes, visitas a amigos e o “flanar” entre as barracas, “toca a esquecer um momento as infundáveis tristezas da vida”. Daí a melancolia a tomar o povo sanjoanense ao fim dos três dias, quando “a gente volta à calma dos dias vulgares, trazendo no coração, vicejante e florida, uma saudade tão grande que mais parece um girassol” (O REPÓRTER, 26/05/1907).

---

259 Sobre a festa do Matosinhos, Cf. ADÃO, op. cit.



FIGURA 31 – O largo do Matosinhos durante as festas no início do século XX. Fonte: BELLO, op. cit.

Acontece que, com o tempo, se tornou predominante, dentro do discurso das elites letradas, a percepção de que mesmo o tempo livre deveria ser empregado de forma utilitária. Horas que deveriam prezar por um crescimento do espírito e, quando isso não fosse possível, ter expurgado de seu conteúdo tudo aquilo que fosse considerado bárbaro, arcaico e potencialmente prejudicial para a ordem urbana. Esse novo entendimento sobre o tempo de não-trabalho tinha como implicação tentativas de enquadramento dos festejos e diversões populares e até mesmo de manifestações religiosas associadas ao povo, o que não deixava de mostrar, porém, certas contradições e complexidades.

No caso do Carnaval, por exemplo, ao longo de todo o recorte, as autoridades locais procederam a uma campanha de supressão do entrudo e que não deixava de ter sua justificação nas páginas dos periódicos sanjoanenses. Divertimento de origem colonial, segundo a análise de Severiano de Resende, o Carnaval fora introduzido em Minas Gerais pelos portugueses. Logo difundido, “em nenhuma parte, porém, era o culto à divindade mitológica [o deus Momo] prestado com tão delirante fervor e furiosa devoção como nesta cidade”, embora concluísse,

saudoso de outros tempos (como os velhos de todas as eras o são), que não fosse “hoje nem a amostra do que se fazia em outras épocas”. “No tempo de minha meninice” o entrudo em São João começava um mês antes do Carnaval, com o fabrico de limões-de-cheiro de todo o tipo, atividade que congregava “velhas e moças, homens e crianças”. Os três dias de festejo eram uma loucura. Bandos de foliões, combates nas ruas, assaltos às casas em busca de gente para molhar davam o tom, não deixando de existir quem preferisse passar os folguedos no regaço da igreja, muito devotamente. De acordo com o cronista, “no ano de 1857 pela primeira vez apareceu o carnaval a querer disputar o império do Entrudo”, com alguns rapazes saindo mascarados pelas ruas “em carros e carroças a distribuir flores e confeitos”. Simples começo, mas que com o tempo logrou simpatias e empenho dos foliões tanto quanto o seu rival, capaz de atrair mesmo a gente da roça, contagiada por essa “febre delirante”. Teria o entrudo sido “prostrado e vencido” pelo Carnaval somente uns quatro anos depois, quando então o último plantou seu “domínio definitivo”. Dignos de nota, na memória de Resende, eram os festejos dos anos de 1861, 1862, 1863 e 1864 (O REPÓRTER, 01/03/1908).

Apesar do ex-líder conservador assinalar a década de 1860 como aquela em que o entrudo viu o seu ocaso, este teimosamente subsistiu nos festejos de Carnaval quase até o fim do nosso recorte. Todavia, se por um lado contou com uma sobrevivência de décadas, por outro foi legado a um patamar inferior – deixou de ser divertimento que engajava toda a família, fosse rica, fosse pobre, conservadora ou liberal, para se transmudar em divertimento arcaico e incivilizado. Nesse período em que o entrudo não fora de todo suplantado, o carnaval sanjoanense, no parecer de “Scapin”, o Dr. Werneck, seria “um compromisso entre o entrudo antigo e bárbaro e o carnaval. Não é bem uma cousa nem outra, é um produto híbrido” (O REPÓRTER, 28/02/1908). De sorte que era papel das elites locais podar a folia desse membro antiquado, deixar subsistir puramente o carnaval: entrudo desqualificado e também proscrito. Daí se seguirem diversos editais das autoridades visando suprimir o entrudo dos dias de festa, de sucesso variado<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup>Vemos por vários anos nos periódicos referências diversas dando conta de sua proibição por parte das autoridades locais e, pelo contrário, da persistência popular em brincar este tipo de folguedo. Cf. O RESISTENTE, 16/02/1899; 21/02/1901; O COMBATE, 12/02/1902; O REPÓRTER, 11/02/1907; 21/02/1909; 10/02/1910; 05/03/1911; O DIA, 25/01/1913.

Na década de 1910 desaparecem as referências ao entrudo, o que não quer dizer que o Carnaval que se fazia em São João por essa época estivesse todo ele dentro do gosto dos grupos letrados da cidade. Porque havia um certo tipo ideal de festejo, que era o dos clubes, dos bailes, dos carros, das fantasias. As inúmeras referências ao Carnaval de 1903, no qual brilhou o Clube X, os dois figurando exemplarmente tanto nos periódicos, quanto nos álbuns de divulgação de São João (FIGURA 32), não eram outra coisa senão o estabelecimento de um padrão de divertimento civilizado, cujos componentes, gestos e objetos deveriam ser repetidos em outros anos<sup>261</sup>.



FIGURA 32 – Membros do Clube X (a cavalo, ao centro) durante o Carnaval de 1903. É possível perceber pela posição em que se encontram os foliões dentro da paisagem, com a parte alta da cidade ao fundo, que estes muito provavelmente saíram da Hermílio Alves e tomaram a rua da Prata (Padre Maria Xavier), seguindo então para o largo da Igreja de S. Francisco. FONTE: BRAGA, op. cit.

De modo que os lamentos sobre o que havia nos festejos davam mostra dos desejos das elites locais sobre a festa e o seu descompasso com a maneira como o grosso da população se divertia, todos comprimidos num mesmo espaço, geralmente no coração da cidade, no Quatro Cantos e na altura da ponte da Cadeia,

<sup>261</sup>O Clube X e o Carnaval de 1905 fizeram tanto sucesso, que vários anos se passaram e ainda se mantinham vivos na memória dos foliões sanjoanenses, a ponto de algumas agremiações locais, ao longo das décadas de 1900, 1910, querendo tomar o legado do clube e reavivar a glória por ele alcançada, emprestaram seu nome para batizar suas próprias sociedades. Cf. O REPÓRTER, 28/02/1909; A TRIBUNA, 21/12/1919.

onde era costume se levantarem coretos em que se revezavam as bandas locais. Os foliões, durante os três dias, também frequentavam os cafés locais, como a Confeitaria Faleiro, o Café Central e o Rio de Janeiro, estabelecimentos situados dentro desse perímetro (O REPÓRTER, 05/03/1908). Mais tarde – e prova da nova centralidade espacial de São João del-Rei com a ocupação das margens do Lenheiro –, o Carnaval passou a ter lugar também na avenida Carneiro Felipe, mais espaçosa (A TRIBUNA, 10/02/1921). Assim, por detrás do discurso que praguejava contra uma “indiferença” nos festejos carnavalescos, havia, na verdade, um desejo em promover um Carnaval à europeia, mais ou menos contido, de foliões mais ou menos bem divididos nas ruas, com carros de alegorias, mascarados, fantasias, zépereiras, lança-perfume a substituir o entrudo, contra a popular muvuca e acotovelamento então reinantes. As descrições, algumas as mais elitistas possíveis, denotam uma vontade de promover a conquista da rua, de modo a sobressair o seu modelo de folia, aquele programado e realizado pelas elites locais, o estabelecimento, enfim, de um certo comportamento que se queria do povo em geral durante as festividades. “Jacques Saint” (Gil P. Coelho) não esconde seu desagrado em ver o carnaval de São João ser o da “gentilha maltratada”, dos “tipos de albergue, de grenha feroz, cheios de farinha de trigo e miséria, roncando a grossa chalaça” e não o do Clube X. “Isto não é carnaval. Palhaçada é, e indigna da cidade. O carnaval é, enfim, uma festa de bom tom, exigindo certo asseio de trato e de imaginação”. Lhe desagradava particularmente ver a rua Municipal ser tomada à noite por uma renca de gente suada e bêbada dançando, berrando, exibindo fantasias feias, porque feitas por pobres. Os mais abastados, pelo contrário,

o elemento melhor, que se diverte mais limpamente, a *confetti* e perfume, sem berro e coice, é eliminado. É o que se vê. A *élite*, acossada e coagida, se refugia nos vãos de portas como em redutos. A *Cour*, então, livre de empecos, se apossa da zona [grifos no original] (A TRIBUNA, 15/02/1920).

Desejo que expõe o projeto de uma nova relação com o outro, uma outra economia de gestos, certa alergia ao contato, um resguardo à privacidade do corpo, disciplinado, contido, higienizado.

Em resumo, carnaval só poderia ser qualificado enquanto tal se houvesse o cumprimento de determinados requisitos. Por isso, o *Repórter* dizia que o que salvou os festejos de 1911 da “completa indiferença” foram os sócios do Clube dos

Lavradores, grupo de rapazes fantasiados, seguidos por uma banda regular, alguns dominós e crianças fantasiadas. Não que nesse ano tivesse ele corrido em brancas nuvens, todos em casa ou na igreja. Na verdade, havia gente sim na rua, e muita, mas brincando o “mais exagerado” entrudo... (O REPÓRTER, 05/03/1911). E assim, apesar de almejar novos padrões de comportamento, o regramento da expressão e a disciplina corporal na maneira de vivenciar a festividade nas ruas, dificilmente as elites locais conseguiriam implantar esse projeto de chofre, não só pelo caráter disruptivo da festa, quanto pelo fato de ser impensável a sua pura supressão, como no caso do entrudo, dado que o Carnaval atingira legitimidade e alcançara uma ampla difusão. Havia, por isso, um certo consenso entre os sanjoanenses sobre o prazer da festa; sua existência era considerada de algum modo necessária por parte das elites locais, ainda que desejosas de expurgar dele certas práticas.

De qualquer forma, se esse momento era uma oportunidade para que as diversas camadas dessa sociedade se misturassem num divertimento de gosto comum, permanecia a necessidade de distinção, elemento determinante para o uso dos espaços por parte das elites, de maneira a reproduzir, numa experiência teoricamente (e aqui as aspas serão muitas), “democratizante” – porque prática aceita e vivenciada por todos –, clivagens já existentes, por meio de uma série de estratégias. Pela frequência a certos eventos, como os bailes nos clubes, salões e no Teatro, demandando um código específico para seus participantes; pelo uso de determinados adereços, como máscaras e fantasias, cuja qualidade superior distinguiria esses foliões do grosso do povo; pelo emprego de toda uma parafernália, de certos objetos e veículos, como cavalos, carros, alegorias mais ou menos elaboradas, banda própria, cordões etc. Assim, para além do comportamento pouco civilizado dos foliões populares, o desagrado de Gil P. Coelho se explica igualmente pelo fato de que, sem iniciativas como a do Clube X, era um tanto difícil para os grupos das elites locais se distinguirem da massa do povo durante os folguedos e reproduzirem seus próprios códigos.

Não obstante, era considerado importante fazer figurar no calendário o carnaval, mesmo que em muitos aspectos incivilizado e em certas oportunidades pouco propício para dar mostras de distinção. Afinal, como dizem os redatores do *Minas-Jornal* (Gil P. Coelho incluso), o Carnaval é a “tempestade higiênica” para o

organismo intoxicado com os problemas cotidianos. O indivíduo, “no fim do terceiro dia de loucura, tem a energia jovial suficiente para os restantes 365 dias de miséria” (MINAS-JORNAL, 01/03/1919).

Assim como o outrora tão popular entrudo, processo de deslegitimação e consequente cerceamento sofreu a festa do Matosinhos. Esta, se por um lado também contaria com certos elementos perigosos para a ordem social, como a presença do álcool e da jogatina, de maneira a justificar a ação das autoridades contra ela, sofreu combate de uma outra frente, dessa vez representada pelo corrente ultramontana da Igreja, que tentava limitar ao máximo o campo lúdico do catolicismo popular às suas práticas devocionais e ritualísticas. Ensejo que dava corpo às críticas formuladas à festa. A *Nota*, por exemplo, fazia oposição ao caráter profano e pouco edificador da festividade, na sua opinião cada vez mais centrada no jogo do que nas coisas do espírito: “Muita jogatina e... pouca religião. – Todos ganham!...” (A NOTA, 28/05/1917). Além disso, tais divertimentos, não só não condizentes com o espírito religioso da festa, por distorcerem seus objetivos, eram tomados como perigosos para a ordem urbana, motivando, em interpretação comum das elites do período, como vimos anteriormente, uma rápida escalada para o crime, alcançada por essas práticas avessas à moral corrente. Reveladora dessa relação construída entre festa, imoralidade e crime é o breve texto de cunho satírico, “à maneira de Machado de Assis”, publicado pelo *Minas-Jornal* fazendo referência a um assassinato ocorrido na praça Chagas Dória dias antes, durante as comemorações do Espírito Santo:

Pau..... pavuna..... sangue..... marcha fúnebre..... lanternas..  
fichas..... fichas..... vinho..... maxixe..... poeira..... cerveja.....  
roleta..... pastéis..... vômitos..... cachaça..... [...] cadeia..... [...]  
(MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>262</sup>.

A festa do Matosinhos foi finalmente suprimida em 1924, por ordem do Arcebispo de Mariana, tendo por motivação declarada a questão do jogo e a proeminência do profano, elementos que ofuscariam a parte religiosa do evento<sup>263</sup>.

A questão das práticas religiosas populares era um tanto complexa e bastante marcada pela dinâmica racial proveniente da Escravidão. Se era o caso de certos ritos da população negra serem diretamente condenados no próprio Código de

262O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 9 do Ano I.

263ADÃO, op. cit., p. 195-196.

Posturas – proibida a “cultura, venda e uso de pango” (maconha)<sup>264</sup> ou ainda “fazer batuques desenvoltos ou sambas, tocar tambores em pagodes ou acompanhando santos em charola ou tocar instrumentos que perturbem o sossego público”<sup>265</sup> –, determinadas práticas relacionadas ao catolicismo popular ou, quando não, práticas vinculadas a uma cultura popular, contavam com alguma simpatia e mesmo proteção de segmentos das elites locais. Situação ocasionada não só por seu caráter considerado um tanto inofensivo, por não atentar contra a moral, quanto por algumas das pessoas envolvidas serem importantes para a comunidade, mesmo que suas atividades pudessem ser enquadradas enquanto proscritas e nocivas.

Assim, ao correr o boato de que o Delegado de Polícia mandara proibir os “reizes” e mesmo que a notícia, mais tarde, tenha se mostrado falsa, “Scapin” não deixava de lamentar o incidente, porquanto ser “um grande apreciador deles”, um “folgado inocente e tradicional desta época do ano” e que muitas “suaves recordações de tempos idos e mais felizes não nos vêm evocar a toada plangente e nostálgica em que cantam as reizes”. O próprio boato é revelador tanto do fato de as investidas contra a elementos da cultura popular local terem se tornado de algum modo frequentes, a ponto de a proibição ser verossímil, quanto o desgosto causado pela maneira como se procedia esse cerceamento por parcelas amplas da sociedade sanjoanense (A OPINIÃO, 11/01/1908). Já Emídio do Bengo, curandeiro exposto anos depois pelo *Minas-Jornal* como charlatão e fanatizador, fora defendido por ninguém menos que Severiano de Resende e o vigário Gustavo Ernesto Coelho (MINAS-JORNAL, 05/06/1918), o que muito provavelmente se dava pelo fato de ser o mesmo Emídio Apolinário dos Passos Moraes que edificara uma capela dedicada a Santo Antônio no Bengo (O REPÓRTER, 11/06/1918).

Tais práticas fomentavam tipos de sociabilidade para essa parcela pobre da população de São João del-Rei cujos códigos não eram muito bem compreendidos por partes das elites letradas locais, porque motivo de censuras e zombarias nos periódicos. Existia uma outra dinâmica na maneira como essas pessoas conduziam a vida, sem uma distinção bem delimitada entre o espaço privado da casa e da

---

264 Sobre uma breve história da maconha no Brasil, Cf. DIAS, Luiza Lima; SANTOS, Saulo Carneiro Pereira dos. Breve história da maconha no Brasil e suas relações com a moralidade na formação da República. *Aedos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2021, p. 281–322, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/116111>. Acesso em: 25 abr. 2022.

265 S. JOÃO D’EL REY, op. cit., p. 30, 26.

família e o espaço público da rua e da vizinhança; dinâmica, dizia, pautada por certos rituais e valores que integravam vida e morte, religiosidade e experiência lúdica, parte integrante do cotidiano dos populares sanjoanenses e cuja chave de leitura não era facilmente decodificada por aqueles que escreviam nos periódicos, classificando, então, essa sociabilidade como simples falta de civilização e incapacidade para a vida em comunidade, com respeito ao ambiente privado. É o que fica patente, por exemplo, nas palavras do *Benemerito* 75 sobre um velório ocorrido no Tijuco, fazendo, além disso, uma valoração, a partir de uma normatividade, dessa parte do território de São João del-Rei:

Segunda-feira passada, tendo morrido, no Tijuco, uma preta, os seus admiradores trataram de lhe fazer quarto.//Para espantar as tétricas ideias negras provocadas pela morte da infeliz os vigilantes entraram ruidosamente na “branquinha”, perturbando com cantorias variadas o sono da vizinhança.//Pobre bairro do Tijuco I [sic, provavelmente erro tipográfico] de dia, moleques e fonógrafos, de noite, quarto de defunto... (BENEMERITO 75, 21/03/1915).

Esse enquadramento dos modos populares de se divertir e da sociabilidade popular incidia sobre as mais diversas práticas e nem sempre se dava pela simples supressão. Parte do projeto consistia na assimilação dessas atividades por segmentos da sociedade sanjoanense, num duplo movimento: o divertimento era condenado não tanto por seu próprio conteúdo, mas por quem o fazia e como era feito, seguindo-se então o estabelecimento de lugares e horários próprios, tornando-o não só palatável, mas integrado à dinâmica da ordem urbana, embora esvaziado de algumas de suas formas típicas. É o caso, por exemplo, do violão. “Siers” (será Severiano de Resende?) elogiava no *Resistente* a iniciativa do professor italiano Sr. A. Marimonti de fundar um círculo de estudo do mandolim, violão e mandola na cidade. O autor do texto dava os parabéns “à mocidade e sobretudo aos dignos empregados do comércio que terão assim ensejo de bem aproveitar as suas horas de lazer, cultivando com esmero a bela arte de Euterpe, de modo a saberem tirar do violão os verdadeiros acordes que lhe valerão o doce nome de violão”. Tocar violão, na percepção de “Siers”, seria digno somente quando atividade mediada pelo conhecimento de um homem culto como Marimonti, “diplomado pelo Conservatório de Milão”, a retirar a supremacia dos seresteiros, dos “d. juans de guitarra”, que interrompiam o sono das “angélicas crianças” estropiando o instrumento. Com isso, se avançava contra a serenata e seus praticantes, condenados por fazerem barulho

à noite (a mocidade, com o círculo do professor italiano não mais iria “esperdiçar-se a argêntea luz do luar”), atrapalhando o dormir não só das criancinhas, mas da população em geral. Do mesmo modo, dava possibilidade para os jovens de São João dedilharem o violão sem as tentações que a noite oferecia, condicionada a um lugar específico, com horário específico, ocupando o tempo livre desses empregados do comércio com uma atividade proveitosa, numa perspectiva utilitarista (O RESISTENTE, 20/12/1900).

As fontes ainda sugerem uma circularidade da cultura popular, uma difusão por meio trânsito, intermediado por contingentes de habitantes, que por seu próprio ofício, como os soldados do Batalhão – gente proveniente do Brasil inteiro e que estavam em constante movimento, ora levando o que aprendiam em São João quando aí aquartelados, ora trazendo práticas de outras terras, ao serem para a cidade transferidos. Além disso, apesar das diferenças, marcadas até mesmo espacialmente, como mostra o texto a ser tratado, essa cultura popular poderia ser objeto de alguma apreciação por determinadas frações das elites locais, mais interessadas no ato de se divertir do que em preocupações civilizatórias ou de ordem urbana, mostrando que a fronteira cultural que atravessava a população sanjoanense poderia ser um tanto porosa. Quando, em 1900, se organizaram as comemorações do 15 de Novembro a serem realizadas no Quartel do 28º Batalhão, os responsáveis pela festa trataram de dotar cada uma das companhias de música: na primeira tocava a Lyra Sanjoanense, na segunda a banda do Asilo de São Francisco, enquanto na terceira e na quarta dois homens tocavam piano. Já na sala de Estado o maestro Ribeiro Bastos regia a sua orquestra. O mais interessante, contudo, estava no que se sucedia do lado de fora, com os soldados rasos:

No pátio do quartel praças, ao som estridente do *chique-chique*, ao estalar de palmas fortes e com cantigas próprias dançavam animado *samba* baiano que também atraiu a curiosa atenção das muitas pessoas que enchiam o pátio iluminado do quartel.//E tão satisfeitos dançavam, tão engraçadas as danças que chegaram a atrair para dentro das rodas dois ou três travessos rapazes da nossa boa sociedade, entre eles um simpático jovem da nossa amizade e conhecimento [grifos no original] (O COMBATE, 17/11/1900).

Chama a atenção aqui a surpreendente condescendência com que o periódico oficioso da Câmara tratava a manifestação das danças, tão curiosamente assistidas pelos presentes, novidade que eram para o desacostumado público sanjoanense. A

liberalidade do comandante também é digna de nota, e os dois casos talvez fossem explicados pelo fato de se tratar de um divertimento ritualisticamente permitido, porque circunscrito a um espaço bem delimitado, numa ocasião propícia, mesmo que incompatível com a solenidade esperada pela efeméride e por um corpo de soldados, que por sua profissão, se acreditava mais ou menos disciplinados – um extravasamento, enfim, que justificasse a boa ordem do resto dos dias. De sorte que é provável que a permissão para esses folguedos fosse encarada pelo comandante do 28º Batalhão como uma forma de lazer para as praças e uma maneira lúdica de cimentar a necessária unidade e camaradagem dos seus subordinados.

De qualquer modo, nas diversões do dia a dia, manifestações que extrapolavam o que se considerava fundamental para a manutenção da ordem urbana não eram bem-aceitas. O excesso ritualístico do carnaval ou da festa do Divino não poderia ser transplantado para o cotidiano sem o risco de provocar, recuperando as palavras dos redatores do *Repórter*, “a desorganização social”. O lazer proposto para os habitantes de São João del-Rei, sadio, utilitário e, para alguns, ocioso, determinava lugares propícios a se frequentar e outros a se esquivar. Nesse último ponto podemos colocar o botequim, a venda, a taverna. Espaços de lazer e convivência importantes para os homens pobres, como ressalta Adão. As vendas, em especial, eram frequentadas não unicamente para a aquisição de gêneros, mas surgiam também enquanto espaços de lazer coletivo, função que, de certo modo, ainda se mantém em muitas cidades do interior mineiro, formando, em suas periferias, uma “geografia do ócio”, para usar a expressão do autor<sup>266</sup>. Por outro lado, destaca Chalhoub, havia a estigmatização do principal espaço de lazer dos homens pobres à época por ele identificado, o botequim, julgado frequentado por desordeiros e vadios<sup>267</sup>. Essa adjetivação é visível nos periódicos analisados. O botequim seria um local proscrito ao bom trabalhador, não só pelo tipo de clientela, mas pelas atividades que lá tinham lugar, situação agravada pelo fato de muitos deles serem frequentados durante o dia, em horário que se julgava destinado unicamente para as atividades produtivas.

O *Zuavo*, pedindo providências das autoridades quanto à algazarra que acontecia nos botequins da Avenida Carneiro Felipe, denunciava tais casas como

---

266ADÃO, op. cit., p. 80-81.

267CHALHOUB, op. cit., 2015, p. 257.

sendo as prediletas dos “inimigos do trabalho” que ali vão se encontrar, desenvolvendo grossa pândega sem que elemento algum os vá incomodar, sem que um policial lance as vistas sobre tão alegre quão indecente ‘assembleia’ de desertores do trabalho” (O ZUAVO, 26/11/1914). Assim, o botequim era enquadrado enquanto espaço de gente vadia e desocupada, tanto mais vadios e desocupados pelo fato de frequentarem esses locais em pleno dia, quando poderiam dispor de sua força de forma mais produtiva para o todo social. Chalhoub explica que para os trabalhadores pobres o tempo do lazer e o tempo do trabalho não estavam rigidamente separados, de modo que seu cotidiano não era necessariamente regido por horários fixos; por isso era comum, nos processos criminais por ele analisados, encontrar gente matando o tempo, descansando, bebericando e conversando em botequins durante o horário de trabalho<sup>268</sup>.

No caso sanjoanense, para além dessas cenas diurnas, um dos agravantes da situação, que o *Zuavo* deixa transparecer, é o fato de esses ajuntamentos ocorrerem no centro da cidade, região que se pretendia melhor civilizada e disciplinada. Alguns espaços da cidade eram mais identificados com a presença dessas casas, o que, em última instância, acabava por estigmatizar os moradores dessas partes de São João, processo já notado anteriormente. Quando o *Dia* ridiculariza a prisão de Maria Camila, “ardorosa devota do deus Baco”, encontrada caída de tonta após “franca romaria nas tavernas do Jogo da Bola”, esta rua, pelo processo de classificação normativa do espaço sanjoanense, passa a se afigurar enquanto centro da vadiagem e da gente indisciplinada, por ter muitos botequins, por um lado, e, por outro, pelo fato desses mesmos botequins serem frequentados pela gentinha mais reles de São João. E é por isso que o periódico, em jogo de palavras, caracterizava o Jogo da Bola como lugar “que em giro traz sempre a bola de seus frequentadores” (O DIA, 24/03/1912).

As tavernas, botequins, vendas – esses espaços de sociabilidade da população pobre –, eram desconsiderados não só pelo tipo de gente que o frequentava, os homens e mulheres vadios que se reuniam em tempo útil, mas igualmente por conta do que lá se fazia. Não digo unicamente matar o tempo em conversinha improdutiva, mas beber. Nas fontes analisadas existe uma verdadeira campanha contra o uso de

---

<sup>268</sup>CHALHOUB, op. cit., 2015, p. 258.

bebidas alcoólicas durante todo o recorte, um apelo pela moderação ou abstinência, não obstante houvesse um interesse econômico, alimentado inclusive pelos periódicos, em divulgar bebidas como cervejas, vinhos, licores etc<sup>269</sup>. O álcool, particularmente a cachaça, bebida identificada com os grupos populares, era estigmatizado por sua capacidade viciante e inutilizadora, predispondo o consumidor a atos imorais e criminosos, além de possibilitar a degeneração dos indivíduos, com consequências, inclusive, hereditárias, prejudicando a força de trabalho também a longo prazo. É dessa forma que o *Repórter* explica os efeitos do alcoolismo, “fator etiológico de mais valor” entre os brasileiros, particularmente “nas classes menos abastadas”:

Substancia tóxica, que vai lentamente minando o organismo, o álcool em suas múltiplas formas, e tomado tanta em pequenas como grandes libações, é que tem concorrido com o maior contingente de loucos e cardiopatas para desgraça da sociedade.

Como exemplo, o Dr. João Pinheiro Campos, autor do texto, citava os casos de um pardo brasileiro, de um italiano e de um português que não só ficaram loucos por conta da bebida, mas possuídos de uma atitude extremamente imprevisível e violenta (O REPÓRTER, 03/11/1910). A *Nota*, citando as teorias do famoso psiquiatra francês Bénédict Morel, colocava como última etapa da trilha de degenerescência causada pelo álcool – os efeitos sobre a quarta geração de “descendentes de alcoolistas”, depois de toda uma parentela afetada de maníacos, criminosos, suicidas e epiléticos – o “idiotismo, estupidez” e, finalmente, a “extinção da raça” (A NOTA, 27/03/1918). Não deixa de ser curioso notar que as bebidas alcoólicas eram um elemento importantíssimo da sociabilidade do período, figurinha carimbada em qualquer evento, reunião ou encontro promovido por essa sociedade, não importa se fossem das elites ou das camadas populares. Se por um lado podemos afirmar que a cruzada contra o álcool fosse contra o consumo imoderado, com apelo sobre todos os brasileiros, não deixa de ser notável o fato do Dr. João Pinheiro Campos destacar que o impacto do alcoolismo era maior sobre as “camadas menos abastadas”. Vale dizer, sobre toda uma população que se queria disciplinar e civilizar, potencialmente insubmissa e menos propensa à contenção dos

---

<sup>269</sup>Dentre os muitos anúncios sobre bebidas publicados pelos periódicos, destaco o seguinte, veiculado pela *Verdade*: “Não há coisa sobre a terra/Que suplante a grande fama/Que tem, na paz e na guerra,/A pura Cerveja Brahma. [...] Quem quiser reconhecer/Da Brahma as suas ações,/Procure depressa ter/Do Carazza informações [...]” (A VERDADE, 12/03/1914).

hábitos e condutas. No fundo, fica implícito o discurso, já identificado por Chalhoub, de que para as elites brasileiras do período as classes pobres seriam sinônimo de classes perigosas<sup>270</sup>.

Igualmente taxado enquanto algo potencialmente viciante e capaz de provocar a desorganização da família e do organismo social era o jogo. Jogo de todo tipo. Pavuna, roleta, do bicho. De grande difusão no seio da sociedade sanjoanense foi este último<sup>271</sup>. Chegou na cidade pelos trilhos da Oeste, vindo do Rio de Janeiro, granjeando popularidade quase instantânea. É o que garante o *Resistente*, que lamentava o fato de “desgraçadamente a S. João d’El-Rei chegou também a vez de ter o seu deplorável quinhão na invasora praga do jogo do bicho, que tem infestado grandes cidades, como a Capital Federal”, havendo, segundo o periódico, quem o considerasse mais prejudicial ao comércio daquela importante praça” do que a quebradeira do Encilhamento. De acordo com a folha, o atrativo de lucro fácil e rápido estaria no âmago do vício. Muitos “moços limpos e estimáveis” teriam se transformado em cambistas. Pobres, com um bilhete na mão, sustentariam, despreocupados, uma “vadiagem extensa”. Junto do dinheiro iria “a pureza dos costumes da mocidade”. Em resumo, por conta do bicho,

o trabalho lícito e digno que honra o indivíduo e o eleva na estima e consideração pública, revertendo ao mesmo tempo em proveito da sociedade, como base do seu progresso e bem-estar, perdeu, pois, alguns representantes que podiam ser operários distintíssimos e, portanto, fatores meritosos do bem comum e do engrandecimento (O RESISTENTE, 18/08/1898).

---

270CHALHOUB, op. cit., 1996, p. 20-24.

271Sobre o jogo do bicho, Cf. CHAZKEL, Amy. **Leis da sorte**: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.



FIGURA 33 – Poema satírico que brinca com elementos visuais para criticar o jogo do bicho. FONTE: O RESISTENTE, 03/11/1898.

O “jogo, sob todas as formas” seria um dos responsáveis, na opinião de um “ilustre médico”, conservador, amigo missivista de “Passe-Partout”, pelos “males que

carcome o meio em que vive”. Dentre outras desgraças, elencava também o jogo do bicho, o alcoolismo, o “deboche” e “abuso de alguns contratantes”, estes desta vez na conta da “anarquia do serviço doméstico”, mostrando, de outra feita, a sobrevivência desse que se tornou uma verdadeira instituição brasileira (O REPÓRTER, 18/06/1908). Em resumo, o jogo era considerado um problema de ordem global, porque privaria a coletividade de braços úteis para o trabalho; causaria a ruína do lar, porque o pai ou mãe, talvez até as crianças, ficariam viciadas na atividade e incapazes de bem cumprir os seus papéis familiares e, por último, tiraria do comércio legítimo um dinheiro que redundaria em crescimento da economia e dos cofres do Estado.

Mas é curioso notar que a condenação do jogo do bicho parece provir principalmente por sua capacidade de justamente atrair os trabalhadores pobres, graças aos preços acessíveis das apostas. O perigo, por conseguinte, proviria da possibilidade desses indivíduos viverem, recordando as palavras do *Resistente*, de uma “vadiagem extensa”. Afinal, como pontua Chaloub, a ociosidade do pobre era tanto mais perigosa, quando identificada com a indigência, porque o ocioso, quando marcado pela pobreza, seria também alguém a atentar a moral, no caminho da criminalidade<sup>272</sup>. Por semelhante lógica, o que não fariam então estes homens e mulheres para sustentar o vício no jogo? O que fica mais evidente ao notarmos, pelas edições do mesmo *Resistente* e na mesma época, a naturalidade com que o redator fala de apostas em corridas de bicicleta no Velo Club, atingindo somas vultosas. Numa das partidas, o “jogo de *poules* [grifos no original]” movimentou a quantia de 1:388\$000, com uma participação crescente nesse “útil e inocente divertimento” (O RESISTENTE, 14/07/1898). Práticas que, restritas à gente rica ou de lugares vinculados a certa ideia de distinção e civilização, como era o caso do Velo Club, não causariam tantos problemas à ordem social.

De qualquer maneira, voltando ao jogo do bicho, ele foi capaz de fomentar um novo tipo de sociabilidade para a população sanjoanense, engajada na discussão dos resultados do dia, como mostra o *Resistente*. Os “bichomaníacos” – como o cronista “Nero” apelidava os apostadores –, depois de feita a aposta (os bicheiros vendedores, “como os padeiros”, serviam “a freguesia a domicílio e logo

---

272CHALHOUB, op. cit., p. 75.

pela manhã”), costumavam se reunir para esperar a chegada do telegrama com o resultado – “esperar o bicho”, na gíria. Tais ajuntamentos ocorriam na rua Municipal, quase sempre na Confeitaria Faleiro, onde discutiam animadamente os palpites. Das dezenas de apostadores, assegura Nero, saíam uns três ou quatro ganhadores. Os demais afogavam as tristezas na pinga, “o grande dissolvente das humanas mágoas” (O RESISTENTE, 24/11/1898). Mas por se tratar de algo de certo modo atentatório para os padrões normativos e ideológicos do período, mesmo que rompendo com o padrão comum de sociabilidade centrada nos botequins e vendas, não era tão bem quisto.

Como já se mostrou aqui, a concepção capitalista de trabalho e que as elites brasileiras procuravam inculcar nas massas de trabalhadores pobres tinha pretensão de adentrar todas as esferas da vida do indivíduo; ou seja, seu resultado era o fato de o controle normativo e disciplinar voltado para o trabalho ir muito além dos lugares de atividade laboral. Por isso, não importava que se bebesse ou se jogasse no tempo livre, nas horas de lazer, sem prejuízo para os horários de trabalho, diferentemente da clientela vagabunda dos botequins da Avenida, criticada pelo *Zuavo*. Porque essas atividades, por sua influência na moral das pessoas, afetaria na própria organização familiar e social, tendo, por consequência, determinadas concepções sobre o tempo livre dos trabalhadores. Esse tempo deveria ser aproveitado em atividades, se não úteis para o crescimento intelectual e aprimoramento físico, pelo menos inocentes de algum modo.

Tal noção, que enxerga no tempo livre tanto uma oportunidade de descanso proveitoso, quanto uma ameaça, por conta da ociosidade e dos males dela resultantes, é particularmente visível nos debates sobre a definição do horário de fechamento das portas das casas comerciais em São João del-Rei, empregada por ambos os lados em contenda, de maneira a embasar os seus próprios projetos, a favor e contra a proposta. Disputa que teve lugar, principalmente, nas décadas de 1900 e 1910, mas que só foi ganhar uma decisão definitiva em 1916. Em 1910, após solicitação de parcela dos comerciantes locais, a Câmara votou e aprovou o fechamento dos comércios às oito horas da noite, medida julgada acertada pelo *Repórter* pelo fato de que, após doze horas de serviço, saindo às nove da noite, os empregados das casas comerciais locais não teriam

tempo e lazer para entregar-se a uma diversão, à frequência de uma aula ou outro qualquer passatempo profícuo e útil. É daí que nasce a causa de nossos empregados comerciais não terem podido sustentar e manter uma Associação, um Clube, em torno do qual eles se congreguem, na solidariedade de classe (O REPÓRTER, 18/09/1910).

Pela argumentação do periódico, vemos que o tempo livre do trabalhador era julgado como necessário por proporcionar um descanso aos empregados; por ele poderiam não só recuperar suas forças, mas promover a expansão de conhecimentos mecânicos e/ou intelectuais. A sociabilidade de classe dos empregados do comércio também era vista como fundamental para que alcançassem esses “passatempos” utilitários, pois, congregando esses trabalhadores num mesmo espaço, evitavam-se lugares proscritos, como as casas de meretrício, os botequins, as tavernas. O que não deixa de ter o seu porém, se formos pensar pelo lado dos comerciantes. “A solidariedade de classe”, de que fala o *Repórter*, ao promover a sociabilidade dos empregados poderia trazer, igualmente, uma oportunidade de discutirem, agora associados numa agremiação de classe, os direitos do seu grupo.

Como já comentado, proposta de fechamento do comércio às oito horas da noite acabou por ser vetada pelo Agente Executivo Municipal, o que provavelmente ocorreu por *lobby* de comerciantes interessados em manter suas casas abertas pelo maior tempo possível (O REPÓRTER, 25/09/1910). Mas a insatisfação com a longa jornada de trabalho se manteve, tanto é que os próprios empregados do comércio, anos depois, fizeram correr um abaixo-assinado defendendo um novo horário para o fim do expediente. Dessa vez o *Repórter* já se colocava contra a medida, invocando a falta de perspectivas de ocupação do tempo por parte dos empregados, deixando implícito que, sem lugares próprios e úteis a serem frequentados, se entregariam a atividades e espaços pouco apreciados pela ordem urbana. Assim, no parecer da folha, não haveria estabelecimentos de ensino em quantidade e qualidade que funcionassem à noite para que os empregados pudessem se ocupar. Além disso, o fechamento do comércio às oito horas prejudicaria o “movimento das ruas da cidade”, fora o provável fato de que enquanto os comerciantes do centro respeitariam a lei, esta seria ignorada pelos dos subúrbios. Pedia, por fim, que os empregados fizessem uma associação com a qual pudessem se desenvolver

intelectualmente, com biblioteca e sessões literárias, para depois solicitar da Câmara a medida (O REPÓRTER, 05/12/1912). O que chega a ser irônico, pois, como vimos, era justamente nessa falta de um maior tempo livre após o fim dos serviços que o *Repórter*, anos antes, identificava o fator que impossibilitava aos empregados do comércio criarem o seu próprio centro de sociabilidade.

A *Opinião*, por sua vez, ao se inserir no debate, propugnava pelo fechamento às oito horas, dessa vez seguindo um caminho contrário, mas que continha a mesma percepção que enxergava no trabalhador pobre um sujeito predisposto a cuidar de seu tempo de modo contrário à boa ordem urbana. A redução das horas de trabalho seria medida de “grande repercussão no progresso social de uma cidade”. Para a *Opinião*, “a permanência do funcionamento à noite das casas de molhados, das tavernas, dos pequenos negócios de bebidas a varejo”, lugares, que como vimos, eram os espaços preferenciais da sociabilidade dos trabalhadores pobres, seria “o grande fator para o desenvolvimento do vício da embriaguez”. Isso porque aí vicejariam

os atrativos para o operário, para o diarista, enfim para aqueles que labutam durante o dia e que ao invés de nas primeiras horas da noite buscarem, ou no lar em alguma sociedade, os atrativos para o necessário descanso, entendem que só naqueles pontos poderão encontrar um amigo, com que troquem ideias, ou sobre os acidentes do dia operário, ou sobre notícias gerais. Não faltam nesses pontos ou nos seus arredores os despreocupados que espreitam o momento do derrame de fatídico líquido alcoólico e então entram com o seu *joginho* [sic, grifos no original].

Situação que resultaria em miséria moral e social, dando ao mundo famílias destroçadas, gente louca, presa, doente ou suicida. A manutenção desses lugares abertos – das casas de molhados, das tavernas, dos pequenos negócios de bebidas a varejo –, faria concorrência com outros espaços e atividades com os quais pessoas pudessem cultivar a inteligência. O empregado do comércio se veria então obrigado a tratar de futilidades, esperando o domingo de descanso. O periódico reconhece, portanto, a preferência desse espaços na sociabilidade dos trabalhadores pobres – o que não seria motivo para condescendência, fosse pela falta de atividades utilitárias no tempo livre desses homens, fosse pelo inevitável desencaminhamento que circundava as práticas e diversões que lá se realizavam. Em resumo, não haveria prejuízo econômico em se fechar o comércio mais cedo,

“pelo lado social muito lucro há, como já temos expedido linhas acima”. Em vista disso, o autor do texto, apesar de apreciador de “uma prosinha no Afonso Pimentel, no Beralbino, no Cachimbo Turco” e de umas “fitinhas” cinematográficas no Teatro, no Cinema Avenida e no Kinema, de bom grado faria o sacrifício de se privar desse “prazer individual”, desse “inútil flamar”, pelo bem social da cidade (A OPINIÃO, 11/02/1912).

O que levanta um outro ponto: o “inútil flamar” do redator e de seus amigos não seria tão prejudicial quanto o tempo livre dos trabalhadores pobres. As elites locais se acreditavam em outro estágio do “processo civilizador”<sup>273</sup> da população de São João del-Rei. Frequentariam melhores lugares, assim pensavam, fariam atividades um tanto mais úteis; sua ociosidade não descambaria no vício da bebida e do jogo, porque gente mais contida e civilizada. O que, em última instância, lhes dava motivo tanto para rir dos pequenos delitos e contravenções dos pobres – como nas ocorrências policiais noticiadas em tom cômico pelo *Dia*, pela *Reforma* ou pela *Nota* –, como, muito altruisticamente, se privarem de algumas de suas próprias diversões, com uma consciência sobre o todo social que gente sanjoanense mais pobre não teria.

Finalmente, em 1916, após uma tensa disputa entre os grupos interessados, a redução da jornada de trabalho foi aprovada e os comércios obrigados a fecharem as portas às oito horas da noite. A *Reforma*, apesar de elogiar a atitude da Câmara, afirmava que a medida acarretaria em prejuízos para o Comércio e para as outras classes, causando “o sacrifício da vida da cidade em uma época do ano”. As bem montadas casas de luxo da rua Moreira César, que ofereceriam “aos nossos hóspedes, um aspecto da vida local, aquele que mais influi para que se saiba ao longe a feição da nossa sociedade” e “que são a pedra de toque do conforto em que já vivemos e que estamos aparelhados a oferecer aos forasteiros”, ficariam iluminadas por menos tempo durante certo período do ano. Com alguma sinceridade, o Dr. Francisco Mourão admitia que a faixa de noite em que o comércio local permanecia aberto, “nas casas de fazendas e modas, são necessárias às famílias de mais conforto”, ou seja, das elites sanjoanenses, “para que possam ir

---

273ELIAS, op. cit., 2011a.

fazer suas compras, impedidas, que o são, de os fazerem durante o dia pelos múltiplos afazeres domésticos que as prendem” (A REFORMA, 29/06/1916).

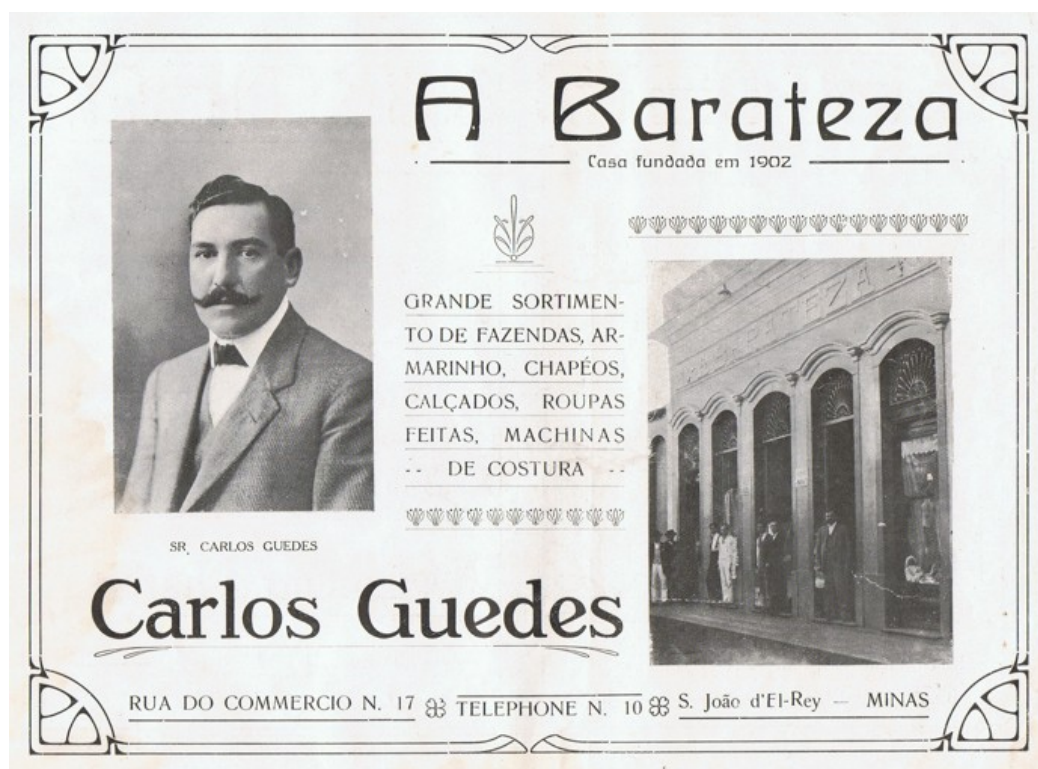


FIGURA 34 – Anúncio d'A Barateza, casa comercial de propriedade de Carlos Guedes. FONTE: BELLO, op. cit.. Em 1916, como se colocasse teimosamente contrário à proposta de fechamento do comércio às sete da noite, como queriam os empregados do comércio local, recusando-se a fazê-lo quando a maioria dos negociantes já haviam cerrado as portas, foi alvo de protestos, “morras” e ameaças. Sua residência amanheceu com paredes, portas, portais e fechaduras emporcalhadas de piche por “mão oculta”, em “cobarde e indigna agressão” (A REFORMA, 22/06/1916).

Os discursos apresentados pelos periódicos sobre o tema deixam implícitas concepções diversas sobre o aproveitamento do tempo e o uso dos espaços, obedecendo a concepções normativas e interesses econômicos, e denotam como essas mesmas concepções acabavam por se chocar, tendo em vista a satisfação de interesses os mais diversos. Se para os trabalhadores pobres o tempo livre era importante enquanto ferramenta de descanso, por outro lado, conforme o pensamento dos homens de imprensa e das autoridades, acabava por possibilitar a essas pessoas um lazer não recomendado, porque centrado em espaços em que a sociabilidade girava em torno da bebida e do jogo, atividades condenadas porque imorais e, portanto, propícias a levarem ao crime e à desorganização social. Daí a necessidade de equipar a cidade com atividades e locais próprios ao gosto burguês e ao aproveitamento utilitário do tempo, voltado, em parte, para o desenvolvimento

intelectual e civilizatório das camadas populares. Todavia, dotar a gente pobre de São João desses direitos significava às elites locais uma menor margem de lucro para os comerciantes, com a redução da jornada de trabalho, e uma restrição à faixa de tempo em que as camadas abastadas de São João poderiam exhibir seus elementos de distinção, seja pelo consumo de artigos vetados aos pobres, pela inacessibilidade causada pelo preço, nas lojas de fazenda e modas, seja pela frequência ao espaço onde estavam instaladas essas casas, cenograficamente equipado para destacar tais elementos de distinção. Do mesmo modo, deixa visível que a maior parte do dia dos grupos das elites deveria estar voltado à organização da família, como queria a *Reforma*, enquanto para os grupos populares, este mesmo tempo deveria ser preenchido com o trabalho.

Não que a sociabilidade da parcela pobre da população de São João del-Rei se restringisse às tavernas e negócios de molhados, ou que as elites locais só tivessem como espaço de frequência o Cachimbo Turco e as luxuosas casas da rua Moreira César. Havia, é claro, a sociabilidade de origem religiosa, da frequência às missas, às novenas, às quermesses, aos festejos do calendário, da participação nas associações, nas ordens, nas confrarias, nas irmandades, com sua origem colonial e que, para além do caráter de amparo entre os irmãos, forneciam, ao menos algumas delas, como a do Carmo ou da Terceira de São Francisco, um instrumento de diferenciação para as camadas das elites sanjoanenses. As missas, em particular, como vimos pelos comentários de Vera Silva, eram o principal espaço de encontro da população local que, na falta de outros lugares para frequência, serviam para namoros, conversas e mostra da consciência de fazerem parte da última moda.

Entretanto, reduzir a vida social de São João a isso seria um ato de afoiteza. Muitos lugares da cidade e da região eram palco da sociabilidade local. Mas, por conta de serem atrativos naturais ou por consequência do fluxo de movimento, não teriam aquele elemento ao gosto do período, vale dizer, a um ascendente gosto burguês, que os destacaria para as elites letradas sanjoanenses como parte de uma estrutura civilizada, digna do renome e posição que elas lograriam, como veremos nos parágrafos subsequentes. Ia-se aos arrebalde da cidade, às cachoeiras, como o Cala-boca, as Gameleiras (FIGURA 35), o ribeirão do Senhor dos Montes, o Rio Acima, a Cachoeira do Segredo, o Açude do Asilo de São Francisco, onde a

população gostava de se banhar ou fazer piqueniques e jantares (O REPÓRTER, 12/01/1911)<sup>274</sup>.



FIGURA 35 – Cachoeira das Gameleiras, nos subúrbios de São João del-Rei. FONTE: BRAGA, op. cit.

Tinha as Águas Santas de Tiradentes (FIGURA 36), tão bucólicas, onde os sanjoanenses gostavam de passar um bom domingo, frequentadas mesmo pelos pobres da cidade, levados pelos vagões da Oeste de Minas (O REPÓRTER, 08/12/1910)<sup>275</sup>. Caçava-se nos distritos (O RESISTENTE, 14/02/1901). Frequentava-se chácaras nos arredores, como a British Farm, do comerciante inglês Charles Causer, da Hopkins, Causer & Hopkins (O REPÓRTER, 16/05/1908). Para além das Gameleiras, piqueniques se faziam também no Senhor dos Montes (O COMBATE, 08/08/1900) (FIGURA 37), no Guarda-Mor, outro morro nos subúrbios da cidade (A OPINIÃO, 28/09/1908), na casa de Pedra, visitada até por D. Pedro II<sup>276</sup>. Passeios no Senhor dos Montes, no Matola, no Matosinhos, no Bonfim, nas margens do Rio

274MAGALHÃES, Franklin. Os encantos de S. João. In: BRAGA, op. cit; BRAGA, op. cit.

275RESENDE, op. cit., 1972a, p. 48.

276BELLO, op. cit.

Acima, no Betume<sup>277</sup>, na rua Padre Faustino, com sua fontezinha salubre (O REPÓRTER, 20/07/1911). A “volta do cais” na recém-inaugurada Avenida Carneiro Felipe, ponto predileto nas tardes de São João (A OPINIÃO, 25/01/1908).



FIGURA 36 – Regata nas Águas Santas. No prédio ao fundo ficavam as banheiras. FONTE: BRAGA, op. cit.

---

<sup>277</sup>MAGALHÃES, Franklin. S. João d'El-Rey. In: BRAGA, op. cit; MAGALHÃES, Franklin. Os encantos de S. João. In: BRAGA, op. cit.



FIGURA 37 – Piquenique realizado no Senhor dos Montes. O *Album* de Tancredo Braga, em que se encontra esta fotografia, não informa sobre a data de realização do encontro, nem os seus participantes. Entretanto, pela presença de violões é possível conjecturar sobre o seu caráter popular. FONTE: BRAGA, op. cit.

A sociabilidade da população de São João del-Rei ia, como vimos até agora, muito além da motivação religiosa. Este termo, “sociabilidade”, é entendido por Maurice Agulhon como formas elementares de convivência dadas historicamente<sup>278</sup>. A construção dessas formas de sociabilidade, portanto, perpassam uma série de fatores culturais, sociais, econômicos, que podem ou não convergir conforme os interesses e relações dos indivíduos. Em consequência, levam à elaboração de determinados espaços, proscritos ou eleitos a partir de representações formuladas tendo em vista as normas vigentes e as formulações ideológicas, tanto desses espaços, quanto os seus frequentadores. Por isso, só para falar de casos já citados, o Velo Club, congregando elementos das elites locais, tinha maior mérito para os homens de imprensa do que um botequim qualquer do Jogo da Bola, frequentado por trabalhadores pobres. Desses fatores que influem na construção das formas de sociabilidade poderíamos citar aqueles relativos ao universo profissional. Caso dos

<sup>278</sup>AGULHON, op. cit., p. 33.

músicos da Lyra Sanjoanense, no exemplo do *Combate* (O COMBATE, 08/08/1900)<sup>279</sup>. Caso dos empregados do comércio, em piquenique no Senhor dos Montes comemorando o fechamento dos estabelecimentos aos domingos (A OPINIÃO, 28/09/1907). É provável que seja o mesmo encontro da “nobre classe caixeiral”, referido por “Scapin”, convidado, aliás. Aí os caixeiros se divertiram com pôquer e se fartaram de comer “uma récuca” de leitões, 5 alqueires de tutu de feijão, 30 frangos assados e de beber uma boa cerveja e um vinho honesto (A OPINIÃO, 21/09/1907). Os operários da Oeste também tinham o costume de se reunir para o lazer. Por ocasião do 7 de Setembro, subiram o Senhor dos Montes, “a nossa *Santa Teresa* indígena” [grifos no original] para solenizar a data com um costume, no parecer de “Sílvio Célio”, introduzido pelo regime republicano: comer e beber, afinal “isto de festejo com a barriga vazia não é das melhores coisas”. Comeram, beberam, jogaram cartas, soltaram fogos, ouviram música, apreciaram um discurso (O REPÓRTER, 12/09/1907).

Mais curiosos, enquanto grupos, são o “Bolo” e o “Bloco”. Este último era definido pelo colaborador “Coruja”, do *Repórter*, ao noticiar a sua dissolução, como uma “associação entre amigos fundada há anos nesta cidade, e sem caráter político” (O REPÓRTER, 01/04/1909). Provavelmente tratava-se de um grupo de amigos unidos por algum interesse comum, talvez oriundo dos integrantes de alguma reunião ocorrida tempos antes; por algum motivo não claro para nós, esse encontro e os membros desse encontro fizeram história em suas vidas, a ponto de batizarem, mesmo que de forma jocosa, esse grupo de amigos e também a ponto de decidirem dar continuidade a essa sociabilidade, embora, por algum outro motivo que também se perdeu, a frequência tenha diminuído até o “Bloco”, nessa configuração, não mais existir. Essa conclusão talvez possa ser aplicada ao “Bolo”. Vemos os membros desse grupo em piquenique no Guarda-Mor, celebrado ao luar. “Scapin” qualifica o Bolo como “Grupo dos Serestas [que] prefere trabalhar quase sempre à luz da lua” e como “grupo dos trovadores” (A OPINIÃO, 28/09/1907). Por aqui podemos concluir que provavelmente o Bolo fosse um grupo de amigos apreciadores de serestas e serenatas, não necessariamente integrados a nenhuma corporação musical da

<sup>279</sup>Sobre a história social dos integrantes das corporações musicais de São João del-Rei, suas trajetórias e relações profissionais, laços de parentesco e estratégias de inserção social, cf. COELHO, Eduardo Lara. **Coalhadas e rapaduras**: estratégias de inserção social de músicos negros em São João del-Rei (século XIX). Resende Costa: AMIRCO, 2014.

cidade e que, para seus encontros, se reuniam em lugares não tão populosos, como o Guarda-Mor, respeitando talvez a nova sensibilidade quanto a esse gênero de encontros de parte dos moradores de São João, pouco suscetível a músicas correndo a madrugada, o que já foi entrevisto páginas atrás com uma referência do *Resistente*. Em outro momento, o *Repórter* convoca os rapazes do *The Smart*, periódicozinho que então se publicava na cidade, e do “Bolo” para trazerem alguma diversão condigna ao Carnaval de 1909 que se aproximava (O REPÓRTER, 11/02/1909).

A sociabilidade dos habitantes de São João del-Rei poderia se dar também por laços de nacionalidade, o que levava, então, à eleição de determinados espaços para a frequência dessa gente. “Diógenes”, escrevendo para a *Gazeta Mineira*, no início de nosso recorte, conta que o Hotel Boa Esperança era muito frequentado por portugueses, que lá iam saborear os pratos da terrinha (GAZETA MINEIRA, 08/07/1893). Em um outro momento, quando crescia a sociabilidade esportiva, os clubes de futebol também foram palco para congregações tendo em vista a nacionalidade; caso do Internacional, que tinha em seus quadros, tanto de jogadores, quanto de diretores, italianos e descendentes de italianos (A TRIBUNA, 21/05/1916; MINAS-JORNAL, xx/05/1916)<sup>280</sup>.

Ao longo da década de 1890 uma série de espaços, mais ou menos formais, foram criados para a sociabilidade das elites sanjoanenses. Clubes sociais, como o Sanjoanense, cuja partida inaugural, realizada na noite de 31 de Dezembro de 1889, a “romper a atmosfera asfixiante e triste das cidades do interior”, viu desfilar em seus salões os melhores exemplares locais do “belo sexo”, senhoras cuja distinção do grosso da população de São João del-Rei se manifestava, além das roupas e dos gestos, pela própria cor da pele: “os traços são puros”, discorre o cronista “Veritas”, “indicam pouca mistura de raça”. Apesar de surgido num momento bastante posterior dos seus correlatos do Rio de Janeiro, tais clubes cumpriam uma dupla função para as elites sanjoanenses, como mostra o mesmo colaborador: de sociabilidade de seus membros e de discussão de assuntos mais elevados do que as conversas corriqueiras, dando então uma nota de distinção social para esses encontros. Fartaria a São João

---

<sup>280</sup>O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 2 do Ano I.

um ponto de reunião, um *club*, onde a par do conagraçamento dos sócios, houvesse certo convívio intelectual. //S. João del Rei, a odalisca de Minas pelas belezas naturais, a Atenas pelo seu cultivo intelectual e artístico, carecia de um *club* que aproveitasse todos esses elementos de progresso, transformando e aperfeiçoando-os [grifos no original] (A PÁTRIA MINEIRA, 09/01/1890).

“Veritas”, justificando a pertinência da instalação do Clube Sanjoanense, invocava então aquelas representações sobre São João del-Rei características da identidade local discutidas em capítulo anterior; de maneira que uma instituição como essa daria vazão a uma sociabilidade culta, própria e requisitada, assim imaginava, pelos membros das elites da cidade. Partindo da ideia de construção normativa do espaço, lugares como esse passavam a ser dotados de uma valoração positiva pelas qualidades que se acreditavam inerentes aos sujeitos das classes abastadas, mais civilizados e mais cultos e, portanto, mais propícios a um lazer civilizado.

Da mesma maneira, sugere-se que preconceitos vinculados a certos espaços, elaborados a partir de imagens difundidas sobre a conduta normativa de seus moradores, fossem considerados na escolha dos membros dessas associações. Dito de outro modo, os espaços da cidade coincidiriam com o caráter daqueles que lá habitavam, sendo, por isso, negada a sua entrada. É o que deixa a entender a carta de João Francisco da Trindade, publicada nas “Solicitações” da *Gazeta Mineira*. Trindade afirmava que “certos sujeitinhos atrasados” fundaram a sociedade recreativa Infantil na cidade. Foram convidados alguns operários sapateiros para fazerem parte como sócios. Entretanto, a diretoria dessa sociedade, “esses senhores de meia tigela” votaram contra o ingresso desse mesmo Trindade, “só por ser ele morador no Tijuco”. Por conseguinte, o autor da carta insinua que não faria sentido admitir o ingresso de gente pobre, que o próprio remetente desqualifica no título da missiva (“Operários na Ponta!”) ao mesmo tempo em que vetava o nome de João Francisco pelo fato dele ser morador de um bairro pobre e isso por conta desse espaço possuir uma valoração negativa para certas parcelas da sociedade sanjoanense (GAZETA MINEIRA, 22/10/1892). A acusação foi rebatida no número seguinte pela Diretoria, esclarecendo que Trindade não fora admitido por solicitação de uma família sócia muito considerada, que ameaçara não frequentar mais as reuniões caso ele comparecesse (GAZETA MINEIRA, 29/10/1892). A explicação da

diretoria, ainda assim, demonstra um peso desigual entre os sócios, alguns mais considerados do que outros.

Sabemos, de todo modo, que os clubes sociais acabaram perdendo força enquanto espaços de sociabilidade dos grupos das elites locais, entrando em decadência e sendo praticamente extintos na década de 1910, cenário não exclusivo do ambiente de São João del-Rei, como mostra Jeffrey D. Needell para a *Belle Époque* carioca<sup>281</sup>. Essa situação talvez fosse proveniente das dificuldades financeiras apresentadas por essas instituições. Descrevendo o Clube Sanjoanense em 1893 para a *Gazeta Mineira*, o colaborador “Diógenes” contava que seus rendimentos advinham das contribuições dos sócios, gastos quase todos na organização das partidas mensais, em concertos e banquetes, pagando, além disso, salário de um empregado responsável pela conservação do prédio (GAZETA MINEIRA, 25/06/1893).

Conforme apresenta a bibliografia, os cafés também eram importantes espaços de encontro da gente do final do Oitocentos e princípios do século XX, parte dos equipamentos urbanos representativos de uma nova relação com a cidade, voltada para a rua e para tudo aquilo que ela tinha a oferecer<sup>282</sup>. Vemos a fundação de cafés durante todo o nosso recorte, a maioria no centro da cidade. Nem todos sobreviveram ao período, contudo. Os mais importantes eram o Café Java<sup>283</sup>, o Rio de Janeiro, o Central e a Confeitaria Faleiro, situados no miolo expresso pela rua Moreira César e surgidos entre o apagar das luzes do século e os primeiros anos do Novecentos. Embora vinculados ao projeto civilizacional à europeia do período, no caso de São João del-Rei seus frequentadores não provinham unicamente dos segmentos das elites locais – eram gente de todo canto da cidade. “Jacques-Saint”, no *Minas-Jornal*, em 1918, apresenta uma análise do café sanjoanense, o gênero de clientela que para lá rumava a gastar o tempo, destacando a sua heterogeneidade. Café seria a vida, a vida da própria cidade. Microcosmo. Ou assim acredita Gil P. Coelho, bem ao tipo de João do Rio:

281NEEDEL, op. cit.

282SEVCENKO, op. cit., p. 52.

283Houve dois cafés com esse nome em São João del-Rei. Um primeiro, em funcionamento nos primeiros anos da década de 1900, era de propriedade de J. Fernandes e depois de Luiz (Lulu) Dalle, famoso nos círculos sociais locais, que também teve em suas mãos o Café Rio de Janeiro, provavelmente um sucessor deste. Um outro foi fundado em 1919, talvez baseado na memória de seu predecessor, por Aurélio, Irmão & Cia. Cf. O COMBATE, 29/01/1902; O RESISTENTE, 03/03/1902; A REFORMA, 06/11/1919.

O Café é a cara da cidade. Reflete-lhe a lufa-lufa funcional, a riqueza da vida. Por ele se avalia, como ao exame do pulso, a valência orgânica da 'urbes'. Gosto dele. À noite, então, mais se exalta o meu pendor. Há derrames de luz crua.

Na “barafunda” do estabelecimento, entre conversas e exaltações, chapéus e paletós, Jacques-Saint cataloga seus “tipos”. “Um mulato alto, moço, cabelo crespo”, de cara ruim, mas coração simpático, impaciente com a demora do café, discutindo o preço do cigarro. Um “homenzarrão formidável” bebe conhaque; é de fora, o sujeito. Vê gente sem colarinho e chapéu: são “rapazes do Barro e do Tejuco”, da periferia da cidade, portanto, “carreiros, carroceiros, gente das oficinas – que se enfarpelam para a noite e gozam a vizinhança dos citadinos polidos”. Brigam por questão de mulher: “‘negócio’ de ciúmeira”, explica um deles. Há “um rapagão, enxertia de italiano”, de cara vermelha e loiros bigodes, mamando um charuto, com fúria. Rapazes das elites, apresentados apenas com as iniciais do primeiro nome, discutem a guerra. Perto da porta da casa, “a mesa do transatlântico”. Presentes: “inglês, italiano, sírio, francês, brasileiro”. Conversam em sussurros. Isolado está o alcoólatra, ciente da sua “desgraça”, mas incapaz de largar a “caninha”. É uma “fotografia, à magnésia”, o que faz o cronista. Mas imperfeita. O café, para ele, é uma “*vitrine* social, onde se exibem a canalhice e a virtude, a miséria e o esplendor da urbes [grifos no original]”. Matéria tal, em resumo, “para um livro de estrondo” (MINAS-JORNAL, 04/12/1918).

Gil P. Coelho pretende imprimir ao café sanjoanense típico certos ares de cosmopolitismo, de cidade grande, de efervescência humana, tanto pela presença de imigrantes de várias nacionalidades, quanto pela frequência de forasteiros. Além disso, no café conviveriam gente de procedências sociais diversas, o que determinava, dentro da geografia do estabelecimento, a existência de certos agrupamentos. Enquanto os trabalhadores pobres dos bairros distantes da cidade estão numa mesa, em uma outra, vizinha, se congregam os membros das camadas abastadas da cidade. Mas a fotografia de Jacques-Saint, ainda que procure mostrar esse estabelecimento como algo um tanto democrático pelo tipo de clientela, proveniente de todas as classes, não deixa de reproduzir alguns preconceitos sociais e espaciais. Porque em comparação aos que discutiam muito gravemente a guerra, D., N., L., dando mostras de cosmopolitismo e preocupação com os destinos

da Europa e do mundo, o texto deixa subentendido que o povo do Barro e do Tijuco, muito mais mundano, muito menos civilizado, se engalinhava por questão de somenos, brigando por mulher.

Mesmo assim, alguns desses estabelecimentos eram espaços eleitos como os preferidos das elites locais, não deixando de existir uma cisão na convivência – algumas circunstâncias, divergências de ordem política, por exemplo, influíam na escolha, criando uma sociabilidade separada dessas frações. O Café Rio de Janeiro era estampado no *Album* de André Bello como o preferido da “elite s. joanense” (FIGURA 38). O próprio nome do estabelecimento é bastante sugestivo em suas pretensões, ao fazer menção ao lugar que se acreditava o mais refinado e civilizado do Brasil. Também era o reduto dos aliados de Basílio de Magalhães, no contexto turbulento dos anos 1920 (A TRIBUNA, 27/11/1921). O Café Java, por outro lado, congregava os odilonistas. Em texto humorístico da *Tribuna* sobre uma sessão fictícia da Câmara, um ex-aliado do Agente Executivo Municipal ficava proibido de lá frequentar (A TRIBUNA, 13/08/1922).

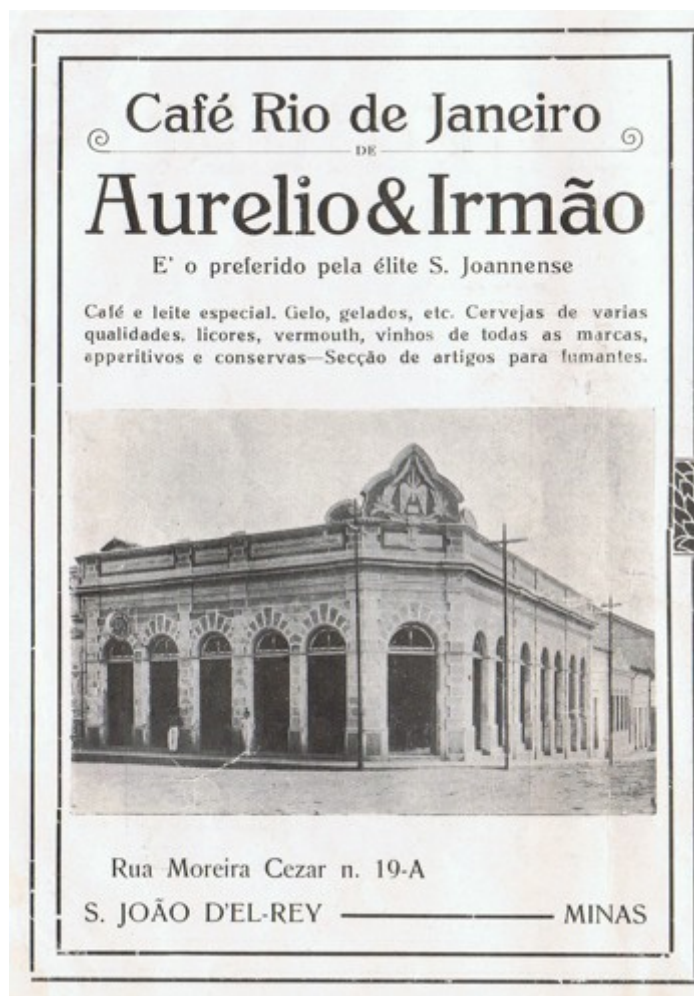


FIGURA 38 – Anúncio do Café Rio de Janeiro, o “preferido” das elites locais. Fonte: BELLO, op. cit.

Nas décadas de 1900 e 1910 esses estabelecimentos sofreram uma série de reformas visando deixá-los mais refinados, trazendo melhoramentos e divertimentos compatíveis com um gosto burguês. Assim, o Café Central, de propriedade do capitão Flávio José da Silva, ao ser inaugurado em 1907, possuía dois salões e um gabinete especial: no primeiro se situava propriamente o café, com diversas mesas de mármore e um balcão e prateleiras, com todo tipo de bebidas, doces, frutas etc. O outro salão era destinado aos bilhares e, no evento de abertura, grande foi o movimento de jogadores (O REPÓRTER, 03/11/1907). Em 1911, o Café Rio de Janeiro sofreu uma série de modificações a fim de torná-lo de “primeira ordem” (O REPÓRTER, 12/03/1911), justificativa para a reforma, em 1913, da Confeitaria

Faleiro (O DIA, 20/05/1913), que antes disso, em 1908, havia sofrido intervenções em seus salões para acomodar um bilhar (O REPÓRTER, 29/10/1908).

Sendo espaços que poderiam ser frequentados por pessoas de todas os segmentos da população de São João del-Rei, muito provavelmente a demarcação das clivagens sociais se operava pela aquisição de certos produtos, cujos preços eram vedados a parcelas mais amplas de consumidores. O Café High-Life, de Francisco C. Cunha e situado na rua Moreira César, nº 15, seria o ponto preferido do “grand monde” sanjoanense, de acordo com anúncio publicado no *Benemerito* 75. Se o próprio nome já dá alguma indicação, isso provavelmente decorria do tipo de coisa que lá se ofertava: “variadíssimo sortimento de molhados, champagne, licores, vinhos do porto, águas minerais nacionais e estrangeiras, cervejas de todas as marcas, sovertes, mingaus, chocolate, etc. Finos cigarros e charutos” (BENEMERITO 75, 28/03/1915). Trata-se, evidentemente, de uma hipótese, pois não temos acesso às tabelas de preços de produtos oferecidos nesses estabelecimentos. A congregação com elementos do mesmo grupo e a presença em certos horários, teoricamente proscritos a trabalhadores comuns, provavelmente tinham um impacto na consumação dessas diferenças. O *Minas-Jornal*, em 1918, apelava ao fato de o Café Rio de Janeiro ser “um ponto favorito” da cidade para pedir que continuasse aberto até mais tarde, até depois das dez da noite. Fechamento tão cedo, para o redator, só se explicaria se fosse um “estabelecimento ‘mambembe’” (MINAS-JORNAL, 25/01/1919), ou seja, um estabelecimento frequentado por trabalhadores pobres, como botequins e tavernas – associação entre tempo livre e perigo de imoralidade que foi analisada em parágrafos anteriores.

Os hotéis também cumpriam uma função de sociabilidade. Não apenas em seus restaurantes, frequentados tanto por hóspedes, quanto por moradores de São João; suas dependências, particularmente seus salões, eram utilizados para a realização de atividades artísticas e culturais, apresentações, bailes, soirées, recitações, de gente vinda de fora e mesmo de membros da sociedade local. Dentre os hotéis da cidade, os mais importantes, e também os de maior longevidade foram o Hotel Oeste de Minas e o Hotel Brasil, de propriedade de Custódio Lourenço de Oliveira, ambos fundados na década de 1890, cada um situado numa margem do Lenheiro, embora outros, de menor luxo, também existissem e fossem frequentados

não unicamente para hospedagem. O Hotel Central, por exemplo, fora palco em 1897 de um *lunch* promovido por Augusto Frederico Müller para comemorar, na companhia de alguns amigos íntimos, a conquista da patente de tenente-coronel da Guarda Nacional (O RESISTENTE, 30/09/1897). A hierarquia entre essas casas, indicando o poder pecuniário de seus frequentadores, era expressa, inclusive, na cozinha, numa gradação da mais europeia à mais brasileira. “Diógenes”, na *Gazeta Mineira*, conta que no Hotel Oeste a cozinha era a francesa. Lugar caro, porque assim como era “esplêndida” a hospedagem, também era a diária. O Grande Hotel Martinelli, que não sobreviveu à virada do século, tinha cozinha francesa e italiana, “e tudo o quanto necessitar o mais exigente gastrônomo e comodista”. O Hotel Brasil, cujo “tratamento neste estabelecimento culinário é regular”, servia pratos portugueses e mineiros. No Hotel Soares, cozinha “poliglota, isto é, variada nos guizados e acepipes”. Quanto ao Hotel Boa Esperança, citado há pouco, os fregueses poderiam apreciar comida e vinho portugueses (GAZETA MINEIRA, 08/07/1893).

O Hotel Oeste (FIGURA 39) era louvado por Antônio de Lara Resende como “o mais luxuoso de Minas, pela riqueza de seus jardins, de seus salões deslumbrantes de cristais da Boêmia, de seus móveis e alfaia, de sua preciosa tapeçaria persa”. Orgulhava aos sanjoanenses por hospedar “homens ilustres de grandes centros do País e de além-mar, como se dizia, falando bonito”<sup>284</sup>. Possuía salões de baile, leitura e bilhar, um “estabelecimento balneário próprio, provido de aparelhos para aplicação de duchas, tratamento de espinha dorsal, banheiro circular, chuveiros e banhos quentes em banheiras esmaltadas” e podia hospedar mais de 100 pessoas, como informava o *Dia* (O DIA, 04/05/1912). Abrigava certas apresentações voltadas à apreciação das elites locais, geralmente em seus salões. A preferência por esse espaço para certos eventos talvez se explique, por um lado, por uma escolha dos responsáveis pela apresentação, que não queriam despendar maiores quantias no Teatro e, por outro, por um desejo de fazer algo mais íntimo e fechado, reservado a uns poucos. O concerto do maestro Carlos de Mesquita no salão do Hotel Oeste de Minas, em Abril de 1902, por exemplo, contou com o auxílio de amadores e amadoras locais e foi prestigiado por “seleta concorrência” (O

---

<sup>284</sup>RESENDE, op. cit., 1972a, p. 49

COMBATE, 05/04/1902). Ele também era utilizado pelos próprios membros das elites sanjoanenses para atividades a eles circunscritas, como a “festa íntima” ocorrida em seus salões ao fim de 1907, organizada por iniciativa de uma comissão de “distintos cavalheiros” e que recebeu “a nossa melhor sociedade” (A OPINIÃO, 01/01/1908).



FIGURA 39 – O Hotel Oeste de Minas, se situava na rua Hermílio Alves, entre a Estação e o Paço Municipal, no quarteirão ao lado do Teatro, ou seja, numa localização de privilegiada centralidade no espaço sanjoanense. Em 1917 sofreu um incêndio que o consumiu completamente. A *Reforma*, por conta do evento, publicou numa de suas edições dois clichês retratando o prédio antes e depois da sua destruição. FONTE: A REFORMA, 30/08/1917.

Do mesmo modo, a falta de estabelecimentos voltados para a alta gastronomia, restaurantes de luxo ou de grandes moradias com o padrão de gosto do período – palacetes burgueses estruturados para eventos de maior monta –, motivava o emprego desses hotéis como cenários para banquetes, por serem as casas mais bem montadas e equipadas da cidade. Como o banquete promovido por

Charles Causer, vice-cônsul inglês, para celebrar a coroação do rei Jorge V, em 1911 (O REPÓRTER, 29/06/1911), e o almoço oferecido pela Edilidade sanjoanense ao general Setembrino de Carvalho, em visita a São João em 1920 (A TRIBUNA, 17/10/1920), ambos ocorridos no Hotel Brasil.

A última década do século XIX viu também a fundação da loja maçônica “Charitas”, em 1895<sup>285</sup>. Situava-se na Avenida Carneiro Felipe. Além dos encontros periódicos entre seus membros, a loja buscava promover uma integração com a comunidade, a partir da promoção de festas, como o baile ocorrido em comemoração a posse de novos funcionários, em 1910 (O REPÓRTER, 03/06/1910), conferências, a exemplo de algumas proferidas em 1921 e que tinham como tema “A maçonaria na sociedade” e “A maçonaria e a religião”, de “sugestivo tema” (A TRIBUNA, 08/05/1921), e da instituição de cursos e escolas, como a primária criada em 1918, a “João Gonzaga”, gratuita para crianças do sexo masculino e a ser ministrada por “pessoa idônea”, o que significava, em termos práticos, a inserção de atores privados – e, mais importante, não necessariamente organizados em associações de cunho religioso –, nesse projeto de construção de uma disciplina urbana, embora também manifestando um discurso de caridade (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>286</sup>.

Todavia, o papel da Maçonaria como instituição a ditar a sociabilidade de São João del-Rei não era bem-visto por parcelas consideráveis das elites locais. As eleições presidenciais de 1910, importante evento político da Primeira República, conforme Lara Resende, influenciaram “sensivelmente” a “vida social” de São João del-Rei, “vincada pela dicotomia que lhe herdara a violenta campanha civilista, em ambiente inevitavelmente influenciado pelo aquartelamento de uma unidade contando percentagem alta de militares sobre a população adulta, daí resultando diferenças que duraram muito”<sup>287</sup>. Além dessa rivalidade entre civis e militares, acentuada pelo contexto do pleito presidencial (lembremos o fechamento do *Repórter* motivado por ataque de militares), a turbulência da campanha ganhou em seu bojo argumentos religiosos e ataques à Maçonaria não foram raros. Tive a sorte

---

285Sobre a Maçonaria, Cf. MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

286O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 9 do Ano I.

287RESENDE, op. cit., 1972a, p. 49.

de encontrar um panfleto político em meio a edições do *Repórter*, nas coleções do arquivo do IPHAN de São João, de caráter notadamente antimaçônico e que não tinha outro motivo que não mobilizar o sentimento religioso da população sanjoanense, expresso, inclusive, no título: “Alerta Católicos!!!”. O panfleto, com um recorte retirado do *Apostolo*, órgão católico, afirmava que “Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás são maçons EM EVIDÊNCIA e maçônicas as suas candidaturas”. Citava, inclusive, uma publicação que teria circulado entre os maçons defendendo tal candidatura, porque seria ela de interesse “da própria Ordem”. Por fim, convocava os eleitores católicos contra esses “inimigos declarados da Igreja e da Religião”<sup>288</sup>. É provável que o panfleto tenha sido impresso na tipografia do *Repórter* e sido distribuído na cidade à época da definição das chapas.

Em momento anterior analisou-se o processo de construção do Teatro Municipal e a crescente insatisfação quanto ao seu estado, cuidado e tamanho, julgados incompatíveis para uma cidade como São João, cujo aumento populacional não encontraria correspondência na casa de espetáculos. Aberto em Fevereiro de 1893, num primeiro momento surgiu como um espaço de consagração das elites locais, tanto pelo seu empenho em dotar a cidade de um substituto do teatro que ruíra em 1889, expressando ainda uma nova centralidade espacial em São João, pelo ponto escolhido para a construção, quanto pela frequência num desses lugares simbolicamente imbricados com a ideia de civilização.

Contraditoriamente, o Teatro Municipal era palco, majoritariamente, de encenações de gosto um tanto popularescas: dramas, comédias, operetas, revistas, vaudevilles, o que se verificou desde o seu início. A Companhia Febo, em turnê por Minas, teve a honra de inaugurar a casa com a apresentação do drama “Dalila”, de Furtado Coelho, encenado em mais duas ocasiões, posteriormente (A PÁTRIA MINEIRA, 09/02/1893). Padrão que não foi modificado nem quando da passagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, o Conselheiro Afonso Pena, pela cidade. O prócer mineiro, comodamente instalado num dos camarotes do Teatro, apreciou “Gaspar, o Serralheiro”, drama, e a opereta “Cara Linda” (A PÁTRIA MINEIRA, 09/03/1893).

---

<sup>288</sup>ALERTA CATÓLICOS!!! (panfleto), c. 1910.

As companhias que se apresentaram no Teatro Municipal ao longo dos anos apostavam em peças que, por sua frequente citação nas referências nos periódicos, mostram a existência de um gosto específico do público sanjoanense e a escolha por um repertório pouco imaginativo, que embora um tanto repetitivo em seus títulos, talvez significasse para as companhias frequência garantida e lucro certo. Certos entrevistados por Gilberto Freyre para o seu *Ordem & Progresso* citam obras que também constam nos anais do teatro sanjoanense. Por exemplo, “Milagres de Santo Antônio”, recordando por natural de Pernambuco nascido em 1870 – e que também se lembrava do próprio Furtado Coelho, “inesquecível galã” – <sup>289</sup>, era título corrente nos palcos de São João. Só para se ter uma ideia desse repertório comum, sigamos o trajeto de algumas dessas peças. O drama “A morgadinha de Val-Flor” foi levado ao palco algumas vezes pela Companhia de Silvério da Cunha no ano de 1893 (A PÁTRIA MINEIRA, 25/05/1893; 20/11/1893). A Companhia Dramática Cardoso da Motta, anunciada como sendo “do Teatro de S. Pedro de Alcântara da Capital Federal” aportou em 1896 com a “Morgadinha de Val-Flor” na bagagem (O RESISTENTE, 13/08/1896). Essa companhia também anunciava os dramas “Cabana do Pai Tomás” e “Estátua de Carne”, que por sua vez constam como apresentados em 1899 pela Companhia de Afonso de Oliveira (S. JOÃO D’EL-REY, 15/07/1899). “Dalila”, drama que inaugurou a casa em 1893, aparece novamente em 1907, dessa vez pela Companhia Luso Brasileira (O REPÓRTER, 11/02/1907). A popularidade desse repertório comum também era apropriada pelos grupos amadores locais, que além do sucesso das revistas por eles encenados<sup>290</sup>, tratava de levar à cena peças que já estavam no gosto do público, como “o popular drama sacro – Milagres de Santo Antônio”, desempenhado pelo Clube Arthur Azevedo (A REFORMA, 13/01/1916) e que quase 25 anos antes fora motivo de casa lotada, apesar dos preços salgados, quando da passagem da companhia de Silvério da Cunha (A PÁTRIA MINEIRA, 28/12/1893). A apresentação da “Companhia de Pigmeus”, em 1901, é significativa do caráter extremamente popular que as atividades no Municipal poderiam alcançar, surpreendente se formos pensá-lo como um espaço de difusão e apreciação de hábitos e costumes civilizados. As

289FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*, t. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p. XCIV.

290Uma análise sobre o teatro de revista em São João del-Rei nesse período pode ser vista em GUILARDUCI, op. cit.

encenações do grupo conseguiram, segundo o *Resistente*, “extraordinária concorrência, não só pelos justos aplausos anteriores, como pela notícia que logo correu de serem os pigmeus notáveis pela sua diminutíssima estatura” (O RESISTENTE, 11/07/1901).

No Teatro também era comum a apresentação de fantoches, ilusionistas, prestidigitadores, imitadores, músicos, bailes, reuniões, conferências e cerimônias, de cunho político ou não etc. Dado esse caráter variado e um tanto popular, o que garantia então ao Teatro esse simbolismo de espaço de distinção para as elites sanjoanenses, principalmente a partir do que lá era apresentado? Ao contrário das casas de espetáculo de outras cidades à época, como a Capital Federal, São Paulo e Manaus, durante o auge da exportação da borracha<sup>291</sup>, o Municipal de São João del-Rei não estava de todo inserida no circuito das companhias estrangeiras, por limitações logísticas e financeiras. Era custoso para uma companhia vir ao Brasil sem a certeza de lucro. O que se dirá então a um teatro do interior do país? Era preciso alguma garantia aos empresários que queriam aportar em terras sanjoanenses. O *Combate* informa que em 1901 a Companhia Dramática e de Operetas, naquele momento em Belo Horizonte, pretendia fazer apresentações em São João. Para tal, explicava o periódico, era necessário coletar assinaturas para, no mínimo, seis recitais (O COMBATE, 24/07/1901).

O que dava prestígio ao Teatro então era o esforço em tornar essa casa parte do circuito teatral brasileiro, ou seja, parte de uma concepção que enxergava nesse equipamento cultural urbano, o Teatro, e nas apresentações que ali tinham lugar, com foco principal na arte cênica – mesmo que com peças que em cidades como o Rio de Janeiro, talvez fossem tomadas como gênero menor e popularesco –, um espaço que compartilhava uma certa concepção de civilização com outros lugares do Brasil, como a própria Capital Federal. Por isso o *frisson* quando da chegada de atores e grupos famosos no período, porque reafirmava, tanto para as próprias elites sanjoanenses, quanto para quem vinha, o comprometimento dos habitantes locais com essa representação de gente culta e amante das artes. O que pode ser visto no caso da vinda da famosa Nina Sanzi a São João, em 1909 (FIGURA 40). Ao aportar na Estação, a atriz foi ruidosamente recebida na estação por “uma grande parte da

---

291Cf. DAOU, op. cit.; MORAES, op. cit.

população”, ao som da banda do 51º Batalhão, sendo ainda obrigava ouvir um entusiasmado discurso proferido pelo farmacêutico Sebastião Banhos. Sua estreia fez lotar o Teatro, “aí representada a *elite* da sociedade s. joanense [grifos no original]”, de acordo com o *Repórter* (O REPÓRTER, 14/11/1909). Ainda segundo a folha,

S. João d’El-Rei acaba de dar exuberantes prova, de sua intelectualidade, de seu apurado gosto artístico, enchendo o teatro, em quatro noites consecutivas, para homenagear a eminente atriz brasileira Nina Sanzi, que se dignou visitar a nossa cidade com uma companhia que faz honra à arte dramática.//[...]Isto quer dizer que a cidade sabe render preito ao mérito, sabe aplaudir os bons espetáculos; quer dizer que estamos aparelhados para receber boas companhias, que os grandes artistas encontrarão aqui, sempre, acolhimento condigno, que enfim, somos um povo civilizado (O REPÓRTER, 18/11/1909).

Apesar do sucesso das apresentações, a estadia de Nina Sanzi na cidade e a maneira como ela fora recebida suscitaram fortes críticas do frei Cirilo de La Rose, franciscano redentorista, à população sanjoanense, o que motivou protestos por parte dos ofendidos, chegando a descambar numa temporária saída do religioso da cidade<sup>292</sup>.

---

292Este evento é analisado por Costa, op. cit., p. 56-64.



FIGURA 40 – Clichê de fotografia da atriz Nina Sanzi, publicado pelo *Repórter*. A imagem é acompanhada de rasgados elogios à artista mineira. FONTE: O REPÓRTER, 11/11/1909.

Podemos acrescentar também à circunstância da carga simbólica que o Teatro era dotado perpassar o comportamento normativo esperado de seus frequentadores. Dito de outra maneira, o Teatro Municipal era considerado um ambiente civilizado por representar um melhoramento identificado com uma certa concepção dessa civilização, pela sua própria existência e pelo tipo de apresentação que lá tinha lugar; seus frequentadores seriam gente civilizada, tanto por saberem se comportar nesse ambiente, quanto por conseguirem apreciar o que lá ocorria. No fim das contas, nesse cálculo, a conduta moral seria parte dessa noção de gente culta, o que distinguiria esse espaço, em muitos aspectos, de outros espaços da cidade. Devia-se manter um certo padrão de conduta do público, o que se dava então por um policiamento do comportamento, de modo que os frequentadores estivessem à altura do lugar. Como exemplo, cito a Resolução Nº 195 de 30 de janeiro de 1899, que determinava a proibição de cessão do Teatro Municipal “para nele se efetuarem

bailes mascarados ou que ofendam a moral pública” (S. JOÃO D’EL-REY, 13/05/1899), embora se saiba, por outras referências nos periódicos, que a determinação da Câmara não logrou sucesso, porque bailes de máscaras ocorridos no Teatro eram comuns no Carnaval sanjoanense. Quase 20 anos depois, em 1918, o *Minas-Jornal* reclamava da inoperância das autoridades policiais contra aquilo que chamava de “celebérrima algazarra”, por considerar que esse comportamento estragava o humor dos presentes, dava má impressão aos visitantes e atentava contra “nossos brios de povo civilizado” (MINAS-JORNAL, 10/08/1918).

Mesmo que em espetáculos mais populares, era importante para as elites sanjoanenses denotarem os elementos que as distinguiam dos outros segmentos da população. O que poderia ser proporcionado pela própria estrutura do teatro, cuja ocupação de determinados lugares, como os camarotes, obedecia a uma lógica de preços que era inacessível a muitos. Em 1910, os espetáculos da companhia que iria se apresentar em apenas quatro récitas quando da reinauguração do Municipal após as reformas da Empresa Faleiro, tinha os seguintes preços: camarotes: 15\$000; cadeira: 3\$000; geral: 1\$000 (O REPÓRTER, 10/07/1910). O valor dos camarotes, quando da apresentação de Nina Sanzi, chegou a 25\$000 (A OPINIÃO, 10/11/1909). Para se ter uma ideia desses números, a diária de um trabalhador rural na mesma época, de um enxadeiro, de acordo com informações de Antônio Lara Resende, já citadas, era de “dez tostões”<sup>293</sup>.

A ocupação dos camarotes poderia destacar, mesmo visualmente, os seus frequentadores, demarcando as principais famílias e dentro do conjunto de parentes, cada individualidade. Segregação espacial que possibilitava também o contato de um camarote a outro, promovendo uma sociabilidade das elites, inclusive para o flerte. Além do mais, assumiam uma postura própria, considerada adequada, contrastando com a “algazarra” das gerais, e tinham a oportunidade ainda de desfilar seus trajes pelas galerias e corredores da casa, no terraço, no botequim do Teatro, indumentárias sempre elogiadas nos periódicos, particularmente as das mulheres. O colaborador “Paulo Luar”, da *Nota*, assinala acerca de uma apresentação de amadores: “Não vemos senhoritas que se levantam para exhibir as suas ‘toilettes’”.

---

<sup>293</sup>RESENDE, op. cit., 1972b, p. 67.

Repara, porém, no flerte entre um rapaz e uma moça sentada num dos camarotes (A NOTA, 23/05/1917).

Dificuldades logísticas, ponderações sobre custo-benefício e transformações estruturais da economia mineira foram determinantes para modificar o conteúdo do que era apresentado no Teatro Municipal. A partir de dados coligados no livro de Antônio Guerra, depois da efervescência dos anos 1890, vemos uma diminuição do número de espetáculos e de companhias nas décadas de 1900 e, principalmente, 1910<sup>294</sup>. Indício do reordenamento econômico do estado, tão sentido pelos periódicos sanjoanenses ao verem as demandas do Município serem colocadas em segundo plano pelos dirigentes estaduais e federais, era o circuito das apresentações teatrais em Minas. O *Repórter*, em 1909, pedia boa receptividade do público sanjoanense à companhia dramática contratada pela Empresa Faleiro & Cia, companhia, aliás, “de 1ª ordem”, da qual fazia parte a “insigne” atriz Adelaide Coutinho. Como justificativa argumentava:

São tão raras as boas companhias que se demovem a estender a visita, quando em excursão pelo Estado, além de Juiz de Fora e Belo Horizonte, que não devemos perder a oportunidade de mostrar que somos amantes do teatro e sabemos aplaudir artistas de merecimento (O REPÓRTER, 04/11/1909).

Fica patente que a perda de centralidade política e econômica de São João del-Rei no âmbito estadual influenciou o mercado de diversões locais. Apesar de a cidade estar integrada às comunicações proporcionadas pelas ferrovias, as companhias teatrais preferiam espaços economicamente mais dinâmicos, como Juiz de Fora, ou aqueles em que estava concentrada a elite política do Estado, como Belo Horizonte, o que daria, de certo modo, prestígio a esses grupos por se apresentarem a uma plateia de cidadãos ilustres. Anos depois, o *Zuavo* suspirava os “tempos idos”, quando “nenhuma outra cidade de Minas, apreciava tanto o teatro como a nossa São João d’El-Rei”. “As melhores companhias dramáticas ou líricas”, nacionais ou estrangeiras, logo que aportavam no Rio, ao volverem os olhos para Minas, “em primeiro lugar visitavam S. João, para depois fazerem suas excursões pelo nosso estado”. Preferência que era confirmada pelos sanjoanenses de então, apreciadores “do que é bom”. Longos anos teriam se passado sem nenhuma companhia de relevo, a cidade visitada somente por “artistas dispersos” e “cantoras

---

294GUERRA, op. cit.

ambulantes” e, se não fossem os amadores locais, o público local já teria se esquecido do teatro (O ZUAVO, 16/01/1916).

Essa época idílica para o mercado teatral sanjoanense, a que o *Zuavo* nostalgicamente se referia, talvez fosse lá nos primeiros tempos do Municipal. Segundo a *Opinião*, na época da Revolta da Armada, a cidade “regurgitava de veranistas”, muitos dos quais vieram “*veranear* um pouco constrangidamente [grifos no original]”, ou seja, com medo dos ânimos políticos no Rio de Janeiro. O influxo de um potencial público proveniente da Capital Federal, talvez tenha dado ânimo para as companhias teatrais seguirem em seu rastro até São João, processo que logo se arrefeceu com o fim das perseguições do governo Floriano Peixoto, porque, segundo o periódico, após a vinda da companhia do Colas, o teatro sanjoanense teria entrado em decadência (A OPINIÃO, 25/10/1909).

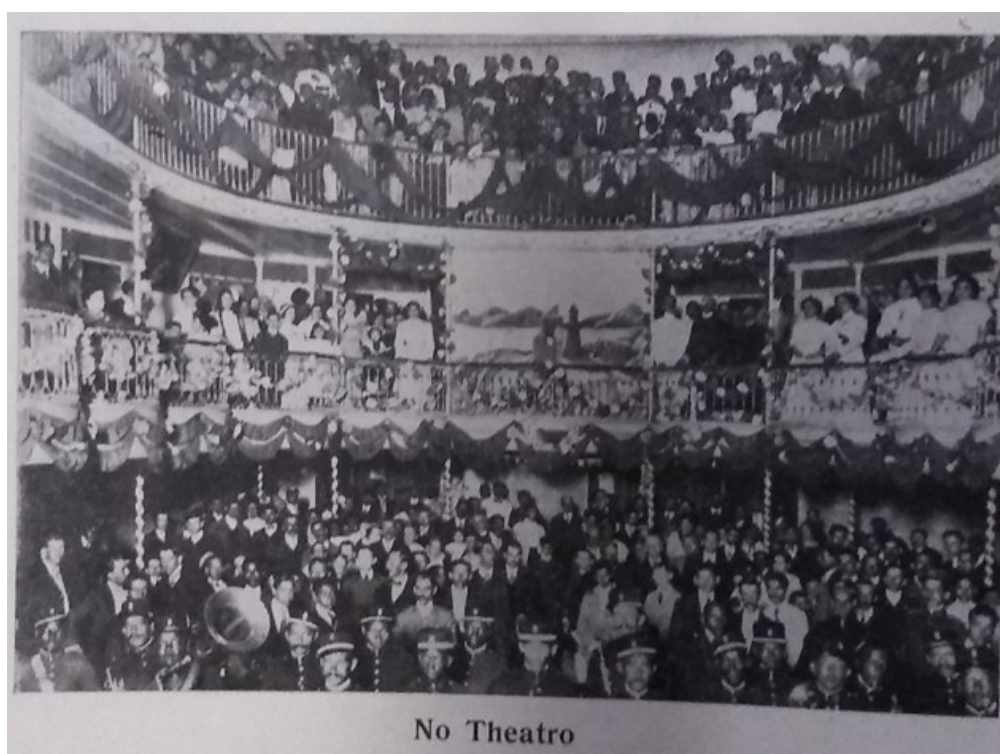


FIGURA 41 – Interior do Teatro Municipal de São João del-Rei. FONTE: BRAGA, op. cit.

Em detrimento do teatro, relegado a segundo plano, ganhou espaço o cinematógrafo, de custos bem menores na aquisição das fitas, de maior apelo popular e de preços mais cômodos para os frequentadores. Foi tanto uma

consequência dessa situação anterior, dessas causas aludidas – a progressiva perda de papel de São João del-Rei no circuito teatral mineiro –, quanto uma escolha deliberada da Empresa Faleiro, concessionária do Teatro Municipal desde fins da década de 1900. As companhias que cogitavam se apresentar em São João tinham, desse modo, que negociar com os Faleiros. Suas condições eram bastante onerosas para quem tivesse pretensão de subir ao palco do Municipal, como criticava o *Repórter*: “Agora, porém, converteu-se em casas de diversão de toda a espécie, menos representações dramáticas; pois com os ônus proibitivos e exigências prejudiciais, não haverá companhia que se abalance vir cá!”. Havia ainda a desleal concorrência com o cinematógrafo. Tanto é – o que motivou, aliás, o texto da folha –, que a Companhia Dramática que funcionava nesse ano de 1912 preferiu ceder o Teatro, porque não podia ensaiar e nem se apresentar nos domingos, por conta da exibição das fitas (O REPÓRTER, 21/07/1912). A sessão de domingo, sabemos pela *Reforma*, era geralmente a mais cheia (A REFORMA, 21/12/1913).

Voraz era a Empresa Faleiro, tentando lucrar o máximo que conseguisse, projetando dominar por completo o mercado das diversões sanjoanenses, particularmente num negócio tão promissor quanto o cinema. Tancredo Braga, pelo *Repórter* em 1911, num momento, é verdade, de oposição do impresso ao governo municipal, criticava o arrendamento feito entre a empresa e a Câmara, bastante desvantajoso para a cidade e para a população, no seu parecer. Dois motivos são, para nós, reveladores, tanto da consolidação de um novo gênero de diversão, o cinema, quanto da disputa entre os envolvidos, alguns com suspeitas ligações com a Edilidade, motivo dos cáusticos textos do *Benemerito* 75, como já vimos. A Faleiro & Cia, aponta o *Repórter*, sem qualquer regulamento, cobrava 50% das trupes que queriam se apresentar em São João, o que inviabilizaria a estadia de companhias “de certa ordem”, sobrando só artistas “mambembes”. Além disso, tentando abocanhar para si o mercado do cinematógrafo, a empresa requereu da Câmara que esta tributasse em 30\$000 diários os cinemas da cidade, com exceção do seu, no Teatro (O REPÓRTER, 30/11/1911; 27/12/1911)<sup>295</sup>.

<sup>295</sup>Edições de outros periódicos mostram de maneira aparentemente mais embasada os valores envolvidos nas negociações entre as companhias teatrais e a Empresa Faleiro. Um anúncio publicado na *Reforma*, em 1914, coloca o preço do aluguel de 160\$000 para 300 cadeiras, 200 gerais, 14 camarotes e imposto pago. Os interessados deveriam enviar suas propostas. E, “para facilitar a vinda a esta cidade de companhias de 1ª ordem”, redução no preço estipulado, “aceitando mesmo qualquer proposta que lhe seja feita” (A REFORMA, 25/07/1914). Se formos

Complementando as pesquisas de autores que trabalharam a história do cinema em São João del-Rei<sup>296</sup>, embora a sua trajetória tenha começado ainda antes da chegada do século XIX, com espetáculos de companhias teatrais que mostravam a novidade como parte de suas apresentações<sup>297</sup>, foi na segunda metade dos anos 1900, principalmente com o contrato firmado entre André Bello e a Empresa Faleiro, que o cinematógrafo granjeou a posição que foi assumir muito rapidamente, alcançando logo “o papel de entretenimento maior”<sup>298</sup>; tanto é que em 1909 a *Opinião* considerava que, na ausência de outros tipos de lazer, o bom povo de São João tinha que se contentar com o “badalar monótono dos sinos, com os terços e ladainhas, e por cúmulo de divertimento, com o cinematógrafo do André Bello”. Em resumo, “o nosso teatro converteu-se em cinematógrafo permanente, e ai de nós, se não tivéssemos o Bello para nos divertir um pouco às quintas e domingos!” (A OPINIÃO, 25/10/1909). Ganhando projeção no seio da comunidade, logo os periódicos viram na novidade um potencial utilitário, tanto o mais por ser uma espécie de escola de costumes e difusor de conhecimentos por trás de seu caráter

---

crer na falta de regulamentação dos contratos, como sugere o *Repórter*, havia então a possibilidade da Faleiro & Cia pedir, para as vendas de cada espetáculo, uma porcentagem de valores altos para as companhias que quisessem se apresentar, a despeito da redução do preço do aluguel da casa. Em 1916 a Empresa Faleiro publicou na *Reforma* um “a pedido” em que se defendia das acusações de dificultar a apresentação no Teatro dos grupos amadores locais. Assim, sabemos que para eles o aluguel do Teatro era cedido uma vez por mês pelo valor de 65\$000, embora desse predileção a companhias visitantes. Fica visível aqui, mais uma vez, a preferência da Empresa pelo negócio do cinematógrafo em detrimento das atividades teatrais. As contas apresentadas mostram que se pagava 900\$000 mensais nas fitas da Companhia Cinematográfica Brasileira; 80\$000 mensais no operador Braz Berald; 210\$000 mensais na impressão dos programas na Tipografia Comercial; 280\$000 mensais em “Cartazes, fretes de ida e volta das fitas; 582\$000 em amortização de capital, com juros de 8%, bem como outros gastos, que em despesas diárias, subiam a 104\$788 (A REFORMA, 02/03/1916).

296Cf. RIBEIRO, op. cit., p. 66, 83; FERNANDES, Marco Antônio. **A modernidade e os cinemas na cidade de São João del-Rei (1905-1961)**: registros arquitetônicos do Teatro Municipal, Cine Glória e Clube Teatral Artur Azevedo. Dissertação de mestrado. UFSJ, São João del-Rei, 2019, p. 68. Fernandes coloca as primeiras exhibições cinematográficas acontecidas em São João del-Rei como a partir de 1905, por meio de experiências de artistas itinerantes.

297Cf. O RESISTENTE, 08/12/1898; 15/12/1898; 05/07/1900; 24/03/1901; O COMBATE, 12/09/1901. A primeira apresentação do cinematógrafo – um *lumiére* – em São João del-Rei se deu em 03 de Dezembro de 1898, na estreia da Companhia da atriz Apolônia Pinto, causando, naturalmente, justa curiosidade do público, embora tenha havido dificuldades técnicas. A deterioração da edição do *Resistente* que versa sobre o evento dificulta a leitura do que ocorreu, mas sabemos pelo anúncio estampado na seção correspondente algumas das atrações para o número seguinte. Chamava atenção, particularmente, para seis quadros: 1º) “Um duelo de Rochefort (Paris)”; 2º) “Os bombeiros ingleses (Aviso de incêndio)”; 3º) “Carros automóveis em Paris”; 4º) “O baile das crianças”; 5º) “Os mergulhadores na África Portuguesa”; 6º) “Uma tourada em Sevilha”. Entre os “quadros novos” aí apresentados, figuravam “retratos de diversos vultos nacionais”. Em 1901 foi exibido no Teatro pelos Srs. A. Soares & Andrade um “animatógrafo e fonógrafo-concerto”.

298ADÃO, op. cit., p. 227.

lúdico. “Torrebar”, colaborador do *Dia*, se admirava com tal receptividade e mais contente ficava ao ver as possibilidades inerentes desse mercado para o bem-estar social. Peço antecipadamente desculpas pelo tamanho da citação:

É digno de nota o modo pelo qual tem sabido o culto povo s. joanense concorrer para este inofensivo divertimento.//[...] O Cinema é um divertimento universal, podendo todos, sem distinção de classe, nele encontrar horas de agradável passatempo para o espírito, procupado [sic] com a faina hodierna.//Tanto para os velhos, como para os moços, o Cinema é útil. Para estes principalmente serve para envitar [sic] o dispêndio de noites inteiras passadas na leitura de romances, querendo devorá-los em busca do fim.//Com isso gastam a saúde tornando-se prejudiciais a si próprios, e à sociedade que precisa de braços para o seu desenvolvimento. O Cinema substitui completamente a longa leitura dos romances, dando em poucos minutos o resultado do mais urdido entrecho, sem grande esforço da nossa parte.//O Cinema, pode-se definir sem receio de errar, é a leitura abreviada dos romances e dos acontecimentos modernos. Para os velhos, o Cinema é também útil, pois muitas vezes, já não podem mais se entregar estes à leitura de romances, e isso muitas vezes não só porque lhes falta a vista, como também por lhes faltarem a paciência e tempo, quando demasiado extensos.//Para os jovens, quase que direi, é o Cinema absolutamente útil, por se tornar um verdadeiro professor, apresentando conhecimentos sempre novos. O Cinema é uma verdadeira escola, em que todos devem procurar instruir-se, deixando o que lhes pareça nocivo e guardando o que lhes for útil [...] (O DIA, 08/06/1912).

Em resumo, o potencial do cinema residiria então na sua capacidade de promover ensinamentos ao povo, à gente pobre principalmente, modificando seus costumes para o bem, para um determinado ideal de homem civilizado, pelo exemplo do que se passava na tela, ao mesmo tempo em que figuraria como instrumento de lazer dos trabalhadores – barato e numa relação mais otimizada com o tempo. Afinal, um filme se transcorre em não mais que poucas horas, de forma mastigada, o enredo que um leitor devassaria numa noite inteira em seus livros, prejudicando seu sono e entorpecendo sua mente de temas, muitas vezes, pouco edificantes. Mais do que isso, “Torrebar” exprime sua concepção de sociedade e das possibilidades dispostas a cada um tendo como base o seu papel nela: leitura não seria coisa de trabalhador braçal; o esforço intelectual seria, na verdade, contraproducente. Os velhos, de forças já inúteis para o desenvolvimento social, teriam, eles sim, tempo para a leitura de romances, porém impossibilitados dessa atividade pelo desgaste dos anos sobre seu organismo. De modo que o cinema seria a melhor alternativa para ocupar suas cabeças ociosas. De qualquer forma, caberia o controle contra aquilo que o

colaborador considerava serem “passagens escabrosas”, “nocivas” nos *films*, evitando, assim, “que a criança perca sua inocência com a simples leitura desses livros”, que seriam as películas cinematográficas (O DIA, 08/06/1912).

Mas apesar de instrutivo, o cinema cansava. Especialmente para gente mais educada, gente para quem a mensagem dessa escola de comportamento não teria a sua razão de ser para além de seu aspecto lúdico. O Dr. Ribeiro da Silva era um desses. Pelas colunas do *Repórter*, o nosso “Passe-Partout” se queixava, em 1908, que “S. João d’El-Rei ressent-se da falta de diversões”. Depois da “faina habitual durante a semana inteira”, seria justo ao cidadão se sentir “faminto de qualquer distração na noite de sábado e no domingo”. Mas, chegados esses dias, a pessoa teria que se contentar em assistir “pela décima ou vigésima vez vistas cinematográficas já insuportáveis, à força de conhecidas”, não restando alternativa que não “jogar a bisca em família” e se atualizar das novidades numa volta na Avenida Carneiro Felipe. Igualmente, contribuiria para esse estado, para essa vida “pasmaceira”, a extinção do Velódromo, tentativa de sucessão à iniciativa que existira em fins dos anos 1890, e o fim das periódicas “caravanas” à chácara de Severiano de Resende, a Sans-Souci. Estas últimas atividades de uma parcela diminuta da população sanjoanense, a bem da verdade. Em outras palavras, das suas elites (O REPÓRTER, 08/03/1908).

Esse tema, a falta de diversões na cidade, se tornará lugar-comum nos discursos de vários homens de imprensa durante as décadas de 1900 e 1910, repetido a ponto de o leitor dar um longo bocejo em acompanhamento dos redatores e colaboradores dos periódicos. Mas pelo que se viu até aqui, não podemos dizer que São João del-Rei fosse dominada, por completo, pela pasmeirice. Havia onde ir, o que fazer. Cachoeiras, passeios, caminhadas, cafés, o *footing*. O que então causaria essa sensação de tédio, de ausência de lazer em São João, tão contraditória se formos lembrar do que se escreveu ao longo das páginas anteriores? Fica patente nessas reclamações, na verdade, mais do que falta de diversões de todo o gênero, uma pouca variedade de diversões vinculadas a um universo das elites, de espaços de sociabilidade próprios desses grupos e por eles unicamente frequentados. Essas falas estão situadas num momento de

reordenamento do universo do lazer sanjoanense e são representativas daquilo que poderíamos classificar como um “vácuo”.

Um período em que certos espaços, como os clubes sociais, e certos gêneros de divertimento, como os espetáculos teatrais de companhias forasteiras, ou ainda de atividades de cunho mais tradicional e ainda toleradas pela sensibilidade das elites locais, entraram em decadência ou rareavam, restando apenas alternativas que se tornaram rotineiras ou de frequência socialmente ampliada, como cafés e os cinemas. A nostalgia causada no redator da *Reforma* por motivo de uma desanimada festa de Santo Antônio realizada em 1913 deu ensejo para discutir algumas dessas mudanças, particularmente para um membro de um setor mais tradicionalista dessas elites, como era o Dr. Francisco Mourão: “foqueiras [sic], balões, fogos de bengala, nas ruas, fogos no salão, soirées, ceias alegres, as clássicas batatas, tudo desapareceu.//Tudo está mudado em nossa terra que já nem lembra o que não foi.//Como despertam saudades os costumes velhos” (A REFORMA, 15/06/1913). Mas essas são heranças de um catolicismo lúdico que ia desaparecendo. Outras diversões, dessa vez de caráter laico, também perdiam terreno, para o mesmo Mourão: os bailes, as *soirées*, tão comuns no século anterior e nos primeiros anos da década de 1900, dando justas demonstrações dos “foros de civilizada” à cidade, eram oportunidades de “salutar convivência social, tão tradicional em S. João e, infelizmente, desaparecida quase” (A REFORMA, 03/02/1916).

Quanto aos cinematógrafos, se por um lado traziam uma solução para o problema representado pela existência de tavernas e botequins, ocupando o tempo e a mente dos trabalhadores pobres e suas famílias com algo ao mesmo tempo lúdico e utilitário, por outro, por ser um produto de massas, trazia uma certa concorrência na frequência desse espaço e, ainda que possibilitasse demonstrações exteriores de distinção, não era um lugar próprio e fechado dessas elites. Esses tipos de espaços de sociabilidade e essa própria sociabilidade de elite herdada do século XIX – os salões, os clubes, os espetáculos teatrais, importantes para a convivência desses grupos –, não só ganharam concorrentes, como enfrentaram dificuldades de sobrevivência, fosse por questões financeiras, fosse por interesses mercadológicos, fosse por uma crescente mudança de gostos, dada a procura por

diversões mais apropriadas ao novo século. Porém, essas mudanças de sensibilidade, de gosto por certos tipos de lazer, não encontrou o acompanhamento adequado, ou seja, de novos espaços e gêneros de sociabilidade próprios para as elites locais, daí resultando essa sensação de tédio reinante e falta de variedade para seus membros.

E em alguns momentos essas lamentações mostram uma disparidade de gênero no desfrute do lazer no espaço público, reforçando a predominância de uma sociabilidade masculina, porque, afinal, por conta do seu sexo, os homens teriam maior liberdade de ação e movimento. Tomemos como exemplo este texto já comentado do número inaugural do *Dia*. O colaborador Armando Senna atestava que São João seria uma cidade “quase exclusivamente reduzida em matéria de divertimento, a rodas *literárias* ou *artísticas* à porta do CACHIMBO TURCO”, que Senna, por não ser “*doutor* e nem tão pouco *graúdo* [grifos no original]” não frequentava, preferindo uma sessão no cinema do Teatro (O DIA, 17/03/1912). Se para os homens das elites locais havia uma sensação de falta de diversões, o que dizer então para as mulheres, que por conta das concepções normativas vigentes nem ao Cachimbo Turco poderiam ir? De outro modo, fica patente que essas tais “rodas” eram frequentadas por círculos de algum modo intelectualizados, com capital social e cultural suficientes para encetar e participar dessas conversas.

Essa questão foi resolvida em parte com a emergência de uma sociabilidade esportiva, de uma “festa esportiva”, termo de Kleber Sacramento Adão<sup>299</sup>, e com o reavivamento dos grupos teatrais de amadores, criando, desse modo, novos espaços, novos usos para os espaços e novas sociabilidades. Apesar de tentativas anteriores nas décadas de 1890 e 1900 de formação de locais voltados para diversões centradas no esporte e no uso do corpo, de um tipo considerado moderno e higienizado, foi somente nos anos 1910 que estas foram se consolidar.

Em 1891 promoveu-se a regularização do “belo divertimento” das corridas a pé nos terrenos do Asilo de S. Francisco, de sorte a torná-las um evento recorrente, com a criação do “Clube Atlético”, contando com salão principal e arquibancadas (GAZETA MINEIRA, 07/10/1891). Uma das corridas de sua inauguração, inclusive, teve meninas como participantes (GAZETA MINEIRA, 15/11/1891). Mas, apesar da

---

<sup>299</sup>ADÃO, op. cit, p. 228.

*Gazeta Mineira* vaticinar que “a magnífica sociedade vai de vento em popa” (GAZETA MINEIRA, 16/12/1891), parece que a vida do clube foi curtíssima.

Já no ano de 1898 foi inaugurado o Velo Clube, ao qual já fiz algumas referências anteriores. Voltado para corridas de bicicletas, os atletas todos amadores, estava situado na rua Hermílio Alves, ao lado do Teatro Municipal, num amplo terreno (O RESISTENTE, 31/03/1898). Desde logo “constituiu-se uma excelente diversão para os domingos e dias santificados, que de ordinário se passavam tão insípidos entre nós”, de modo que “tornou-se assim o *rendez-vous* da fina-flor da sociedade sanjoanense, a ponto tal de se poder estar fora do bom tom quem hoje deixa de o frequentar com a assiduidade absoluta de uma obrigação [grifos no original]”. A novidade representada por esse tipo de diversão conquistou parcelas significativas das elites locais, tanto que se tornou uma alternativa importante para a sociabilidade desse grupo, tanto mais sedutor por se tratar de algo identificado com um ideal moderno e civilizado. Modernidade e civilização que se expressavam, inclusive, no interesse dos responsáveis pelo Velo Clube em instalarem luz elétrica nesse espaço (O RESISTENTE, 25/08/1898). Assim, a sua frequência possuía um simbolismo especial para essas elites.

De qualquer modo, a questão das apostas parecia ser o ponto mais central nas corridas, mais do que o cultivo de um corpo higiênico e saudável por parte dos ciclistas amadores e dos sócios, diferentemente dos discursos que se constituíram em torno do futebol anos depois. Além disso, a posse de um objeto como uma bicicleta, item de preços um tanto significativos, restringia consideravelmente a possibilidade de inserção de parcelas mais amplas dentro dos quadros associativos do Velo Clube, que ainda teriam que desembolsar as mensalidades<sup>300</sup>. Reinaugurado em 1899, após reformas, como Parque Sanjoanense, munido de restaurante, jogos variados, tiro ao alvo, trapézios, barra fixa etc (O RESISTENTE, 14/05/1899), sobreviveu por pouco tempo depois disso. Uma tentativa posterior de reinstalá-lo, em 1907, também foi efêmera, o que deu ensejo para que o insucesso fosse

---

<sup>300</sup>Uma relação dos amadores e dos “ciclistas particulares”, ou seja, dos sócios que não disputavam as poles mostra o número de membros do Velo Clube: 47 amadores (um deles marcado como sendo de Juiz de Fora) e 16 “particulares”. Destes, aparentemente apenas um corria nas poles, Antonio de Souza, apelidado “Ipiranga”. Era, portanto, um ambiente completamente masculino. A participação das mulheres aí se restringiria à torcida. Cf. O RESISTENTE, 19/01/1899

colocado na conta da tal “caveira de burro” (A OPINIÃO, 22/01/1908; O REPÓRTER, 01/03/1908).

Por essa mesma época foi discutida a criação de um clube de futebol e, embora os rapazes envolvidos tenham chegado a eleger uma diretoria (O REPÓRTER, 13/12/1908), foi somente na década seguinte que esse gênero de esporte se consolidou. Não sei explicar bem o porquê dessas tentativas de criação de espaços de sociabilidade esportiva terem naufragado durante os anos 1890 e 1900. Como não pretendo me utilizar da resposta fácil da “caveira de burro” ou da “urucubaca”, acredito que isso talvez esteja relacionado com uma maior receptividade dos discursos que valorizavam a prática do esporte como algo higiênico e civilizado<sup>301</sup>. Ou seja, haveria um alinhamento com uma crescente noção eugenista sobre o corpo e a necessidade de seu cuidado para o desenvolvimento geral da sociedade e da Nação, o que pode ser visto, por exemplo, nas vantagens elencadas por “Snitram J.”, do Rio em texto dedicado “aos rapazes S. Joanenses”. Seria o futebol “o melhor esporte sobre o ponto de vista, higiênico, físico e psicossocial”: higiênico, porque, feito ao ar livre, permite “a boa ampliação dos pulmões”; físico, pois demanda o trabalho de todos os músculos, promovendo ainda a circulação sanguínea; psicossocial, por requerer atenção e inteligência do competidor. Sem contar o fato de favorecer o espírito de coletividade e o raciocínio rápido (O DIA, 15/08/1913).

Reproduzido pela *Reforma*, em 1918, um artigo do *Sericultor*, de Barbacena, censurava nos moços brasileiros a sua falta de disposição para os exercícios físicos. Seriam todos uns magricelas, “adamados, fugidiços ao contato com a natureza, tendo horror à água fria”, meio efeminados em sua preocupação com roupas,

---

301Minha hipótese dialoga com aquela levantada por Euclides de Freitas Couto e Aluizio Antônio de Barros acerca da “primeira crise” enfrentada pelo clube de futebol sanjoanense Athletic, de sorte que pode ser expandida para as práticas esportivas num geral. Os autores afirmam que no momento em que foi criado o clube, em 1909, o futebol ainda não contava com tanta popularidade na cidade, diferentemente de centros como o Rio de Janeiro, de onde foram retirados os modelos clubísticos adotados em São João, mesmo que mostre, por outro lado, uma difusão da prática futebolística em outros cenários da sociedade brasileira de princípios do século XX. Foi somente com o surgimento de “condições locais necessárias” que o Athletic conseguiu garantir a sua sobrevivência, processo que tem início na década seguinte. Cf. COUTO, Euclides de Freitas; BARROS, Aluizio Antônio de. Futebol e Modernidade em São João del-Rei/MG: o caso do Athletic Club (1909-1916). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: </http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659997\_ARQUIVO\_ANPUH2011\_Athletic\_Club.pdf>. Acesso em: 02 Fev. 2022.

perfumes e cabelos, sem sonhos além de um cargo no funcionalismo público (A REFORMA, 04/07/1918). E como 1918 fosse um ano ainda marcado pela turbulência da guerra na Europa e por um crescente nacionalismo, a *Nota* considerava a educação física peça inicial do “trabalho da defesa nacional”, “porque é preciso educá-los robustos e resistentes para dispor de elementos com os quais constituirmos regimentos capazes de manter alto e glorioso nosso pavilhão nos campos de batalha” (A NOTA, 23/02/1918).

Assim, dizia eu, a década de 1910 assistiu ao surgimento e consolidação de toda uma sociabilidade esportiva, legitimada por discursos higiênicos, civilizatórios e nacionalistas, mutuamente relacionados, do que decorria a necessária criação de espaços e associações próprios para as atividades a ela relacionadas. E como vimos em linhas anteriores, tal tipo de sociabilidade deveria também contemplar o público feminino sanjoanense, fornecendo um alargamento do campo normativo ainda que tendo em vista a aquisição de predicados para um futuro matrimônio. Porque possibilitava que as mulheres locais se engajassem em determinadas práticas esportivas, como o vôlei, basquete e tênis, e em outras atividades extracampo, ainda que, para o futebol, o foco principal dos clubes surgidos à época, bem como para outros esportes, mais relacionados a um ideal masculino, viril, devessem manter um papel unicamente de torcedoras.

O Athletic Club, primeira agremiação futebolística da cidade, foi fundado em 1909, dois anos depois da primeira bola, feita de pneu, ter sido trazida do Rio de Janeiro por estudantes nascidos na cidade mineira. Euclides de Freitas Couto e Sabrina Alves da Silva levantam a hipótese, aliás, dessa circularidade espacial ter redundado numa “circularidade de bens culturais”, de modo que esses moços das elites sanjoanenses, ao trazerem para a terra natal o futebol, promoveram a difusão de algumas práticas consideradas requintadas e modernas e que, em última instância, levaram ao “desenvolvimento de uma nova configuração das relações sociais” locais<sup>302</sup>. Mas apesar de fundado em 1909, foi na década seguinte que o clube ganhou tração, mais especificamente em 1913 que ele “ressurge com mais entusiasmo e vigor”, quando na “sessão inaugural desta sociedade”, realizada no

---

<sup>302</sup>COUTO, Euclides de Freitas; SILVA, Sabrina Alves da. Circularidade cultural e modernização dos hábitos: o modelo clubístico do *Athletic Club*, em São João del-Rei. **Tempos Gerais – Revista de Ciências Sociais e História**, UFSJ, n. 6, 2014, p. 123-124.

Teatro Municipal, compareceram 29 associados que elegeram a sua diretoria, ação que foi tomada pelo *Dia* como “belo melhoramento”, a contribuir com o “crescente progresso” de São João del-Rei (O DIA, 15/08/1913).

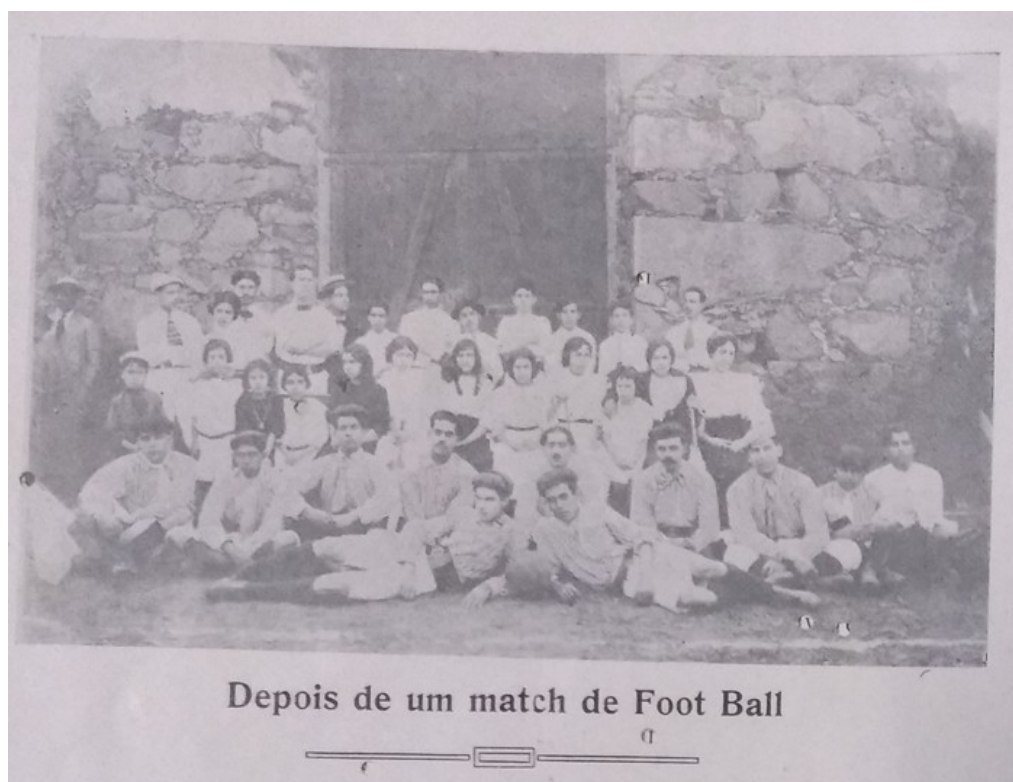


FIGURA 42 – Atletas amadores após uma partida de futebol. Provavelmente tratam-se de membros do Athletic Club, já que a fotografia é, talvez, de cerca de 1913, quando de seu ressurgimento ou antes, da época de sua fundação, em 1909. Pendo para a primeira alternativa. É digna de nota a presença de moças na imagem. Suas atividades dentro do Athletic nesse momento, porém, estavam centradas numa sociabilidade não-esportiva, embora não deixassem de figurar como torcedoras. FONTE: BRAGA, op. cit.

Ao Athletic se seguiram outros: o Minas Foot-Ball Club criado em 1916 “com o intuito benéfico de favorecer a cultura física da mocidade” (O ZUAVO, 25/09/1916); o Internacional Foot-Ball Club, de 1915 ou 1916, e que contava com esse nome provavelmente por ter entre seus sócios brasileiros e italianos e seus descendentes (A REFORMA, 18/05/1916) (destaque pra o fato de sua sede se situar numa das salas da Sociedade Figli del Lavoro, na rua Cristóvão Colombo [A REFORMA, 02/05/1918]), dando mostras, por outro lado, de uma sociabilidade originada, mas não restrita, por laços de nacionalidade; o Ateniense Foot-Ball Club, em 1918, assim nomeado talvez conta de ter sido fundado por estudantes do Ginásio de S.

Francisco (MINAS-JORNAL, 21/09/1918) e também para rivalizar com outra agremiação de estudantes, o Esparta, do Ginásio de S. Antônio (A REFORMA, 25/04/1918), sucessor provável do S. Antônio Foot-Ball Club (A NOTA, 19/05/1917); o Moreno, surgindo em algum momento antes de meados de 1919 e de que pouca informação dispomos sobre seus fundadores (A TRIBUNA, 29/06/1919).

Mais do que simplesmente agremiações voltadas para o cultivo amador desse esporte, o modelo clubístico adotado pelos amantes sanjoanenses do futebol fornecia aos associados uma gama considerável de atividades, não necessariamente futebolísticas ou ainda não necessariamente esportivas, em espaços os mais diversos; possibilitava elementos, ocasiões e lugares de sociabilidade, engajando homens e mulheres num padrão normativo higiênico e de autocontrole das condutas e comportamentos, ou seja, a constituição de uma disciplina lúdica, de forma mais ampliada do que aquela proporcionada pelos fora de moda clubes sociais e salões, com suas partidas mensais e seus encontros noturnos nas dependências das sociedades. Sem contar outra característica inerente a esse modelo, o seu caráter altamente restritivo e fechado. Isso porque, como mostram Couto e Silva a partir do exemplo do Athletic, “o futebol e o conjunto de atividades sociais que o envolviam se estabeleciam como símbolos da *high life* sanjoanense”, numa rede de sociabilidades que se estendia para outros lugares, como redações de periódicos, grupos políticos, agremiações teatrais amadoras, clubes carnavalescos etc., em um conjunto de eventos, como almoços, jantares e passeios, que demonstram como o futebol se delineava “como um evento social repleto de significados afetivos e sociais partilhados entre seus participantes e demais pessoas envolvidas”<sup>303</sup>.

A leitura das fontes mostra, além disso, como a diversificação de atividades dos clubes proporcionavam uma maior identificação dos associados e seus relacionados com essas agremiações, ao fomentar o envolvimento nessas práticas de acordo com o gosto do indivíduo, pela variedade, e por dar ensejo à participação em eventos mais ou menos formais. Fossem bailes, fossem lutas de travesseiros e em espaços diversificados, como os *grounds*, as sedes dos clubes e mesmo a rua, nas rivalidades entre os torcedores, possibilitando um certo protagonismo a parcelas

---

303COUTO; SILVA, op. cit., p. 126-129.

das elites locais até então um tanto marginalizadas do lazer sanjoanense, como as mulheres e as crianças, o que já foi analisado, em parte, em páginas anteriores. De sorte que vemos concursos de beleza (A TRIBUNA, 16/08/1914); soirées dançantes promovidos por sócios (A TRIBUNA, 20/08/1920); partida infantil, *lunch* e baile campestre, com a presença de bandas musicais (A TRIBUNA, 15/09/1918); festa esportiva beneficente com corrida de velocidade, salto de vara, *pillow fight*, corrida do ovo, envolvendo inclusive senhoritas (O ZUAVO, 31/12/1915); baile dedicado às “morenófilas” que ofereceram “uma linda bandeira” ao clube (A TRIBUNA, 15/08/1920); festa esportiva com luta greco-romana e partida à fantasia, dedicada a senhoritas (A NOTA, 26/05/1917); quadra de basquete e de tênis construída para sócios de ambos os sexos do Athletic, pedindo a *Nota* a inscrição das senhoritas (A NOTA, 30/05/1917); agremiação de voleibol gestada por moças sócias do mesmo clube (A TRIBUNA, 06/07/1919; 13/07/1919); treinos físicos, com luta romana, espadas, extensores, floretes etc, dando provas de que ser “chique não quer dizer unicamente bem vestido, mas também belo, e de corpo másculo” (A NOTA, 10/07/1917); treinos sendo usados como ocasião para flertes (A REFORMA, 26/09/1918); bailes de carnaval (O S. JOÃO D’EL-REY, 12/02/1921); senhoritas amantes de esportes, como “Mlle. Futilidade”, adoradora de remo, natação e futebol, tão versada no assunto que usava das gírias no cotidiano: sobre um rapaz que lhe fazia a corte, chamando-a para dançar num baile, disse que o driblou e caiu fora, “deixando ele em *off-shore* [grifos no original]” (O S. JOÃO D’EL-REY, 05/03/1921).

A exclusividade dos clubes, apesar de alguns tipos de mensalidade, de acordo com a modalidade dos sócios, estarem mais em conta, era garantida pela aplicação do modelo clubístico carioca, como no caso do Athletic: indicação por associados, pagamento de joia (título de propriedade do clube) e mensalidade, o que reduzia consideravelmente a possibilidade de ingresso de pessoas de parcelas mais amplas da sociedade sanjoanense, particularmente na fase de indicação, já que a prática permitia o fechamento do clube a um círculo reduzido, composto pelos sócios e pelas pessoas de suas relações<sup>304</sup>. Conquanto fosse um modelo excludente, a participação popular poderia se dar na presença nas arquibancadas, durante as partidas, por exemplo. Já a prática do esporte pela gente comum sofria

---

304COUTO; SILVA, op. cit., p. 130-131.

um certo cerceamento, mostrando uma iniciativa das elites locais em restringir o futebol a espaços, que em última análise, eram as propriedades dos próprios clubes, como vemos nas campanhas contra o futebol nas ruas, considerado perigoso para casas e pedestres e para o fluxo das vias. Dito de outro modo, ao associar o futebol correto como aquele que acontecia nos *grounds*, as elites locais procuravam manter o seu aspecto distintivo pela marginalização de seu exercício fora de lugares consagrados como próprios para essa atividade exatamente por serem aqueles frequentados pelos atletas e sócios.

De qualquer modo, o futebol logrou ampla difusão entre a sociedade de São João del-Rei, “do Barro ao Tijuco, do Betume às Gameleiras”, como garantiam os redatores do *Minas-Jornal*, em 1918, a ponto de o “violento esporte bretão” ameaçar “já os hábitos pacatos da nossa pacata cidade”. Por onde que passasse ouviam-se os “hip! Hip! Hurra!”, saturando os ouvidos já fartos de “alaridos desportivos”. O futebol, depois de invadir os cafés, os cinemas, as “esquinas democráticas das ruas”, de desfazer namoros, de intrigar famílias, de azedar os nervos dos colegiais, teria então chegado seus tentáculos nas repartições públicas. Como prova, contava-se o caso de um foguista da Oeste de Minas que despejara fagulhas contra torcedores do time rival, enquanto o trem dirigia-se para o *ground* (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>305</sup>. “Até minha mulher está com ideias de se arregimentar num clube.//Só outro dilúvio”, lamentava um “honrado chefe de família” (MINAS-JORNAL, xx/05/1918)<sup>306</sup>. Muito rapidamente o pertencimento clubístico fomentou a constituição de identidades que rivalizavam com o modelo de identidade vislumbrado pelo Estado nacional<sup>307</sup> ou por aquela circunscrita à cidade de São João del-Rei. O que, de certo modo, escandalizava setores dos grupos letrados locais, pautados nessa configuração criada a partir do século XIX, o que pode ser verificado na discordância do *Minas-Jornal* com o tremular de bandeiras dos clubes locais junto da brasileira durante as comemorações do jubileu literário de Rui Barbosa, ocorrido em 1918, por não poder se eximir “de concordar em ser a bandeira de uma nação coisa um pouco

305O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 6 do Ano I.

306O papel encontra-se danificado, de maneira que não é possível saber o dia dessa edição. Para fins de consulta, é o Número 3 do Ano I.

307Para uma discussão sobre formação das identidades nacionais, cf. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [2019]. Para o caso do Brasil, cf. ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

mais séria...” (MINAS-JORNAL, 21/08/1918). Algumas senhoritas sanjoanenses, inclusive, teriam preterido as festividades para assistir a uma partida de futebol:

Futebol: – o campo as belas  
Enchendo-o literalmente;  
Festa ao Rui, e o teatro delas,  
Vazio completamente...

∴

Futebol, e o campo às moças...  
Festa ao Rui, e o teatro às moscas... (MINAS-JORNAL, 17/08/1918)

Outras transformações ocorridas na década de 1910 proporcionaram o surgimento de novas atividades de lazer para as elites locais, ampliando o leque de alternativas a elas oferecidas. O crescente nacionalismo que teve lugar no Brasil do período e a presença de um contingente considerável de militares em solo sanjoanense motivaram o surgimento da Sociedade de Tiro 216. A prática esportiva de tiro já era uma constante à época, numa tentativa de aproximação entre civis e os membros do 28º Batalhão<sup>308</sup>, tanto é que uma linha de tiro utilizada na Várzea do Marçal, a “Marechal Hermes”, em homenagem ao então Ministro da Guerra, foi aberta ao público civil local, devendo o interessado apenas fazer um requerimento ao comandante da guarnição (O REPÓRTER, 31/05/1908). Como já havia notado Antônio Lara Resende, citado em páginas anteriores, a relação entre os dois grupos fora bastante azedada pelo contexto das eleições presidenciais de 1910, na qual a Campanha Civilista, liderada pelo persistente Rui Barbosa, se colocou em oposição à candidatura do militar Hermes da Fonseca, demorando um tempo considerável para que esse contato voltasse a um nível mais amistoso. A conservação da prática de tiro ao alvo por parte de alguns moços da cidade, pertencentes ao corpo de voluntários do Exército, com a reorganização da linha em 1911 (O REPÓRTER, 19/03/1911), não coincidentemente após o período do pleito e a sagração de Hermes da Fonseca, congregando civis e militares, talvez fizesse parte de um projeto para acabar com a tensão surgida anteriormente. Essa primeira tentativa de criação de uma sociedade de tiro não teve sucesso, como mostra o *Dia*, em 1913 (O DIA, 11/03/1913), embora os concursos e inscrições para civis tenham continuado.

---

308O 28º Batalhão costumava promover concursos de tiro ao alvo para civis e militares durante algumas datas consideradas importantes para a história do Exército Brasileiro, como no aniversário da Proclamação da República e da Batalha de Tuiuti. Cf. O REPÓRTER, 17/11/1907; 21/05/1908.

Uma movimentação nesse mesmo ano tratou de fazer o reaparecimento da agremiação. Francisco Pinheiro, então redator do periódico, figurava como seu presidente durante sua primeira sessão (O DIA, 07/04/1913). Inaugurada finalmente em agosto, a Sociedade de Tiro de S. João del-Rei, sob o número 216, tinha sua sede na rua Duque de Caxias (O DIA, 04/08/1913). Explicitamente vinculada a uma ideia de patriotismo – sua existência justificada por uma leitura específica da história brasileira, aquela que na constituição de uma identidade sanjoanense valorizava o papel da cidade em momentos importantes do passado brasileiro, como a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira, incorporando ainda a memória de um conterrâneo ilustre, Tiradentes, na Independência e na Proclamação da República (O DIA, 15/04/1913) –, a Sociedade de Tiro 216 vai ter na chegada da Primeira Guerra Mundial um aumento do seu escopo de ação. Qual seja, a preparação de contingentes oriundos dos elementos civis a partir de um nacionalismo belicoso, o que se dava tanto no nível ideológico, quanto nos exercícios práticos. Sendo a sua finalidade “a formação de reservas que, em momento dado, estarão em qualquer ponto do território nacional onde as chame a defesa da honra e da dignidade de nosso país” (A TRIBUNA, 02/04/1916), vemos esse intento expresso nas atividades realizadas pela sociedade: marchas e exercícios pelas ruas da cidade, concurso de resistência a marchas, aulas de caráter militar (A TRIBUNA, 27/02/1916). Reorganizada em 1917 (A NOTA, 16/11/1917), a Linha de Tiro já se encontrava extinta em 1919 (A TRIBUNA, 26/01/1919) e, apesar de vermos uma Linha de Tiro 246 participar das comemorações do aniversário da Independência ainda nesse ano de 1922 (A TRIBUNA, 14/09/1922), aparentemente a sociedade não teve prosseguimento.

Outra transformação que impactou nas atividades de lazer das elites locais foi a introdução dos automóveis, ocorrida a partir de 1913. Sua difusão na cidade levou ao surgimento do Moto Clube, em 1916, associação cujos sócios procuravam fazer passeios pelas cercanias de São João. Clube de acesso restrito, primeiramente pelos preços das máquinas, de modo que só uma parcela restrita da sociedade local poderia dele fazer parte. É o que vemos nos quadros de seus sócios-fundadores, gente da estirpe de Miguel e Abdo Yunes, comerciantes de origem síria, Francisco A. Fonseca, da Empresa de Eletricidade, Oscar da Cunha, advogado e camarista,

Armando Cunha, comerciante da praça, Alberto Thoreau, professor e homem de imprensa, Naum Antônio, comerciante, Raul Cunha, farmacêutico, Lisâneas Cerqueira, impulsionador do “motociclismo” em São João. Aqui pode-se destacar o fato de um dos sócios ser uma mulher, Maria Augusta, filha de Francisco A. Fonseca, que compareceu ao evento inaugural com um “Smith motor wheel” adaptado a uma bicicleta (A REFORMA, 23/11/1916).

Como Carlos Guedes e seu possante cavalo ricamente mantido em cocheira, a exibição pública da máquina, a corrida nas vias da cidade e nas redondezas, propiciava a manutenção de distinções sociais, mas a partir de um aparato moderno. Se cavalo e cavaleiro são herança dos tempos coloniais e imperiais, o motociclista e sua moto portam uma carga simbólica centrada no progresso, na velocidade, no domínio da natureza e da técnica. Ambos, porém, funcionam com o mesmo objetivo de criação de outros signos de *status* para as elites locais.

No bojo dessas atividades que nos anos 1910 passaram a ocupar o lugar de lazer e sociabilidade das elites locais é justo colocar também os clubes teatrais. Grupos amadores de teatro eram comuns em São João no final do século XIX e na década seguinte. Nesse momento, podemos destacar o Grupo Artístico de Instrução e Recreio Oeste de Minas, criado em 1896 (O RESISTENTE, 12/11/1896), e que chegava a contar entre os amadores elementos vindos da classe popular, como o “estimado operário” Pantaleão dos Passos (S. JOÃO D'EL-REY, 11/03/1899); o Clube Dramático Infantil (1899 ou 1900); o Peixoto Clube, criado em 1901, cujo nome era uma homenagem ao famoso ator Peixoto<sup>309</sup>; o Clube Dramático Familiar, de 1904, “constituído da alta elite da cidade”, conforme o memorialista Antônio Guerra; o Clube Teatral Artur Azevedo, de 1905, cujos elementos infantis compunham o Grupo Dramático 15 de Novembro; o Clube Dramático 1º de Maio

---

309 Quem fala é Luiz Edmundo: “Peixoto é grande nome do teatro nacional por esse começo de século. Ninguém, como ele, sabe fazer rir. Vezes o espírito das comédias em que vive cria-lhe situações de um cômico irresistível. Esta, por exemplo: Peixoto vai ao sul do país, em tournée. Chega a certa cidade, onde faz benefício, apetecida gorjeta com que os empresários de outrora engabelavam os seus artistas. No lugar, que é pequeno e de escassa população, o hábito é ir o beneficiado, de casa em casa, de porta em porta ou de janela em janela, oferecendo, aos que nelas se mostram, os bilhetes da sua festa de Arte. Lá vai Peixoto com os bolsos recheados de talões, à cata do amável espectador. O benefício, porém, seja dito de passagem, é o quarto dado na semana em que o grande ator pensa realizar o seu. Por esse motivo, muito naturalmente, os que estão pelas janelas, ou pelas portas, vendo-o de longe, recuam, fecham as venezianas, batem os postigos, as portadas; os que quedam pelas portas ou janelas encolhem-se, desaparecem... Defesa natural de um povo já explorado por múltiplas e inesgotáveis sangrias...”. Cf. EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu Tempo**. Rio de Janeiro: Xenon, 1987, p. 166.

(1908); o Clube Dramático da Associação Católica Operária (1909); o Clube Dramático da União Popular (1910). Tais informações são todas retiradas do livro do veterano amador e memorialista sanjoanense Antônio Guerra<sup>310</sup>.

Os clubes teatrais eram agremiações voltadas, logicamente, para a sociabilidade de seus integrantes, mas o que diferenciava cada uma eram as intenções e origens dos fundadores, embora não houvesse aí uma rigidez de princípios e posições. Por exemplo, o Dramático Popular (FIGURA 43), reunia membros das famílias locais mais importantes, como os Viegas, Magalhães e Mourão e alguns dos quais despontariam na imprensa sanjoanense, como Fausto Gonzaga<sup>311</sup>. O 15 de Novembro (FIGURA 44) também reunia, para nossos padrões, gente das elites, como os portadores dos sobrenomes Neves e Veloso, já muito citados ao longo do texto<sup>312</sup>. A distinção feita por Guerra talvez queira realçar que o Dramático Familiar fosse composto pelos elementos mais destacados dessas elites, os detentores do poderio político e econômico local, cujos nomes das famílias carregavam uma carga simbólica, ou seja, distintiva, considerável.



FIGURA 43 – Clube Dramático Infantil, dirigido pelo “talentoso homem de letras” e “grande educador”, nas palavras de Antônio Guerra, Antônio Rodrigues de Melo. FONTE: GUERRA, op. cit., p. 97.

310GUERRA, op. cit., p. 82-125.

311Idem, p. 97.

312Ibidem, p. 101.



FIGURA 44 – Grupo Dramático Infantil 15 de Novembro. Na legenda consta o nome das crianças e jovens amadores participantes.

Já os da Associação Católica Operária e da União Popular se ligavam ao projeto da doutrina social católica, meio encontrado pelos frades franciscanos e seus aliados para angariar apoios através de um tipo de sociabilidade muito querida por segmentos da sociedade sanjoanense, a teatral<sup>313</sup>. É possível perceber também a união por origens familiares e de nacionalidade. No Clube Dramático da União Popular, por exemplo, vê-se uma grande presença de italianos, alguns da mesma família<sup>314</sup>. Mas é igualmente perceptível uma circularidade entre os membros desses grupos, como nos casos de Antônio Guerra e José Lopes Sobrinho (Juca Lopes), este também homem de imprensa. Juca Lopes contracenara com o Dramático Familiar numa de suas primeiras apresentações e, mais tarde, fizera parte do União Popular e do Artur Azevedo, participando ainda de apresentações de espetáculos de

<sup>313</sup>Sobre o assunto, Cf. COSTA, op. cit.

<sup>314</sup>GUERRA, op. cit., p. 131.

artistas de fora<sup>315</sup>. Já Antônio Guerra, ainda menino, fora um dos fundadores do 15 de Novembro, continuando como membro, por longos anos, do Artur Azevedo e participara da primeira peça contracenada pelos amadores do 1º de Maio, bem como daquela encenada pelo Clube Dramático da Associação Católica Operária<sup>316</sup>.

Pelo mesmo livro de Guerra podemos acompanhar a trajetória desses grupos. Surgidos nas décadas de 1890 e 1900, vemos pela falta de mais referências, a extinção de sua maioria já no começo dos anos 1910, com exceção dos clubes Artur Azevedo (15 de Novembro) e da União Popular, que permaneceriam ativos até o fim do recorte. Apesar de sua sobrevivência, as apresentações não eram tão regulares, de modo que com o fim de seus colegas, que poderiam trazer maior variedade e constância, abriam-se longos períodos em que nos palcos não se encenavam os amadores locais. Já em 1911, ano de poucas companhias a aportarem em São João, tendo em vista, talvez, o fim recente do Clube Dramático Popular e dos já mais de três meses sem apresentações dos clubes 15 de Novembro e União Popular<sup>317</sup>, o *Repórter* falava de sessão ocorrida no Municipal “com o fim de fazer reviver os clubes dramáticos de S. João d’El-Rei”. Dessa reunião resultou a organização da Sociedade Dramática Particular “Filhos de Phalia” ao que a folha esperava que não tivesse o mesmo destino das suas congêneres, “a morte antes do nascimento”. Curiosamente ela não consta no livro de Antônio Guerra, talvez porque realmente tenha vindo ao mundo natimorta. Em certo momento, a notícia dava conta do discurso proferido por um dos presentes, Severiano de Resende, eleito diretor de cena e ensaiador na ocasião. As palavras de Resende mostram a sua leitura da função de agremiações do gênero, que deveriam ser dotadas de um caráter utilitário, “tão útil ao desenvolvimento social e individual. [sic] que não só deleita como instrui”. Do mesmo modo, fica patente tanto a necessidade de obediência de determinados preceitos normativos vigentes para a inserção dos interessados dentro desse círculo de sociabilidade, pela reafirmação dos papéis sociais e sexuais de homens e mulheres, quanto uma possibilidade de exclusão de parcelas significativas da sociedade local da participação no “Filhos de Phalia”. Isso por conta do caráter genérico e abrangente da classificação dos

---

315Idem, p. 96, 104, 113.

316Ibidem, p. 101, 116,

317Me baseio aqui na cronologia de Antônio Guerra. Ibidem, p. 121-124.

proscritos feitas pelos estatutos da sociedade, o que, para o periódico, seria indício seguro da “boa orientação dos seus fundadores: art. 9§5 – Será vedada a entrada de homens ébrios e desordeiros, assim como de mulheres públicas” (O REPÓRTER, 27/12/1911).

Pode-se comparar os valores das mensalidades entre o Athletic e o Clube Dramático União Popular, tendo como base as informações das nossas fontes e aquelas fornecidas por Couto e Silva, o que mostra que, mesmo sendo eles grupos de sociabilidade das elites, os clubes futebolísticos possuíam um caráter muito mais fechado e restritivo. Em 1911 a mensalidade do Clube União Popular foi elevada provisoriamente para 1\$500, medida justificada pelo secretário como decorrente dos “melhoramentos” em questão de cenários e acessórios (O REPÓRTER, 21/05/1911). Valor mais barato que a mais barata modalidade de sócios do clube em seus anos iniciais, os 2\$000 dos sócios torcedores<sup>318</sup>.

Tanto o Clube Dramático União Popular, quanto o Artur Azevedo tiveram uma existência irregular nesses primeiros anos da década de 1910, com apresentações muito espaçadas no tempo<sup>319</sup>. A recomposição dos grupos de amadores que teve lugar a partir de 1914, quando, houve uma maior regularidade de espetáculos, pode ser analisada, em parte, como uma reação ao processo de massificação do Teatro Municipal, promovido pela lógica comercial da Empresa Faleiro, que, longe de viabilizar a vinda de companhias de fora para os palcos sanjoanenses, preferia o retorno mais fácil do cinematógrafo, de gastos menores, de organização menos complexa e de maior poder de difusão entre os diversos segmentos da sociedade de São João del-Rei. Os clubes amadores, desse modo, supriam a função que deveria ser a principal do Teatro Municipal. De acordo com “L. S.” (Lopes Sobrinho?), colaborador do *Zuavo*, em texto de 1916 intitulado “S. João d’El-Rei civiliza-se”, o autor elogiava os clubes amadores locais por fazerem arte,

---

318COUTO; SILVA, op. cit., p. 131.

319Em 1913, provavelmente tendo em vista essa situação e pressionada pela falta de espetáculos teatrais na cidade, problema por mim já referido, a Empresa Faleiro, então arrendatária do Teatro, cedia a casa gratuitamente para as representações do 15 de Novembro. O clube, por conta disso, desmontou as instalações que haviam dentro do pequeno Teatro do Palacete Maciel. De qualquer maneira, parece que isso não foi o suficiente, pois poucas apresentações ocorreram nesse ano. Além disso, como vimos, essa cessão gratuita não durou, já que em 1916 a Empresa Faleiro voltou não só a cobrar dos clubes amadores locais, mas a ser acusada de restringir a atuação desses grupos. Cf., GUERRA, op. cit., p. 127-128.

e aliás muito boa arte; dois clubes que já apresentam repertórios de afamadas companhias, sem cair no ridículo como só é acontecer geralmente com os clubes de amadores do interior quando fazem sair à cena peças de fôlego como a *Morgadinha de Val-flor*, *O Periquito*, *Mlle*, *Nitouche*, *Mulher Soldado*, etc.//Mercê deles vamos ficando a par das celebrizadas peças teatrais que só poderíamos conhecê-las se daqui saíssemos para o Rio, ou se ficássemos à espera das companhias que por estas bandas aparecem – uma vez na vida, outra na morte (O ZUAVO, 25/09/1916).

Os clubes amadores locais faziam parte, portanto, desse projeto civilizacional pretendido pelas elites letradas sanjoanenses, ao promoverem uma circulação de repertórios teatrais tomados como os mais avançados, dos centros mais importantes do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, contra títulos que, conscientemente populares, se tornaram exaustivos e de fácil deglutição exatamente por essa sua ampla difusão. E sendo esse o seu papel, o de manter os foros de cidade de gente culta, amante das artes e, mais do que isso, em consonância com os progressos culturais da Nação, nada mais justo do que uma correspondência por parte das elites locais aos seus filhos que se esforçavam nos palcos.

Talvez mais até do que os clubes de futebol, os grupos amadores proporcionavam um protagonismo ímpar para crianças e jovens mulheres das elites locais, que tinham a chance de se destacar por meio dos palcos, oportunidade para o exercício da individualidade e de uma relativa liberdade de ação, ainda que muito provavelmente limitada pelo olhar prescritor de elementos masculinos e de maior idade. Para as meninas e senhoritas, era também, como assinalou-se em outro momento, uma maneira de divulgar seus predicados, suas qualidades para as outras famílias das elites locais, de sorte a aí assentar as bases de um futuro matrimônio. Além disso, a sociabilidade desses clubes era importante para a formação cultural de crianças e jovens das elites, na costura de relações entre os membros desses grupos e de suas famílias, relações que por vezes poderiam prosseguir ao longo da trajetória intelectual e profissional desses sujeitos, como é o caso das famílias Gonzaga e Mourão, que tendo alguns de seus membros como sócios do Clube Dramático Popular, permaneceriam unidas no começo da década de 1920 ao lado de Odilon de Andrade em sua disputa contra o grupo de Basílio de Magalhães. Ovídio Guerra, da família de Antônio Guerra, estaria nas mesmas fileiras de José

Lopes Sobrinho nesse contexto, já que um e outro eram acionista e colaborador da *Tribuna*, respectivamente (A TRIBUNA, 09/10/1921).

Esse mecanismo de distinção das elites locais no uso dos artefatos urbanos de São João del-Rei funcionava não apenas pela delimitação dos lugares a serem frequentados e nas atividades a serem realizadas, valorizados justamente pelo tipo de pessoa que neles tomava parte (ou seja, sua procedência e proceder), por sua localização (com sua consequente classificação normativa) e pela carga simbólica de que essas mesmas atividades eram dotadas, porque parte de um projeto maior de “civilização” dos costumes e das práticas sociais e culturais. Para esse grupo, o domínio do tempo procedia de uma maneira diversa se comparado com as prescrições e proscritões feitas pelas autoridades e homens de letras aos trabalhadores pobres. Porque aqui o ócio – no geral condenado nos discursos que procuravam analisar a relação entre tempo e trabalho, já que inerentemente improdutivo, fomentador da imoralidade e desordem urbana –, tinha um papel considerável na sociabilidade das elites e nas suas formas de diferenciação social. Isso na medida em que as premiava com um conjunto de atividades realizadas durante um espaço do dia que a princípio deveria ser dedicado ao trabalho, mas que acabava por reproduzir essas clivagens dentro da sociedade sanjoanense. Dito de outro modo, a situação financeira, a reputação social e mesmo o tipo de profissão<sup>320</sup> dos membros das elites locais e suas famílias eram suficientemente estáveis para que se dedicassem a toda forma de atividade num período mais prolongado de tempo; uma relação com as horas diferente da disciplina de trabalho regulamentada pelo estabelecimento de horários bem definidos, com os consequentes ataques dos discursos normativos e disciplinares àqueles que ousassem transgredir essa nova economia do tempo, as horas que teoricamente deveriam ser dedicados às tarefas do trabalho.

Vemos, por exemplo, Caetano Werneck fazendo religiosamente seu passeio na rua Moreira César, exercendo um domínio sobre o tempo possibilitado por seu ofício de médico, de horários mais flexíveis e de maior possibilidade de controle individual. O Dr. Werneck, “todo ele método e precisão no viver”, conforme a análise de seu colega de profissão “Passe-Partout”, não se furtava de ir todo dia às três da

---

320Caso daqueles com ofícios liberais, como médicos e advogados, por exemplo.

tarde provar mães-bentas na confeitaria Faleiro. Elói Reis, outro médico, adorava as codorninhas e pãezinhos de queijo lá servidas, mas, “íngrato”, queria trocar o “remanso sereno dos Quatro Cantos” pelo “torvelino da Avenida” (O REPÓRTER, 26/08/1909).

Essa relação dupla com o tempo – rígido para os trabalhadores, flexível para os membros das elites locais –, era conscientemente apropriada como um mecanismo de exclusão de parcelas significativas da população local nas atividades culturais realizadas em São João del-Rei, o que significava, por fim, o usufruto fechado e restritivo. Central nesse projeto eram as matinês, que como o próprio nome diz, tinham lugar à luz do dia. “Paulo Luar”, tratando da “festa infantil” realizada em benefício da Caixa Escolar num domingo de 1917, sugeria mais eventos do gênero, porque “seria acertadíssimo se as nossas gentis patrícias organizassem de quando em vez matinées, concertos e festas desta natureza. Veríamos ali reunida toda a nossa sociedade”. Não se deve pensar que essa “sociedade” fosse o conjunto dos habitantes da cidade. Mais acertadamente, tratava-se daquilo que o cronista chama de “tout S. João”, suas elites, gente que possibilitaria a Paulo Luar, como a um dos presentes que ele, o autor do texto, registra as palavras, dizer: “Já viste como está chique a assistência” (A NOTA, 15/05/1917). As matinês permitiam, desse modo, uma maior congregação das elites, não no sentido de explicitamente proibir a participação de outros elementos, mas por acontecerem em horários em que o grosso da população sanjoanense estaria entregue a outras atividades, a afazeres domésticos ou externos, ao contrário do período noturno, em que mais comodamente a população no geral poderia se dedicar ao lazer.

Do mesmo modo, o prolongamento de bailes, *soirées* e de comemorações de todo gênero de membros das elites madrugada afora mostra uma despreocupação com as tarefas do dia seguinte que jamais poderia ser cogitada entre as camadas populares. Diante desse duplo padrão, nesse último caso, o perigo à ordem urbana residia justamente na classificação implicitamente negativa de qualquer ajuntamento de gente pobre, já que, entre eles, não se teria, como com as elites, uma maior capacidade de contenção de gestos e emoções, pelo fato dos espaços de sociabilidade que lhes eram próprios ou comuns carregarem uma disposição latente

para a imoralidade e para a rejeição dos valores normativos (as tavernas, os botequins, os prostíbulos, a própria rua, com todos os seus perigos e mistérios noturnos). Sem contar os prejuízos que esses encontros em horários impróprios e com pessoas de caráter suspeito poderiam provocar no corpo e na mente dos trabalhadores, diminuindo sua capacidade produtiva. Perigo para a ordem social, portanto, que não teria paralelo com as atividades das elites, gente teoricamente civilizada, de hábitos regrados e comedidos e com atividades ocorridas em espaços de maior controle normativo, fosse pela pressão exterior, fosse pela autocontenção, fosse ainda – o que engloba todos os fatores anteriores – de uma consciência manifesta da diferença prática de tratamento que deveria se dar sobre os diversos segmentos da sociedade sanjoanense. Por isso o *soirée* dançante que durou até alta madrugada, promovido por uma comissão de moços na sede da Associação dos Empregados do Comércio em 1916 era louvado por um saudoso Francisco Mourão por ser um lampejo de renascimento dessas “soirées familiares, tão frequentes outrora e tão raras hoje”, dessa “tradicional sociabilidade com que S. João d’El-Rei era apontada e que proporcionava a todos agradáveis impressões” (A REFORMA, 24/08/1916), enquanto uma reunião de populares, muito provavelmente em tom de festa ou, ao menos, expressivo de uma determinada sociabilidade popular, ocorrido meses depois no trecho entre a Avenida Carneiro Felipe e a Rua do Comércio, reconhecidamente uma zona prostibular, “desde 23 horas até as 2 da madrugada de Domingo”, era visto como uma “orgia desenfreada” e um “suplício para os moradores da rua municipal”, não faltando referências a um “bate-boca entre as hetairas Santa e Aquidabã, em baixo calão” (A REFORMA, 29/03/1917).

Em resumo, os usos dos espaços na cidade de São João del-Rei, tendo como base os discursos dos homens de imprensa e a ação das autoridades locais, obedeciam a padrões diferenciados, calcados em clivagens sociais, raciais e de gênero. Na constituição de uma sociedade disciplinar, voltada para a promoção do trabalho livre e de uma concepção de família nuclear e burguesa, os espaços eram designados de acordo com o papel social e normativo atribuído a cada habitante. Ao se fazer esse cálculo, os espaços acabavam por serem dotados de certas imagens, atribuídas justamente pelo tipo de frequência tida ou determinada para ele. Representações que, positivas ou negativas, dividiam a cidade em lugares que uma

pessoa de bem, uma mulher de família, uma criança educada deveriam ir e outros que caberia evitar. Ou ainda, locais que, por essa valorização positiva, estavam vetados aos elementos do não-trabalho, refratários a essa ordem, ou não relacionados com os grupos das elites.

Soma-se a isso o fato de que alguns desses espaços estavam ligados a aspectos simbólicos de um ideal de civilização que deveria reproduzir, na geografia urbana, as características esperadas da identidade sanjoanense. As transformações nas formas e locais de sociabilidade ocorridas ao longo do recorte, com maior forças na década de 1910, ao mesmo tempo em que alargaram as fronteiras do campo normativo, trouxeram novas possibilidades de distinção social, de modo a destacar, pelo usufruto no tempo e no espaço desses elementos, as elites sanjoanenses do resto da população, muito embora o aspecto massificador de algumas dessas novas sociabilidades, como o cinematógrafo e o futebol, acabassem por tensionar esse arranjo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar as intervenções urbanas e os usos dos espaços na cidade de São João del-Rei a partir dos discursos criados principalmente nos periódicos locais sobre a cidade, seus habitantes, sua identidade, as demandas de ação sobre seu território e de controle sobre a população. Para tal, tomavam-se como referência os debates correntes no panorama brasileiro acerca da adequação das suas cidades a um modelo civilizacional normativo, de alguma forma planejado e racional e voltado para a promoção do trabalho.

A imprensa de São João del-Rei ainda se mantinha estruturada em formas de produção bastantes tradicionais. Todavia, estava atenta aos discursos que cada vez mais acentuavam seu papel enquanto norteadora dos destinos da comunidade e da Nação por seu espaço singular na sociedade, em diálogo com os poderes públicos e com a população. Essa concepção foi apropriada pelo periodismo sanjoanense como uma maneira de reclamar as medidas necessárias para que a cidade continuasse no caminho do progresso, mantendo o *status* que suas elites julgavam a ela inerente.

As representações construídas sobre São João del-Rei e seus habitantes privilegiavam uma chave de leitura que a via como lugar intrinsecamente ligado à história de Minas e do Brasil, de importância econômica para o Estado e com papel considerável na política do país. Os sanjoanenses, por sua vez, eram caracterizados com títulos que procuravam valorizar sua cultura, sua religião, seu espírito caritativo, seu patriotismo e seu aspecto ordeiro. Era crença comum entre as elites letradas locais que, apesar dessas qualidades positivas e desse papel destacado do Município no mosaico mineiro, as circunstâncias da época do nosso recorte, com a perda de centralidade política e econômica de São João, fariam com que a cidade estivesse muito aquém do lugar que lhe competiria. Daí a necessidade de intervenções no espaço e de controle dos gestos, condutas e hábitos dos moradores, ações julgadas necessárias para trazer novamente o brilho que São João possuiria entre suas irmãs mineiras.

São João del-Rei não esteve aquém desse discurso progressista e civilizador que foi o pensamento dominante das elites brasileiras durante aquilo que se convencionou chamar de *Belle Époque*. Tinha como referencial um ideário que

logrou difusão em escala planetária, calcado em projetos de intervenção no âmbito urbano, tornando a cidade um espaço racional, embelezado, higiênico e propício para a circulação, no qual seus habitantes fossem sujeitos disciplinados, aptos a um sistema produtivo que tinha como pressuposto homens e mulheres normatizados e prontos ao trabalho e à vida em família. Esses princípios foram lidos e apreendidos de acordo com as especificidades da cidade mineira. Surgiu em São João como uma resposta considerada se não a melhor, pelo menos a mais adequada aos desafios enfrentados pelo Município nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX.

Como disse, “A Princesa do Oeste”, na opinião de suas elites letradas, enfrentava um quadro de perda de centralidade econômica e desprestígio político. Adotando um discurso burguês que prezava a intervenção sobre o espaço urbano e a normatização dos habitantes, os homens de letras e as figuras públicas capazes de implementar essas medidas sobre São João acreditavam que isso possibilitaria a manutenção dos “foros” de Município importante no cenário mineiro, trazendo recursos para a cidade, criando um ambiente de desenvolvimento e investimentos, propício para a constituição de um mercado de trabalho e para o lazer de veranistas – alternativa econômica que se tornou cada vez mais patente ao longo do período. A questão da higiene e, principalmente, o estabelecimento de uma rede de esgotos bem estruturada e de um amplo sistema de abastecimento de água eram consideradas as medidas mais importantes para se alcançar este cenário. De certo modo, para os grupos políticos sanjoanenses atuais, o tema ainda possui forte apelo: as recentes reformas estruturais da rede de esgotos na cidade foram divulgadas como sendo as mais importantes “dos últimos 100 anos”<sup>321</sup>, somente comparáveis, pela lógica, à própria instalação dos esgotos, ocorrida nas décadas de 1910 e 1920.

Essas medidas se justificavam, então, por imagens pretéritas construídas em torno de São João del-Rei e do ser sanjoanense, uma alimentando a outra. Por exemplo, sendo “Princesa”, cidade tradicional na história política e econômica de Minas e do Brasil, precisava de recursos e investimentos para manter essas

---

<sup>321</sup>NIVALDO lançou obras de despoluição do Córrego do Lenheiro. **Prefeitura Municipal de São João del-Rei**, 2018. Disponível em: <<https://saojoaodelrei.mg.gov.br/noticia/13970>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

mesmas representações. Então, ao ser dotada de uma estrutura capaz de solucionar seus problemas, fazia, desse modo, jus à imagem de “Princesa”. Por outro lado, o discurso que enquadrava os moradores como uma população ordeira, religiosa e altruísta – assim acreditavam os homens de letras –, tornava medidas disciplinarizadoras bem-vindas, visto que legitimadas por essas imagens anteriores.

Tratava-se de enquadrar sua gente numa norma, se amparando em elementos ligados à identidade local, particularmente seu caráter alegadamente ordeiro e respeitoso. Além disso, disciplinar essa população forneceria capitais humanos necessários para essa empreitada de recuperação do Município. Buscou-se então construir um “saber” sobre a cidade e seus habitantes, catalogando e classificando um e outro, dotando os espaços urbanos de significações correspondentes ao tipo de pessoa que deveria frequentá-lo ou que, de fato, o utilizava, interditando, por exemplo, certos espaços do centro da cidade às figuras do não-trabalho, inscrevendo-os em lugares que lhe seriam próprios.

Ao longo do recorte teve lugar em São João del-Rei uma modificação nas formas de lazer e nos locais a eles voltados para seus habitantes. Houve a permanência, durante todo esse período, de formas e espaços de sociabilidade tradicionais, como o Teatro, os pontos da paisagem natural de São João e dos arredores. A estes acrescentam-se outros tomados como suspeitos, pelo perigo de desafio a ordem urbana, como as festas populares, as tavernas, botequins, as casas de meretrício e os lugares de jogos. Alguns perderam terreno, ficaram fora de moda, para logo serem extintos, como os clubes sociais. Mas ocorreu também a ascensão, principalmente a partir da década de 1910, de uma sociabilidade centrada no esporte e nas possibilidades das tecnologias modernas, como o cinematógrafo, os clubes de futebol e o Moto Clube. Isso sem contar a reestruturação dos clubes teatrais.

O sucesso que tal empreitada teve, ou seja, desse projeto de recentralização política e econômica de São João del-Rei pelas intervenções no espaço e controle sobre seus habitantes, é algo difícil de mensurar. Apesar de São João não ter logrado manter seu prestígio econômico e político com o correr das décadas, a identidade local foi progressivamente assumindo contornos mais fechados; lapidou-se esse imaginário a ponto de, tornada “cidade histórica”, transformar elementos

desse *ethos* sanjoanense em verdadeiros produtos a serem consumidos: atrativo turístico, a religiosidade sanjoanense ou as obras ligadas ao seu passado, como os trens da Oeste, as igrejas barrocas, as festividades da Semana Santa são apregoados e vendidos como imagens cristalizadas de São João e do que é ser sanjoanense.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES CONSULTADAS

#### 1. Fontes oficiais, literárias e memorialísticas

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: </https://bit.ly/3z38BYs>.

LAET, Carlos de. **Em Minas**. Rio de Janeiro: Função Darcy Ribeiro, 2013.

MOURÃO SÊNIOR, Francisco. **Tradições de S. João del-Rei**. São João del-Rei: Tipografia Comercial, 1924.

PIMENTEL, Aureliano Pereira Côrrea. Chorographia Mineira (Município de S. João d'El-Rei). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 10, v. 1, 1905, p. 3-21.

RESENDE, Antônio de Lara. **Memórias 1: Do Belo Vale ao Caraça**. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., 1972.

\_\_\_\_\_. **Memórias 2: Da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva**. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., 1972.

RODRIGUES, José Antônio. José Antônio **Apontamentos da população, topographia e notícias chronologicas do Município da Cidade de São João del-Rei. Provincia de Minas Geraes, oferecidos ao Ilustrissimo Senr. Commendador Antônio Simões de Sousa**. São João del-Rei: Typografia de José Antônio Rodrigues, 1859.

S. JOÃO D'EL REY. **Código de Posturas e Regimento interno da Camara Municipal de S. João d'El-Rey**. Ouro Preto: Typografia da "Provincia de Minas", 1887.

#### 2. Mapas, álbuns e fotografias

Secretaria de Cultura de São João del-Rei

S. JOÃO D'EL-REY. **Mapa topographico de São João d'El-Rey** [mapa]. Escala: 1 = 2.000. São João del-Rei, 1915.

SÃO JOÃO D'EL-REI. **Planta da cidade de São João d'El-Rei** [mapa]. Escala: 1 = 4000. São João del-Rei, 1949.

Museu Regional de São João del-Rei.

BELLO, André (org.). **São João d'El-Rey**, Minas. São Paulo: Pocaí & Comp., 1918 (paginação irregular).

BRAGA, Tancredo (org.). **Álbum da Cidade de S. João d'El-Rei**, em comemoração à data de 8 de dezembro de 1913. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1913 (paginação irregular).

### 3. Periódicos

Biblioteca Digital do Arquivo Público Mineiro

**A Pátria Mineira**, São João del-Rei (1889-1894)

**O Resistente**, São João del-Rei (1895-1903, 1906)

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

**Diario de Noticias**, Rio de Janeiro (1891)

**Gazeta de Noticias**, Rio de Janeiro (1890)

**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro (1891)

**O Resistente**, São João del-Rei (1895-1903, 1906)

**Verdade Política**, São João del-Rei (1888-1889)

IPHAN-São João del-Rei. São João del-Rei, Minas Gerais.

**O Benemerito 75**, São João del-Rei (1915)

**O Combate**, São João del-Rei (1900-1902)

**O Dia**, São João del-Rei (1912-1913)

**A Evolução** (1913-1915)

**Gazeta Mineira** (1891-1894).

**Minas-Jornal**, São João del-Rei (1918-1919)

**A Nota**, São João del-Rei (1917-1918)

**A Opinião**, São João del-Rei (1907-1912)

**A Pátria Mineira**, São João del-Rei (1889-1894)

**A Reforma**, São João del-Rei (1913-1920)

**O Repórter**, São João del-Rei (1907-1912)

**O Resistente**, São João del-Rei (1895-1906)

**S. João d'El-Rey**, São João del-Rei (1899-1900)

**O S. João d'El-Rey**, São João del-Rei (1920-1922)

**A Tribuna**, São João del-Rei (1914-1922)

**A Verdade**, São João del-Rei (1914)

**Verdade Política**, São João del-Rei (1888-1899)

**O Zuavo** (1914-1917)

Website “A Pátria Mineira”

**A Pátria Mineira**, São João del-Rei (1889-1894)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Kleber do Sacramento. **Devoções e diversões em São João del-Rei**: um estudo sobre as festas do Bom Jesus do Matosinhos – 1884-1924. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2001.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de doutorado. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**: la sociabilidad em Francia (1810-1848). Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e chimangos**: imprensa e política em São João del-Rei (1876-1884), 2008. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora., 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [2019].

APPIAH, Kwame Anthony. Identidade como problema. In: SALLUM JR., Brasília [et al]. **Identities**. São Paulo: EDUSP, p. 17-32.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora**: modernização por fios e trilhos (1889-1915). Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2008.

BARROSO, Elaine Aparecido Laier. **Modernização e Higienismo**: controle sanitário e gestão política-científica na Manchester Mineira (1891-1906). Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMARGOS, Marcia. **Villa Kyrial**: crônica da *Belle Époque* paulistana. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Introdução. In: SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. São Paulo: Paz & Terra, 1988, p. 17-22.

CASADO, A. P. B; HOLANDA, F. S. R.; ARAÚJO FILHO, F. A. G.; YAGUIU. P. Evolução do processo erosivo na margem direita do rio São Francisco (perímetro

irrigado Cotinguiba/Pindoba-SE). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 26, 2002, p. 231-239.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000 [2005].

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincialing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UNB, 1998.

CHAZKEL, Amy. **Leis da sorte**: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CINTRA, **Efemérides de São João del-Rei**, v. 1, 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

CINTRA, **Efemérides de São João del-Rei**, v. 2, 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

COELHO, Eduardo Lara. **Coalhadas e rapaduras**: estratégias de inserção social de músicos negros em São João del-Rei (século XIX). Resende Costa: AMIRCO, 2014.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Alexandre José Gonçalves. **Frades na cidade de papel**: a Ação Social Católica em São João del-Rei (1905-1925). Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COUTO, Euclides de Freitas; BARROS, Aluizio Antônio de. Futebol e Modernidade em São João del-Rei/MG: o caso do Athletic Club (1909-1916). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659997\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011\\_Athletic\\_Club.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300659997_ARQUIVO_ANPUH2011_Athletic_Club.pdf)>.

\_\_\_\_\_; SILVA, Sabrina Alves da. Circularidade cultural e modernização dos hábitos: o modelo clubístico do *Athletic Club*, em São João del-Rei. **Tempos Gerais – Revista de Ciências Sociais e História**, UFSJ, n. 6, 2014, p. 123-136.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

DANGELO, André Guilherme Dornelles; BRASILEIRO Vanessa Borges; DANGELO, Jota. **Memória arquitetônica da cidade de São João del-Rei**: 300 anos. Belo Horizonte: Editora 43, 2014.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o “Paiz das seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

DIAS, Luiza Lima; SANTOS, Saulo Carneiro Pereira dos. Breve história da maconha no Brasil e suas relações com a moralidade na formação da República. **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2021, p. 281–322, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/116111>.

DOIN, João Evaldo de Mello; NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. *A Belle Époque* caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemunc. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007, p. 91-122.

DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del-Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 17, Mar. 1997, p. 71-79.

\_\_\_\_\_. Por um ambiente ambiental histórico: o caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, 41:2, 2005, p. 144-161.

DULCI, Otavio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: **Grupo de Trabalho Elites Políticas**. 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Águas de São Pedro, p. 1-24.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu Tempo**. Rio de Janeiro: Xenon, 1987.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**, volume 2: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

FERNANDES, Marco Antônio. **A modernidade e os cinemas na cidade de São João del-Rei (1905-1961)**: registros arquitetônicos do Teatro Municipal, Cine Glória e Clube Teatral Artur Azevedo. Dissertação de mestrado. UFSJ, São João del-Rei, 2019.

FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre passado e progresso**. Dissertação de Mestrado. USP-Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2007.

FONSECA, André Azevedo da. **A metrópole imaginária**. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

FONSECA, Daniela Flávia Martins. **Prescrições sobre higiene na Escola Normal: São João del-Rei, final do século XIX e início do XX**. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **São João del-Rei: a região, a cidade, o patrimônio e a arte**. Belo Horizonte: Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais, ed., 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 [2020].

\_\_\_\_\_. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2019.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**, t. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004 [2021].

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais (4ª Expedição)**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

GOODWIN JR., James William. **A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforas (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cidades de Papel: Imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz Fora (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

\_\_\_\_\_. O Estado fala mais alto: o telefone em Belo Horizonte, 1894-1912. **História Econômica & História das Empresas**, v. 21, nº 1, 2018, 9-48.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)**. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GUERRA, Antônio. **Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei (1717-1967)**. Juiz de Fora: Esdeva, 1967.

GUILARDUCI, Cláudio José. **A cidade de São João del-Rei nas entrelinhas dos manuscritos do teatro de revista da Belle Époque**: um testemunho da História Cultural sanjoanense. Tese de Doutorado. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paradoxos da *Belle Époque* tropical. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (org.). **A Belle Époque Brasileira**. Lisboa: CLEPUL, 2012, p. 163-180.

HARDMAN, Franciscano Foot. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terance (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996, p.23-40.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (org.). **Etnicidade na América Latina**: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004, p. 15-44.

MALDOS, Roberto. Formação urbana da cidade de São João del-Rei. **Tempos Gerais**, São João del-Rei, n. 3, Maio 2001. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/paginas/temposgeraisantigo/n4/artigos/instituto.html>>.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense. Dissertação de Mestrado. UFRN, Natal, 2008.

MARTINS, Cíntia Vivian. **O bem-aventurado morrer**: preparação para morte e ritos fúnebres em São João del-Rei no século XIX. Dissertação de Mestrado. UFSJ, São João del-Rei, 2015.

MENESES, José Newton Coelho de. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria**: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

MUCHEMBLED, Robert. **O Orgasmo e o Ocidente**: Uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

NEEDELL, Joseph D.. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NIVALDO lançou obras de despoluição do Córrego do Lenheiro. **Prefeitura Municipal de São João del-Rei**, 2018. Disponível em: <<https://saojoaodelrei.mg.gov.br/noticia/13970>>.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. **O mercado do prestígio**: consumo, capitalismo e modernidade na São Paulo da “Belle Époque” (1890-1914). São Paulo: Alameda, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PECHMAN, Robert Moses. Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANI, Stella (org). **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República** – Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade**: trajetórias e significados na história republicana no Brasil. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2015.

RESENDE, Ana Paula Mendonça de. **A organização social dos trabalhadores fabris em São João del-Rei**: o caso da Companhia Industrial São Joanense (1891/1935). Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2003.

RESENDE, Thais Ferreira; ALMEIDA, Gustavo Pyra; NEGREIROS, André Batista. Caracterização Geoecológica e Análise de Fragmentos da Bacia do Córrego do Lenheiro, São João Del-Rei – MG. **Continentes**, Seropédica, [S.l.], n. 6, p. 68-82, jan. 2015. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/71>>.

RIBEIRO, Rúbia Soraya Lelis. **As fotografias de André Bello (1879-1941):** imagens da modernidade em São João del-Rei. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

ROMERO, José Luis. **América Latina:** as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ROSENBERG, Charles E.. **Explaining epidemics and other studies in the history of medicine.** New York: Crambridge University, 1992.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades capitais do século XIX:** racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 135-181.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 1995.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência:** os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SANTOS, Thiago Gonçalves; VENTORINI, Silvia Elena. Vulnerabilidade social em área urbana suscetível às inundações na bacia do córrego do Lenheiro em São João del-Rei-MG. Revista Geoaraguaia, Barra das Garças, v. 10., n. 2, dez. 2020, p. 232-251. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/11336>>.

SANTOS, Welber Luiz dos. **A Estrada de Ferro Oeste de Minas:** São João del-Rei. Dissertação de mestrado. UFOP, Mariana, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil – República:** da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo.** São Paulo: Paz & Terra, 1988.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A Influenza Espanhola e a cidade planeja:** Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Rene (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, 2006, p. 109-205. Disponível em: </https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>.

SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. CASTRO, Joaquim Domingues Leite de. **Verbetes**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Joaquim%20Domingues%20Leite%20de.pdf>.

TAVARES, Roberto Rômulo Braga. **Serra do Lenheiro em São João del-Rei como atrativo ecoturístico**: um estudo de caso. Curso de Turismo, IPTAN, São João Del-rei, 2011. Disponível em: </http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes\_interdisciplinares/pdf/revista07/SERRA\_DO\_LENHEIRO\_EM\_SAO\_JOAO\_DEL\_REI.pdf>.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. **Ser italiano em São João del-Rei (1888-1914)**. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora., 2011.

TUCCI, Carlos E. M. **Inundações Urbanas**. Processos de Urbanização, Porto Alegre, 2007. Disponível em: </http://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/drenagem1.pdf>.

VARGAS, Arthur M. S. **Visões da Vendaia**: a Guerra de Canudos nas páginas do periódico sanjoanense “O Resistente” (1896-1898). Monografia. UFSJ, São João del-Rei, 2019.

\_\_\_\_\_. Os livros do Xanxas: imprensa, política e circulação de literatura pornográfica em São João del-Rei (1889-1901). **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2021, p. 395-438. Disponível em: </https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/112996>.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João del-Rei**. 2ª ed. Belo Horizonte: [s. n.], 1953.

WIRTH, John D.. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Thomas Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis; Editora Vozes, 2006, p. 7-72.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

## **ANEXO: BREVE PANORAMA DAS FONTES PERIÓDICAS UTILIZADAS**

Embora explicações mais detalhadas sobre as formas de produção e atuação das folhas sanjoanenses utilizadas como fontes em nosso trabalho estejam presentes no capítulo 1, tornando mais esclarecedora a leitura de muitos dos discursos emitidos nos outros capítulos, creio ser necessário inserir um anexo com informações resumidas sobre esses impressos. Aqui serão elencados os nomes dos periódicos utilizados como fontes primárias, seus lemas, os anos de circulação, os proprietários, os responsáveis nos diferentes cargos (quando houver), os redatores e colaboradores principais ao longo de sua trajetória (infelizmente talvez tenhamos aqui algumas omissões), bem como os posicionamentos dos impressos, com destaque para sua relação com o poder público e o programa que informaram como aquele que dirigiria o seu trabalho. As publicações serão listadas tendo como critério o ano de aparecimento.

### **GAZETA MINEIRA (1884-1894)**

**Lema:** Sem lema (-1891-1894).

**Proprietários:** Castro Moreira & Companhia, a partir de 1891.

**Gerência:** Francisco Mourão, a partir de 1891. Esta passa para João Salustiano M. Mourão em 1894.

**Tipografia:** Publicado em tipografia própria.

**Assinaturas:** -1891: 8\$000 anuais. De 1891 a 1894: 10\$000 anuais e 6\$000 semestrais.

**Redatores e colaboradores principais:** João Salustiano M. Mourão; João Martins de Carvalho Mourão; Dr. Magalhães Azevedo.

**Posicionamento e programa:** Quando surgiu, em 1884, era uma folha aberta aos dois principais partidos do Império, o Liberal e Conservador. Nela “se manifestaram as lutas internas” do primeiro, materializando ainda “uma dissonância” no segundo<sup>322</sup>. Na República: contra as políticas florianistas. No âmbito sanjoanense se posicionou com os “limpos” contra os “sujos” de Severiano de Resende e Carlos Sanzio. Considerava-se neutro e imparcial.

---

<sup>322</sup>AMARAL, op. cit., p. 139-148.

## **A PÁTRIA MINEIRA (1889-1894)**

**Lema:** “Órgão da ideia republicana”

**Proprietários:** Altivo Sette e Sebastião Sette.

**Tipografia:** Publicado em tipografia própria.

**Assinaturas:** De 1889 a 1891: 5\$000 anuais. De 1891 a 1893: 10\$000 anuais; 5\$000 semestrais. De 1893 a 1894: 10\$000 anuais; 6\$000 semestrais.

**Redatores e colaboradores principais:** Sebastião Sette; Altivo Sette; Paulo Teixeira; Arthur Goulart; Afonso de Azevedo; Elisa Souza Lemos.

**Posicionamentos e programa:** Órgão de propaganda republicana. Sob o novo regime se envolveu nas disputadas da política local no Governo Provisório e dos primeiros tempos constitucionais. Sette chegou a ser presidente da Intendência por alguns meses em 1890. Depois da eleição de Antônio Rocha como Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal em 1892, se afastou das querelas locais, mas continuou a debater o republicanismo, sem contudo, deixar de apontar os problemas e necessidades da cidade e do Município.

## **O RESISTENTE (1895-1906)**

**Lema:** “Folha popular e política” (1895); “Órgão do comércio, da indústria e da lavoura” (1896-1897); “Órgão imparcial” (1898); “É órgão do comércio, da indústria e da lavoura e neutro em política” (1898-1901); “É órgão comercial e neutro em política” (1901-1906).

**Proprietários e responsáveis:** Proprietários: Severiano de Resende e Carlos Sanzio até 1896; Sanzio, Coelho & C. (1896-1898). De responsabilidade única de Carlos Sanzio a partir de então. Ao final de sua publicação, em 1906, aparece como propriedade de uma empresa. Gerente: João Ignácio Coelho Júnior (1895-1898).

**Tipografia:** Publicado em tipografia própria.

**Assinaturas:** Entre 1895 e 1899: 12\$000 anuais (14\$000 para fora da cidade); 7\$000 semestrais (8\$000 para fora da cidade); números avulsos: 200 réis. Entre 1899 e até pelo menos 1903: 20\$000 anuais; 11\$000 semestrais e 6\$000 bimestrais; números avulsos: 200 réis, 300 réis a edição passada e 500 réis de atraso. Em 1906: 18\$000 anuais (20\$000 para fora da cidade).

**Redatores e colaboradores principais:** Carlos Sanzio; Severiano de Resende; Caetano Werneck; Sinfrônio Reis; Veríssimo de Toledo; Plínio de Carvalho.

**Posicionamento e programa:** Surgiu em 1895 como órgão representante de uma das facções do Partido Republicano Constitucional nas eleições de 1895, apoiando

a candidatura de Severiano de Resende contra Arthur de Castro. Fundado por Severiano, antigo chefe conservador, responsável pelo *Arauto de Minas* (1877-1889) e por Carlos Sanzio, antigo membro de uma das facções do cindido Partido Liberal sanjoanense e redator da *Verdade Política* (1888-1889). Se aliaram na República e fundaram a *Renascença* (1890-1894). Depois de 1896 ficou sob o controle de Sanzio, passando a se colocar como neutro em matéria de política local. Defensor dos interesses de São João e porta-voz do povo. Apreço pelo florianismo. A partir de 1899 se coloca na oposição a gestão de J. D. Leite de Castro, numa das facções que se digladiavam na política municipal até 1905, com a ascensão do vice de Leite de Castro, Antônio Gonçalves Coelho e depois com a saída de cena de Sanzio, em mudança para o Rio.

### **S. JOÃO D'EL-REY (1899-1900)**

**Lema:** “Órgão oficial da Câmara”.

**Responsável:** Câmara Municipal de São João del-Rei.

**Tipografia:** Publicado na Tipografia Comercial.

**Assinaturas:** 8\$000 anuais.

**Redatores e principais colaboradores:** Francisco de Paula Pinheiro; J. Assis Viegas.

**Posicionamento e programa:** Órgão de publicação dos atos da Edilidade. Apesar do caráter oficial, progressivamente assumiu uma postura política, apoiando o P.R.M. e se colocando contra as pretensões de Severiano de Resende, Carlos Sanzio e seu grupo. Dava espaço nas suas colunas, tanto dentro do corpo do periódico, quanto nas seções pagas, àqueles que se sentiam na necessidade de responder às provocações do *Resistente*.

### **O COMBATE (1900-1902)**

**Lema:** “Jornal dedicado aos interesses do povo e da democracia” (1900-1901); “Jornal político” (1902).

**Proprietário e responsáveis:** Proprietário: J. D. Leite de Castro. Parte comercial: Antônio Gonçalves Coelho. Secretário: Paulo Teixeira.

**Tipografia:** Publicado na Tipografia Comercial.

**Assinaturas:** 2\$000 trimestrais no início da publicação. Mais tarde: 10\$000 anuais e 6\$000 semestrais (12\$000 e 7\$000 para fora da cidade).

**Redatores e principais colaboradores:** Francisco de Paula Pinheiro; J. Assis Viegas; Paulo Teixeira.

**Posicionamento e programa:** Órgão oficioso da administração de Leite de Castro. Voltado para a defesa dos interesses do Município e da administração do então Presidente da Câmara de São João del-Rei. Porta-voz do povo. Ferrenho adversário do *Resistente* e do grupo de Carlos Sanzio.

### O REPÓRTER (1905-1914)

**Lema:** “Jornal Noticioso, Comercial e Literário” (1907-1912); “Jornal Literário, Noticioso e Comercial” (1907/1913-).

**Proprietários e responsáveis:** Proprietários: Tipografia Comercial (1905-1913); Herculano Veloso (1913-1914). Responsáveis: João Evangelista de Assis (1905-?); J. Assis Viegas e J. Assis Sobrinho (pelos menos desde 1907 ou mesmo antes até 1912); gerente: Alberto Thoreau (1913-1914).

**Tipografia:** Publicado na Tipografia Comercial.

**Assinaturas:** 6\$000 anuais (7\$000 para fora da cidade). Depois, com o aumento do formato, 12\$000 (15\$000 para fora da cidade).

**Redatores e colaboradores principais:** João Evangelista de Assis; J. Assis Viegas; J. Assis Sobrinho; João Salustiano; Ferreira de Araújo; Antônio Pinehiro Campos; Bento Ernesto Júnior; Alexandre Poggio; Raul Maia; Paulo Teixeira; Antônio F. Ribeiro; Caetano Werneck; José Sette Câmara; José F. Carneiro; Antero Magalhães; João de Lacerda; Henrique Lousada; Edgar de Lacerda; Tenente Pedro Cirne Ferraz; Severiano de Resende; Alberto Silva; Ildefonso Silva; José Orton; Antônio Ribeiro da Silva; Gonçalo Amarante da Silva; Tancredo Braga; Sebastião Sette; Pedro Ferraz; Tomé Glicério; Antônio Viegas; Andrade Reis; Fausto Gonzaga; Belmiro Braga; Lindolfo Gomes; Herculano Veloso; Alberto Thoreau; Rafael Machado; J. Sette Câmara; Cipriano de M. Chaves; Leôncio F. da Silva.

**Posicionamento e programa:** Surgiu em 1905, fundado por João Evangelista de Assis. Morto cedo, o *Repórter* passou para as mãos de J. Assis Viegas e J. Assis Sobrinho. Em 1907 aumenta o formato. Se identifica como independente, embora queira colaborar com a administração municipal e servir como porta-voz e guia do povo. Em 1909 rompe com Leite de Castro e Antônio Gonçalves Coelho por seu apoio a Hermes da Fonseca nas eleições do ano seguinte. Sofre mesmo uma

tentativa de empastelamento promovida por militares, o que motiva a saída do redator Gonçalo Amarante da Silva. Não deixa de se considerar independente, mas está em oposição à situação política. Boa vontade com a ascensão dos “Jovens Turcos” – a Edilidade liderada por Odilon de Andrade e Augusto Viegas –, que assumiu em 1912. Em 1913 passa para a propriedade de Herculano Veloso e gerência de Alberto Thoreau. Encerra as atividades em 1914. Não temos a maioria das edições desses dois últimos anos.

### **A OPINIÃO (1907-1912)**

**Lema:** “Órgão do Partido Republicano Mineiro” (1912).

**Proprietários e responsáveis:** Proprietários: Euclides Machado & C. (1907-1910); J. D. Leite de Castro (1910-1912).

**Tipografia:** Publicado em tipografia própria. Aparenta ter sido comprada do *Resistente*. Depois, Tipografia Faleiro.

**Assinaturas:** 15\$000 anuais; 8\$000 semestrais.

**Redatores e colaboradores principais:** Odilon de Andrade; Fausto Mourão; Artidônio Pamplona; Ribeiro da Silva; Nilo Guerra; F. Catão; Francisco Mourão; Caetano Werneck; J. D. Leite de Castro; Francisco Pinheiro; Sebastião Banho; Vera Silva (muitos colaboradores, que escreveram sob pseudônimo, não nos são conhecidos, pelo fato de faltarem várias edições que talvez pudessem clarear o assunto).

**Posicionamentos e programa:** Surgiu em 1907 como folha independente, defensora dos interesses do Município e do povo, pronta a colaborar com a Câmara. Foi adquirida em 1910 por J. D. Leite de Castro, para ter periódico próprio que pudesse responder aos ataques do *Repórter*. No final passou a se colocar como órgão do Partido Republicano Mineiro. Edições bastante incompletas entre 1910 e 1912.

### **O DIA (1912-1913)**

**Lema:** Sem lema.

**Proprietário e responsáveis:** Propriedade de uma empresa. Não há explicações sobre quem a compunha. É de se crer que fosse a Tipografia Faleiro, por lá ser publicado e, como já dito, ser de uma empresa. Diretor de redação: Francisco de Paula Pinheiro. Secretário: Lauro Pinheiro. Estes dois assumem em 1913.

**Tipografia:** Publicado na Tipografia Faleiro.

**Assinaturas:** 20\$000 anuais; 12\$000 semestrais; número avulso: 100 réis.

**Redatores e colaboradores:** Campos da Cunha; Fausto Mourão; Lopes Sobrinho; Francisco de Paula Pinheiro; Lauro Pinheiro; Armando Sena; Odilon de Andrade; Ribeiro da Silva; Francisco Mourão; Pinheiro Campos; Artidônio Pamplona; Franklin de Magalhães; Tancredo Braga; Antônio Viegas; Fausto das Neves; Sebastião Banho; Adalberto de Castro; Fernando de Souza; Gil Pereira Coelho.

**Posicionamentos e programa:** Primeiro diário da imprensa sanjoanense. Independente, se propunha a auxiliar a Câmara no desenvolvimento de São João, a garantir os interesses do povo e da opinião pública. Em boa vontade com os “Jovens Turcos”. Colocava panos quentes nas acusações contra a administração de Antônio Gonçalves Coelho, vindas principalmente do *Repórter*.

## **A REFORMA (1913-1920)**

**Lema:** Inserção do Art. 72, § 12 da Constituição de 1891 (liberdade de manifestação na imprensa).

**Proprietário:** Francisco Mourão.

**Tipografia:** Publicado primeiro na Tipografia Faleiro. Esta depois se juntou com a Tipografia Comercial. Mais tarde a *Reforma* foi rodada na Tipografia S. José e a partir de 1916 passou a contar com oficina com máquina própria.

**Assinaturas:** 10\$000 anuais; 3\$000 trimestrais; número avulso: 300 réis.

**Redatores e colaboradores:** Francisco Mourão; Galiano Neves; J. Assis Viegas; Sebastião Sette; Augusto Viegas; Basílio de Magalhães; Bento Ernesto Júnior.

**Posicionamentos e programa:** Defensor de Pinheiro Machado e da política do Partido Republicano Conservador. Relação conturbada com o P.R.M. e alguns de seus quadros, principalmente com Francisco Sales. Visava colaborar com a administração de Odilon e Augusto Viegas, mas não deixava de ouvir as queixas do povo. Quando lançado, queria defender o nome e a integridade daqueles que considerava serem homens de valor, com especial destaque para Pinheiro Machado.

## **O ZUAVO (1913-1917)**

**Lema:** Sem lema.

**Proprietário:** Tipografia S. José da Associação de S. José. A tipografia pertence a Coelho & Carvalho. Diretor: Alberto Carvalho.

**Tipografia:** Publicado na Tipografia S. José.

**Assinaturas:** Não informado.

**Redatores e colaboradores:** Albertino Maia; João Jeunon Júnior; José A. Carvalho; Alberto Carvalho; Paulo de Castro Moreira; Lauro Pinheiro (talvez haja mais nomes. Como não tivemos acesso às edições de 1913 e de boa parte dos outros anos, principalmente 1915 e 1916, não sabemos quem eram os responsáveis no primeiro ano do periódico ou se mais pessoas colaboraram em suas colunas durante a sua existência).

**Posicionamentos e programa:** Periódico de tendências católicas. Considerava-se independente. Visava colaborar com a administração municipal e dar voz ao povo, sem deixar de apontar os problemas da cidade.

## **A EVOLUÇÃO (1913-1915)**

**Lema:** “Órgão do Partido Republicano Conservador”.

**Proprietário:** Aníbal Vitral, também diretor-gerente.

**Tipografia:** Primeiro rodado nas oficinas do *Repórter* e depois contando com maquinário próprio.

**Assinaturas:** 8\$000 anuais; 2\$500 trimestrais.

**Redatores e colaboradores:** Ribeiro da Silva; José Lopes Sobrinho; Ovídio Guerra; Antero Magalhães; Major Álvaro Leitão; Francisco de Paula Pinheiro.

**Posicionamentos e programa:** Órgão do Partido Republicano Conservador em São João del-Rei. Contra os civilistas de Rui Barbosa. Não queria participar das lutas pequenas do Município, embora se colocasse pelo desenvolvimento e progresso de São João.

## **A VERDADE (1914)**

**Lema:** “Jornal político, noticioso, crítico e literário”

**Proprietário e responsáveis:** Proprietário: Vieira de Campos. Gerente: Roque Balbi.

**Tipografia:** Provavelmente publicado na Tipografia Comercial.

**Assinaturas:** 6\$000 anuais; número avulso: 100 réis; trimestrais de 2\$000 para aqueles que não puderem pagar as anuais.

**Redatores e colaboradores:** Rogério de Matos.

**Posicionamentos e programa:** Órgão do Partido Republicano Conservador em São João del-Rei. Defesa dos pobres e humildes contra as arbitrariedades dos poderosos. Em boa conta com a administração de Odilon de Andrade.

### **A TRIBUNA (1914-1938)**

**Lema:** “Semanário noticioso, literário, humorístico e ilustrado” (1914); “Semanário noticioso, literário e ilustrado” (1914); “Semanário ilustrado” (1914).

**Proprietários e responsáveis:** Até 1920 é provável que fosse propriedade da Tipografia Comercial. Nesse ano a *Tribuna* foi comprada por Basílio de Magalhães, que assume como diretor, passando a ser gerida por uma empresa composta por acionistas, como negociantes e industriais (pelo menos até 1922, quando encerramos nosso recorte).

**Tipografia:** Publicado na Tipografia Comercial. A partir de 1920 em oficina própria com maquinário (pelo menos até 1922, quando encerramos nosso recorte). As gravações dos clichês, ao menos no início do periódico, ocorriam no ateliê de J. Garcia, no Rio de Janeiro.

**Assinaturas:** 10\$000 anuais; 5\$000 semestrais (5\$500 a partir de 1920); 3\$000 trimestrais (descontinuadas a partir de 1920, ao que parece); número avulso: 100 réis.

**Redatores e colaboradores:** 1ª fase: Tancredo Braga; João Jeunon Júnior; João Viegas Filho; Ribeiro da Silva; Albertino Maia; Aloísio de Barros; J. Assis Viegas; Horácio de Carvalho; Alves do Banho; Edgard de Oliveira Lima; Severiano de Resende; Antônio Lara Resende; Basílio de Magalhães; Eduardo Sócrates; José de Assis Sobrinho. 2ª fase: Basílio de Magalhães; Tancredo Braga, Eduardo Sócrates; Lincoln de Sousa; Olegário de Vasconcelos; Gil Pereira Coelho; Galiano Neves; Luiz de Oliveira; João Jeunon Júnior; Manuel Soares de Azevedo; Castanheira Filho; Ovídio Guerra; José Lopes Sobrinho, Jaime Machado, Ildefonso Silva; Raul Damásio; Antônio de Moura (pelo menos até 1922, quando encerramos nosso recorte).

**Posicionamentos e programa:** Até 1920, considerava-se independente. Não quis formular um programa fixo ao seu surgimento, mas logo passou a estampar que agiria no sentido de auxiliar a Câmara na resolução dos problemas da cidade, sem deixar de apontar seus erros. Porta-voz e auxiliar do povo. Promotor do progresso de São João del-Rei. Com a compra pelo grupo de Basílio de Magalhães, até 1922, quando este ganha a eleição para Agente Executivo Municipal, se colocou na oposição ao governo de Odilon de Andrade-Augusto Viegas. Representava os interesses da facção de Arthur Bernardes e Raul Soares contra aqueles ligados ao medalhão Francisco Sales, entre os quais estavam Odilon e Viegas. Nesse período,

até o fim do nosso recorte, visava restaurar os brios da “Princesa da Oeste”, perdidos nas mãos dos governos municipais anteriores e o então vigente.

## **O BENEMERITO 75 (1915)**

**Lema:** “Castigat ridendo mores”

**Responsável:** Alberto Thoureau.

**Tipografia:** Publicado inicialmente na Tipografia da *Evolução*. Depois nas oficinas do *Zuavo*, na Tipografia S. José.

**Assinaturas:** Inicialmente de distribuição gratuita. Mais tarde começou a cobrar assinaturas. 5\$000 anuais; 3\$000 semestrais; 1\$500 trimestrais.

**Redatores e colaboradores:** Alberto Thoureau; Mário Cunha. Apesar da existência de publicações sob pseudônimo, não sabemos se eram de Thoureau, de Cunha ou de colaboradores diversos.

**Posicionamentos e programa:** Defesa dos interesses do povo. Elogiria quem fizesse por merecer. Crítico ferrenho do contrato da Câmara com a Empresa Faleiro, sugerindo um favorecimento indevido, apesar de crente nas boas intenções dos “Jovens Turcos”, pelo menos em sua ascensão.

## **A NOTA (1917-1918)**

**Lema:** Sem lema.

**Proprietário e responsáveis:** Propriedade da Tipografia & Papelaria S. José, esta de Coelho & Carvalho. Mais tarde, Alberto de Carvalho saiu da sociedade, ficando os negócios sob a gerência de Antônio Coelho dos Santos.

**Tipografia:** Publicado na Tipografia S. José.

**Assinaturas:** 12\$000 anuais; 8\$000 semestrais; número avulso: 100 réis.

**Redatores e colaboradores:** Antônio Coelho dos Santos; Alberto de Carvalho; Cristovam Teixeira; José Lopes Sobrinho; Licurgo de Almeida; Gonçalo Amarante da Silva.

**Posicionamentos e programa:** Diário. Independente. Defesa dos interesses dos fracos e oprimidos. Exposição de todos aqueles que procedem mal. Em boa conta com a Câmara, apesar de reclamações frequentes endereçadas a ela e, às vezes, críticas pelo fato de o periódico não ser atendido. Contra o “germanofilismo” da *Reforma*, o que lhe valeu a acusação de ser publicação oficiosa da Edilidade, pelo

fato de Gonçalo Amarante Silva, secretário da Câmara, ter sido incorporado como redator.

### **MINAS-JORNAL (1918-1919)**

**Lema:** Sem lema.

**Proprietários e responsáveis:** Custódio de Castro; Gil Pereira Coelho.

**Tipografia:** Não há muitas informações. É provável que possuísse oficinas próprias, dado que a 100ª edição, comemorativa, foi impressa na Tipografia Comercial.

**Assinaturas:** 4\$000 trimestrais; número avulso: 200 réis.

**Redatores e colaboradores:** Custódio de Castro; Gil Pereira Coelho; Alberto Thoreau; Ribeiro da Silva; Herculano Veloso; Basílio de Magalhães; Múcio Vaz; D. Albertina Berta; Luiz Lúcio; Odilon de Andrade; Álvaro Bastos; Edgard Lima; Sebastião Sette; Belmiro Braga; David F. Mourão; José Moreira Coelho; Franklin Magalhães.

**Posicionamentos e programa:** Pretendia ser uma folha moderna, contra a pieguice na imprensa feita até então. Defesa dos interesses de São João. Apesar da boa vontade com Odilon de Andrade, apoia a crescente influência política da patronal Associação dos Empregados do Comércio. Anticlerical.

### **O S. JOÃO D'EL-REY (1920-1922)**

**Lema:** "Semanário noticioso, dedicado aos interesses deste município".

**Proprietários e responsáveis:** Talvez pertencesse a Odilon de Andrade, sendo órgão oficioso. A *Tribuna* acusa Sadoc de Souza, coletor estadual, aliado de Andrade, de ser o verdadeiro proprietário. Direção: Odilon de Andrade.

**Tipografia:** Publicado em tipografia própria, comprada da *Reforma*.

**Assinaturas:** 10\$000 anuais; 6\$000 semestrais.

**Redatores e colaboradores:** Odilon de Andrade; Augusto Viegas; Fausto Gonzaga; Álvaro Bastos Júnior; Herculano Veloso; Lauro Pinheiro; Francisco Mourão; Castanheira Filho.

**Posicionamentos e programa:** Defesa dos interesses do Município. Surgiu em resposta aos ataques de Basílio de Magalhães na *Tribuna*. Órgão oficioso da administração de Odilon de Andrade. Apesar de uma tentativa de aproximação, rompimento com a ala bernadista do P.R.M. Parou de ser publicado logo após as eleições municipais de 1922, com a alegação de que não havia mais condições de

segurança para tal, diante da vitória e das alegadas violências cometidas pelo partido de Basílio.